



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Nelson Mendes Cordeiro

**Poder simbólico, redes sociais e conflitos socioambientais na Área
de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (Mangaratiba/RJ)**

Rio de Janeiro

2024

Nelson Mendes Cordeiro

**Poder simbólico, redes sociais e conflitos socioambientais na Área de
Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (Mangaratiba/RJ)**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Meio Ambiente, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz Gomes Soares

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CTC-A

C794 Cordeiro, Nelson Mendes.
Poder simbólico, redes sociais e conflitos socioambientais na
Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza
(Mangaratiba/RJ) / Nelson Mendes Cordeiro. - 2024.
437 f. : il.

Orientador: Mário Luiz Gomes Soares.
Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do
Estado do Rio de Janeiro.

1. Ecologia política - Aspectos ambientais - Teses. 2.
Proteção ambiental – Mangaratiba (RJ) - Teses. 3. Gestão
ambiental – Conflitos ambientais - Teses. I. Soares, Mário Luiz
Gomes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDU 502.4

Márcia França Ribeiro CRB7/3669 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Nelson Mendes Cordeiro

**Poder simbólico, redes sociais e conflitos socioambientais na Área de
Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (Mangaratiba/RJ)**

Tese apresentada, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor, ao Programa de
Pós-Graduação em Meio Ambiente, da
Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Área de concentração: Meio Ambiente.

Aprovada em: 27 de setembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mário Luiz Gomes Soares (Orientador)

Instituto de Oceanografia - UERJ

Prof. Dr. Rafael Ângelo Fortunato

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente - UERJ

Prof^a. Dra. Viviane Fernandez de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente - UERJ

Prof^a. Dra. Raquel Giffoni Pinto

Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof^a. Dra. Edileuza Dias de Queiroz

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a Deus, família, docentes, amigos e todos que contribuíram para o seu desenvolvimento.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para o sucesso desta pesquisa e para a conclusão desta tese de doutorado. Sem o apoio e a colaboração de muitas pessoas, este trabalho não teria sido possível. Assim, gostaria de agradecer:

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida, mesmo quando fui desacreditado pelos médicos e por muitos outros que duvidavam do esforço de um menino que iniciava a caminhada, no final da madrugada, percorrendo quilômetros sob o sol, chuva ou poeira até chegar à escola poderia ser doutor! Eu sempre o via ao meu lado dando forças para prosseguir, pois nunca estive sozinho! Teremos muitas outras travessias, mas sua luz continuará me guiando até o fim dos meus dias na Terra!

À minha família (filhas Giovanna, Marianna e quase genro, Felipe) que sempre esteve ao meu lado, pois foram 3 cirurgias durante o curso, alguns funerais no período pandêmico e vocês me apoiaram incondicionalmente. Agradeço aos meus pais (*in memoriam*), todos os irmãos e irmãs (Sônia Mendes Cordeiro *in memoriam*) e demais familiares pela base sólida e resiliente frente aos desafios que a vida nos impõe todos os dias, mas também por todo amor, incentivo e compreensão pelas ausências. Vocês são a minha base e motivação maior. Poderia ser mais uma história de alguém filho de pais analfabetos, agricultores e de dura vida no campo que venceu, mas não trago essas marcas com pesar, e sim com orgulho por saber aonde queria chegar e que continuarei nessa jornada porque sei que juntos podemos sempre mais!

A todos e todas do PPGMA: Danielle, Jeniffer, coordenador Professor Rafael Fortunato e todos da comissão da coordenação que sempre deram voz aos discentes do programa; aos docentes que compartilharam seus apoios, conhecimentos e experiências, fortalecendo minha base acadêmica, meus sinceros agradecimentos. Agradeço em especial à Profa. Elza Neffa pelos ensinamentos em suas disciplinas e parceria que se alicerçou desde os tempos de pandemia. As palavras não seriam suficientes para transpor toda minha admiração, carinho e respeito ao meu orientador, Prof. Dr. Mário Luiz Gomes Soares, por aceitar a tarefa de orientar esta tese com muita responsabilidade, paciência, parceria e dedicação

ao longo deste trabalho. Tentei ingressar no PPGMA em uma ocasião anterior, mas não foi possível e confesso que ao passar de trem pela estação do Maracanã, olhava o *campus* da UERJ cheio de esperança. Estava certo de que precisava retornar à esta grande instituição de ensino e provar que era capaz!

Aos meus colegas de curso, que enfrentaram desafios semelhantes ao longo do curso, mas que sempre compartilharam suas ideias, conhecimentos e *insights*; muito obrigado. Agradeço ao apoio dos colegas e parceria da Denise Gaurdard de Mattos, durante o período que atuamos juntos na representação discente na comissão de coordenação do PPGMA. Em especial, quero muito agradecer a colega Shirlei Barros do Canto, que ficou mais próxima de mim durante todo o curso e no momento crítico de pandemia de covid-19, tecíamos muitas mensagens de apoio e amizade, que seguem até hoje. À amiga Patrícia Plácido, pela parceria, incentivo e companhia em algumas visitas de campo.

Agradeço aos colegas do Cefet/RJ – UnED Itaguaí que me apoiaram no ingresso no doutorado, principalmente aqueles que aceitaram ministrar minhas disciplinas durante os 2 anos de minha licença capacitação. Em especial, agradeço ao Professor Dr. Ronaldo Bernardo Júnior (*in memoriam*), um verdadeiro irmão que me ajudou a elaborar o projeto para ingressar no doutorado e nele permanecer com mérito, pois ele era o primeiro que lia criticamente os meus rascunhos de artigos antes de submetê-los; ainda não entendi a sua partida, mas guardo a sua amizade e carinho no coração.

Agradeço a todos os profissionais da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba e ao Conselho Gestor da APA Marinha Boto Cinza por sua colaboração e disponibilidade, pois suas opiniões, entrevistas e encontros em Mangaratiba foram essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa e do legado em defesa do meio ambiente. Agradeço ao servidor municipal Leonardo Machado, biólogo, vice-presidente do Conselho Gestor da APA Marinha Boto Cinza que sempre apoiou as pesquisas envolvendo as Unidades de Conservação de Mangaratiba e muito me ajudou; ao Edinho do Turismo que me ajudou nos contatos com alguns entrevistados; ao Leonardo Flach, do Instituto Boto Cinza que me acompanha desde um projeto de extensão que desenvolvia com um aluno do Cefet/RJ. Conheci a APA Marinha Boto Cinza sendo gestada em seus primeiros dias e decidi acompanhar o seu nascimento, crescimento e desenvolvimento. Obrigado a

todos e todas de Mangaratiba pelas entrevistas, conversas, eventos e por toda acolhida e parceria desde sempre!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de financiamento 001, que nos últimos 10 meses de curso contribuiu com uma bolsa para a finalização dessa tese, bem como subsidiou, ao longo do curso, parte dos gastos para minha participação em eventos nacionais e internacionais.

Eu sou apenas um rapaz latino-americano, sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior.

(Belchior)

RESUMO

CORDEIRO, Nelson Mendes. *Poder simbólico, redes sociais e conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (Mangaratiba, RJ)*. 2024. 436 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

Esta tese investiga as dinâmicas de poder simbólico nos conflitos socioambientais da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APAMBC), em Mangaratiba, RJ. Utilizando uma estrutura integrada em formato *multipaper* (grandes artigos científicos), a pesquisa combina revisão de escopo da literatura, análise de conjuntura e análise de redes sociais. Fundamentada nas teorias de Pierre Bourdieu e conceitos inerentes à Ecologia Política, examina como diferentes atores percebem e exercem o poder simbólico diante os conflitos socioambientais no território. A revisão de escopo, seguindo as diretrizes do *Joanna Briggs Institute*, mapeou o estado da arte sobre conflitos socioambientais, destacando estudos dos últimos 5 anos (2019-2023), principalmente de pesquisadores e instituições latino-americanas indicando a necessidade de estudos mais analíticos. A análise de conjuntura (IBASE) revelou que a governança frágil, a ocupação desordenada e a invisibilização de conhecimentos locais e tradicionais representam pontos centrais nos conflitos envolvendo a pesca artesanal, o turismo, as atividades portuárias, a população tradicional e a especulação imobiliária. A análise de redes sociais, realizada com o *software* UCINET revelou padrões de centralidade que nem sempre correspondem às estruturas formais de poder, destacando a importância de relações informais e alianças estratégicas no território. Os resultados indicam que atores com maior capital econômico exercem maior influência, perpetuando desigualdades, enquanto grupos marginalizados mobilizam capital cultural, simbólico e social para resistir. O estudo conclui que os conflitos na APAMBC são enraizados em relações de poder assimétricas, sugerindo a necessidade de uma governança mais inclusiva e equitativa. A tese contribui para o avanço teórico-metodológico no estudo das relações de poder nos de conflitos socioambientais. As descobertas têm implicações práticas para a gestão de unidades de conservação (UC) requerendo abordagens participativas que considerem as assimetrias de poder existentes. A pesquisa recomenda que os futuros estudos aprofundem a análise longitudinal das relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais, comparem resultados no contexto de outras UCs marinhas e explorem novos arranjos estruturais das redes sociais para investigar as dinâmicas de poder e a gestão sustentável nos territórios.

Palavras-chave: Ecologia política; análise de conjuntura; análise de redes sociais; áreas protegidas.

ABSTRACT

CORDEIRO, Nelson Mendes. *Symbolic power, social network and socio-environmental conflicts in the Boto Cinza Marine Environmental Protection Area (Mangaratiba, RJ)*. 2024. 436 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024

This thesis investigates the dynamics of symbolic power in socio-environmental conflicts within the Boto Cinza Marine Environmental Protection Area (APAMBC), located in Mangaratiba, Rio de Janeiro. Employing an integrated multipaper structure (comprising large scientific articles), the research combines a scoping literature review, contextual analysis, and social network analysis. Grounded in Pierre Bourdieu's theoretical framework and core concepts of Political Ecology, it examines how different actors perceive and exercise symbolic power in the face of socio-environmental conflicts in the territory. The scoping review, conducted according to the Joanna Briggs Institute guidelines, mapped the state of the art on socio-environmental conflicts, highlighting studies from the past five years (2019–2023), particularly by Latin American researchers and institutions, and emphasizing the need for more analytical approaches. The contextual analysis (based on IBASE methodology) revealed that fragile governance, unregulated land occupation, and the marginalization of local and traditional knowledge are central issues in conflicts involving artisanal fishing, tourism, port activities, traditional communities, and real estate speculation. The social network analysis, performed using UCINET software, revealed patterns of centrality that do not always align with formal power structures, underscoring the importance of informal relationships and strategic alliances in the territory. The findings indicate that actors with greater economic capital exert more influence, perpetuating inequalities, while marginalized groups mobilize cultural, symbolic, and social capital to resist. The study concludes that conflicts within the APAMBC are rooted in asymmetric power relations, suggesting the need for more inclusive and equitable governance. The thesis contributes to the theoretical and methodological advancement in the study of power relations in socio-environmental conflicts. The findings have practical implications for the management of conservation units (CUs), calling for participatory approaches that consider existing power asymmetries. The research recommends that future studies deepen the longitudinal analysis of symbolic power relations in socio-environmental conflicts, compare results within the context of other marine CUs, and explore new structural arrangements of social networks to investigate power dynamics and sustainable territorial governance.

Keywords: Political Ecology; contextual analysis; social network analysis; protected areas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização da área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza.....	31
Figura 2 -	Estrutura da tese	39
Figura 3 -	Integração do problema de pesquisa na estrutura da tese ...	40
Figura 4 -	Dimensões investigativas do estudo.....	42
Figura 5 -	Triangulação e integração de dados.....	45
Figura 6 -	Representação gráfica de uma rede.....	83
Figura 7 -	Tela inicial do <i>Ucinet 6</i>	91
Figura 8 -	Tela de visualização de grafos pelo <i>Netdraw</i>	92
Figura 9 -	Folha de cálculo (<i>spreadsheet</i>) do <i>Ucinet 6</i>	95
Figura 10 -	Etapas práticas do protocolo de revisão de escopo	118
Figura 11 -	Fluxograma Prisma-Scr 2020: identificação, triagem e inclusão dos estudos da revisão	124
Figura 12 -	Procedimentos metodológicos	165
Figura 13 -	Ciclo da Análise de Conjuntura	168
Figura 14 -	A expansão azul e a pressão antrópica nos oceanos.....	176
Figura 15 -	Localização de Mangaratiba	179
Figura 16 -	Limites da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza na Baía de Sepetiba	188
Figura 17 -	Oficinas de zoneamento da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza	189
Figura 18 -	Zoneamento da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza	191
Figura 19 -	Localização da Zona de Uso Aquícola e Pesqueiro (ZUAP) .	193
Figura 20 -	Educação ambiental para evitar a captura acidental	199
Figura 21 -	Projetos de educação ambiental na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza	199
Figura 22 -	Representantes da pesca artesanal em audiência pública na ALERJ	202

Figura 23 - Localização da Zona de Interesse Turístico (ZIT)	209
Figura 24 - Festa da consciência negra nas comunidades quilombolas .	217
Figura 25 - Visita de campo na Ilha de Jaguanum	218
Figura 26 - A exploração da paisagem e do turismo de natureza em Mangaratiba	220
Figura 27 - Eventos náuticos e o turismo de massa em Mangaratiba	223
Figura 28 - Empreendimento de maricultura em área turística (ZIT)	224
Figura 29 - Limites da Zona de Atividade Portuária	231
Figura 30 - Localização física da planta do terminal de minério na Ilha Guaíba (TIG) - Vale S.A.	233
Figura 31 - Localização geográfica do terminal de minério da Ilha Guaíba, da Vale S.A. E as unidades de conservação municipais existentes na região	234
Figura 32 - Fundeadouros do Complexo Portuário de Itaguaí	236
Figura 33 - Navios de minério de ferro no TIG vistos a partir da Ilha de Jaguanum	238
Figura 34 - O turismo na Ilha Guaíba e o terminal de minério da Vale (TIG): um paradoxo	239
Figura 35 - Movimento da sociedade civil contra a poluição na Ilha Guaíba	240
Figura 36 - Nível de exposição do Boto Cinza às fontes sonoras	242
Figura 37 - Ações e interdições do terminal de minério da Ilha Guaíba, da Vale S.A.	248
Figura 38 - Comunicado aos acionistas: controle de narrativas da Vale S.A.	250
Figura 39 - Mapa do sistema minerário da Baía de Sepetiba	252
Figura 40 - Instalações da Marinha do Brasil (CADIM) e a Ilha da Marambaia	261
Figura 41 - Ruínas da senzala do quilombo da Ilha da Marambaia	263
Figura 42 - Moradias dos quilombolas da Ilha da Marambaia	263
Figura 43 - Festa da consciência negra no quilombo da Ilha da Marambaia	265
Figura 44 - Assimetrias de poder na Ilha da Marambaia: senzala vs	

casa grande	267
Figura 45 - Carta de serviços de assuntos civis do CADIM e o Quilombo da Ilha da Marambaia	268
Figura 46 - Linha do tempo da "PEC das praias"	274
Figura 47 - Fazenda Muriqui: exemplo de uso privado de bem natural público	275
Figura 48 - Exemplo de especulação imobiliária na Praia Grande, em Mangaratiba	276
Figura 49 - Exemplo de fragmentação territorial e segregação socioespacial urbana em Itacuruçá	277
Figura 50 - Passos metodológicos da análise de redes sociais	320

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Perfil da população do estudo	33
Gráfico 2 -	Inventário da produção científica por ano e tipo	125
Gráfico 3 -	Inventário de publicações por países	125
Gráfico 4 -	Distribuição percentual da produção científica por país.....	126
Gráfico 5 -	Ranking de periódicos que mais publicaram	127
Gráfico 6 -	Crescimento da população residente em Mangaratiba .	180
Gráfico 7 -	Composição do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)	213
Gráfico 8 -	Percepção dos conflitos socioambientais	326
Gráfico 9 -	Rede Social: percepção dos conflitos socioambientais no território	330
Gráfico 10 -	Percepção das causas dos conflitos socioambientais no território	334
Gráfico 11 -	Rede Social: percepção das causas dos conflitos socioambientais no território.....	335
Gráfico 12 -	Percepção socioespacial dos conflitos socioambientais no território	341
Gráfico 13 -	Rede social da localização socioespacial dos conflitos socioambientais no território	343
Gráfico 14 -	Relação de poder/influência ou dominação no território	347
Gráfico 15 -	Rede social: relação de poder/influência ou dominação no território	351
Gráfico 16 -	Vulnerabilidade nos conflitos socioambientais no território	354
Gráfico 17 -	Rede Social: Percepção sobre as vulnerabilidades nos conflitos socioambientais no território	357
Gráfico 18 -	Percepção da confiança no enfrentamento dos conflitos socioambientais no território	362

Gráfico 19 - Redes sociais: percepção da confiança no enfrentamento dos conflitos socioambientais no território	365
Gráfico 20 - Percepção dos atores sociais mais atuantes na defesa do meio ambiente no território	370
Gráfico 21 - Rede Social: percepção dos atores sociais mais atuantes na defesa do meio ambiente no território	375

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Estrutura da tese	36
Quadro 2 -	Dimensões investigativas do estudo	41
Quadro 3 -	Referencial teórico-metodológico	49
Quadro 4 -	Conceitos e definições norteadoras do estudo	51
Quadro 5 -	Evolução das agendas ambientais no plano nacional e internacional	52
Quadro 6 -	Síntese dos conceitos e noções de Bourdieu usados no estudo	64
Quadro 7 -	Conceitos, diferenças e exemplos entre mídias e redes sociais	82
Quadro 8 -	Abordagens teóricas das dinâmicas de poder, influência, confiança e dominação na Análise de Redes Sociais	87
Quadro 9 -	Síntese das medidas de centralidades na Análise de Redes Sociais	89
Quadro 10 -	Estratégia de buscas das fontes de evidências	119
Quadro 11 -	Conceitos de "conflitos socioambientais" nas produções científicas revisadas	130
Quadro 12 -	Principais categorias temáticas comuns das produções revisadas	131
Quadro 13 -	Principais métodos dos estudos	133
Quadro 14 -	Principais lacunas dos estudos revisados	141
Quadro 15 -	Conflitos socioambientais e suas abordagens teórico-conceituais	163
Quadro 16 -	Unidades de Conservação em Mangaratiba	184
Quadro 17 -	Síntese do zoneamento da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza	190
Quadro 18 -	Conflitos socioambientais e a pesca artesanal	194
Quadro 19 -	As atividades turísticas e os conflitos socioambientais...	210

Quadro 20 - Análise estratégica atual do turismo de Mangaratiba (SWOT)	212
Quadro 21 - A atividade portuária e os conflitos socioambientais	232
Quadro 22 - Processos de pesquisa liderados pela Cia. Vale S.A. para futura exploração de ilmenita	252
Quadro 23 - Síntese das relações de poder e mobilização de capitais pelos atores sociais	284
Quadro 24 - Síntese das medidas de centralidade na Análise de Redes Sociais e suas implicações nos conflitos socioambientais.....	316
Quadro 25 - Integração da questão de pesquisa, hipóteses e objetivos do estudo	318

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Exemplo de matriz de adjacência em uma rede direcionada	94
Tabela 2 -	Exemplo de uma matriz de adjacência em rede não-direcionada	95
Tabela 3 -	Instituições que mais publicaram (2019-2023)	129
Tabela 4 -	Dimensão dos fundeadouros de navios no Complexo Portuário de Itaguaí	244
Tabela 5 -	Tabela de adjacência: percepção dos conflitos socioambientais no território	329
Tabela 6 -	Medidas de centralidades: percepção dos conflitos socioambientais no território	331
Tabela 7 -	Tabela de adjacência: percepção das causas dos conflitos socioambientais no território	335
Tabela 8 -	Métricas de centralidades: percepção das causas dos conflitos socioambientais no território	337
Tabela 9 -	Tabela de adjacência: percepções socioespaciais dos conflitos socioambientais	342
Tabela 10 -	Métricas de centralidades sobre a localização socioespacial dos conflitos socioambientais no território.....	345
Tabela 11 -	Tabela de adjacência: relação de poder/influência ou dominação no território	350
Tabela 12 -	Métricas de centralidades: relação de poder/influência ou dominação no território	353
Tabela 13 -	Tabela de adjacência: vulnerabilidades nos conflitos socioambientais no território	356
Tabela 14 -	Métricas de centralidades da percepção sobre vulnerabilidades nos conflitos socioambientais no	

	território	358
Tabela 15 -	Tabela de adjacência: percepção de confiança no enfrentamento dos conflitos socioambientais no território	364
Tabela 16 -	Métricas de centralidades: percepção da rede de confiança dos atores sociais no enfrentamento dos conflitos socioambientais no território	367
Tabela 17 -	Tabela de adjacência: percepção dos atores sociais mais atuantes na defesa do meio ambiente no território.....	373
Tabela 18 -	Métricas de centralidades: percepção dos atores sociais mais atuantes na defesa do meio ambiente no território.....	377

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO GERAL	17
1	REVISÃO DE ESCOPO DA LITERATURA SOBRE RELAÇÕES DE PODER SIMBÓLICO NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	113
1.1	Introdução	114
1.2	Materiais e métodos	116
1.2.1	<u>Delineamento metodológico do estudo</u>	116
1.2.2	<u>Protocolo da revisão de escopo</u>	117
1.2.2.1	Estratégia de busca das evidências	118
1.2.2.2	Seleção dos Estudo/Fontes de evidências	121
1.2.2.3	Extração de dados	122
1.2.2.4	Relatório dos dados	122
1.3	Resultados e discussões	122
1.3.1	<u>Análise do processo de buscas</u>	123
1.3.2	<u>Caracterização, análise e discussão dos estudos</u>	124
1.3.3	<u>Análise e discussão dos aspectos teóricos- metodológicos</u>	130
1.3.4	<u>Análise e discussão das relações de poder simbólico....</u>	137
1.3.5	<u>Análise e discussão das lacunas dos estudos</u>	141
1.3.6	<u>Implicações práticas para o campo e para futuros estudos</u>	143
1.3.7	<u>Limitações da revisão de escopo</u>	145
2	ANÁLISE DA CONJUNTURA GLOBAL E DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA BOTO CINZA	158
2.1	Introdução	159

2.1.1	<u>Contextualização e problematização</u>	159
2.1.2	<u>Abordagem teórica do estudo</u>	162
2.2	Metodologia	164
2.3	Resultados e discussão	169
2.3.1	<u>Análise dos acontecimentos</u>	169
2.3.1.1	Os desafios socioambientais da conjuntura global e local	170
2.3.1.2	A falácia do paradigma do desenvolvimento sustentável	172
2.3.1.3	A politização e o aparelhamento dos órgãos ambientais no Governo Bolsonaro (2018-2022) abriram um vácuo nas estruturas das Unidades de Conservação	177
2.3.1.4	Os desafios socioambientais e a conservação ambiental e cultural na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza	179
2.3.2	<u>Análise dos cenários, atores e relações de forças</u>	192
2.3.2.1	Cenário 1: Os conflitos socioambientais e a pesca artesanal	192
2.4.2.1.1	Análise e Discussão das relações de forças	203
2.3.2.2	Cenário 2: As atividades turísticas e os conflitos socioambientais.....	208
2.3.2.2.1	Análise e discussão das relações de forças	226
2.3.2.3	Cenário 3: Os conflitos socioambientais relacionados à atividade portuária na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza	230
2.3.2.3.1	Análise e discussão das relações de forças	254
2.3.2.4	Cenário 4: Conflito Socioambiental sobre uso, ocupação e gestão militar sobre território de população tradicional	260

2.3.2.4.1	Análise e discussão das relações de forças	269
2.3.2.5	Cenário 5: Conflitos socioambientais no uso, ocupação privada e gestão dos bens naturais públicos, fragmentação territorial e segregação socioespacial urbana	273
2.3.2.5.1	Análise e discussão das relações de forças	278
3	PODER SIMBÓLICO NA REDE SOCIAL DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA BOTO CINZA	308
3.1	Introdução	310
3.1.1	<u>Contextualização e problematização</u>	311
3.2	Metodologia	317
3.2.1	<u>Desenho metodológico integrado</u>	317
3.2.2	<u>Passos metodológicos na Análise de Redes Sociais</u> ...	320
3.2.3	<u>Definição da população/universo e critério de escolha da amostra</u>	320
3.2.4	<u>Coleta de dados</u>	322
3.2.5	<u>Tratamento dos dados</u>	323
3.2.6	<u>Processamento dos dados</u>	324
3.2.7	<u>Análise de dados</u>	324
3.3	Resultados	325
3.3.1	<u>Percepção dos conflitos socioambientais na APAMBC</u> .	325
3.3.2	<u>Percepção das causas dos conflitos socioambientais</u> ..	332
3.3.3	<u>Percepção socioespacial dos conflitos socioambiental</u> .	339
3.3.4	<u>Percepção sobre a relação de poder/influência e dominação</u>	346
3.3.5	<u>Percepção sobre vulnerabilidade nos conflitos socioambientais</u>	354
3.3.6	<u>Estratégias de poder simbólico baseadas em confiança, alianças, mobilizações, resistências no</u>	

	<u>enfrentamento dos conflitos socioambientais e na</u>	360
	<u>defesa do meio ambiente</u>	
3.4	Discussão dos resultados	381
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	400
	REFERÊNCIAS	407
	APÊNDICE A – Aprovação no Comitê de Ética e	
	adendos	413
	APÊNDICE B – Formulário de entrevista	418
	APÊNDICE C – Procedimento de Seleção da	
	amostra utilizando o Excel	424
	APÊNDICE D – Interações em campo	429

INTRODUÇÃO GERAL

Memorial

Minha jornada até o doutorado: reflexões pessoais, acadêmicas e profissionais

Sou um eterno aprendiz, apaixonado por educação e meio ambiente. Minha história começa em 1983, quando dei meus primeiros passos no mundo profissional como Técnico em Administração. Mal sabia que essa escolha moldaria toda a minha trajetória futura, inclusive me levando a retornar para ensinar e mais tarde dirigir a mesma instituição em que estudei. A história se reverteu, e desde então tive que demonstrar na prática tudo que aprendi com meus antigos professores e o que a vida me permitiu construir em outros espaços de aprendizagem.

Em 1991, decidi mergulhar de cabeça no universo da Administração, ingressando na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e graduando em Administração de Empresas e em Administração Pública, em 1995. Foi durante esse período que comecei a perceber como as decisões administrativas podem impactar o meio ambiente. No curso de Administração Pública, tive um docente que ministrava a disciplina de "Administração Municipal" que trazia uma parte da ementa com foco na área ambiental, pois estudávamos as megacidades mundiais e a sua relação com o meio ambiente natural e construído. Esse professor nos incentivava a buscar especialização na área ambiental e nos levou para trabalhar numa comitiva de estudantes na Rio 92, uma experiência que me mostrou um campo cheio de possibilidades.

Em 2003, senti que era hora de expandir meus horizontes e embarquei no Mestrado em Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente, no Centro Universitário Plínio Leite (UNIPLI), onde o interesse pelo meio ambiente realmente se consolidou. Minha dissertação, defendida em 2005, explorou como a variável ambiental estava sendo abordada nos cursos de Administração, conectando minha formação inicial com essa nova paixão, o Meio Ambiente.

Ao longo dos anos, ministrei aulas em diversas instituições de ensino. Em 2010, passei em um concurso público federal, assumindo uma vaga como docente

no CEFET/RJ. Atualmente, ministro a disciplina de Ciências do Ambiente nos cursos de Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção, além de outras disciplinas na graduação e no curso Técnico em Logística (anteriormente Técnico em Portos). De 2013 a 2021, assumi um cargo na direção do campus, uma experiência que me permitiu aplicar meus conhecimentos em administração.

Todos os projetos de extensão que desenvolvi no CEFET/RJ focavam na área ambiental. Um desses projetos, que coordenei e orientei bolsistas, versava sobre a criação de um observatório socioambiental em Itaguaí/RJ. As interconexões desse projeto me fizeram conhecer muitas pessoas, lugares e instituições, como o Instituto Boto Cinza, com seus movimentos de Educação Ambiental na luta pela preservação do Boto Cinza, na Baía de Sepetiba.

Em 2015, acompanhei o nascimento da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APAMBC) no município de Mangaratiba, criada com o objetivo de proteger o Boto Cinza e disciplinar os usos, ocupações e gestão dessa Unidade de Conservação (UC) marinha. Participando de reuniões, projetos e eventos sobre meio ambiente, turismo, pesca e a própria criação do Plano de Manejo da APAMBC, percebi que o deslumbre pela paisagem natural da cidade encobria relações invisíveis de poder sobre comunidades vulneráveis de pescadores artesanais, caiçaras, quilombolas e agricultores.

Intrigado por essas dinâmicas, aprofundei-me nos estudos de Pierre Bourdieu, compreendendo que esse poder invisível exercido, mesmo de forma não intencional pelos atores sociais, tratava-se do "Poder Simbólico". Observando a APAMBC, percebi que estava diante de um território com muitas disputas dos elementos marinhos, caracterizando situações de conflitos socioambientais permeados de relações de poder simbólico.

Durante uma reunião de elaboração do Plano de Manejo, presenciei uma dinâmica de grupo onde as pessoas tinham que jogar um novelo de linha para quem consideravam seus aliados na defesa da APAMBC. Visualizando o emaranhado de conexões que se formavam, percebi que estava sendo tecida uma grande rede de relações, o que me levou a explorar a Teoria de Análise de Redes Sociais (ARS), que explica como essas conexões entre os atores são estruturas de empoderamento baseadas na confiança e nos interesses individuais ou de grupos.

Compreendi que essa rede social precisava ser estudada para dela extrair uma unidade de mensuração que configurasse a noção de poder. Os estudos de Pierre Bourdieu se juntaram na minha cabeça para trazer a noção de capital como estrutura de poder. Assim, os capitais econômico, social, cultural e simbólico, de Bourdieu tornaram-se as variáveis que precisavam ser mensuradas e analisadas.

Entendi que todas essas questões demandavam um estudo em nível de pós-graduação. No entanto, simultaneamente, o doutorado era necessário para minha progressão na carreira pública e o Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente (PPGMA), da UERJ reunia as condições ideais para o alcance dessas duas metas. Assim, desde 2020, estou embarcado na aventura do Doutorado em Meio Ambiente no PPGMA/UERJ, sob a orientação do Professor Mario Luiz Gomes Soares, que gentilmente aceitou o convite para essa jornada de pesquisa sobre o poder simbólico nos conflitos socioambientais.

Confesso que não foi fácil cursar o doutorado em plena pandemia de covid-19, pois muitas mudanças e adaptações tiveram que ser feitas para que o curso não parasse, enquanto a vida parecia parar no mundo todo. E sem exageros, para muitos parou de vez mesmo, pois tive muitas notícias de pessoas próximas e queridas que faleceram acometidas pelo vírus. Mas, precisava trabalhar, cuidar da casa, que se transformou num *bunker*, no ambiente de trabalho, estudo e convivência familiar mais intensiva. Apesar de tantos medos e fantasmas que assombravam a mente, consegui avançar e chegar aqui com uma história de superação e a certeza de que a vida nunca vai parar de nos desafiar!

É fascinante como tudo se conecta e que nada acontece por acaso!

Olhando para trás, vejo que cada etapa da minha jornada foi essencial para me trazer até aqui, pois da Administração ao Meio Ambiente, cada experiência moldou quem sou hoje: um ser humano capaz de enxergar a vida e o mundo de modo transdisciplinar, para além das lentes, bordas ou limites humanos e sociais.

E o mais incrível? Essa jornada está longe de terminar, uma vez que o Doutorado em Meio Ambiente, na UERJ é apenas mais um capítulo dessa história. Estou ansioso para ver onde esse caminho vai me levar, sempre com os olhos voltados para um futuro mais sustentável e uma educação mais inclusiva.

Que venham os próximos desafios! Estou pronto para enfrentá-los com a bagagem que construí e a curiosidade de quem ainda tem muito a aprender. Afinal, como dizem, o aprendizado é uma jornada que dura a vida toda!

Apresentação do tema de estudo

O tema dos conflitos socioambientais no Brasil vem se desenvolvendo como um campo em expansão (Little, 1999, 2001; Zhouri; Laschefski, 2010; Martinez-Alier *et al.*, 2010; Fleury *et al.*, 2014; Svampa, 2012, 2013, 2020) assumindo relevância a partir da formação de diversos grupos de trabalho voltados para essa discussão nos principais encontros brasileiros de ciências sociais, tais como: os encontros da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS) e o Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS), entre outros (Meira; Almeida, 2021).

Para Vargas (2007), existe uma diversidade de perspectivas, métodos e definições relacionadas aos conflitos socioambientais, o que de certo modo traz no bojo da organização do tema um grande desafio; pois existem muitas lacunas teórico-metodológicas que trazem muita ambiguidade nos conceitos, o que dificulta uma conexão entre a pesquisa, teórica e prática.

Alguns estudos como o de González-Márquez e Toledo (2020) ressaltam a importância de trazer para o debate duas outras teorias para debater os Conflitos Socioambientais: a Teoria da Resiliência Socioecológica e a Teoria do Metabolismo Social, que juntas, fornecem uma estrutura útil para entender a complexa relação entre a sociedade e a natureza e, por conseguinte, as interações que geram e amplificam os conflitos socioambientais.

[...] existem centenas de propostas, muitas vezes fracas ou mesmo ingênuas, para construir uma teoria geral para o estudo da sociedade e da natureza. Para o meu modo de pensar, apenas duas merecem inclusão: a Teoria da Resiliência Socioecológica e a Teoria do Metabolismo Social. Durante as últimas décadas, notamos o surgimento de vinte novos estudos que buscam integrar princípios ecológicos a uma determinada ciência social ou aplicada. Em muitos casos, há muito mais artigos, livros, congressos,

sociedades e cursos e diplomas universitários emergindo de disciplinas híbridas do que das "disciplinas-mãe". (González-Márquez; Toledo, 2020).

A Teoria da Resiliência Socioecológica considera como as sociedades humanas podem se adaptar e sobreviver em face de mudanças ambientais e desafios oriundos dessa mesma sociedade. Por outro lado, a Teoria do Metabolismo Social (Mészáros, 2009; Martinez-Alier, 2007, 2014; Martinez-Alier *et al.*, 2010) oferece uma visão sobre como as sociedades humanas podem levar a degradação ambiental e gerar conflitos socioambientais.

Nas duas últimas décadas, tivemos o surgimento da “Ecologia Política” como uma perspectiva crítica para as discussões dos conflitos socioambientais, unindo as premissas da ecologia humana, que examina as interações entre as sociedades humanas e seus ambientes biofísicos, com os conceitos da economia política, que investiga as relações de poder estruturais dentro dessas sociedades (Little 1999, 2001, 2006, 2018; Stonich 1993).

A Ecologia Política permite estabelecer uma estreita referência com a ideia de justiça ambiental, que apontam como os danos e riscos causados pelo desenvolvimento atingem desproporcionalmente as camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade (Little, 1999, 2018; Acselrad, 2004, 2009; Acselrad; Herculano; Pádua, 2004; Acselrad; Mello; Bezerra, 2008; Martinez-Alier, 2004, 2006, 2007, 2007^a; Martinez-Alier *et al.* 2010; Zhouri, 2005, 2007, 2010; Zhouri; Oliveira, 2012; Gudynas, 2011, 2015); bem como no estudo das inter-relações entre os ambientes biofísicos e as suas relações estruturais de poder na sociedade (Martinez-Alier, 2007; Little, 1999, 2001, 2018; Bullard, 1994, 2018; Goldman, 1992; Goldman; Fitten, 1994; Leff, 2009; Beck, 2011).

Adotamos a Ecologia Política como opção teórico-crítica nas discussões sobre o tema devido ao fato de ofertar referencial teórico-crítico capaz de articular dimensões ambientais e sociopolíticas dos conflitos socioambientais. Este campo interdisciplinar oferece ferramentas analíticas que permitem examinar como as assimetrias de poder influenciam a distribuição desigual dos benefícios e ônus ambientais entre diferentes grupos sociais na APAMBC.

Contextualização, delimitação e problematização do tema

Na sociedade moderna a busca pelo desenvolvimento pautado na dimensão econômica vem provocando consequências devastadoras ao ambiente e aos grupos sociais mais expostos a condições de vulnerabilidade (Cordeiro, 2021).

Diferentes estudiosos descrevem a atual conjuntura global como um ambiente permeado de crises que podem se caracterizar como sendo uma “transição paradigmática” (Sousa, 2002, 2010), “crise de percepção” (Capra, 1982), “crise de pensamento” (Morin, 2015) e no que diz respeito às questões socioambientais estamos diante de uma crise de “epistemologia ambiental” (Leff, 2012).

Existem diversos fatores que podem originar, reforçar e/ou ampliar esse ambiente de crises: globalização da economia, desequilíbrio/desregulação da economia mundial, explosão demográfica, falência de modelos hegemônicos de desenvolvimento, degradação ambiental e emergência climática.

O crescente entendimento da interação entre a sociedade e o meio ambiente tem destacado evidências da emergência dos conflitos socioambientais em escala global. Isto se justifica quando Beck (2011), argumenta que vivemos em uma era onde os riscos, como os decorrentes das mudanças climáticas, são produzidos pela própria modernização industrial e científica.

A partir do início da década de 90, com a Rio 92, o meio ambiente passou a ser preocupação justificável por razões éticas e, principalmente, políticas. Contudo, o mesmo evento também teve uma raiz eminentemente liberal, onde a questão ambiental passou a ser tratada como um comprometimento com a reprodução do capital, o que pode ser chamado de “paradigma da adequação ambiental” (Zhour; Oliveira, 2012).

Esse paradigma de adequação ambiental descrito por Zhour e Oliveira (2012), ainda vem orientando as ações dos chamados ambientalistas profissionais, da gestão ambiental, da responsabilidade social corporativa e das políticas públicas como instrumento de administrar as questões práticas referente ao meio ambiente, trazendo para um campo simbólico os conflitos socioambientais. O padrão tecnológico dessa sociedade tecnocrática determina os critérios de “eficiência”, “capacidade competitiva”

e “níveis de produtividade”; o que vem, de certa forma, legitimar e reforçar a posição de superioridade real e simbólica dos atores dominantes (Acselrad, 2004).

Após leitura atenta dos escritos de Vivacqua e Vieira (2005) podemos afirmar que, no contexto neoliberal as questões envolvendo a sustentabilidade dos elementos naturais assumem uma perspectiva da eficiência econômica e maximização do lucro; ampliação do discurso desenvolvimentista para cancelar projetos de infraestrutura com grandes riscos socioambientais aos países em desenvolvimento; e, abordagem tecnocrática em oposição aos aspectos socioculturais locais.

Dessa forma, temos de um lado a população local na luta em prol da preservação ambiental e do outro as narrativas dos empreendimentos com pseudopromessas de geração de empregos, crescimento e desenvolvimento econômico e social.

Vale ainda destacar que está em curso um incentivo às políticas empresariais com foco em práticas de gestão ambiental corporativa ou ¹ESG-*Environmental, Social and Governance* como uma nova forma de demonstrar que a empresa é sustentável, socialmente consciente e bem gerida; e, ainda a pseudoparticipação popular na validação do processo de tomada de decisões em consultas e audiências públicas para aprovação de seus projetos.

Neste contexto, Zhouiri; Oliveira (2012), assevera que “um pacote de governança ambiental tem sido construído, tendo como seu principal instrumento o processo de licenciamento ambiental”; com isso os conflitos socioambientais instauram-se quando esses empreendimentos licenciados, como por exemplo projetos de infraestrutura (estradas, ferrovias, hidrovias, portos, energia etc.), mineração, agronegócio, garimpos entre outros são implementados em áreas legalmente protegidas (Martínez-Alier, 2007; Acselrad, 2004; Porto-Gonçalves, 2006; Bebbington *et al.*, 2008).

¹ O conceito de ESG (em português, Ambiental, Social e Governança) é um conjunto bastante amplo de questões, desde a pegada de carbono até as práticas trabalhistas e de corrupção, que justificam a criação de critérios e práticas que direcionam o papel e a responsabilidade dos negócios em direção aos fatores ambientais, sociais e de governança corporativa (Irigaray; Stocker, 2022). Disponível em: [Visor Redalyc - ESG: novo conceito para velhos problemas](#)

Outrossim; ressaltamos que não abordamos analiticamente as relações de poder econômico entre os atores sociais e gestão ambiental, uma vez que o objeto de estudo recai sobre a análise das relações simbólicas de poder presentes nas redes sociais desses mesmos atores humanos em situações de conflitos socioambientais.

Para esta tese debateremos as arenas de disputas considerando, como por exemplo, os conflitos socioambientais como aqueles que ocorrem quando são envolvidos grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território. São originados quando pelo menos um dos grupos sofre ameaças quanto à continuidade das formas sociais de apropriação do seu meio (Acselrad, 2004).

A partir da revisão de literatura dos últimos 5 anos, identificamos uma necessidade significativa de aprofundar a compreensão teórica das relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais.

Embora a literatura tenha abordado empiricamente algumas poucas estratégias de poder simbólico nos conflitos socioambientais; ainda assim, notamos uma carência de pesquisas mais analíticas que busquem integrar uma perspectiva teórico-crítica das diferentes relações simbólicas de poder presentes nas redes sociais de atores, que percebem e exercem suas múltiplas territorialidades.

No entanto, compreender os cenários dos conflitos socioambientais e adotar uma metodologia capaz de evidenciar os acontecimentos, as perspectivas da conjuntura e as interações entre os atores sociais representa um grande desafio

Neste sentido, o estudo “Uma revisão de como estudamos os conflitos costeiros e marinhos: as ciências sociais estão tendo uma visão ampla o suficiente?”, os autores Dahlet; Selim; Putten (2023), afirmam ser fundamental adotar abordagens de métodos mistos, combinando métodos qualitativos e quantitativos para fornecer uma compreensão mais holística e robusta para analisar os conflitos. Além disso, propõem a utilização de técnicas avançadas de análise de redes e modelagem baseada em agentes para explorar as interações complexas entre as partes envolvidas.

Assim, os estudos atuais sobre conflitos socioambientais enfrentam dois principais desafios: primeiro, as questões teóricas e metodológicas do tema;

segundo a necessidade de melhor entender como as relações entre diferentes grupos e os acontecimentos inerentes a esses conflitos ao longo do tempo.

Ressaltamos que os conflitos socioambientais enfrentam desafios teórico-metodológicos devido à sua natureza complexa e multidimensional, que envolve diferentes atores, escalas e temporalidades (Acsehrad, 2004; Little, 1999, 2001, 2006; Martinez-Alier, 2007, 2007a, 2010, 2014). Essa complexidade, segundo Zhouri e Laschefski (2010), demanda abordagens que integrem adequadamente aspectos sociais, ambientais, econômicos e políticos, bem como relata Hannigan (2009), sobre a dificuldade em considerar aspectos tanto objetivos quanto subjetivos do fenômeno, além da necessidade de lidar com a dinâmica temporal e espacial desses conflitos.

Observamos que muitos métodos de pesquisa de conflitos socioambientais ainda são subutilizados, pois o fenômeno envolve complexas relações sociais e socioecológicas. Dessa forma, métodos que focam no aspecto relacional, como a análise de redes, são raros, mas essenciais para entender as dinâmicas de poder e colaboração entre diferentes atores. Estudos como os de Preiser *et al.* (2018), Bodin *et al.* (2020) e Maya-Jariego *et al.* (2017) destacam a importância dessas abordagens inovadoras e integradas para compreender a causalidade por trás dos conflitos e mudanças socioambientais.

Em consonância com os cenários e perspectivas acima, este estudo propõe também analisar empiricamente a conjuntura e as redes sociais do território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APAMBC) visando investigar a questão da centralidade das relações de poder simbólico, enquanto elemento de dominação sob a perspectiva dos conceitos de campo, capital, *habitus* e Poder Simbólico, em Bourdieu (1977, 1983, 1986, 1990, 1996, 2004, 2007, 2011, 2012).

Com a intenção de preencher essas lacunas nas pesquisas descritas anteriormente, propomos uma abordagem quanti-qualitativa aplicando múltiplos métodos e técnicas para descrever e analisar os conflitos socioambientais na UC marinha (APAMBC). Estes métodos vão desde a análise de conjuntura dos conflitos socioambientais até a análise das redes sociais dos atores sociais, para responder à seguinte questão de pesquisa:

_"Como o poder simbólico é exercido e percebido pelos diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza?"

A partir da problemática apresentada torna-se imprescindível refletir criticamente, inspirado referencial teórico-metodológico, as seguintes questões de estudo: como a literatura temática dos últimos 5 anos (2019-2023) descreve os mais variados modos de percepção e exercício do poder simbólico nos contextos em que ocorrem os conflitos socioambientais? quais são os principais atores sociais e conflitos socioambientais do território? Qual a configuração do campo de disputas e a participação de cada ator social nessa articulação? Qual a percepção dos envolvidos acerca dos conflitos socioambientais e da relação de forças no território? Quais relações e centralidades de poder estão presentes na rede social de atores do território?

Hipóteses

A partir da contextualização e problemática envolvendo o tema, formula-se as seguintes hipóteses a serem confirmadas nesse estudo:

- a) Hipótese 1: O campo científico dos conflitos socioambientais demonstra ser um campo de estudo em evolução e carece de métodos e ferramentas analíticas mais robustas;
- b) Hipótese 2: As relações de poder no território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza são estruturadas por meio de campos sociais onde os atores sociais acumulam capital simbólico, econômico, social e cultural. Nesse contexto, os atores sociais com maior aporte de capitais tendem a exercer maior influência sobre as dinâmicas dos conflitos socioambientais, reforçando assim as desigualdades existentes; e
- c) Hipótese 3: As redes sociais desempenham um papel essencial na construção e legitimação do poder simbólico no território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza. Através de suas

interações, os atores sociais estabelecem relações de força que moldam a percepção pública e seus papéis diante dos conflitos socioambientais. A compreensão dessas redes sociais pode ser tanto instrumento de ampliação do poder simbólico quanto de resistência às estruturas dominantes de poder no território.

Justificativas e motivações

Segundo resultados do “Projeto Latentes”, coordenado pela agência de jornalismo “Livre.jor²” e financiado pelo “Fundo Brasil de Direitos Humanos” sobre conflitos socioambientais relacionados ao extrativismo mineral, existem 4.536 áreas no Brasil estão em situação de conflitos humanitários e crises socioambientais longe dos olhares de maior parte da população, afetando diretamente as comunidades locais. Nestes pontos, terras indígenas, comunidades quilombolas, trabalhadores do campo e reservas naturais coexistem com minerações autorizadas pelo poder público.

O projeto ainda apresenta dados revelando que 245 territórios indígenas (40%), 183 comunidades de quilombolas (46%), 1.079 unidades de conservação (61%) e 3.029 assentamentos rurais (43%) estão em zonas de risco socioambiental. Essa análise provém de um estudo inovador baseado em informações da ANM (Agência Nacional de Mineração), que registra 30.554 operações de mineração legalizadas no país (Lázaro Jr.; Ribeiro; Freitas, 2018).

A partir deste contexto, entendemos que as questões que envolvem os conflitos socioambientais transcendem limites políticos e de governança; pois estão intimamente ligadas à construção social do ambiente em torno de um processo socioeconômico, histórico e ambiental. Há no bojo dessas questões obstáculos que invisibilizam o entendimento e enfrentamento das instâncias do poder simbólico, presente nos conflitos socioambientais.

² Disponível em: <https://livre.jor.br/brasil-tem-4-536-conflitos-socioambientais-latentes/>

Bourdieu (2004, 2012) assevera que o poder simbólico não é apenas exercido por meio da coerção física ou à força bruta, mas também se manifesta de forma simbólica, através da linguagem, da cultura e das instituições. No contexto dos conflitos socioambientais, o poder simbólico é exercido por atores ou grupo de atores dominantes com o intuito de legitimar suas ações e deslegitimar as lutas, culturas, modos de vida e organização social de comunidades marginalizadas.

Este estudo assumiu um papel de destaque ao anunciar e denunciar essas assimetrias presentes nas relações de poder simbólico com prejuízos socioambientais envolvendo as comunidades mais vulneráveis, que buscam força e voz num espaço de pressão por políticas públicas mais eficazes, justas, inclusivas e solidárias que considerem suas territorialidades socioambientais.

Levantamos questões para um importante contributo para o campo do estudo dos conflitos socioambientais ao analisarmos as relações de poder simbólico nas situações de conflitos entre atores humanos.

A partir de buscas-prévias em diversos repositórios, observamos que a literatura não teve expressiva contribuição de base teórico-empírica nas pesquisas, dos últimos 5 anos, envolvendo o poder simbólico nos conflitos socioambientais.

Assim, a pesquisa se justifica, em termos práticos, por:

- a) Preencher lacunas existentes nos debates sobre relações simbólicas de poder nos conflitos socioambientais, buscando superar o discurso polarizado na sustentabilidade e ambientalismo profissional;
- b) Ampliar a visibilidade do debate sobre a gestão dos recursos ambientais nas mãos dos grandes interesses econômicos, que veem nas questões ambientais um obstáculo ao desenvolvimento econômico;
- c) Fornecer subsídios para planejamento de políticas públicas numa dinâmica baseada na ação integrada e participativa envolvendo os atores sociais e suas implicações no uso, ocupação e gestão sustentável do território;
- d) Subsidiar o Conselho Gestor da APAMBC na operacionalização do Plano de Manejo com ações que integrem os atores sociais em projetos de educação ambiental e discussões sobre o ordenamento territorial da unidade de conservação;

e) Apresentar elementos da realidade do território demonstrando aos atores sociais a importância da preservação do meio ambiente, os riscos da concentração de poder no território e a necessidade da participação social na conjuntura sociopolítica das relações conflituosas.

Objetivos

Os objetivos foram estabelecidos para que a pesquisa pudesse contribuir para descrever e analisar a realidade dos atores sociais que convivem com os conflitos socioambientais quanto aos usos, ocupação e gestão do território. Esses objetivos permitirão a compreensão das relações de poder simbólico e das redes sociais no contexto dos conflitos socioambientais na APAMBC, proporcionando uma análise da conjuntura que molda esse cenário complexo.

Objetivo geral

Estudar as dinâmicas das relações de poder simbólico que permeiam os conflitos socioambientais do território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (Mangaratiba/RJ).

Objetivos específicos

1. Realizar uma revisão de escopo de literatura envolvendo o estado da arte das recentes produções científicas produzidas nos últimos 5 anos (2019 – 2023) sobre relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais;
2. Analisar a conjuntura envolvendo o território da APAMBC, os seus conflitos socioambientais, interações, impactos e a distribuição de

capital econômico, social, cultural e simbólico entre os principais atores sociais;

3. Analisar as centralidades das relações de poder simbólico presentes nos conflitos socioambientais da APAMBC.

Metodologia

Esta pesquisa teve seu projeto aprovado e reconhecido como relevante para as Ciências Ambientais pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEP UERJ), tendo autorizada a sua execução no que tange aos requisitos de ordem teórico-metodológica, adequação aos riscos e ausência de viés ou implicações éticas, conforme Parecer Consubstanciado nº 6.458.073/2023 (APÊNDICE A).

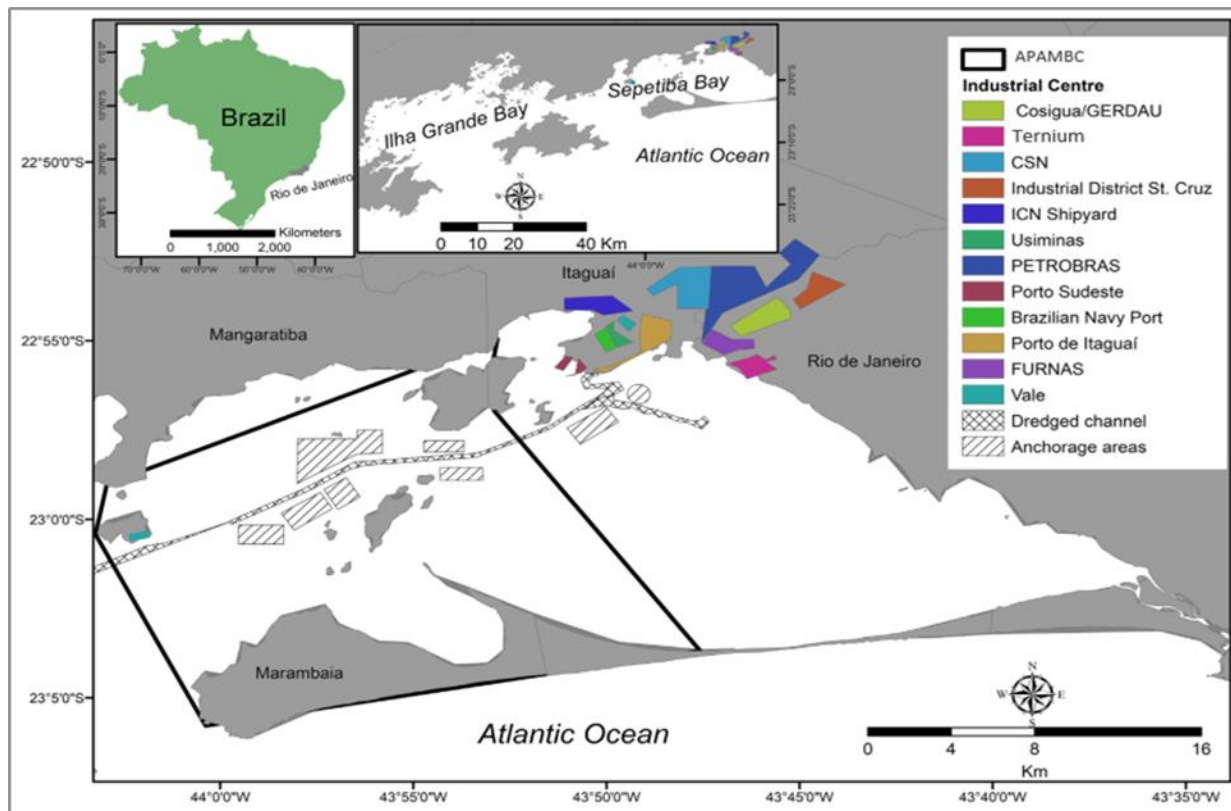
Área de estudo

A Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APAMBC), única Unidade de conservação de uso sustentável marinha do município de Mangaratiba/RJ insere-se neste estudo por ter nos seus usos, ocupações, aspectos da governança e interesses diversos envolvendo os elementos marinhos em disputa por diferentes atores sociais; mas, principalmente pelos aspectos envolvendo as relações de poder simbólico presentes nos conflitos socioambientais do território.

A APAMBC (Figura 1) está delimitada a partir dos vértices definidos pelas seguintes coordenadas geográficas (latitudes e longitudes): Ponto 1: 22°59'01,10"S e 44°02'56,92"O; Ponto 2: 23°05'48,70"S e 44°00'24,55"O; Ponto 3: 22°54'54,62"S e 43°52'49,22"O; Ponto 4: 23°03'28,90"S e 43°49'17,08"O (Mangaratiba, 2019).

A APAMBC tem como finalidade proteger, ordenar, garantir e disciplinar o uso racional dos recursos ambientais da região, inclusive suas águas, bem como ordenar o turismo recreativo, as atividades de pesquisa, a pesca e promover o desenvolvimento sustentável da região.

Figura 1 – Localização da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza



Fonte: Adaptado (Maciel *et al*, 2023).

Seguindo os preceitos elencados na Lei de criação da APAMBC, cabem aos órgãos municipais competentes desenvolverem, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), programas especiais de educação ambiental, capacitação, manejo e uso sustentável, bem como de pesquisa dos elementos naturais existentes nesta UC, objetivando seu uso ecologicamente sustentável.

A escolha do ambiente da pesquisa deve-se ao fato de o município de Mangaratiba, ao longo de seu processo histórico, ter cedido cada vez mais o espaço de sua cultura e modos de vida tradicionais aos apelos dos investimentos privados, com grande aporte de capital e elevados riscos socioambientais para a população local.

Lançar luz sobre esse fenômeno social das relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais representa uma forma de explicitar o que parece estar oculto aos olhos daqueles que apenas admiram e enaltecem a paisagem e os atrativos naturais locais.

Esperamos que a pesquisa crie vínculo com o lugar como proposta de mudança do *status quo*; pois como poeticamente descreve o dramaturgo, romancista, diretor teatral e poeta alemão Bertold Brecht (1898-1956):

Nada é impossível de mudar. Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar (Brecht, 1982).

Definição dos atores envolvidos

Os atores sociais envolvidos no estudo foram mapeados a partir das observações no local do estudo.

Foi adotada uma classificação em grupos para agregar os atores sociais em seus respectivos níveis de representação: Representação social - para agrupar os moradores e as associações organizadas no polígono da APAMBC; Atividade econômica, empresarial e industrial - para representar as empresas que atuam na APAMBC; Instituições de Pesquisa, Extensão e Educação Ambiental - para representar a academia e ONGs que atuam na área como núcleos, observatórios e institutos de pesquisas e, Política e Governança - agrupando todo arcabouço executivo e de gestão pública do território.

Os atores sociais entrevistados e observados foram identificados pelo respectivo grupo de representação ao qual fazem parte, bem como tiveram direito ao seu anonimato e preservação quanto ao uso de imagens, áudios, bem como não foram reveladas as suas identidades nominais ou institucionais, estando de acordo com a declaração de comportamento ético do pesquisador, aprovadas no Comitê de Ética da UERJ.

As estratégias de seleção da amostra dos atores sociais da APAMBC entrevistados passou por um processo cuidadoso ao equilibrar a representatividade dos atores sociais com a precisão metodológica em função do tema estudado. Inicialmente, definimos um universo/população de 32 atores sociais (representantes de categorias de atores), distribuídos em categorias como população tradicional e

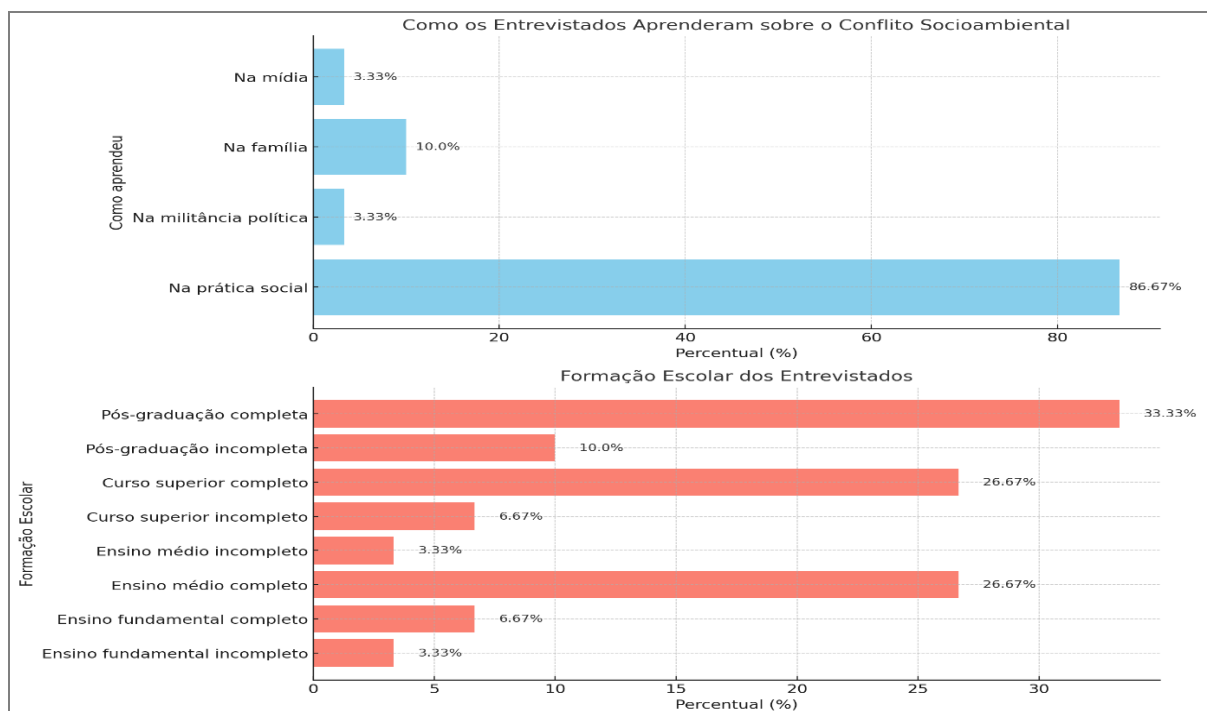
local, atividade de pesca artesanal, atividade portuária, atividade de turismo, membros da academia com pesquisas na região, ONGs e setores de governança.

Alertamos que para atender às diferentes necessidades e objetivos de cada etapa da pesquisa, a definição da amostra será definida em cada capítulo específico, porém mantendo sempre a integração do caráter metodológico misto (qualiquanti) do estudo.

Todas as justificativas das opções de amostras são explicadas nos referidos capítulos.

O perfil da população do estudo (Gráfico 1) mostrou uma diversidade tanto nas formas de aprendizado sobre os conflitos, quanto nos níveis de formação educacional, tendo destaque para a prática social como principal meio de aprendizado e a pós-graduação completa como o nível de formação mais comum.

Gráfico 1 - Perfil da população do estudo



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

De acordo com o gráfico 1, a maioria (86,67%) aprendeu sobre os conflitos socioambientais na prática social, enquanto 10% aprenderam na família, 3,33% na

militância política e 3,33% na mídia. Em termos de formação escolar, 3,33% têm ensino fundamental incompleto, 6,67% têm ensino fundamental completo, 26,67% têm ensino médio completo, 3,33% têm ensino médio incompleto, 6,67% têm curso superior incompleto, 26,67% têm curso superior completo, 10% têm pós-graduação incompleta e 33,33% têm pós-graduação completa.

Estrutura da tese e abordagem metodológica

A tese possui capítulos com formato de artigo científico³. Em cada capítulo/artigo está apresentado, em detalhes, a sua opção metodológica específica para conduzir os estudos, analisar e discutir seus principais resultados.

A tese está dividida em duas partes: teórica e empírica e buscou responder uma única questão de pesquisa: "Como o poder simbólico é exercido e percebido pelos diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza?"

Na parte teórica foi realizada uma Introdução Geral (capítulo inicial de apresentação do estudo) com os assuntos que ancoram toda a tese, bem como foi elaborado um artigo científico teórico de revisão de escopo da literatura (capítulo 1) sobre o tema do estudo, produzidos no horizonte dos últimos cinco anos (2019 – 2023). O artigo de revisão de escopo conta com um sistemático protocolo de pesquisa seguindo as diretrizes do *Joanna Briggs Institute* - JBI e do *checklist* PRISMA-ScR, de modo a permitir delinear o estado da arte do campo de conhecimento com mais acurácia.

No que diz respeito a parte empírica da tese foram elaborados dois capítulos, contendo dois grandes artigos empíricos de modo a construir e apresentar as contribuições práticas do estudo de caso.

³ A tese apenas assume a proposta de um formato com os elementos principais de artigo científico, sem que estes estejam em condições finais de submissão, uma vez que cada periódico possui seu regramento específico próprio. O formato é uma opção visando facilitar o processo de submissão futura de cada resultado e possibilitar o leitor localizar informações mais direcionadas.

As variáveis qualitativas envolvidas no instrumento de coleta de dados (notas de campo, pesquisa documental, observação direta, observação participante, relatos orais, conversas espontâneas, entrevistas) da parte empírica (capítulo 2 e 3) foram classificadas em categorias específicas que permitirão investigar questões delimitadoras da estrutura de capital social, econômico e cultural (Bourdieu, 1986, 2004, 2007, 2014) e de estruturas de Poder simbólico (2004, 2012) expressas no: campo, capital e *habitus* descrita por Bourdieu (1977, 1986, 1990, 1996, 2004, 2007 2011) na rede social do território da APAMBC.

Para as variáveis quantitativas da parte empírica (capítulo 3) foram expressas pelo grau de centralidade (*Centrality Degree*), centralidade de intermediação (*Betweenness Centrality*), centralidade de proximidade (*Closeness Centrality*) e centralidade de vetor próprio (*Eigenvector Centrality*) das relações de poder a partir da inserção dos dados oriundos do instrumento de coleta de dados (questionário) num ambiente de simulação do *UCINET® 6 for Windows*, que é um pacote de *software* utilizado para a análise de dados de redes sociais, desenvolvido por Borgatti, Everett e Freeman (2005).

Essas variáveis quantitativas apresentam uma medida estatística (grau de centralidade) evidenciando o perfil das relações e interações entre atores envolvidos na correlação de forças nos conflitos socioambientais, revelando o nível ou importância do nó (ator social) em relação à rede social; bem como a amplitude do volume de capitais simbólicos (Bourdieu, 1986, 2004, 2007, 2011) desses atores sociais no território.

A parte empírica do estudo teve foco na investigação das métricas de centralidades da rede como forma de simular as relações de poder existentes nas conexões dos atores sociais ao estabelecer suas percepções, relações de confiança, mobilização e resistência.

A metodologia adotada para esta parte prática não se limitou em demonstrar quantitativamente quem tem mais ou menos poder na rede, mas sim evidenciou a centralidade das relações e a importância dessas interações entre os principais elos na rede.

Importante ressaltar que as métricas que indicaram as centralidades de poder presentes nas relações na rede social representam uma perspectiva de caráter

dinâmico e não estático, isto é o retrato mensurado num dado momento da conjuntura dos acontecimentos e que por isso se altera todo o tempo.

A estrutura e categorias de análise da tese estão representadas no Quadro 1 e na Figura 2:

Quadro 1 - Estrutura da tese

Estrutura e Categorias de Análise	Metodologia Ferramentas	Resumo dos elementos	Capítulo/ Artigo
Introdução Geral (Objetivo Geral e Específicos)	Revisão de literatura narrativa; base/banco de dados; <i>sítes</i> ; teses; dissertações; livros.	Memorial de autoria; apresentação, contextualização, problematização e fundamentação teórico-metodológica do tema do estudo.	Inicial
Estado da arte dos Conflitos Socioambientais (Objetivo Específico 1)	Protocolo de Pesquisa; revisão de escopo de literatura; base/banco de dados.	Revisão de escopo de literatura dos últimos 5 anos sobre os conflitos socioambientais; protocolo de pesquisa com diretrizes do <i>Joanna Briggs Institute</i> - JBI e do <i>checklist PRISMA-ScR</i> ; aspectos bibliográficos; principais conceitos; lacunas de conhecimento a serem exploradas; implicações teóricas e práticas para o campo de estudo e potenciais temas de pesquisa.	1
Conjuntura dos Conflitos Socioambientais (Objetivo Específico 2)	Análise de conjuntura (IBASE); notas de campo; observação direta; observação participante; entrevistas; relatos orais; revisão de literatura narrativa; base/banco de dados; <i>sítes</i> ; livros; teses; dissertações.	Análise de conjuntura do global ao local; mapeamento dos conflitos existentes no território.	2
Relações de Poder Simbólico (Objetivo Específico 2)		Identificação dos principais atores sociais participantes dos conflitos; análise dos capitais de Bourdieu (econômico, cultural, social e simbólico) associados aos conflitos; e exame das relações de força e do poder simbólico que configuram os conflitos.	
Redes Sociais e Interação entre os Atores Sociais (Objetivo Específico 3)	Análise de conjuntura (IBASE) Análise de redes sociais (UCINET 6 for Windows); observação direta; observação participante; entrevistas; relatos orais; revisão de literatura narrativa; base/banco de dados; <i>sítes</i> ; teses; dissertações; livros.	Análise das estruturas das redes sociais do território; papel dos atores nas estruturas das redes sociais diante dos conflitos socioambientais; interconexões entre os atores sociais.	3
Centralidades de Poder (Objetivo Específico 3)		Identificação dos atores com maior centralidade de poder simbólico nos conflitos socioambientais; Correlação entre poder e capital simbólico.	
Considerações Gerais	Revisão de literatura narrativa;	Principais achados, implicações práticas e teóricas dos estudos;	Final

Estrutura e Categorias de Análise	Metodologia Ferramentas	Resumo dos elementos	Capítulo/ Artigo
(Objetivo Geral e Específicos)	base/banco de dados; sites; teses; dissertações; livros.	potencial de impacto na área de estudo; sugestão de futuras linhas de investigação, projetos e estudos; reflexão crítica sobre o estudo.	

Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

No processo de descrição e análise teórica dos conflitos socioambientais levamos em consideração uma base que integrou de modo transversal todas as etapas de organização e desenvolvimento do estudo presentes nos capítulos da tese; ou seja, a Introdução Geral (Capítulo inicial) constituiu todo o processo apresentação, descrição e fundamentação teórico-metodológico e conceitual do tema do estudo.

O capítulo 1 foi composto por um artigo de revisão de escopo da literatura, de modo a traçar o estado da arte das relações de poder nos conflitos socioambientais, mapeando a produção científica sobre o tema nos últimos cinco anos (2019-2023).

A partir de uma revisão de escopo de literatura, exploramos as formas de percepção e exercício do poder simbólico dos atores nos conflitos, quais métodos foram os mais recorrentes, os principais resultados e as subtemáticas relacionadas. Essa etapa foi fundamental para situar a pesquisa dentro do cenário acadêmico-científico e identificar as possíveis lacunas nas pesquisas, ampliando assim o conhecimento nesse campo.

Essas lacunas são consideradas como áreas que ainda não foram consideravelmente exploradas ou aprofundadas, identificando novas contribuições teóricas e metodológicas para expandir o conhecimento da temática em estudo.

Investigamos as abordagens teóricas e metodológicas adotadas pelos pesquisadores em seus estudos e como essas contribuições têm permitido o avanço significativo do conhecimento na temática.

Partindo da base teórica descrita acima, a Análise de Conjuntura, do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE) (Capítulo 2) apresenta um panorama que mapeia os conflitos socioambientais como forma de subsidiar as demais estruturas da tese.

A Análise de Conjuntura buscou compreender os antecedentes que influenciam nos conflitos socioambientais, sejam advindos de uma conjuntura internacional, nacional, regional ou local. Buscamos realizar um processo de descrição e análise exploratória sobre as diferentes situações de conflitos, identificando os eventos que fomentam essas disputas, os atores sociais envolvidos e os capitais de Bourdieu (1986, 2004, 2007, 2011) presentes na relação de forças e poder simbólico (2004, 2012) dos conflitos. A partir dessa análise, tornou-se possível mapear cenários, tendências e os padrões que estão implícitos nos conflitos socioambientais do território.

A descrição dos acontecimentos tem a sua devida importância para a compreensão contextualizada dos conflitos, uma vez que demonstram os tensionamentos e disputas em relação aos diversos usos, ocupações, gestão dos elementos naturais e à preservação ambiental.

O estudo de campo, entrevistas e outras técnicas aplicadas demonstraram motivações dos diferentes atores sociais presentes nas dinâmicas e relações de poder nos conflitos socioambientais. O contato com os diversos atores sociais do território, tais como: comunidades tradicionais, empresas, ONGs, universidades, governos, poder militar permitiram entender os interesses, valores e diferentes perspectivas em relação ao território, aos conflitos socioambientais, aos elementos naturais em disputas e à proteção do meio ambiente na UC.

Ressaltamos que este estudo não contemplou a análise processual dos conflitos socioambientais no território, optando dessa forma, por uma análise exploratória e conjuntural. O nosso interesse principal foi mapear os conflitos, os atores sociais, as relações de poder e a distribuição dos capitais existentes nas disputas, a partir da metodologia Análise de Conjuntura (IBASE) e demais técnicas empregadas, sem a preocupação de explicar como os conflitos socioambientais se manifestam.

Os aspectos envolvendo as Relações de Poder Simbólico e as Redes Sociais (Capítulo 3) identificamos os atores sociais, suas percepções, interações e interconexões na rede social de atores a partir das métricas que identificaram as centralidades de poder dos atores sociais com maior influência e privilégios na rede

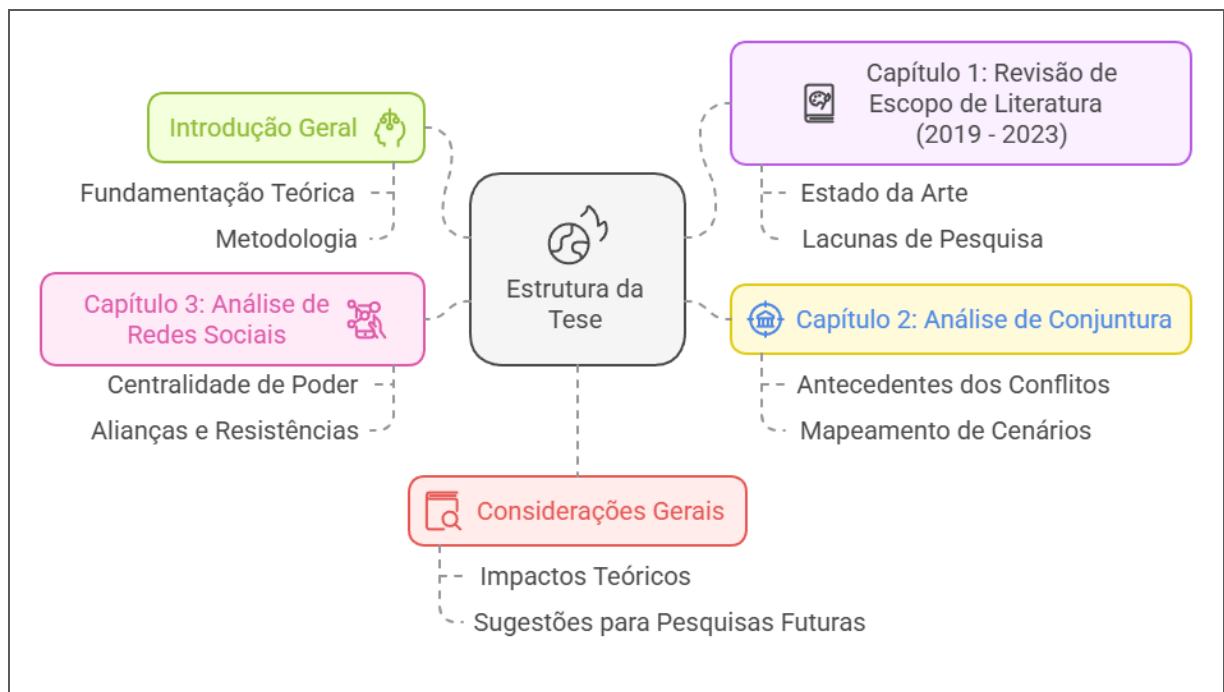
social, bem como as alianças e resistências às formas de poder simbólico vigente no território.

O capítulo 3 teve como objetivo analisar os conflitos socioambientais a partir de uma perspectiva metodológica, mais especificamente, utilizando a Análise de Redes Sociais, demonstrando as relações de poder dos envolvidos nos conflitos, bem como explicitar como o poder simbólico é percebido e exercido para compreender a dinâmica dos conflitos e suas implicações nas territorialidades dos atores.

Na última fase do estudo, foram realizadas as Considerações Gerais (Capítulo final), consolidando todos os achados mais relevantes de cada capítulo, discutindo os impactos, relatando as implicações teóricas e práticas para o campo de estudo, propondo sugestões para novas pesquisas e projetos e traçando uma breve reflexão crítica sobre o processo de desenvolvimento do estudo.

A Figura 2 ilustra toda a estrutura da tese.

Figura 2 – Estrutura da tese.



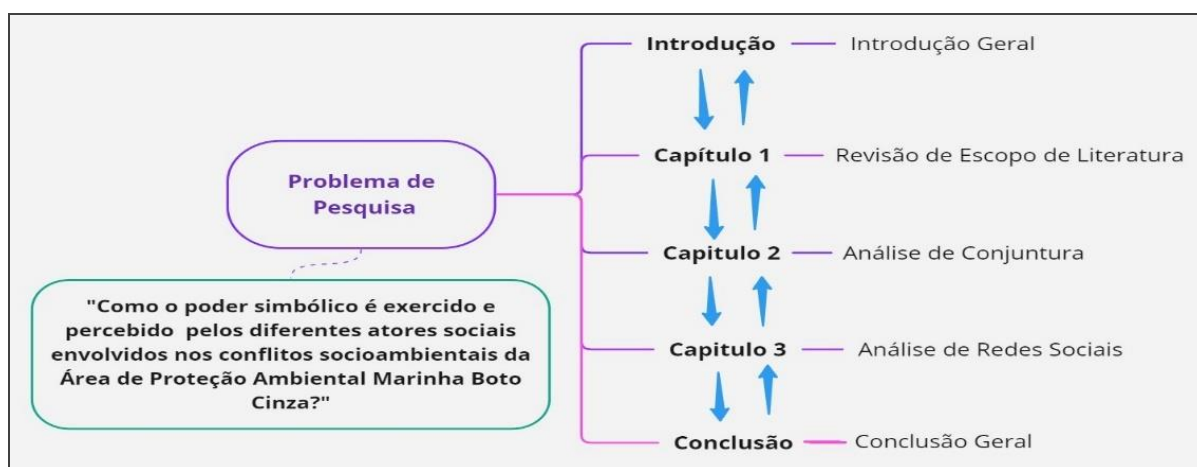
Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Toda a estrutura da tese buscará responder uma única questão do problema de pesquisa: “Como o poder simbólico é exercido e/ou percebido pelos diferentes

atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza?”, conforme Figura 3.

A partir da estruturação da tese, detalhada acima, abordamos três dimensões investigativas fundamentais para a compreensão integrada do fenômeno em estudo: as relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais.

Figura: 3 – Integração do problema de pesquisa na estrutura da tese



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A dimensão epistemológica buscou na natureza e no escopo do conhecimento sistematizado e atualizado para a compreensão do conhecimento existente sobre o tema e quais métodos foram mais empregados nesses estudos. Para explorar essa dimensão, realizamos uma Revisão de Escopo de Literatura, que permitiu definir o estado da arte do tema em estudo, apresentado no primeiro capítulo. Nesta dimensão também estão presentes as epistemologias híbridas, combinando conhecimentos científicos e tradicionais.

A dimensão ontológica mergulha na essência da realidade e do ser, investigando o que realmente existe e a verdadeira natureza das coisas. Essa dimensão foi explorada por meio de uma Análise de Conjuntura, onde analisamos os acontecimentos, cenários e atores sociais em contextos de conflitos socioambientais expressando a realidade socioambiental do ambiente da pesquisa. Assim, no segundo capítulo da tese, descrevemos e analisamos a conjuntura que explora como as infraestruturas (do global ao local) são constituídas através de múltiplos

contextos materiais e discursivos, enfatizando a importância das relações entre atores sociais humanos.

Por fim, a dimensão metodológica traz os métodos específicos empregados na coleta, análise e discussão de dados. A tese aplica a metodologia da Análise de Redes Sociais para medir as centralidades de poder nas relações entre os atores sociais. Esta abordagem quantitativa forneceu insights sobre a dinâmica do poder, descrita no terceiro capítulo.

As três dimensões investigativas usadas para enquadrar cada capítulo da tese estão representadas resumidamente no Quadro 2:

Quadro 2 - Dimensões investigativas do estudo

Dimensão	Conceituação básica	Método	Capítulo
Epistemológica	Investiga a natureza e o escopo do conhecimento científico e tradicional. Busca de respostas a partir do que sabemos, o que se junta ao que já sabemos e quais métodos são válidos para adquirir conhecimentos para entender o fenômeno estudado.	Revisão de Escopo de Literatura para definir o estado da arte do tema de estudo.	1
Ontológica	Estuda a natureza da realidade e do ser. Questiona o que existe e como as coisas realmente são, percorrendo instâncias materiais e discursivas de atores humanos.	Análise de Conjuntura para investigar os acontecimentos, os cenários e os atores sociais em situações de conflitos socioambientais	2
Metodológica	Refere-se aos processos de aplicação de métodos específicos para coletar, descrever, analisar e discutir os resultados do estudo.	Análise de Redes Sociais para mensurar as medidas de centralidades nas relações de poder dos atores sociais.	3

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

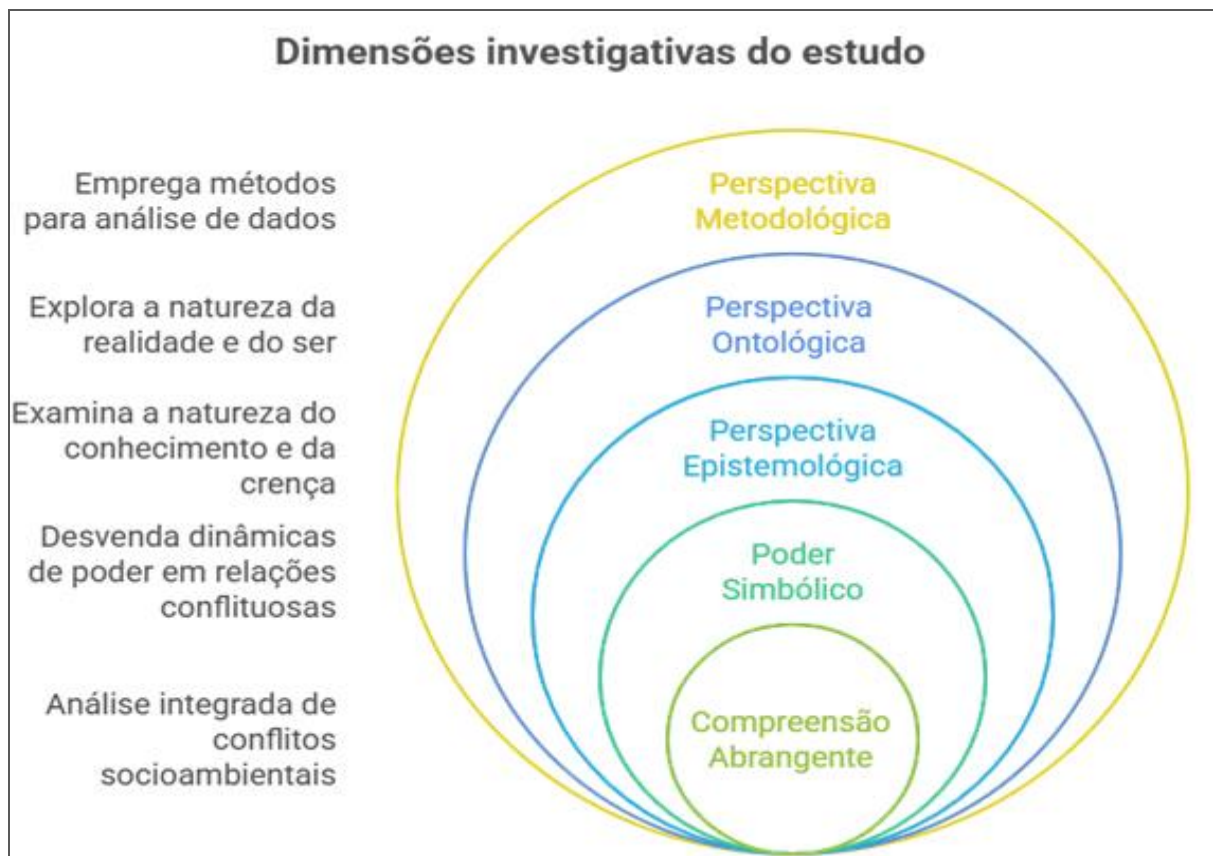
As 3 dimensões investigativas, descritas acima e ilustrada na Figura 4, são de extrema relevância para uma compreensão abrangente e integrada dos conflitos socioambientais na APAMBC. Juntas, elas permitem uma análise aprofundada do poder simbólico nas relações conflituosas, demonstrando como o conhecimento, a realidade da conjuntura e os métodos descritos na tese se integram para moldar as dinâmicas de poder.

Através do olhar epistemológico, ontológico e metodológico a tese desvenda as complexidades das relações socioambientais diante das estratégias para a justiça

socioambiental, a preservação da biodiversidade e do patrimônio cultural do território.

Essa triangulação investigativa empregada constitui uma estrutura de base para decifrar as intrincadas tensões na área protegida. Ao articularmos fundamentos teóricos (Capítulo 1), contexto situacional (Capítulo 2) e instrumentos analíticos quantitativos da análise das redes sociais (Capítulo 3), o estudo transcende visões unidimensionais, trazendo à luz as forças hegemônicas e contra-hegemônicas que se entrelaçam no tecido socioecológico do território.

Figura 4 – Dimensões investigativas do estudo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ressaltamos que a integração dessas 3 dimensões investigativas permite que todas as partes (teórica e empírica) do estudo se comuniquem entre si; pois concordamos com Pierre Bourdieu ao afirmar que o método de coleta e a teoria utilizada para a interpretação das fontes não podem ser separados

epistemologicamente, sob possibilidade de criar antagonismos teórico-metodológicos que podem invalidar os resultados (Bourdieu, 1989, p. 24).

Design do estudo

A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa (elementos qualitativos presentes na metodologia “Análise de Conjuntura – IBASE”, entrevistas, observações entre outros; bem como elementos quantitativos oriundos das medidas de centralidades da metodologia “Análise de Redes Sociais” obtidas no *software* UCINET); do tipo bibliográfica (baseado na literatura temática); descritiva (análise prática com observação em campo); exploratória (mapeamento dos conflitos socioambientais) e documental (consultas em atas e Plano de Manejo do Conselho Gestor da APAMBC, legislações e outros documentos). Quanto à técnica trata-se de um estudo de caso (aprofundamento do objeto de estudo) com pesquisa participante (o pesquisador atua como membro do Conselho gestor da APAMBC). No que diz respeito à natureza dos dados foi utilizada observação em campo, questionário estruturado com perguntas fechadas, relatos orais, participação em reuniões (dados primários) e dados coletados em base de dados, banco de dados, *sites*, relatórios, atas etc. (dados secundários).

Considerando-se o objetivo de estudar as relações simbólicas de poder nos conflitos socioambientais presentes na rede social da APAMBC, de modo a lançar olhar crítico sobre este fenômeno social, utilizaremos diversos procedimentos teórico-metodológicos para sua formulação e exposição de análise dos resultados obtidos.

Para atingir o objetivo proposto, este estudo de caso buscou compreender, analisar e descrever um fenômeno social complexo caracterizado por um conjunto de sentidos, valores, crenças, comportamentos e relações sociais que, em sua maioria, não permitem uma simples quantificação e validação em termos de resultados quantitativos obtidos.

Entretanto; utilizamos a estratégia metodológica denominada “triangulação de dados”, que tem como objetivo trazer maior robustez, transparência, credibilidade, validade e fidelidade às fontes de evidências e análises dos resultados obtidos.

A triangulação de dados é uma estratégia metodológica que consiste na utilização de múltiplas fontes de dados, métodos de coleta ou perspectivas teóricas para investigar um mesmo fenômeno de pesquisa. Originário da navegação e topografia, o termo refere-se ao uso de três pontos de referência para determinar com precisão a localização de um objeto. Na pesquisa científica, essa abordagem permite maior robustez e confiabilidade dos resultados ao confrontar e cruzar informações obtidas de diferentes maneiras.

Desta forma, o uso de várias fontes, técnicas e métodos buscaram minimizar vieses e com vistas a possibilitar a validade dos resultados, especialmente em estudos complexos dessa natureza.

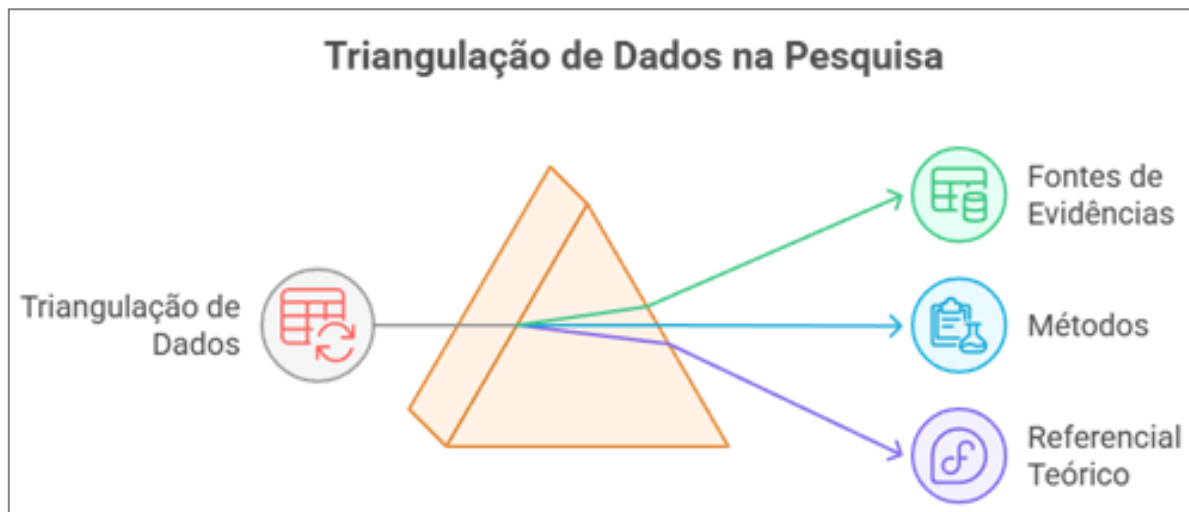
A abordagem da triangulação de dados permite uma compreensão holística, explorando nuances e complexidades que poderiam ser negligenciadas com uma única perspectiva colocada em prática (Minayo, 2001; Bryman, 2006; Woolley, 2009). Ao combinar dados qualitativos e quantitativos, temos uma visão completa das relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais da rede social da APAMBC, melhorando a qualidade da pesquisa e proporcionando *insights* robustos sobre as interações sociais e ambientais.

Essa estratégia metodológica fortalece a validade dos resultados ao permitir a validação cruzada de informações através de diferentes fontes e métodos. A triangulação reduz vieses de abordagens isoladas, oferecendo múltiplas lentes analíticas para examinar o mesmo fenômeno. No contexto da APAMBC, essa abordagem integrada possibilita identificar padrões para compreender significados e estratégias dos atores envolvidos.

As fontes de evidências representam os dados coletados de diversas origens para fundamentar a pesquisa, os métodos empregaram as técnicas usadas para coletar e analisar os dados, enquanto o referencial teórico serviu como base teorias e conceitos para direcionar a interpretação dos dados.

Conforme ilustrado na Figura 5, temos a integração de três componentes principais do estudo: fonte de evidências, métodos e referencial teórico, com o estudo de caso no centro, permitindo uma análise mais robusta

Figura 5 - Triangulação e integração de dados



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A seguir apresentamos os elementos constituintes da triangulação de dados do estudo em termos práticos.

- a) Integração das fontes de evidências: *i*) dados primários – para garantir um entendimento imersivo acerca dos conflitos socioambientais e do exercício do poder simbólico do território (Capítulo 2 e 3) realizamos a coleta de dados por meio de variadas fontes de evidências, como por exemplo: entrevistas, notas de campo, conversas espontâneas (pescadores, barqueiros, empresários da atividade turística, comerciantes, Marinha do Brasil, educadores, artistas, presidentes de ONGs, pesquisadores que atuam na região - UERJ, UFRJ, UFF, UFRRJ e CEFET/RJ), Secretário de Meio Ambiente, Secretário de Pesca, Secretário de Turismo, Secretário de Defesa Civil, Coordenadora da Ordem Pública Municipal, Coordenador da Guarda de Polícia Ambiental (GPA), Comando da Unidade de Proteção Ambiental (UPAM), agentes de turismo, professores da FAETEC;

observações diretas e participantes nos Conselhos Gestor da APAMBC (2020-2024) e Conselho Municipal de Turismo (23/05/2024), Audiências Públicas do Programa Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba (PROMEIA) (25/04/2024), Consulta Pública de criação da APA Ilha Verde (20/05/2024), Fórum Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba (05/06/2024); visitação técnica no: Quilombo da Ilha da Marambaia - ARQIMAR (20/11/2022, 20/11/2023 e 05/07/2023), Quilombo Santa Justina e Santa Izabel (26/11/2022), Associação de Moradores e Pescadores na Ilha de Jaguanum (03/10/2023), Centro de capacitação Técnica de Muriqui (23/05/2024), Aniversário de 16 anos do Parque Cunhambebe/Sede do INEA, em Mangaratiba, visitação ao 4º Batalhão da Unidade de Polícia Ambiental – UPAM e Instituto Boto Cinza (13/06/2024), Conferência das Cidades, etapa municipal (28/06/2024); *ii*) Dados Secundários – com o objetivo de realizar uma revisão de literatura envolvendo o estado da arte das recentes produções científicas sobre os conflitos socioambientais (objetivo específico 1) elaboramos uma revisão de escopo (capítulo 1) da literatura dos últimos 5 anos, seguindo diretrizes do protocolo de pesquisa do Joanna Briggs Institute (JBI) e checklist PRISMA-ScR (modelo 2020) a partir do uso de bases e banco de dados para contextualizar as evidências secundárias e teórico-epistemológica; e *iii*) Apresentação dos estudos prévios em eventos (congressos, seminários, encontros, mesa-redonda, palestras, oficinas, minicursos etc.) de nível local, regional, nacional e internacional – o envolvimento e colaboração com diversos investigadores, no âmbito do debate sobre o mesmo estudo, permitiu múltiplas observações no tema, campo e vários pontos de vista, contribuindo para a redução de enviesamentos. *iv*) Participação em programas e projetos de pesquisa e extensão – para ter uma visão compartilhada e integrada com outros membros da academia e técnicos sobre o campo, os atores, acontecimentos e as relações de poder foi franqueada a participação do pesquisador no laboratório de campo (Mangaratiba) como membro colaborador no

projeto de extensão “Baía de Sepetiba - uma abordagem socioambiental”, coordenado pela MSc. Fatima Pereira da Rosa Cunha de Almeida, do Cefet/RJ e no estudo de pós-doutorado intitulado Baías de Guanabara e Sepetiba/RJ: vulnerabilidades e resistências em zonas de sacrifício, de DSc. Patrícia de Oliveira Plácido (PPGMA/Uerj); atuação como integrante do Grupo de Trabalho para elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental de Mangaratiba (ProMEA Mangaratiba e Itaguaí), realizado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica Guandu/RJ, com apoio da Prefeitura de Mangaratiba e sob execução da empresa MYR Projetos Sustentáveis (APÊNDICE D).

- b) Integração de teorias: Espaço e Território, Ecologia Política e Relações de Poder - a integração dessas três dimensões teóricas forneceu elementos robustos para estudar e interpretar as dinâmicas das relações de poder simbólico que permeiam os conflitos socioambientais do território da APAMBC (objetivo geral). A partir das contribuições dos conceitos de Bourdieu (como poder simbólico, campo, capital e *habitus*), justiça ambiental e outras teorias de conflitos socioambientais, a tese articulou uma compreensão mais ampliada no estudo dos conflitos socioambientais do território, abordando as complexidades inerentes ao poder simbólico em diferentes olhares da análise.
- c) Integração de métodos: i) análise qualitativa – para analisar a conjuntura do território da APAMBC, os seus conflitos socioambientais, suas conexões, interações, impactos e a distribuição de capital econômico, social e cultural entre os principais atores sociais (objetivo específico 2) utilizamos a Metodologia de Análise de Conjuntura – modelo IBASE para mapear os principais conflitos socioambientais e os atores sociais envolvidos (Capítulo 2), bem como outros elementos qualitativos foram empregados como os estudos de caso detalhados (Capítulo 2 e 3), observações diretas, entrevistas, pesquisa participante e análise de documentos. Estas opções metodológicas possibilitaram compreender como o poder simbólico é percebido e exercido pelos

diferentes atores sociais, no intuito de explorar com mais propriedade os elementos das dinâmicas sociais e culturais nos conflitos socioambientais presentes no território; *ii*) análise quantitativa - para analisar as centralidades das relações de poder simbólico presentes nos conflitos socioambientais da APAMBC (objetivo específico 3) usamos a Metodologia da Análise de Redes Sociais (Capítulo 3). Essa métrica quantitativa (grau de centralidade) objetivou demonstrar a importância da influência e posição dos atores dentro da rede, que foi complementada com as análises qualitativas sobre as estruturas de poder do território.

Ressaltamos que a integração de todos esses elementos da triangulação complementou e trouxe robustez às conclusões da pesquisa; ou seja, os dados quantitativos sobre as métricas usadas para evidenciar as centralidades de poder na rede social de atores, foram contextualizados e validados a partir dos *insights* qualitativos sobre como o poder simbólico é percebido e exercido pelos atores sociais na APAMBC. Nessa mesma perspectiva, a análise integrada dos dados primários e secundários, foi suportada por uma base teórica multidisciplinar, permitindo uma compreensão mais abrangente dos conflitos socioambientais, enquanto objeto e campo de estudo.

Contudo, a pesquisa buscou integrar Revisão de Escopo de literatura sobre poder simbólico, Análise de Conjuntura e Análise de Redes Sociais como uma proposta de romper com o monoteísmo metodológico criticado por Bourdieu (2004, 2007, 2017; Bourdieu *et al.*, 2015), permitindo compreender tanto estruturas objetivas quanto disputas simbólicas nos conflitos socioambientais. Esta triangulação metodológica revela as múltiplas dimensões do capital e as lutas pela legitimidade discursiva nos conflitos socioambientais da APAMBC.

Ao propormos uma maior integração dos elementos desse estudo, Pierre Bourdieu nos ensina a romper com o senso comum, mapear as relações entre campos sociais e *habitus*, manter vigilância reflexiva sobre nossos próprios vieses, e valorizar a pesquisa empírica em diálogo com a teoria, o que representa ferramentas

essenciais para compreendermos as complexidades do mundo social (Bourdieu, 2004, 2007, 2017; Bourdieu *et al.*, 2015).

Referencial teórico-metodológico e conceitual

Referencial teórico-metodológico

No referencial teórico-metodológico da tese foram usados teorias, conceitos e abordagens de ordem metodológica com o objetivo de orientar a compreensão do estudo e as suas respectivas análises.

O Referencial teórico foi desenvolvido de modo a possibilitar uma articulação entre todos os assuntos que tangenciam o estudo, seja no âmbito da parte teórica, quanto na parte empírica.

O estudo encontra-se ancorado em três categorias analíticas para englobar o referencial teórico, da seguinte forma: Espaço e Território, envolvendo as Unidades de Conservação, Territórios e Territorialidades; Ecologia Política, abrangendo os Conflitos Socioambientais e Justiça Ambiental e; Relações de Poder, concentrando as discussões teóricas sobre o Poder Simbólico.

Apresentamos resumidamente o referencial teórico-metodológico básico da tese no Quadro 3.

Quadro 3 - Referencial teórico-metodológico

Categorias Analíticas	Referencial Teórico	Metodologia e ferramentas integradas	Principais Conceitos e Abordagens
Espaço e Território	Unidade de Conservação	Revisão de Literatura Narrativa Artigos Base/Banco de dados de dados	Unidades de Conservação possuem o objetivo principal de preservar a biodiversidade e outros elementos naturais, garantindo o uso sustentável.
	Territórios e Territorialidades		Compreensão do território além de aspectos geográficos, mas como um espaço permeado de significados sociais e culturais; Territorialidades contemplando as práticas que constroem e transmitem identidades em um território.
Ecologia	Justiça Ambiental	<i>Sites</i>	Busca distribuir igualmente

Categorias Analíticas	Referencial Teórico	Metodologia e ferramentas integradas	Principais Conceitos e Abordagens
Política		Teses/Dissertações Livros	impactos ambientais e benefícios, independentemente de gênero, origem étnica, socioeconômica ou geográfica; enfoca a participação de todos na tomada de decisões ambientais.
	Conflitos Socioambientais	Análise de Conjuntura Observação Direta Observação Participante	Conflitos entre grupos sociais com interesses divergentes em relação aos elementos naturais e ambientais; incluem disputas por significados e valores, não apenas por recursos materiais, mas também simbólicos.
Relações de Poder	Poder Simbólico	Formulário de Entrevista Notas de campo Análise de Redes Sociais	Campo: espaço simbólico onde ocorrem lutas pelo poder, regulado por regras e valores; Capital: soma de recursos materiais e simbólicos acumulados pelos atores sociais; <i>Habitus</i> : conjunto de disposições internalizadas que moldam as relações sociais.
	Análise de Conjuntura	Software UCINET, NetDraw	Compreende a realidade social em um determinado momento histórico, considerando a interação entre diferentes fatores e atores. Examina determinados contextos e as tendências que levaram à situação atual.
	Análise de Redes Sociais		Estuda as estruturas sociais através das relações (laços) entre entidades sociais (nós ou atores). Prioriza as conexões entre atores ao invés de atributos individuais.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2004.

Referencial teórico-conceitual

O Referencial teórico-conceitual surge com o objetivo de delimitar os principais conceitos e definições relacionados ao objeto de estudo, bem como servir para sustentar a questão da pesquisa e os seus argumentos teóricos.

O Quadro 4 descreve o referencial teórico-conceitual delimitando o tema, trazendo em seu escopo alguns conceitos e definições importantes para a melhor compreensão dos termos empregados nesse estudo.

Quadro 4 – Conceitos e definições norteadoras do estudo

Conceito	Definição
Conflito Socioambiental	É uma disputa material ou simbólica entre diferentes atores ou grupo de atores sociais, em torno da ocupação, uso e gestão dos elementos naturais, que tem como consequência impactos ambientais, sociais e econômicos indesejados como forma de ameaças à continuidade das formas sociais de apropriação do meio natural (Acsehrad, 2004; Little, 1999, 2001; Martínez-Alier, 2004, 2006, 2007, 2007a, 2014, 2023; Mohai; Pellow; Roberts, 2009; Pulido, 1996).
Atores Sociais	São indivíduos ou grupos que participam de um conflito socioambiental. Podem ser representados por pessoas, organizações, coletividades, comunidades, empresas, governos etc. (Acsehrad, 2004; Little, 1999, 2001; Martínez-Alier, 2004, 2006, 2007, 2007a, 2014, 2023; Mohai; Pellow; Roberts, 2009; Pulido, 1996)
Causa dos conflitos	São os fatores que levam à eclosão de um conflito socioambiental. Podem ser relacionados a fatores econômicos, sociais, políticos, culturais, ambientais etc. (Acsehrad, 2004, 2006, 2007, 2007a, 2014; Little, 1999, 2001; Martínez-Alier, 2004, 2006, 2007, 2007a, 2014, 2023; Mohai; Pellow; Roberts, 2009; Pulido, 1996)
Consequências dos conflitos	São os impactos resultantes de um conflito socioambiental. Podem ser relacionados a danos ambientais, sociais e econômicos (Acsehrad, 2004; Little, 1999, 2001; Martínez-Alier, 2004, 2006, 2007, 2007a, 2014, 2023; Mohai; Pellow; Roberts, 2009; Pulido, 1996).
Poder Simbólico	Capacidade de influenciar o comportamento e as percepções dos outros através de símbolos, implicações e valores (Bourdieu, 2004, 2012; Lefebvre, 2001; Santos, 2000)
Análise de Conjuntura	É a interpretação crítica dos acontecimentos ou eventos atuais à luz dos interesses dos atores envolvidos e dos processos históricos e sociais (Souza, 2014; Oliveira, 2014; Queiroz, 2019).
Análise de Redes Sociais	Estudo da estrutura e da dinâmica das relações entre os atores em uma rede social (Wasserman; Faust, 1994; Barabási, 2016; Scott, 2017).
Territorialidades	Processos de construção de identidade e apropriação do espaço por diferentes grupos sociais, que geram relações de poder e conflito (Santos, 1994; Haesbaert, 2004; Raffestin, 2007; Little, 2018).
Justiça Ambiental	É a ideia de que todos os indivíduos têm o direito a viver em um ambiente saudável e equilibrado, independentemente de sua raça, etnia, classe social, gênero etc. (Martínez-Alier, 2004, 2006, 2007, 2007a, 2014; Agyeman, 2005; Schlosberg, 2007; Walker, 2012)
Unidades de Conservação	São espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).
Desenvolvimento Sustentável	É o desenvolvimento que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às suas próprias necessidades (Brundtland, 1987; Sachs, 2008; WCED;1987).

Conceito	Definição
Governança Ambiental	É o processo de tomada de decisão sobre questões ambientais. Pode ser exercida por diferentes atores, como governos, empresas, organizações da sociedade civil etc. (Biermann <i>et al</i> , 2009; Young,2002).
Participação Social	É o processo de envolvimento dos indivíduos e grupos sociais na tomada de decisão sobre questões que afetam suas vidas (Cornwall; Gaventa, 2001; Cooke; Kothari, 2001; Pretty,1995).

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A seguir descrevemos um breve resumo do referencial teórico-conceitual para embasar os capítulos da tese, seus resultados, análises e discussões.

Evolução das agendas ambientais: desafios para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APAMBC)

Muito antes da criação do SNUC, em 2000, a agenda ambiental brasileira foi significativamente impactada por eventos internacionais. Contudo, muitos são os desafios para sua efetiva estruturação e institucionalização; pois as UCs têm um histórico ambiental anterior da criação do SNUC marcado por graves tensionamentos e conflitos socioambientais devido à ocupação humana nos territórios.

O Quadro 5 ilustra a evolução histórica das agendas nacionais e internacionais que influenciaram a criação e tem gerado desafios na institucionalização do SNUC.

Quadro 5 - Evolução das agendas ambientais no plano nacional e internacional

Ano	Nacional (Brasil)	Evento Internacional
1972		Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, Suécia)
1972		Criação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) (Nairóbi, Quênia)
1981	Criação da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81)	
1987		Publicação do Relatório Brundtland ("Nosso Futuro Comum") (ONU, Nova York, EUA)

Ano	Nacional (Brasil)	Evento Internacional
1988	Constituição Federal inclui capítulo sobre meio ambiente	
1989	Criação do IBAMA	
1992		UNCED (Rio-92): Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, Brasil)
1992		Adoção da Agenda 21, Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) (Rio de Janeiro, Brasil)
1997		Adoção do Protocolo de Quioto (UNFCCC COP3) (Quioto, Japão)
1998	Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98)	
2000	Criação do SNUC (Lei nº 9.985/00)	
2002		Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) (Joanesburgo, África do Sul)
2006	Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06)	
2009	Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/09)	
2010	Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10)	COP10 da CBD (Nagoya, Japão): Metas de Aichi para a Biodiversidade
2012	Novo Código Florestal (Lei nº 12.651/12)	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) (Rio de Janeiro, Brasil)
2015	Lei nº 13.123/15 (Lei da Biodiversidade)	Adoção do Acordo de Paris (COP21 da UNFCCC) (Paris, França)
2015		Adoção da Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Nova York, EUA)
2016	Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima	
2018		COP24 da UNFCCC: Livro de Regras do Acordo de Paris (Katowice, Polônia)
2019	Decreto nº 10.186: Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo	
2021		COP26 da UNFCCC: Pacto Climático de Glasgow (Glasgow, Escócia, Reino Unido)
2021		Primeira parte da COP15 da CBD: Declaração de Kunming (virtual, sediada em Kunming, China)
2022		COP27 da UNFCCC: Acordo sobre fundo de perdas e danos (Sharm el-Sheikh, Egito)
2022		Segunda parte da COP15 da CBD: Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal (Montreal, Canadá)
2023		COP28 da UNFCCC: Acordo sobre transição dos combustíveis fósseis (Dubai, Emirados Árabes Unidos)

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A evolução das agendas ambientais globais e no Brasil tem sido marcada por uma série de eventos e políticas relevantes ao longo das últimas décadas.

Em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, Suécia, não apenas influenciou a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sediado em Nairóbi, Quênia, mas também estabeleceu as bases para futuras discussões globais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

No Brasil, a década de 1980 foi marcada pelo avanço da política ambiental; pois em 1981, foi criada a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), que estabeleceu diretrizes para a proteção ambiental e incluiu um capítulo dedicado ao meio ambiente na Constituição Federal de 1988.

O ano de 1987 com a publicação do Relatório Brundtland, intitulado "Nosso Futuro Comum", pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, introduziu e popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável, influenciando as políticas ambientais globais nas décadas seguintes.

A década de 1990 trouxe importantes contribuições para a agenda ambiental global e brasileira, pois em 1992, o Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Rio-92 ou ECO-92, que resultou na adoção da Agenda 21, na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). A CDB, em particular, estabeleceu três objetivos principais: conservar a diversidade biológica, promover o uso sustentável de seus componentes e garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso de recursos genéticos.

Embora o Brasil tenha aprovado o texto da CDB em 1994, sua ratificação só ocorreu em 1998 - o mesmo ano em que o país aprovou a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98) -, indicando uma implementação tardia das diretrizes internacionais.

No cenário internacional, 1997 marcou a adoção do Protocolo de Quioto na COP3 da UNFCCC, realizada em Quioto, Japão, estabelecendo metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para países desenvolvidos.

O ano 2000 trouxe importantes contribuições para a conservação da biodiversidade no Brasil, com o surgimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), através da Lei nº 9.985 que estabeleceu critérios

e normas para a criação, implantação e gestão de unidades de conservação, alinhando-se com os objetivos globais de proteção da biodiversidade.

Em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) em Joanesburgo, África do Sul, reafirmou os compromissos internacionais com o desenvolvimento sustentável e, também nesse mesmo ano, o Plano de Ação da CDB reforçou a importância das áreas protegidas como estratégia para a conservação da biodiversidade.

A década de 2010 tivemos importantes movimentos, como a COP10 da CDB, em 2010, realizada em Nagoya, Japão, ao estabelecer as Metas de Aichi para a Biodiversidade. Em 2012, o Rio de Janeiro sediou novamente a conferência Rio+20, que reafirmou compromissos internacionais e lançou as bases para a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Já em 2015 contamos com a adoção do Acordo de Paris durante a COP21 da UNFCCC, em Paris, França, e a aprovação da Agenda 2030 e dos 17 ODS em Nova York. Enquanto no Brasil, a Lei da Biodiversidade (Lei nº 13.123/15) foi promulgada neste mesmo ano.

Ressaltamos a importância de estabelecer a distinção entre as séries de Conferências das Partes (COPs). As COPs da UNFCCC focam em questões de mudanças climáticas, enquanto as COPs da CDB tratam especificamente de preservação da biodiversidade. Por exemplo, a COP26 da UNFCCC em Glasgow, Escócia (2021), resultou no Pacto Climático de Glasgow, enquanto a COP15 da CDB, realizada em duas partes devido à pandemia de COVID-19 (primeira parte virtual em 2021 e segunda parte presencial em Montreal, Canadá, em 2022), produziu a Declaração de Kunming e o Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal.

A Declaração de Kunming e o subsequente Marco Global da Biodiversidade trouxeram compromissos importantes para o SNUC, incluindo metas de proteção de 30% das terras e oceanos até 2030, restauração de ecossistemas, aumento de financiamento para conservação, garantia da integridade dos ecossistemas e participação inclusiva de comunidades locais e indígenas.

Em 2022, 30 anos após a Rio-92, líderes mundiais se reuniram novamente no Rio de Janeiro para refletir sobre os avanços e desafios desde 1992, o que resultou

na assinatura do Pacto Global de Líderes pela Biodiversidade, na ONU neste mesmo ano, visando mobilizar ações globais para reverter a perda de biodiversidade até 2030.

A COP27 da UNFCCC, em Sharm el-Sheikh, Egito (2022), resultou em um acordo histórico sobre um fundo de perdas e danos para países vulneráveis afetados pelas mudanças climáticas. Em um plano mais recentemente, a COP28 da UNFCCC, em Dubai, Emirados Árabes Unidos (2023), produziu um acordo sobre a transição dos combustíveis fósseis, marcando um passo expressivo nas negociações climáticas globais.

Podemos assinalar criticamente que há um processo de globalização das agendas ambientais, discutindo questões importantes para o planeta; porém destoantes das realidades e dimensões continentais e regionais, onde a desigualdade se amplia, mais acentuadamente nos países menos desenvolvidos, a cada passo das investidas do capital monopolista. Já são mais de 30 anos de muitas conversas e assinaturas de acordos, mas com poucas ações e resultados práticos. É como disse a ativista Greta Thunberg (2021)⁴, durante a COP26, em Glasgow, no Reino Unido: "A COP26 acabou. Aqui vai um breve resumo: blá-blá-blá. Mas, o trabalho de verdade continua fora dos salões, e nós nunca vamos desistir".

Desafios de estruturação e institucionalização do SNUC

A implementação das diretrizes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) enfrentam desafios significativos, mas também quando implementadas de forma participativa e inclusiva trazem benefícios substanciais para os modos de vida das populações locais e a preservação ambiental dos quais essas comunidades dependem.

⁴ THUNBERG, Greta. The #COP26 is over. Here's a brief summary: Blah, blah, blah. But the real work continues outside these halls. And we will never give up, ever. Unless we achieve immediate, drastic, unprecedented, annual emission cuts at the source then that means we're failing when it comes to this climate crisis. "Small steps in the right direction", "making some progress" or "winning slowly" equals losing. Twitter: @GretaThunberg. Disponível em: <https://x.com/GretaThunberg/>. Acesso em: 13 nov. 2022.

Observamos que os conflitos socioambientais já existentes, persistem e se intensificam na atualidade, principalmente devido à colisão entre diferentes interesses, pois de um lado, há a crescente pressão do modelo de crescimento e desenvolvimento econômico baseado na lógica capitalista de apropriação dos elementos naturais e do outro, encontram-se os esforços de proteção ambiental, os direitos e interesses das populações locais, incluindo as comunidades tradicionais.

Ressalvamos que, a gestão da conservação nessas áreas protegidas por lei, entra em conflito com a apropriação e uso dos elementos naturais e/ou simbólicos em período anterior à criação do SNUC com a presença das pressões antrópicas já existentes nesses territórios (Teixeira, 2004; Diegues, 2023).

As nossas leituras e análises da Lei da Biodiversidade de 2015 (Lei nº 13.123/15) e do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima de 2020 nos fazem refletir que é necessário investimentos, capacidade de gestão e vontade política para a devida incorporação dessas políticas nas práticas de conservação e manejo sustentáveis em diversos níveis, tais como: *i)* gestão das UC, para integrar princípios da Lei da Biodiversidade com as práticas de conservação e manejo das espécies e dos ecossistemas; *ii)* planos de manejo e uso sustentável dos elementos naturais, em sintonia com as diretrizes do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima; *iii)* políticas públicas locais e regionais, como forma de garantir que os municípios e estados tenham que adaptar as suas legislações e práticas às normas federais; *iv)* programas de educação ambiental e capacitação de gestores e comunidades locais, possibilitando uma melhor compreensão e aplicação das leis; *v)* fiscalização e monitoramento com o objetivo de fortalecer as ações e planos das instituições ambientais; *vi)* conciliação de modelos de crescimento com a conservação da biodiversidade e adaptação climática.

Como expomos anteriormente, a trajetória das agendas ambientais nacionais e internacionais influenciou a estruturação do SNUC no Brasil, que representa um sistema muito bem desenhado, congregando as unidades de conservação para a proteção da biodiversidade brasileira, mas também trouxe à tona desafios significativos relacionados aos conflitos socioambientais. A busca de soluções exige um plano integrado que possa garantir a proteção a diversidade, os direitos das populações locais e mitigar os efeitos severos das mudanças climáticas.

As UCs integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: “Unidades de Proteção Integral” (preservar a natureza e uso indireto dos elementos naturais) e “Unidades de Uso Sustentável” (compatibilizar a conservação e o uso sustentável dos elementos naturais).

Uma Área de Proteção Ambiental (APA) é um território bastante amplo, com terras públicas ou privadas. Nesse território geralmente há ocupação humana, bem como possui características singulares – sejam elas abióticas (físicas), bióticas (biológicas), estéticas ou culturais – de extrema importância para a qualidade de vida, atender as necessidades/bem-estar das populações e conciliar o uso sustentável dos recursos da natureza (Brasil, 2000).

Observados os limites fixados na Constituição Federal do Brasil, o órgão gestor ou proprietários privados em uma APA podem estabelecer normas e restrições para disciplinar o seu uso sustentável dos elementos naturais, seja para autorizar as pesquisas científicas ou regular a visitação pública nas áreas sob o seu domínio.

No âmbito do SNUC, toda UC deve ter um conselho gestor, que tem como função auxiliar o chefe da UC na sua gestão. O conselho gestor pode ser deliberativo ou consultivo, sendo composto por representantes do poder público e da sociedade civil, de modo a assegurar a participação popular na definição, implementação e acompanhamento das ações inerentes à gestão da UC (Brasil, 2000).

A visão do conselho delimitada pelo SNUC corresponde a uma instância democrática e participativa, permitindo que diferentes setores da sociedade, incluindo populações tradicionais e locais, possam ter voz e voto diante de suas territorialidades, perspectivas e conhecimentos necessários para a conservação ambiental e o uso sustentável dos elementos naturais na UC.

Toda a coordenação central do SNUC é realizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), enquanto o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), dentre outras funções, atua como um órgão consultivo e deliberativo em questões ambientais. A implementação das ações do sistema, por sua vez, é realizada por órgãos como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), além de órgãos estaduais e municipais. Essa estrutura integrada tem como principal

objetivo coordenar as ações de conservação em diferentes níveis de governo e com a participação de diversos atores sociais, fortalecendo a gestão das UC.

O SNUC conta com o ICMBio como um importante aliado, desde sua criação em 28 de agosto de 2007, pela Lei nº 11.516 e tem em sua missão principal é executar as ações do SNUC, o que inclui criar, implementar, gerenciar e fiscalizar as Unidades de Conservação federais.

O ICMBio além de desempenhar um papel relevante na proteção ambiental do país, possui muitas outras funções que inclui também a pesquisa científica e educação ambiental.

Essa estrutura hierárquica integrada tem como principal objetivo cuidar de todas as ações de conservação em diferentes níveis de governo e atores sociais, fortalecendo a gestão das UC.

Contudo, podemos afirmar que as relações de poder simbólico se manifestam através de diferentes perspectivas e interesses dos atores sociais nas UCs; pois de um lado, há o Estado (MMA, ICMBio e CONAMA) que estabelecem normas e restrições para o uso do território, amparados pela legislação; porém, de outro lado, temos as populações locais e tradicionais que exercem suas territorialidades através de práticas culturais e conhecimentos tradicionais, muitas vezes anteriores à criação das UCs.

Os conflitos socioambientais que surgem podem ser mediados pelos conselhos gestores das UCs, pois estes precisam funcionar como espaços onde o poder simbólico é constantemente negociado, bem como contestado, através da participação democrática.

Territórios, territorialidades e o campo de lutas simbólicas

O conceito de território é apresentado em diferentes áreas do conhecimento com uma diversidade de significados, mas o comumente usados na geografia e ciência política é o que admite como sendo uma delimitação de limites e fronteiras de um estado ou nação. Porém, a partir da globalização, este conceito tem sido

ampliado como forma de superar as visões de controle social por parte do Estado, que considera os territórios como instrumentos subalternos, já que está sob a sua autoridade e vistos de cima pra baixo (Dombroski *et al.*, 2024).

Encontramos com grande frequência uma definição de território nas obras de Claude Raffestin, que afirma que "o território é uma construção social, resultado da apropriação de um espaço pela sociedade, onde o poder e as relações de poder desempenham um papel fundamental" (Raffestin, 2019). Importante ressaltar que o território sempre está imerso em relações de poder; pois "desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais 'concreta' e 'funcional' à apropriação mais subjetiva e/ou "cultural-simbólica" (Haesbaert, 2004:95-96). Nesse processo de dominação Haesbaert (2007, p. 23) assevera que as "relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de funções quanto na produção de significados".

O conceito de território, segundo Milton Santos, transcende a noção simplista de espaço físico delimitado por fronteiras. Para o autor, território é uma combinação entre a base material (espaço físico), vivido e apropriado pela sociedade em suas práticas sociais permeadas de intencionalidades e relações de poder (Santos, 2020).

Santos aprofunda esta definição ao afirmar que território "é o chão mais a população; isto é, uma identidade, o fato de pertencer àquilo que nos pertence, constituindo a base do trabalho, residência e das trocas tanto materiais quanto espirituais, sendo constantemente moldado pelas interações sociais, econômicas e tecnológicas. Fundamentalmente, devemos compreender o território como um "território usado" por uma população, "um faz o outro" (Santos, 2021).

Na declaração de Olarte-Olarte (2019), o território não pode ser visto como uma tecnologia de territorialização imposta pelo Estado e sendo limitado por aspectos meramente geográficos. Para Olarte-Olarte, o território é um processo dinâmico das interações entre pessoas, comunidades e seu ambiente, isto é, incorpora aspectos históricos, econômicos e questões de identidade e pertencimento, transcendendo assim a noção de mera "tecnologia de territorialização" utilizada pelo Estado (Olarte-Olarte, 2019).

Entretanto, o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes discorda da declaração de Olarte-Olarte (2019) e, afirma que, o território é compreendido como uma

construção baseada no espaço geográfico, sendo moldado pelas relações sociais que o transformam por meio de processos de apropriação e dominação (Fernandes, 2009). Enquanto Saquet (2015), argumenta que não se pode renunciar ao olhar sobre o espaço geográfico para compreender o território, mesmo que haja uma distinção entre ambos os conceitos em suas bases epistemológicas e ontológicas, estes caminham juntos.

Assim, podemos entender território como sendo uma construção sociopolítica cheia de complexidades, permeada de significados e relações sociais, econômicas, espirituais, culturais e políticas que envolvem relações de poder e controle sobre o espaço.

Os atores sociais, ao tomarem posse de um território, constroem suas identidades; ou seja, põe em prática suas territorialidades. Essas territorialidades são representativas na construção das relações de poder e, com isso, potencializam conflitos socioambientais entre grupos de atores sociais com objetivos, interesses e visões diferentes em um mesmo território (Haesbaert, 2021). Isso posto, não existe território plenamente ocupado, dominado, possuído, nem tampouco pacificado, pois a dinâmica humana e social dá novos contornos a esses espaços e relações entre os atores sociais (Raffestin, 2019).

Alertamos que o uso da expressão "territorialidades" no plural tem o objetivo de evidenciar a multiplicidade de formas pelas quais os diferentes grupos sociais se apropriam e vivenciam o território, assim como explica Saquet (2015, p. 78): "há diferentes territorialidades sobrepostas em um mesmo território delimitado político-administrativamente". Little (2018), complementa este entendimento ao elencar uma multiplicidade de territorialidades no Brasil, com suas diferentes formas de propriedade, diversos modos de ocupação e variadas atividades produtivas, que vai requerer um tratamento diferenciado que, "não podem ser equacionados apelando à técnica" de ordenamento territorial que assumem "um caráter centralizador e autoritário fundamentadas na razão instrumental do Estado e na exclusividade do Estado em tomar decisões sobre essas políticas".

Rogério Haesbaert define territorialidade como a prática através da qual os atores sociais, individuais ou coletivos, estabelecem, mantêm ou exercem controle sobre um território, configurando assim suas identidades e relações de poder em um

espaço que é constantemente ressignificado por essas interações (Haesbaert, 2021).

As relações, interações e ações dos atores sociais em um território possuem significados sociais permeados de cultura, valores e crenças. Esse conjunto complexo de capacidades, de ver-se e enxergar o outro em suas singularidades, identidades e resistências traduz a noção de territorialidades (Haesbaert, 2021). Já a ideia de Território tem a ver com a posse, poder, dominação e apropriação (Raffestin, 2019).

Já Robert Sack, conceitua territorialidade como a tentativa de influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e impondo controle sobre uma área geográfica, sendo essa prática uma manifestação fundamental de poder e identidade social (Sack, 1986).

Ressaltamos a importância de estabelecer uma conexão entre as territorialidades e o poder simbólico, pois esses conceitos revelam as complexidades das relações sociais e políticas em uma sociedade. Dessa forma, a Teoria do Poder Simbólico de Bourdieu (2004, 2012) demonstra ser uma perspectiva valiosa para investigar a posse, bem como as estratégias de perpetuação de relações de poder e dominação de um território.

Bourdieu (2004, 2012) assevera que num campo de luta simbólica haverá sempre uma relação conflituosa para afirmar a legitimidade e a autoridade; ou seja, a posse do território através dos esquemas simbólicos de poder fortalece determinados atores ou grupos de atores sociais na consolidação de suas posições.

Nesse contexto, os agentes dominantes buscam naturalizar suas vantagens através da imposição de categorias de percepção e classificação que legitimam a ordem social existente, exercendo violência simbólica ao fazer com que os dominados reconheçam como legítima sua própria dominação.

Contudo, o debate teórico envolvendo os conceitos de território e territorialidades com a Teoria do Poder Simbólico de Bourdieu (2004, 2012) revela a existência prática de um complexo campo de forças, onde as relações de poder são exercidas e, por vezes, percebidas e contestadas.

O Poder simbólico, capitais, campo e *habitus* em Bourdieu

Pierre Bourdieu aborda a sociedade como um sistema social que evidencia níveis hierarquizados de relações de privilégios e poder. Na tentativa de explicar esse sistema social norteado por lutas e concentração de poderes, os conceitos apresentados por Bourdieu sobre poder simbólico, campo, capital e *habitus* podem ser resumidos da seguinte maneira:

- a) Campo: é a "estrutura estruturante" onde ocorrem as lutas pelo poder, legitimadas por regras e valores. É um espaço dinâmico de poder e dominação, onde classes dominantes e dominadas se relacionam. Bourdieu estabelece três características fundamentais: *i*) cada campo possui lógica própria, com regras e valores específicos; *ii*) existe uma dimensão simbólica do poder, além do material, que influencia percepções e comportamentos através de prestígio e reconhecimento; *iii*) as estruturas sociais influenciam a conformação dos campos e as relações de força entre seus agentes, não havendo vácuo de poder no campo (Bourdieu, 1983, 1996, 2004, 2007). Cada campo possui regras próprias (*doxa*) e dinâmicas de dominação, reprodução ou transformação;
- b) Capital: representa um conjunto de recursos e poderes que os atores sociais acumulam no campo, podendo ser classificado em: *i*) econômico: recursos financeiros e materiais; *ii*) social: rede de relações e influências que geram benefícios. "É o agregado dos recursos reais ou potenciais ligados a uma rede durável de relações institucionalizadas"; *iii*) Cultural: é o conjunto de conhecimentos, habilidades, títulos e bens culturais adquiridos, legitimados e herdados através da socialização, educação formal e da família. subdivide-se em: incorporado: conhecimentos e habilidades adquiridos; objetivado: bens culturais tangíveis (livros, obras de arte); institucionalizado: títulos e credenciais educacionais; *iv*) simbólico: prestígio e reconhecimento social derivados da conversão

dos outros tipos de capital quando legitimados no campo. Quanto maior o capital acumulado pelo ator social, maior seu poder e privilégios no campo. O capital simbólico age como uma força multiplicadora, potencializando o valor dos demais capitais quando reconhecidos como legítimos pelos agentes do campo (Bourdieu, 1986, 2004, 2007, 2011); e

- c) *Habitus*: é um conjunto de disposições interiorizadas da “estrutura estruturada” que organiza as relações do indivíduo com o mundo para perpetuar o conhecimento e a comunicação e com isso forjar uma realidade no campo social. Essa estrutura pode até apresentar autonomia no seu interior, mas ao mesmo tempo cria politicamente as suas leis internas próprias para atender seus interesses e com isso garante a palavra final nas disputas dos objetos sociais (Bourdieu, 1977, 1990, 2007, 2011).

Todos esses conceitos descritos acima articulam-se para que as relações de poder simbólico se estabeleçam ou se mantenham. Para Pierre Bourdieu, o Poder Simbólico “é o poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (Bourdieu, 2004, 2012).

Podemos sintetizar os elementos do pensamento de Bourdieu descritos acima no Quadro 6:

Quadro 6 - Síntese dos conceitos e noções de Bourdieu usados no estudo

Categoria	Elementos/Conceitos/Noções	Relações de poder
Campo (estrutura estruturante)	Espaço social estruturado onde agentes e instituições competem por recursos e poder.	Competição entre agentes por posições de influência dentro do campo
Habitus (estrutura estruturada)	Conjunto de disposições duráveis adquiridas por meio da experiência social, que guiam percepções e ações.	Influência como as pessoas agem e percebem oportunidades, reproduzindo desigualdades
Capital (poder)	Recursos e poderes acumulados pelos agentes, divididos em econômico, cultural, social e simbólico.	Determina a posição e influência dos agentes nos campos sociais.
Capital Econômico	Renda, recursos financeiros, acesso a investimentos.	Permite acesso a recursos materiais e oportunidades.
Capital Cultural	Influência, Credenciais, Conhecimento.	Confere vantagens através do domínio de saberes específicos, expertise técnica e fluência cultural, permitindo maior influência em decisões e políticas.

Categoria	Elementos/Conceitos/Noções	Relações de poder
Capital Social	Mobilização social, relacionamentos, redes, conexões e influência	Facilita acesso a informações e oportunidades através de conexões
Capital Simbólico	Prestígio, Autoridade, Legitimidade.	Garante reconhecimento e respeito dentro do campo.
Poder Simbólico	Narrativas dominantes, imposição de visões.	Capacidade de influenciar percepções e comportamentos de forma sutil.
Exclusão e Inclusão	Acesso a processos decisórios, políticas de inclusão.	Define quem participa das decisões importantes e quem fica de fora.

Fonte: Elaborado pelo autor – adaptado de Bourdieu (1977,1986, 1990, 1996, 2004, 2007, 2011, 2012).

Os atores sociais encontram-se sempre inseridos em um campo social, o que passamos a entender espaço como uma “rede social”. A disposição dos atores sociais num dado território, com diferentes interesses, objetivos e estratégias na disputa por capitais, torna o conjunto dessas articulações e interações um campo de forças com capacidade de contrapor as estruturas estruturantes de poder, estabelecidas e reificadas pela conjuntura dominante do próprio campo social.

Segundo Pierre Bourdieu, as conexões das relações que ligam as redes sociais dos atores sociais no campo, constituem-se fluxos de informações, que numa dada conjuntura, representam instrumentos privilegiados de diferentes tipos de capitais, poder, violência, dominação material ou simbólica que podem ampliar ou restringir comportamentos, opiniões e direitos (Bourdieu, 2004, 2012).

Importante ressaltar que os atores sociais não têm apenas interesses distintos no campo social; pois quando estes se encontram em situações de conflitos revelam seus sentimentos, percepções e racionalidades diferenciadas (Nascimento, 2001), o que poderá conferir uma identidade e perfil mobilizador para revelar seus *habitus* no campo social.

Podemos asseverar, à luz dos conceitos e noções de Bourdieu (1983,1996, 2004, 2007), que em um campo social, os atores sociais possuem uma representação ou vínculo, seja de forma individual ou coletiva, que lhes garante a centralidade do volume de capitais em seu poder. Esse reconhecimento do capital acumulado, individualmente ou coletivamente, com interações com outros atores sociais, constitui o próprio *habitus*, que, ao ser incorporado na prática, define as

relações de poder no campo, caracterizando e reproduzindo as práticas sociais das classes "dominantes" e "dominadas".

As relações do sistema social, a partir das teorias de Pierre Bourdieu, constituem um sistema complexo de reprodução social; o que podemos justificar a dificuldade do rompimento do *status quo* dos padrões estabelecidos em um campo onde a distribuição desigual de capitais perpetua as posições de dominação e subordinação entre os atores sociais.

Essas relações de poder ocorrem de forma material ou simbólica pelos atores sociais que impõem ou legitimam um processo de dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) exprimindo a sua própria força na intenção de domesticar os dominados (Bourdieu, 2004, 2012). Assim, “o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer [...] só se exerce se for reconhecido” (Bourdieu, 2004, p. 14).

O poder simbólico, na perspectiva de Bourdieu (2004), é a capacidade de criar e impor visões de mundo que são aceitas como naturais.

A Teoria do Poder Simbólico, de Bourdieu (2004, 2012) demonstra que o poder não se manifesta apenas de maneira coercitiva ou econômica, mas também através de símbolos, discursos, narrativas e representações que reforçam a legitimidade, controle e dominação sobre determinados grupos, instituições, recursos ou espaços; ou seja a sua força está em ser um poder invisível, que só funciona porque é reconhecido como legítimo tanto por quem o exerce quanto por quem está submetido a ele, sem que percebam seu caráter arbitrário.

Assim, os cenários do poder e das relações de forças presentes nas questões socioambientais não dizem respeito tão somente aos conflitos por elementos ou bens materiais, mas na sua essência para garantir significados, construir ou controlar narrativas e discursos que avançam no propósito de deslegitimar culturas, práticas e ações dos atores sociais no campo.

Portanto, compreender o papel das relações de poder simbólico é de fundamental importância para analisarmos como os conflitos socioambientais são percebidos, exercidos, legitimados, perpetuados ou contestados pelos atores sociais.

Justiça ambiental e as estruturas simbólicas de poder

A Justiça Ambiental se caracteriza pela busca da distribuição em bases igualitárias dos impactos ambientais, bem como os riscos e benefícios ambientais decorrentes entre diferentes grupos sociais, independentemente da origem étnica, socioeconômica ou geográfica (Bullard, 1994, 2018; Acselrad, Mello, e Bezerra, 2009). Os autores reconhecem que comunidades vulneráveis frequentemente são mais afetadas pela degradação ambiental e afirmam que o conceito deve abranger tanto o tratamento justo na implementação de políticas ambientais quanto o direito de todos a ambientes seguros e saudáveis.

Bullard é considerado um importante estruturador do conceito da Justiça Ambiental, ao qual apelidou de “paradigma da proteção gerencial”; pois “o atual aparato de proteção ambiental gerencia, regula e distribui riscos” (Bullard, 1994, 2018).

Reconhecemos que seguindo a ótica do paradigma descrito acima por Bullard (1994, 2018), todos as pessoas, sejam elas produtoras ou consumidoras de recursos, passariam a ter responsabilidades pela degradação ambiental e ao mesmo tempo sendo afetadas pelos riscos e externalidades negativas do seu processo de produção e consumo (Acselrad *et al*, 2004; Mello; Bezerra, 2009).

Estudos realizados nos Estados Unidos, na década de 90 revelaram que as pessoas mais vulneráveis em termos de renda e cor são as que mais são expostas aos riscos do meio ambiente e de saúde em comparação com a sociedade em geral (Cooney, 1999; Goldman, 1992; Goldman; Fitten, 1994; Institute OS Medicine, 1999; Mann, 1991; Mohai; Pellow; Roberts, 2009).

Segundo Bullard (1994, 2018), as ações que negam a justiça ambiental são baseadas principalmente em discriminação, preconceito e políticas públicas injustas. Essas ações afetam negativamente uma parcela da população tradicional de baixa renda, negros, que são invisibilizadas em sua existência e direitos. Isso nos remete ao conceito de “Racismo Ambiental”, que está relacionado a políticas públicas e práticas industriais que impõem altos custos às pessoas invisibilizadas, aumentando as desigualdades e influenciando a distribuição desigual de riscos e impactos ambientais.

Dessa forma, no racismo ambiental as populações vulneráveis envolvidas têm acesso limitado a recursos e poder político reduzido para se protegerem dos efeitos negativos causados pelo desenvolvimento industrial, como a contaminação do ar, água e solo. “Enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará” (Acselrad *et al.*, 2009, p. 147).

O conceito de justiça ambiental nos remete à configuração da injustiça ambiental, que ocorre quando práticas ou atividades de cunho político-administrativas relacionadas ao meio ambiente segregam ou discriminam determinados grupos, indivíduos ou comunidades, como, por exemplo: pessoas que passam a habitar áreas poluídas e sem a mínima infraestrutura, próximas aos grandes empreendimentos. Isso significa que a proteção ambiental desampara esses grupos específicos, que podem sofrer de forma desproporcional com os processos de poluição, degradação ambiental, falta de acesso aos elementos naturais e exposição aos riscos ambientais (Acselrad, 2004).

Neste contexto, entendemos que estruturas simbólicas das relações de poder contribuem para dificultar a percepção das injustiças ambientais por parte das populações mais vulneráveis.

Desta forma, quando a justiça ambiental denuncia essa distribuição desigual de benefícios na exploração dos elementos naturais, expõe cada vez mais as dinâmicas relacionadas ao poder simbólico; porém essa prática não é percebida por grande parte das pessoas envolvidas ou afetadas.

Na opinião de Bourdieu (2004, 2012), determinados grupos possuem vantagens no processo de organização social, que os colocam em destaque de autoridade e legitimidade diante do campo social.

Podemos afirmar que o nível de autoridade simbólica, de uma maneira geral, pode ser exercido por meio de narrativas, ações institucionais ou representações culturais de modo a condicionar percepções dos atores sociais sobre a sua realidade, reafirmando os protagonistas detentores de voz e influência nas tomadas de decisões sobre as questões socioambientais de um território.

Assim, quando alinhamos a noção de justiça ambiental com a perspectiva do poder simbólico de Bourdieu (2004, 2012), percebemos que as estruturas simbólicas

de poder podem influenciar a distribuição desigual dos impactos ambientais entre diferentes grupos sociais, revelando as relações de dominação que se estabelecem no território.

Reconhecemos algumas iniciativas em prol da justiça ambiental, como a de Martinez-Alier (2004, 2006, 2007, 2007a, 2014, 2023; Martinez-Alier *et al.*, 2010) que buscou dar visibilidade às lutas de comunidades marginalizadas que sofrem com os impactos desproporcionais de atividades poluentes e degradantes, criando e coordenando o Mapa dos Conflitos Socioambientais, uma plataforma *online* (<https://ejatlas.org/>) oriunda do projeto EJOLT (*Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade*) que é alimentado de forma participativa entre atores sociais, realizando um mapeamento e análise dos conflitos socioambientais em todo o mundo.

Uma iniciativa brasileira capitaneada pelo Mapa dos Conflitos – Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil, idealizado pelo Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde – NEEPES, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca – ENSP e a Fiocruz está em curso na tentativa de mapear e analisar os conflitos socioambientais no Brasil, denominado Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

O mapeamento da ENSP/Fiocruz consiste numa plataforma *online* de natureza conceitual e política que não se limita a somente relatar e georreferenciar os territórios com seus riscos e impactos ambientais, mas que visa tornar públicas as vozes que lutam por justiça ambiental de populações frequentemente discriminadas e invisibilizadas pelas instituições e pela mídia (<https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/>).

Podemos citar como exemplo uma mobilização e resistência em prol da justiça ambiental as ações da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que é uma organização ligada à Igreja Católica que atua na defesa dos direitos de trabalhadores rurais, camponeses e comunidades tradicionais no Brasil. No que tange aos conflitos socioambientais, a CPT atua na busca da justiça socioambiental apoiando às lutas nas disputas por terra, água e direitos humanos, realizando denúncias de violações, ofertando ajuda jurídica e contribuindo para a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e equitativo.

A justiça ambiental vem se ampliando buscando incluir outras dimensões, que incluem, por exemplo, as discussões sobre justiça climática, evidenciando que grupos socialmente vulnerabilizados são desproporcionalmente afetados pelos impactos das mudanças climáticas (IPCC, 2022).

A crise climática é um fenômeno global cujos impactos transcendem fronteiras nacionais, afetando sistemas econômicos e sociais em todo o mundo, com consequências mais severas para populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica e países do Sul Global.

Portanto, há uma necessidade de uma abordagem que integre justiça climática e transição socioecológica justa, contemplando as estratégias de adaptação e mitigação, bem como trazer para o debate as ações sobre como os benefícios e custos da transformação para uma economia de baixo carbono está sendo distribuídos nas sociedades.

Questões emergentes como justiça hídrica e alimentar vêm ganhando destaque, ao debater a luta pelo acesso à água potável e a sistemas alimentares sustentáveis.

Paralelamente, a justiça digital ambiental discute o acesso democrático a dados e tecnologias para tomada de decisões ambientais.

A dimensão intergeracional da justiça ambiental reconhece os direitos das gerações futuras a um ambiente saudável, enquanto a justiça para povos tradicionais destaca a importância de seus territórios e conhecimentos na gestão ambiental.

Essas novas dimensões evidenciam que a justiça ambiental se tornou um campo complexo e variado buscando compreender e abordar as diversas formas de desigualdade socioambiental no mundo contemporâneo.

Por fim, consideramos que o entendimento das variadas dimensões da justiça ambiental nos ajudam a entender como o poder simbólico funciona nos conflitos socioambientais, demonstrando como os grupos mais influentes conseguem fazer suas visões e ações parecerem naturais e aceitáveis para todos, mesmo quando invisibilizam e prejudicam outros grupos.

Conflitos socioambientais e relações de poder

Os conflitos são inerentes à história e seu estudo remonta à formação de escolas de pensamento na Grécia Antiga. Hoje se reconhece uma grande variedade de visões, abordagens e conceituações sobre os conflitos (Vargas, 2007).

Entretanto; para Nascimento (2001), todo conflito socioambiental traz um conjunto de outros elementos característicos além dos aspectos relacionais, que demonstram a sua constituição, evolução e intensidade, tais como: sua natureza, atores sociais, campo específico, objeto em disputa, dinâmica de evolução e tipologia.

Entendemos os conflitos socioambientais como sendo interações que demonstram disputas diante à oposição, negação de direitos na sua concepção de mundo, relação com a natureza e com a humanidade; isto é, um enfrentamento entre sujeitos humanos – indivíduos, classes, organizações ou etnias – envolvendo a sua percepção, compreensão crítica e ação na realidade concreta.

Neste estudo usaremos o tema conflitos socioambientais com o intuito de explicitar as relações de confronto entre os atores sociais nas suas demandas e ações políticas e culturais em prol da vida e da natureza; pois entendemos que não há conflito ambiental sem dimensão social.

Ressaltamos ainda, a nossa compreensão, acompanhada de outros estudos referenciados na literatura, de que um problema ambiental pode ainda ser caracterizado como um atenuante para a conversão em conflito socioambiental numa relação de disputa de capitais materiais e simbólicos no campo. Neste sentido Alonso e Costa (2002) asseveram que: “o foco “socioambiental” não distingue, antes sobrepõe, itens mais facilmente identificáveis como “ambientais” [...] de questões às quais a Sociologia nomeava, até anos 70, “problemas sociais” [...]”

Dessa forma, os conflitos socioambientais podem ser entendidos como sendo conflitos com interesses sociais, culturais, econômicos ou políticos divergentes entre alguns grupos sociais num território gerando ameaças, riscos e impactos no solo, água, ar ou quaisquer outros sistemas vivos (Acselrad, 2004), não ocorrendo apenas por disputas territoriais (Zhour, 2007; Zhour; Laschefski, 2010; Zhour; Oliveira, 2012; Zhour; Oliveira; Paiva, 2005).

Assim, como descrito por Zhouri e Laschefski, (2010), outros autores confirmam que os danos causados por atores ou grupo de atores hegemônicos geram repercussões que influenciam as relações sociais e os significados atribuídos ao território, onde a luta por recursos materiais e simbólicos está ligada à luta por reconhecimento e justiça socioambiental (Acselrad, 2004; Acselrad; Herculano; Pádua, 2004; Acselrad; Mello; Bezerra, 2008; Acselrad, 2019; Leff, 2009; Martínez-Alier, 2004, 2006, 2007, 2007a, 2014; Martínez-Alier *et al.*, 2010; Alimonda, 2002; Viégas, 2009); ou seja dependendo do contexto, um dano ambiental causado por atores sociais mais empoderados, pode gerar um conflito socioambiental envolvendo outras categorias de atores sociais em disputa pelos mesmos bens materiais ou simbólicos do território.

Zhouri e Laschefski (2010) descrevem três tipos diferentes de conflitos ambientais (não mutuamente excludente): *i*) conflitos ambientais distributivos - ocorrem quando há uma distribuição desigual dos benefícios e ônus ambientais entre diferentes grupos sociais; *ii*) conflitos ambientais espaciais – são aqueles em que diferentes grupos possuem visões divergentes e opostas sobre como um território deve ser usado; e *iii*) conflitos ambientais territoriais - estão relacionados ao controle e à posse de terras e elementos naturais.

Concordamos ainda com a concepção de conflitos socioambientais definida por Maristella Svampa (2012, 2013, 2020), como sendo: “[...] aqueles ligados ao acesso e controle dos elementos naturais e do território, que supõem, por um lado, conflitos por desenvolvimento e, de maneira mais geral, por desigualdades”.

Os conflitos socioambientais podem acontecer de modo velado ou explícito, mas, em todas as formas que são exercidos, a situação de subalternização nas relações desiguais de poder concorre para a expansão de um modelo de desenvolvimento hegemônico de apropriação privada da natureza e aprofundamento das desigualdades (Acselrad, 2004, 2008, 2009; Acselrad, Herculano; Pádua, 2004; Zhouri; Laschefski, 2010; Little, 1999, 2001, 2006, 2018; Martínez-Alier, 2004, 2006, 2007, 2007a, 2014; Martínez-Alier *et al.* 2010).

Consideramos importante trazer para o debate as questões relacionadas às desigualdades de poder nos conflitos socioambientais, pois entendemos ser um indicativo dos grupos sociais que sofrem a maior carga dos danos ambientais, como

por exemplo: populações de baixa renda, grupos sociais discriminados, povos étnicos tradicionais, bairros operários, populações marginalizadas e vulneráveis (Acselrad; Herculano; Pádua, 2004; Acselrad; Mello; Bezerra, 2008; Acselrad, 2009; Little, 2018, Martinez-Alier, 2004, 2006, 2007, 2007^a, Beck, 2011).

Neste sentido, Martinez-Alier (2006, 2007a), afirma que existem diferentes sentidos e formas de valoração da natureza, onde grupos periféricos, subalternizados são marginalizados pela lógica capitalista diante dos conflitos socioambientais em disputa pelos elementos naturais, visto que na linguagem do mercado capitalista esses elementos da natureza são configurados como fatores de produção, traduzindo visões opostas e antagônicas sobre a natureza.

Carvalho (2004), confirma essa condição descrita por Martinez-Alier (2006, 2007, 2007a, 2014) de que a desigualdade envolvendo os bens ambientais ocorre onde “os grupos com maior força econômica e política terminam sobrepondo seus interesses corporativos aos interesses coletivos na distribuição dos bens ambientais”.

Um outro caráter importante de ser citado é que os conflitos socioambientais não ocorrem apenas a partir do uso de violência física ou através da imposição material do capital econômico, mas também exercidos num plano simbólico de poder. Nesse contexto, Acselrad (2004) destaca que os conflitos ambientais devem ser analisados a partir dos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos do território.

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis — transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos — decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (Acselrad, 2004, p. 16).

Reforçamos que Bourdieu (2004, 2012) expõe que o poder simbólico não se limita ao controle da força física ou econômica essencialmente, mas que também é exercido a partir da produção de sentido; isto significa dizer que o poder simbólico se

refere, portanto, às formas sutis, naturalizadas e invisíveis de exercício do poder, que se manifestam na capacidade de construir significados, impor visões de mundo, moldar percepções, determinar o que é legítimo e o que não é.

Assim, “o poder é o processo mais fundamental da sociedade, uma vez que a sociedade é definida em torno de valores e instituições, e o que é valorizado e institucionalizado é definido pelas relações de poder” (Castells, 2009).

Para subsidiar este estudo optou-se por recorrer à perspectiva conceitual fundamentada nas obras de Pierre Bourdieu por apresentar contribuições importantes para o entendimento das relações de poder e dominação, mais notadamente nas noções de campo, capital e *habitus* (Bourdieu, 1977, 1986, 1990, 1996, 2004, 2007, 2011).

Em seus estudos visando explicar esse sistema social norteador por lutas e concentração de poder simbólicos, Bourdieu (2004, 2012) aborda a sociedade como um sistema social que evidencia níveis hierarquizados de relações de privilégios e poder.

Podemos tomar como uma situação exemplo, para explicar as relações de poder numa dada situação de conflitos socioambientais, o estudo de um determinado território, com diversos interesses em relação aos elementos naturais quanto aos seus usos, ocupações e gestões propício a conflitos socioambientais e concentração de poder interferindo na sua sustentabilidade.

Nossas análises informam que as relações de poder simbólico presentes na conjuntura desse território, podem ser observadas em diversos aspectos, como: (i) a disputa pela legitimidade dos diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos; (ii) o uso da linguagem para construção de narrativas que legitimam ou deslegitimam os interesses de determinados atores; e (iii) a construção de representações sociais sobre o território que reforçam ou questionam o *status quo*.

A partir do exposto, podemos afirmar que a compreensão dos conflitos socioambientais sob a perspectiva das relações de poder simbólico de Bourdieu (2004, 2012), nos revela como as relações de dominação se manifestam e se perpetuam no território, permitindo identificar não apenas os conflitos aparentes, mas principalmente os mecanismos sutis de reprodução social desigual através dos quais certos grupos conseguem legitimar suas visões e interesses sobre o território.

Análise de Conjuntura

Este referencial teórico introdutório visa explorar o conceito, as teorias, métodos e desafios na análise de conjuntura como um recurso de aplicação nas análises das relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais.

Recorremos a obra “Como se faz Análise de Conjuntura”, de Herbert José de Souza, o Betinho, do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE) para conceituar Análise de Conjuntura: “é uma mistura de conhecimento e descoberta, é uma leitura especial da realidade e que se faz sempre em função de alguma necessidade ou interesse” (Souza, 2014, p.8).

A análise de conjuntura é uma metodologia que objetiva a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e econômicas em contextos específicos, buscando captar as interações entre diversas forças sociais e prever tendências futuras (Virgens; Teixeira, 2018).

A análise de conjuntura se fundamenta em diversas teorias sociais e políticas que buscam entender as relações entre diferentes forças sociais em um dado período. Segundo Poulantzas (1977), a análise de conjuntura envolve a compreensão do "momento atual" como objeto específico da prática política. Já Fiori (1991) destaca a importância de uma fundamentação teórica rigorosa para evitar que a análise política se prenda ao senso comum.

A conjuntura é uma concentração particular do tempo social, na qual processos sociais, econômicos, políticos e culturais se concentram no campo político. Esta metodologia exige um esforço teórico por parte do analista para organizar e consolidar a realidade, que não pode ser compreendida apenas por simples observações (Osorio, 2001).

Podemos entender a análise de conjuntura como o estudo das condições e relações sociais, políticas e econômicas em uma dimensão temporal considerada, buscando identificar as forças em jogo e suas tendências de desenvolvimento (Gallardo, 1988).

A dimensão temporal é fator de extrema relevância na análise de conjuntura, pois define o período em que as forças sociais se articulam e influenciam os

acontecimentos. Braudel (1990), sugere que diferentes temporalidades merecem atenção analítica: o tempo curto, associado a episódios ou acontecimentos; o tempo médio, representando a conjuntura; e o tempo longo, vinculado às estruturas sociais. Essa perspectiva da dimensão temporal ajuda a compreender como as mudanças em diferentes momentos afetam a dinâmica social e política no campo.

Além da dimensão temporal que deve ser observada pelo analista, Souza (2014) destaca uma questão essencial em relação à postura do analista de conjuntura, enfatizando que não deve haver neutralidade nesse tipo de análise; pelo contrário, ela serve como base para justificar e organizar a ação, agregando elementos para pensar estratégias, táticas e questões relacionadas ao uso da linguagem.

O analista de conjuntura desempenha um papel indispensável na interpretação dos dados da realidade social. Segundo Vianna (1991), o analista deve manter uma postura crítica e reflexiva, evitando a influência de viés e preconceitos.

Podemos dizer que no processo de análise, o analista desenvolve uma visão mais apurada do contexto social, econômico, político, histórico e cultural dos fenômenos estudados, utilizando teorias e técnicas adequadas para interpretar os dados de forma criteriosa e objetiva.

Perspectivas teóricas e metodológicas da Análise de Conjuntura

A partir de nossos estudos, podemos afirmar que diversos teóricos clássicos contribuíram para o desenvolvimento da análise de conjuntura, cada um trazendo diferentes perspectivas e olhares. O materialismo histórico de Marx e Engels (2007), por exemplo, enfatiza a importância das relações de produção e das estruturas econômicas na formação da sociedade; Gramsci (2000) contribui com a teoria da hegemonia, que analisa como as ideias dominantes são perpetuadas e desafiadas por diferentes grupos sociais, e a teoria do poder simbólico de Bourdieu (2004, 2012) explora como símbolos e discursos são utilizados para legitimar relações de poder em um campo.

Ressalvamos que embora Marx e Engels (2007) e Bourdieu (2004, 2012) destacassem a importância das estruturas sociais na formação da sociedade, não tomaremos uma direção como única na concepção de relações de produção sob o prisma estrito da economia, devido ao fato de Pierre Bourdieu considerar que a economia transcende os aspectos materiais, assumindo perspectivas de poder (capitais) com foco mais aprofundado dos aspectos simbólicos, sociais e culturais.

O pensamento de Durkheim (2002) sobre acontecimentos sociais é fundamental para a análise de conjuntura no que impacta na coesão social; ou seja, permite focar a análise em acontecimentos relevantes, que fortalecem os laços sociais, e identificar áreas de tensão e desintegração. Além disso, a noção de anomia (Durkheim, 2010), onde a falta de normas claras provoca crises, é vital para entender períodos de instabilidade social (Allan, 2013).

Na visão holística proposta por Durkheim (2010), a sociedade é vista como um organismo onde cada parte tem uma função; daí, a nossa compreensão de como diferentes eventos e conflitos se relacionam e afetam o todo social e a moral coletiva (Thompson, 2020).

Desta forma, o ponto de vista de Durkheim (2002, 2010) sobre a organicidade e coesão social que envolve os atores sociais, sugere uma situação de harmonia e, que qualquer conflito socioambiental, em seu interior, gera um desequilíbrio que precisa ser elucidado fora do grupo social afetado, para que este retorne ao seu estado coeso; ou seja, o conflito afeta a moral coletiva e precisa ser combatido numa conjuntura mais ampla.

A visão sobre acontecimentos que resulta em conflitos implícita no pensamento de Durkheim (2010) é bastante complexa; porém Giddens (2007), explica que Durkheim (2002), na verdade, sugere uma integração na análise de eventos específicos em uma estrutura social mais ampla, proporcionando uma compreensão mais contextualizada dos fenômenos sociais em busca de uma solução para o problema. A análise desses eventos pode demonstrar como diferentes grupos sociais percebem a realidade, quais valores estão em jogo e como os atores sociais se articulam diante das dinâmicas de poder e resistência.

Neste sentido, descrito acima, consideramos a hipótese de que os conflitos socioambientais não se instauram e nem se desenvolvem de maneira isolada, mas

sim a partir de processos de interação numa complexa, extensa e dinâmica conjuntura de acontecimentos, atores com interesses diversos e divergentes, capazes de gerar processos de exclusão; com isso a dominação se estabelece.

A partir do exposto, concordamos com Durkheim (2010) que a falta de regras (anomia) pode ser encarada como algo que desagrega as forças coesas do campo social; porém discordamos da possível coesão social na solução dos conflitos, pois os consideramos como elementos de transformação social ao lançar luz sobre as contradições do modelo de desenvolvimento (Acsehrad, 2004), bem como não serem considerados apenas como negativos, uma vez que constituem momentos de ressignificação das relações com o território (Zhour; Laschefski, 2010), funcionando como processos de aprendizagem coletiva onde diferentes grupos articulam seus saberes na construção de novas formas de gestão territorial (Little, 2001, 2018).

No processo de análise de conjuntura, vários desafios podem surgir, incluindo o nível de complexidade dos fenômenos sociais analisados, a disponibilidade limitada de dados e a necessidade de trazer teorias e métodos para interpretar contextos dinâmicos. No entanto, com o avanço das tecnologias de análise de dados e o caráter interdisciplinar das ciências sociais, podemos integrar métodos qualitativos e quantitativos e promover a colaboração entre pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento para auxiliar nas análises conjunturais (Hart, 2023).

Outrossim; na busca de soluções para minimizar essas lacunas epistemológicas e metodológicas, a análise de conjuntura utiliza-se de métodos que variam conforme a abordagem teórica adotada. A revisão narrativa, como descrita por Rother (2007) e Cordeiro *et al.* (2007), é um método eficaz para consolidar e sistematizar conhecimentos sobre a conjuntura, permitindo uma visão abrangente e detalhada dos processos sociais e políticos em curso.

Levantamos outra questão de fundamental importância, no que se refere ao comportamento do analista, que se reveste de um fator crítico de sucesso para a eficácia da análise de conjuntura. Nesse contexto, Vianna (1991) discute a dualidade do analista como ator e observador, ressaltando a importância de não confundir a análise objetiva com a ação política direcionada.

Compreendemos que a interação entre o analista e o campo de pesquisa é fundamental para uma análise de conjuntura bem-sucedida, evitando equívocos ou vieses. Assim; Osorio (2001), sugere que o analista deve definir a delimitação espacial e temporal de modo flexível, permitindo que a análise se adapte às especificidades do contexto estudado. Por outro lado, Leitner e Sheppard (2020) acrescenta e defendem que a espacialização política deve considerar as dinâmicas relacionais e históricas, evitando delimitações territoriais rígidas.

Reforçamos que a clareza metodológica também é essencial para evitar vieses nas análises, conforme Silva (1988) destaca acerca da importância de evidenciar os pressupostos teóricos e metodológicos que orientam a análise de conjuntura. Além disso, Gallardo (1988) sugere a articulação entre elementos estruturais e conjunturais, proporcionando uma visão mais integrada e crítica da realidade social.

As categorias analisadas neste estudo, por esta metodologia, estão alinhadas em Souza (2014) e compreendem: os acontecimentos, cenários e atores sociais envolvidos no fenômeno investigado. Essas categorias analisadas remetem, segundo Souza (2014) as mesmas categorias utilizadas na obra de Marx sobre a Revolução Francesa, denominada “18 Brumário”⁵.

No percurso da análise da conjuntura, seguimos as seguintes categorias de análise sistematizadas por Souza (2014, p.9-18):

- a) Acontecimentos – procura distinguir entre fatos e acontecimentos. Fatos são eventos cotidianos, enquanto acontecimentos adquirem um sentido especial e impactam significativamente um país, uma classe ou um grupo social. A análise deve focar nos acontecimentos mais relevantes, pois eles revelam percepções sociais e ajudam a entender e delinear a realidade e as dinâmicas sociais de um determinado período;

⁵ A obra de Karl Marx intitulada “O 18 Brumário de Luís Bonaparte” é um importante texto que analisa o golpe de Estado ocorrido na França em 9 de novembro de 1799, conhecido como 18 de Brumário. Marx explora como Luís Bonaparte, apoiado pela burguesia conservadora, manipulou a situação política e social para se tornar um ditador. A obra examina as contradições de classe, os interesses da burguesia e a luta pelo poder na França do século XIX (Bezerra, 2011-2024?).

- b) Cenário – identifica os espaços privilegiados onde ocorrem os enfrentamentos políticos, pois cada um pode exigir um método diferente de análise. Disputas no âmbito internacional com repercussões para Estados-nação também devem ser consideradas;
- c) Atores – os atores são aqueles que representam ou que exercem um papel dentro de um enredo da conjuntura. São além de humanos que possuem uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia. Não basta identificar a origem de classe ou as organizações em que os atores atuam; é importante considerar a que interesses servem e qual projeto político ajudam a fortalecer. As articulações que envolvem os atores não são fixas e imutáveis, pois sendo uma condição humana e eminentemente social, altera-se face ao tempo, aos acontecimentos e outros processos inerentes à conjuntura;
- d) Relações de força – deve ser examinada dinamicamente, a partir de análises das forças atuantes nos âmbitos social, político, econômico e ideológico/cultural. Duas possibilidades de leituras da conjuntura podem surgir, partido: *i*) do ponto de vista do poder dominante (a lógica do poder) ou, *ii*) da perspectiva do ponto de vista dos movimentos populares, das classes subordinadas e da oposição ao poder dominante;
- e) Articulação entre conjuntura e estrutura – relaciona acontecimentos e ações desenvolvidas entre os atores sociais na conjuntura. Esta categoria reforça a máxima que não há vácuo no poder. Deve-se estar atento ao conjunto de forças para entender o fio condutor das redes sociais interconectando os acontecimentos, os atores sociais e a conjuntura. Torna-se necessário também “ver um sinal de saída para o “novo”, o não acontecido, o inédito”.

Análise de Redes Sociais (ARS)

Este referencial teórico surge como um suporte teórico-metodológico e conceitual ao objetivo específico que visa analisar as centralidades das relações de poder simbólico presentes nas redes sociais dos atores envolvidos nos conflitos socioambientais do ambiente pesquisado. Ainda buscará instrumentalizar a seguinte questão de estudo "Como os atores sociais percebem e exercem o poder simbólico nos conflitos socioambientais?"

Entendemos ser necessário explicar desde já, as diferenças entre redes sociais e mídias sociais; pois são conceitos que apresentam diferenças fundamentais.

As mídias sociais, comumente referidas como "redes sociais", fazem referência aos ambientes digitais que lidam com a criação e troca de conteúdo gerado pelo usuário, como por exemplo Facebook®, Twitter® (atualmente X®), Instagram® e YouTube® (Kaplan; Haenlein, 2010). Tais plataformas tecnológicas produzem e compartilham conteúdo de forma *online* e são espaços onde os usuários podem se conectar e interagir virtualmente.

Em contrapartida, redes sociais são conjuntos de pessoas ou entidades que se interconectam compartilhando interesses, atividades, percepções ou relações e por isso não depende de uma plataforma digital específica (Boyd; Ellison, 2007). Como exemplo de redes sociais podemos citar famílias, igreja, clube, associações, grupos de amigos e outras comunidades locais. Wellman (1996) destaca que as redes sociais são baseadas em interações e relações sociais, que podem existir tanto *online* quanto *offline*. Kietzmann *et al.* (2011) ressaltam que as mídias sociais são ferramentas tecnológicas e as redes sociais são sobre conexões e relações interpessoais.

A ideia da rede social tornou-se comum a partir de "sites de redes sociais" e o crescimento das mídias sociais, tipo Facebook®, Twitter®, LinkedIn® entre outros que incentivam seus usuários a criarem listas de "amigos", "seguidores" e "contatos" para estabelecer conexões indiretas com outras pessoas (Scott, 2017); daí as

mídias sociais por serem mais populares no seu uso cotidiano, há desconhecimento por grande parte dos indivíduos sobre o conceito acerca das redes sociais.

Podemos representar sinteticamente os conceitos, diferenças e exemplos entre mídias e redes sociais a partir do Quadro 7:

Quadro 7 - Conceitos, diferenças e exemplos entre mídias e redes sociais

Critério	Mídias Sociais	Redes Sociais
Conceito	Ambientes digitais que permitem a criação, compartilhamento e interação com conteúdos gerados pelos usuários, caracterizando-se pela comunicação multidirecional (Kaplan; Haenlein, 2010).	Conjuntos de atores sociais (pessoas ou organizações) interconectados que compartilham interesses, valores, percepções e relações sociais (Boyd; Ellison, 2007).
Diferenças	Focadas em plataformas tecnológicas para produção, compartilhamento de conteúdo e interação online através de interfaces digitais (Kietzmann <i>et al.</i> , 2011).	Estruturas sociais compostas por vínculos e relações entre atores, podendo existir tanto em ambientes digitais quanto não digitais (Wellman, 1996).
Exemplos	YouTube (vídeos), Instagram (fotos/vídeos), Twitter (mensagens), LinkedIn (profissional).	Redes familiares, grupos comunitários, associações profissionais, movimentos sociais.

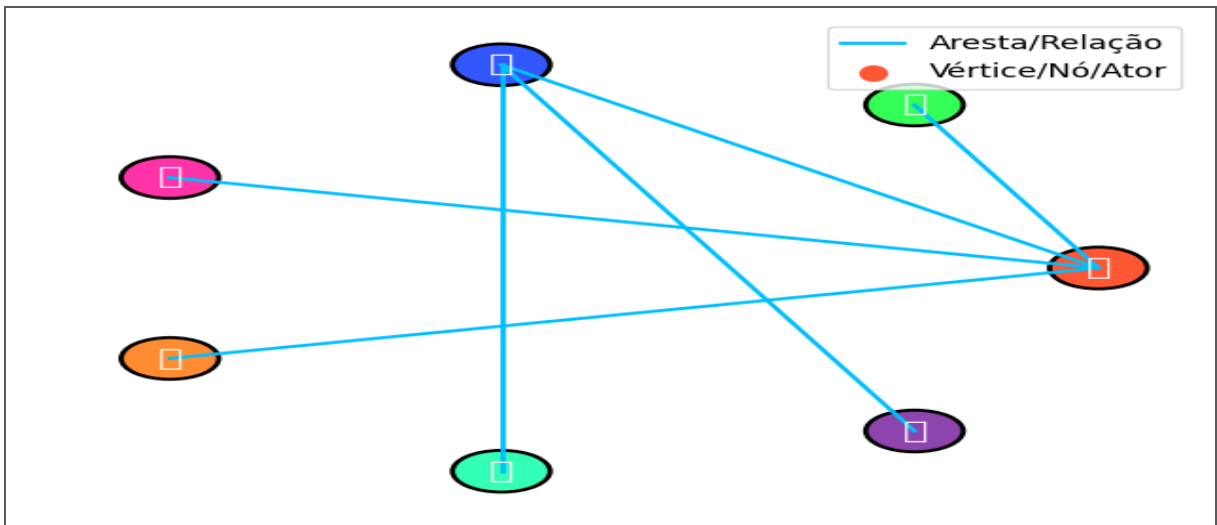
Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Segundo Wasserman e Faust (1994), uma rede social é uma estrutura social composta por atores (indivíduos, grupos ou organizações) que se conectam por meio de arestas (laços de relacionamento). Os atores, nas redes sociais são chamados de nós ou vértices, que se conectam por afinidades, amizades, compartilhamento de ideias, colaboração em projetos comuns ou até mesmo em situações opostas e divergentes que se revelam nos conflitos.

A análise dessas estruturas relacionais permite compreender como informação, recursos e influências circulam entre os atores, revelando padrões de comportamento coletivo. As propriedades estruturais das redes, como densidade, centralidade e clustering, determinam a eficiência na transmissão de conhecimentos e a capacidade de mobilização social. Redes com alta densidade de conexões facilitam a disseminação rápida de informações, enquanto estruturas mais dispersas favorecem a diversidade de perspectivas e a inovação através da conexão entre grupos distintos.

Podemos representar graficamente uma rede social a partir da Figura 6.

Figura 6 - Representação gráfica de uma rede



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

No diagrama acima, as arestas conectam os círculos, demonstrando as interações entre os nós. Esses elementos são necessários para entender a estrutura e o comportamento das redes, possibilitando a realização de análises de padrões dos tipos de conexões e influências presentes na estrutura.

Aspectos teórico-conceituais e aplicações da Análise de Redes Sociais

A Análise de Redes Sociais (ARS) é uma metodologia interdisciplinar que permite examinar as relações entre atores sociais em diferentes contextos. Esta abordagem tem sido bastante utilizada para investigar a estrutura social, para explicar como os atores sociais estão conectados e como essas conexões influenciam comportamentos e dinâmicas sociais.

A ARS permite a visualização e a análise quantitativa de redes complexas, trazendo importantes conhecimentos sobre o funcionamento interno de grupos sociais. A ARS por ser uma metodologia interdisciplinar incorpora conceitos de diversas disciplinas, como sociologia, matemática, psicologia e ciência da computação, oferecendo uma perspectiva objetiva sobre as interações sociais e a estrutura de redes sociais.

Cronologicamente, o desenvolvimento da análise de redes sociais tem sua gênese em contribuições teóricas e metodológicas tradicionalmente conhecidas. Euler (1736) estabeleceu os fundamentos matemáticos ao desenvolver a teoria dos grafos através do clássico e conhecido problema das pontes de Königsberg, enquanto Simmel (2009) contribuiu sob um prisma sociológico o argumento de que o mundo social emerge das interações e não da mera agregação de indivíduos. Mais adiante, Moreno (1934) desenvolveu ferramentas sociométricas para o estudo estrutural das interações em pequenos grupos, e Barnes (1954) consolidou o conceito de redes sociais ao aplicá-lo em estudos antropológicos para compreender como as interações individuais estruturam as relações sociais.

A partir dessas contribuições, a ARS se consolidou como uma ferramenta essencial para realizar o mapeamento e análise da estrutura e dinâmica de redes sociais em diferentes contextos, como estudos de mobilidade social, citações científicas e relações de poder; porém, o reconhecimento acadêmico significativo ocorreu nos anos 1970, com a publicação seminal de sociólogos como John Scott e Stanley Wasserman (Scott, 2017).

Reafirmamos que a ARS possui uma base fundamentada no ramo da matemática discreta, chamada de teoria dos grafos a partir dos estudos de Leonhard Euler (1736). No entanto, não será de nosso interesse abordar esta estrutura meramente de base matemática em nossas exposições e análises.

Neste contexto, o estudo das redes vem colocando em evidência um dado da realidade social contemporânea que ainda está sendo pouco explorado (Marteleto, 2001). Assim, esta ferramenta traz para a área socioambiental, mais especificamente nos fenômenos envolvendo os conflitos socioambientais, uma iniciativa criativa para ampliar os horizontes das ciências socioambientais de modo inter e transdisciplinar.

Devido ao exercício do poder simbólico; isto é, a capacidade de determinados atores ou grupo de atores sociais em influenciar na percepção, pensamento e ações dos indivíduos, os conflitos socioambientais podem ser minimizados ou até não percebidos.

Reconhecemos também na metodologia da ARS o seu papel fundamental no processo de investigação de como essas narrativas se disseminam ou polarizam, já

que não podem ser vistas apenas como um instrumento de comunicação apenas, mas também como instrumentos de ampliação do capital simbólico de atores dominantes que estruturam e reorganizam a vida social dos atores sociais mais vulneráveis na rede.

As narrativas podem ser entendidas como sendo perspectivas de exercício de poder simbólico entre atores ou grupo de atores sociais em uma rede, já que representam a forma mais sutil de produzir discursos que reafirmam os *habitus* num campo social, de modo a legitimar e perpetuar os valores existentes já reificados ou sob domínio de detentores de maior poder de capital econômico, simbólico, social ou cultural.

O poder das narrativas tem despertado interesse de vários pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, pois geram capital simbólico nas redes sociais dos atores sociais que a praticam, podendo alterar percepções individuais, e reforçar o *habitus* de modo que podem camuflar situações de conflitos socioambientais no campo social.

A metodologia da ARS pode mapear e interpretar as relações entre os atores dentro dos conflitos com o intuito de identificar padrões de poder e influência, revelando as dinâmicas existentes em um campo de disputa que, muitas vezes, permanecem ocultas para determinados atores ou grupo de atores. Por exemplo, em um estudo sobre a gestão de elementos naturais no Irã, a combinação da ARS com a análise de partes interessadas (*stakeholders*) permitiu identificar relações de colaboração e conflito que são essenciais para uma governança eficaz desses patrimônios naturais (Ahmadi *et al.*, 2019).

Essas polarizações de relações de poder e influência para Bourdieu (2004), representam o acúmulo de capital simbólico enquanto força simbólica de poder que está enraizada em símbolos, significados e representações.

Assevera Castells (2009), que o poder possui uma capacidade relacional que permite a um ator social influenciar assimetricamente as decisões de outro(s) ator(es) social(is) de forma a favorecer à vontade, os interesses e os valores do ator empoderado. Ainda em Castells (2009), é afirmado que “o poder é exercido por meio da coerção (ou da possibilidade dela) e/ou pela construção de sentido a partir dos discursos por meio dos quais os atores sociais orientam sua ação (p.10)”.

No livro "*The Power of Narrative in Environmental Networks*", de Ingram; Ingram; Lejano (2014) afirmam que as narrativas representam uma forma dos atores sociais buscarem e acumularem capital simbólico no processo de interação, seja na construção de significados ou nas ações e práticas envolvendo a relação com o ambiente; ou seja, as narrativas empregadas reforçam o *habitus* no campo de disputa, revelando as dinâmicas de poder e as alianças que podem eclodir ou acirrar os conflitos socioambientais.

A relação entre narrativas e redes sociais é muito presente nos conflitos socioambientais, onde o poder simbólico desempenha um papel chave, pois através da sua construção e disseminação pode-se mobilizar comunidades, legitimar reivindicações e influenciar inclusive políticas públicas.

Em seu estudo, Vlachos (2017) apresenta um contexto em que a narrativa não apenas une indivíduos, mas também pode criar identidades coletivas e estimular a ação, como por exemplo durante a controvérsia de South Moresby, no Canadá, onde as narrativas criadas pelas comunidades indígenas, ambientalistas e outros atores geraram uma rede que impulsionou protestos e resistência política.

Esses poucos exemplos demonstram como as narrativas podem ser usadas como ferramentas estratégicas para influenciar resultados em conflitos socioambientais e empoderar atores ou grupo de atores sociais.

Análise de Redes Sociais e as dinâmicas de poder, influência e dominação

A ARS vem possibilitando discussões teóricas importantes sobre as dinâmicas de poder simbólico, influência e dominação social integrando entre outras teorias a de Pierre Bourdieu, Manuel Castells, Robert D. Putnam, James S. Coleman, Anthony Giddens, Michel Foucault, Jürgen Habermas, Mark Granovetter, John Scott, Francis Fukuyama e Max Weber. Apresentamos uma síntese dessas abordagens teóricas a partir do Quadro 8.

Quadro 8 – Abordagens teóricas das dinâmicas de poder, influência, confiança e dominação na Análise de Redes Sociais

Autor (Ano)	Conceitos	Categorias de Análise	Integração às discussões do Poder Simbólico
Bourdieu (1986)	Capital social, capital simbólico	Redes de relações, capital cultural, dominação social	O capital simbólico é usado para a dominação social, moldando percepções e ações.
Castells (2009, 1996)	Poder comunicativo, sociedade em rede	Fluxos de informação, construção de significados	O controle dos fluxos de informação é essencial para a estruturação do poder.
Putnam (2000)	Confiança, capital social	Coesão social, reciprocidade, ação coletiva	A confiança gera coesão social, facilitando a ação coletiva e influenciando políticas.
Coleman (1988)	Capital social, confiança	Cooperação, redução de custos de transação, ação coletiva	A confiança reduz custos de transação e facilita a cooperação eficiente.
Giddens (1984)	Teoria da estruturação, poder inerente às relações sociais	Mobilização de recursos, controle de regras	O poder é exercido através da mobilização de recursos e do controle das regras sociais.
Foucault (1977)	Poder disciplinar, práticas discursivas	Instituições sociais, distribuição de poder	O poder é distribuído através de práticas discursivas e instituições sociais.
Habermas (1984)	Ação comunicativa, legitimidade do poder	Entendimento mútuo, reconhecimento recíproco	O poder legítimo é estabelecido pelo entendimento mútuo e reconhecimento recíproco.
Granovetter (1985)	<i>Embeddedness</i> , ligações fortes e fracas	Disseminação de informações, coesão social	Ligações fortes garantem coesão, enquanto ligações fracas promovem disseminação.
Scott (2000)	Análise de redes sociais, centralidade	Posicionamento na rede, influência	A centralidade na rede determina a capacidade de influenciar as dinâmicas sociais.
Fukuyama (1995)	Confiança, desenvolvimento institucional	Reciprocidade, coesão social	A confiança é essencial para o desenvolvimento de instituições eficientes.
Weber (1999)	Dominação legítima, reconhecimento social	Reconhecimento social, poder institucional	A dominação legítima é baseada no reconhecimento social e institucional.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Pierre Bourdieu aborda como o capital econômico, simbólico, cultural e social moldam a dominação social na rede de relações (Bourdieu, 1986, 2004, 2007, 2011), onde os fluxos de informações são considerados mais importantes do que os vínculos para a estruturação do poder na sociedade (Castells, 2009, 1996). Já John Scott, considera mais importante entender a posição de centralidade como uma capacidade de influência dos atores sociais na rede (Scott, 2000); caminhos que iremos percorrer neste estudo.

A confiança, um conceito explorado por Robert Putnam e James Coleman para determinar a coesão social e a ação coletiva. Putnam (2000) utiliza-se do argumento de que a confiança gera reciprocidade e fortalece os laços sociais, enquanto Coleman (1988) demonstra que ela reduz os custos com os recursos e esforços necessários para realizar e manter interações ou acordos entre os atores sociais, facilitando a cooperação eficiente. Francis Fukuyama também aborda a confiança como um elemento mútuo para o desenvolvimento institucional e a coesão social (Fukuyama, 1995).

A teoria da estruturação desenvolvida por Anthony Giddens e a obra de Michel Foucault sobre poder disciplinar e práticas discursivas fornecem uma compreensão dessas ações diante das interações sociais. Giddens (1984) destaca que o poder é exercido através da mobilização de recursos e do controle das regras de interação, enquanto Foucault (2014) enfatiza que o poder é distribuído através de instituições sociais e práticas discursivas. Jürgen Habermas amplia o debate ao discutir que o poder legítimo é estabelecido pelo entendimento mútuo e reconhecimento recíproco para a construção de consenso e legitimidade nas interações sociais (Habermas, 1984). Mas, para o clássico Max Weber, a dominação legítima é baseada no reconhecimento social e institucional (Weber, 1999).

Mark Granovetter, com seus conceitos de *embeddedness* (incrustação ou enraizamento) e as noções de laços fortes e fracos, argumenta que relações fortes garantem coesão, enquanto as fracas ajudam a promover a disseminação de informações, conectando diferentes subgrupos e facilitando a inovação (Granovetter, 1985).

Medidas de centralidade na Análise de Redes Sociais

A ARS oferece uma série de métricas estatísticas para demonstrar as relações do fenômeno estudado. Optamos pelas medidas de centralidades e poder (*Centrality and power*), conforme descrito no UCINET (Borgatti, Everett; Freeman, 2005)

Sociologicamente, a noção de centralidade está ligada a conceitos como “*status*”, “importância”, “influência”, “popularidade”, “acessibilidade” e muitos outros. Portanto, em determinado contexto, os nós mais centrais de uma rede social têm status mais alto, são mais populares, influentes e assim por diante.

Na ARS, as medidas de centralidade são métricas fundamentais para identificar a importância relativa dos nós dentro da rede.

As principais medidas de centralidade incluem: grau, intermediação, proximidade e centralidade de vetor próprio (Freeman, 1978; Valente *et al.*, 2008), conforme sintetiza e ilustra o Quadro 9.

Quadro 9 - Síntese das Medidas de Centralidades na Análise de Redes Sociais

Medida de Centralidade	Descrição	Fórmula
Centralidade de Grau	Mede o número de conexões diretas de um nó, indicando sua popularidade ou atividade dentro da rede.	$C_D(v) = \sum_{u \in V} a_{uv}$ onde a_{uv} é a existência de uma ligação entre os nós u e v .
Centralidade de Intermediação	Avalia a frequência com que um nó serve como intermediário nas interações entre outros nós, identificando atores que controlam fluxos de informação.	$C_B(v) = \sum_{s \neq v \neq t} \frac{\sigma_{st}(v)}{\sigma_{st}}$ onde σ_{st} é o número de caminhos geodésicos entre s e t , e $\sigma_{st}(v)$ é o número de caminhos que passam por v .
Centralidade de Proximidade	Mede a distância média de um nó para todos os outros nós na rede, indicando a capacidade de um ator influenciar rapidamente a rede devido à sua localização central.	$C_C(v) = \frac{1}{\sum_{u \in V} d(v,u)}$ onde $d(v, u)$ é a distância geodésica entre os nós v e u .
Centralidade de Vetor Próprio	Considera não apenas o número de conexões de um nó, mas também a importância dos nós aos quais ele está conectado.	$C_E(v) = \frac{1}{\lambda} \sum_{u \in V} a_{uv} C_E(u)$ onde λ é uma constante e a_{uv} indica se há uma conexão entre u e v .

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024 – adaptado de Borgatti; Everett; Freeman, 2005.

A posição de centralidade pode indicar uma série de atributos dos atores sociais na rede, como por exemplo: – positivos: entre os atores, que podem mostrar os níveis de relacionamentos, adesões, troca de informações, ações, objetivos comuns, parceria, representatividade etc. – negativos: poder desigual, dominação, acesso e acúmulo de recursos, privilégios, supremacia, corporativismo etc.

Aspectos metodológicos da Análise de Redes Sociais

Nesta subseção iremos apresentar um resumo dos principais aspectos metodológicos da ARS com os passos que ilustram como a metodologia é utilizada na prática.

Como apresentado anteriormente, no âmbito teórico, a análise de redes sociais permite identificar e analisar as estruturas de relacionamentos entre diferentes atores, demonstrando a importância dos elos, interações e poder dentro de uma rede.

Softwares para Análise de Redes Sociais (UCINET/NETDRAW)

O software UCINET 6, que é uma ferramenta comumente utilizada na ARS tanto para calcular as medidas de centralidades assim como para a visualização dos grafos (diagramas) através de uma aplicação denominada NetDraw.

O *software* oferece algumas funcionalidades como a análise de centralidade, que ajuda a identificar os nós mais importantes dentro da rede, seja por seu grau de conexão (centralidade de grau), pela capacidade de intermediar conexões entre outros nós (centralidade de intermediação) ou pela proximidade com todos os demais nós da rede (centralidade de proximidade) (Wasserman; Faust, 1994).

Essas métricas são fundamentais para identificar atores influentes e compreender a distribuição de poder e informação em uma rede.

No campo das ciências políticas, o UCINET tem sido empregado para analisar redes de influência e poder entre atores políticos. Esse tipo de análise é importante para entender as alianças e rivalidades que moldam o cenário político de uma rede analisada, além de identificar os indivíduos ou grupos que exercem maior influência sobre as políticas públicas (Knoke, 1993).

O UCINET 6 *for Windows* também oferece ferramentas avançadas de visualização (usamos o NetDraw), que são usadas para a interpretação dos dados

de rede. As visualizações ajudam a revelar padrões e estruturas que podem não ser evidentes apenas através de análises numéricas.

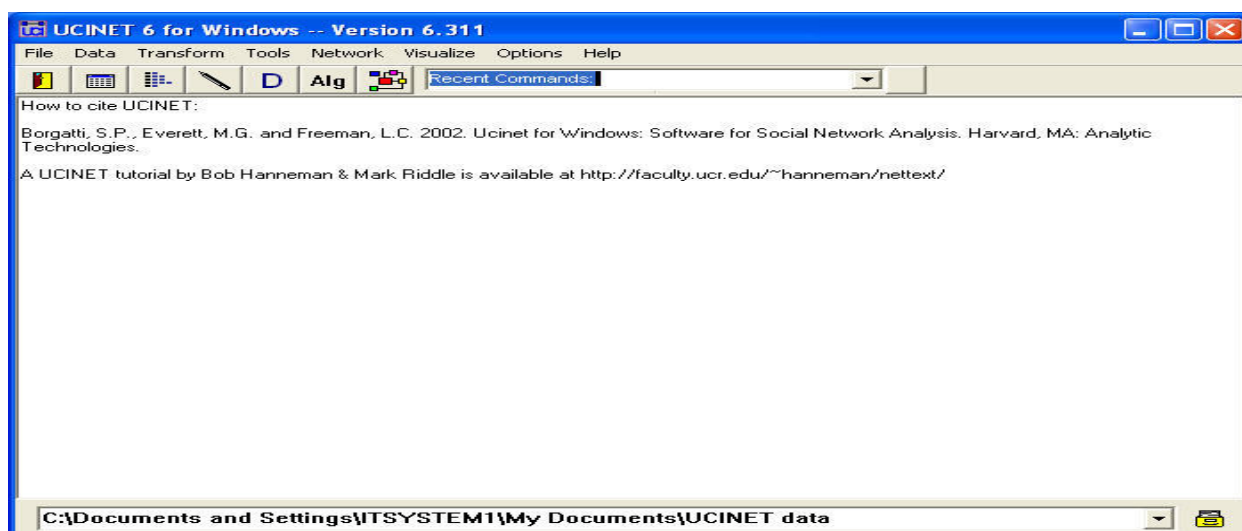
Outra característica importante do UCINET é a sua capacidade de integrar dados de diferentes fontes e formatos. Optamos por usar o Excel para esse processo de importação de dados para compor a base de dados do UCINET.

Devido aos avanços da área de programação o UCINET permite o uso de *script* personalizados utilizando a linguagem de programação (ex.: Python) incorporada ao *software* (Borgatti; Everett; Freeman, 2005).

O segundo *software* que utilizamos no estudo foi o NetDraw, que é uma aplicação do pacote UCINET 6 *for Windows* para a visualização e análise gráfica de redes sociais. O NetDraw não apenas visualiza grafos das redes, mas também é útil para outras características estruturais e dinâmicas das redes sociais.

A capacidade de representar visualmente redes complexas facilita a interpretação dos dados e a comunicação dos resultados, tornando-se uma ferramenta indispensável para a ARS (Borgatti, 2002). Ilustramos abaixo uma tela do UCINET 6, a partir da Figura 7.

Figura 7 - Tela inicial do UCINET 6



Fonte: UCINET

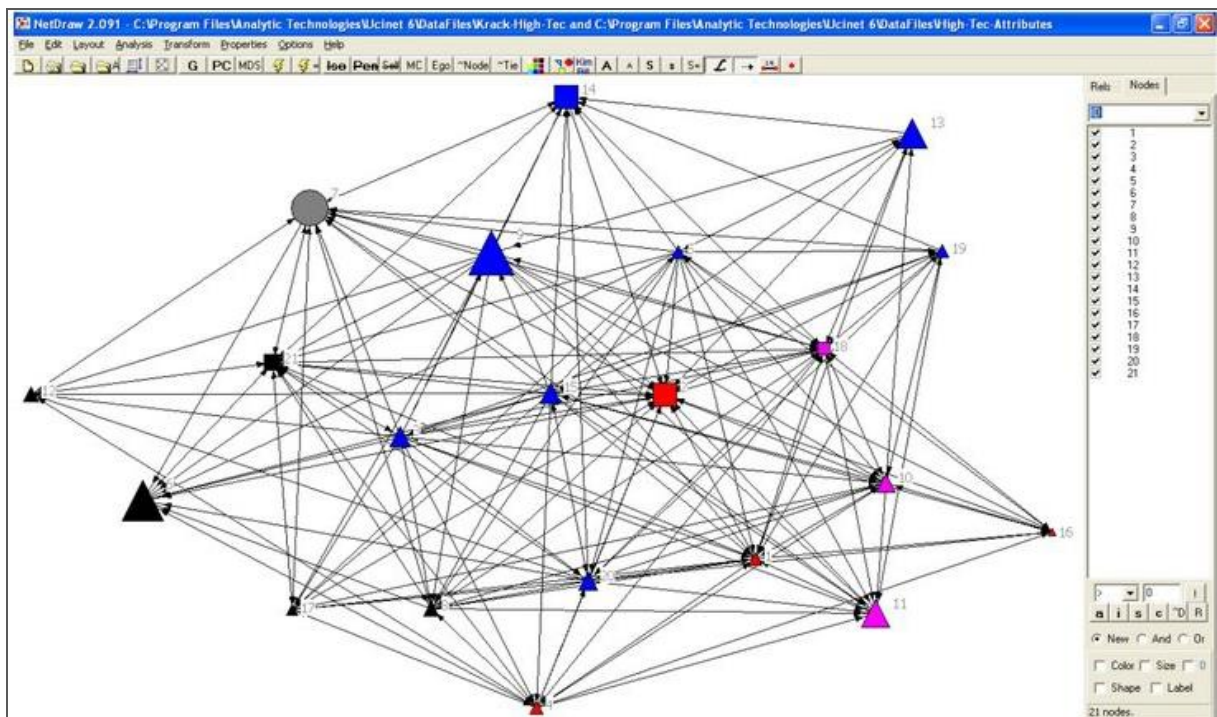
Podemos considerar que o uso do *software* NetDraw inicia a partir do processo de importação dos dados de rede, que podem ser provenientes diretamente do UCINET ou de outros formatos compatíveis, como por exemplo o Excel.

O NetDraw funciona como visualizador de redes direcionadas e não direcionadas. Depois que os dados forem carregados, a interface do NetDraw apresenta a rede em um plano cartesiano, onde os nós são representados por pontos e as conexões por linhas, facilitando a compreensão das relações e interações entre os atores (Hanneman; Riddle, 2005).

O NetDraw permite a personalização na visualização da rede, pois pode-se alterar a forma, tamanho, cor dos nós, assim como o estilo das linhas que ligam os nós da rede. Há também permissão para configurar o formato da rede (Freeman, 2000).

A Figura 8 ilustra uma tela do NetDraw com a visualização de um grafo.

Figura 8 - Tela de visualização de grafos pelo NetDraw



Fonte: UCINET

A centralidade de grau é uma das medidas mais simples de calcular, devido ao fato de simplesmente representar o número de conexões diretas que um nó (ator) possui. No UCINET, essa métrica é calculada para cada nó (ator), fornecendo uma indicação de quais atores são os mais conectados dentro da rede.

A centralidade de grau pode ser dividida em duas subcategorias: *i)* grau de entrada, que conta o número de conexões que chegam ao nó; e *ii)* grau de saída, que conta o número de conexões que saem do nó. Essas categorias são úteis em redes direcionadas, onde a direção das conexões importa (Wasserman; Faust, 1994).

A centralidade de intermediação, por sua vez, mede o quanto um nó (ator) atua como intermediário nas conexões entre outros nós (atores). Um nó (ator) com alta centralidade de intermediação tem um papel crucial na mediação de informações e recursos através da rede, pois muitas das rotas de comunicação passam por ele. No UCINET, essa medida é calculada considerando todas as geodésicas (os caminhos mais curtos) que passam por um nó (ator) específico. A centralidade de intermediação é particularmente útil para identificar nós (atores) que têm poder sobre o fluxo de informações na rede, muitas vezes chamados de "intermediários" ou "*brokers*" (Freeman, 1977).

A centralidade de proximidade avalia o quão perto um nó (ator) está de todos os outros nós (atores) na rede. Um nó (ator) com alta centralidade de proximidade pode alcançar todos os outros nós (atores) com um número relativamente pequeno de passos. No UCINET, essa medida é calculada invertendo a soma das distâncias mais curtas de um nó (ator) a todos os outros nós (atores). A centralidade de proximidade é útil para identificar nós (atores) que têm acesso rápido a toda a rede, sendo essencial em contextos em que a rapidez na disseminação de informações é essencial (Sabidussi, 1966).

Além dessas medidas, o UCINET também permite a análise de centralidade de vetor próprio, uma métrica que considera não apenas o número de conexões de um nó (ator), mas também a qualidade dessas conexões. Um nó (ator) terá uma alta centralidade de vetor próprio se estiver conectado a outros nós (atores) que também são bem conectados. Essa medida é calculada usando o maior autovalor da matriz de adjacência da rede e é particularmente útil para identificar líderes ou influenciadores dentro de uma rede, uma vez que esses nós (atores) têm acesso a outros nós (atores) influentes (Bonacich, 1987). Essa métrica é comumente chamada, em ARS, de "Poder de Bonacich".

Para utilizar o UCINET 6 *for Windows* no cálculo dessas medidas de centralidade descritas acima, é necessário seguir uma série de etapas que garantem a correta inserção e análise dos dados no referido *software*.

Primeiramente, é necessário preparar os dados de rede, a serem importados no formato Excel (pode ser em formato csv ou txt também). Os dados devem estar estruturados de maneira a refletir a matriz de adjacência da rede, onde as linhas e colunas representam os nós e as células indicam a presença e a direção das conexões entre esses nós (Borgatti; Everett; Freeman, 2002).

A matriz de adjacências é uma matriz quadrada em que cada entrada (i, j) indica se há uma aresta (conexão) entre o vértice/nó (ator) i e o vértice/nó (ator) j , por exemplo

As linhas e colunas da matriz de adjacência correspondem aos nós do gráfico, e as células na matriz correspondem a pares de nós ou díades (um par de nós é a conexão ou a ausência dela). Um valor 1 (um) indica a presença de uma aresta (relação) e o valor 0 (zero) indica a ausência de relação; isto é, esses dados são binários, onde 1 (um) significa que o ator possui conexão com outros atores e 0 (zero) não possui conexão com outros atores.

A matriz de adjacência pode ser elaborada levando em consideração dois tipos de redes: direcionadas e não-direcionadas.

Vejamos as principais diferenças nos exemplos abaixo.

Rede direcionada (unidirecional): as conexões entre os nós possuem uma direção específica. Por exemplo, se A está conectado a B, isso não implica que B está conectado a A. Segue um exemplo ilustrado na Tabela 1:

Tabela 1 - Exemplo de matriz de adjacência em uma rede direcionada

	A	B	C
A	0	1	0
B	0	0	1
C	1	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Nesta rede, A está conectado a B; B está conectado a C e C está conectado a A. Portanto, não há uma reciprocidade de relações entre os atores.

Rede não-direcionada (bidirecional): as conexões entre os nós não possuem direção, ou seja, se A está conectado a B, então B está conectado a A. A matriz de adjacência é simétrica, no caso, conforme ilustra a Tabela 2:

Tabela 2 - Exemplo de uma matriz de adjacência em rede não-direcionada

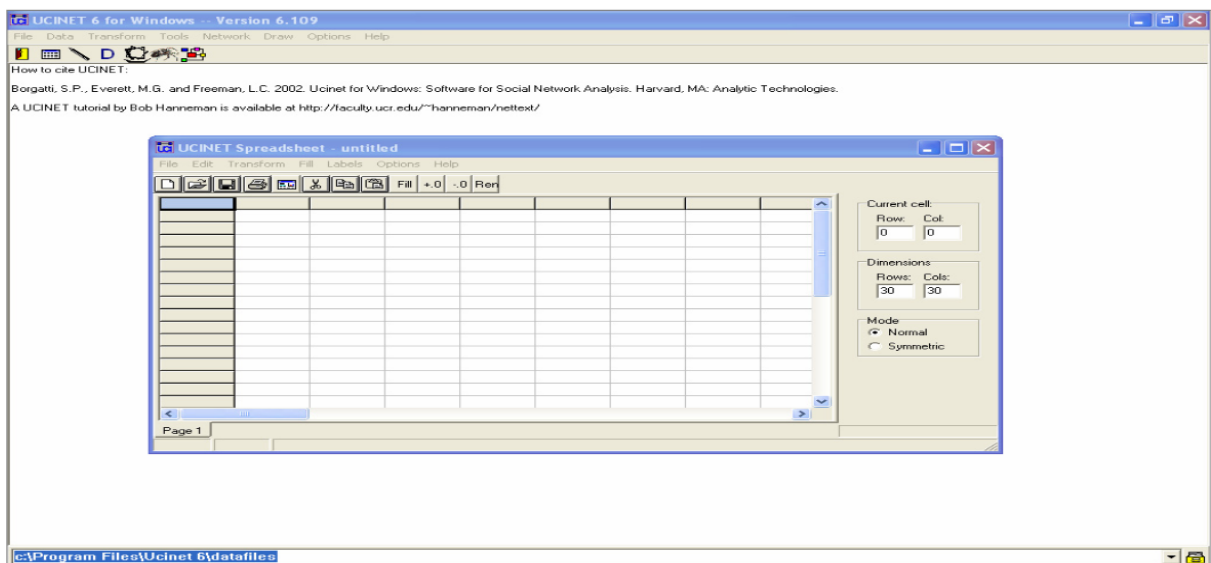
	A	B	C
A	0	1	1
B	1	0	1
C	1	1	0

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Esta rede indica que há reciprocidade de relacionamento entre os atores; pois A está conectado a B e C; B está conectado a A e C; e C está conectado a A e B.

Uma vez que os dados estão no formato adequado (usaremos Excel) para ser importado, o próximo passo é carregar a matriz de adjacência no UCINET. Os dados também podem ser inseridos manualmente na Folha de Cálculo (*Spreadsheet*) do UCINET, conforme ilustra a Figura 9:

Figura 9 - Folha de Cálculo (*Spreadsheet*) do UCINET



Fonte: UCINET

É recomendável verificar os dados na matriz de adjacência para assegurar que todos os dados foram importados corretamente, utilizando a opção "Matrix" no menu "Data" (Hanneman; Riddle, 2005).

Após a verificação dos dados, o UCINET oferece diversas ferramentas analíticas que permitem a identificação de padrões estruturais na rede. A análise inclui medidas de centralidade, que identificam os atores mais influentes; detecção de subgrupos coesos, que revelam comunidades dentro da rede maior; e cálculos que indicam o grau de interconexão geral da rede (Wasserman; Faust, 1994). Estas métricas são fundamentais para interpretar a dinâmica das relações entre os atores e compreender como a informação ou recursos fluem através da estrutura da rede.

Por fim, a visualização gráfica dos dados é um complemento valioso para a análise de redes sociais, podendo ser realizada através do NetDraw, ferramenta complementar ao UCINET. A representação visual transforma os dados numéricos da matriz em um sociograma, onde os nós aparecem como pontos e as conexões como linhas, facilitando a identificação intuitiva de padrões que podem não ser imediatamente evidentes na análise quantitativa. Esta abordagem integrada, combinando análise matemática e visualização gráfica, proporciona uma compreensão mais abrangente e rica da estrutura relacional em estudo (Scott, 2000).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Conflitos ambientais no Brasil / Organizador Henri Acelrad. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (orgs). Justiça Ambiental e Cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2004.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. D. A.; BEZERRA, G. D. N. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 156 p. ISBN: 9788576171591

AGYEMAN, J. Environmental justice: concepts, evidence, and practice. London: Routledge, 2005.

AHMADI, A.; KERACHIAN, R.; RAHIMI, R.; EMAMI SKARDI, M. J. Comparing and combining Social Network Analysis and Stakeholder Analysis for natural resource governance. *Environmental Development*, v. 32, 100451, 2019. DOI: 10.1016/J.ENVDEV.2019.07.001. Acesso em 23 de mai. de 2023.

ALLAN, K. *The Social Lens: An Invitation to Social and Sociological Theory*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007.

ALVES, J. E. D. Análise de conjuntura: teoria e método. *Inclusão Social em Debate*, p. 1-11, 2008. Disponível em: [https://www.academia.edu/15230689/An%C3%A1lise de conjuntura teoria e m%C3%A9todo](https://www.academia.edu/15230689/An%C3%A1lise_de_conjuntura_teor%C3%A9tica_e_m%C3%A9todo). Acesso em: 2 de jun. de 2022.

ANM – Agência Nacional de Mineração. Sistema de Informações Geográficas de Mineração – SIGMINE. Disponível em: <https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>. Acesso em: 01 abr. 2024.

BARABÁSI, A.-L. *Network Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. ISBN: 9781107076266. Disponível em: <http://networksciencebook.com/>. Acesso em: 12 de jun. de 2002.

BARNES, J. A. Class and committees in a Norwegian island parish. *Human Relations*, v. 7, n. 1, p. 39-58, 1954. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/001872675400700102>. Acesso em: 12 de out. de 2022.

BEBBINGTON, A. J.; HINOJOSA, L.; HUMPHREYS BEBBINGTON, D.; BURNEO, M. L.; WARNAARS, X. Contention and Ambiguity: Mining and the Possibilities of Development. *Brooks World Poverty Institute Working Paper*, n. 57, Oct. 2008. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1297212>. Acesso em: 22 de abr. de 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1297212>.

BECK, U. *Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade*. 34. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

BIERMANN, F.; PATTBERG, P.; VAN ASSELT, H.; ZELLI, F. The Fragmentation of Global Governance Architectures: A Framework for Analysis. *Global Environmental Politics*, v. 9, n. 4, p. 14-40, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1162/glep.2009.9.4.14>. Acesso em: 2 de abr. de 2022.

BOBAN, I.; MUJKIC, A.; DUGANDŽIĆ, I.; BIJEDIC, N. Analysis of a social network. 2014 IEEE 12th International Symposium on Applied Machine Intelligence and Informatics (SAMII), 129-132. 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/263933721_Analysis_of_a_social_network. Acesso em 23 de mai. de 2023.

BODIN, Ö; GARCÍA, M. M.; ROBINS, G. Reconciling conflict and cooperation in environmental governance: A social network perspective. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 45, p. 471-495, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-011020-064352>. Acesso em: 02 de jun. 2023.

BONACICH, P. Factoring and weighting approaches to status scores and clique identification. *Journal of Mathematical Sociology*, 2, 113-120, 1972. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Factoring-and-weighting-approaches-to-status-scores-Bonacich/f8e8fe10ac9f56a625d6b83a2bfc481dccee721c>. Acesso em 20 de mai. de 2023.

BONACICH, P. Power and centrality: a family of measures. *American Journal of Sociology*, v. 92, n. 5, p. 1170-1182, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/228631>. Acesso em: 22 de mai. de 2023.

BORGATTI, S. P. *NetDraw: Graph Visualization Software*. Harvard: Analytic Technologies, 2002.

BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. *UCINET for Windows: Software for social network analysis*. Harvard, MA: Analytic Technologies, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/216636663_UCINET_for_Windows_Software_for_social_network_analysis. Acesso em 23 de mai. de 2023.

BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. Transl. R. Nice. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. (Tradução de *Esquisse d'une théorie de la pratique*, 1972).

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, John G. (Ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.

BOURDIEU, P. *The Logic of Practice*. Transl. R. Nice. Stanford: Stanford University Press, 1990. (Tradução de *Le sens pratique*, 1980).

BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de M. L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1992].

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 [1989].

BOURDIEU, P. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. Tradução de D. Kern e G. F. Teixeira. 1. ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007 [1979].

BOURDIEU, P. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Tradução de M. Corrêa. Campinas: Papyrus, 2011 [1994].

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Tradução de M. H. Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1998].

BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014 [1970].

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. *O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Tradução de I. R. Valle e N. Valle. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017 [1984].

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. *Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship*. *Journal of Computer-Mediated Communication*, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x>. Acesso em: 5 de mai. de 2022.

BRASIL. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em 18 de jan. de 2022.

BRAUDEL, F. *História e ciências sociais*. 6. ed. Lisboa: Presença, 1990.

BRECHT, B. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: ELO Editora, 1982.

BRITO, R. de O.; MARQUES, C. F. *Pagamento por serviços ambientais: uma análise do ICMS ecológico nos estados brasileiros*. *Planejamento e Políticas Públicas - PPP*, n. 49, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/727/455#:~:text=2.2%20ICMS%20Ecol%C3%B3gico&text=Do%20valor%20total%20arrecadado%20pelo,participa%C3%A7%C3%A3o%20dos%20munic%C3%ADpios%20no%20produto>. Acesso em 23 jan de 2023.

BRUNDTLAND, G. H. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987.

BRUSSI, A. O tempo conjuntural e os estudos dos sistemas-mundo: algumas anotações metodológicas. *Textos de Economia*, v. 10, n. 2, p. 86-100, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/24613>. Acesso em: 2 de fev. de 2022.

BRYMAN, A. Integrating quantitative and qualitative research: how is it done?. *Qualitative Research*, v. 6, n. 1, p. 97-113, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1468794106058877>. Acesso em: 25 de fev. de 2022.

BULLARD, R. D. *Unequal Protection: Environmental Justice and Communities of Color*. San Francisco: Sierra Club Books, 1994.

BULLARD, R. D. *Dumping in Dixie: Race, class, and environmental quality*. 3. ed. New York: Routledge, 2018.

BUSS, P. M.; MAGALHÃES, D. “Um único planeta, uma só saúde” e a Declaração de Kunming sobre Biodiversidade. *CEE Fiocruz Saúde e Sustentabilidade*, 25 de outubro de 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Um-unico-planeta-uma-so-saude-e-a-Declaracao-de-Kunming-sobre-Biodiversidade-por-Paulo-M-Buss-e-Danielly-Magalhaes>. Acesso em 23 de mai. de 2023.

CAPRA, F. *O ponto de mutação*. São Paulo: Ed. Círculo do livro, 1982.

CARVALHO, I. C. de S. *A invenção do Brasil religioso: Cristandade e oposição na era liberal (1870-1930)*. São Paulo: Loiola, 2003.

CARVALHO, I. C. de M. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 256 p., 2004.

CASTELLS, M. *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. (“A carreira e os desafios para se tornar um perito-contador”)* 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CNBB. *Elementos para uma Análise de Conjuntura*. 2020. Disponível em: cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/1-ELEMENTOS-PARA-UMA-ANÁLISE-DE-CONJUNTURA.pdf. Acesso em 20 jan. 2023.

CONSÓRCIO STCP e MATER NATURA. *Integra Guandu. Plano Diretor Florestal da Região Hidrográfica II – Guandu/RJ – Produto 9.1 – Diagnóstico do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Mangaratiba*. Curitiba-PR, 2022.

COOKE, B.; KOTHARI, U. *Participation: the new tyranny?* London: Zed Books, 2001.

COONEY, C. M. Still searching for environmental justice. *Environmental Science and Technology*, 33 (May), 1999.

CORDEIRO, A. M.; OLIVEIRA, G. M de; RENTEIRA, J.M.; GUIMARÃES, C. A. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. *Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-69912007000600012>. Acesso em: 24 de out. de 2022.

CORDEIRO, N. M. Resumo do Exame de Qualificação. 2021. Disponível em: https://ppgmeioambiente.uerj.br/wp-content/uploads/2021/03/Resumo_pos-Exame-de-Qualificacao_revMario.pdf. Acesso em: 02 de jan de 2023.

CORNWALL, A.; GAVENTA, J. *Participation: from tyranny to transformation?* London: Zed Books, 2001.

DAHLET, L.; SELIM, S. A.; VAN PUTTEN, I. A review of how we study coastal and marine conflicts: is social science taking a broad enough view? *Maritime Studies*, [S.l.], v. 22, n. 29, p. 1-20, jun. 2023. DOI: 10.1007/s40152-023-00319-z. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40152-023-00319-z>. Acesso em: 02 de jun. 2023.

DIEGUES, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Expressão Popular, 2023. 224 p. ISBN 978-6558911050.

DOMBROSKI, K.; GOODWIN, M.; QIAN, J.; WILLIAMS, A.; CLOKE, P. (Eds.). *Introducing Human Geographies* (4th ed.). Routledge, 2024. <https://doi.org/10.4324/9780429265853>

DURKHEIM, É. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

EULER, L. *Solutio problematis ad geometriam situs pertinentis*. *Commentarii Academiae Scientiarum Imperialis Petropolitanae*, v. 8, p. 128-140, 1736.

FERNANDES, B. M. Território, teoria y política. In: LOZANO VELÁSQUEZ, F.; FERRO MEDINA, J. G. (Org.). *Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009. p. 35-66. Disponível em: <https://horizontescomunitarios.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/10/mancano-fernandez-territorios-teoria-y-politica.pdf>. Acesso em 21 de ago. de 2022.

FIORI, J. L. C. Análise Política do Tempo Conjuntural. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 34, n. 3, p. 379-414, 1991. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/artigos/?id=414>. Acesso em 22 de abr. de 2022.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. *Sociologias*, v. 16, n. 35, p. 34-82,

2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100003>. Acesso em: 6 de set. de 2022.

FOSTER, J. B. A ecologia de Marx: materialismo e natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulinas, 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

FRANCISCO, Papa. Carta encíclica Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: Acesso em: 22 de mar. de 2022.

FRANCISCO, Papa. Exortação apostólica pós-sinodal Querida Amazonia: ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. São Paulo: Paulinas, 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20200202_querida-amazonia.html. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

FREEMAN, L. C. Centrality in social networks conceptuais clarification. Social Networks, 1(3), 215-239, 1978. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0378873378900217>. Acesso em 23 de mai. de 2023.

FREEMAN, L. C. Visualizing Social Networks. Journal of Social Structure, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2000. Disponível em: <https://www.cmu.edu/joss/content/articles/volume1/Freeman.html>. Acesso em: 23 de mai. de 2023.

FUKUYAMA, F. Trust: the social virtues and the creation of prosperity. New York: Free Press, 1995.

GALLARDO, H. Fundamentos de formación política: análisis de coyuntura. [S. l.]: Departamento Ecueménico de Investigaciones (DEI) y Editorial Literatura Alternativa, 1988. Disponível em: <https://praxislibertaria.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/09/helio-gallardo-fundamentos-de-formacion-politica-analisis-de-coyuntura.pdf>. Acesso em 29 de ago. de 2022.

GIDDENS, A. Sociology. Polity Press, 2007.

GOLDMAN, B. The truth about where you live: An atlas for action on toxins and mortality. New York: Random House, 1992.

GOLDMAN, B.; FITTEN, L. J. Toxic wastes and race revisited. Washington, DC: Center for Policy Alternatives/National Association for the Advancement of Colored People/United Church of Christ, 1994. Disponível em: <https://lawcat.berkeley.edu/record/153982>. Acesso em: 12 de jan. de 2022.

GONZÁLEZ-MÁRQUEZ, I.; TOLEDO, V. M. Sustainability Science: A Paradigm in Crisis? Sustainability, v. 12, n. 7, p. 2802, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12072802>. Acesso em: 23 de mai. 2022.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Volume 3, Maquiavel, notas sobre o Estado e política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia. Rio de Janeiro, v.11, n.17, p. 19-44, mar/2007. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531>. Acesso em: 17 de out. de 2022.

HAESBAERT, R. Territórios e territorialidades: dos desafios contemporâneos da geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HAN, B.-C. No enxame: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. Introduction to Social Network Methods. Riverside: University of California, Riverside, 2005. Disponível em: <https://faculty.ucr.edu/~hanneman/nettext/>. Acesso em: 23 de mai. de 2022.

HANNIGAN, J. Sociologia ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

HART, G. Modalities of conjunctural analysis: "Seeing the present differently" through global lenses. Antipode, p. 1-30, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/anti.12975>. Acesso em: 22 de abr. de 2022.

HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Eds.), Justiça ambiental e cidadania Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

INEA – Instituto Estadual do Ambiente. Base de Dados Geoespaciais. Disponível em: <https://inea.maps.arcgis.com/apps/MapSeries/index.html?appid=00cc256c620a4393b3d04d2c34acd9ed>. Acesso em: 10 jan. 2023.

INSTITUTE OF MEDICINE. Toward environmental justice: Research, education, and health policy needs. Washington, DC: National Academy Press, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.17226/6034>. Acesso em: 10 jan. 2023.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge, UK and New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 12 de mai. de 2023.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F. ESG: novo conceito para velhos problemas. Cadernos EBAPE.BR, v. 20, n. 4, p. 1-4, jul./ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395186096>. Acesso em 21 de mar de 2023.

KAPLAN, A. M.; HAENLEIN, M. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media. Business Horizons, v. 53, n. 1, p. 59-68, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2009.09.003>. Acesso em: 21 de mar. de 2023.

KIETZMANN, J. H.; HERMKENS, K.; MCCARTHY, I. P.; SILVESTRE, B. S. Social media? Get serious! Understanding the functional building blocks of social media. Business Horizons, v. 54, n. 3, p. 241-251, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2011.01.005>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

KNOKE, D. Political Networks: The Structural Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511527548>. Acesso em: 21 de mai. de 2023.

LÁZARO JR., J.; RIBEIRO, A.; FREITAS, R. C. de. 2018. "Brasil tem 4.536 áreas com risco de conflito socioambiental, indica estudo." Agência Livre.jor. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/12/10/brasil-tem-4536-areas-com-risco-de-conflito-socioambiental-indica-estudo.htm>. Acesso em 20/04/2023.

LEFEBVRE, H. The Production of Space. Blackwell Publishers, 1991.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, E. Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder; tradução de Lúcia Mathilde Endrich Orth. 7ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFF, E. Aventuras da epistemologia ambiental. Tradução de Flávia Okumura Bortolon. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

LEITNER, H.; SHEPPARD, E. Towards an epistemology for conjunctural inter-urban comparison. Cambridge Journal of Regions, Economy and Society, v. 13, n. 3, p. 491-508, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cjres/rsaa025>. Acesso em: 2 de jul. de 2023.

LEJANO, R. P.; INGRAM, M.; INGRAM, H. The Power of Narrative in Environmental Networks. Cambridge, MA: MIT Press, 2013. Disponível em:

<https://doi.org/10.7551/mitpress/9780262019378.001.0001>. Acesso em: 30 mar. 2023.

LITTLE, P. E. Environments and Environmentalisms in Anthropological Research: Facing a New Millennium. *Annual Review of Anthropology*, v. 28, p. 253-284, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.28.1.253>. Acesso em 26 de abr. de 2022.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, pág. 107-122, 2001

LITTLE, P. E. "Territórios Sociais E Povos Tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia Da Territorialidade". *Anuário Antropológico* 28 (1):251-90. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em 24 de jan de 2022.

MANGARATIBA. Decreto Lei Municipal nº 940, de 08 de outubro de 2014.

MANN, E. "L.A.'s lethal air: New strategies for policy, organizing, and action." ("L.A.'s Lethal Air: New Strategies for Policy, Organizing, and Action...") Los Angeles: Labor/Community Strategy Center, 1991.

MARTINEZ-ALIER, J. "Justiça Ambiental (local e Global)" in Clóvis Cavalcanti (org.) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e políticas públicas*, São Paulo: Cortez, 1999.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Socio-environmental conflicts and environmental justice in Latin America. *Journal of Peace Research*, v. 41, n. 1, p. 1-15, 2004.

MARTINEZ-ALIER, J. Los conflictos ecológico-distributivos y los indicadores de sustentabilidade. *Polis* 13. 2006. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/5359>. Acesso em 12 fev de 2023.

MARTINEZ-ALIER, J. *O Capitalismo e o Metabolismo da Natureza*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

MARTINEZ-ALIER, J. *O Ecologismo dos Pobres*, São Paulo, Editora Contexto, 2007a.

MARTINEZ-ALIER, J.; KALLIS, G.; VEUTHEY, S.; WALTER, M.; TEMPER, L. Social Metabolism, Ecological Distribution Conflicts, and Valuation Languages. *Ecological Economics*, v. 70, n. 2, p. 153-158, 2010. ISSN 0921-8009. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.09.024>. Acesso em: 10 out. 2023.

MARTINEZ-ALIER, J. *The Ecological Rift: Capitalism's War on Nature*. New York: Monthly Review Press, 2014.

MARTINEZ-ALIER, J. Environmental conflicts and the making of world movements for environmental justice. *Econ Polit* 40, 765–779. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40888-023-00306-x>. Acesso em 23 de dez. de 2023.

MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAYA-JARIEGO, I.; QUEREVALÚ-MIÑÁN, J. F.; VARELA, L. G.; ÁVILA, J. Escape the lion cage: Social networks by catch zones of small-scale fisheries in the oil settlement of Lobitos (Peru). *Marine Policy*, v. 81, p. 340-349, 2017. DOI: 10.1016/j.marpol.2017.04.010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2017.04.010>. Acesso em: 02 de jun. 2023.

MEIRA, A. C. H.; ALMEIDA, J. Desenvolvimento e conflito ambiental: a construção do discurso dos "espaços vazios" em megaprojetos no litoral sul do Espírito Santo, Brasil. *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, v. 26, p. 1-22, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v26i0.14747>. Acesso em: 23 de nov. de 2022.

MEIRELLES, H. L. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 625

MÉSZÁROS, I. *Para além do Capital: Rumo a uma Teoria da Transição*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, M. C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOHAI, P.; PELLOW, D.; ROBERTS, J. T. **Environmental justice**. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 34, p. 405-430, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-082508-094348>. Acesso em: 25 de mai. de 2022.

MORENO, J. L. *Who shall survive? A new approach to the problem of human interrelations*. Washington, DC: Nervous and Mental Disease Publishing, 1934.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 5ed. Tradução de Elaine Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, M. (Org). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 85-105.

OLARTE-OLARTE, M. C. *From Territorial Peace to Territorial Pacification: Anti-Riot Police Powers and Socio-Environmental Dissent in the Implementation of Colombia's*

Peace Agreement. *Revista de Estudios Sociales*, n. 67, p. 26-39, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res67.2019.03>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

OLIVEIRA, A. Análise de Conjuntura: Conceitos e Aplicações. Em *Debate*, Belo Horizonte, v.6. n. 1, p. 24-35, Mar, 2014. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/6100/2014_oliveira_analise_conjuntura_conceitos.pdf. Acesso em: 21 de jan. de 2022.

OSORIO, J. Fundamentos del análisis social. La realidad social y su conocimiento. Xochimilco: Universidad Autónoma Metropolitana, 2001. Disponível em: <https://archive.org/details/osorio-jaime-fundamentos-del-analisis-social.-la-realidad-social-y-su-conocimiento>. Acesso em 29 de out. de 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

POULANTZAS, N. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA (PMM), Rio de Janeiro – Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA). Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza. 2019. Disponível em: https://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal/assets/cg/_lib/file/doc/arquivos/documentos/meio-ambiente/pmm-plano-de-manejo-apa-boto-cinza-smma.pdf. 2019. Acesso em 20 fev de 2023.

PREISER, R.; BIGGS, R.; DE VOS, A.; FOLKE, C. Social-ecological systems as complex adaptive systems: Organizing principles for advancing research methods and approaches. *Ecology and Society*, v. 23, n. 4, artigo 46, 2018. DOI: 10.5751/ES-10558-230446. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/ES-10558-230446>. Acesso em: 02 de jun. 2023.

PRETTY, J. Participatory learning and action: a trainer's guide. London: International Institute for Environment and Development, 1995. Disponível em: <https://www.iied.org/participatory-learning-action>. Acesso em: 31 mar. 2022.

PULIDO, L. Introduction: environmental racism. *Urban Geography*, v. 17, n. 5, p. 377-379, 1996. DOI: 10.2747/0272-3638.17.5.377. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2747/0272-3638.17.5.377>. Acesso em: 31 mar. 2022.

QUEIROZ, Antônio Augusto. *Análise da conjuntura: como e por que fazê-la*. Brasília, DF: DIAP, 2015. 72 p. (Série Educação Política DIAP). ISBN 978-85-62483-22-6. Disponível em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes?task=download.send&id=212&catid=7&m=0>. Acesso em: 2 mar. 2022.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2019.

ROTHER, E. T.. Systematic literature review X narrative review. *Acta Paul Enferm.*, v. 20, n. 2, p. v-vi, Feb. 2007. Disponível em: <https://acta-ape.org/en/article/systematic-literature-review-x-narrative-review/> . Acesso em 21 de out. de 2022.

SABIDUSSI, G. The centrality index of a graph. *Psychometrika*, v. 31, n. 4, p. 581-603, 1966. DOI: 10.1007/BF02289527. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02289527>. Acesso em: 12 mar. de 2022.

SACHS, I. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SACK, R. D. Human Territoriality: Its Theory and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTIAGO, C.; MORAES, R. C. Como Fazer Análise de Conjuntura. Formação de Dirigentes Sindicais. Brasília, DF: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 2014. Disponível em: https://issuu.com/npc_/docs/caderno_cnte_-_a_de_conjuntura_miolo. Acesso em: 4 de mai. de 2022.

SANTOS, B. de S. A Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência para um novo senso comum. A ciência o direito e a política na transição paradigmática. 4ªed: São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. de S. Um discurso sobre as ciências. Porto: Edições Afrontamento, 2010.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 10 reimp. – São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2021. 136 p. (Coleção Milton Santos). ISBN 9788531410444.

SAQUET, M. A. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAUNDERS, M; LEWIS, P.; THORNHILL A. Research methods for business students. 6. ed London: Pearson Education, 2012. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/FelipeSilva60/estudo-de-caso-62981938>. Acesso em 28/11/2021.

SAVIANI, D. Educação: do senso comum à consciência filosófica. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SAYLES, J. S.; GARCIA, M. M.; HAMILTON, M.; ALEXANDER, S. M.; BAGGIO, J. A.; FISCHER, A. P.; INGOLD, K.; MEREDITH, G. R.; PITTMAN, J. Social-ecological network analysis for sustainability sciences: a systematic review and innovative research agenda for the future. *Environmental Research Letters*, v. 14, n. 9, artigo 093003, 2019. DOI: 10.1088/1748-9326/ab2619. Disponível em: <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ab2619>. Acesso em: 02 de jun. 2023.

SCHLOSBERG, D. *Defining environmental justice: theories, movements, and policy*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

SCOTT, J. *Social Network Analysis*. Sage Publications, 2017.

SCOTT, J. Social network analysis. *Sociology*, v. 22, n. 1, p. 109-127, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038038588022001007>. Acesso em 20 de jun. de 2023.

SILVA, L. E. P. Metodologia de análise de conjuntura. *Estudos teológicos*, v. 28, n. 3, p. 305-15, 1988. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1171. Acesso em: 12 de set. de 2022.

SIMMEL, G. *Sociology: Inquiries into the Construction of Social Forms*. Translated by A. J. Blasi et al. Leiden: Brill, 2009. 698 p. (Studies in Classical Sociology, v. 10). ISBN: 978-90-04-17321-7 (print); 978-90-474-2668-4 (ebook). DOI: [10.1163/ej.9789004173217.i-698](https://doi.org/10.1163/ej.9789004173217.i-698). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/297556581>. Acesso em: 3 de mar. de 2022.

SOUZA, H. J. *Como se faz análise de conjuntura?* 34. ed. Petrópolis: Vozes. Rio de Janeiro, 2014.

STONICH, S. *I am destroying the land! The political ecology of poverty and environmental destruction in Honduras*. Boulder: Westview Press, 1993.

SVAMPA, M. *Debates Latinoamericanos: Indianismo, Desarrollo, Dependencia y Populismo*. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 244, p. 30-46, 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 25 de fev. de 2022.

SVAMPA, M. *As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

TEIXEIRA, C. "A proteção ambiental em Guaraqueçaba: substituição de agentes e de concepções sobre a relação sociedade-meio ambiente." In: *II Anais Encontro da*

Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Ambiente e Sociedade - ENANPPAS, maio, 2004. Disponível em: <https://anppas.org.br/ii-encontro-associacao-nacional-de-pos-graduacao-e-pesquisa-em-ambiente-e-sociedade/>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. Research methods in physical activity. 3.ed. Champaign: Human Kinetics, 1996.

THOMPSON, K. Durkheim: The Essential Readings. Routledge, 2020.

THUNBERG, G. "The #COP26 is over. Here's a brief summary: Blah, blah, blah. But the real work continues outside these halls. And we will never give up, ever. Unless we achieve immediate, drastic, unprecedented, annual emission cuts at the source then that means we're failing when it comes to this climate crisis. 'Small steps in the right direction', 'making some progress' or 'winning slowly' equals losing." Twitter: @GretaThunberg. Available at: <https://x.com/GretaThunberg/>. Accessed on: 13 Nov. 2022.

VALENTE, T. W.; CORONGES, K.; LAKON, C. M.; COSTENBADER, E. "How Correlated Are Network Centrality Measures?" *Connections*, v. 28, n. 1, p. 16-26, 2008. Available at: https://www.researchgate.net/publication/44633441_How_Correlated_Are_Network_Centrality_Measures. Accessed on: 23 May 2023.

VARGAS, G. M. Conflitos sociais e socioambientais: proposta de um marco teórico e metodológico. *Sociedade & Natureza*, v. 19, n. 2, p. 191-203, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1982-45132007000200012>. Acesso em: 14 de dez. de 2022.

VIANNA, L. W. "Ator, tempo e processo de longa duração em análises de conjuntura." In: VIANNA, L. W. De um plano Collor a outro: estudo de conjuntura. Rio de Janeiro: Revan, p. 125-169, 1991. ISBN: 9788571060296, 8571060290

VIRGENS, J. H. A.; TEIXEIRA, C. F. Revisão da produção científica sobre análise de conjuntura: contribuição à análise política em saúde. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 2, p. 377-393, out. 2018. DOI: 10.1590/0103-11042018S226.

VIRGENS, J. H. A. Análise política em saúde: contribuições teórico-metodológicas acerca das dinâmicas estruturais, conjunturais, dos sujeitos e das ações políticas. 2019. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32051>. Acesso em: 6 de mar. de 2022.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. H. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. *Política & Sociedade*, v. 4, n. 7, p. 139-162, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228642688_Conflitos_socioambientais_em_Unidades_de_Conservacao. Acesso em 22 de mar. de 2022.

VLACHOS, A. The Power of Stories in the South Moresby Controversy: A Narrative Network Analysis. In: VAZ, E.; JOANAZ DE MELO, C.; COSTA PINTO, L. (eds.). *Environmental History in the Making*. Cham: Springer, 2017. p. 53-76. (Environmental History, v. 6). Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-41085-2_3. Acesso em: 23 May 2023.

WALKER, G. *Environmental justice: concepts, policy, and practice*. London: Routledge, 2012.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis: Methods and applications*. Cambridge University Press, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511815478>. Acesso em 23 de mar. de 2023.

WCED. *Our common future*. New York: Oxford University Press, 1987.

WELLMAN, B. For a social network analysis of computer networks: a sociological perspective on collaborative work and virtual community. In: SIGCPR/SIGMIS CONFERENCE ON COMPUTER PERSONNEL RESEARCH, 1996, Denver. Proceedings [...]. New York: ACM, 1996. p. 1-11. Disponível em: <https://doi.org/10.1145/238857.238860>. Acesso em: 13 de ago. de 2022.

WOOLLEY, C. M. Meeting the mixed methods challenge of integration in a sociological study of structure and agency. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 3, n. 1, p. 7-25, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1558689808325774>. Acesso em: 17 de mai. de 2022.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Translated by Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YOUNG, O. R. *The institutional dimensions of environmental change: fit, interplay, and scale*. Cambridge, MA: MIT Press, 2002.

ZANOBIÁ, L; MENEZES, M. "Pandemônio ambiental: a guerra judicial na Costa Verde fluminense." *Veja Abril*. Brasil. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/pandemonio-ambiental-a-guerra-judicial-na-costa-verde-fluminense.2022>. Acesso em: 20 Jun. 2023.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. "Paisagens Industriais e Desterritorialização de Populações Locais: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais" In ZHOURI, A, LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. (orgs) *A Insustentável leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

ZHOURI, A. "Conflitos Sociais e Meio Ambiente Urbano." *Série Documenta (UFRJ. Online)*, v. 1, p. 1/4-8, 2007. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/24343406/conflitos-sociais-e-meio-ambiente-urbano-instituto-de-psicologia-da->. Acesso em: 23 fev. 2023.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. "Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação." In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Development and environmental conflicts in Brazil: challenges for anthropology and anthropologists. *Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology*, v. 9, n. 1, p. 181-208, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-43412012000100007>. Acesso em: 12 de fev.2022.

1 REVISÃO DE ESCOPO DA LITERATURA SOBRE RELAÇÕES DE PODER SIMBÓLICO NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

RESUMO

Esta revisão de escopo visa mapear, compreender, analisar e relatar as evidências científicas sobre relações simbólicas de poder em conflitos socioambientais produzidas nos últimos cinco anos (2019-2023) na literatura, seguindo as diretrizes do Joanna Briggs Institute - JBI e do checklist PRISMA-ScR. A busca utilizou bases de dados, ferramentas de busca e literatura cinza. Foram consideradas produções científicas que respondessem à questão de pesquisa “como os atores sociais exercem ou percebem o poder simbólico em conflitos socioambientais?”. Os principais resultados revelaram que: houve uma evolução nas publicações de 2019-2020 e com desaceleração para os outros 3 anos, destaque dos autores, periódicos e instituições latino-americanas na prospecção do tema; o método mais usado foi a etnografia; as principais limitações dos estudos incluíam viés na coleta de dados, generalizações dos resultados, disponibilidade de dados entre outras. Os atores sociais exercem ou percebem o poder simbólico nos conflitos socioambientais a partir das representações sociais, mobilização do capital artístico-cultural-simbólico, movimentos sociais, práticas sociológicas entre outras formas. As análises ainda indicaram a carência de estudos de revisão de literatura sobre o tema. Algumas possibilidades para futuros estudos e projetos envolveram alguns temas como: estratégias de exercício do poder simbólico; representações sociais; resistência e mobilização social; cooperação e resolução de conflitos, cultura e justiça socioambiental.

Palavras-chave: Ecologia Política. Capital simbólico. Justiça Socioambiental. Revisão de Literatura

ABSTRACT

This scoping review aims to map, understand, analyze, and report scientific evidence on symbolic power relations in socioenvironmental conflicts produced in the last five years (2019-2023) in the literature, following the guidelines of the Joanna Briggs Institute - JBI and the PRISMA-ScR checklist. The search used databases, search tools, and gray literature. Scientific productions that answered the research question "how do social actors exercise or perceive symbolic power in socioenvironmental conflicts?" were considered. The main results revealed that: there was an evolution in publications from 2019-2020 and a slowdown for the other 3 years, highlighting Latin American authors, journals, and institutions in the exploration of the theme; the most used method was ethnography; the main limitations of the studies included bias in data collection, generalization of results, data availability, among others. Social

actors exercise or perceive symbolic power in socioenvironmental conflicts through social representations, mobilization of artistic-cultural-symbolic capital, social movements, sociological practices, among other forms. The analyses also indicated a lack of literature review studies on the subject. Some possibilities for future studies and projects involved topics such as: strategies for exercising symbolic power; social representations; resistance and social mobilization; cooperation and conflict resolution, culture and socioenvironmental justice.

Keywords: Political Ecology. Symbolic capital. Socioenvironmental Justice. Literature Review

1.1 Introdução

A crescente compreensão da interação entre a sociedade e o meio ambiente tem destacado evidências do surgimento de conflitos socioambientais em escala global.

Os conflitos socioambientais podem ser entendidos como disputas sobre as formas de acesso, ocupação e/ou uso dos elementos naturais entre atores sociais ou grupos de atores sociais (Acselrad, 2004; Little, 1999, 2001; Martinez-Alier, 2004, 2006).

O tema dos conflitos socioambientais enquanto campo em expansão, vem assumindo relevância devido à contribuição de pesquisadores que trazem para suas pesquisas objetos de estudo que objetivam compreender a construção social do meio ambiente e suas complexas relações. Neste contexto, Bourdieu (2004, 2012) aborda a sociedade como um sistema social que evidencia níveis hierárquicos de privilégios e relações de poder.

Buscando compreender os estudos que se estabelecem no nível das discussões teóricas e práticas das relações simbólicas de poder nos conflitos socioambientais, esta revisão de escopo de literatura justifica-se a necessidade de ser realizada pois após um processo de busca prévia realizado em banco de dados, que registram protocolos e artigos de revisão de literatura sobre o tema, como por exemplo as plataforma *Open Science Framework*, *Cochrane Database of Systematic Reviews* and *JBI Evidence Synthesis* resultou em nenhum registro de estudos de revisão ou protocolos em andamento sobre o tema.

A revisão de escopo oferece aos pesquisadores uma maior compreensão do panorama de um assunto, fornecendo uma visão geral dos estudos disponíveis, determinando o escopo ou cobertura de um conjunto de literatura, levantando as principais lacunas no conhecimento e áreas que necessitam de mais investigação. Além disso, a revisão de escopo por ser geralmente mais rápida que outros métodos de revisões tradicionais, proporciona uma visão atualizada do tema, auxiliando na identificação de tendências e direções para futuras pesquisas (Arksey e O'Malley, 2005; Anderson *et al.*, 2008; Levac *et al.*, 2010; Daudt *et al.*, 2013; Colquhoun *et al.*, 2014; Pham *et al.*, 2014; Peters *et al.*, 2015; Tricco *et al.*, 2016; Munn *et al.*, 2018; Munn; Peters; Popa; Tufanaru *et al.*, 2018).

Podemos justificar a revisão de escopo (*Scoping Review*) da literatura por: *i*) estabelecer um panorama mais atualizado dos estudos sobre "poder simbólico em conflitos socioambientais", nos últimos 5 anos (2019-2023); *ii*) ser oportuna e necessária para mapear conceitos-chave, teorias e evidências disponíveis; *iii*) identificar lacunas no conhecimento; *iv*) capturar a amplitude deste tema multidisciplinar; *v*) revelar tendências emergentes; *vi*) sintetizar o estado atual da pesquisa; *vii*) contribuir para ampliar o escopo do campo científico; e, *viii*) promover uma compreensão mais integrada dos estudos como forma de direcionar futuras investigações.

Esta *Scoping Review* tem como objetivo compreender a extensão e os tipos de evidências produzidas na literatura científica nos últimos cinco anos envolvendo relações simbólicas de poder em conflitos socioambientais.

Os critérios de elegibilidade estão alinhados com a questão de investigação formulada com a estratégia do acrônimo PCC (População, Conceito e Contexto).

O acrônimo PCC representa uma estratégia sistematizada para a formulação da questão da revisão de escopo de literatura. A seguir será detalhado como cada letra do acrônimo (PCC) se estabelece como guia formulador da questão de pesquisa desta revisão de literatura.

O processo de revisão de escopo em busca de evidências para explorar o estado da arte do campo científico, incluiu todos os atores sociais humanos (População) que exercem ou percebem poder simbólico em conflitos socioambientais.

A revisão de escopo de literatura se debruçou no debate sobre o Poder Simbólico, em Bourdieu (Conceito), que se refere ao controle da produção e circulação de significados simbólicos. Bourdieu (2004, 2012) argumenta que a dominação vai além dos recursos econômicos e materiais, envolvendo a imposição de significados e símbolos (capitais). Ele destaca a conexão entre a produção cultural e o poder simbólico, onde aqueles que controlam a produção cultural influenciam as percepções sociais. O poder simbólico (2004, 2012) legitima estruturas sociais existentes (*habitus*), moldando percepções coletivas. Bourdieu (1977, 1983, 1986, 1996, 2004, 2007) introduz o conceito de “campo” para descrever os domínios de lutas simbólicas, reprodução social, perpetuação das hierarquias de poder e desigualdades; pois quem domina a produção simbólica tem o poder de preservar e transmitir vantagens sobre outros atores sociais.

O contexto desta *scoping review* está associado aos conflitos socioambientais (Contexto) e envolverá categorias de análise como a Ecologia Política, Territorialidades, Justiça Ambiental e outras apresentadas na amostra da revisão. O texto considera os conflitos socioambientais globais com ou sem critérios específicos de ocorrência, sem viés de qualquer espécie.

Assim; esta revisão de escopo de literatura buscou responder à seguinte questão de pesquisa, formulada a partir da estratégia do acrônimo PCC (População, Conceito e Contexto): “Quais evidências científicas demonstram como os diferentes atores sociais (População) exercem e percebem poder simbólico (Conceito) nos conflitos socioambientais relatados na literatura nos últimos cinco anos (Contexto)?”

1.2 Materiais e métodos

1.2.1 Delineamento metodológico do estudo

Esta revisão de literatura trata-se de um estudo descritivo com base em evidências a partir de dados qualitativos coletados nas bases de dados com o objetivo de responder uma questão de pesquisa específica.

Optamos pela metodologia de revisão de escopo (*scoping study* ou *scoping review*) de modo que fosse possível examinar a extensão, alcance e natureza da atividade de pesquisa sobre o tema específico, reduzir os custos e tempo destinado para uma revisão sistemática completa, resumir, divulgar os resultados da pesquisa de forma detalhada e também identificar lacunas na literatura existente (Arksey; O'malley, 2005; Munn; Peters; Stern; Tufanaru *et al.*, 2018).

Este tipo de revisão tem o propósito de garantir que as fontes respondam à questão de pesquisa, possibilite a replicabilidade do método, garanta a transparência de todo o processo sem a intenção de avaliar a qualidade das evidências obtidas (Peters *et al.*, 2015).

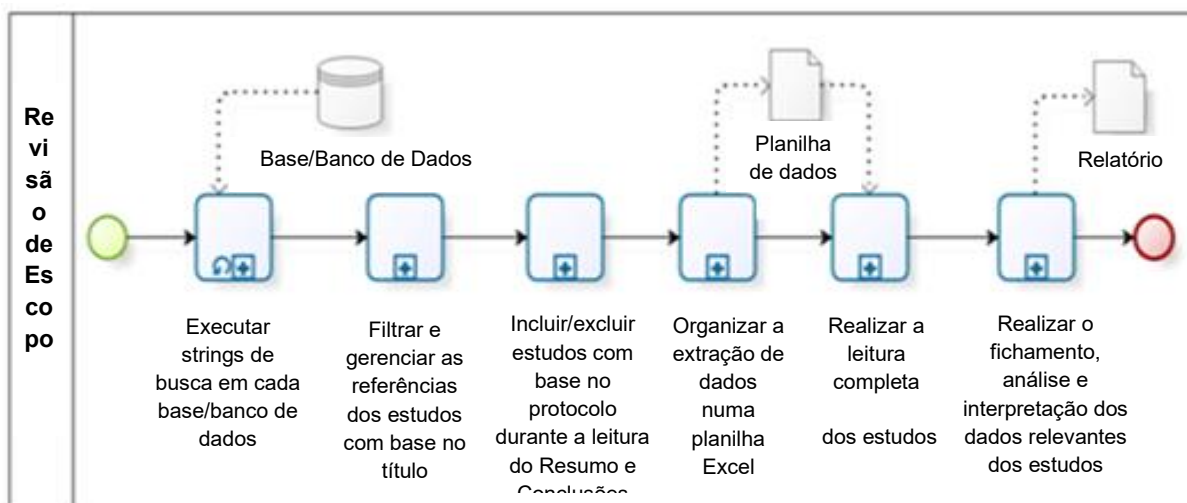
1.2.2 Protocolo da revisão de escopo

As etapas metodológicas para o processo de revisão de escopo seguiram a recomendações do *Joanna Briggs Institute* – JBI (Peters *et al.*, 2020) e o *checklist Extension for Scoping Reviews* - PRISMA-ScR (Tricco *et al.*, 2018), que estabelece a necessidade de um protocolo que planeje, organize e conduza todo o processo da revisão. Este protocolo foi elaborado seguindo todas as exigências do JBI (2020) e está registrado na plataforma *Open Science Framework* – OSF e pode ser acessado pelo link: <https://osf.io/ge67x/>, sob número *Digital Object Identifier* (DOI - Identificador de Objeto Digital): 10.17605/OSF.IO/GE67X⁶.

A Figura 10 apresenta, de forma resumida, as etapas práticas do processo de condução da revisão de escopo seguindo o protocolo estabelecido.

⁶ Não foi registrado o domínio do DOI, pois tem custo neste procedimento.

Figura 10 – Etapas práticas do protocolo de Revisão de Escopo



Fonte: Elaborado pelo autor, 2023

Adotamos uma série de etapas planejadas para garantir a aplicação pormenorizada do protocolo da revisão estabelecido. A etapa inicial se deu com a execução das *strings* de buscas nas bases de dados para obtenção das fontes de evidências, passando por filtros que consideravam a leitura dos títulos dos estudos. A partir da seleção prévia, executamos o processo de inclusão e exclusão dos artigos de acordo com o protocolo que previa a leitura dos resumos, palavras-chave e conclusões. Os dados coletados que foram considerados relevantes foram extraídos e organizados em uma planilha do Excel, o que facilitou o fichamento, análise e interpretação dos estudos. Por fim, a última etapa envolveu a leitura completa dos materiais para a elaboração de um relatório de revisão.

Ressaltamos que todo o processo metódico, conforme descrito no protocolo proporcionou a realização de uma revisão de escopo fundamentada e reproduzível (Arksey e O'Malley, 2005; Levac *et al.*, 2010; Peters *et al.*, 2015).

1.2.2.1 Estratégia de busca das evidências

Realizamos procedimentos prévios de buscas para obter outras palavras-chave, descritores ou sinônimos que ampliassem melhor os resultados usando as plataformas *Open Science Framework*, *Cochrane Database of Systematic Reviews*

and *JB I Evidence Synthesis databases*, resultando na ausência de registro de revisões sistemáticas e/ou protocolos em andamento sobre o tema.

A estratégia de busca prosseguiu com a inclusão de palavras-chave, termos de busca com as adaptações necessárias para cada base de dados e/ou banco de dados na internet e uma combinação de operadores booleanos AND e OR, bem como e etapas de refinamento de dados foi adotada para um processo final de busca, conforme Quadro 10.

Os critérios de elegibilidade levaram em consideração o atendimento dos estudos que responderam à questão de pesquisa – “Quais evidências científicas demonstram como os diferentes atores sociais (População) exercem e percebem poder simbólico (Conceito) nos conflitos socioambientais relatados na literatura nos últimos cinco anos (2019-2023) (Contexto)?”– e, foi executado a partir das buscas de evidências em duas bases de dados (*Web of Science* e na *Scopus*), plataforma de busca (Google Acadêmico), Portal de dados (Portal de Periódicos Capes) e plataforma de dados (*Scispace*).

Quadro 10 – Estratégia de buscas das fontes de evidências

Fonte de dados	Tipo	Busca inicial ⁷	Refinamento ⁸
Web of Science	Base de dados	(socio-environmental conflict* (Topic) OR environmental conflict* (Topic) AND power relation* (Topic) AND symbolic power (Topic) and Preprint Citation Index (Exclude – Database)	(socio-environmental conflict* (Topic) OR environmental conflict* (Topic) AND power relation* (Topic) AND symbolic power (Topic) and Preprint Citation Index (Exclude – Database) and 2019 or 2020 or 2021 or 2022 or 2023 (Publication Years) and Article or Review Article (Document Types) and Article or Review Article (Document Types) and SciELO Citation Index or KCI-Korean Journal Database (Database) and Social Sciences Other Topics or Environmental Sciences Ecology or Sociology or Geography or Anthropology (Research Areas) and Spanish or English or Portuguese (Languages)

⁷ A ferramenta de busca Scispace funciona como uma plataforma de dados com um acervo de artigos científicos abertos que permite realizar buscas a partir de uma questão de pesquisa. No Google Acadêmico é permitido buscar artigos usando o mesmo critério inicial das bases de dados.

⁸ Na *Web of Science* e *Scopus* foi possível realizar o refinamento de dados a partir da funcionalidade de cada uma dessas bases de dados; nos demais mecanismos de buscas foram refinados a partir de um recorte temporal estabelecido (2019-2023). Em todos os casos foram considerados estudos com pelo menos 1 (uma) citação.

Fonte de dados	Tipo	Busca inicial ⁷	Refinamento ⁸
Scopus	Base de dados	socio-environmental conflict* (Topic) OR environmental conflict* (Topic) AND power relation* (Topic) AND symbolic power (Topic)	(TITLE-ABS-KEY ("socio-environmental conflict") OR TITLE-ABS-KEY ("environmental conflict") AND TITLE-ABS-KEY ("power relation") AND TITLE-ABS-KEY ("symbolic power") OR TITLE-ABS-KEY ("socio-environmental conflicts") OR TITLE-ABS-KEY ("environmental conflicts")) AND PUBYEAR > 2018 AND PUBYEAR < 2024 AND (LIMIT-TO (SUBJAREA , "SOC") OR LIMIT-TO (SUBJAREA , "ENV")) AND (LIMIT-TO (EXACTKEYWORD , "Power Relations") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD , "Socio-environmental Conflicts") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD , "Environmental Conflicts") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD , "Socioenvironmental Conflicts") OR LIMIT-TO (EXACTKEYWORD , "Environmental Conflict"))
Google Acadêmico	Plataforma de Busca	"Symbolic Power" and "Socio-Environmental Conflicts" and "Power Relations"	"Symbolic Power" and "Socio-Environmental Conflicts" and "Power Relations";2019-2023
Scientific Collaborati on Workspace (Scispace)	Plataforma de dados	"Como o poder simbólico é exercido e percebido pelos diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais?"	"Como o poder simbólico é exercido e percebido pelos diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais?", no período de 2019 a 2023
Portal de Periódicos Capes (acesso CAFe)	Portal de Dados	"Symbolic Power" and "Socio-Environmental Conflicts" and "Power Relations"	Não houve resultados

Nota: o Portal de Periódicos Capes, acesso CAFe não encontrou nenhum resultado para a busca inicial com a strings: "Symbolic Power" and "Socio-Environmental Conflicts" and "Power Relations" e por isso, não foi considerada no relatório da revisão.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Na *Web of Science* e na *Scopus*, a busca inicial incluiu termos relacionados a conflitos socioambientais, relações de poder e poder simbólico. Posteriormente, o refinamento dos resultados foi feito limitando o período de publicação entre 2019 e 2023, selecionando tipos de documentos específicos (artigos e revisões), áreas de

pesquisa relevantes (ciências sociais, ecologia ambiental, sociologia, geografia, antropologia) e idiomas (espanhol, inglês e português).

No Google Acadêmico, a busca foi conduzida usando os mesmos critérios iniciais das outras bases de dados, limitando o intervalo de tempo de 2019 a 2023. A ferramenta *Scispace* foi utilizada para buscar artigos científicos a partir da própria questão de pesquisa. Em todos os casos, foram considerados estudos com pelo menos uma citação.

No Portal de Periódicos Capes, acesso CAFe não obtivemos nenhum resultado a partir da busca inicial.

Os refinamentos foram realizados de acordo com as funcionalidades de cada base de dados, garantindo a inclusão de estudos relevantes e recentes sobre o tema. Essa abordagem metodológica permitiu uma busca abrangente e sistemática de evidências científicas para responder à questão de pesquisa proposta.

1.2.2.2 Seleção dos Estudo/Fontes de evidências

Após o processo de buscas de evidências, todas as produções científicas relevantes para responder à questão de pesquisa foram agrupadas e carregadas no gerenciador de referências e citações “*MyEndNoteweb*” - <https://www.myendnoteweb.com/> (Clarivate Analytics, 2023) para que as duplicatas, caso existissem, fossem removidas.

Durante o primeiro contato com os textos, os títulos e resumos foram examinados por dois revisores (nominados no protocolo registrado) para avaliação frente aos critérios de inclusão da revisão utilizando o *software* Rayyan (CQRI, 2023). Os revisores resolveram as divergências por meio do consenso e ainda tinham a opção de contactar os autores para solucionarem casos de dados faltantes ou adicionais nas fontes selecionadas, quando apropriado, o que não foi necessário.

1.2.2.3 Extração de dados

Os elementos extraídos dos textos foram inseridos numa planilha Excel que incluiu dados bibliográficos básicos e detalhes específicos sobre a população, conceito, contexto, métodos de estudo, principais conclusões e limitações dos estudos.

1.2.2.4 Relatório dos dados

Os resultados da busca e do processo de inclusão do estudo foram relatados seguindo as recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-analyses extension for scoping review - PRISMA-ScR*⁹ (Tricco *et al.*, 2018; Peters *et al.*, 2020).

Os resultados são apresentados de forma gráfica, diagramática ou tabular, acompanhados por um resumo narrativo que contextualiza as evidências coletadas em relação ao escopo da literatura, demonstrando sua relevância para o objetivo e a questão da revisão do estudo.

1.3 Resultados e discussões

Uma análise crítica da amostra possibilitou entender melhor as dinâmicas das relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais e forneceu evidências empíricas para apoiar ou desafiar as premissas teóricas existentes em relação ao tema de estudo.

⁹ Tradução do original: "Itens de Relatório Preferidos para Revisões Sistemáticas e Meta-análises - extensão para revisão de escopo" - PRISMA-ScR

Esta revisão de escopo é, portanto, um passo importante para responder à questão de pesquisa proposta, bem como indicar possibilidades de desenvolvimento de novas pesquisas e tomada de decisões no que tange às relações de poder simbólico dos conflitos socioambientais.

1.3.1 Análise do processo de buscas

As buscas indicaram um número considerável de artigos identificados. No entanto, foi necessário examinar a relevância desses artigos para garantir que eles ofereçam *insights* necessários para prover respostas à questão da revisão.

A extração dos dados dos estudos utilizando a planilha Excel foram preponderantes para manter o rigor do processo de revisão, conforme recomendações do *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews* – PRISMA ScR/2020 (Figura 11)

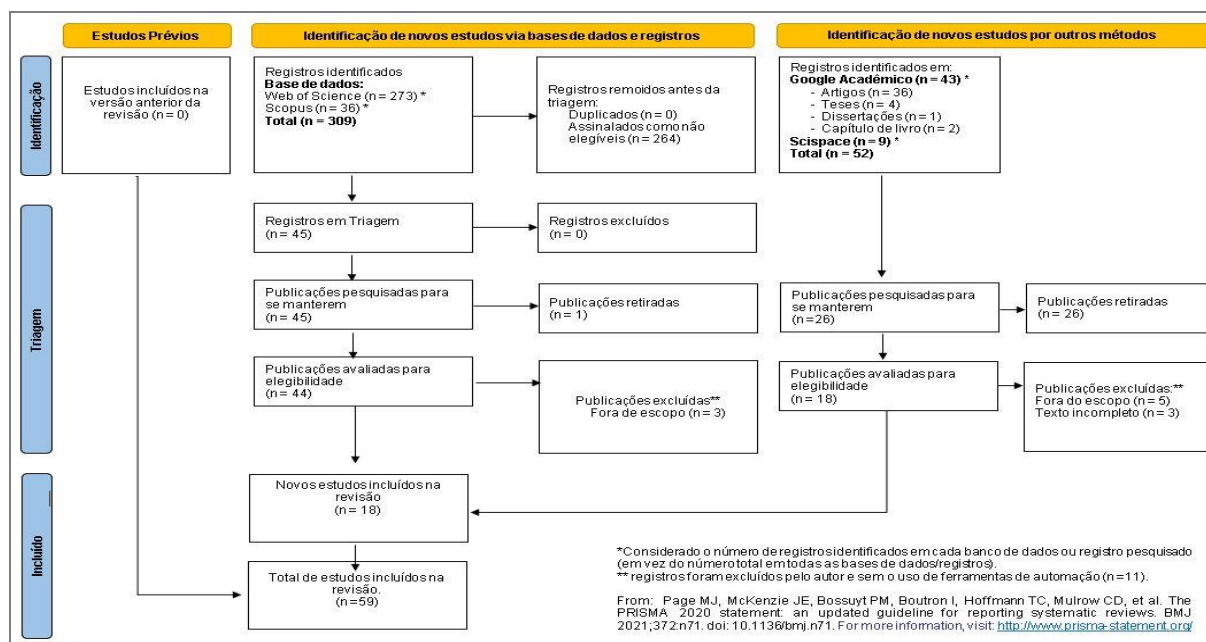
No processo de busca obtivemos os dados brutos oriundos das bases de dados *Web of Science* (n=273), *Scopus* (n=36), em outras fontes de dados tais como Google Acadêmico (n=43), Scispace (n=9) e Porta de Periódicos Capes (n=0) representando uma população de estudos (n=309) que atendiam às *strings* de busca, com combinações dos operadores booleanos AND e OR, bem como a aplicação de mecanismos de refinamentos de cada base ou outras fontes de dados.

A amostra compreendeu (n=41) publicações elegíveis oriundas das bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, bem como novos estudos (n=18) oriundos de outros métodos de coleta; daí, temos uma amostra final de estudos incluídos na revisão (n=59).

Alguns artigos foram excluídos por não responderem à questão da revisão (n=264) ou terem sido retirados por falta de acesso ao texto completo (n=3).

Este processo garantiu que apenas os estudos mais pertinentes (n=59) fossem incluídos na análise final. Cada inclusão e exclusão foi cuidadosamente justificada para garantir transparência e integridade no processo de revisão.

Figura 11 - Fluxograma PRISMA-ScR 2020: Identificação, triagem e inclusão dos estudos da revisão



Fonte: Elaborado pelo autor - dados da pesquisa, 2024.

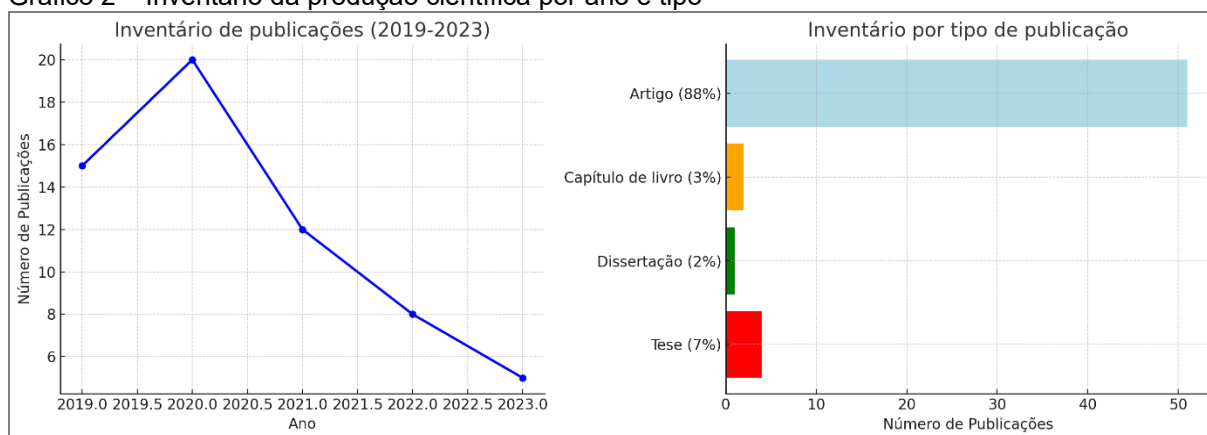
A Figura 11 ilustra todo o processo de identificação, triagem e inclusão dos estudos na revisão final, que teve início nas buscas prévias passando pela identificação de novos estudos via base de dados e registros até a identificação pormenorizada de novos estudos envolvendo outros métodos de coleta (literatura cinza).

1.3.2 Caracterização, análise e discussão dos estudos

Inicialmente observamos uma evolução temporal das publicações, visto que houve um aumento nas publicações sobre o tema “Relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais” na transição de 2019 para 2020, porém teve uma diminuição na produção dos anos seguintes.

O inventário por tipo de produção (Gráfico 2) indica que no período de 2019-2023 envolvendo o tema compreendeu uma amostra com 51 artigos (88%), 4 teses (7%), 1 dissertação (2%) e 2 capítulos de livros (3%).

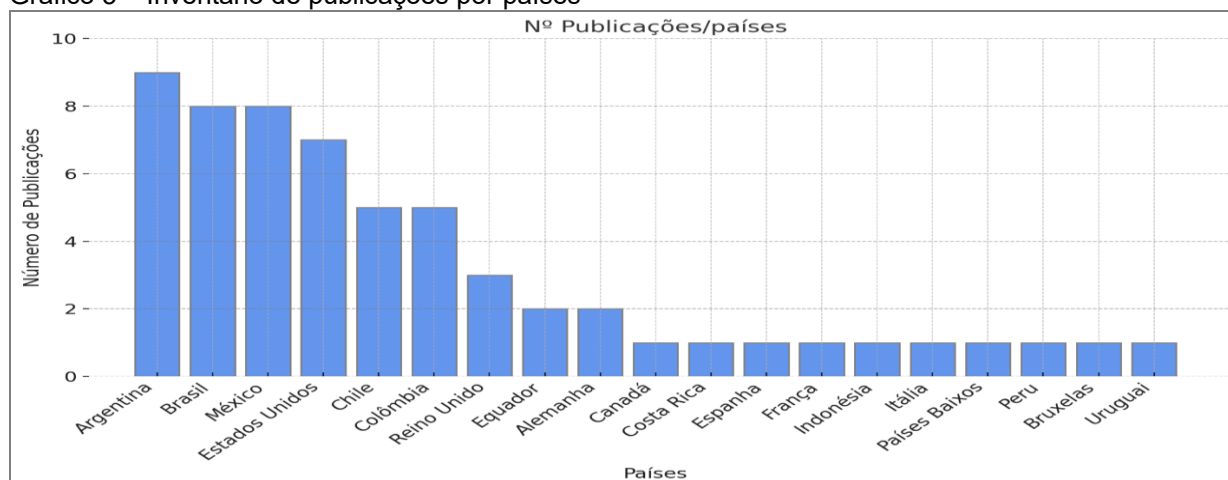
Gráfico 2 – Inventário da produção científica por ano e tipo



Fonte: Elaborado pelo autor - dados da pesquisa, 2024.

O inventário da produção científica revela uma distribuição significativa de estudos por países (Gráfico 3), onde a Argentina lidera o ranking de publicações com 9 artigos, representando 15% do total, seguidos do Brasil e México com 8 publicações cada (14%), Estados Unidos com 7 publicações (2 teses, 1 dissertação e 4 artigos) representando 12% do total, Colômbia com 5 artigos (8%) Chile com 5 artigos (8%), Reino Unido com 3 artigos (5%), Alemanha e Equador com 2 publicações cada (3%) e outros países (Espanha, Itália, Canadá, Bélgica, França, Indonésia, Países Baixos, Uruguai, Peru, e Costa Rica) com 1 publicação de artigo científico cada (2% cada). A Espanha somente apresentou 1 capítulo de livro e os Países Baixos, 1 tese.

Gráfico 3 – Inventário de publicações por países



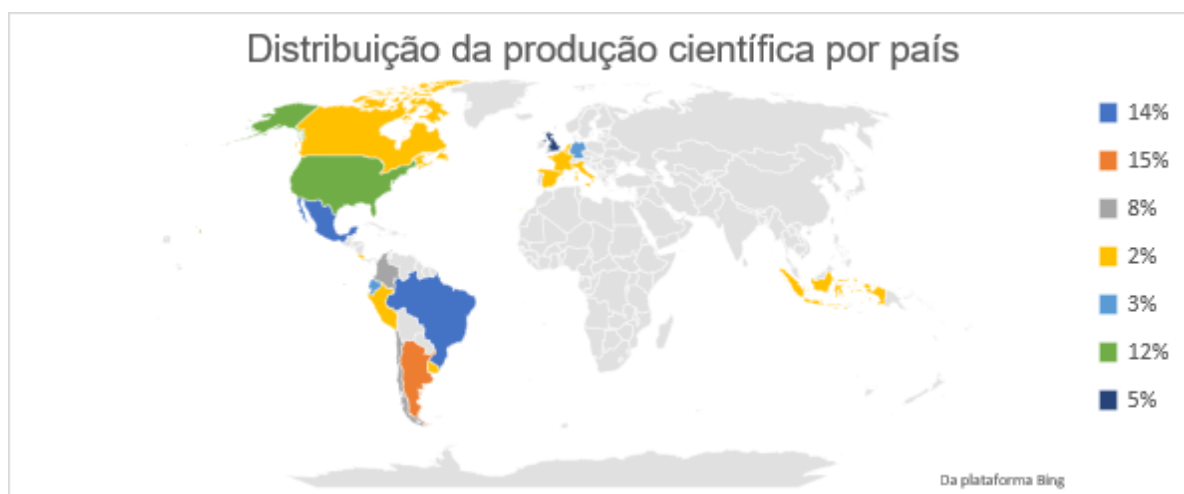
Fonte: Elaborado pelo autor - dados da pesquisa, 2024.

O Gráfico 4 indica que os países da América Latina, Caribe e México são os que mais vem produzindo estudos envolvendo as relações de poder nos conflitos socioambientais com 40 pesquisas (68% do total), seguidos dos países europeus com 10 pesquisas (17%), América do Norte com contribuindo com 8 produções (14%) e a Indonésia representante da Ásia com 1 artigo científico (2%).

Essa distribuição reflete o interesse global e regional na compreensão dos desafios e impactos dos conflitos socioambientais, destacando a diversidade de contextos e abordagens de pesquisa em diferentes países e continentes.

Importante ressaltar que em termos de repositório de teses e dissertações, ProQuest *Dissertations Publishings*, dos Estados Unidos, acessado via Google Acadêmico, tiveram mais destaques na publicação de *Previews* (2 teses e 1 dissertação), mas em termos de publicações de artigos a revista “Ambiente & Sociedade”, do Brasil (3 artigos); *Región y Sociedad*, do México; *Revista de Estudios Sociales*, da Colômbia; *Revista Universidad y Sociedad*, da Argentina; Revista CS, do México e *Environment and Planning E: nature and space*, do Reino Unido (2 artigos cada) são os periódicos mais destacados com maior número de publicações científicas envolvendo o tema “Relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais” no período considerado do estudo (2019 -2023).

Gráfico 4 – Distribuição percentual da produção científica por país

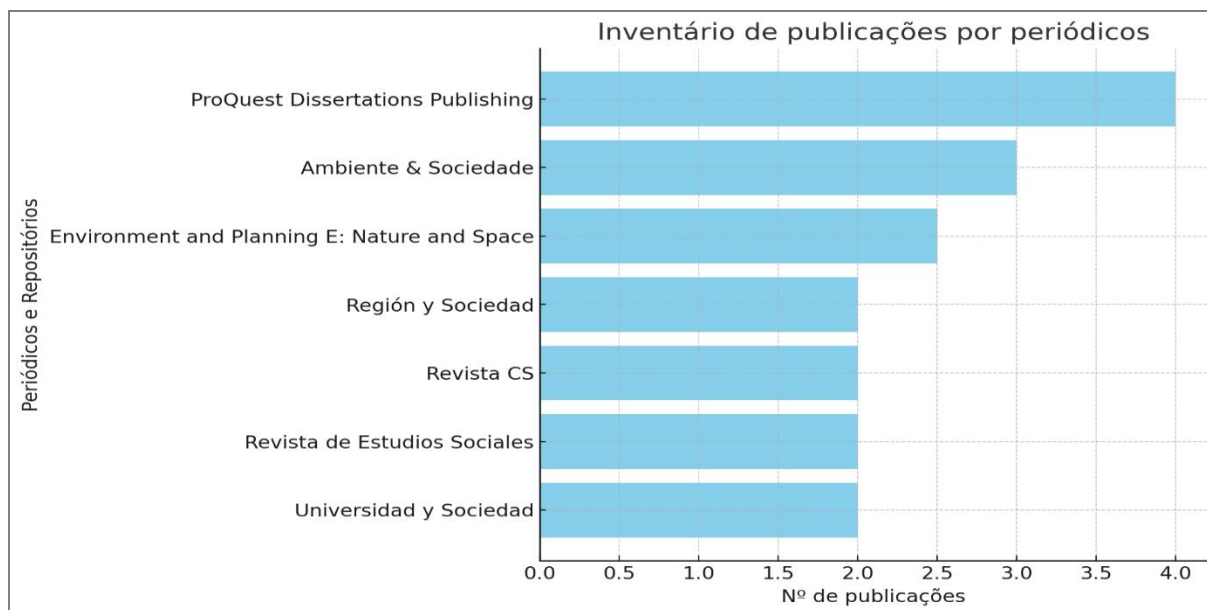


Fonte: Elaborado pelo autor - dados da pesquisa, 2024.

Notamos uma forte presença de periódicos latino-americanos ampliando o campo de estudo, bem como indicando uma correlação significativa entre os conflitos socioambientais nestas regiões, o que sugere que a América Latina é um campo fértil para estudos de relações simbólicas em conflitos socioambientais, com periódicos dedicados a esta temática.

O Gráfico 5 ilustra o ranking dos periódicos que mais publicaram no período.

A análise dos dados revela que as instituições (Tabela 1) que mais se destacam em publicações sobre relações de poder simbólicas nos conflitos socioambientais são a Universidad Nacional de Córdoba e Universidad Nacional de General Sarmiento, na Argentina, a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no Brasil e a Universidad Autónoma de Zacatecas, no México, cada uma com duas publicações.

Gráfico 5 – *Ranking* de periódicos que mais publicaram

Fonte: Elaborado pelo autor - dados da pesquisa, 2024.

No entanto, é importante notar que a distribuição das publicações é bastante diversificada, com renomadas instituições de vários países contribuindo para o campo científico do estudo, como por exemplo:

- a) Nos Estados Unidos, temos a University of Mississippi, San Diego State University, Loyola University Chicago, University of Arizona, University of California e University of San Francisco, cada uma com uma publicação.
- b) Na Europa, a Universidad Autònoma de Barcelona, na Espanha, a Friedrich Schiller University e a University Giessen, na Alemanha, e a Wageningen University & Research, nos Países Baixos, também contribuíram com uma publicação cada.
- c) No Brasil, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade de Campinas, a Fiocruz, a Universidade Estadual Paulista (UNESP), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) todas com uma publicação.
- d) Na Ásia, a Universitas Hasanuddin, na Indonésia, contribuiu com

uma publicação.

Esses dados ilustrados na Tabela 3 indicam uma participação global na discussão sobre relações de poder simbólicas nos conflitos socioambientais com contribuições significativas de instituições nos respectivos continentes.

Tabela 3 – Instituições que mais publicaram (2019-2023)

Universidade	País	Quant.
Universidad Nacional de Córdoba	Argentina	2
Universidad Nacional de General Sarmiento	Argentina	2
Instituto Argentino de Nivología, Glaciología y Ciencias Ambientales (IANIGLA)	Argentina	1
Universidad de Artes y Ciencias Sociales	Argentina	1
Universidad de Buenos Aires.	Argentina	1
Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMDP)	Argentina	1
Universidad Nacional de Río Negro	Argentina	1
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	Brasil	2
Universidade Federal do Pará (UFPA)	Brasil	1
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Brasil	1
Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz)	Brasil	1
Universidade do Estado de São Paulo (UNESP)	Brasil	1
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Brasil	1
Universidade de Campinas (UNICAMP)	Brasil	1
Universidad Autónoma de Zacatecas	México	2
Centro de Estudios Avanzados en Antropología Social (CIESAS)	México	1
Centro de Investigación en Alimentación y Desarrollo (CIAD)	México	1
El Colegio de la Frontera Norte	México	1
El Colegio de México	México	1
Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco	México	1
Universidad Nacional Autónoma de México.	México	1
Loyola University Chicago	Estados Unidos	1
San Diego State University	Estados Unidos	1
Texas State University	Estados Unidos	1
The University of Mississippi	Estados Unidos	1
University of Arizona	Estados Unidos	1
University of San Francisco	Estados Unidos	1
University of California	Estados Unidos	1
Universidad Industrial de Santander	Colômbia	2
Universidad de los Andes	Colômbia	1
Universidad del Cauca	Colômbia	1
Universidad Icesi	Colômbia	1
Universidad Academia de Humanismo Cristiano	Chile	1
Universidad Católica de la Santísima Concepción	Chile	1
Universidad Católica Silva Henríquez	Chile	1
Universidad de Playa Ancha	Chile	1
Universidad de Los Lagos	Chile	1

Universidade	País	Quant.
Durham University	Reino Unido	1
University Federal of the Grande Dourados	Reino Unido	1
University of London	Reino Unido	1
Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO)	Equador	1
Universidad Andina Simón Bolíva	Equador	1
Friedrich-Schiller-Universität Deutschland	Alemanha	1
Universität Gießen Deutschland	Alemanha	1

Nota: o critério do mapeamento levou em consideração o conjunto de instituições de um determinado país com no mínimo 2 publicações.

Fonte: Elaborado pelo autor - dados da Pesquisa, 2024.

1.3.3 Análise e discussão dos aspectos teóricos-metodológicos

Os conceitos de conflitos socioambientais apresentados pelos autores (Quadro 11) evidenciam uma variedade de perspectivas sobre as dinâmicas conflituosas relacionadas ao uso e gestão dos elementos naturais e ao meio ambiente. Martin *et al.* (2019) destacam a natureza dos conflitos, que envolvem uma diversificada presença de atores e interesses relacionados à terra, água e energia. Luna Nemecio (2021) amplia essa definição, enfatizando que os conflitos socioambientais abrangem não apenas questões ambientais, mas também preocupações sociais mais amplas, refletindo assim uma abordagem mais holística.

Wagner (2019) e Uribe Sierra, Gómez Alonso e Tetreault (2020) convergem ao destacar a importância dos conflitos socioambientais na esfera do controle territorial, acesso e uso de elementos naturais, além de ressaltar os impactos significativos desses conflitos nas comunidades locais e no meio ambiente. Por outro lado, Rocha *et al.* (2019) e Canto *et al.* (2020) enfatizam a relação entre questões sociais, econômicas e ambientais nos conflitos socioambientais, ressaltando a complexidade dessas disputas.

Quadro 11 – Conceitos de “conflitos socioambientais” nas produções científicas revisadas

Conceitos	Autores
São conflitos que surgem em torno do uso e gestão de elementos naturais, como terra, água e energia. Esses conflitos podem envolver diferentes atores, como comunidades locais, empresas, governos e organizações não governamentais.	Martin <i>et al.</i> , 2019

Conceitos	Autores
Representam as disputas, tensões ou confrontos que surgem em relação a questões ambientais e sociais, envolvendo diferentes atores e interesses relacionados ao meio ambiente e à sociedade.	Luna Nemecio, 2021
Diz respeito às disputas entre diferentes atores sociais em torno do uso e controle dos elementos naturais e do meio ambiente, que podem ter impactos significativos nas comunidades locais e no meio ambiente.	Wagner, 2019
Refere-se a situações de confronto e tensão entre diferentes atores sociais, incluindo comunidades locais, empresas e instituições governamentais, relacionadas a questões ambientais, como o controle territorial, acesso e uso de elementos naturais, impactos ambientais e justiça social.	Uribe Sierra; Gómez Alonso; Tetreault, 2020
São situações em que há disputas entre diferentes grupos ou interesses em relação ao uso e controle dos elementos naturais e do meio ambiente, que podem afetar a saúde e o bem-estar das populações envolvidas.	Rocha; Porto; Pacheco, 2019
São as disputas, tensões ou confrontos que surgem em relação à utilização, gestão ou preservação dos elementos naturais, envolvendo questões sociais, econômicas e ambientais.	Canto <i>et al.</i> , 2020

Fonte: Elaborado pelo autor - dados da Pesquisa, 2024.

Essas diferentes perspectivas teórico-conceituais destacam a complexidade e a interdisciplinaridade da temática dos conflitos socioambientais, que exigem uma abordagem teórica integrada para sua compreensão.

A análise das principais categorias temáticas presentes nas produções acadêmicas (Quadro 12) revela uma variedade de abordagens e perspectivas no estudo dos conflitos socioambientais no período analisado.

Os dados da amostra revelaram algumas das principais categorias temáticas como poder simbólico, participação política, justiça ambiental, movimentos sociais, desigualdade socioambiental, impactos socioambientais, ecologia política, políticas públicas, identidade e territorialidade e, teoria do campo.

Quadro 12 – Principais categorias temáticas comuns das produções revisadas.

Categorias Comuns	Autores
Conflitos socioambientais	Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019; Canto <i>et al.</i> , 2020; Llosa, 2019
Poder simbólico	Saeed, 2020; Pelacani <i>et al.</i> , 2021; Acevedo Tarazona; Correa Lugos., 2019; Devine; Ojeda; Yie Garzón, 2020; Llosa, 2019
Participação política	Palmisano; Wahren; Hadad, 2021; Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019
Justiça Ambiental	Palmisano; Wahren; Hadad, 2021; Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019
Movimentos sociais	Palmisano; Wahren; Hadad, 2021; Acevedo Tarazona; Correa

Categorias Comuns	Autores
	Lugos, 2019; Mondardo, 2021
Desigualdade socioambiental	Palmisano; Wahren; Hadad, 2021; Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019
Impactos socioambientais	Palmisano; Wahren; Hadad, 2021; Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019
Ecologia política	Pelacani <i>et al.</i> , 2021;
Políticas públicas	Palmisano; Wahren; Hadad, 2021
Identidade e territorialidade	Palmisano; Wahren; Hadad, 2021; Acevedo Tarazona; Correa Lugos Tarazona <i>et al.</i> , 2019;
Teoria do campo	Saeed, 2020

Fonte: Elaborado pelo autor - dados da Pesquisa, 2024.

Os estudos destacam a relevância do poder simbólico nas dinâmicas dos conflitos, enfatizando como as representações simbólicas influenciam a percepção e legitimação de ações dos diferentes atores (Saeed, 2020; Pelacani *et al.*, 2021; Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019; Canto *et al.*, 2020; Llosa, 2019). Além disso, as discussões sobre participação política e justiça ambiental (Palmisano; Wahren; Hadad, 2021; Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019) ressaltam a importância da representatividade dos atores sociais na tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente, bem como são consideradas fundamentais para compreender como as políticas públicas (Palmisano; Wahren; Hadad, 2021) podem contribuir para a eclosão, arrefecimento ou agravamento dos conflitos socioambientais.

Os resultados indicam, de maneira contundente, que estudos sobre movimentos sociais e desigualdade socioambiental demonstram as lutas por direitos e as disparidades sociais que permeiam os conflitos socioambientais (Palmisano; Wahren; Hadad, 2021; Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019; Mondardo, 2021).

Por fim, as reflexões sobre impactos socioambientais (Palmisano; Wahren; Hadad, 2021; Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019), ecologia política (Pelacani *et al.*, 2021), identidade e territorialidade (Palmisano; Wahren; Hadad, 2021; Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019), e teoria do campo (Saeed, 2020) fornecem uma base conceitual e analítica robusta para abordar as interações complexas entre os atores sociais e os contextos situados dos conflitos socioambientais.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, a amostra ofereceu uma visão abrangente dos métodos de pesquisa utilizados (Quadro 13) para tratar a temática socioambiental. Ao analisar os dados, foi possível identificar várias tendências e padrões que permeiam a pesquisa no campo socioambiental.

Uma das abordagens metodológicas mais comuns observadas na amostra foi a etnografia, que envolve a imersão do pesquisador na comunidade ou contexto em estudo, com o objetivo de compreender as práticas culturais e sociais dos participantes. Alguns autores (McCulligh, 2023; Bennett, 2022; Schwab, 2023; Orndorff, 2020) utilizaram métodos etnográficos em suas pesquisas, incluindo ainda entrevistas, observação participante e análise documental.

Quadro 13 - Principais métodos dos estudos.

Métodos e técnicas	Autores
Etnografia, A análise é baseada em entrevistas, visitas ao local e evidências documentais	McCulligh, 2023
Estudo de caso	Sanz; Rodríguez-Labajos, 2023
Etnografia, entrevistas, pesquisa documental e observação participante.	Bennett, 2022
Análise relacional	Eversberg <i>et al.</i> , 2022
Entrevistas abertas, semiestruturadas e estruturadas, discussões em grupo, observações participativas, revisão da literatura, participação em debates e discussões acadêmicas.	Mena-Vásquez, 2020
Etnografia e análise documental	Schwab, 2023
Pesquisa qualitativa com abordagens de estudo de fronteiras, decolonização, território de trânsito e multi/transterritorialidade	Mondardo, 2022
Etnografia participativa, entrevistas qualitativas em profundidade, observação participante e pesquisa em arquivos de museus.	Orndorff, 2020
Estudo de caso e revisão de literatura	Mirumachi <i>et al.</i> , 2021
Combinação de métodos qualitativos incluindo entrevistas em grupo e individuais, observação participante e exercícios de mapeamento comunitário.	Duker, 2022
Abordagem qualitativa, análise sociológica, entrevistas e análises de documentos.	Vidal, 2020
Abordagem qualitativa, análise de conteúdo e estudo de caso	Oliart; Triquell, 2019
Abordagem teórica e analítica	Banoub <i>et al.</i> , 2020
Abordagem interdisciplinar e participativa	Cáceres <i>et al.</i> , 2020
Observação participante, grupo focal e entrevistas em profundidade	Sirimorok; Asfrijanto, 2020
Etnografia colaborativa de eventos	Zanotti; Suiseeya, 2020
Abordagem etnográfica incorporada aos movimentos sociais urbanos	Zinzani; Curzi, 2020
Abordagem explicativa com design qualitativo e quantitativo	Molpeceres <i>et al.</i> ,

Métodos e técnicas	Autores
	2021
Abordagem qualitativa baseada em estudo de caso heurístico	Espinosa, 2021
Reconhecimento das características dos territórios, pesquisa documental	Mora Castillo; Alvarez Manriquez, 2021
Abordagem qualitativa baseada em interpretação narrativa	Méndez-Villamizar; Mejía-Jerez; Acevedo-Tarazona, 2020
Metodologia etnográfica	Wagner, 2019
Revisão crítica incorporando insights de múltiplas genealogias	Martin <i>et al.</i> , 2019
Revisão crítica baseada em análise da literatura existente e análises de casos específicos	Olarte-Olarte, 2019
Abordagem metodológica plural, incluindo etnografia histórica, análise de narrativas locais e multisituadas, diversas técnicas e teorias da antropologia	Araos <i>et al.</i> , 2019
Meta-análise documental com base na codificação temática	Luna Nemecio, 2021
Pesquisa-ação participativa para coconstruir cenários participativos	Peña-Palma <i>et al.</i> , 2021
Metodologia de intervenção sociológica desenvolvida por Alain Touraine	Morales-Ramírez <i>et al.</i> , 2020
Observação participativa, revisão sistemática e mapeamento de atores	Uribe Sierra; Gómez Alonso; Tetreault, 2020
Abordagem analítica e crítica, baseada em revisão da literatura existente	Reboratti, 2019
Estudo de casos, revisão documental	Fernández-Labbé, 2020
Técnicas qualitativas de análise bibliográfica e documental	Gazzano <i>et al.</i> , 2021
Abordagem interdisciplinar entre sociologia e etnografia	Argüello Cabrera, 2022
Etnografia, observação participante, entrevistas informais e formalmente estruturadas	Medina-Vargas; Bolaños-Martínez; Barón, 2019
Metodologia qualitativa de pesquisa social, incluindo análise de entrevistas em profundidade, declarações públicas	Acacio; Wyczykier, 2020
Abordagem histórico-ecológica, análise documental e de literatura	Carrasco Luna, 2019
Revisão bibliográfica	Devine; Ojeda; Yie Garzón, 2020
Trabalho de campo	Parra-Romero, 2022
Revisão bibliográfica	Ojeda; Jaque Castillo, 2022
Revisão documental e estudos técnicos	Cortez Lara, 2020
Etnografia e pesquisa documental	Pelayo Pérez; Gasca Zamora, 2019
Trabalho de campo, entrevistas, mapas, análise documental e de conteúdo	Pavez; Freitas; Dias, 2019
Etnografia, observação participante análise de fontes secundárias	Fiore, 2019
Etnografia, Investigação multidisciplinar e entrevistas	Seger, 2020
Análise do Mapa de conflitos	Rocha; Porto; Pacheco, 2019
Etnografia e entrevistas	Fernandes <i>et al.</i> , 2020

Métodos e técnicas	Autores
Revisão bibliográfica e análise de estudos de caso	Perez Cubero, 2019
Entrevista semiestruturada, mapas e análise de projetos	Gutiérrez Arguedas; Villalobos-Villalobos, 2019
Análise documental	Saes <i>et al.</i> , 2021
Abordagem qualitativa, incluindo observação participante e análise hipotético-dedutiva	Basombrío <i>et al.</i> , 2021
Observação participante, diálogo com o referencial teórico, pesquisa qualitativa	Pelacani <i>et al.</i> , 2021
Triangulação de fontes estatísticas secundárias, legislação nacional e provincial e análise de conflitos baseados em fontes secundárias e primárias.	Palmisano; Wahren; Hadad, 2021
Pesquisa qualitativa com abordagem interpretativa, utilizando entrevistas semiestruturadas	Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019
Observação participante, análise documental e entrevistas	Campagnaro; Farias; Candiani, 2021
Estudo etnográfico aprofundado	Lignier, 2021
Revisão teórica baseada na teoria de Pierre Bourdieu	Saeed, 2020
Pesquisa utilizando observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise de redes	Canto <i>et al.</i> , 2020
Triangulação teórica, análise documental, entrevistas em profundidade e observação participante	Llosa, 2019

Fonte: Elaborado pelo autor - dados da pesquisa, 2024.

Além da etnografia, os estudos empregaram abordagens qualitativas nas suas produções, como estudos de caso (Sanz; Rodríguez-Labajos, 2023; Mirumachi *et al.*, 2021), pesquisa qualitativa com entrevistas e discussões em grupo (Mena-Vásconez, 2020), análise de conteúdo (Oliart; Triquell, 2019), meta-análise documental (Luna Nemecio, 2021) e observação participante (Duker, 2022; Zinzani; Curzi, 2020) e pesquisa de natureza teórica e analítica (Banoub *et al.*, 2020) para explorar as questões industriais. Ressaltamos que o caráter qualitativo dos dados envolvendo os elementos presentes nas relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais, em geral, expressa uma complexidade que, por si, não torna possível, em muitos casos, a sua mera quantificação.

A amostra apresentou uma amplitude de outras metodologias nos estudos, como por exemplo: pesquisa-ação participativa (Peña-Palma *et al.*, 2021), intervenção sociológica de Alain Touraine (Morales-Ramírez *et al.*, 2020), análise sociológica e histórica (Vidal, 2020), estudo territorial (Luna Nemecio, 2022), análise de redes sociais (Canto *et al.*, 2020) e revisão bibliográfica (Gazzano *et al.*, 2021;

Perez Cubero, 2019) entre outras complementaram o panorama dos métodos das produções científicas.

É importante notar que muitos estudos combinaram múltiplos métodos e técnicas de pesquisa, como por exemplo: Pavez, Freitas e Dias (2019) utilizaram observação participante, entrevistas e análise documental em seu estudo de caso, enquanto Espinosa (2021), combinou entrevistas, análise de documentos e observação participante em sua pesquisa sobre governança de elementos naturais.

Ressaltamos que o fato de a amostra ter apresentado uma amplitude de métodos e técnicas de pesquisa, a natureza interdisciplinar e complexa desse campo de estudo tornou-se bastante evidente.

Entretanto, observamos que, embora os autores tenham empregado métodos e técnicas de pesquisa variados, ainda assim identificamos a presença de algumas limitações na amostra das produções científicas.

A generalização dos resultados foi um fato recorrente, pois em alguns estudos foram encontradas limitações quanto à replicabilidade dos resultados em outros contextos (Basombrío *et al.*, 2021; Carrasco Luna, 2019; Pelacani *et al.*, 2021; Reboratti, 2019; Palmisano; Wahren; Hadad, 2021).

Identificamos uma limitação de não inclusão de perspectivas relevantes que poderiam proporcionar uma melhor compreensão do objeto de estudo nas produções científicas, como por exemplo a ausência de questões sobre as visões das empresas, do poder público e das comunidades locais para contextualizar as relações de poder simbólico nos conflitos (Reboratti, 2019; Pavez; Freitas; Dias, 2019; Gutiérrez Arguedas; Villalobos-Villalobos, 2019; Campagnaro; Farias; Candiani, 2021).

Limitações envolvendo procedimentos metodológicos nos estudos, que careciam de um melhor detalhamento dos dados relacionados à participação dos atores sociais (Wagner, 2019; Carrasco Luna, 2019; Pelacani *et al.*, 2021; Ojeda; Jaque Castillo, 2022; Medina-Vargas; Bolaños-Martínez; Barón, 2019; Gutiérrez Arguedas; Villalobos-Villalobos, 2019). Entendemos que esses dados são de extrema importância para evidenciar a representatividade das estratégias e ações políticas dos atores sociais diante das relações de poder nos conflitos socioambientais.

Evidenciamos ainda nesse recorte, uma limitação recorrente sobre a ausência e disponibilidade de dados (Ojeda; Jaque Castillo, 2022; Pavez; Freitas; Dias, 2019; Gutiérrez Arguedas; Villalobos-Villalobos, 2019; Medina-Vargas; Bolaños-Martínez; Barón, 2019), dificultando uma análise mais pormenorizada dos objetos de estudo envolvendo as relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais.

Essas análises destacam a importância de os estudos buscarem opções metodológicas com maior riqueza de detalhes, incluindo diversas perspectivas de análise e tendo muito cuidado com a disponibilidade e qualidade dos dados para uma compreensão mais pormenorizada que explicitem as relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais.

1.3.4 Análise e discussão das relações de poder simbólico

A amostra das produções científicas revelou distintos grupos de atores sociais envolvidos em conflitos socioambientais. Os estudos indicam que comunidades locais, periurbanas e indígenas são frequentemente afetadas por atividades extrativas, projetos de infraestrutura e urbanização (Bennett, 2022; Eversberg *et al.*, 2022; Schwab, 2023; Mondardo, 2022; Orndorff, 2020; Luna Nemecio, 2021; Mora Castillo; Alvarez Manriquez, 2021; Espinosa, 2021; Carrasco Luna, 2019; Pelacani *et al.*, 2021; Saes *et al.*, 2021 e Acevedo Tarazona; Correa Lugos, 2019); bem como chefes de aldeia, pescadores, comunidades tradicionais, representantes de aldeias, população costeira e periurbana, coletivos étnicos, camponeses (Sirimorok; Asfriyanto, 2020; Molpeceres *et al.*, 2021; Wagner, 2019; Basombrío *et al.*, 2021).

Concordamos com os estudos sobre esses grupos de atores citados acima, que juntamente com organizações da sociedade civil e movimentos sociais, desempenham um papel relevante na resistência a essas atividades (Sanz; Rodríguez-Labajos, 2023; Acacio; Wyczykier, 2020; Campagnaro; Farias; Candiani, 2021 e Saes *et al.*, 2021). Empresas e governos aparecem no estudo como atores importantes, muitas vezes apoiando atividades extrativas e urbanização (Carrasco Luna, 2019; Cortez Lara, 2020; Parra-Romero, 2022). Além disso, líderes comunitários e gestores públicos (Pavez; Freitas; Dias, 2019), membros de

conselhos gestores das unidades de conservação, representantes do setor turístico, pousadas, associação de usuários de áreas preservadas e órgãos ambientais (Canto *et al.*, 2020) também desempenham um papel significativo nas relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais.

Esses estudos ilustram a complexidade dos conflitos socioambientais e a variedade de formas pelas quais diferentes atores percebem e exercem poder simbólico nesses contextos.

Ressaltamos que os conflitos socioambientais são complexos e envolvem uma interseção de interesses, poderes e narrativas que moldam a percepção e a prática de diversos atores sociais. O exercício do poder simbólico nesses conflitos é uma dimensão essencial a ser investigada, pois influencia não apenas as decisões e ações dos envolvidos, mas também as estruturas de poder a que estão submetidos e as relações sociais nos seus territórios.

Os estudos assentados nos repositórios revelam a necessidade de uma análise mais abrangente das relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais e as formas de como os atores sociais percebem ou exercem tal poder.

A seguir, ilustramos alguns estudos que respondem à questão de pesquisa revelando como os atores sociais percebem ou exercem o poder simbólico diante dos conflitos socioambientais aos quais estão expostos ou possam ser potencialmente afetados.

McCulligh (2023) examina como as estações municipais de tratamento de águas residuais representam tanto um compromisso ambiental quanto uma fonte de desigualdade social, destacando a maneira como as políticas ambientais podem ter impactos desproporcionais em comunidades marginalizadas, evidenciando assim as dinâmicas de poder simbólico que permeiam as questões socioambientais.

Sanz; Rodríguez-Labajos (2023), por sua vez, destacam o papel das expressões artísticas na resistência e mobilização das comunidades afetadas por conflitos socioambientais, onde a arte é apresentada como uma ferramenta poderosa para contestar narrativas dominantes e reivindicar identidades e direitos, destacando a importância do poder simbólico na construção de alternativas e na ampliação do debate público.

A territorialização e pertencimento em áreas contestadas, evidenciando conflitos resultantes da acumulação por desapropriação foram abordadas por Bennett (2022), que ressalta como as disputas territoriais não são apenas sobre elementos naturais, mas também sobre identidade, pertencimento e, sobretudo, poder simbólico destacando a necessidade de considerar múltiplas dimensões nas análises dos conflitos socioambientais.

O artigo de Eversberg *et al.* (2022) discute a bioeconomia e transformações pós-fósseis na Alemanha e suas conexões com práticas socioecológicas, evidenciando como as representações e discursos em torno dessa abordagem econômica podem influenciar a distribuição de poder e recursos, destacando a importância do poder simbólico na moldagem de políticas e práticas socioambientais.

A tese de doutorado de Mena-Vásquez (2020), examina o poder simbólico através da valorização cultural, discursos e linguagens de valoração em conflitos relacionados à água e terra, destacando como as representações culturais e discursivas dos atores sociais podem influenciar as percepções, práticas, bem como revelar a importância da cultura e da linguagem na construção simbólica das relações de poder.

Schwab (2023) e Mondardo (2022) destacam a manipulação midiática e o domínio econômico do agronegócio como formas de exercício do poder simbólico, bem como as narrativas e representações dominantes podem perpetuar desigualdades e marginalizar vozes alternativas.

A resistência indígena e a mobilização de identidades coletivas como formas de desafiar narrativas dominantes, reivindicando direitos territoriais e ambientais é discutida por Orndorff (2020) e Mirumachi *et al.* (2021), que destacam como os grupos marginalizados podem empregar o poder simbólico para contestar estruturas de poder e promover mudanças socioambientais.

Duker (2022), traz uma análise sobre estratégias de empoderamento incluindo a criação de contranarrativas, evidenciando como diferentes atores sociais podem mobilizar o poder simbólico para reivindicar espaço e influenciar a narrativa em conflitos socioambientais.

Vidal (2020), destaca a resistência da *Red de Semillas Libres de Colombia* contra políticas agrícolas opressoras, evidenciando como os movimentos sociais podem empregar o poder simbólico para contestar estruturas de poder e promover mudanças socioambientais.

Segundo o artigo "Educação ambiental de base comunitária e a luta pela água" (Pelacani et al., 2021), as comunidades locais e os movimentos sociais empregam estratégias pedagógicas, produções culturais, participação em eventos e ampliação da participação política para resistir aos impactos socioambientais, reivindicando seus direitos, enfrentando o poder simbólico de empresas e autoridades governamentais, reafirmando seus saberes e práticas no enfrentamento de narrativas contra-hegemônicas que ameaçam a representatividade e autonomia dos atores sociais nas decisões que afetam seus territórios.

Alguns estudos da amostra (Oliart; Triquell, 2019; Banoub *et al.*, 2020; Cáceres *et al.*, 2020; Sirimorok; Asfriyanto, 2020; Zanotti; Suiseeya, 2020) abordaram aspectos do poder simbólico, incluindo a mobilização do capital cultural-simbólico, divergências nos discursos sobre agricultura, complexidades institucionais e metodologias feministas para desafiar hegemonias de conhecimento.

Observando as análises de Araos *et al.* (2019), Peña-Palma *et al.* (2021), Molpeceres *et al.* (2021), Espinosa (2021) e Olarte-Olarte (2019) notamos que diferentes manifestações e percepções do poder simbólico presentes nos conflitos socioambientais evidenciaram a complexidade das relações de poder, ressaltando sobre a importância de considerar as perspectivas locais para compreensão dos conflitos.

Contudo, estudos de diversos autores (Mora Castillo; Alvarez Manriquez, 2021; Méndez-Villamizar; Mejía-Jerez; Acevedo-Tarazona, 2020; Wagner; 2019; Basombrío *et al.*, 2021; Uribe Sierra; Gómez Alonso; Tetreault, 2020; Reboratti, 2019; Fernández-Labbé, 2020 e Argüello Cabrera, 2022) indicaram que o poder simbólico é percebido e exercido nos conflitos socioambientais, destacando a importância da participação dos diferentes atores no território, das representações sociais e territorialidades, das estratégias de legitimação do conhecimento, da disputa entre comunidades e empresas, das diferentes visões e saberes em conflitos na mineração, do papel cultural e dos estigmas sociais nos conflitos.

1.3.5 Análise e discussão das lacunas dos estudos

A revisão de escopo revelou algumas lacunas significativas na compreensão dos conflitos socioambientais, especificamente no que diz respeito à percepção e ao exercício do poder simbólico pelos atores sociais envolvidos.

O Quadro 14 apresenta alguns exemplos das principais lacunas dos estudos.

Quadro 14 – Principais lacunas dos estudos revisados

Áreas-chave	Lacunas	Autores
Estratégias de poder simbólico	Necessidade de análise mais profunda das estratégias específicas dos atores sociais para exercer o poder simbólico.	McCulligh (2023); Schwab (2023)
Impacto das representações sociais	Falta de consideração sobre o impacto das representações sociais na eficácia das políticas de mineração.	Méndez-Villamizar <i>et al.</i> (2020)
Resistência comunitária	Necessidade de exploração mais detalhada sobre como as comunidades resistem e se organizam contra projetos industriais.	Wagner (2019)
Papel das instituições governamentais	Ausência de investigação sobre como as instituições governamentais podem trabalhar em conjunto com as comunidades para resolver conflitos.	Basombrío <i>et al.</i> (2021)
Disputas entre diferentes saberes	Carência de análises sobre como as disputas entre diferentes saberes podem ser resolvidas ou mitigadas para promover uma cooperação mais eficaz.	Uribe Sierra; Gómez Alonso; Tetreault (2020)
Reconciliação de narrativas divergentes	Necessidade de investigar mais a fundo como as narrativas divergentes podem ser reconciliadas para alcançar soluções mais equitativas.	Reboratti (2019)
Uso de práticas culturais	Falta de exploração sobre como as práticas culturais podem ser mais bem utilizadas para fortalecer as comunidades e promover a justiça socioambiental.	Fernández-Labbé (2020)
Superação de preconceitos sociais	Necessidade de uma análise mais abrangente sobre como os preconceitos sociais podem ser superados para promover uma participação mais inclusiva nos conflitos socioambientais.	Argüello Cabrera (2022)

Fonte: Elaborado pelo autor - dados da pesquisa, 2024.

Os resultados destacam a necessidade de uma análise mais aprofundada das estratégias específicas utilizadas nos estudos para exercer o poder simbólico (McCulligh, 2023; Schwab, 2023), uma vez que não conseguiram examinar com profundidade as formas de como os atores sociais percebem ou exercem o poder simbólico diante dos conflitos socioambientais aos quais estão expostos. Essa

lacuna poderia ser mais bem explorada para uma melhor compreensão das dinâmicas do poder simbólico nos conflitos socioambientais.

Além disso, a revisão identificou uma falta de consideração significativa sobre o impacto das representações sociais na eficácia das políticas de mineração (Méndez-Villamizar; Mejía-Jerez; Acevedo-Tarazona, 2020), já que as representações sociais são elementos importantes para indicar percepções e atitudes dos atores sociais em relação aos conflitos socioambientais e, a sua ausência não demonstra com eficácia as ações e políticas colocadas em prática nas relações de poder dos envolvidos.

Outra lacuna importante em Wagner (2019), está na necessidade de uma exploração mais detalhada sobre como se dá a organização da resistência de determinados atores sociais nos conflitos socioambientais, trazendo para o debate elementos que serviriam para demonstrar as formas de organização política dos atores nas relações de poder.

A ausência de investigação sobre como as instituições governamentais podem colaborar efetivamente com as comunidades para resolver conflitos também foi identificada (Basombrío *et al.*, 2021). Consideramos tal lacuna como relevante, pois o papel das entidades governamentais está presente em grande parte dos conflitos socioambientais, uma vez que como agente regulador de grandes ações e políticas pode estrategicamente alterar as dinâmicas de poder na conjuntura dos fatos.

A falta de análises sobre a resolução de disputas entre diferentes saberes para promover uma cooperação mais eficaz (Uribe Sierra; Gómez Alonso; Tetreault, 2020) e a necessidade de investigar as contradições para alcançar soluções mais equitativas (Reboratti, 2019) destaca a importância de entender e abordar as variáveis inerentes ao poder simbólico, bem como as perspectivas e conhecimentos presentes nas narrativas dos atores sociais envolvidos nessas tentativas de manejo dos conflitos socioambientais.

Reconhecemos a necessidade de os estudos aprofundarem a compreensão sobre como as práticas culturais podem fortalecer as comunidades e promover a justiça socioambiental (Fernández-Labbé, 2020), bem como a importância de investigar estratégias para mitigar preconceitos sociais, visando uma participação

mais inclusiva dos atores sociais no enfrentamento dos conflitos socioambientais (Argüello Cabrera, 2022). Essas lacunas são importantes para identificar os níveis de poder simbólico presentes nesses conflitos socioambientais, que se manifesta na capacidade de definir realidades, impor visões de mundo e influenciar decisões que podem ampliar as desigualdades e o apagamento de culturas locais em sua inobservância.

Em suma, os estudos sobre o poder simbólico nos conflitos socioambientais destacam a complexidade das relações de poder e a importância de considerar uma variedade de fatores para uma compreensão abrangente desses fenômenos simbólicos. As lacunas identificadas nos estudos oferecem *insights* valiosos para futuras pesquisas, destacando áreas-chave que merecem uma atenção mais aprofundada para promover uma análise mais abrangente do conhecimento sobre as relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais.

1.3.6 Implicações práticas para o campo e para futuros estudos

As implicações práticas dos futuros temas de pesquisa envolvendo o objetivo da revisão demonstram grande relevância acadêmico-científica para uma compreensão e expansão do campo de estudo em direção às relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais; bem como em termos práticos poderão ser convertidos em capital intelectual mobilizador para a transformação dos cenários onde essas disputas simbólicas de poder ocorrem.

Entendemos que é de fundamental importância estudar e compreender inicialmente as estratégias de dominação exercidas por diferentes atores em um território; isto significa, investigar: as formas de mobilização de capital simbólico articulado para influenciar debates, tomada de decisões, mecanismos de manipulação simbólica através da mídia e indústria cultural no controle de narrativas para deslegitimar direitos e acentuar as desigualdades de uma comunidade local e/ou tradicional.

Em seguida, torna-se oportuno investigar os modos de organização, luta, resistência e mobilização social das comunidades afetadas, permitindo assim

entender como o poder simbólico por parte dessas comunidades se constitui ou se reforça para contestar o poder hegemônico de alguns atores ou grupos de atores com projetos antagônicos aos interesses da comunidade local.

Além disso, torna-se necessário um estudo sistemático com o objetivo de avaliar e propor as boas práticas que buscam o diálogo e soluções justas que considerem a diversidade cultural e socioambiental das comunidades locais. Assim, é preciso analisar: quais as percepções e concepções de justiça socioambiental estão presentes no conhecimento e práticas dos atores sociais envolvidos nos conflitos; identificar como o diálogo intercultural entre diferentes saberes e conhecimento podem se relacionar na busca de soluções que reconheçam e valorizem a diversidade e a cultura local e/ou tradicional.

A partir de subtemas abordados na amostra da revisão, sugerimos algumas possibilidades para futuros estudos e projetos para ampliar o escopo do tema que podem trazer reflexões teórico-práticas para envolvendo as relações de poder simbólico no contexto dos conflitos socioambientais:

Tema 1 - Estratégias de exercício do poder simbólico (McCulligh, 2023; Schwab, 2023; Mondardo;2022): investigar as principais estratégias de exercício do poder simbólico exercida por diferentes atores sociais; identificar como as diferentes formas de capital simbólico são mobilizadas e utilizadas para influenciar o debate e a tomada de decisões; e analisar como as estratégias discursivas contribuem para a construção de hegemonia, legitimação e resistências envolvendo projetos controversos em territórios em grandes disputas.

Tema 2 - Representações Sociais e Poder Simbólico (Bennett , 2022; Eversberg *et al.*, 2022; Mena-Vásconez , 2020): mapear as representações sociais dos diferentes atores sociais sobre a percepção ambiental, o desenvolvimento econômico e os projetos socioambientais em um dado território; identificar as ações e estratégias simbólicas utilizadas para construir e modificar as representações sociais em diferentes contextos de conflito; e examinar como a mídia e a indústria cultural contribuem para a construção de representações sociais hegemônicas acentuando desigualdades.

Tema 3 - Resistência e Mobilização Social (Sanz; Rodríguez-Labajos, 2023; Orndorff, 2020; Duker, 2022; Vidal, 2020): investigar quais as diferentes formas de

resistência e mobilização social estão presentes num dado conflito socioambiental; avaliar como as diferentes formas de ação social contribuem para a construção do poder simbólico e para a contestação de projetos que ameaçam a sustentabilidade socioambiental; e propor projetos de formação de lideranças políticas que contemple articular as lutas por justiça socioambiental.

Tema 4 - Cooperação e Manejo de Conflitos (Pelacani *et al.*, 2021; Araos *et al.*, 2019; Peña-Palma *et al.*, 2021): estudar como as diferentes teorias e métodos de manejo de conflitos podem ser aplicados a casos específicos de conflitos socioambientais; Avaliar o papel que a comunicação não-violenta pode ter na construção de diálogos construtivos e na superação de impasses nos conflitos socioambientais; e propor boas práticas em abordagens judiciais e negociais para promover a reparação dos danos causados por projetos socioambientais entre as partes envolvidas.

Tema 5 - Cultura e Justiça Socioambiental (Mora Castillo; Alvarez Manriquez, 2021; Méndez-Villamizar; Mejía-Jerez; Acevedo-Tarazona, 2020; Wagner, 2019; Basombrío *et al.*, 2021): estudar como as diferentes concepções de justiça ambiental podem ser utilizadas para analisar e avaliar conflitos socioambientais; investigar como as epistemologias do Sul e a ecologia de saberes (Santos, 2007) podem contribuir para a construção de soluções socioambientais mais justas e inclusivas; avaliar como o capital cultural e as diferentes formas de conhecimento desempenham na construção do poder simbólico e na resistência a projetos socioambientais; e analisar como o feminismo ambiental pode fortalecer as lutas por justiça ambiental e por justiça de gênero.

1.3.7 Limitações da revisão de escopo

Esta revisão de escopo apresentou algumas limitações, tais como:

- a) Busca das fontes de evidências: o processo de busca das produções científicas foi orientado estritamente pela questão de pesquisa constante das variáveis do acrônimo PCC (População, Conceito e Contexto) e, por isso optamos de não incluir termos ou expressões

- de categorias de análises;
- b) Critério de elegibilidade: o corte da amostra considerando as fontes de evidências com pelo menos uma citação, não foi possível averiguar o conteúdo das demais produções não citadas, o que se fosse considerado, poderia indicar outro panorama em termos de análise das características das fontes bibliográficas. Entendemos que o contorno realizado permitiu trazer um panorama geral do escopo da literatura mais atual sobre as relações de poder simbólico nos conflitos usando uma amostra estatística quantitativamente menor, porém significativa em termos qualitativos quanto às suas análises;
 - c) Base teórico-conceitual: apesar dos estudos apresentarem uma gama ampliada de conceitos, optamos por trabalhar apenas com o conceito de conflitos socioambientais no contexto das relações de poder simbólico, indicado na questão de pesquisa, oriunda do acrônimo PCC constante no protocolo da revisão, sem descrever outras perspectivas teórico-conceituais mais específicas presentes nos estudos;
 - d) Análises e discussão dos resultados: foram consideradas algumas produções e não a totalidade dos textos incluídos, evitando se estender muito no processo de uma análise sistematizada de documento por documento, pois o volume de dados extraídos dos documentos foi demasiadamente extenso e de difícil comparação e consolidação. Optamos por traçar um perfil de análise que melhor representasse a amostra, atendesse o objetivo da revisão, respondesse à questão de pesquisa e que oferecesse elementos sobre o panorama das publicações dos últimos cinco anos.

CONCLUSÕES

Ao resumirmos os principais achados, ressaltamos que o estabelecimento de um protocolo, com seus elementos sendo seguidos sistematicamente, foi possível alcançar com êxito o objetivo da revisão de escopo e encontrar evidências que respondessem à questão de pesquisa.

Nas análises realizadas foi possível identificar a forte presença de pesquisadores latino-americanos dominando o processo de produção científica envolvendo o campo de estudo, o que representa o grande palco das preocupações entre os acadêmicos sobre as formas do exercício de poder simbólico nos conflitos socioambientais em territórios do sul global, extremamente impactados pelos projetos desenvolvimentistas em curso.

No entanto, as análises ainda indicaram a carência de estudos revisionais sobre o tema focado nas relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais. Em toda a amostra das produções científicas revisadas foi possível encontrar somente um artigo de revisão sobre conflitos socioambientais, o que em maior número poderia contribuir de modo representativo com o estado da arte do tema. Os estudos em sua totalidade se debruçavam sobre apresentar um caso específico de conflito em um determinado contexto, sem que discutisse teoricamente os acúmulos científico que embasam o tema e suas formas explícitas de discutir as relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais.

Os estudos apresentaram variados métodos, onde a etnografia teve presença destacada quanto ao uso, o que demonstra que os pesquisadores estão cada vez mais próximos do *locus* no estudo dos fenômenos que melhor representariam os modos de como os atores sociais percebem ou exercem o poder simbólico nos conflitos socioambientais. Outrossim; muitas limitações estiveram presentes nos estudos que vão desde problema de viés na coleta de dados, falta de acesso às informações e com isso as generalizações dos resultados que, em alguns casos, inviabiliza a replicabilidade do conhecimento gerado em outros contextos dos conflitos socioambientais.

Observamos que as relações de poder são complexas e essencialmente assimétricas, onde os territórios, os atores sociais e as comunidades locais são os mais vulneráveis e tem invisibilizadas as suas culturas, saberes e formas de organização social em busca de justiça socioambiental.

Após contato com todas as evidências coletadas, entendemos que para transformar o contexto é preciso que a população busque compreender as estruturas de poder que sustentam as desigualdades socioambientais, o que inclui investigar como as formas simbólicas de poderes se impõem.

Salientamos a importância do processo de democratização da comunicação como forma de acesso à informação para contrapor narrativas que reforçam o poder simbólico e que não atendem aos reais interesses da população local.

Contudo, é fundamental buscar fortalecer a participação social nos processos de tomada de decisão e na construção de políticas públicas mais justas e inclusivas. Essa abordagem visa não apenas desafiar as estruturas de poder existentes, mas também promover uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades, garantindo que as vozes marginalizadas sejam ouvidas e consideradas nos conflitos socioambientais.

REFERÊNCIAS

- ACACIO, J.; WYCZYKIER, G. Expectativas públicas y conflictos sociales en torno a los hidrocarburos no convencionales en Argentina: algunos apuntes sobre Vaca Muerta. *Izquierdas*, 49, p. 26-26, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-50492020000100226> . Acesso em: 2 de jul. de 2022.
- ACEVEDO TARAZONA, Á.; CORREA LUGOS, A. D. Pensar el cambio socioambiental: un acercamiento a las acciones colectivas por el páramo de Santurbán (Santander, Colombia). *Revista Colombiana de Sociología*, v. 42, n. 1, p. 157-175, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcs.v42n1.73181>. Acesso em: 7 de mai. de 2022.
- ACSELRAD, H. *Conflitos ambientais no Brasil / Organizador Henri Acelrad*. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (orgs). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2004.
- ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. D. A.; BEZERRA, G. D. N. *O que é justiça ambiental*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 156 p. ISBN: 9788576171591
- ANDERSON, S.; ALLEN, P.; PECKHAM, S.; GOODWIN, N. Asking the right questions: scoping studies in the commissioning of research on the organisation and delivery of health services. *Health Research Policy and Systems*, v. 6, n. 1, p. 7, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1478-4505-6-7>. 2 de mai. e 2022.
- ARAOS, F.; SALDÍVAR, J. M.; LAZO, A.; THER-RÍOS, F. Diálogos antropológicos para descifrar la crisis socioambiental en Chiloé. *Cultura-hombre-sociedad*, 29, n. 1, p. 407-437, 2019-07 2019. Disponível em: https://www.scielo.cl/pdf/cuhso/v29n1/0719-2789-cuhso- 2019_cuhso_02_a07.pdf. Acesso em: 6 de abr. De 2022.
- ARGÜELLO CABRERA, L. Guerrero's Sierra, Mexico: Forced Internal Displacement, Dispossession and Stigmatization Sierra de Guerrero, México: desplazamiento interno forzado, despojo y estigmatización. *Estudios sociológicos*, 40, n. 118, p. 47-83, 2022-04 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24201/es.2022v40n118.2113>. Acesso em 3 de out. de 2023.
- ARKSEY, H.; O'MALLEY, L. Scoping studies: towards a methodological framework. *International Journal of Social Research Methodology*, v. 8, n. 1, p. 19-32, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1364557032000119616>. Acesso em: 26 de set. de 2022.
- BANOUB, D.; PONTE, G.; BUSTOS, B.; ERTÖR, I.; HAYDER, M.; KAY, K.; HUGHES, A.; ARCE-IBARRA, M.; BENNER, C.; BROWN, K. C.; CASTILLO, M.; COLLINS, Y. A.; GAREAU, B. J.; HINER, C. C.; KRISHNA, V. V.; LEE, E.; LOWER,

- C.; MILEVA, N.; PERFECT, S.; RODRIGUEZ, G.; SPACKMAN, P.; THERIAULT, N.; ZALIK, A. Industrial dynamics on the commodity frontier: Managing time, space, and form in mining, tree plantations, and intensive aquaculture. *Environment and Planning E: Nature and Space*, v. 4, n. 4, p. 1533-1559, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/25148486211006345>. Acesso em: 9 de out. de 2022.
- BENNETT, C. *Transformative Place: The Socioenvironmental Lives of Tellico*. 2022. Thesis (PhD) - University of Mississippi, 2022. Disponível em: <https://egrove.olemiss.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3195&context=etd> or <https://egrove.olemiss.edu/etd/2196>. Acesso em: 4 de out. de 2023.
- BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. Transl. R. Nice. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. (Tradução de *Esquisse d'une théorie de la pratique*, 1972).
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, John G. (Ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.
- BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de M. L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1992].
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 [1989].
- BOURDIEU, P. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. Tradução de D. Kern e G. F. Teixeira. 1. ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007 [1979].
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Tradução de M. H. Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1998].
- CÁCERES, D. M.; TAPELA, B.; CABROL, D. A.; ESTIGARRIBIA, L. Land use change and commodity frontiers: Perceptions, values, and conflicts over the appropriation of nature. *Case Studies in the Environment*, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/cse.2020.1223610>. Acesso em: 12 de out. de 2022.
- CAMPAGNARO, V. H.; FARIAS, L. A.; CANDIANI, G. *Conflitos Socioambientais: Um Estudo sobre o Centro Logístico de Paranapiacaba e as Representações Sociais Envolvidas*. *Ambiente & Sociedade*, v. 24, p. e00132, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200013r2vu2021L1AO>. Acesso em: 21 de ago. de 2022.
- CANTO, O. D.; SOBRINHO, M. V.; VASCONCELLOS, A. M. A.; FERREIRA, L. R.; COSTA, A. C. G.; CASTRO, C. J. N.; AMADOR, D. B.; MELO, L. P.; MULLER, A. M.; FARIAS, A. L. A.; GOMES, A. S.; GONCALVES, P. F. S.; FERNANDES, D. A.; LIMA, M. A. L. *Conflitos socioambientais e limites de gestão compartilhada em Unidades de*

Conservação na zona costeira amazônica. *Redes* (Santa Cruz do Sul. Online), v. 26, p. 235-257, 2021. Desenvolvimento Regional na Amazônia. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes>

CARRASCO LUNA, A. E. Reconfiguración Metabólica y Acumulación Por Desposesión: La Industria Minera Del Cobre y El Caso De La Minera Los Pelambres En La Cuenca Del Río Choapa. *Diálogo andino*, n. 58, p. 129-138, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0719-26812019000100129>. Acesso em: 2 de set. de 2022.

COLQUHOUN, H. L.; LEVAC, D.; O'BRIEN, K. K.; STRAUS, S.; TRICCO, A. C.; PERRIER, L.; MOHER, D. Scoping reviews: time for clarity in definition, methods, and reporting. *Journal of Clinical Epidemiology*, v. 67, n. 12, p. 1291-1294, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2014.03.013>. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

CORTEZ LARA, A. A. Elementos de conflicto socioambiental: la cervecera Constellation Brands y el agua de Mexicali. *Frontera norte*, v. 32, p. e2032, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13667947016>. Acesso em: 12 de out. de 2022.

DAUDT, H. M.; VAN MOSSEL, C.; SCOTT, S. J. Enhancing the scoping study methodology: a large, inter-professional team's experience with Arksey and O'Malley's framework. *BMC Medical Research Methodology*, v. 13, n. 1, p. 48, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1471-2288-13-48>. Acesso em 24 de out. de 2022.

DEVINE, J. A.; OJEDA, D.; YIE GARZÓN, S. M. Formaciones actuales de lo campesino en América Latina: conceptualizaciones, sujetos/as políticos/as y territorios en disputa. *Antipoda. Revista de Antropología y Arqueología*, n. 40, p. 3-25, 2020-07 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/814/81464333001/81464333001.pdf> . Acesso em: 22 de set. de 2022.

DUKER, P. D. Community-Based River Conservation in the Ngao River Basin: Inland Fisheries for Food Security, Self-determination, and New Futures of Conservation in Thailand. 2022. Master's Thesis - Faculty of Graduate Studies, Geography, York University, Toronto, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10315/39576>. Acesso em 23 de mar de 2022.

ESPINOSA, C. Conocimiento como causa y medio de resistencia a la minería de gran escala: casos heurísticos del Ecuador. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, n. 69, p. 53-75, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/iconos.69.2021.4481>. Acesso em: 12 de set. de 2023.

EVERSBERG, D.; FRITZ, M. Bioeconomy as a societal transformation: Mentalities, conflicts and social practices. *Sustainable Production and Consumption*, v. 30, p. 973-987, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.spc.2022.01.021>. Acesso em: 12 de set. de 2023.

FERNÁNDEZ-LABBÉ, J. El territorio como espacio contradictorio: promesas y conflictos en torno a la actividad extractiva en Ecuador, Colombia, Perú y Chile. *EURE*

(Santiago), v. 46, n. 137, p. 225-246, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0250-71612020000100225>. Acesso em: 23 de set. de 2022.

FIORE, G. Bienes comunes urbanos en tensión: el caso de la ecoaldea Velatropa, en Argentina. *Letras Verdes, Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales*, n. 25, p. 119-142, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7030187>. Acesso em: 2 de nov. de 2022.

GAZZANO, I.; ACHKAR, M.; APEZTEGUÍA, E.; ARIZA, J.; GÓMEZ PERAZZOLI, A.; PICOS, G.; CAYSSIALS, V.; SANTOS, C. Ambiente y crisis en Uruguay. La agroecología como construcción contrahegemónica. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 34, n. 48, p. 13-40, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26489/rvs.v34i48.1>. Acesso em: 2 de no. De 2022.

GUTIÉRREZ ARGUEDAS, A.; VILLALOBOS-VILLALOBOS, D. Proyectos hidroeléctricos y resistencias comunitarias en defensa de los ríos en Costa Rica: un análisis geográfico. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, v. 29, n. 1, p. 133-151, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcdg.v29n1.75271>. Acesso em: 2 de nov. de 2022.

LEFF, E. *Conhecimento Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*; traduzido por Lúcia Mathilde Endrich Orth. 7ª ed., Vozes, 9, Petrópolis, RJ. 2009.

LEVAC, D.; COLQUHOUN, H.; O'BRIEN, K. K. Scoping studies: advancing the methodology. *Implementation Science*, v. 5, n. 1, p. 69, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/1748-5908-5-69>. Acesso em: 2 de nov. de 2022.

LIGNIER, W. Symbolic power for beginners: Early social efforts to control others' actions and perceptions. *Sociological Theory*, v. 39, n. 4, p. 249-273, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/073527512111050660>. Acesso em 2 de set. de 2022.

LLOSA, C. Socio-environmental conflicts as social cohesion thermometers: a case study. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, v. 2, n. 1, p. 237-252, 2019. Disponível em: [Conflictos socioambientales por la defensa del agua en México: un meta-análisis cartográfico conceptual](#). Acesso em 22 de dez. de 2022.

LUNA NEMECIO, J. Conflictos socioambientales por la defensa del agua en México: un meta-análisis cartográfico conceptual. *Revista Universidad y Sociedad*, v. 13, n. 4, p. 398-412, 2021. Disponível em: <https://rus.ucf.edu.cu/index.php/rus/article/view/2152>. Acesso em: 22 de dez. de 2022.

LUNA NEMECIO, J. Sustentabilidad versus emergencia ambiental: los corredores urbano-industriales como factor de conflictos hídricos en el estado de Morelos, México. *Revista Universidad y Sociedad*, v. 14, n. 2, p. 90-100, 2022. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2218-36202022000200090. Acesso em: 28 de dez. de 2022.

MARTIN, J. V.; EPSTEIN, K.; BERGMANN, N.; KROEPSCH, A. C.; GOSNELL, H.; ROBBINS, P. Revisiting and revitalizing political ecology in the American West.

Geoforum, v. 107, p. 227-230, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.05.006> . Acesso em: 22 de dez. de 2022.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Los conflictos ecológico-distributivos y los indicadores de sustentabilidad. *Revibec: Revista Iberoamericana de Economía Ecológica*, v. 1, p. 21-30, 2004. Disponível em: [Redalyc.Los conflictos ecológico-distributivos y los indicadores de sustentabilidad](https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.05.006). Acesso em: 22 de dez. de 2022.

MCCULLIGH, C. Wastewater and wishful thinking: Treatment plants to "revive" the Santiago River in Mexico. *Environment and Planning E: Nature and Space*, v. 6, n. 3, p. 1966-1986, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/25148486221125230>. Acesso em: 20 de dez. de 2023.

MEDINA-VARGAS, I. M.; BOLAÑOS, Y.; BARÓN, L. Paseo, sancocho y río. Memorias y olvidos sobre el conflicto armado en Pance, Cali. *Revista CS*, n. 28, p. 47-85, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18046/recs.i28.3268>. Acesso em: 5 de ago. de 2022.

MENA-VÁSCONEZ, P. Flowers, powers, and water flows: conflicts over water for irrigation and the rose cultivation in the Ecuadorian Andes. 2020. 215f. PhD Thesis - Wageningen School of Social Sciences (WASS), Wageningen University & Research, Wageningen, 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.18174/510268>. Acesso em: 22 de mar. De 2022.

MÉNDEZ-VILLAMIZAR, R.; MEJÍA-JEREZ, A.; ACEVEDO-TARAZONA, Á. Territorialidades y representaciones sociales superpuestas en la dicotomía agua vs. oro: el conflicto socioambiental por minería industrial en el páramo de Santurbán. *Territorios*, n. 42spe, p. 150-174, 2020-12 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/territorios/a.7563> . Acesso em 3 de jul. de 2022.

MIRUMACHI, N.; DUDA, A.; GREGULSKA, J.; SMETEK, J. The human right to drinking water: Impact of large-scale agriculture and industry. Policy Department for External Relations, Directorate-General for External Policies of the Union, European Parliament, 2021. Disponível em: <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/f0db5eb7-2b02-11ec-bd8e-01aa75ed71a1/language-en> . Acesso em 23 de jul. de 2022.

MOLPECERES, M. C.; LOYZA, M. B.; ZULAICA, M. L.; CALDERON, G.; CELEMIN, J. P.; GUERRERO, E. M.; LARRALDE ARMAS, F.; MERA, G. A.; MIKKELSEN, C. A. Vulnerabilidad socioambiental, agroquímicos e impactos en la salud en el corredor costero y periurbano sur de Mar del Plata (Buenos Aires, Argentina). *Revista Internacional de Contaminación Ambiental*, v. 39, p. 11-24, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.20937/rica.54289>. Acesso em 23 dez. de 2023.

MONDARDO, M. L. The Struggle for Land and Territory between Guarani Kaiowá Indigenous Peoples and Agribusiness Farmers on the Brazilian-Paraguayan Border: Decolonization, Territory of Transit, and Multi/Transterritoriality. *Journal of Borderlands Studies*, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08865655.2020.1836995> . Acesso em: 21 de set. de 2023.

MORA CASTILLO, M. A.; ALVAREZ MANRIQUEZ, L. V. Ordenamiento territorial y conflictos socioambientales vinculados a la minería: provincias de Huasco y Chubut en defensa del territorio. *Perspectiva Geográfica*, v. 26, n. 1, p. 63-86, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.19053/01233769.11108>. Acesso em: 15 de dez de 2022.

MUNN, Z.; PETERS, M. D.; STERN, C.; TUFANARU, C.; MCARTHUR, A.; AROMATARIS, E. Systematic review or scoping review? Guidance for authors when choosing between a systematic or scoping review approach. *BMC Medical Research Methodology*, v. 18, n. 1, p. 143, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12874-018-0611-x>. Acesso em 20 de dezembro de 2023.

OJEDA, C. G.; JAQUE CASTILLO, E. Formas de representación de la naturaleza, problemas ambientales e (in) justicia en el debate constituyente para Chile. *Revista de geografía Norte Grande*, n. 81, p. 283-303, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-34022022000100283>. Acesso em: 26 de dez de 2023.

OLARTE-OLARTE, M. C. From Territorial Peace to Territorial Pacification: Anti-Riot Police Powers and Socio-Environmental Dissent in the Implementation of Colombia's Peace Agreement. *Revista de Estudios Sociales*, n. 67, p. 26-39, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/res67.2019.03>. Acesso em: 22 de set. de 2022.

OLIART, P.; TRIQUELL, A. Photography collectives and anti-racism in Peru and Argentina. In: WADE, P.; SCORER, J.; AGUILÓ, I. (eds.). *Cultures of Anti-Racism in Latin America and the Caribbean*. London: Institute of Latin American Studies, 2019. p. 49-72. Disponível em: [Photography Collectives and anti-racism in Peru and Argentina - ePrints - Newcastle University](#). Acesso em: 22 de set. de 2022.

ORNDORFF, S. C. Indigenous Social Movement in Nayarit: Resistance to Las Cruces Dam. 2020. Thesis (Master's) - San Diego State University, San Diego, 2020. Disponível em: [\(PDF\) INDIGENOUS SOCIAL MOVEMENT IN NAYARIT: RESISTANCE TO THE LAS CRUCES HYDROELECTRIC DAM](#). Acesso em: 21 de set. de 2022.

PALMISANO, T.; WAHREN, J.; HADAD, M. G. CONFLICTO AGRARIO Y EXTRACTIVISMO EN LA ARGENTINA RECIENTE (2015-2019). *Caderno CRH*, v. 34, p. e021006, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.43434>. Acesso em: 28 de abr. de 2022.

PARRA-ROMERO, A. ¿De quién es el páramo de Santurbán? Ancestralidad minera como narrativa de defensa del territorio en el municipio de Vetás, Santander. *Cs*, n. 36, p. 147-177, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18046/recs.i36.4742>. Acesso em: 4 de jan. de 2023.

PAVEZ, C. M. P.; FREITAS, M. J. C. C.; DIAS, V. L. N. TERRITÓRIO(S) DE "FAVELA" E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: NA COMUNIDADE DO ARVOREDO, FLORIANÓPOLIS-SC. *Ambiente & Sociedade*, v. 22, p. e01692, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.19053/22160159.v12.n28.2021.11470>. Acesso em: 6 de dez de 2022.

PELACANI, B.; MENEZES, A. K.; CAMARGO, D. R.; SÁNCHEZ, C.; UCHOA, C.; CAMÕES, E.; ARENHART, L. O.; THADDEI, R.; ALVARENGA, T. A. Educação ambiental de base comunitária e a luta pela água. *Praxis & Saber*, v. 12, n. 28, p. 152-167, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.19053/22160159.v12.n28.2021.11470>. Acesso em: 5 de mai. de 2022.

PELAYO PÉREZ, M. B.; GASCA ZAMORA, J. Reconfiguración de un territorio hidrosocial tras la construcción de la presa El Cajón, en Nayarit. *Región y sociedad*, v. 31, p. e1201, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22198/rys2019/31/1201>. Acesso em: 5 de mai. de 2022.

PEÑA-PALMA, C.; TERÁN-SERNA, J.; GIL-TORRES, Á.; TAFUR-OSORIO, M. Educación popular: una alternativa en la resolución de conflictos socioambientales. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, n. 69, p. 99-119, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/iconos.69.2021.4470>. Acesso em: 22 de dez. de 2021.

PEREZ CUBERO, M. E. La participación ciudadana de los movimientos socioambientales en América Latina. *Revista Colombiana de Sociología*, v. 42, n. 1, p. 135-156, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rcs.v42n1.73023>. Acesso em: 13 de dez. de 2022.

PETERS, M. D. J.; MARNIE, C.; TRICCO, A. C.; POLLOCK, D.; MUNN, Z.; ALEXANDER, L.; McINERNEY, P.; GODFREY, C. M.; KHALIL, H. Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. *JBIE Evidence Synthesis*, v. 18, n. 10, p. 2119-2126, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11124/JBIES-20-00167>. Acesso em: 30 de ago. de 2022.

PETERS, M. D.; GODFREY, C. M.; KHALIL, H.; McINERNEY, P.; PARKER, D.; SOARES, C. B. Guidance for conducting systematic scoping reviews. *International Journal of Evidence-Based Healthcare*, v. 13, n. 3, p. 141-146, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1097/XEB.0000000000000050>. Acesso em: 7 de dez. de 2022.

PHAM, M. T.; RAJIĆ, A.; GREIG, J. D.; SARGEANT, J. M.; PAPADOPOULOS, A.; McEWEN, S. A. A scoping review of scoping reviews: advancing the approach and enhancing the consistency. *Research Synthesis Methods*, v. 5, n. 4, p. 371-385, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jrsm.1123>. Acesso em: 16 de dez. de 2022.

QATAR COMPUTING RESEARCH INSTITUTE (CQRI). RAYYAN SYSTEMS INC. Rayyan Platform. 2023. Disponível em: <https://www.rayyan.ai>. Acesso em: 20 dezembro de 2023.

RAYYAN. Como fazer uma revisão sistemática – Tutorial de revisão sistemática Rayyan [Internet]. Cambridge: Rayyan Systems Inc; 2022. Vídeo: 14 min. Disponível em: <https://youtu.be/1YWABiIWWIq>. Acesso em: 20 de dez. 2023.

REBORATTI, C. Tensiones geográficas: controversias y conflictos ambientales en Argentina. *Investigaciones geográficas*, n. 100, p. e60015, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14350/rig.60015>. Acesso em: 2 de dez. de 2022.

ROCHA, D. F. D.; PORTO, M. F. D. S.; PACHECO, T. A luta dos povos indígenas por saúde em contextos de conflitos ambientais no Brasil (1999-2014). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 2, p. 383-392, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.27972016>. Acesso em: 6 de dez. de 2022.

SAEED, S. Religion, classification struggles and the symbolic power of the state. *Social Theory and Society*, v. 50, n. 2, p. 255-281, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11186-020-09415-z>. Acesso em: 5 de fev. de 2022.

SAES, B. M.; BENE, D. D.; NEYRA, R.; WAGNER, L.; SÉBASTIEN, L.; BRESNIHAN, P.; SOYER, A. C.; TEMPER, L. Environmental justice and corporate social irresponsibility: the case of the mining company Vale S.A. *Ambiente & Sociedade*, v. 24, p. e0014, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20210014vu2021L4ID>. Acesso em: 2 de dez. de 2022.

SANZ, T.; RODRÍGUEZ-LABAJOS, B. Arts, place, and sacrifice zones: restoring damaged relational values in a Chilean sacrifice zone. *Sustainability Science*, v. 18, n. 3, p. 1135-1148, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-022-01248-2>. Acesso em: 28 de dez. de 2023.

SCHWAB, J. La Lucha Continua: A Presentist Lens on Social Protest in Ecuador. *Social Inclusion*, v. 11, n. 2, p. 198-211, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17645/si.v11i2.6496>. Acesso em: 4. De dez. de 2023

SEGER, S. M. Campesinado, concepciones de Naturaleza y tensiones asociadas: narrativas desde la zona de Íntag, Ecuador. *Antipoda. Revista de Antropología y Arqueología*, n. 40, p. 129-151, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/antipoda40.2020.06>. Acesso em: 2 de dez. de 2022.

SIRIMOROK, N.; ASFRIYANTO, A. The Return of the Fence: Institutional bricolage, customary institutions, and protection of the commons in Lembata Island, Nusa Tenggara. *Forest and Society*, v. 4, n. 1, p. 61-80, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24259/fs.v4i1.7676>. Acesso em: 2 de dez. de 2022.

THE JOANNA BRIGGS INSTITUTE. Template for Scoping Reviews [Internet]. Adelaide: JBI, 2020. Disponível em: <http://jbi.global/scoping-review-network/resources>. Acesso em: 20 dez. de 2023.

TRICCO, A. C.; LILLIE, E.; ZARIN, W.; O'BRIEN, K.; COLQUHOUN, H.; KASTNER, M.; LEVAC, D.; STRAUS, S. E. A scoping review on the conduct and reporting of scoping reviews. *BMC Medical Research Methodology*, v. 16, n. 1, p. 15, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s12874-016-0116-4>. Acesso em: 2 de dez. de 2022.

TRICCO, A.C.; LILLIE, E.; Zarin, W.; O'Brien, K.; COLQUHOUN, H.; LEVAC, D. PRISMA Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR): Checklist and Explanation. *Ann Medical Intern*. 2018; 169(7):467-473. Disponível em: <https://doi.org/10.7326/M18-0850>. Acesso em: 2 de dez. De 2022.

URIBE SIERRA, S. E.; GÓMEZ ALONSO, J. A.; TETREAULT, D. Dos conflictos mineros en Mazapil, Zacatecas: entre la oposición, negociación y la colaboración. *Región y sociedad*, v. 32, p. e1373, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22198/rys2020/32/1373>. Acesso em: 3 de dez. de 2022.

VIDAL, N. H. Seed Conflicts in Colombia: Race, Territory, and Violence. 2020. Dissertation/Thesis (PhD/Master's) - Loyola University Chicago, Chicago, 2020. Disponível em: https://ecommons.luc.edu/luc_diss/3830/. Acesso em: 23 de out. de 2022.

WAGNER, L. Propuestas de inversiones chinas en territorio mapuche: resistencias a la minería metálica en Loncopué. *Estudios atacameños*, n. 63, p. 315-339, 2019. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-0848-5255>. Acesso em: 25 de set. de 2022.

ZANOTTI, L.; SUISEEYA, K. R. M. Making space for the Ordinary: Making feminist ethnography of collaborative events. *Journal of Political Ecology*, v. 27, n. 1, p. 961-987, 2020. Disponível em: [Doing feminist collaborative event ethnography | Zanotti | Journal of Political Ecology](#). Acesso em: 14 de dez. de 2022.

ZINZANI, A.; CURZI, E. Urban regeneration, forests and socioenvironmental conflicts: The case of Prati di Caprara in Bologna, Italy. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, v. 19, n. 1, p. 163-186, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14288/acme.v19i1.1883>. Acesso em: 29 de set. de 2022.

2 ANÁLISE DA CONJUNTURA GLOBAL E DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA BOTO CINZA (MANGARATIBA/RJ)

RESUMO

A presente pesquisa examina os conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APAMBC), em Mangaratiba/RJ, analisando a conjuntura, as relações de forças e a distribuição de capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos entre os atores sociais envolvidos. Adotando uma abordagem de estudo de caso, aliada à metodologia de análise de conjuntura do Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE) e diversas técnicas de coleta de dados, o estudo revelou uma complexa teia de conflitos socioambientais e assimetria de poderes envolvendo a pesca artesanal, o turismo desordenado, as atividades portuárias, a especulação imobiliária e a ocupação territorial militar em território remanescente de quilombos. Os resultados evidenciam a urgência de políticas públicas que conciliem interesses econômicos, conservação ambiental e preservação cultural, destacando a necessidade de uma governança inclusiva e eficaz. A pesquisa enfatiza a importância de repolitizar os ambientes marinho-costeiros, propondo a ecologia política como ferramenta crítica e propositiva para enfrentar os desafios identificados na conjuntura. Recomenda-se a realização de estudos e abordagens multidisciplinares para aprofundar a compreensão dos impactos a longo prazo, bem como a adoção de uma abordagem mais participativa na APAMBC, visando o uso sustentável do território que beneficie tanto as comunidades locais e tradicionais quanto o ecossistema da unidade de conservação.

Palavras-chave: Ecologia Política. Justiça Ambiental. Territorialidade. Unidade de Conservação

ABSTRACT

This research examines the socio-environmental conflicts in the Boto Cinza Marine Environmental Protected Area (APAMBC) in Mangaratiba/RJ, analyzing the conjuncture, power relations, and distribution of economic, social, cultural, and symbolic capital among the social actors involved. Adopting a case study approach, combined with the conjuncture analysis methodology of the Brazilian Institute of Social and Economic Analysis (IBASE) and various data collection techniques, the study revealed a complex web of socio-environmental conflicts and power asymmetries involving artisanal fishing, unregulated tourism, port activities, real estate speculation, and military territorial occupation in remaining quilombo territories. The results highlight the urgency of public policies that reconcile economic interests, environmental conservation, and cultural preservation, emphasizing the need for inclusive and effective governance. The research emphasizes the importance of repoliticizing marine-coastal environments, proposing political ecology

as a critical and propositional tool to address the challenges identified in the conjuncture. It is recommended to conduct multidisciplinary studies and approaches to deepen the understanding of long-term impacts, as well as the adoption of a more participatory approach in the APAMBC, aiming at sustainable use of the territory that benefits both local and traditional communities and the ecosystem of the conservation unit.

Keywords: Political Ecology. Environmental justice. Territoriality. Conservation Unit

2.1 Introdução

2.1.1 Contextualização e problematização

Após 8 anos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) ser assinada na ocasião da Cúpula da Terra, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, as Unidades de Conservação (UCs) foram criadas no Brasil por meio da Lei 9.985/2000, instituindo assim o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), representando uma iniciativa relevante na preservação da diversidade biológica e uso sustentável em áreas legalmente protegidas (Brasil, 2000).

O cenário dos anos 90 foi marcado por diversos conceitos e abordagens com o esforço de situar a economia, sociedade e o meio ambiente num mesmo grau de importância. Neste mesmo período o conceito de Economia Azul, criado pelo economista belga Gunter Pauli, em 1994 trouxe para o cenário econômico, social e ambiental uma possibilidade de expansão do crescimento econômico e sustentável a partir da exploração dos recursos marinhos e costeiros (Pauli, 2010).

Esse modelo econômico da Economia Azul, mesmo com seus antecedentes críticos (Aceleração azul) na década de 1970, incentivava o desenvolvimento de uma série de atividades relacionadas aos recursos hídricos, tais como pesca, aquicultura, turismo, logística portuária, transporte marítimo, construção naval, energias renováveis, biotecnologia, ensino e pesquisa entre outras.

A Economia Azul surgiu ainda como uma possibilidade de promover a recuperação dos ecossistemas marinhos e conscientização sobre a importância dos elementos marinhos para além da pesca e turismo e, podemos afirmar que múltiplos

projetos estão presentes em várias agendas globais, inclusive no Brasil, que vem capitaneando o uso desse modelo incentivado pela Marinha do Brasil como um vetor estratégico de crescimento e desenvolvimento econômico (Santos *et al.*, 2022).

Algumas limitações conceituais significativas em relação à Economia Azul são apontadas dada à ausência de uma definição consensual (Silver *et al.*, 2015; Voyer *et al.*, 2018) e que a formulação do conceito ocorre sem a participação efetiva de cientistas sociais e comunidades costeiras (Morrissey, 2017).

Outras críticas de cunho sociopolítico denunciam que as estratégias relacionadas à Economia Azul representam novos mecanismos de acumulação capitalista (Andriamahefazafy *et al.*, 2020; Brent; Barbesgaard; Pedersen, 2020).

Entretanto, diante da busca pela sustentabilidade dos ambientes costeiro-marinhos, mesmo com regras dispostas em convenções, tratados, acordos e legislações específicas, os atores sociais possuem percepções, usos, ocupações e formas de gestão distintas desses espaços, criando um cenário de disputas, tensões e conflitos socioambientais em relação ao patrimônio natural, cultural e simbólico desses territórios.

Concordamos com Childs (2020), que propõe um modelo mais sustentável baseado no “Decrescimento Azul”, que contrasta com a Economia Azul, priorizando assim a justiça social, o bem-estar socioambiental e a redução da exploração intensiva dos recursos marinhos.

Segundo Jean-Baptiste Jouffray (2020), “se apossar de espaço e dos recursos oceânicos não é novidade para a humanidade, mas a extensão, a intensidade e a diversidade das aspirações de hoje não têm precedentes”. Assim, é possível inferir que os conflitos socioambientais nos ambientes costeiro-marinhos vêm aumentando à medida que o uso dos elementos marinhos e a pressão antrópica das atividades humanas se intensificam nesses espaços. Além disso, o autor alerta para a necessidade de identificarmos quais atores estão impulsionando essas agendas, financiando e se beneficiando da Aceleração Azul.

Neste sentido, o movimento que considera a “Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030)” tem reunido cientistas, gestores, políticos e toda a sociedade global para protegerem os oceanos, que embora seja responsável por cobrir 71% da superfície do planeta, ainda é pouco estudado e

conservado; pois segundo o relatório “*Global Ocean Science Report 2020* (GOSR2020)”, publicado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental da UNESCO¹⁰, em 2019, apenas 1% dos orçamentos dos países do mundo destinam estudar a ciência oceânica e que somente 19% do fundo do oceano já foi mapeado e catalogado (GOSR, 2020).

Estas discussões sobre Economia Azul e Aceleração Azul são importantes oportunidades para avaliarmos os impactos socioecológicos (Martínez-Alier, 2004) e com isso, direcionar os elementos oceânicos para a sustentabilidade no longo prazo (Jouffray *et al.* 2020).

Além das discussões descritas acima, torna-se importante a presença de um processo de governança eficaz que garanta a participação inclusiva e da colaboração entre diferentes grupos de interesse, incluindo comunidades marginalizadas (Acsehrad, 2004; Little, 1999, 2001, 2018); pois, costumeiramente, os processos de governança usam o seu poder simbólico, por meio de narrativas baseadas no discurso desenvolvimentista, de modo a camuflar os conflitos socioambientais, a degradação ambiental e os danos à vida material, simbólica, cultural e espiritual das comunidades locais (Svampa, 2012, 2013, 2020; Gudynas, 2011, 2011a, 2013, 2014, 2015; Espinoza, 2016).

Os conflitos socioambientais na APAMBC refletem disputas sobre o uso dos elementos naturais, uma vez que expõem a priorização e o consenso no uso das *commodities* ambientais¹¹ (Svampa, 2012, 2013, 2020), revelando um contraste entre o modelo extrativista e o discurso do desenvolvimento sustentável (Gudynas, 2011a, 2013, 2014, 2015, 2019), além de trazer denúncias em prol da luta por justiça ambiental para a população local diante das ameaças aos seus territórios, modos de vida, da degradação ambiental e das desigualdades socioeconômicas (Espinoza, 2016).

¹⁰ <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375147.locale=en>

¹¹ Segundo Svampa (2012, 2013, 2020), *commodities* ambientais são os elementos naturais convertidos em mercadorias, resultando na financeirização da natureza e na intensificação do extrativismo, com impactos e conflitos socioambientais, especialmente na América Latina.

A relevância deste estudo está em analisar a conjuntura dos atores sociais em seus modos de conceber a vida, a sociedade, seus desafios e lutas políticas em prol do uso sustentável da natureza e da justiça ambiental, destacando essa construção social não apenas para aqueles que vivem, dependem ou se relacionam com o território, mas também como uma questão que impacta toda a humanidade e a biosfera.

No contexto, envolvendo o uso, ocupação e gestão dos elementos marinhos com diversos interesses dos atores, o presente estudo objetiva analisar a conjuntura internacional, nacional, regional e local envolvendo os aspectos das UC e, mais especificamente, o território da APAMBC (espaço sociopolítico). Pretendemos através de um estudo exploratório, mapear, descrever e analisar as relações de forças presentes nos principais conflitos socioambientais desta UC marinha, do município de Mangaratiba/RJ sem a preocupação sistemática com os elementos históricos e processuais do fenômeno em estudo.

Intentamos ainda, responder a seguinte questão de pesquisa: “como os atores sociais percebem ou exercem o poder simbólico nos conflitos socioambientais na APAMBC?”

2.1.2 Abordagem teórica do estudo

O conceito de conflitos socioambientais que norteará este estudo o define como sendo uma disputa entre diferentes atores ou grupo de atores sociais, em torno da apropriação, uso e gestão dos elementos naturais, que tem como consequência impactos ambientais, sociais e econômicos indesejados como forma de ameaças à continuidade das formas sociais de apropriação do meio natural (Acselrad, 2004; Little, 1999, 2001, 2018; Martínez-Alier, 2004, 2023; Pulido, 1996).

Abordamos ainda as territorialidades como a abrangência dos aspectos necessários para o entendimento das dinâmicas socioambientais do território, incluindo a conservação ambiental e o direito à cidade, o trabalho digno, o compartilhamento de conhecimentos, a reparação de riscos e valorização das tradições ancestrais, oferecendo uma visão integrada das interações entre

sociedade, ambiente e cultura (Lefebvre, 2001; Harvey, 2008; Santos, 2007; Beck, 2011; Little, 2018).

Evidenciamos, dessa forma, que as territorialidades se caracterizam por suas interações identitárias, manifestadas através das dimensões materiais e/ou simbólicas na construção do espaço pelos diferentes grupos de atores sociais, refletindo a forma como se estabelecem e se alternam os projetos de produção humana, as relações de poder, as formas de dominação e as estruturas sociais de resistência. Assim, na obra de Lefebvre (1991), temos as forças produtivas e as relações de produção apresentadas como elementos-chave na produção do espaço, evidenciando sua influência na organização e experiência do espaço urbano, bem como nas formas de apropriação desigual; ou seja, "o espaço (social) é um produto (social)" (Lefebvre, 1991, p. 26).

Os conflitos socioambientais nos projetos de produção são podem ser entendidos como interdependentes e interconectados, exigindo uma discussão teórico-conceitual integrada, como por exemplo: *i)* Economia Ambiental, que analisa os impactos das atividades econômicas sobre os elementos naturais e os riscos gerados pela falta de uso responsável e sustentável; *ii)* Economia Política, que aponta o modo de produção capitalista como a principal causa desses conflitos, uma vez que a busca incessante pelo lucro pode gerar distorções estruturais no sistema socioeconômico e em suas cadeias produtivas; e *iii)* Ecologia Política, que investiga as assimetrias de poder entre os atores envolvidos, oferecendo uma análise crítica das dinâmicas dos conflitos socioambientais.

A integração entre Economia Ambiental, Política e Ecologia Política revela a complexidade dos conflitos socioambientais, destacando a necessidade de soluções que conciliem fatores econômicos, relações de poder e impactos ambientais.

O Quadro 15 apresenta um resumo sobre as abordagens teórico-conceituais no contexto do uso dos elementos naturais e seus conflitos socioambientais derivados.

Quadro: 15 - Conflitos socioambientais e suas abordagens teórico-conceituais

Abordagem	Foco Principal	Problemas Centrais
Economia Ambiental	Impactos ambientais das atividades econômicas.	Externalidades dos custos ambientais.
Economia Política	Modo de produção capitalista como	Distorções estruturais do sistema

	causa do conflito socioambiental.	econômico.
Ecologia Política	Relações de poder e acesso aos elementos naturais.	Assimetrias das relações de poder e justiça ambiental.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Podemos complementar as abordagens discutidas anteriormente com a contribuição da teoria do sociometabolismo do capital, que oferece uma crítica contundente ao modo de produção capitalista global e sua lógica predatória em relação à natureza (Foster, 2005; Mészáros, 2009; Martínez-Alier, 2007, 2008, 2014; Gudynas, 2011a, 2013, 2014, 2015, 2019; Costa, 2004, 2011, 2018).

Atualmente discute-se muito ao processo de transnacionalização do capital como um dos principais instrumentos da economia política mundial; pois esta forma de organização produtiva está presente em posições estratégicas nos setores fundamentais das economias globais, controlando setores mais dinâmicos das indústrias nacionais, bem como determinando localmente a natureza e os rumos do processo econômico (Souza, 2014), ao mesmo tempo que blindam grandes corporações como atores sociais responsáveis por suas externalidades negativas ao meio ambiente e geração de conflitos socioambientais locais.

Todas e estas teorias, discutidas acima, reforçam o nosso entendimento de que o ambiente da pesquisa não é o *locus* da produção direcionado apenas para atender às demandas dos mercados locais, regionais ou nacionais; mas para o suprimento de várias cadeias de produção transnacionais, o que demonstra e reforça a teoria do sociometabolismo do capital global sem fronteiras.

2.2 Metodologia

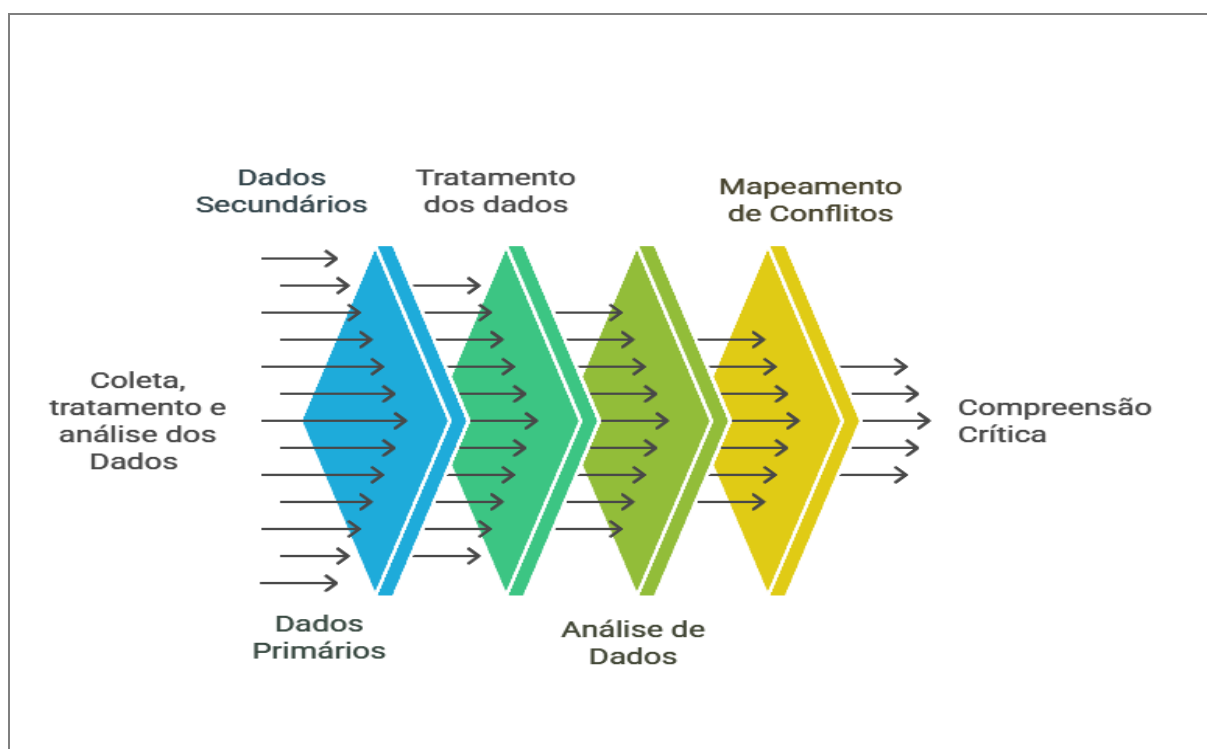
Pretendemos lançar um olhar exploratório-crítico sobre o contexto de um fenômeno social envolvendo um território com múltiplas e variadas formas de relações conflituosas no uso, ocupação e gestão em uma UC marinha de uso sustentável e, por isso classificamos o estudo como: de base qualitativa, descritiva (Cervo; Bervian, 1993), estudo de caso (Yin, 2010; Saunders; Lewis; Thornhill,

2012), bibliográfica e documental (Gil, 2008) abrangendo também diversos procedimentos metodológicos para sua formulação, exposição e análise dos resultados obtidos.

As opções metodológicas empregadas nos permitiram mapear os principais conflitos socioambientais da APAMBC e como se estabelece as relações de forças no território.

A primeira fase dos procedimentos metodológicos (Figura 12) envolveu a coleta dos dados secundários, compondo uma base teórica, com a realização de uma revisão bibliográfica narrativa a partir da busca, seleção e leitura dos artigos científicos em base de dados (*Web of Science*), Portal de Periódicos Capes (teses e dissertações) e outras fontes secundárias da literatura cinza, tais como: livros, relatórios, banco de dados e *sites*.

Figura 12 - Procedimentos Metodológicos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

A pesquisa documental realizada teve como fonte complementar a leitura dos seguintes documentos: atas do conselho gestor e plano de manejo da APAMBC, e legislações (federais, estaduais e municipais).

Os dados primários compreenderam a segunda fase de coleta de dados através de incursões em campo, entrevistas estruturadas (APENDICE B), relatos espontâneos e conversas informais com os atores sociais do ambiente da pesquisa registradas num diário de campo, observação participante em reuniões ordinárias e extraordinárias como membro do Conselho Gestor da APAMBC, além das observações não-participante em eventos onde os atores sociais estavam presentes (reuniões, audiências públicas, oficinas, encontros, seminários, fóruns, grupos de discussão em *whatsapp* entre etc.). Nestas oportunidades, o pesquisador se envolveu no *locus* da pesquisa durante o período político compreendido de 2020 a 2024¹², sendo possível uma observação atenta e apreciação crítica dos acontecimentos e articulações políticas dos atores sociais da APAMBC.

Os atores sociais envolvidos no estudo são basicamente os sujeitos e as representações sociais de associações de trabalhadores do mar (pescadores, marisqueiros e aquicultores); associação de moradores, populações locais e tradicionais (caiçaras e quilombolas); agentes de atividades econômicas (pesca industrial, profissionais do turismo, indústrias/empresas de logística portuária e barqueiros); Poder Público (prefeitura, forças armadas, agentes de fiscalização, segurança, ordenamento e monitoramento ambiental); ONGs, pesquisadores das universidades, institutos e sociedade civil.

A etapa do tratamento dos dados que configuram e descrevem a conjuntura da APAMBC foi realizada através da sistematização dos elementos armazenados numa planilha Excel específica para essa finalidade e dos *insights* das anotações do diário de campo. Ao final foi possível elaborar um quadro-síntese das principais territorialidades, mapeamento dos conflitos e capitais de Bourdieu em disputa pelos atores sociais.

¹² No período de 2020 e parte de 2021, devido à pandemia de covid-19, realizamos participações remotas nas sessões ordinárias e extraordinárias do conselho Gestor da APAMBC, análises documentais, revisões de literatura. Os trabalhos de campo iniciaram em seguida ao processo de flexibilização do período de confinamento social.

A análise qualitativa dos dados envolvendo a conjuntura internacional, nacional, regional e local, bem como às questões acerca dos conflitos socioambientais da APAMBC foi desenvolvida a partir das categorias de análises presentes na Metodologia “Análise de Conjuntura”, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), conforme obra de Souza (2014) e do arcabouço teórico de Bourdieu (1986, 2004) que trata do poder simbólico, das noções de campo, capital e *habitus*.

A Análise de Conjuntura é um instrumento metodológico crítico amplamente utilizado na ciência política para interpretar eventos resultantes da ação dos atores sociais em contextos complexos e específicos. Esta metodologia possui como objetivo oferecer uma leitura dinâmica da realidade, possibilitando organizar estratégias e táticas para uma intervenção política na realidade concreta.

Podemos justificar a escolha da metodologia da Análise de Conjuntura a partir das práxis política e científica¹³ na análise conjuntural dos acontecimentos globais, nacionais e locais, pelo fato de: *i)* possibilitar uma leitura crítica e objetiva para a compreensão do nível de complexidade dos acontecimentos políticos, econômicos, sociais e culturais, evitando suposições sem fundamentos; *ii)* constituir-se como um ato político situado e não neutro; *iii)* requerer do analista a capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências a partir dos dados e informações sobre o fenômeno investigado e; *iv)* permitir uma avaliação do contexto atual, identificar tendências e entender como diferentes fatores interagem para moldar a realidade.

A Análise de Conjuntura do IBASE, com as categorias de Souza (2014), fundamentou a abordagem metodológica dos conflitos socioambientais da APAMBC, sendo o autor um dos pioneiros e mais referenciados no Brasil sobre o tema.

A aplicação da Análise de Conjuntura possibilitou traçar um diagnóstico multidimensional que considerou aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais da conjuntura, pois como assevera Souza (2014): “é importante

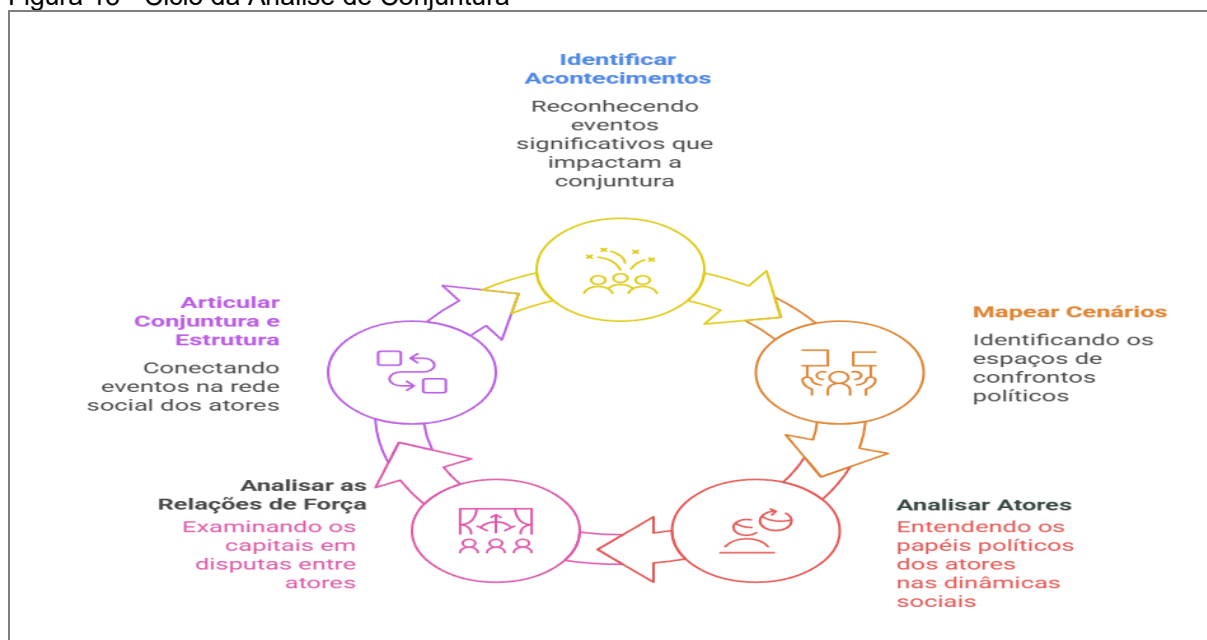
¹³ A práxis política remete o pesquisador a uma atividade prática, consciente, intencional na compreensão crítica da realidade. A práxis científica se consolida a partir das análises de resultados com uso de métodos científicos para responder a uma questão de pesquisa. A junção dessas práxis, num mesmo estudo, corrobora para um processo de construção de conhecimento a partir da realidade social.

relacionar a conjuntura com os elementos mais permanentes, mais estruturais da realidade e levar em conta as dimensões locais, regionais, nacionais e internacionais da realidade”.

Ainda, através dessa metodologia, foi possível identificar acontecimentos, tendências e padrões, sejam de nível global, nacional ou local, tais como mudanças nas políticas ambientais e movimentos de mercado que impactam tanto o território da APAMBC em seus elementos naturais e humanos quanto nos potenciais agravamentos das mudanças climáticas.

Adotamos o ciclo da análise da conjuntura (Figura 13) seguindo as categorias de análise sistematizadas por Souza (2014, p.9-18): *i*) acontecimentos – são eventos significativos que impactam grupos sociais, *ii*) cenários – representam os espaços onde ocorrem enfrentamentos políticos, *iii*) atores – referem-se aos humanos que exercem papéis grupais, coletivos e institucionais na conjuntura, *iv*) relações de força – diz respeito às dinâmicas mutáveis entre atores em diferentes âmbitos, e *v*) articulação entre conjuntura e estrutura – compreendem as conexões entre os eventos e ações dos atores.

Figura 13 - Ciclo da Análise de Conjuntura



Fonte: Elaborado pelo autor, 2024

Para discutir as relações de forças nos conflitos socioambientais usamos as categorias de capitais de Bourdieu (1986, 2004, 2007, 2011) como forma de delinear

a disputa dos capitais econômico, social, cultural e simbólico entre os atores sociais em contexto dos conflitos socioambientais que os afetam.

Assim, examinamos como os atores na APAMBC mobilizam estrategicamente seus capitais numa arena de disputas. Os aspectos da análise de conjuntura mapearam como pescadores artesanais, empreendimentos turísticos, atividades portuárias e instituições estatais competem não apenas por recursos naturais, mas também pelo poder de definir narrativas legítimas sobre conservação e desenvolvimento, evidenciando como as desigualdades estruturais determinam os resultados das decisões sobre a UC.

2.3 Resultados e discussão

Os resultados e discussão serão apresentados nesta seção tomando como base as categorias de análise concebidas pela Análise de Conjuntura, do IBASE. Estarão presentes as análises envolvendo os acontecimentos, os cenários, atores e relações de forças a nível global e local. Bourdieu (2004) enfatiza que as relações de poder simbólico são também, ao mesmo tempo, relações de forças; pois os dominados podem internalizar as classificações dominantes e aceitar sua posição como natural ou merecida ou resistir e alavancar outros aspectos do poder.

Assinalamos que a articulação entre a conjuntura e a estrutura está trabalhada no capítulo 3 deste estudo.

2.3.1 Análise dos acontecimentos

A análise conjuntural revela desafios globais e nacionais relacionados às agendas ambientais, aos efeitos das mudanças climáticas, à degradação ambiental e ampliação das fronteiras conflituosas entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, destacando a problemática do desenvolvimento sustentável e a pressão antrópica sobre os oceanos pela Economia Azul.

No contexto brasileiro evidenciamos o desmonte de órgãos ambientais no governo Bolsonaro (2018-2022) que impactou diretamente os desafios já postos nas dinâmicas socioambientais das Unidades de Conservação, incluindo a APAMBC.

2.3.1.1 Os desafios socioambientais da conjuntura global e local

Na conjuntura global, a dinâmica dos conflitos socioambientais está demarcada por questões geopolíticas e econômicas globais, evidenciando uma série de desafios ambientais e socioeconômicos para as nações. Nossas análises da conjuntura global dão a compreensão de que as mudanças climáticas e a degradação ambiental têm se intensificado, gerando tensões entre as demandas por desenvolvimento econômico e a necessidade de preservação ecológica.

Compreendemos que as mudanças climáticas e a degradação ambiental continuarão a provocar deslocamentos populacionais e crises humanitárias sem precedentes, principalmente em países mais pobres, ampliando as desigualdades já existentes. Faz-se necessária uma cooperação internacional para promover políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e que incluam as necessidades dos países em desenvolvimento como prioridade. A atuação de organismos internacionais, como a ONU e o FMI, precisará gerir recursos e ações para fomentar a sustentabilidade e a justiça ambiental em escala global (Virgens; Teixeira, 2018; Buss; Magalhães, 2021).

Segundo Carvalho (2004), para enfrentar os desafios atuais envolvendo a crise climática e os desafios socioambientais será necessário um esforço coletivo para promover a justiça ambiental e a equidade social. A integração de abordagens interdisciplinares para o entendimento dessa emergência e a colaboração entre diferentes setores da sociedade serão fundamentais para desenvolver soluções inovadoras e eficazes. Contudo, entendemos que a educação ambiental e a conscientização pública responsável desempenharão um papel chave na formação de uma cidadania crítica e engajada, capaz de enfrentar os desafios ambientais com responsabilidade e solidariedade.

No contexto nacional, o Brasil vem enfrentando desafios significativos no equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, pois evidências práticas da pressão por expansão do agronegócio e projetos de infraestrutura, com a chancela do Estado, continuarão a ameaçar áreas de grande biodiversidade, como a Amazônia, o Pantanal e Zona Costeira.

Ressaltamos que as políticas públicas voltadas para a sustentabilidade serão necessárias para mitigar esses impactos das atividades produtivas que colocam em risco a biodiversidade, mas existem resistência de setores econômicos poderosos e interesses políticos com amplos poderes e influências capazes de tensionar mais ainda os conflitos socioambientais.

Diante dos acontecimentos, em uma ordem prática, podemos afirmar que as tensões entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico provavelmente se intensificarão, exigindo negociações e mediações necessárias no campo da política ambiental brasileira com o objetivo de alcançar um equilíbrio sustentável. Para isso, a participação da sociedade torna-se necessária para exigir medidas para promover a sustentabilidade que incluam as comunidades locais, indígenas, quilombolas e demais atores vulneráveis e com isso garantir que suas vozes e interesses sejam representados e respeitados nos processos decisórios, fortalecendo uma governança socioambiental mais inclusiva e colaborativa.

Os desafios colocados no âmbito dos conflitos socioambientais exigirão cada vez mais a participação ativa das comunidades locais e a incorporação de seus conhecimentos tradicionais como instrumentos essenciais para garantir a sustentabilidade das políticas de conservação de seus territórios. A partir desse contexto, a teoria da resiliência socioecológica, que enfatiza a capacidade das sociedades humanas de se adaptarem e sobreviverem em face de mudanças ambientais, pode oferecer *insights* valiosos para a gestão sustentável dos elementos naturais (González-Márquez; Toledo, 2020).

A conjuntura global sinaliza um significativo avanço das tecnologias, principalmente da inteligência artificial, proporcionando um impacto significativo na forma como os conflitos socioambientais serão percebidos, exercidos e gerenciados, pois as redes sociais e outras plataformas digitais poderão amplificar vozes marginalizadas, facilitando a mobilização e organização de movimentos sociais em

defesa do meio ambiente. No entanto, também corremos um grande risco com a disseminação de desinformação intencional, informações falsas (*fake news*) levando a uma “comunicação paradoxal”, pois “reproduz segurança e insegurança” (Han, 2022), além de promover a polarização política e ideológica, pode dificultar ou desviar o diálogo para a construção de consensos.

Portanto, para o enfrentamento de todos esses desafios socioambientais globais devemos considerar a importância da educação e da formação profissional interdisciplinar, pois através da capacitação de talentos humanos e da promoção de tecnologias sociais, solidárias e sustentáveis poderemos realizar a transição para uma economia verde. As políticas públicas que incentivem a inovação e o desenvolvimento tecnológico podem contribuir para a criação de empregos e a redução das desigualdades sociais, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável (Brito; Silva; Pereira, 2011).

2.3.1.2 A falácia do paradigma do desenvolvimento sustentável

A Comissão Brundtland pode ser considerada como sendo pioneira na discussão envolvendo as preocupações ambientais e de desenvolvimento em nível global, mas a sua eficácia prática é bastante discutível. O relatório elaborado por essa Comissão, denominado "Nosso Futuro Comum" (*Our Common Future*) tentou aliar dois conceitos anteriormente inconciliáveis: conservação ambiental e desenvolvimento.

Portanto, essa tentativa de conciliação acabou criando um conceito de "desenvolvimento sustentável" que, ao priorizar o crescimento econômico como solução para desigualdades sociais e degradação ambiental, não questionou suficientemente as estruturas de poder e os padrões de consumo dos países industrializados.

Reconhecemos o mérito da Comissão em colocar a sustentabilidade na agenda internacional, falhou em promover transformações profundas nas relações econômicas globais, permitindo que os interesses de mercado continuassem predominando sobre necessidades ambientais urgentes e com isso perpetuando um

modelo desenvolvimentista que, décadas depois, continua a intensificar crises socioambientais em escala planetária.

Nesse contexto, a Comissão reconheceu a dualidade intrínseca ao desenvolvimento, historicamente atrelado à produção industrial, já que por um lado identificou-o como principal causa da degradação ambiental; mas por outro, temia que tentativas de o conter pudessem resultar em reflexos negativos nos padrões econômicos da população global. No entanto, analisando criticamente, podemos inferir que esse relatório, apesar de sua aparente preocupação, constituiu-se mais como um movimento retórico do que como um compromisso efetivo de conciliar as questões ambientais com o desenvolvimento econômico, evidenciando assim a complexidade e as contradições inerentes ao desafio de equilibrar o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade.

Mais adiante, a Cúpula da Terra - Rio 92 e o paradigma do Desenvolvimento Sustentável aprovou documentos importantes, mas é também bastante criticada por não ter eficácia na implementação das políticas propostas, pois nesta conferência foi definido o conceito de desenvolvimento sustentável como sendo um modelo de desenvolvimento que equilibra aspectos econômicos, sociais e ambientais, garantindo a satisfação das necessidades das gerações atuais sem comprometer as futuras gerações, o que na prática, não demonstrou ser suficiente diante do cenário dos problemas socioambientais globais. Há dessa forma, uma discrepância muito distante envolvendo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) e as suas ações concretas quanto ao seu cumprimento por grande parte das nações.

Para Acselrad, (1999), "a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas: articula-se a efeitos sociais desejados, a funções práticas que o discurso pretende tornar realidade objetiva" (p. 81). Esta perspectiva em prol do desenvolvimento sustentável foi apropriada e manipulada pelo modelo capitalista, para legitimar práticas que, na realidade, perpetuam injustiças socioambientais e a exploração insustentável dos elementos naturais. Assim, Acselrad (1999) nos convida a questionar criticamente as narrativas dominantes sobre sustentabilidade e a examinar as estruturas de poder que moldam as políticas ambientais e de desenvolvimento.

No entanto, Raleigh; Linke e O'Loughlin (2014) destacam que as notícias envolvendo as questões sobre sustentabilidade e das mudanças climáticas, notoriamente preocupantes e emergentes, tem ganhado holofotes e com isso tem sido usada para despolitizar as causas dos conflitos socioambientais e com isso impor as agendas ocidentais de cunho neoliberal a partir dos seguintes mecanismos: *i)* simplificação do problema, apresentando-o como uma questão global e "natural"; *ii)* foco em soluções técnicas e de mercado, em detrimento de abordagens sociopolíticas; *iii)* promoção de uma narrativa de "ameaça comum" que ignora desigualdades existentes; *iv)* atribuição de problemas socioambientais às mudanças climáticas, desviando a atenção de questões estruturais; *v)* a imposição de políticas padronizadas por países ocidentais e instituições internacionais, frequentemente alinhadas com ideais neoliberais; *vi)* marginalização de vozes locais nos processos de tomada de decisão; e *vii)* promoção de soluções que beneficiam principalmente interesses econômicos ocidentais, sob o pretexto de combater os efeitos imediatos desse fenômeno.

Os debates envolvendo o desenvolvimento econômico e as questões ambientais seguem em discussão desde a década de 1970 até hoje. Ainda na década de 1970, abriu-se espaço nas agendas de debates mundiais envolvendo o fenômeno denominado "Aceleração Azul" (*Blue Acceleration*), que denuncia a pressão antrópica crescente sobre os oceanos e os seus recursos.

Ressaltamos que os oceanos representam um papel dominante na captação dos gases do efeito estufa (GEE) e por isso o "ter uma compreensão clara dos conflitos socioambientais ajudará a estimar melhor as trajetórias socioeconômicas e as futuras emissões de GEE, melhorando assim os cenários climáticos" (Scartozzi, 2020).

Segundo Stojanovic e Farmer (2013) a expansão da exploração marinha, pelo advento da Economia Azul, traz uma ocupação crescente de novos espaços marítimos. Por outro lado, Voyer *et al.* (2018) destacam que esse advento exigirá um sistema de governança mais complexo, enquanto Silver *et al.* (2015) indicam o surgimento de novos conflitos nos ambientes marinhos. Bennett (2019) detalha que tais conflitos podem comprometer a sustentabilidade oceânica, ampliando as injustiças socioambientais e perda de biodiversidade.

Podemos observar claramente na Figura 14 que desde 1970 até cerca de 2010, não só houve aumento das atividades, mas também uma pressão humana nos oceanos, demonstrando um indicativo de uma necessidade de adotarmos uma abordagem mais sustentável para gestão e proteção de todo esse ecossistema oceânico.

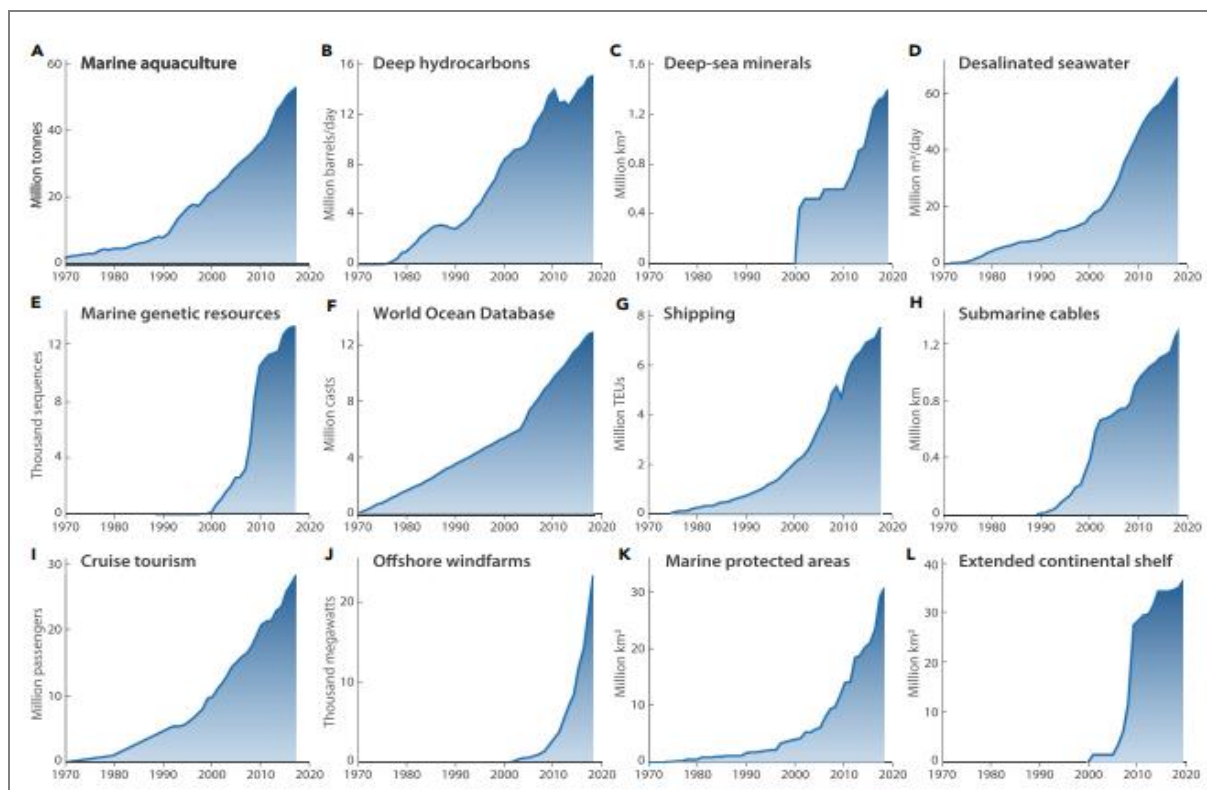
A Figura 14 ilustra que a aquicultura marinha (A) e o turismo de cruzeiro (I) são exemplos de bens que registraram um enorme aumento de atividade, como resultado da procura global de alimentos e entretenimento nos oceanos. Por outro lado, a exploração de hidrocarbonetos profundos (B) e minerais profundos do mar (C) demonstra uma busca constante por novas fontes de energia e matérias-primas.

Entretanto, iniciativas como a criação de áreas de proteção marinhas (K) e a expansão da plataforma continental (L) visam preservar a biodiversidade marinha e prevenir o mau uso dos ecossistemas, mas o dilema que temos é equilibrar as atividades econômicas com a conservação ambiental, garantindo que o planeta continue sustentável para as gerações futuras.

Em contraposição ao avanço da “Aceleração Azul” com as pressões antrópicas sobre os ambientes marinhos e costeiros, foi criada a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), durante a ECO-92, tendo foco em 3 objetivos principais: *i)* conservação da diversidade biológica, *ii)* uso sustentável dos componentes da biodiversidade e, *iii)* repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes do uso dos recursos genéticos e teve uma importância significativa para a elaboração de outros arcabouços legais e políticos específicos.

No Brasil, a CDB serviu como um instrumento para a criação do SNUC, em 2000. O SNUC é uma ferramenta e instrumento de política pública essencial para o cumprimento da CDB; tendo como finalidade conservar a biodiversidade e regular o uso sustentável dos elementos naturais das UCs.

Figura 14 - A Expansão Azul e a pressão antrópica nos oceanos



Nota: Tendências globais em: (A) produção de aquicultura marinha; (B) produção de hidrocarbonetos em águas profundas, incluindo gás, petróleo bruto e líquidos de gás natural abaixo de 125 m; (C) área total do leito marinho sob contrato de mineração em áreas além da jurisdição nacional; (D) capacidade cumulativa contratada de dessalinização de água do mar; (E) número acumulado de sequências genéticas marinhas associadas a patentes com proteção internacional; (F) número acumulado de lançamentos adicionados ao Banco de Dados Mundial dos Oceanos; (G) tráfego portuário de contêineres medido em Unidades Equivalentes a Vinte Pés (TEU); (H) comprimento total de cabos de fibra óptica submarinos; (I) número de passageiros de cruzeiros; (J) capacidade cumulativa instalada de energia eólica offshore; (K) área marinha total protegida; (L) área total reivindicada de plataforma continental estendida.

Fonte: Jouffray *et al.* (2020).

Num contexto europeu, na visão de Young *et al* (2005) a regulamentação de áreas protegidas, por meio de legislação, pode ser a única opção adequada para a resolução de conflitos; mesmo considerando as desvantagens na implementação, fiscalização e consultas prévias entre as partes interessadas. Estes autores, destacam que outra maneira de conservar a biodiversidade seria as organizações governamentais ou não-governamentais (ONGs) comprarem ou arrendarem as áreas a serem protegidas. Regulação e até terceirização são instrumentos técnicos muito comuns na Europa quando se trata de proteger o meio ambiente.

2.3.1.3 A politização e o aparelhamento dos órgãos ambientais no Governo Bolsonaro (2018-2022) abriram um vácuo nas estruturas das Unidades de Conservação.

As UC são espaços totalmente politizados devido aos diversos interesses dos atores que disputam e reivindicam o território. Dessa forma, é possível constatar que a proteção dos elementos naturais nessas áreas protegidas no Brasil tem sido progressivamente negligenciada, pois esse fato decorre de uma perspectiva utilitarista dos elementos naturais, pois diversos projetos alinhados aos interesses do capital e sob a tutela do Estado são priorizados, sem que haja uma contrapartida proporcional em benefícios diretos para as comunidades locais.

A ausência de políticas públicas integradas, inclusivas e participativas que incorporem os diversos atores sociais e suas demandas no processo decisório tem intensificado progressivamente os conflitos socioambientais nas Unidades de Conservação (UCs).

No Brasil, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Elementos naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) representam algumas das destacadas instituições que atuam em prol da proteção, conservação dos elementos naturais das UCs. Esses órgãos ambientais desempenham um papel importante na formulação de políticas públicas, na aplicação das leis, fiscalização, concessão de licenças ambientais, combate ao desmatamento ilegal, assistência às áreas protegidas, entre outras atividades e regulações envolvendo também as unidades de conservação.

No entanto, durante o Governo Bolsonaro (2018-2022) presenciamos um grave e acelerado aparelhamento, desmonte dos órgãos ambientais decorrentes da redução, enfraquecimento e militarização das estruturas governamentais responsáveis pela proteção. Muitas medidas foram tomadas com viés politizado ocasionando afrouxamento das legislações, redução da participação social no processo de gestão do meio ambiente e construção de uma narrativa em torno de uma política ambiental negacionista sem precedentes.

O desmonte dos órgãos ambientais, no governo Bolsonaro, ocorreu de várias formas, conforme relata Guetta; Oviedo e Bensusan (2022): *i*) a diminuição de

recursos financeiros; *ii*) a redução do quadro de funcionários qualificados dos organismos de base ambiental com substituições de especialistas por militares; *iii*) ausência de transparência das informações; *iv*) desestímulo à participação da sociedade civil, *v*) omissão do papel de governo diante das regulamentações e atuações dos órgãos ambientais; e *vi*) desmantelamento de estruturas administrativas das atividades essenciais para a realização de fiscalização e licenciamento ambiental.

Esse “desgoverno” (*sic*) promoveu expressivos cortes orçamentários nos órgãos ambientais de 30,4% para o IBAMA e 32,7% para o ICMBio de 2019 para 2020, além de desmobilizar o quadro de servidores que atuou com um *déficit* de 2.311 (IBAMA) e 1.317 (ICMBio) cargos. Isso tudo resultou em um aumento alarmante do desmatamento nas UCs federais, que cresceu 130% entre 2019 e 2021 comparado ao triênio anterior, chegando a 221,6% nas UCs de proteção integral. A fiscalização foi severamente comprometida, com uma queda de 40% nos autos de infração por crimes contra a flora na Amazônia e uma redução de 70% nos embargos de propriedades rurais em 2021, comparado ao período pré-Bolsonaro (Aragão, 2022; Guetta; Oviedo; Bensusan, 2022).

A redução da capacidade de fiscalização e monitoramento levou o Brasil ao aumento da degradação ambiental como nunca visto antes em tão curto espaço de tempo, como o desmatamento ilegal, a poluição de rios e a exploração descontrolada de elementos naturais em terras de povos tradicionais.

Essas situações resultaram em várias consequências negativas para as UCs, meio ambiente e para a sociedade como um todo.

É importante salientar que a proteção ambiental é uma responsabilidade compartilhada entre governos, empresas, cidadãos e o resto do mundo. A atuação dos órgãos ambientais é essencial para garantir que as leis e regulamentações sejam cumpridas, buscando a promoção e um possível equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

Diante do exposto, reconhecemos que a existência de áreas protegidas por lei, de certa forma, vem impor um determinado compromisso com a CDB, assinada por ocasião da Cúpula da Terra em 1992; o que, de fato, não represente uma garantia do seu cumprimento de proteção integral ou usos sustentáveis nessas

áreas, conforme complementa Vivacqua e Vieira (2005) ao afirmar que as complexidades envolvendo a problemática socioambiental, em muitas das vezes, vem colocar em xeque os reais objetivos da criação e proteção das UCs.

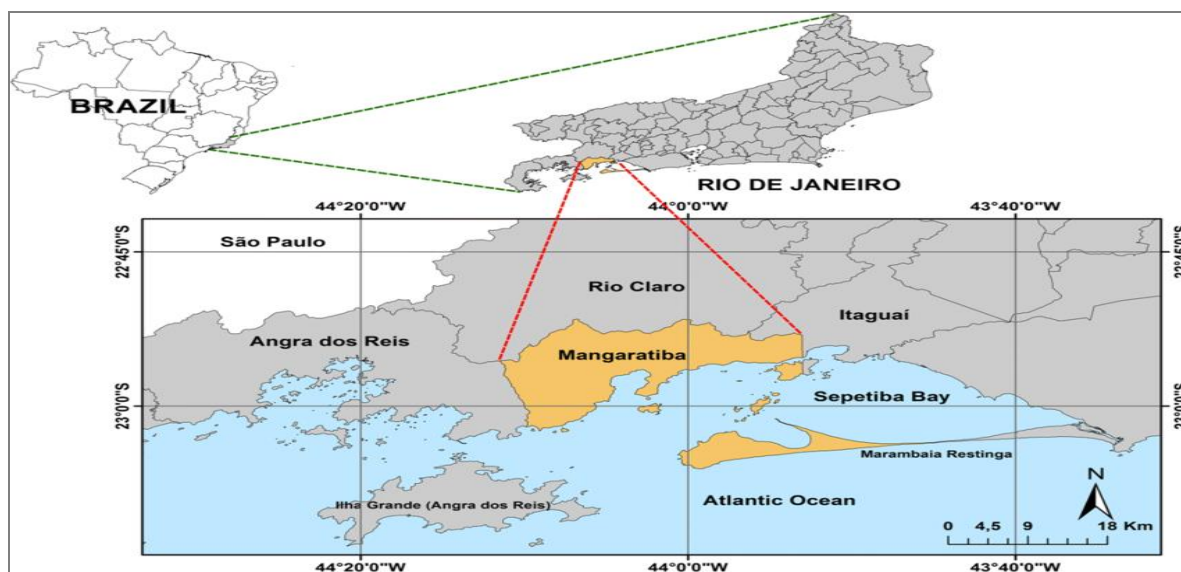
2.3.1.4 Os desafios socioambientais e a conservação ambiental e cultural na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza.

A análise da conjuntura local permitiu apresentar o perfil e configuração do ambiente da pesquisa, onde os principais cenários se descortinam revelando os acontecimentos e os papéis de cada ator social no território da APAMBC. Estas informações demonstram relevância para que tenhamos a noção dos aspectos sociais, políticos, econômicos, ambientais e culturais locais.

Mangaratiba é um município, que juntamente com Itaguaí, Angra dos Reis e Paraty faz parte da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro e está localizado a aproximadamente 85 quilômetros da capital do RJ, conforme ilustra a Figura 15.

Bueno (2003) relata que antes da chegada dos portugueses, as terras de Mangaratiba eram habitadas pelos índios Tamoios ou também conhecidos como Tupinambás. Atualmente, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui 206 pessoas indígenas (IBGE, 2022).

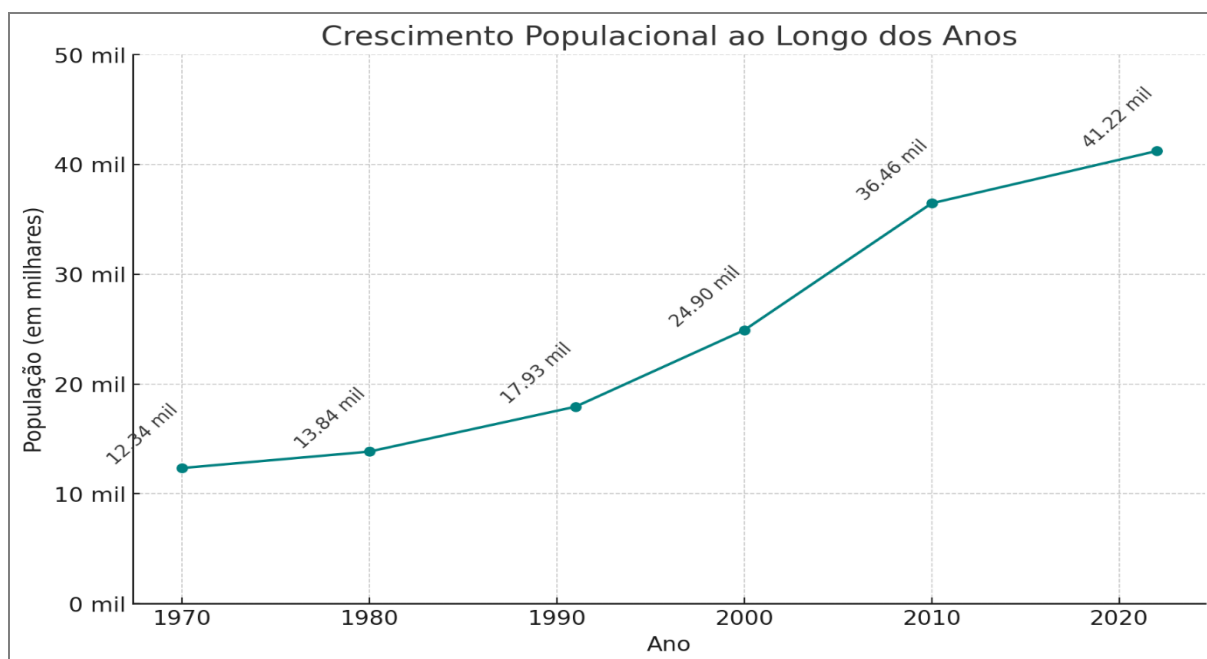
Figura 15 - Localização de Mangaratiba



Fonte: Passos *et al.* (2019)

Mangaratiba possui população de 41.220 pessoas (Gráfico 6) e extensão territorial de 367.606 km² (IBGE, 2020), densidade demográfica de 112,13 habitantes por quilômetro quadrado (IBGE, 2022).

Gráfico 6 - Crescimento da população residente em Mangaratiba



Fonte: IBGE (2022)

O desenvolvimento da economia do município no passado era bastante lucrativo, pois atuava como um porto escoador da produção de café do Vale do Paraíba e com o tráfico comercial de escravizados, que eram desembarcados na Ilha da Marambaia e depois levados para o grande mercado cafeeiro e de venda de negros escravizados. Atualmente, Mangaratiba possui uma população quilombola¹⁴ (remanescente de escravizados) equivalente a 929 pessoas quilombolas (IBGE, 2022).

¹⁴ Conforme o art. 2º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.”

A construção da rodovia Rio-Santos, na década de 1970 trouxe uma série de incrementos para a economia local, pois impulsionou o acesso para construções de residências de lazer e fomento ao turismo e a ocupação de áreas que não podiam ser acessadas. A partir daí, Mangaratiba cresceu explorando as suas riquezas naturais para desenvolver-se economicamente a partir do turismo.

No que diz respeito a economia, Mangaratiba destaca-se na construção civil (atividades imobiliárias), exportação de minérios (atividade portuária) e nas atividades ligadas ao turismo de natureza, o que elenca o setor de serviços como o mais relevante economicamente para o município.

Mangaratiba é considerado um município do sistema costeiro-marinho, pertencente ao bioma Mata Atlântica (IBGE, 2022), que a exemplo de outros entes da costa brasileira, carece de um zoneamento costeiro que concilie seus patrimônios naturais, culturais e as atividades dos arranjos produtivos locais.

O município possui patrimônios históricos, naturais e culturais relevantes como o Quilombo Ilha da Marambaia (Processo FCP¹⁵: Processo nº 01420.000123/1999-86) e as Ruínas de Antigas Edificações no Saco De Cima (Processo de Tombamento – INEPAC¹⁶: E-03/33.718/78) que foram titulados e tombados respectivamente por sua significância cultural.

Recentemente, em 2023, o município foi declarado pelo governo do Estado do Rio de Janeiro como sendo a “Capital do Turismo de Natureza” através da Lei estadual nº 10.087/23 (Rio de Janeiro, 2023). O Projeto de Lei 563/2023 citava como objetivo principal o de fortalecer a conservação da natureza e o turismo na cidade. Segundo o Portal Errejota¹⁷(2023): “a cidade possui 29 ilhas, 86 praias, 25 cachoeiras catalogadas, montanhas e 70 quilômetros de trilhas”. Os atrativos do turismo de natureza podem incluir uma diversidade de atividades, tais como: *canyoning*, passeios em cavernas, observação de animais, pássaros e plantas.

Há um grande destaque de Mangaratiba em relação ao turismo e lazer, uma vez que a localização na Baía de Sepetiba atraiu diversas empresas de turismo

¹⁵ Fundação Cultural Palmares (FCP)

¹⁶ Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC)

¹⁷ Disponível em: [Mangaratiba é declarada capital estadual do turismo de natureza - RJ Costa Verde](#). Acesso em 3 de outubro de 2023.

náutico. O turismo é um grande indutor de empregos, renda e melhora a infraestrutura; porém precisa de práticas ordenadas que o promova mantendo a preservação ambiental, histórica e cultural, ampliando a economia e o orgulho da população local.

Realizamos uma análise conjunta entre alguns indicadores municipais a partir do IBGE (2022) e do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR, 2022) e nos deparamos com alguns desafios para Mangaratiba.

Uma das grandes preocupações que as cidades devem colocar em discussão, num primeiro plano, é a questão da sustentabilidade urbana, pois num cenário onde esta dimensão não é trabalhada, têm-se graves distorções envolvendo o crescimento urbano com o desenvolvimento econômico e social. Identificamos um grande desafio em relação ao ODS 1 – Erradicação da Pobreza: “percentual da população abaixo da linha de pobreza após o Bolsa Família” que está num nível de 55,34 (2017), onde o valor para considerar que o objetivo foi atingido seria 21.48 (IDSC – BR, 2022).

Embora o IBGE (2022), indicasse em 2021 o salário médio pago aos trabalhadores ativos (23,86% da população) do município seja de 2,5 salários-mínimos, quando levado em consideração o número de domicílios, encontramos 34,2% da população em situação de vulnerabilidade social com rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário-mínimo, o que contrasta com o Produto Interno Bruto (PIB) municipal *per capita*¹⁸, indicador do ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico, mensurado pelo IBGE/PIB dos municípios (2022) que o município apresenta o valor de R\$ 69.913,59 (IBGE, 2022), num horizonte onde o parâmetro é de R\$ 38.000,00 anuais. Isso demonstra a desigualdade social na distribuição da riqueza econômica produzida no município. Em 2010, o Coeficiente de Gini¹⁹ idealizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) equivalia

¹⁸ O PIB *per capita*, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um indicador econômico que divide o Produto Interno Bruto (PIB) do município pelo número total de habitantes de um município. Esse indicador mede a parcela do PIB que caberia a cada indivíduo se a riqueza fosse distribuída de maneira igualitária. O PIB *per capita* é utilizado para avaliar o nível de riqueza e o padrão de vida da população.

¹⁹ O coeficiente de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita entre os indivíduos. Seu valor pode variar teoricamente desde 0, quando não há desigualdade (as

a 0,51, indicando grandes desafios, pois o ideal seria 0,3, numa escala onde a seguintes equivalências são definidas como: baixo: 0,2 – 0,3; médio: 0,4 – 0,5; e alto: acima de 0,5. Assim, este indicador preconiza que quanto mais perto de 1, maior é a desigualdade contrariando o ODS 10 – Reduzir as desigualdades (IDSC – BR, 2022).

Em 2010, a taxa de escolarização, de 6 a 14 anos de idade, era de 96,7% e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2021 apresentou 5,4 para os anos iniciais do ensino fundamental e 4,9 para os anos finais (IDSC – BR, 2022). Os dados apresentados mostram que a maioria das crianças tem acesso à escola, mas a qualidade do ensino, medida pelo IDEB, ainda possui desafios, especialmente nos anos finais do ensino fundamental.

Em relação ao Meio Ambiente, o município apresenta área urbanizada de 14,06 km² (2019), 77% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 48,8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 38,7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) (IBGE, 2019). Ressaltamos que embora sejam identificados avanços na infraestrutura urbana e sanitária, ainda existem desafios como a falta de urbanização completa em muitas vias públicas, deficiência na arborização e necessidade de ampliação do saneamento básico para melhorar a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental do município.

No ODS 11- Cidades e Comunidades sustentáveis o indicador “domicílios em favelas” apontou que o total de domicílios em favelas sobre o total de domicílios no município um valor de 12,08 (2019), porém para considerar ODS atingido precisaria estar no limite de 1,04. (IDSC – BR, 2022). Esse indicador revela um alto índice de favelas em Mangaratiba representando desafios na habitação e urbanização, comprometendo a meta do ODS 11. Desta forma, políticas públicas de qualidade em moradia, saneamento e infraestrutura são essenciais para um crescimento urbano sustentável do município.

rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor), até 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula) (IPEA).

A Ação Climática – ODS 13, trouxe nas análises do IDSC – BR (2022) resultados favoráveis nos indicadores “Concentração de focos de calor” igual a 0,01 (2016) e “Percentual do município desflorestado” indicando 0,03 (2019); os valores para atingir a sustentabilidade está configurado para cada indicador 0,18 e 0,05 respectivamente. Avaliamos que esses parâmetros estão dentro dos padrões sustentáveis para esses indicadores climáticos, apresentando baixo desmatamento e poucas queimadas, o que contribui para a conservação ambiental e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Em relação à proteção da biodiversidade, o município possui 7 UCs de usos sustentável e 6 de proteção integral, conforme ilustrado no Quadro 16

Quadro 16 - Unidades de Conservação em Mangaratiba

Grupo	Competência	Nome da UC	Ato Legal	Plano de Manejo	Abrangência
UCs de Uso Sustentável	FEDERAL	RPPN Fazenda Cachoeirinha	Portaria 22-N – DOU - 25/02/1999	NÃO	Mangaratiba
UCs de Uso Sustentável	FEDERAL	RPPN Fazenda Santa Izabel	Portaria 05-N de 24/01/1996	Em elaboração	Mangaratiba
UCs de Uso Sustentável	ESTADUAL	APA Mangaratiba	Decreto N°9802 de 12/03/1987	SIM	Mangaratiba
UCs de Uso Sustentável	MUNICIPAL	APA da Serra do Muriqui	Decreto N°879 de 08/11/2004	NÃO	Mangaratiba
UCs de Uso Sustentável	MUNICIPAL	APA da Guaíba-Guaibinha	Decreto N°877 de 08/11/2004	SIM	Mangaratiba
UCs de Uso Sustentável	MUNICIPAL	APA Marinha do Boto Cinza	Lei Municipal N°962 de 10/04/2015	SIM	Mangaratiba
UCs de Uso Sustentável	MUNICIPAL	Área de Relevante Interesse Ecológico do Saco da Restinga	Decreto N°887, de 08/11/2004	NÃO	Mangaratiba
UCs de Proteção Integral	ESTADUAL	RPPN Pertinho do Céu	Portaria N°875 de 09/10/2019	NÃO	Mangaratiba
UCs de Proteção Integral	ESTADUAL	Parque Estadual Cunhambebe	Decreto Estadual nº 41.358, de 13 de junho de 2008	SIM	Angra dos Reis, Mangaratiba, Rio Claro e Itaguaí
UCs de Proteção	MUNICIPAL	Parque Natural Municipal da Pedra	Lei N°1.024	SIM	Mangaratiba

Grupo	Competência	Nome da UC	Ato Legal	Plano de Manejo	Abrangência
Integral		do Urubu	de 13/10/2016		
UCs de Proteção Integral	MUNICIPAL	Parque Ecológico Cultural do Sahy	Decreto N°884 de 08/11/2004	SIM	Mangaratiba
UCs de Proteção Integral	MUNICIPAL	Parque Municipal da Serra do Axixá	Decreto N°4467 de 27/04/2021	NÃO	Mangaratiba
UCs de Proteção Integral	MUNICIPAL	Parque Natural da Serra de Muriqui	Decreto n°885, de 08/11/2004	NÃO	Mangaratiba

Fonte: MMA, 2022b / INEA, 2023c / Consórcio STCP e Mater Natura, 2022.

No Estado do Rio de Janeiro, Mangaratiba ocupa o 6º lugar no *ranking* do ICMS Ecológico²⁰ em 2023, ano fiscal de 2024 (Rio de Janeiro, 2024), devido à diversidade de UCs em seu território que proveem serviços ecossistêmicos²¹ (BRASIL, 2021); contudo, enfatizamos que simplesmente criar UCs, visando um benefício tributário, não basta; pois reiteramos da necessidade de estudos sobre a real efetividade da criação e implementação dessas UCs, bem como a elaboração e execução participativa dos planos de manejo nas estratégias de conservação, como garantia da continuidade dos benefícios ambientais e não somente gerar benefícios tributários, bem como outros requisitos da lei precisam acompanhar as demais dinâmicas das UCs.

A APAMBC é uma UC marinha do município de Mangaratiba; foi criada a partir da Lei n.º 940 de 08 de outubro de 2014 e recriada pela Lei 962/15, da

²⁰ O ICMS Ecológico no Estado do Rio de Janeiro criado pela Lei nº 5.100/2007 e equivale ao repasse dos recursos aos municípios pela conservação ambiental, considerando em seu cálculo as áreas pertencentes às unidades de conservação ambiental, a qualidade ambiental dos recursos hídricos, além de outros critérios referentes ao saneamento básico. Os valores totais, repassados aos municípios através do ICMS ECOLÓGICO, correspondem ao percentual de 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais), do total de ICMS arrecadado pelo Estado.

²¹ De acordo com a Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), os serviços ecossistêmicos são os benefícios que os ecossistemas fornecem à sociedade, essenciais para a vida e o bem-estar humano. Dividem-se em provisão (recursos como água, alimentos e madeira), regulação (controle climático, purificação da água e polinização), suporte (ciclo de nutrientes e formação do solo) e culturais (lazer, turismo e identidade cultural). A preservação dos ecossistemas é crucial para manter esses serviços.

Prefeitura Municipal de Mangaratiba, tendo em vista o disposto na Lei federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e o disposto no Art. 26 da Lei Municipal n.º 325, de 20 de dezembro de 2001, que instituiu o Código Municipal de Meio Ambiente do município de Mangaratiba.

Sendo a APAMBC considerada uma UC de uso sustentável, com interface terra-mar a exploração do ambiente é autorizada desde que garanta a perenidade dos elementos naturais, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (Brasil, 2000). A sua finalidade inclui proteger, ordenar, garantir e disciplinar o uso racional dos recursos ambientais da região, inclusive suas águas, bem como ordenar o turismo recreativo, as atividades de pesquisa, a pesca e promover o desenvolvimento sustentável da região (Mangaratiba, 2019).

A UC recebeu o nome de Boto Cinza como um apelo para a sua conservação; pois esses cetáceos, que estão sob ameaça, são residentes na Baía de Sepetiba e utilizam este espaço para a sua alimentação, reprodução, socialização, descanso e deslocamentos (Flach *et al.*, 2008; Nery *et al.*, 2008) e que vem sendo ambientalmente ameaçados.

Além dos atributos bióticos e abióticos, uma área de proteção ambiental apresenta elementos estéticos e/ou culturais, que precisam ser protegidos para a memória histórica, social e ambiental com o objetivo de promover a qualidade de vida e o bem-estar das populações locais.

A APAMBC possui uma área marinha de 24.760 hectares e um perímetro de 74,828 km, banhada pela Baía de Sepetiba.

Historicamente, a Baía de Sepetiba sofre os efeitos da poluição por metais pesados, derivado das operações industriais desenvolvidas por empresas de mineração e siderurgia (Milanez *et al.*, 2013). Apesar de tantos impactos socioambientais nocivos, a Baía de Sepetiba representa uma área de extrema importância para a biodiversidade marinha e, que tem o boto-cinza (*Sotalia guianensis* - van Benéden, 1864) como uma “espécie bandeira”²² (*flagship species*,

²² Espécie-bandeira é um termo utilizado para se referir às espécies escolhidas para representar causas ambientais.

em inglês) residente (Nery *et al.*, 2008). Além da poluição química e das alterações do ambiente, o intenso ruído e tráfego de embarcações na Baía de Sepetiba comprometem a conservação deste cetáceo (MMA, 2010).

Importante salientarmos que os limites geográficos da APAMBC se encontram muito próximos aos empreendimentos industriais, portuários e logísticos do município de Itaguaí. Essa proximidade com esses empreendimentos que utilizam a infraestrutura marinha e costeira para o desenvolvimento de suas atividades amplia a pressão antrópica em um mesmo ambiente de uma baía, conhecida como zona de sacrifício; ou seja, é um local com grandes investimentos industriais que se sobrepõem a outros usos dos recursos hídricos, eclodindo conflitos socioambientais, trazendo diversos impactos e riscos ambientais.

Um dos grandes desafios para a APAMBC é cumprir seus objetivos e finalidades, e o processo de zoneamento desempenha um papel importante nesse sentido, pois considera a vocação de áreas específicas e, por meio do plano de manejo, busca disciplinar os usos comuns, garantindo a conservação adequada dos elementos naturais e marinhos do território.

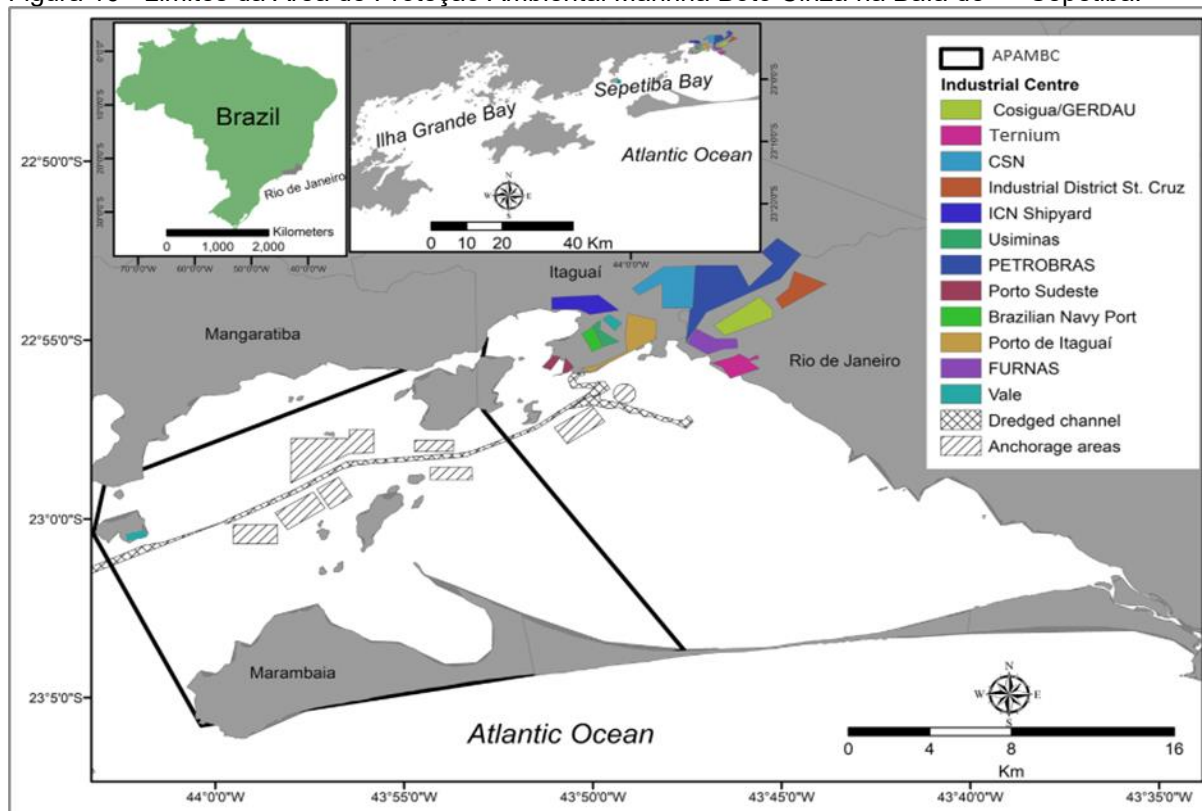
A Lei nº 9.985/2000 (Brasil, 2000) estabelece que o zoneamento são setores ou zonas em uma UC com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de buscar os meios e as condições para que todos os objetivos da UC possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

O zoneamento é um processo participativo que envolve o poder público e os principais atores sociais de um território, que após ampla discussão devem ter as suas premissas descritas sobre o que é permitido ou proibido no Plano de Manejo da UC (Brasil, 2000).

Neste contexto, a APAMBC para tornar o processo de gestão o mais democrático e participativo, definindo as melhores opções para ingresso de novos empreendimentos ou estabelecendo regras para a atuação dos já existentes conta com um Conselho Gestor Deliberativo, presidido pelo titular da Secretaria de Meio Ambiente de Mangaratiba e, em sessões deliberativas os projetos e todos os processos de licenciamento ambiental de médio ou alto impacto ao meio ambiente devem ser aprovados por esse órgão colegiado municipal.

A Figura 16 ilustra os limites da APAMBC e sua interface com os empreendimentos presentes na Baía de Sepetiba.

Figura 16 - Limites da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza na Baía de Sepetiba.

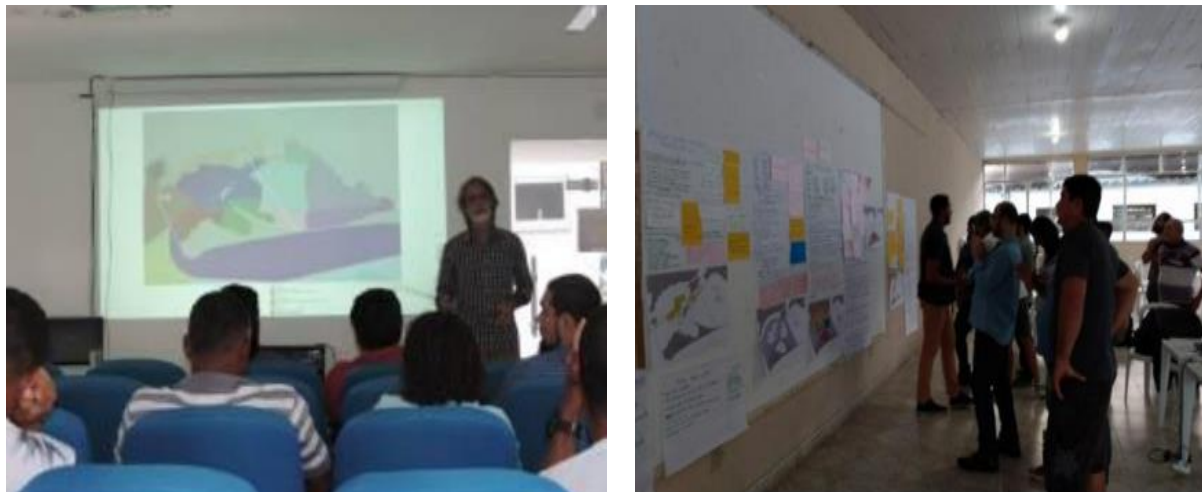


Fonte: Adaptado (Maciel *et al*, 2023).

Ressaltamos que a gestão participativa e inclusiva deve ser entendida como algo além de normativas que demarcam limites geográficos e autorizam atividades para os diversos usos e ocupações nas zonas da UC.

A Figura 17 ilustra alguns momentos dos encontros de participação dos atores sociais durante a oficina de zoneamento da APAMBC. Na oficina de zoneamento compareceram pessoas ligadas à sociedade civil, instituições públicas, incluindo as universidades e empresas para discutir o que pode ou não pode em cada zona da UC.

Figura 17 - Oficinas de zoneamento da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza.



Fonte: Plano de Manejo, 2019.

De acordo com o Plano de Manejo, a APAMBC quanto ao seu zoneamento está dividida em cinco zonas com as seguintes características sintetizadas no Quadro 17.

- a) Zona de Proteção dos Estoques Pesqueiros (ZPEP) - tem como objetivos: promover a conservação e assegurar o uso sustentável dos estoques pesqueiros; e garantir a preservação do sistema socioambiental como garantia de sustentabilidade aos atores sociais que atuam na pesca.
- b) Zona de Proteção do Boto Cinza (ZPB) - é uma área de maior ocorrência do boto-cinza (*Sotalia guianensis*). Trata-se de uma região de grande importância e com objetivos focados na preservação da espécie que se encontra ameaçada.
- c) Zona de Interesse Turístico (ZIT) - Esta zona compreende espaços naturais e/ou construídos tendo como objetivo básico a recreação e a educação ambiental, em concomitância com as demais atividades náuticas
- d) Zona de Atividades Portuárias (ZAP) – o objetivo dessa zona é estimular a compatibilização de práticas industriais com atividades

ambientalmente sustentáveis.

- e) Zona de Uso Aquícola e Pesqueiro (ZUAP) - É uma zona turbulenta e cheia de conflitos socioambientais, pois é dominada essencialmente por pescadores e entidades e associações ligadas à pesca.

Quadro 17 - Síntese do zoneamento da Área de Proteção Ambiental Marinha

Nome	Sigla	Localização	Critérios	Usos		Área	
				Permitidos	Proibidos	ha	%
Zona de Proteção dos Estoques Pesqueiros	ZPEP	- Gamboa da Ilha de Itacurucá; - Saco da Pombeba; - Restinga da Marambaia.	- Presença de manguezais; - Baixios caracterizados como áreas de criadouros de espécies comerciais; - Presença de comunidades tradicionais.	- Pesca de camarão com rede de emalhe; - Pesca de peixes diversos; - Extração manual de moluscos e crustáceos; - Maricultura; - Pesquisa.	- Pesca de arrasto; - Atividade turística, inclusive pesca amadora; - Atividades industriais.	3.267	12,6
Zona de Proteção dos Botos	ZPB	- Áreas situadas a leste e a oeste da Ilha de Jaguanum, no interior dos polígonos denominados Áreas de Manejo Especial.	- Maior ocorrência e permanência do boto-cinza.	- Turismo de observação; - Maricultura; - Pesca de cerco e emalhe assistida; - Pesca amadora - Pesquisa.	- Pesca de arrasto; - Atividades industriais; - Trânsito de <i>jet sky</i> .	2.632	10,15
Zona de Interesse Turístico	ZIT	- Áreas situadas junto à orla continental, no entorno da Ilha de Jaguanum e no esporão arenoso da Ponta da Pombeba.	- Áreas tradicionalmente utilizadas para atividades de turismo e recreação; - Conjunto insular de grande beleza cênica e presença de praias; - Presença de infraestrutura.	- Atividades turísticas e recreativas; - Turismo de observação; - Pesca artesanal; - Pesquisa.	- Pesca de arrasto; - Maricultura; - Churrasco nas praias e a bordo de embarcações; - Embarcações acima de 120 AB.	4.606	17,76
Zona de Atividade Portuária	ZAP	- Área correspondente à bacia de evolução do Terminal da Guaíba, canal de navegação e áreas oficiais de fundeio de navios.	- Aspectos legais; - Intenso desenvolvimento de atividades portuárias.	- Operações portuárias, exceto as proibidas.	- Raspagem e pintura de cascos de navios; - Lançamento de efluentes sanitários <i>in natura</i> ; - Pesca profissional e amadora; - Maricultura; - Recifes artificiais.	2.493	9,61
Zona de Uso Aquícola e Pesqueiro	ZUAP	- Corresponde a área remanescente, após a exclusão das demais zonas.	- Áreas onde a pesca artesanal e a maricultura estão consolidadas.	- Pesca artesanal, incluindo subaquática e arrasto simples; - Maricultura; - Mergulho contemplativo; - Pesca amadora.	- Turismo de observação de botos; - Novas atividades industriais.	12.932	49,87

Fonte: Plano de Manejo (2019)

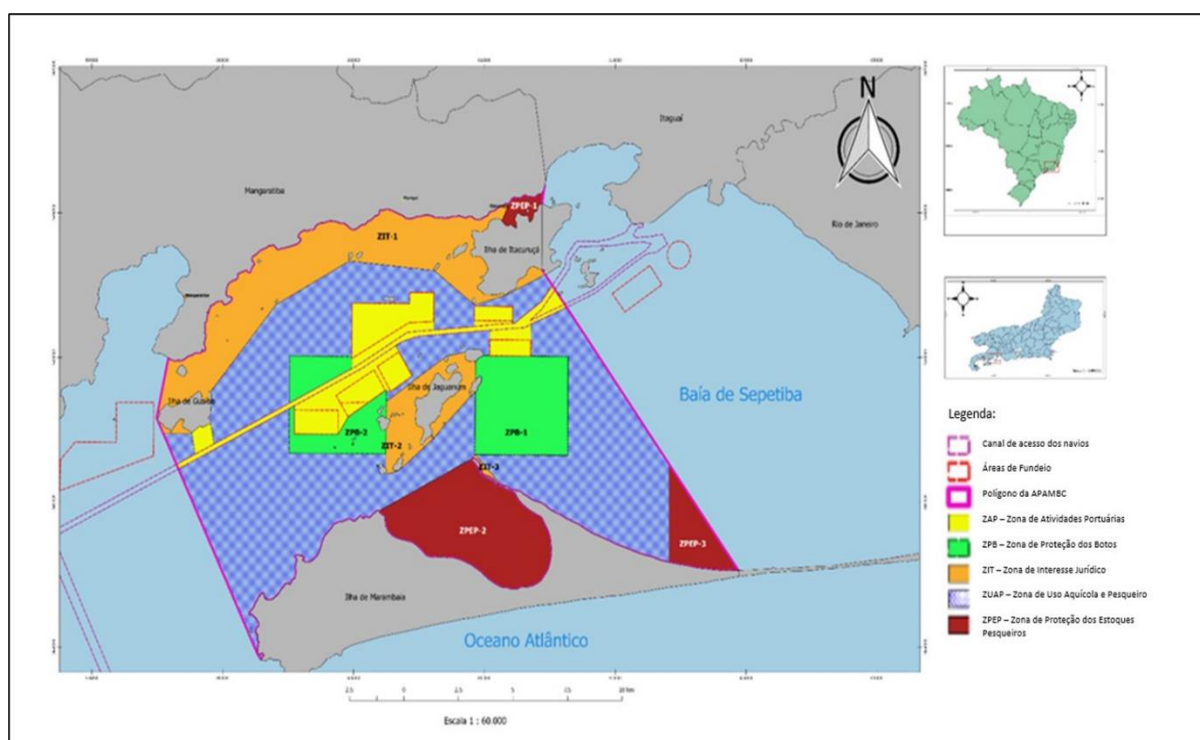
O Plano de Manejo é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma UC, democraticamente se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos elementos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da UC (Brasil, 2000).

Este instrumento de gestão constitui-se como ferramenta direcionadora das políticas territoriais da APAMBC, orientando a mediação dos diversos interesses presentes na unidade de conservação e estabelecendo diretrizes para harmonização

entre as atividades econômicas, a conservação da biodiversidade marinha e a manutenção das práticas tradicionais.

As zonas da APAMBC possuem características distintas e complementares dado os diversos usos em todo o território, que juntas devem dar o tom do uso sustentável do território. A seguir, detalhamos o perfil de cada zona na Figura 18.

Figura 18 – Zoneamento da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza.



Fonte: PMM-SMMA. Plano de Manejo, 2019.

Ressaltamos que a implementação efetiva do Plano de Manejo depende da participação ativa do conselho gestor, composto por representantes dos diversos setores envolvidos, bem como do fortalecimento de programas de educação ambiental, fiscalização integrada e monitoramento contínuo dos indicadores ecológicos e socioeconômicos. Somente por meio da aplicação consistente deste instrumento e da gestão compartilhada do território será possível enfrentar os desafios impostos pelos múltiplos usos e interesses que caracterizam esta unidade de conservação marinha, possibilitando sua sustentabilidade a longo prazo.

2.3.2 Análise dos cenários, atores e relações de forças

Este estudo analisa os conflitos socioambientais na APAMBC, considerando a conjuntura dos acontecimentos observados entre 2020 e 2024.

Os cenários descritos nesta seção evidenciam contradições no uso, ocupação e gestão dos elementos marinhos da UC, refletindo um modelo de expansão do capital como justificativa para o desenvolvimento econômico. Esse contexto envolve a pesca artesanal, o turismo e a atividade portuária, além da militarização de territórios ancestrais e a privatização de bens públicos.

Destacamos pelo menos 3 atores presentes nos cenários analisados: *i)* o Estado, como ente gestor dos elementos naturais na UC como garantia do seu uso sustentável; *ii)* empresas privadas, que buscam maximizar seus lucros e que necessitam dos elementos naturais como um fator de produção e expansão de seus empreendimentos; e, *iii)* comunidades locais (inclui a população tradicional) que possuem dependência direta dos elementos naturais para seu sustento e geração de bem-estar, podendo ser afetadas direta e negativamente pelos impactos dos usos inadequados por outros atores sociais.

2.3.2.1 Cenário 1: Os conflitos socioambientais e a pesca artesanal

A conjuntura local envolvendo a pesca artesanal possui uma diversidade de conflitos socioambientais, em especial aqueles que dizem respeito aos usos dos elementos marinhos e costeiros.

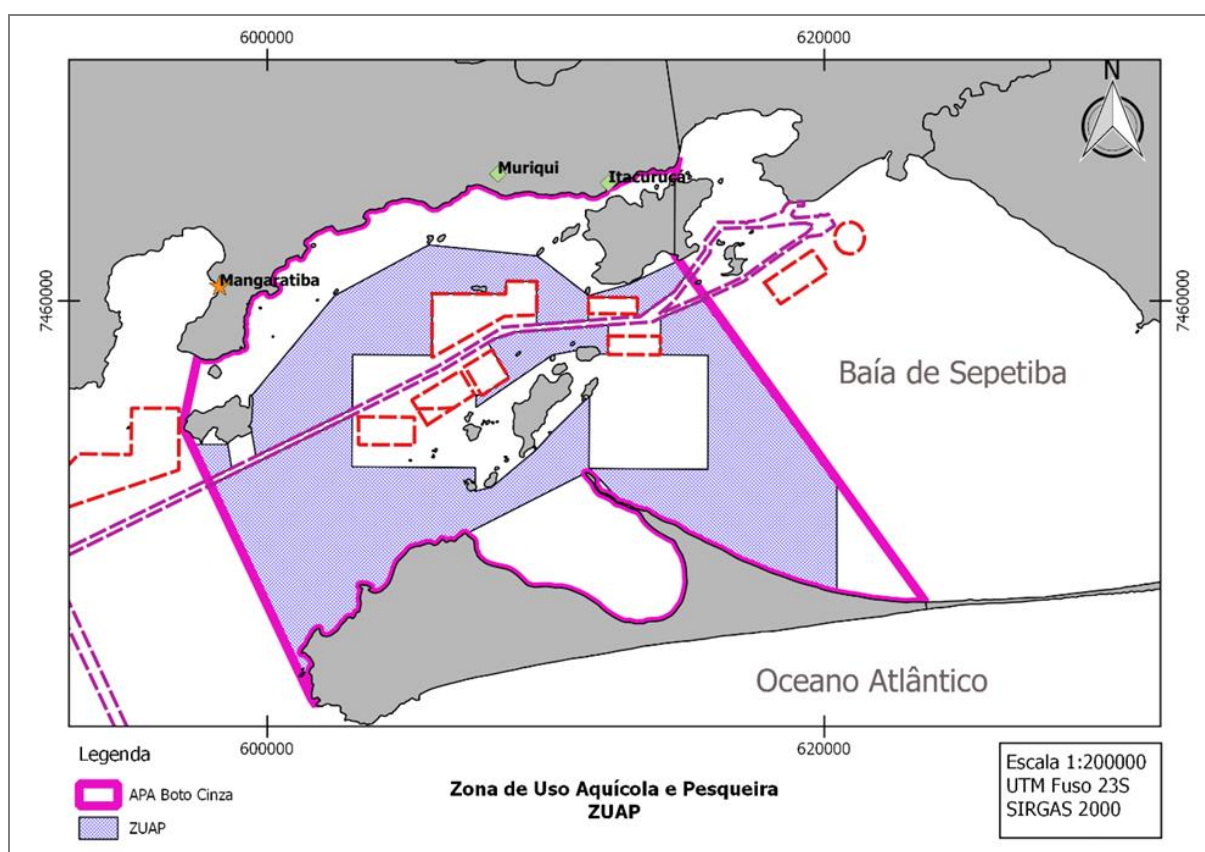
Podemos entender a Pesca artesanal como uma modalidade praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte (Brasil, 2009).

A pesca artesanal é uma prática transmitida culturalmente, historicamente e socialmente entre gerações nas comunidades costeiras ao redor do mundo;

representando uma herança cultural para as comunidades tradicionais. Os pescadores artesanais detêm um vasto conhecimento do mar e dos ciclos da natureza, o que permite o exercício do ofício da pesca artesanal de modo sustentável, sem comprometer os ecossistemas marinhos.

Na APAMBC a pesca autorizada ocorre em determinadas zonas, denominada Zona de Uso Aquícola e Pesqueiro – ZUAP, que compreende 12.932 hectares, representando 49,87% da UC. A Figura 19 ilustra a ZUAP e sua interface com outras zonas.

Figura 19 – Localização da Zona de uso Aquícola e Pesqueiro (ZUAP)



Fonte: Mangaratiba, 2019.

Estudo realizado pela equipe do Laboratório de Ecologia de Peixes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), informam que em relação às espécies de peixes localizados na Baía de Sepetiba 59,6% das espécies ocorrem tanto na APA Marinha Boto-Cinza quanto em seu entorno imediato, mas 24,8% das espécies foram registradas exclusivamente dentro da APAMBC, enquanto 15,5%

ocorrem apenas no entorno da unidade de conservação. No zoneamento da APAMBC, além da ZUAP foi criada a Zona de Proteção dos Estoques Pesqueiros – ZPEP, que considerou informações oriundas tanto de pesquisas científicas quanto o conhecimento tradicional para delimitar o berçário de biodiversidade marinha objetivando a renovação dos estoques pesqueiros (Mangaratiba, 2019). Isso tudo explica a importância de zelar pelo uso sustentável da UC, como forma de sobrevivência da pesca artesanal.

Os pescadores artesanais da APAMBC enfrentam uma série de conflitos socioambientais envolvendo a pesca industrial, turismo, atividades portuárias, poder público, expansão imobiliária, forças paramilitares (milícias) e a sociedade civil.

Podemos afirmar que esses conflitos são marcados por disputas econômicas, sociais, culturais e simbólicas.

O Quadro 18 demonstra de modo simplificado os conflitos socioambientais enfrentados pela pesca artesanal na APAMBC.

Quadro 18 - Conflitos Socioambientais e a Pesca Artesanal.

Atores em Conflito	Capitais em disputa (Bourdieu)	Concepção do Conflito
Pesca Artesanal vs. Pesca Industrial	Econômico, cultural, social, simbólico	Os pescadores industriais, com maiores recursos econômicos (capital econômico) e tecnológicos, praticam pesca predatória, ameaçando os espaços de pesca e estoques pesqueiros, marginalizando a pesca artesanal tanto economicamente quanto em seu modo de reprodução social (capital social) e saberes tradicionais (capital cultural), além de diminuir seu reconhecimento e legitimidade (capital simbólico).
Pesca Artesanal vs. Turismo	Econômico, cultural, social	O turismo desordenado compete pelo espaço e recursos naturais, impactando negativamente a logística da pesca artesanal (capital econômico), desvalorizando a cultura caiçara (capital cultural), e alterando as relações sociais tradicionais (capital social). As políticas públicas tendem a favorecer o setor turístico, reforçando assimetrias de poder.
Pesca Artesanal vs. Atividade Portuária	Econômico, social	Grandes investimentos em infraestrutura portuária (capital econômico) sobrepõem as áreas de pesca, gerando impactos ambientais e sociais negativos (capital social). Os benefícios econômicos são desigualmente distribuídos, marginalizando os pescadores artesanais e sua capacidade de influência nas decisões.
Pesca Artesanal vs. Poder Público	Econômico, Cultural, social, simbólico	A falta de políticas públicas eficazes e corrupção exacerbam a vulnerabilidade dos pescadores artesanais, desfavorecendo-os em diversas frentes, desde apoio econômico (capital econômico) até reconhecimento cultural (capital cultural) e legitimidade (capital simbólico). A ausência de estatísticas de pesca invisibiliza especialmente as pescadoras e pescadores (capital social e simbólico).

Atores em Conflito	Capitais em disputa (Bourdieu)	Concepção do Conflito
Pesca Artesanal vs. Expansão Imobiliária	Econômico, cultural, Social	A especulação imobiliária prioriza o desenvolvimento urbano (capital econômico) em detrimento dos territórios e culturas tradicionais de pesca (capital cultural), impactando o acesso aos recursos pesqueiros e ignorando a importância cultural dos espaços caiçaras (capital cultural). As relações comunitárias são afetadas pela reconfiguração espacial (capital social).
Pesca Artesanal vs. Força Paramilitar	Territorial, econômico, social	A ausência do Estado permite que milícias exerçam controle sobre as áreas de pesca, impondo taxas e regras (capital econômico) que prejudicam os pescadores artesanais, além de aumentar a violência e insegurança (capital social). Este conflito representa principalmente uma disputa por poder e controle territorial com implicações econômicas e sociais.
Pesca Artesanal vs. Sociedade Civil (ONGs, Universidades, órgãos de classe etc.)	Cultural, simbólico	Embora não represente um conflito direto, a relação com a sociedade civil é complexa. Há uma disputa pela produção de conhecimento sustentável e legitimidade (capital simbólico) sobre as práticas de pesca e conservação. O conhecimento acadêmico-científico por vezes se sobrepõe aos saberes tradicionais (capital cultural), criando tensões nas iniciativas de educação ambiental e gestão da UC.

Fonte: Elaborado pelo autor - dados da pesquisa, 2023.

Os pescadores artesanais da APAMBC lutam pela manutenção de seu ofício e pela preservação dos elementos naturais, reafirmando a história ambiental e a memória cultural dos territórios que habitam; pois a pesca não é apenas um ofício, mas um modo de vida. Eles enfrentam conflitos socioambientais consideráveis com a pesca industrial, que conta com investimentos em infraestrutura e tecnologia para pôr em prática a pesca predatória, ameaçando os estoques pesqueiros e o próprio modo de vida dos pescadores artesanais.

Além disso, a pesca artesanal desenvolvida pelas comunidades tradicionais (caiçaras e quilombolas) sofre com o turismo desordenado e a atividade portuária, que disputam o uso do mesmo espaço de forma a sobrepor e impor novas dinâmicas que interferem na logística de pesca e provocam impactos socioambientais negativos, como poluição e desvalorização da cultura tradicional.

Em nossas observações com incursões locais percebemos que a expansão urbana não organizada, de certa forma, também contribui para a problemática socioambiental em conflito com a pesca artesanal, pois a privatização de áreas de uso público para construções de *píeres*, marinas, clubes náuticos, condomínios e

resorts com praias particulares impedem o acesso, bem como realizam a supressão de vegetação, em especial os manguezais, que possuem relevante papel na preservação dos estoques pesqueiros. Esse processo da especulação imobiliária descaracteriza a logística espacial do acesso às áreas de pesca, bem como desconsidera o valor cultural e ecológico dos territórios tradicionais que se veem fisicamente reduzidos em função da ampliação dos espaços urbanos descontrolados.

No que concerne à relação entre a pesca artesanal e a sociedade civil, incluindo ONGs, universidades e órgãos de classe percebemos um quadro de disputas de narrativas que dificultam diálogos consistentes para implantação de educação ambiental de base no território. Esse fato foi observado em reuniões para elaboração do plano de manejo da APAMBC, onde os pescadores e associações de pesca participavam das discussões que envolviam suposições de que uma parcela dos pescadores artesanais executava a pesca acidental/incidental²³ (*baycatch*), sendo por isso e por outras situações acusados, por um ator social da sociedade civil, de terem responsabilidade pela morte dos botos cinzas que chegam na superfície emaranhados nas redes de pesca²⁴ abandonadas no mar.

Essas práticas que ocorrem de modo não intencional ou por simples ignorância, podem resultar em danos ao ecossistema, bem como podem dificultar os esforços para promover a sustentabilidade na UC e promover a expansão do poder simbólico por meio de narrativas que dificultam os consensos nas ações de educação ambiental.

As entrevistas com diferentes atores sociais na APAMBC apontam as atividades portuárias e industriais do Complexo Portuário de Itaguaí como as principais responsáveis pela ameaça à sobrevivência dos Botos Cinza e da poluição na Baía de Sepetiba. Pescadores artesanais, acadêmicos e grupos tradicionais destacam que essas atividades impactam negativamente para todo o ecossistema

²³ Esses termos possuem o mesmo sentido e são usados inclusive pelo ICMBio, para se referir à captura não intencional de espécies não alvo durante a atividade de pesca.

²⁴ Um estudo feito pela organização *Ocean Cleanup* revelou que redes e cordas de pesca compõem 46% do material encontrado na ilha de lixo do Pacífico. Fonte: <https://www.nature.com/articles/s41598-018-22939-w>

costeiro-marinho e impactam o *habitat* dos botos cinza, contribuindo significativamente para a redução de sua população.

O poder público, abrangendo os níveis municipal, estadual e federal, também é amplamente citado como responsável, tanto por ação quanto por omissão, de acordo com diversos entrevistados que mencionam a falta de políticas eficazes e a falha na mitigação dos impactos causados pelo turismo desordenado e pela expansão urbana, o que agrava a situação dos Botos Cinza.

A atividade pesqueira industrial é outro ponto de preocupação, conforme asseveram os representantes governamentais e membros da sociedade civil que identificaram a pesca irregular como uma prática que coloca em risco a sobrevivência dos botos, devido a sobrepesca e a destruição de áreas críticas para a espécie.

O turismo, particularmente apresenta-se como desordenado e visto como um fator contribuidor de ameaças aos Botos Cinza, pois o excesso de turistas em embarcações, *resorts* e atividades associadas perturbam o *habitat* natural dos cetáceos, levando ao declínio de suas populações, segundo alguns entrevistados.

A expansão urbana, impulsionada por construtoras e incorporadoras, também é mencionada como uma ameaça significativa, uma vez que a ocupação desordenada e a degradação ambiental resultante desses empreendimentos, comprometem o *habitat* dos botos, agravando os riscos para a espécie.

Por fim, um número reduzido de entrevistados indicou não saber ou não identificar claramente os responsáveis pelas ameaças à sobrevivência dos Botos Cinza, evidenciando uma falta de consenso ou conhecimento específico sobre a complexidade das ameaças enfrentadas por essa espécie de cetáceos.

Embora as causas ainda sejam sistêmicas, complexas, desconhecidas e não determinantes diretamente por uma ou outra ação humana, expressam-se de fato pela ação antrópica, que amplia o estado de perigo colocado à espécie em toda a Baía de Sepetiba (Maciel *et al.*, 2023).

Por outro lado, observamos muitos discursos e algumas ações de atores sociais em prol da educação ambiental e preservação da biodiversidade dos elementos naturais e culturais do território da APAMBC. No caso das empresas que realizam os projetos de educação ambiental há sempre uma oportunidade de

melhorar a sua política de governança de sustentabilidade e alinhar a sua imagem social e ambiental no território, rendendo números nos seus balanços socioambientais, bem como passam a alimentar uma cultura de gestão ambiental sustentável e responsável de seus empreendimentos.

Portanto, entendemos que as ONGs, universidades e sociedade civil exercem um papel importante na educação ambiental de base comunitária ao dar visibilidade à cultura caiçara e apoiar as comunidades tradicionais em suas lutas e demandas.

As ONGs e universidades vem atuando junto aos pescadores artesanais oferecendo ajuda com recursos advindos de projetos de órgãos de fomento, pesquisa e extensão, bem como compartilhando conhecimento técnico por meio de ações de educação ambiental e em representações de mobilização social para que as vozes dos pescadores artesanais sejam ouvidas.

Asseveramos que essas instituições ajudam no enfrentamento das causas dos conflitos socioambientais, trabalhando para preservar a cultura local e a economia do mar.

Os pescadores artesanais da APAMBC mobilizam seu capital cultural e simbólico para resistir às narrativas desenvolvimentistas que desvalorizam suas práticas culturais e sustentáveis em seus territórios. Essa resistência é manifestada através de alianças como por exemplo com ONGs, universidades e Ministério Público buscando reconfigurar as relações de poder e promover a justiça socioambiental (McCulligh, 2023).

Além das ONGs, universidades e iniciativas da sociedade civil, a atividade da pesca precisa da presença do Estado em projetos que contemplem os apelos das comunidades locais; pois a sua ausência em áreas críticas permite o fortalecimento de milícias, que vem aumentando a insegurança, violência e a precariedade no ofício da pesca artesanal.

Podemos observar que a Figura 20 demonstra um problema e um processo de educação ambiental de base comunitária que se articula em busca de soluções para alguns problemas locais, como por exemplo a captura acidental, pois o Boto Cinza tem sido uma das espécies afetada.

Figura 20 - Educação ambiental para evitar a captura acidental



(a) Boto cinza morto em rede de pesca abandonada no mar

(b) Campanha de Educação Ambiental

Fonte: <https://www.pescamadora.com.br/>

Fonte: <https://www.facebook.com/InstitutoBotoCinza>

Já a Figura 21 ilustra ações relacionadas a projetos de educação ambiental no território, que, em sua maioria, resultam de acordos de ajuste de conduta para a mitigação de danos e impactos ambientais exigidos pelo Ministério Público Federal (MPF) e conduzidos por ONGs e instituições locais.

Figura 21 - Projetos de educação ambiental na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza



(a) Projeto Guardiã do mar – curso de economia do mar para os pescadores artesanais

(b) Projeto Guardiã do mar – conservação de espécies marinhas executado por ONG.

Fonte: <https://www.facebook.com/InstitutoBotoCinza/>

Um outro tipo de conflito socioambiental de gestão do território da APAMBC envolve a atividade pesqueira, em particular a tradicional, o poder público e as milícias, no que diz respeito ao poder fiscalizatório nos níveis federal, estadual, municipal, tido como insuficientes para a maioria dos entrevistados.

Segundo os pescadores, a milícia da pesca industrial exerce um papel indevido na logística da atividade no território da APAMBC, uma vez que os pescadores industriais agem livremente de forma ilegal no exercício da pesca sem ter permissão para realizá-la. Foi dito por um pescador: “na pesca temos muitas violências e tememos morrer pelo que amamos fazer!”

Este tipo de conflito nos remete ao que o filósofo, cientista político e historiador camaronês, Achille Mbembe, em sua obra "Necropolítica" (2018), discute sobre a complexa relação entre poder e morte, examinando como o poder soberano se manifesta através da “capacidade de decidir quem pode viver e quem deve morrer”. O conceito de necropolítica que Mbembe (2018) propõe, vai além do biopoder de Foucault (2008), destacando-se pela ênfase na gestão da morte como uma ferramenta política.

Segundo Mbembe (2018) a soberania está profundamente ligada ao controle sobre a mortalidade, empregando a violência como um meio para manter a autoridade e a ordem social.

O controle dos territórios pesqueiros pela milícia e a marginalização dos pescadores artesanais refletem uma forma de necropolítica, onde o poder soberano se exerce através da gestão da vida e da morte, desvalorizando as vidas dos pescadores em favor de interesses econômicos específicos (Mbembe, 2018).

No contexto dos conflitos socioambientais da pesca artesanal na APAMBC, o conceito de necropolítica (Mbembe, 2018) pode ser utilizado como forma de análise sobre como os pescadores artesanais encontram-se reféns da falta de políticas públicas eficazes, uma vez que o controle de milícias sobre os territórios pesqueiros da Baía de Sepetiba refletem a imposição de uma forma de poder que decide sobre a vida e a morte dessas comunidades, acentuando a vulnerabilidade e precariedade da classe trabalhadora do mar.

No entanto, os pescadores artesanais se veem impotentes e receosos em fazer as denúncias e nada mudar, criando, dessa forma, um espaço para atuação da

pesca industrial predatória, cometimento de crimes ambientais e da ampliação da rede de esquemas de corrupção. Estas ações vêm prejudicando a economia do mar e o bem-estar das comunidades tradicionais no seu ofício e modo de vida, representando um conflito socioambiental pela gestão indireta do território por parte das milícias.

Esse processo de gestão indireta por poderes constituídos de forma criminosa, vem denunciar uma carência histórica de políticas públicas eficazes de gerenciamento produtivo do ambiente marítimo-costeiro e de incentivo local à pesca artesanal na cadeia produtiva de seus territórios; bem como a falta de uma cobertura de fiscalização eficaz e a corrupção, ampliam os conflitos e a vulnerabilidade socioambiental dos pescadores artesanais na Baía de Sepetiba.

É relevante discutir essas forças paralelas aos Estados modernos que passam a sobrepor poderes constituídos legalmente e acabam governando não apenas os indivíduos, mas também populações inteiras.

Alguns movimentos de lideranças da pesca da Baía de Sepetiba vêm buscando fazer denúncias junto aos canais governamentais para que a realidade da precariedade do ofício, modo de vida e segurança dos trabalhadores do mar seja debatida com respeito.

Na audiência pública da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) teve discussões envolvendo o tema “Justiça Climática”. No evento foram relatadas as dificuldades enfrentadas pelos pescadores artesanais na Baía de Sepetiba, especialmente no contexto dos grandes empreendimentos (em específico na pauta do dia, a implantação das Termelétricas) que impactam negativamente suas atividades tradicionais (Figura 22).

Foi destacado, nesta audiência pública, por lideranças da pesca artesanal, que os principais poluidores são as empresas instaladas na Baía de Sepetiba e ainda recebem aprovação e incentivos dos órgãos ambientais para licenças sem estudos de impacto ambiental adequados para o desenvolvimento de atividades de grande potencial poluidor na Baía de Sepetiba. Por outro lado, os pescadores demonstraram estar desassistidos, excluídos e perseguidos em suas áreas de pesca, impactando a pesca artesanal, o meio ambiente e a sua própria vida. Durante a audiência pública foi levantada uma questão por parte dos trabalhadores do mar:

“para quem é a justiça climática?”

Figura 22 - Representantes da pesca artesanal em audiência pública na ALERJ



Fonte: Foto cedida por lideranças da Pesca (2023)

Segundo Jatobá, Cidade e Vargas (2009) a justiça ambiental e a resistência surgem como importante espírito de luta nos movimentos socioambientais em resposta às desigualdades geradas pelas práticas sociais, econômicas, políticas, culturais e simbólicas excludentes. Dessa forma, entendemos que o capital simbólico e cultural está presente nos movimentos sociais em prol da equidade, justiça e sustentabilidade socioambiental.

A participação das lideranças da pesca artesanal da Baía de Sepetiba na audiência pública na Alerj (Figura 22) demonstra como os pescadores artesanais estão mobilizando seu capital social, cultural e simbólico para resistir às pressões de grandes empreendimentos econômicos. A aproximação das lideranças da pesca artesanal buscando apoio de ONGs, universidades e outras instituições resultam no incremento do capital social e político dos pescadores com vistas ao alcance da justiça socioambiental, bem como a preservação do meio ambiente, de seus territórios e modos de vida tradicionais.

A análise das entrevistas realizadas junto aos representantes do governo, sociedade civil, e atividades pesqueiras indica que 63,3% desses entrevistados consideram o grupo dos pescadores artesanais como o mais vulnerável diante dos conflitos e impactos socioambientais no território.

Para Martínez-Alier (2007), os conflitos ecológicos e culturais oriundos da exploração econômica não sustentável dos elementos naturais por grupos dominantes geram desigualdades. Esta afirmação assinala a importância do capital cultural nas lutas ecológicas, onde as práticas tradicionais são desvalorizadas pelas forças econômicas dominantes, gerando conflitos socioecológicos significativos.

A ideia de necropolítica, conforme discutida por Mbembe (2018), e a necropedagogia, como estudada por Kassiadou (2020), são importantes referências para o entendimento das dinâmicas de poder nos conflitos socioambientais. Esses conceitos buscam explicar como políticas de desenvolvimento podem desumanizar e marginalizar comunidades, ao mesmo tempo em que a educação ambiental crítica pode reverter esses processos através da valorização dos saberes locais e da luta por justiça ambiental (Kassiadou *et al.*, 2020; Pelacani *et al.*, 2021).

Assim, Leff (2015) defende a desconstrução do *status* da racionalidade insustentável da modernidade e a mobilização de ações sociais para a construção de um futuro sustentável; ou seja, Leff destaca como a sustentabilidade está intrinsicamente ligada à prática dos conhecimentos subjugados ao longo da história, reforçando a importância da mobilização do capital cultural e simbólico na luta por um desenvolvimento mais justo e equitativo.

2.4.2.1.1 Análise e Discussão das relações de forças

A análise dessas relações de forças no campo da pesca artesanal na APAMBC, configura-se como as diferentes formas de capital são constituídas, mantidas e sobretudo, como o poder simbólico é percebido e exercido pelos atores sociais envolvidos em situações de conflitos socioambientais.

A luta dos pescadores artesanais pela manutenção de seu modo de vida e

pela preservação dos elementos naturais é uma resistência não apenas econômica, mas também cultural e simbólica, que enfrenta desafios significativos diante das forças econômicas, culturais, políticas e institucionais dominantes nas formas de uso, ocupação e gestão do território da APAMBC.

O estudo das relações de poder dentro das comunidades pesqueiras revela um campo de disputas por diferentes tipos de capitais, conforme a teoria de Pierre Bourdieu. Esses capitais incluem os capitais econômico, social, cultural e simbólico, cada um desempenhando um papel dominante na configuração das relações de poder e na distribuição de recursos e prestígios dentro do território da APAMBC.

Esse ambiente de lutas e resistências, podem ser observados no artigo de Leão e Juliano (2018) ao discutirem a relação entre a identidade das comunidades tradicionais e seu papel em UCs no Brasil Central, representando conflitos socioambientais que vão além da disputa por elementos naturais, mas também por luta em prol do reconhecimento e valorização das práticas culturais desses atores sociais.

Boelens *et al.* (2021) relata em sua pesquisa uma complexa relação de poder no rio Magdalena, na Colômbia, pois as práticas de governança local ignoram os conhecimentos e direitos das comunidades de pescadores. Este estudo recomenda a necessidade de reconhecer essas comunidades como sujeitos políticos ativos na cogestão dos recursos hídricos, o que representa um considerável aporte de capital simbólico mobilizado pelas comunidades usando seus conhecimentos para desafiar as normas vigentes.

No campo dos conflitos socioambientais da APAMBC, os pescadores artesanais lutam pela manutenção de seu ofício, modo de vida e pela preservação de sua cultura ancestral, enquanto a pesca industrial é orientada para as demandas do mercado com objetivo de maximizar os seus lucros gerando assimetrias de poder entre as formas de capital econômico e cultural.

O capital econômico é um dos definidores basilares das relações de poder, pois aqueles que possuem mais recursos financeiros têm uma maior capacidade de influência e controle sobre as práticas e políticas locais.

A relação conflituosa entre a pesca artesanal e o turismo desordenado também envolve uma disputa por capitais econômicos, sociais, culturais e

simbólicos. O turismo compete pelo uso dos elementos naturais gerando impactos à logística da pesca artesanal e invisibilizando a difusão da cultura caiçara. A opção de promover o turismo como atividade econômica principal muitas vezes ignora a importância cultural e ambiental da pesca artesanal no território, desperdiçando assim uma oportunidade de desenvolver o turismo de base comunitária.

Em relação aos conflitos socioambientais com a atividade portuária, verificamos que o capital econômico investido na infraestrutura e tecnologia beneficia desigualmente os atores envolvidos, marginalizando os pescadores artesanais que dependem desses espaços para sua sobrevivência.

Os projetos de infraestrutura portuária, com grandes investimentos público e privados, trazem benefícios financeiros para grandes conglomerados nacionais e internacionais, enquanto os pescadores artesanais, com escassos recursos, veem seus territórios de pesca ameaçados e seus meios de subsistência comprometidos. A luta pela preservação dos territórios de pesca tradicionais e pela equidade na distribuição dos benefícios econômicos é um aspecto central nesse tipo de conflito.

Neste cenário, grandes conglomerados nacionais e internacionais são beneficiados, enquanto comunidades tradicionais, como os pescadores artesanais, enfrentam a ameaça aos seus territórios e meios de subsistência (Diegues, 2008). Esta dinâmica reflete a posição periférica do Brasil no capitalismo global, onde a exportação de commodities é uma importante fonte de divisas (Svampa, 2012, 2013, 2020) e conseqüentemente, há uma forte pressão sobre os sistemas costeiros, principalmente através da expansão de infraestrutura portuária para expandir as estruturas de escoamento da produção, intensificando os conflitos socioambientais.

As complexidades dos conflitos socioambientais em ambientes marinho-costeiros resultam em lutas pela preservação dos territórios tradicionais (Little, 1999, 2001, 2018) e por uma distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos (Martínez-Alier, 2006, 2007, 2007a; Martínez-Alier *et al.*, 2010; Beck, 2011).

Para enfrentar esses desafios, os pescadores artesanais da APAMBC mobilizam seu capital cultural e simbólico para resistir às narrativas desenvolvimentistas que desvalorizam suas práticas sustentáveis e para isso ampliam seu capital social através de alianças com ONGs e universidades, que visam reconfigurar as relações de poder e promover a justiça socioambiental

(McCulligh, 2023).

Reconhecemos que a desigualdade na distribuição dos capitais econômico e social intensifica a vulnerabilidade dos pescadores artesanais, que dependem de políticas públicas eficazes para mitigar esses impactos. A falta de políticas públicas eficazes produz um sistema de vulnerabilidade envolvendo os pescadores artesanais em seus conflitos com o poder público. A ausência de apoio econômico para a atividade pesqueira, reconhecimento cultural e a falta de políticas de educação ambiental dificultam o uso sustentável da UC e prejudicam os pescadores artesanais em diversas frentes. Para os pescadores o zoneamento da APAMBC ajudou organizar o território, mas não resolveu o problema da conscientização ambiental, uma vez que só veio aumentar as multas e apreensões na pesca artesanal, por desrespeitos ao plano de manejo da UC.

O estudo de Oliveira; Araújo; Soares (2020), demonstra que os desafios das áreas marinhas protegidas para as comunidades pesqueiras tradicionais no Ceará, após a criação de Reservas Extrativistas tanto protegeu quanto limitou os pescadores tradicionais; pois apesar dos benefícios ambientais, as políticas de conservação dessas áreas ainda não garantiram o equilíbrio da proteção ambiental com os direitos sociais e econômicos das comunidades locais. O estudo destaca o reconhecimento das práticas tradicionais nas políticas de gestão do território, refletindo um equilíbrio entre os capitais cultural e econômico.

Já no estudo de Vivaqua (2018) sobre as reservas extrativistas marinho-costeiras, os pescadores artesanais não são considerados protagonistas nos processos de criação dessas áreas. Há mais interesses conservacionistas do que os direitos das populações tradicionais, demonstrando uma assimetria de poder, pois o capital simbólico em prol das políticas de conservação sobressai sobre o capital cultural das comunidades tradicionais no exercício de suas práticas ancestrais da pesca artesanal. A pesquisa narra a luta dos pescadores artesanais em busca do seu merecido reconhecimento e protagonismo na gestão de seus territórios.

A especulação imobiliária em Mangaratiba prioriza o crescimento urbano privado em detrimento dos espaços de pesca tradicionais, dificultando o acesso aos recursos pesqueiros e ignorando a importância cultural dos territórios caiçaras. O capital econômico é cada vez mais requerido para a construção de

empreendimentos imobiliários que além de uso privativo de bens públicos, constroem condomínios, *resorts* e marinas que dificultam o acesso dos pescadores artesanais para a prática da pesca.

De certo modo, a inércia do poder público permite a perda parcial do território dos pescadores artesanais em benefício para os entes privados, trazendo relações de poder assimétricas quanto ao elevado aporte de capital econômico como alavanca do desenvolvimento do município, o que na opinião dos pescadores a pesca é insignificante para o poder público enquanto alavanca econômica para o crescimento.

Um outro exemplo de desterritorialização que vem acontecendo na Baía de Sepetiba é a chegada das milícias, embora velado em alguns comentários, denuncia um conflito socioambiental grave, onde a ausência do Estado permite que essas forças externas à ordem social exerçam controle sobre as áreas de pesca, impondo um exercício fiscalizatório ilegal, prejudicando os pescadores artesanais, que se veem reféns. O capital social mobilizador de contingente e simbólico no exercício do poder das milícias recorre à violência e coerção, disseminando a insegurança e a vulnerabilidade socioeconômica das comunidades tradicionais e de toda a população.

Alguns pescadores denunciam que muitos pescadores vêm de longe para pescar na Baía de Sepetiba, principalmente da região Sul do Brasil. Segundo relatos, muitos desses “invasores” não possuem autorização de pesca e vêm com um grande aparato tecnológico das embarcações e equipamentos para explorar os estoques pesqueiros da Baía de Sepetiba e com isso descaracterizar a cultura local da pesca tradicional, indicando uma supremacia do capital econômico sobre o capital cultural.

Para alguns pescadores entrevistados, os pescadores que vem do sul do país para pescar na Baía de Sepetiba, registram a produção da sua pesca no seu destino final (geralmente em Santa Catarina) e, com isso as estatísticas de pesca pontuam no sul do país, fazendo com que os incentivos para a atividade pesqueira sejam direcionados para lá devido ao volume da produção pesqueira industrial, segundo relatos. A partir desse relato, podemos inferir que o capital social amplia a influência nas estatísticas e criam um apoio governamental sob a forma de recursos (capital

econômico), conferindo *status* à essa região do sul do país um *status* forte e influente no cenário pesqueiro nacional (capital simbólico).

Partindo do ponto de vista do relato acima, podemos afirmar que o *habitus* dos pescadores artesanais representa as suas maneiras de agir e perceber o território e o mundo, influenciando a sua resistência e luta contra as pressões externas ao seu território.

Segundo Pierre Bourdieu (2004), as estruturas sociais perpetuam desigualdades através de práticas e percepções cotidianas em que o poder simbólico é uma forma de dominação que se exerce com a cumplicidade de quem sofre a dominação.

2.3.2.2 Cenário 2: As atividades turísticas e os conflitos socioambientais

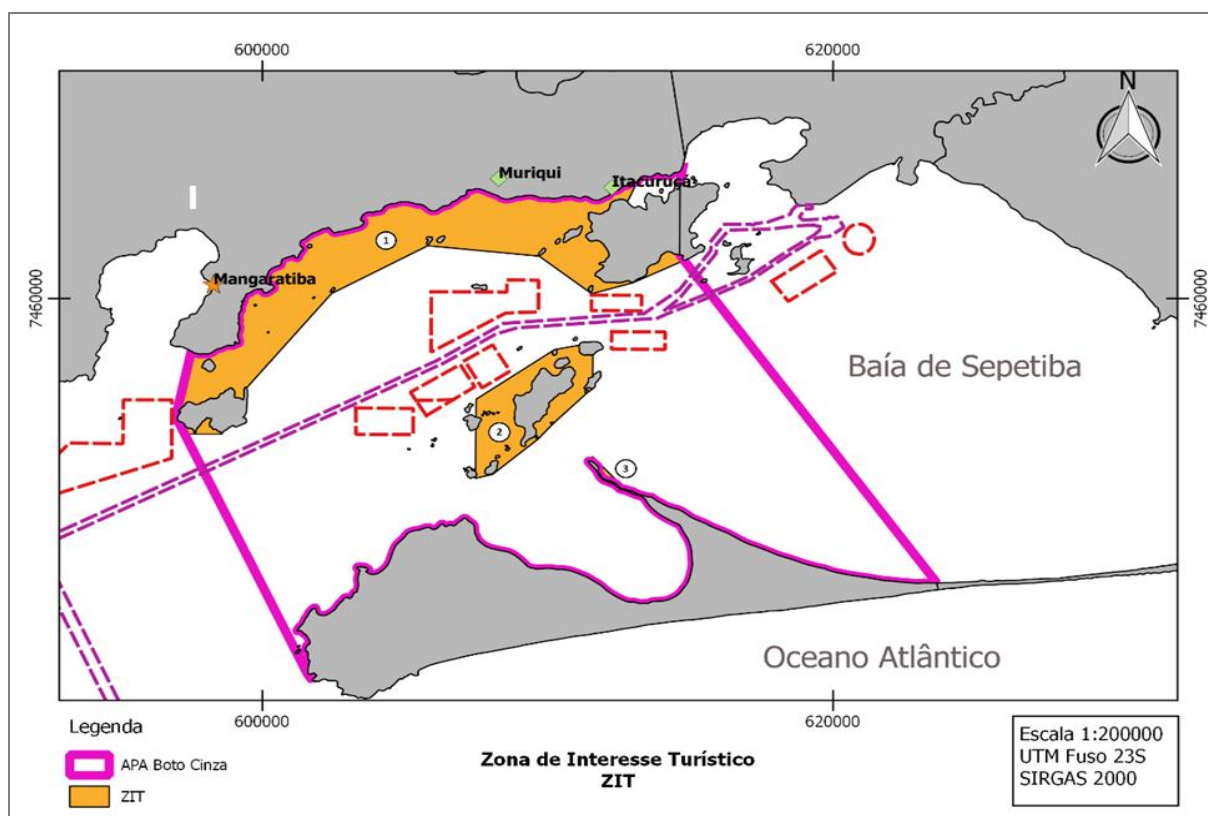
O turismo na APAMBC oferece oportunidades para o município de Mangaratiba; pois atrativos da natureza são muito apreciados pelos turistas e visitantes, mas por outro lado o uso excessivo dos elementos marinhos e costeiros ocasionam grandes pressões na infraestrutura local, problemas ambientais e sobretudo os conflitos socioambientais que surgem frente aos diversos interesses e usos desses mesmos espaços.

O município de Mangaratiba, em 2023, através da Lei 10.087, de 01 de setembro de 2023, foi declarado “Capital estadual do turismo de natureza” (Rio de Janeiro, 2023a), por ser considerado um dos principais destinos para a prática de atividades turísticas ligadas à natureza.

As atividades turísticas da APAMBC estão presentes no zoneamento da UC denominada Zona de Interesse Turístico (ZIT). Esta zona foi criada para que permitisse um ordenamento das atividades turísticas e recreativas nos limites da ZIT, que contempla ações de desenvolvimento econômico, proteção e educação ambiental em suas 3 zonas: ZIT- 1 (3.661 ha; 14,12%), ZIT- 2 (916 ha; 3,53%) e ZIT- 3 (29 ha; 0,11%), perfazendo 4.606 hectares, com 17,76% da UC (PMM, 2019), conforme ilustra a Figura 23.

Essas 3 porções da ZIT zona contemplam espaços naturais e/ou construídos, interagindo com uma interface terra-mar e possuem normas que visam disciplinar as atividades turísticas que ocorrem em áreas comuns às demais zonas da UC. O uso sustentável dos elementos naturais dessas zonas prescinde uma infraestrutura pública considerável em atividades de planejamento para que se desenvolvam espaços para a recreação, educação ambiental em concomitância com as demais atividades náuticas. Para isso, são necessárias ações de normatizações, sinalizações, fiscalizações, multas entre outras, além de um plano de educação ambiental para os que atuam na atividade turística e os que visitam a UC.

Figura 23 – Localização da Zona de Interesse Turístico (ZIT)



Fonte: PMM – Plano de Manejo, 2019.

Por possuir muitos atrativos naturais, o município, principalmente na APAMBC, apresenta variadas opções para visitação, tais como praias, ilhas, passeio de saveiros, pesca esportiva, avistamento do boto-cinza entre outras atrações surge a necessidade de um zoneamento que contemple minimamente os usos

sustentáveis dos elementos costeiros-marinhos no território, pois o turismo é desorganizado.

Mapeamos os conflitos socioambientais relacionados ao turismo e elencamos no Quadro 19 os principais desafios para as territorialidades da APAMBC.

Quadro 19 - As atividades turísticas e os conflitos socioambientais.

Atores em Conflito	Capitais em Disputa (Bourdieu)	Concepção dos Conflitos
Atividades Turísticas vs. Poder Público	Econômico, Social, Cultural, Simbólico	Falta de capacidade de carga/suporte na visitação dos ambientes naturais, não regulamentação adequada do setor, fiscalização insuficiente e infraestrutura pressionada. O poder público não estabelece mecanismos eficientes de controle (capital social), desvalorizando o patrimônio natural e cultural (capital cultural) e afetando a imagem do destino (capital simbólico).
Atividades Turísticas vs. População local	Econômico, Social, Cultural, Simbólico	A mobilidade urbana é prejudicada quando o turismo desordenado gera pressões na infraestrutura local, colocando em disputa elementos naturais, bens e serviços públicos. Há perdas econômicas para os moradores (capital econômico), desarticulação das relações comunitárias (capital social), transformação de práticas culturais (capital cultural) e desvalorização da vida local (capital simbólico).
Atividades Turísticas vs. População Tradicional (Caiçaras e Quilombolas)	Econômico, Social, Cultural, Simbólico	Oposição aos interesses e invisibilização das representações culturais, dos modos de vida e da relação das comunidades tradicionais com a natureza no território. Pressão sobre as áreas de exploração da pesca e sobre os recursos explorados, comprometendo fontes de renda (capital econômico), conhecimentos ancestrais (capital cultural), relações comunitárias (capital social) e o reconhecimento dos saberes tradicionais (capital simbólico).
Atividades Turísticas vs. Especulação Imobiliária	Econômico, Social, Cultural, Simbólico	A segregação privada de usos compartilhados de bens naturais públicos tornando a atividade turística hostil, menos acolhedora, inclusiva e hospitaleira. Edificações em áreas de conservação ambiental alteram a paisagem, a biodiversidade e limitam o acesso às oportunidades turísticas, afetando a diversidade de ofertas (capital econômico), as práticas tradicionais (capital cultural), a coesão social (capital social) e os valores compartilhados (capital simbólico).
Atividades Turísticas vs. Sociedade Civil (ONGs, Universidades)	Cultural, Simbólico	Divergências nas atividades náuticas que desrespeitam regras do plano de manejo, principalmente no turismo de avistamento de cetáceos e eventos náuticos sem autorização adequada. Disputas sobre a produção de conhecimento e educação ambiental (capital cultural) e pela legitimidade nas decisões sobre o uso dos recursos naturais (capital simbólico).
Atividades Turísticas vs. Maricultura	Econômico, Social, Cultural, Simbólico	Conflito pelo uso do espaço marinho, onde estruturas de cultivo como boias e redes impactam a paisagem e limitam a circulação de turistas. Os empreendimentos de maricultura disputam área com atividades turísticas

Atores em Conflito	Capitais em Disputa (Bourdieu)	Concepção dos Conflitos
		(capital econômico), alteram práticas de uso comum dos espaços (capital social), modificam a apreciação da paisagem (capital cultural) e geram disputas de legitimidade sobre a utilização sustentável dos recursos (capital simbólico).

Fonte: Elaborado pelo autor - dados da pesquisa, 2023.

Observamos o descontrole das atividades turísticas como um conflito socioambiental relacionado à gestão da UC entre o poder público e os *players* do *trade* da cadeia turística local (operadores, agentes, rede hoteleira, transportadores e prestadores de serviços turísticos entre outros) devido à falta da implantação efetiva de um plano estratégico integrado que busque conciliar a conservação do ambiente natural e as atividades turísticas que envolva o conselho gestor da APAMBC e todos os atores relacionados. Em algumas sessões do órgão colegiado da UC, apuramos relatos e diversas situações de desacato ao seu Plano de Manejo pelas atividades turísticas e de eventos.

Visando disciplinar as atividades turísticas no município, em 2023, o Governo Municipal, através da Secretaria Municipal de Turismo (SMT) elaborou, em parceria com a Coordenação de Turismo – Costa Verde, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RJ), o Plano Municipal de Turismo de Mangaratiba (PLAMTUR). Este Plano trata-se de um documento de planejamento para os próximos 10 anos, visando orientar a implementação de uma futura Política Municipal de Turismo e demais políticas públicas setoriais ou de outras naturezas

O objetivo principal do PLAMTUR é: *i)* Promoção do Turismo: Estruturar e promover Mangaratiba como um destino turístico seguro e acolhedor, valorizando a história e a natureza local; *ii)* Desenvolvimento Sustentável: Focar no desenvolvimento sustentável do turismo, com respeito à cultura e ao meio ambiente; *iii)* Qualidade de Vida: Melhorar a infraestrutura turística e a qualidade de vida dos residentes e visitantes; e *iv)* Integração Comunitária: Incentivar a participação da comunidade no planejamento turístico e na oferta de experiências turísticas diversificadas (SEBRAE, 2023). Ressaltamos que o Conselho Gestor da APAMBC

nunca foi convocado para tomar ciência desse plano e nem das estratégias de implementação.

De acordo com o SEBRAE (2023) a análise estratégica atual do turismo de Mangaratiba (Quadro 20) possui uma série de elementos que precisam ser melhorados: ordenamento da atividade, escassa informação turística, baixo estímulo receptivo local, ausência de projetos de captação, baixa presença de eventos turísticos e exposições, baixa estrutura do transporte náutico, baixa capacidade hoteleira, poucas ofertas gastronômicas, estacionamentos restritos e bairrismo dos distritos.

Quadro 20 - Análise estratégica atual do Turismo de Mangaratiba (SWOT)

MANGARATIBA	FORÇAS	FRAQUEZAS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
INFRAESTRUTURA TURÍSTICA	ECOSSISTEMA TURÍSTICO POR MEIO DE SUAS BELEZAS NATURAIS ÁREAS INSTAGRAMÁVEIS	MOBILIDADE URBANA MANUTENÇÃO E ACESSO DAS VIAS PÚBLICAS INFRAESTRUTURA BÁSICA	LEI DO TURISMO FOCADA NA EXCELÊNCIA, NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, E NA PERENIDADE DA ATIVIDADE INFRAESTRUTURA PARA APAS E PARQUE NATURAIS. ESTACIONAMENTO E TRANSPORTE	OPERACIONALIZAÇÃO TURÍSTICA FAVELIZAÇÃO (CASO SANTORINI)
FORMALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	RECEPTIVIDADE DE UMA CIDADE PEQUENA	CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO TURÍSTICA NÃO INOVAR E NÃO QUALIFICAR SUAS OFERTAS	"CASO SANTORINI" INTEGRAR CADEIA PRODUTIVA POR CAPACITAÇÕES DO BEM-RECEBER	NÃO INTEGRAR COMUNIDADES E DISTRITOS AUSÊNCIA DE ENGAJAMENTO EMPRESARIAL
MARKETING E APOIO A COMERCIALIZAÇÃO	A DESCONHECIDA HISTÓRIA DO BRASIL UM DESTINO TURÍSTICO SEGURO FAMTOUR e RODADAS	PROMOÇÃO PARA NOVOS PERFS PRÁTICAS REGULARES DE EXPERIÊNCIAS COM BOTO CINZA E CAVALO MARINHO	PACOTES TOURS BOTO CINZA E CAVALO MARINHO PASSEIOS EM VIAS FÉRREAS TRABALHAR AS "ILHAS TROPICAIS"	AUSÊNCIA DE CAMPANHAS PROMOCIONAIS PERIÓDICAS DO DESTINO EXPLORANDO UM CALENDÁRIO TURÍSTICO
GESTÃO E MONITORAMENTO	PROXIMIDADE COM O DESTINO EMISSOR RIO DE JANEIRO	EXPLORAÇÃO DESREGRADA PRIORIZAR ESTRUTURA DE TRANSPORTE NÁUTICO ESTACIONAMENTO	ORDENAMENTO TURÍSTICO NOVAS ÁREAS PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.	ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS RECURSOS FINANCEIROS ESCASSOS

Fonte: (SEBRAE, 2023)

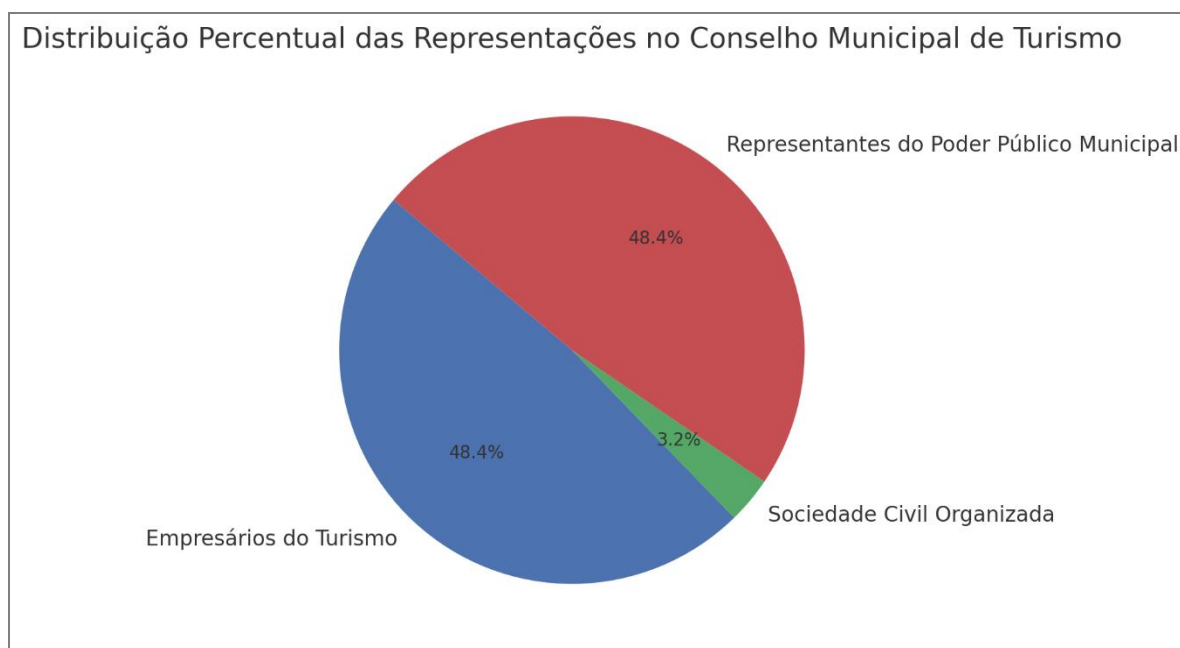
A análise SWOT²⁵ realizada no PLAMTUR identifica pontos fortes, como o ecossistema turístico baseado em belezas naturais e a proximidade com o Rio de Janeiro, e fraquezas, como mobilidade urbana precária e infraestrutura básica deficiente. Entre as oportunidades, destacam-se o desenvolvimento de produtos turísticos e a promoção de "pacotes tours Boto-Cinza e Cavalo Marinho" e

²⁵ A Análise SWOT é uma ferramenta de análise estratégica usada para avaliar um cenário ou organização, identificando seus pontos fortes (*Strengths*), pontos fracos (*Weaknesses*), oportunidades (*Opportunities*) e ameaças (*Threats*).

capacitação para não praticar o turismo de massa não sustentável. Já as ameaças incluem dificuldades de operacionalização turística, escassez de recursos financeiros e riscos de favelização em áreas de expansão.

Vale ressaltar que, numa das sessões do COMTUR, foi dito que Mangaratiba passou a ter um Conselho Municipal de Turismo a partir da posse dos conselheiros, em 30 de novembro de 2023 (PMM, 2024), bem como não possuía, até essa data, de um Fundo Municipal de Turismo para gerir as ações da SMT. Em 2023 o COMTUR possui a seguinte configuração, conforme o gráfico 7.

Gráfico 7 – Composição do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR)



Fonte: Elaboração própria, a partir da ata de posse do COMTUR, PMM, 2024.

A composição do Conselho Municipal de Turismo de Mangaratiba revela um predomínio do poder público municipal, com 15 representantes das secretarias de Fundação Mário Peixoto - cultura, Ordem Pública, Agricultura e Pesca, Governo, Serviços Públicos, Ciência e Tecnologia, Eventos, Educação e Meio Ambiente. O setor empresarial do turismo também conta com 15 integrantes, distribuídos entre guias de turismo (2), turismo náutico (3), transportadoras turísticas (1), meios de hospedagem (3), bares, restaurantes e comércio (3), agências e operadoras de turismo (2) e uma turismóloga (1). Já a sociedade civil organizada tem apenas 1

representante, evidenciando um forte desequilíbrio na participação dos diferentes setores (PMM, 2024).

Nosso entendimento é que essa configuração pode invisibilizar a existência dos conflitos socioambientais na APAMBC, onde o turismo já exerce forte pressão sobre os ecossistemas e as comunidades locais. Ressaltamos que a pouca representatividade da sociedade civil (1 representante), a tomada de decisões tende a priorizar os interesses econômicos do setor turístico e a atuação institucional das secretarias municipais, muitas das quais ligadas ao desenvolvimento da atividade. A ausência de maior participação de pescadores (subrepresentados pela Secretaria de Pesca), ambientalistas (subrepresentados pela Secretaria de Meio Ambiente) e comunidades tradicionais (ausência de representação) dificulta a implementação de políticas que garantam a conservação ambiental e a justiça ambiental, carecendo de uma governança mais inclusiva e equitativa no território. Dessa forma, o poder público se alia as forças institucionais e produtivas para gerir as atividades turísticas do município, o que se constata um conflito socioambiental da gestão do território com os demais atores envolvidos (população local incluindo pescadores artesanais, quilombolas; sociedade civil entre outros).

A atividade turística muitas vezes pressiona a infraestrutura local, impactando a mobilidade urbana e o bem-estar da população residente.

O acesso aos hotéis e casas de veraneio nas ilhas, em períodos de altas temporadas, tem sua capacidade instalada totalmente ocupada trazendo uma carga muito intensa de geração de efluentes *in natura* (esgoto) que são descartados no ambiente marinho, o que vem prejudicar não somente a balneabilidade das praias locais, mas também toda a saúde e equilíbrio dos ecossistemas marinhos da APAMBC. Reforçamos que as ilhas não possuem tratamento de esgoto, conforme relatado por entrevistados durante as visitas *in loco* na Associação de Moradores e Pescadores da Ilha de Jaguanum. Até a data da visita não havia chegado o biodigestor que a prefeitura estava fornecendo num projeto de saneamento, inclusive informaram que o Quilombo da Ilha da Marambaia recebeu o biodigestor, mas não instalaram e estava jogado lá sem utilização.

De acordo com o Censo 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o esgotamento sanitário em Mangaratiba (RJ) apresenta um cenário

diversificado, tendo apenas 35,23% da população utiliza rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede. A maior parte, 39,6%, depende de fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede, mas o que mais nos preocupou o fato de que 21,58% ainda usa fossa rudimentar ou buraco, enquanto 0,42% recorrem a outras soluções, como despejo direto em corpos d'água. O censo também revelou que 1 habitante não possui banheiro nem sanitário, indicando desafios no que diz respeito ao saneamento básico no município (IBGE, 2022).

A implementação de estratégias de planejamento e gestão, como observado por Costa *et al.* (2016) e Dias; Oliveira (2015), é importante no sentido de mediar esses impactos ao ambiente. A governança eficaz, apoiada por políticas públicas pode ajudar a minimizar os impactos negativos do turismo e garantir que os benefícios sejam distribuídos de maneira mais justa (Esquivel Rios *et al.*, 2014; Bulhoes *et al.*, 2016).

A forma comercial de como o governo municipal pretende expandir a divulgação e propagação de *marketing* para tornar Mangaratiba um destino do estado do Rio de Janeiro para desfrutar do turismo natural pode acontecer um fenômeno denominado *overtourism*²⁶; isto é, quando uma determinada cidade ou localidade turística recebe um exagerado volume de turistas e com isso exerce pressão nos serviços essenciais, na infraestrutura e qualidade de vida da população local.

Portanto, podemos afirmar que o turismo de massa vem potencializando conflitos socioambientais entre a atividade turística e a população local residente envolvendo os usos e gestão do território; pois em altas temporadas turísticas, há um aumento sazonal considerável do fluxo de turistas em Mangaratiba com destino às praias e ilhas da APAMBC. A mobilidade urbana sofre uma sobrecarga muito intensa à infraestrutura local, tais como: estradas (engarrafamentos), saneamento (volume de resíduos gerados), energia elétrica (queda de energia), consumo de água (desabastecimento), segurança (roubos, furtos, arrastões) e pressão sobre

²⁶ Turismo de massa é um modelo de turismo com grande fluxo de visitantes, que pode ou não ser sustentável. *Overtourism* é uma situação de excesso de turismo, quando um destino recebe mais turistas do que consegue suportar, prejudicando a sustentabilidade do local.

outros serviços públicos e comerciais que foram planejados e disponibilizados para atender um certo número de moradores locais, além das disputas pelos bens naturais (praia, cachoeiras, trilhas entre outros) com a população local. Ressaltamos que durante as incursões em campo vários problemas dos relatados acima ocorreram em mais de uma oportunidade.

Esse processo de uso e gestão deficitária do setor público em relação às atividades turísticas traz um conflito com a população local que clama por políticas públicas mais efetivas para que garantam a sustentabilidade das atividades no município e em especial à APAMBC.

Não obstante aos conflitos socioambientais com a população local, o turismo não vem conciliando as suas atividades com os interesses das comunidades tradicionais (caiçaras e quilombolas), ocasionando um processo de invisibilização de suas representações culturais e modos de vida no território.

As comunidades tradicionais (Caiçaras e quilombolas) possuem uma relação de dependência com o território para desenvolver suas atividades produtivas (capital econômico), perpetuar a cultura e seus modos de vida (capital cultural). Os conflitos socioambientais com as atividades turísticas e essas comunidades surgem quando estas se contrapõem aos interesses, as representações culturais, os modos de vida e relação com a natureza dessas populações.

Essas populações tradicionais não colocam em prática o Turismo de Base Comunitária (TBC)²⁷ de modo intensivo e satisfatório, dada a essa invisibilização e falta de apoio governamental sobre o seu potencial cultural e econômico para a cadeia turística do município. Algumas ações pontuais vêm ocorrendo segundo relatos de quilombolas; porém com muitas restrições quanto aos acessos que precisam de muitas autorizações por parte da Marinha do Brasil e outros atores gestores desses territórios. Durante as observações e incursões em campo detectamos a falta de um diálogo mais estreito entre a Prefeitura e a instituição

²⁷ O Turismo de Base Comunitária (TBC) é um modelo que envolve a participação ativa das comunidades locais na gestão do turismo, promovendo o desenvolvimento sustentável e gerando benefícios econômicos diretos. As comunidades controlam serviços como hospedagem, alimentação e passeios, garantindo autonomia e uma distribuição mais justa dos recursos, minimizando impactos ambientais e culturais, bem como fortalece a identidade sociocultural das populações envolvidas (Ruschmann, 1997; Cunha; Loureiro, 2016; Sobral; Nascimento, 2019; Zem, 2020).

militar (Quilombo da Marambaia) e os fazendeiros/grileiros/milícia (Quilombo Santa Justina e Santa Izabel) de modo a possibilitar o TBC com mais propriedade no portfólio cultural da SMT junto às comunidades quilombolas.

As observações realizadas em trabalho de campo comprovaram que: o Quilombo da Ilha da Marambaia tem seu próprio território já titulado sendo administrado pela Marinha do Brasil e; o Quilombo Santa Justina e Santa Izabel²⁸ possui seu território disputado pela especulação imobiliária (grileiros/milicianos disfarçados de fazendeiros) que “afirmam ter a posse das terras”.

Isto posto, identificamos um conflito socioambiental dos quilombolas com os opositores que se designam gestores das terras, impedindo assim o exercício das atividades turísticas do TBC em seus territórios, isto é, existe um processo de gestão desses territórios como impeditivo.

Essas comunidades realizam esporadicamente alguns eventos temáticos para demonstrar sua cultura e ancestralidade, conforme Figura 24. O acesso público nas festividades é controlado pelos gestores do território, que além de autorizarem os festejos, supervisionam toda movimentação.

Figura 24 – Festa da Consciência Negra nas Comunidades Quilombolas



(a) Quilombo Santa Justina e Santa Izabel – nov./2022 (b) Quilombo da Ilha da Marambaia – nov./2022

Fonte: acervo próprio, 2022.

²⁸ O Quilombo Santa Justina e Santa Izabel não está dentro dos limites do polígono da APAMBC, mas foi incluso no estudo como forma de adicionar elementos que dialogam com as questões dos conflitos socioambientais que equiparam às comunidades tradicionais quilombolas num mesmo contexto de invisibilização, porém com espaços reafirmação de suas territorialidades, lutas e resistências em defesa de seus territórios.

Outra comunidade tradicional invisibilizada quanto à sua representatividade cultural nas atividades turísticas é a população caiçara. Nossas visitas de campo propiciaram um mergulho no universo caiçara durante entrevistas e conversas junto aos pescadores e moradores da Ilha de Jaguanum (Figura 25), que possui uma importância muito grande para as atividades turísticas nos limites da APAMBC, mas que vem ocorrendo a inclusão dos membros dessa comunidade no calendário cultural da SMT, que segundo os entrevistados: “a prefeitura só tem interesse em explorar as belezas naturais das praias da ilha como recurso turístico” e “o pescador é visto apenas como uma figura folclórica para o município”.

Um relato que nos chamou atenção foi o relato que a Ilha de Jaguanum possui uma capela centenária – Capela São Pedro e São Paulo (Figura 25) e que as empresas de turismo não valorizam e nem a prefeitura realiza as devidas manutenções, o que é feito pela Cia. Vale S.A, que também patrocina algumas festas na ilha (Festa Junina, Festa de São Pedro, Festa das Crianças e outras), o que consideram uma ação importante da empresa mineradora na ilha.

Figura 25 – Visita de campo na Ilha de Jaguanum



Fonte: Acervo pessoal, 2023.

Por outro olhar, entendemos que o patrocínio e benfeitorias que a Cia. Vale S.A. realiza junto a essa comunidade tradicional representa um movimento de cooptação desses atores para produzir uma imagem positiva e de boa vontade, contribuindo para um enfraquecimento dos esquemas de resistência no desequilíbrio de poder inerente aos conflitos socioambientais, moldado percepções e visões de mundo da população tradicional que passa a normalizar a sua presença no território como uma empresa poluidora.

Membros da associação de moradores da Ilha de Jaguanum relataram que foram até a prefeitura propor um calendário turístico que envolvesse a comunidade com atividades de culinária tradicional, artesanato, festividades entre outras, pois a população precisa gerar renda, uma vez que para acessar as oportunidades de emprego precisariam sair da ilha; porém não foram ouvidos.

Méndez Méndez *et al.* (2016) abordam os desafios enfrentados na integração da comunidade no turismo de base comunitária, mostrando como a falta de inclusão pode levar a projetos de desenvolvimento que não atendem às necessidades locais. Em paralelo, Gallardo *et al.* (2009) discutem os conflitos de poder entre as necessidades de subsistência das comunidades e as medidas de conservação impostas, destacando o desafio de equilibrar interesses econômicos e ambientais.

A marginalização das populações tradicionais em decisões que afetam seus territórios é uma problemática recorrente. Bolados García (2014, 2014a) e Castillo *et al.* (2009) demonstram como as comunidades tradicionais são frequentemente excluídas dos processos de decisão que impactam suas vidas e meio ambiente. Esta exclusão é muitas vezes vista como ação de resistência das comunidades contra modelos de desenvolvimento que favorecem interesses externos ao território, como evidenciado por Ávila García e Luna Sánchez (2013). Essa resistência é importante para compreender os esforços das comunidades em preservar suas práticas e territórios contra intervenções que não consideram seu modo de vida, cultura, bem-estar e sustentabilidade ambiental.

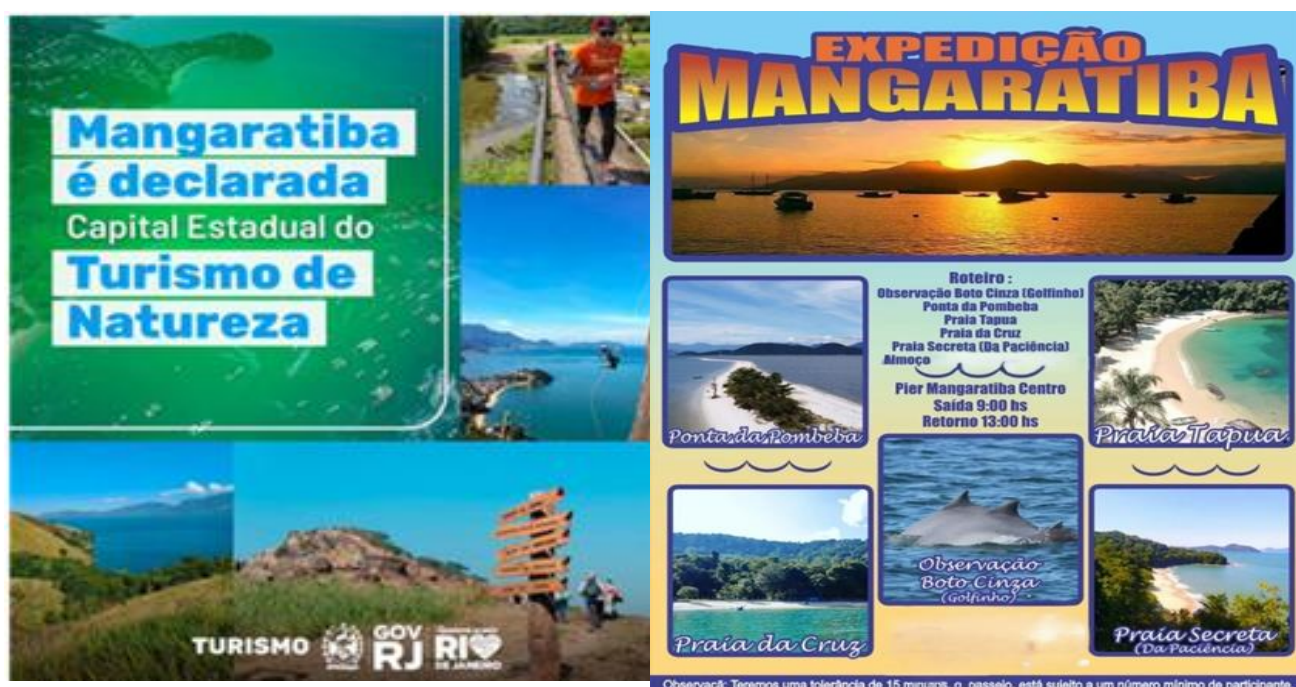
A especulação imobiliária também possui um conflito socioambiental com o as atividades turísticas, pois os grandes empreendimentos imobiliários vêm segregando os espaços naturais, que são bens públicos, de forma privada, como por exemplo as

praias privadas dos condomínios e *resorts*. Esse assunto será abordado mais adiante em uma sessão específica.

A sociedade civil composta por ONGs, universidades e entidades de classe entre outros possuem um conflito socioambiental com as atividades turísticas devido no que diz respeito às atividades náuticas, que operam deliberadamente em desrespeito ao Boto Cinza e outras espécies e ecossistema costeiro-marinho como um todo, pois desrespeitam as regras do plano de manejo e sobrecarregam o espaço natural da APAMBC.

Nos discursos e propagandas (Figura 26) dos empresários e profissionais da área de turismo é comum ouvirmos que o município de Mangaratiba possui destaque por suas belezas naturais e ser o único lugar no mundo onde o turismo de avistamento dos botos e outros cetáceos em seu *habitat* natural é bastante previsível. Ainda reforçam que o município possui também a maior concentração do Cavalo Marinho de focinho longo (*hippocampus reidi*) do mundo, além de mais de centenas de espécies de aves que podem ser facilmente avistadas.

Figura 26 - A exploração da paisagem e do turismo de natureza em Mangaratiba



(a) Divulgação do governo estadual
Fonte: GOVRJ

(b) Propaganda de agentes de turismo
Fonte: Instagram – Divulgação

Porém essa exacerbação de uso e mercantilização da natureza (Polanyi, 2000; Harvey, 2004; Martínez-Alier, 2006, 2007, 2014; Martínez-Alier *et al.* 2010; Acsehrad, 2009; Svampa, 2012, 2013, 2020; Moore, 2015; Gudynas, 2011a, 2013, 2014, 2015, 2019; McMichael, 2016) escondem uma diversidade de conflitos e externalidades derivadas de suas atividades, principalmente nas UCs e em especial na APAMBC, onde o apelo pelas praias e ilhas reservam um lugar especial nos roteiros e portfólios turísticos.

A atividade com o turismo de massa acessa as ilhas em passeios que utilizam embarcações variadas que vão desde *jet-ski*, pesca esportiva, *taxi boat* para locomoção, eventos no mar, passeios de saveiros e escunas. Essas atividades tornam o tráfego viário intenso na região, sem que obedeçam aos regramentos do Plano de Manejo da APAMBC em termos da quantidade de embarcações nas ZITs; porém a capacidade de carga do volume de passageiros, do tempo de permanência e movimentação nesses espaços naturais visitados não contam do plano.

Os botos-cinza são impactados pela presença física e ruído das embarcações, especialmente em alta velocidade, além de enfrentarem ameaças como colisões e perturbação pelo turismo desordenado (Vidolin *et al.*, 2009; IAP, 2009), como o que também ocorre na APAMBC.

Entendemos que a governança ética, neste caso, não é mera adesão à lei e aos regulamentos, mas sim uma postura ética, consciente, que identifique e honre os direitos e a qualidade de vida das comunidades locais impactadas pelas atividades corporativas.

A regularização das atividades náuticas com finalidades de locomoção, turismo e de eventos na APAMBC, segundo as ONGs e universidades que atuam no local é muito relevante e necessário. Quando não há regulação adequada e fiscalização intensiva eficiente, perde-se o alcance no processo de implementação dos projetos de educação ambiental junto a esses tipos de operadores profissionais ou amadores do turismo, que acabam adotando um comportamento utilitarista dos elementos naturais do território e sem o comprometimento com o local e a sua conservação.

O Plano de Manejo (PMM, 2019) disciplina algumas normas para serem cumpridas pelas embarcações turísticas na ZIT visando o uso sustentável da UC,

que incluem: *i)* cadastramento e autorização das embarcações locais e de outros municípios pela administração da APAMBC, com renovação anual *ii)* limites específicos para operar em determinadas zonas, como ZIT- 2: permanência de, no máximo, 2 escunas ou embarcações similares simultaneamente; ZIT-3: proibida a visita e permanência de escunas ou embarcações similares e em todas as ZITs: apenas 15 embarcações do tipo escuna são autorizadas a operar anualmente dentro da APAMBC); *iii)* proibida a pesca de arrasto; *iv)* o turismo de observação de cetáceos deve seguir as normas do Ibama e do ICMBio; e, *v)* não é permitido fazer churrascos a bordo de embarcações turísticas maiores ou nas praias da ZIT.

A Administração da APAMBC deve elaborar um regulamento específico para a ZIT-3 (Saco da Pombeba), submetido à aprovação do Conselho Gestor. Além disso, serão realizados estudos de capacidade de suporte para as praias inseridas nessas zonas, garantindo a preservação ambiental e o ordenamento das atividades turísticas (PMM, 2019). Analisando as atas do Conselho Gestor da APAMBC observamos que nenhuma dessas ações foram discutidas.

Um outro conflito socioambiental entre a sociedade civil e as atividades turísticas vem sendo amplamente discutido no Conselho Gestor da APAMBC e que precisa ser regulado se refere aos eventos náuticos, como por exemplo um evento de pesca amadora, denominado “*Desafiator Kayak Fish*” (Figura 27), que existe há mais de 20 anos e, em 2022, em Itacuruçá, atingiu um público de quase 2000 embarcações (caiaques) inscritas para participar de uma atividade de pesca e solta na ZIT.

Este evento é considerado o maior evento dessa modalidade no mundo; porém após a existência do Conselho Gestora da APAMBC, qualquer atividade a ser realizada nos limites da UC e que seja gerador de médio impacto em diante precisa de autorização. Em uma das atas da APAMBC foi relatado que os pedidos que vem sendo protocolados para análise do Conselho Gestor não apresentaram condições mínimas de planejamento e organização para ser executado, como por exemplo um processo previa que seriam apenas 600 embarcações, o que não aconteceu, pois foram mais de 2000 embarcações no dia do evento. Em 2023, o evento foi realizado à revelia, sem autorização alguma do Conselho Gestor da APAMBC.

Figura 27- Eventos náuticos e o turismo de massa em Mangaratiba



Desafiador Kayak Fishing 2023 (DKF)

Fonte: <https://cdn.jornalatual.com.br/wp-content/uploads/2023/10/ESPORTE-Itacuruca-organizacao-do-desafio-de-pesca-com-caiaque-divulga-programacao.jpg>



Camamar 2024

Fonte: <https://acidadecostavverde.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Carnamar-768x486.jpeg>

Um outro evento que acontece todo ano, sem anuência do conselho gestor da APAMBC, é o Carnamar (Figura 27), um desfile de embarcações com um volume muito grande de foliões

Em nossas observações nas seções do Conselho Gestor da APAMBC, foi constatado que os conselheiros sempre questionaram sobre como esses eventos ocorrem sem autorização, embora ninguém soubesse responder.

Muitos são os desafios que necessitam ser debatidos para buscar soluções que garantam uma maior segurança, eficácia das regulamentações, infraestrutura e suporte envolvendo o turismo náutico, bem como as demais atividades turísticas praticadas na APAMBC.

Neste contexto, podemos citar a inexistência de uma implementação e regulamentação na prática que determine uma capacidade de carga (*carrying capacity*) mais efetiva das atividades turísticas na APAMBC, como por exemplo, a atividade turística de avistamento dos botos cinza precisa ser regulada de fato para além do plano de manejo da UC, pois esses cetáceos, embora sejam bastante amistosos, são sensíveis ao barulho de embarcações e volume de multidões com comportamentos que estressam os animais.

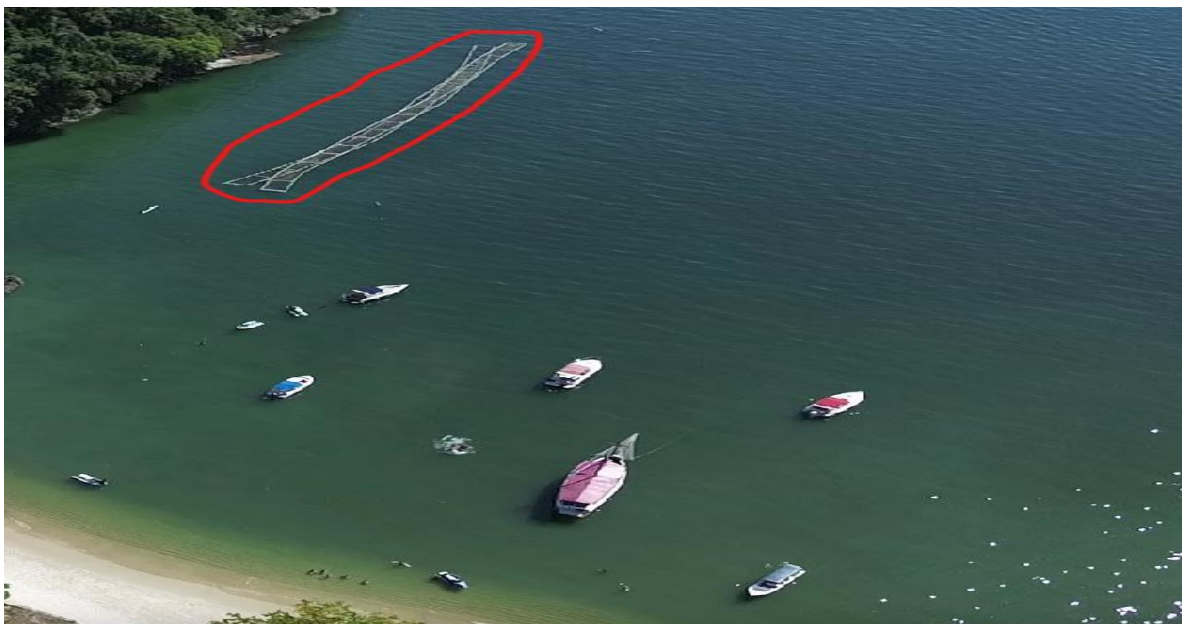
Embora a Secretaria Municipal de Turismo (SMT) explore a imagem do Boto Cinza em suas campanhas de prospecção para o turismo natural na APAMBC, não existe um trabalho de Educação Ambiental que conscientize os turistas e

embarcadores durante o turismo de avistamento sobre a importância da preservação desse cetáceo e outros elementos naturais da APAMBC.

Todos esses embates e da não tomada de consciência ambiental em relação à exploração utilitarista dos elementos naturais está relacionado à Educação Ambiental, que para Layrargues (2002, p. 189) é “um processo educativo eminentemente político, que visa o desenvolvimento nos educandos de uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais”.

A relação entre atividades turísticas e a atividade de maricultura²⁹ nas ZITs também tem gerado conflitos socioambientais entre esses dois setores. Os conflitos socioambientais eclodem, acirram e se manifestam em diferentes frentes envolvendo uma diversidade os atores sociais, como por exemplo as instalações de fazendas marinhas para o cultivo de algas e outras espécies (maricultura) em áreas de interesse turístico (Figura 28).

Figura 28 – Empreendimento de maricultura em área turística (ZIT) em destaque



Fonte: Acervo próprio, 2024.

²⁹ Maricultura refere-se ao cultivo de organismos marinhos, como peixes, moluscos, crustáceos e algas, em ambientes costeiros ou marinhos, com finalidade comercial ou ecológica (Brasil, 2010).

Ressaltamos que o plano de manejo permite esse tipo de empreendimento de até 2 hectares por produtor; porém consta em ata que, durante uma em uma sessão do conselho gestor da APAMBC para analisar a autorização de uma fazenda marinha de algas, um conselheiro questionou sobre qual seria o percentual de área total da APAMBC destinada para esse tipo de atividade nas ZITs da UC seriam possíveis; pois com a pesca sofrendo os reveses, poderá ter aumento desse tipo de atividade extrativa em ampla escala, o que poderia saturar os espaços turísticos e também potencializar mais conflitos socioambientais aos que já existem entre o turismo e a maricultura.

Os representantes tanto da pesca quanto da maricultura debateram sobre o argumento de que as áreas de exclusão de suas atividades juntamente com as outras existentes na APAMBC também vêm se ampliando. Dessa forma, foi sinalizado que o órgão colegiado da APAMBC determinasse na revisão do Plano de manejo da APAMBC quantos empreendimentos de 2 hectares podem ser alocados na UC sem que o uso sustentável dos recursos não seja atingido e não causem danos a nenhuma atividade econômica.

A maricultura é vista pelo turismo como um vetor de conflito devido à disputa pelo espaço marinho, pois segundo os representantes das atividades turísticas ocupam essas áreas usadas para passeios de barco, mergulho e esportes náuticos, limitando a circulação de turistas. Além disso, as estruturas de cultivo, como boias e redes, podem impactar a paisagem e reduzir a atratividade visual da região. Um outro ponto é a percepção ambiental dos turistas e operadores que veem a maricultura como uma ameaça à qualidade da água e à biodiversidade, mesmo que os impactos sejam mínimos.

Entretanto, observamos que todo esse embelezamento natural da paisagem camufla a existência de conflitos socioambientais que ocorrem num âmbito simbólico das relações entre os atores sociais, que incorporam no território uma identidade do lugar como detentor de grandes reservas de riquezas naturais que precisam ser exploradas. Assim, somos convidados a poeticamente estabelecer que "ver é receber a luz, olhar é procurar o sentido" (Bachelard, 2008).

2.3.2.2.1 Análise e discussão das relações de forças

As atividades turísticas se desenvolvem na ZIT da APAMBC, constituindo o campo onde ocorrem as lutas e disputas entre os diferentes atores, objetivos, usos e capitais que se articulam dando contorno às dinâmicas no território, tendo em vista que o turismo na região, embora ofereça oportunidades econômicas para Mangaratiba, também gera pressões significativas que resultam em diversos conflitos socioambientais.

Essas disputas no campo turístico são analisadas através dos diferentes capitais propostos por Bourdieu (1986, 2004, 2007, 2011), onde os capitais econômico, social, cultural e simbólico se manifestam nos discursos e práticas que promovem o turismo como força positiva ao desenvolvimento de Mangaratiba; porém, essa supervalorização dos aspectos positivos na exploração da paisagem natural oculta os conflitos socioambientais.

As categorias de capitais definidas por Bourdieu (1986, 2004, 2007, 2011) nos permite tecer análises dos conflitos socioambientais em áreas de turismo revelando uma complexidade na dinâmica das relações entre os atores, onde os diferentes tipos de capital (econômico, cultural, social e simbólico) se apresentam como elementos-chave nas disputas territoriais e simbólicas no território. Esta dinâmica provoca tensões entre a conservação dos elementos naturais e os interesses econômicos, destacando as disparidades entre os discursos promovidos por atores sociais das atividades turísticas e as realidades vividas pelas comunidades locais (Bolados García, 2014, 2014a; Castillo *et al.*, 2009).

Em Mangaratiba, a promoção do turismo em áreas protegidas como a APAMBC demonstra como os interesses econômicos podem sobrepor-se à sustentabilidade ecológica e cultural das comunidades locais. Os atores sociais à margem dos processos decisórios enfrentam uma pressão sobre os recursos locais, destacando-se os impactos negativos das atividades turísticas sobre os ecossistemas e as comunidades tradicionais. Esta marginalização se torna evidente quando observamos, por exemplo, a composição do Conselho Municipal de Turismo, onde a sociedade civil conta com apenas um representante, enquanto poder público e setor empresarial somam 30 integrantes.

Nos estudos de Ávila García e Luna Sánchez (2013), as comunidades combatem a imposição de modelos de desenvolvimento que favorecem interesses externos, muitas vezes à custa de seus modos de vida sustentáveis. Este fenômeno se repete na APAMBC, onde observamos o descontrole das atividades do turismo de massa gerando conflitos socioambientais em diferentes frentes.

Neste campo, os empresários do turismo utilizam o seu capital econômico (recursos financeiros e materiais) para implementar infraestruturas que promovem atividades turísticas como a pesca esportiva, o Carnamar e o turismo de avistamento de botos e outros atrativos naturais. Simultaneamente, acumulam capital social por meio de suas redes de relacionamentos com o poder público e outros agentes econômicos, ampliando sua capacidade de influência nas decisões sobre o território. Eventos como o "*Desafiador Kayak Fish*", que ocorrem sem autorização adequada junto ao Conselho Gestor da APAMBC, exemplificam esse desequilíbrio de poder.

Esses conflitos ocorrem principalmente em torno do acesso e uso dos elementos naturais, onde as políticas de planejamento e gestão frequentemente favorecem grupos com maior acumulação de capital econômico. Estas políticas, muitas vezes, não só invisibilizam os interesses das comunidades locais, como também ameaçam seus modos de vida tradicionais e sua autonomia sobre o território (Hoeffel *et al.*, 2008; Dias; Oliveira, 2015), assim como o caso do Plano Municipal de Turismo de Mangaratiba (PLAMTUR), elaborado sem a participação do Conselho Gestor da APAMBC, ilustra essa dinâmica.

As comunidades tradicionais (caiçaras e quilombolas) são detentoras de um capital cultural incorporado (saberes tradicionais, práticas e conhecimentos transmitidos entre gerações), objetivado (artefatos culturais e técnicas de pesca) e, em menor grau, institucionalizado (reconhecimento formal de seus conhecimentos) (Bourdieu, 1986). Quando as atividades turísticas desconsideram esse capital cultural, ocorrem conflitos socioambientais marcados pela desvalorização destes saberes tradicionais. O relato dos moradores da Ilha de Jaguanum, que se sentem tratados apenas como "figuras folclóricas" pelo município, evidencia esta problemática.

A questão da justiça ambiental é central na análise dos conflitos socioambientais, bem como os estudos de ecologia política mostram como o

desenvolvimento turístico em UCs pode causar degradação ambiental e prejudicar as populações locais vulneráveis (Cole, 2012; Meletis; Campbell, 2009; Stonich, 1997). Em Mangaratiba, o turismo desordenado pode gerar severos impactos negativos sobre a qualidade da água, o solo e dos elementos marinhos, afetando diretamente as comunidades locais que dependem desses recursos para sua subsistência. A questão do saneamento nas ilhas, onde efluentes *in natura* são descartados no ambiente marinho durante altas temporadas, exemplifica este problema.

A governança das áreas ambientais protegidas destaca-se como um cenário de conflitos quando a gestão dessas UC não incorpora de modo adequado as necessidades e os direitos das comunidades locais. A falta de uma gestão integrada e participativa pode envolver regulamentações que falham em equilibrar os interesses de conservação com os do desenvolvimento turístico, ampliando os conflitos em vez de resolvê-los (Gallardo *et al.*, 2009; Blackmore, 2020). A ausência de regulamentação efetiva para atividades como o turismo de avistamento de cetáceos demonstra esta fragilidade.

Por outro lado, estratégias de manejo podem ajudar a equilibrar conservação e desenvolvimento econômico, bem como mitigar os conflitos socioambientais existentes. A implementação de turismo ecológico e compensações econômicas são exemplos de medidas que visam, minimamente falando, conciliar os interesses econômicos com a conservação ambiental, demonstrando uma tentativa de redefinir as relações dentro de um território (Pereira Santos; Carvalho Vilar, 2013; Araújo *et al.*, 2012), mas a sustentabilidade dessas políticas, muitas vezes, esbarra em movimentos de resistência e questões de ordem prática. As iniciativas isoladas de Turismo de Base Comunitária (TBC) nos quilombos ilustram tanto o potencial quanto os desafios dessas abordagens.

O capital social, que segundo Bourdieu (1986, 2004, 2007, 2011) se refere às redes de relacionamentos e ao pertencimento a grupos, desempenha papel importante nas disputas territoriais. As comunidades tradicionais podem mobilizar seu capital social, buscando apoio de ONGs e universidades para defender seus interesses e valorizar seu capital cultural. Simultaneamente, o poder público pode estabelecer parcerias que fortalecem seu próprio capital social, influenciando as

decisões sobre a gestão do turismo no território. A atuação das ONGs e universidades na defesa dos botos-cinza e outros ecossistemas marinhos exemplifica essa mobilização de capital social.

Dessa forma, as oportunidades para as comunidades locais por meio do TBC revelam a importância da valorização do seu capital social e do capital cultural. Este modelo de turismo pode possibilitar uma forma de desenvolvimento econômico que também valoriza e preserva as culturas locais e o meio ambiente (Gómez, 2019). As tentativas dos moradores da Ilha de Jaguanum de propor um calendário turístico que envolvesse atividades de culinária tradicional e artesanato demonstram esse potencial ainda não realizado. Em relação ao exercício de poder dentro de áreas protegidas, Gómez (2019), descreve como as decisões são, muitas vezes, tomadas por autoridades distantes das realidades locais, o que pode resultar em políticas inadequadas ou ineficazes.

Podemos dizer também que a especulação imobiliária representa uma disputa principalmente por capital econômico, na forma de propriedades e rendimentos financeiros, podendo segregar o uso dos ambientes naturais para criar uma imagem de Mangaratiba como um local de luxo e exclusividade e gerar impactos negativos às comunidades locais; ou seja, são decisões exclusivas que estão a serviço de uma minoria que se apropria dos elementos naturais nos seus espaços privados. A privatização de praias e áreas naturais em condomínios e *resorts* ilustra este fenômeno.

A participação das comunidades locais nos processos de decisão é de grande importância para que possam articular seus diferentes capitais de maneira justa. Torna-se necessário incluí-las não apenas em discussões, mas também nos processos de tomada de decisões e de planejamento, para garantir que o desenvolvimento turístico seja socialmente justo e ecologicamente sustentável (Marcomin; Sato, 2016; Velázquez-Castro *et al.*, 2020). O desequilíbrio na composição do COMTUR, com apenas um representante da sociedade civil, demonstra como esse ideal ainda está distante da realidade.

Ademais, vale a pena destacar que os conflitos socioambientais do turismo na APAMBC ocorrem num campo mais ampliado, incluindo o governo municipal, ONGs e outros atores sociais. A ausência de regulamentação da atividade turística e a

fiscalização inadequada agravam os conflitos, evidenciando a disputa pelo uso, ocupação e gestão dos elementos naturais. O conflito entre atividades turísticas e a maricultura exemplifica essa complexidade, onde diferentes atividades econômicas disputam o mesmo espaço físico.

Os atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais mobilizam seus diferentes capitais e seu poder simbólico de acordo com suas posições no campo e seus interesses específicos. Essa dinâmica contribui para a complexidade e persistência dos conflitos socioambientais no território, ou seja, o *habitus* internalizado pelos diferentes atores sociais indica como eles percebem, valorizam e disputam os diferentes tipos de capital no território. Os discursos de *marketing* que apresentam Mangaratiba como "o único lugar no mundo onde o turismo de avistamento dos botos é bastante previsível" ilustram essa manipulação do capital simbólico.

Entendemos ser necessário um olhar transdisciplinar e integrado de diversas áreas do conhecimento, com o objetivo de analisar a conjuntura dos conflitos socioambientais relacionados ao turismo na APAMBC. Essa integração pode ajudar na sustentabilidade local e na justiça ambiental, alterando a distribuição desigual dos capitais em prática no território. As soluções para esses conflitos exigem uma compreensão integrada das dinâmicas locais e uma redefinição das práticas de turismo, para dar vozes às comunidades locais e promover a justiça social e o bem-estar destas comunidades e de toda a população local. Conforme sugere Layrargues (2002), a educação ambiental crítica pode ser um caminho para desenvolver consciência sobre os fatores geradores desses conflitos socioambientais.

Por fim, podemos afirmar que na dinâmica dos conflitos socioambientais na APAMBC, os atores sociais percebem e exercem o poder simbólico conforme sua posição no campo e seus capitais acumulados. Neste contexto, empresários do turismo e representantes do poder público utilizam-se desses capitais para legitimar discursos que naturalizam a exploração dos recursos ambientais, transformando a natureza em mercadoria através de publicidades que destacam atrativos naturais, enquanto ocultam os impactos socioambientais. As comunidades tradicionais, apesar de seu rico capital cultural incorporado, têm dificuldades em convertê-lo em poder simbólico para influenciar decisões territoriais, porém demarcam o seu capital

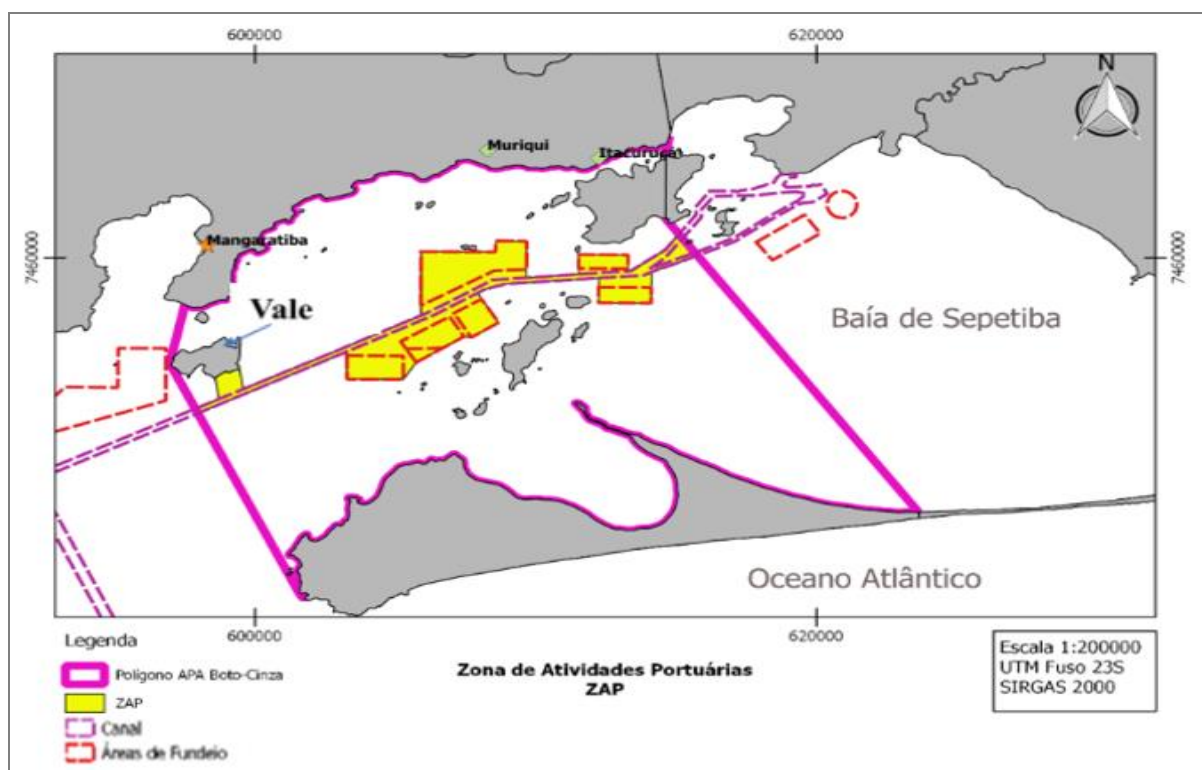
cultural como forma de luta e mudança do olhar sobre a paisagem como um produto passivo.

2.3.2.3 Cenário 3: Os conflitos socioambientais relacionados à atividade portuária na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza.

As atividades Portuárias analisadas nesse estudo são aquelas desenvolvidas nos limites da Zona de Atividades Portuárias (ZAP) da APAMBC (Figura 29). O objetivo dessa zona é estimular a compatibilização de práticas industriais com atividades ambientalmente sustentáveis.

Nesta zona, os conflitos socioambientais são bastante presentes e complexos, pois possuem relação com interesses de diversos atores sociais.

Figura 29 - Limites da Zona de Atividade Portuária



Fonte: Plano de Manejo da APAMBC (2019).

Esses conflitos são evidenciados no Quadro 21, que sintetiza essas disputas envolvendo a atividade portuária com a pesca artesanal praticada pelas comunidades tradicionais (Caiçaras e Quilombolas), atividades de turismo, poder público e sociedade civil (ONGs, universidades e órgãos de classe).

Quadro 21 - A atividade portuária e os conflitos socioambientais

Atores em Conflito	Capitais em Disputa Bourdieu, 1986)	Concepção dos Conflitos
Atividades Portuárias vs. Pesca Artesanal praticada pela população tradicional (Caiçaras e Quilombolas)	Econômico, Social, Cultural, Simbólico	A justaposição e exclusão de áreas de fundeio e o canal de acesso aos terminais de minério de ferro causam assoreamento das áreas de pesca, prejudicando a renda dos pescadores (capital econômico). A degradação dos elementos naturais afeta a qualidade de vida das comunidades tradicionais e seus territórios (capital social), comprometendo saberes locais e técnicas de pesca tradicionais (capital cultural). A poluição por minério de ferro diminui o bem-estar e o reconhecimento e legitimidade dessas comunidades (capital simbólico), enquanto a baixa oferta de empregos à população local reforça a exclusão socioeconômica.
Atividades Portuárias vs. Empresa de Turismo	Econômico, Social, Cultural, Simbólico	A justaposição e exclusão de áreas turísticas próximas aos terminais de minério prejudica economicamente os empreendimentos voltados ao turismo (capital econômico). A poluição ambiental compromete atrativos naturais, especialmente na Ilha Guaíba e Jaguanum, alterando as relações socioeconômicas locais (capital social). Há uma desvalorização da paisagem natural e do patrimônio histórico-cultural como a Capela São Pedro e São Paulo (capital cultural) e uma transformação da imagem e identidade das ilhas, antes reconhecidas por sua beleza natural (capital simbólico).
Atividades Portuárias vs. Poder Público	Econômico, Social, Cultural, Simbólico	Os conflitos de competência entre diferentes esferas governamentais (municipal, estadual e federal) revelam disputas por autoridade e legitimidade (capital simbólico). A poluição ambiental e criação de áreas de exclusão impactam a arrecadação diferenciada de impostos e influência sobre recursos públicos (capital econômico). Há tensões nas redes de relações institucionais (capital social) e diferentes interpretações técnico-científicas sobre os impactos ambientais, como demonstrado nos conflitos entre SMMA e INEA (capital cultural).
Atividades Portuárias vs. Sociedade Civil (ONGs, Universidades, órgãos de classe)	Econômico, Social, Cultural, Simbólico	A sociedade civil mobiliza conhecimento científico e técnico para contestar as práticas portuárias (capital cultural), utilizando redes de apoio e parcerias para amplificar denúncias (capital social). As organizações disputam a legitimidade nos processos decisórios sobre licenciamento e expansão portuária (capital simbólico), questionando o modelo de desenvolvimento centrado apenas no crescimento econômico (capital

Atores em Conflito	Capitais em Disputa Bourdieu, 1986)	Concepção dos Conflitos
		econômico). As evidências científicas de contaminação por metais pesados em mexilhões e águas fundamentam estas contestações.

Fonte: Elaborado pelo autor (dados da pesquisa, 2023).

As atividades Portuárias desenvolvidas, nos limites da APAMBC, ocorrem a partir da bacia de evolução³⁰ e píer³¹ para operações de transporte, estocagem e abastecimento de navios com minério de ferro estocado no Terminal da Ilha de Guaíba (TIG), Terminal de Uso Privado (TUP) localizado na Praia do Leste, Ilha Guaíba, Mangaratiba- RJ, pela empresa Vale S.A e prosseguem cortando todo o polígono da APAMBC (Figura 30).

Figura 30 – Localização física da planta do Terminal de Minério na Ilha Guaíba (TIG) - Vale S.A.



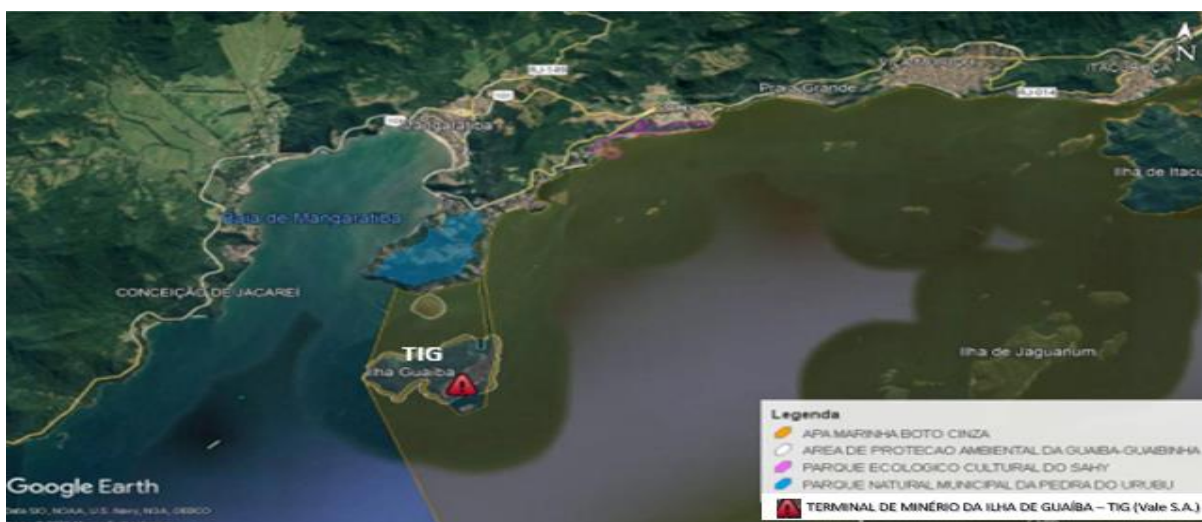
Fonte: Veja Abril, 2022.

³⁰ As bacias de evolução são áreas de manobras onde as embarcações realizam os giros necessários para a atracação ou desatracação (Antaq, 2019)

³¹ Píer é uma estrutura onde o minério é carregado ou descarregado de navios

A localização geográfica das instalações da Cia. Vale – TIG (, em Mangaratiba, possui proximidade com áreas das UCs municipal: (Figura 31).

Figura 31 - Localização geográfica do Terminal de Minério da Ilha Guaíba, da Vale S.A. e as Unidades de Conservação municipais existentes na região



Fonte: Google Earth

As figuras 30 e 31 ilustram respectivamente a localização geográfica do TIG, sua inserção nas APAs municipais (APA da Guaíba-Guaibinha e APAMBC) e relação de proximidades com outra UC (Parque Natural Municipal da Pedra do Urubu).

No entanto, como as águas da Baía de Sepetiba são de competência jurisdicional do Governo Federal e sob a responsabilidade da Marinha do Brasil, ocorre ainda, mesmo que dentro da APAMBC, em Mangaratiba, o uso de áreas de fundeadores³² e canal de acesso de navios para servir às atividades portuárias do Porto de Itaguaí; isto é, o Complexo Portuário de Itaguaí localiza-se no Estado do Rio de Janeiro, é administrado pela Companhia Docas do Estado do Rio de Janeiro (CDRJ) e as instalações portuárias estão situadas nos municípios de Itaguaí, Mangaratiba e Rio de Janeiro. Parte da população desconhece essa informação e identifica a atividade portuária apenas ao município de Itaguaí.

³² Fundeadouro ou ancoradouro é local onde a embarcação lança âncora para aguardar a entrada no porto.

Esta complexa estrutura de competências jurisdicionais sobreposta ao território da APAMBC cria um cenário de fragmentação institucional que dificulta a efetividade das ações de proteção ambiental e o manejo dos conflitos socioambientais, pois a falta de clareza sobre as responsabilidades e limites de atuação entre os diferentes entes federativos (União, Estado e Municípios) resulta em fiscalizações desarticuladas.

Essa desarticulação contribui para que as empresas portuárias transitem entre as diferentes esferas administrativas, aproveitando-se das discordâncias entre os órgãos fiscalizadores para dar continuidade às suas operações, mesmo quando estas geram impactos ambientais significativos ao ecossistema costeiro-marinho e às comunidades locais.

As atividades portuárias na Baía de Sepetiba surgem como uma oportunidade de atender às demandas do mercado e cadeias globais de *commodities* e dessa forma justificam as narrativas desenvolvimentista de crescimento econômico, geração de divisas para o país, emprego, renda e desenvolvimento locais. Por outro lado, o que temos são opções locacionais que além de especializar os territórios formatam zonas de sacrifícios onde perpetuam o racismo ambiental junto aos mais vulneráveis, bem como privilegiam o capital com seus megaprojetos que geram impactos ao meio ambiente, externalidades negativas e riscos socioambientais.

Em relação à APAMBC, as áreas de fundeio/fundeadores de navios estão justapostas com as áreas de pesca e áreas de agregação do Boto Cinza (Figura 29 e 32).

Essa localização do terminal de minério numa ilha, onde habitam moradores e muito frequentada por turistas, além de se mostrar como prejudicial ao turismo e à saúde e bem-estar da população, devido à poluição no ambiente marinho, representa um conflito socioambiental com a população residente e com o turismo.

Retomamos para explicitar que, conforme ilustra a Figura 29 as áreas de operações portuárias, bem como as áreas de fundeio e o canal de acesso do Complexo Portuário de Itaguaí como sendo o local onde os navios trafegam.

Figura 32 - Fundeadouros do Complexo Portuário de Itaguaí.



Fonte: http://web.antaq.gov.br/Sistemas/WebServiceLeilao/DocumentoUpload/Audiencia%20112/ITG02__Secao_A__Apresentacao.pdf#page=6.76

As áreas de exclusão de pesca e turismo, geradas em função da presença das atividades portuárias, têm se ampliado em decorrência do licenciamento ambiental de novos empreendimentos ou ampliação dos já existentes, diminuindo, por consequência, áreas de pesca, maricultura e dificultando a logística das rotas para a pesca artesanal e ofertas turísticas. Esse é um dos motivos geradores de conflitos socioambientais quanto ao uso, envolvendo a atividade de pesca artesanal e turismo com as atividades portuárias na APAMBC.

Analisamos ainda um outro fator que interfere na atividade pesqueira, relacionado à qualidade do pescado e saúde dos consumidores que o consomem. Trata-se de um relatório de perícia dos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente de Mangaratiba (SMMA) apresentado em uma das sessões do Conselho gestor da APAMBC, onde constataram a presença de metais pesados, em níveis muito acima do permitido, em mexilhões e outros pescados na Baía de Sepetiba, que nos direciona a pensar das responsabilidades de todos os empreendimentos portuários e industriais do entorno da baía.

Segundo o Plano de Manejo (PMM, 2019), devido ao alto risco das atividades portuárias, a prática de pesca artesanal, pesca profissional e/ou amadora e

maricultura são proibidas pelo Plano de Manejo da APAMBC, em todas as suas modalidades de captura junto à ZAP, o que nem sempre agrada aos pescadores, pois relatam que as embarcações de pesca industrial clandestinas realizam pesca nestas áreas proibidas e sem fiscalização por parte da prefeitura e outros órgãos; daí, surge o conflito socioambiental quanto ao processo de gestão da APAMBC envolvendo a pesca praticada pelas populações tradicionais (caiçaras e quilombolas) e o poder público.

A empresa Vale, sediada na Ilha Guaíba – Mangaratiba, é vista por grande maioria dos atores sociais e em particular a população caiçara e quilombola como uma ameaça ao meio ambiente; pois além de poluir gera uma exclusão de espaços destinados aos seus ofícios tradicionais de pesca a partir das boas condições do mar para seu sustento e sobrevivência. Nos relatos, a população tradicional diz não ter acesso à ocupação de postos de trabalhos nas empresas portuárias, pois ao se instalarem justificaram como um benefício para a população local a oferta de emprego; todavia, alegam os moradores que a maioria da sua força de trabalho não é residente em Mangaratiba, bastando observar os ônibus transportando os trabalhadores para fora do município ao término da jornada de trabalho.

A atividade turística possui conflito com a atividade portuária, pois é desenvolvida em um território com disputas espaciais quanto ao uso, que incluem a presença de navios cargueiros e balsas que carregam as embarcações com minério de ferro da empresa Vale S.A. sendo abastecidos em áreas próximas às ofertas turísticas da APAMBC (Figura 33).

No momento do mapeamento desse cenário conflito socioambiental, identificamos uma grande contradição entre os usos dos elementos marinhos e costeiros envolvendo a presença de um terminal de minério na Ilha Guaíba e as atividades turísticas em pleno desenvolvimento nesta mesma ilha; assim como ocorre na sua proximidade com a Ilha de Jaguanum, um conhecido ponto de visitação, que fica próxima ao TIG, com prejuízo às atividades turísticas no local devido fato do minério particulado em suspensão carregado pelos ventos em direção às ilhas (Figura 34).

Figura 33 – navios de minério de ferro no TIG vistos a partir da Ilha de Jaguanun



Nota: a foto foi feita usando um celular comum e aplicado zoom manual a partir da Ilha de Jaguanun.

Fonte: Acervo próprio, 2023.

Moradores das Ilhas Guaíba e de Jaguanun afirmaram o impacto negativo da poluição de minério de ferro em seus territórios. Tivemos relatos nas conversas sobre impactos na saúde dos moradores das ilhas, que inclusive no dia das visitas *in loco* estavam realizando uma ação social de uma ótica realizando exame de vista para os moradores e pescadores da Ilha de Jaguanun, que relataram que a saúde ocular deles tem sido afetada pelo minério que vem da Vale, que possui o seu terminal bem em frente a Ilha de Jaguanun (Figura 33 e 34).

Ainda nos relatos da visita de campo, um pescador de mais idade relatou que trabalhava no turismo antigamente, mas que o setor piorou muito na ilha devido à poluição, pois outrora eles recebiam até gorjetas em dólar e hoje o que sobrou foi a pesca artesanal. Membros gestores da Associação de Moradores e Pescadores da Ilha de Jaguanun também afirmaram que a Vale S.A. ajuda bastante a ilha com patrocínio da festa de São Pedro e ainda realizam a manutenção de uma igreja secular, esquecida pela prefeitura. Esses relatos da mineradora apoiar eventos dos moradores da Ilha de Jaguanun nos remete a Bourdieu quando afirma que " [...] a

transformação do capital econômico em capital social ou cultural, ou em capital simbólico, tem por efeito e por função última assegurar a reprodução das estruturas de dominação (Bourdieu, 2011)”.

Figura 34 - O turismo na Ilha Guaíba e o terminal de minério da Vale (TIG):um paradoxo



Fonte Adaptada do Portal Turismo, 2023.

Mapeamos e classificamos os conflitos socioambientais envolvendo a atividade portuária como relacionados à ocupação do território. Ouvimos tanto das populações tradicionais, residentes (especialmente na própria Ilha Guaíba e Jaguanum), ONGs, universidades, empresas ligadas ao turismo e o próprio poder público que as atividades portuárias são muito poluidoras e desrespeitosas com o meio ambiente e os direitos humanos, diante das operações que desenvolvem na baía de Sepetiba.

Diante dos recorrentes impactos ambientais associados às atividades do Terminal Marítimo da Ilha da Guaíba, organizações da sociedade civil têm intensificado suas ações em defesa da Baía de Sepetiba.

Podemos verificar os movimentos dos ambientalistas na tentativa de conter a poluição na Ilha Guaíba pela Vale S.A. (Figura 35).

Figura 35 – Movimento da sociedade civil contra a poluição na Ilha Guaíba



Fonte: Lucena, 2022.

ONGs, movimento de ecologistas, universidades e representantes das comunidades locais, tem reivindicado uma atuação conjunta e efetiva junto ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA), à Prefeitura de Mangaratiba e aos Ministérios Públicos Federal e Estadual, com o objetivo de conter a poluição gerada pelas atividades portuárias na Baía de Sepetiba e em especial no TIG/Vale S.A. Entre as principais preocupações destacam-se os riscos à biodiversidade marinha, à saúde pública e à economia tradicional baseada na pesca artesanal e no turismo.

Os ambientalistas denunciaram em 2022 a ausência de avaliação atualizada dos impactos socioeconômicos e ecológicos da mineradora, além do fato de o processo de licenciamento ambiental do terminal estar vencido há mais de dez anos (Lucena, 2022).

Nesta matéria, destaca-se a manifestação de um representante da sociedade civil que denuncia os impactos ambientais e socioeconômicos decorrentes das atividades da Vale S.A. no TIG/Vale S.A. O depoimento ressalta a crescente

contaminação da Baía de Sepetiba, em recorte especial para a APAMBC, por minério de ferro, apontando consequências negativas para o turismo, a pesca artesanal e a biodiversidade marinha, além de alertar para os riscos à saúde coletiva das comunidades locais.

Não é admissível que o Terminal da VALE S/A continue contaminando a Baía de Sepetiba e suas belas praias com minério de ferro. Este passivo ambiental vem crescendo e já provoca impactos no turismo, na pesca e riscos à vida marinha e os prejuízos socioeconômicos e agravos à saúde coletiva provocados por esta atividade industrial são, até o momento, incalculáveis. Não podemos naturalizar a contaminação de minério provocado pela Vale neste ambiente marinho e costeiro que é legalmente protegido como Área de Preservação Marinha Boto Cinza e, pela singularidade e riqueza ecológica e biodiversa da Baía de Sepetiba, que também tem status de proteção prevista na Constituição Estadual do Rio de Janeiro como Área de Preservação Permanente (APP) e como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)!, alerta Sérgio Ricardo, ecologia Cofundador do Baía Viva (Lucena, 2022)

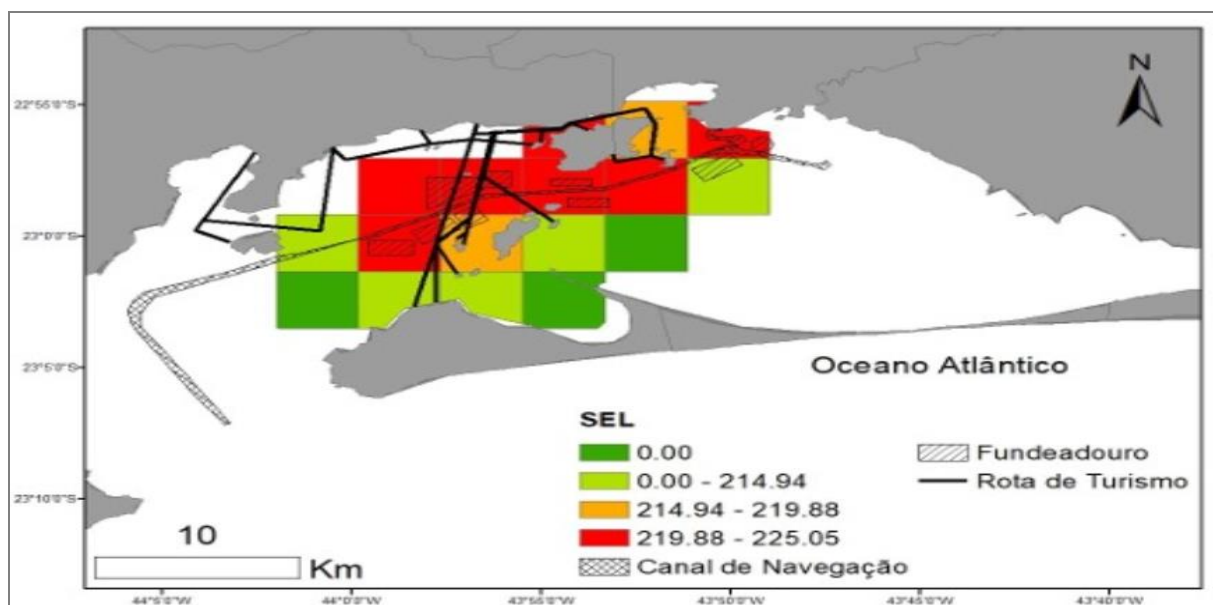
A fala do ecologista reforça a necessidade de reconhecimento deste território como área legalmente protegida, em conformidade com as normativas estaduais e federais, e evidencia a urgência de ações efetivas para conter a degradação ambiental e assegurar a preservação dos ecossistemas marinhos e costeiros da região.

Uma pesquisa realizada por Maciel (2020), em sua tese de doutorado intitulada “Ecologia acústica do boto-cinza (*Sotalia Guianensis*) nas baías de Sepetiba e Ilha Grande”, pela UFRRJ, nos traz evidências de que a sobreposição de usos do espaço marinho, com atividades portuárias intensas e pressão acústica elevada impactam diretamente espécies sensíveis como o Boto-Cinza. O mapeamento realizado no estudo contribui para a identificação de áreas críticas, sendo de fundamental importância para embasar estratégias de mitigação e planejamento ambiental, principalmente da APAMBC, como a definição de zonas de exclusão acústica ou ajustes nas rotas de navegação e operação portuária.

O Boto-Cinza é uma espécie costeira que depende de ambientes acústicos relativamente tranquilos para suas principais atividades comportamentais: comunicação, orientação e caça. Os níveis elevados de ruído nas zonas portuárias podem afetar negativamente essas funções vitais.

O estudo mostra o mapeamento das áreas mais ruidosas em uma região costeira, com base nos valores do nível de exposição à fonte sonora (em inglês SEL - *Sound Exposure Level*, em decibéis), mostrando a distribuição espacial do ruído considerando o tempo de exposição às fontes sonoras. Na Figura 36 podemos verificar as áreas coloridas no mapa em *grid* indicando diferentes níveis de SEL, sendo a coloração verde representativa dos menores níveis de ruído (SEL entre 0 e 214,94 dB), o amarelo e o laranja indicando níveis intermediários (214,94 a 225,05 dB) e a coloração vermelha destacando as áreas com maiores níveis de ruído, atingindo até 225,05 dB (Maciel, 2020).

Figura 36 - Nível de exposição do Boto Cinza às fontes sonoras



Fonte: Maciel, 2020.

As áreas vermelhas do mapa (Figura 36) indicam zonas de alto risco de perturbação acústica para o Boto-Cinza. Estas áreas em vermelho, coincidem com as zonas de atividades portuárias, que são regiões com intensa emissão sonora, atribuída à movimentação de navios, fundeadouros, e operações de carga e descarga, representando ambientes hostis à permanência dessa fauna marinha, podendo levar à evasão ou à diminuição da população dos cetáceos na Baía de Sepetiba, em especial na APAMBC.

O estudo acima é um exemplo que ilustra os conflitos socioambientais das universidades, institutos de pesquisas, ONGs e sociedade civil como um todo em defesa do Boto Cinza e de todo o ecossistema costeiro-marinho da Baía de Sepetiba e em particular a APAMBC.

Em nossas análises entendemos que a localização da atividade portuária da Vale S.A, no TIG só se justifica pelas estratégias de lucro da mineradora. Isso ocorre porque o canal de acesso dos navios ao TIG é mais profundo; portanto permitindo a passagem de navios mais pesados, que exigem grandes carregamentos de minério, que seguem rumo ao exterior, principalmente a China (cerca de 70% dos carregamentos do TIG).

Além disso, essa localização do TIG permite superar o volume de carregamento de um outro terminal de minério no Porto de Itaguaí, também de propriedade da Cia. Vale S.A., a Companhia Portuária Baía de Sepetiba (CPBS).

Por fim, em Itaguaí, devido aos diversos usos e ocupações dos empreendimentos na Baía de Sepetiba, as operações da Cia. Vale encontraram no município de Mangaratiba condições perfeitas para operar em maior escala, lucrar mais, trazendo mais riscos socioambientais para o município.

As operações da Vale em Mangaratiba receberam melhorias para possibilitar a atracação de navios de grande porte, com capacidade de até 325 mil toneladas (*grifo nosso*). A primeira embarcação com essas características que embarcou no local foi o Sea Caofeidian, em novembro do ano passado. "O terminal recebeu adequações para a atracação dos Guaibamax e a equipe foi capacitada para esta operação. O porto também começa a receber outros navios deste porte, aumentando a eficiência e a tecnologia nas operações", diz Walter Pinheiro, gerente-executivo de Operações do TIG e da Companhia Portuária Baía de Sepetiba (CPBS), em Itaguaí, onde a Vale também opera operações portuárias. Em 2022, o Terminal da Ilha Guaíba (TIG) embarcou 27,8 milhões de toneladas. O dado faz parte do Balanço Vale+, relatório divulgado recentemente. Um gigante em alto-mar: Comprimento: 340 metros (equivalente a quase nove vezes o comprimento da estátua do Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, ou 3,5 vezes as de um campo oficial de futebol); Largura: 62 metros (extensão um pouco maior que a de 12 carros populares de mil cilindradas enfileirados); Altura do casco: 29,5 metros (equivalente a um prédio de quase 10 andares); Capacidade de carregamento: 325 toneladas (capaz de levar 325 carros populares de mil cilindradas); Altura da vela: 24 metros (equivalente a um prédio de oito andares); Diâmetro da vela: 4 metros (<https://vale.com/>. Acesso em 23 de set. de 2024).

Importante explicar que a Cia. Vale na Costa verde fluminense é chamada de Complexo Portuário Sul (Portos Sul); pois é formado pelo TIG, em Mangaratiba e

pelo terminal da CPBS, em Itaguaí e que ambos os terminais, juntamente com outras empresas integradas, fazem parte do Complexo Portuário de Itaguaí, desmentindo a ideia de que passam para a população de Mangaratiba de que o porto é somente em Itaguaí, o que faz as pessoas acreditarem devido ao nome dado ao porto.

O empreendimento desta Cia. em Portos Sul, possui uma área total de 1,4 milhão m², tem capacidade total de embarque de 70 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. O minério de ferro é proveniente das minas do sul de Minas Gerais e é distribuído nos dois terminais através do modal ferroviário e no caso do TIG a linha férrea atravessa o continente e descarrega na Ilha de Guaíba.

Tomando como referência a Figura 32, que ilustra os fundeadouros de navios, observamos que a profundidade mínima dos fundeadouros e o calado máximo nas operações da Cia. Vale têm impactos significativos nos municípios envolvidos. Os dados apresentados na Tabela 4 revelam que os fundeadouros A, B, E e F, localizados no TIG em Mangaratiba, possuem profundidades variando entre 10,08 metros e 14,3 metros.

Tabela 4 - Dimensão dos fundeadouros de navios no Complexo Portuário de Itaguaí.

Fundeadouro	Profundidade mínima (m)	Calado máximo (m)	Terminal	Município
A	10,08 a 14,3	9,6 a 12,8	TIG	Mangaratiba
B	10,0 a 13,2	8,9 a 11,8	TIG	Mangaratiba
C	7,9	7,1	CPBS	Itaguaí
D	7,2	6,5	CPBS	Itaguaí
E	11,6 a 11,8	10,4 a 10,5	TIG	Mangaratiba
F	12,6	11,2	TIG	Mangaratiba

Nota:

http://web.antaq.gov.br/Sistemas/WebServiceLeilao/DocumentoUpload/Audiencia%20112/ITG02___Secao_A___Apresentacao.pdf#page=3.90

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Antaq, 2011.

Essa profundidade permite o carregamento de navios mais pesados, mas também pode resultar em maior assoreamento do canal de acesso, que constantemente são dragados e com isso causam impactos socioambientais, dificultando a logística da pesca e impactos ambientais severos aos ecossistemas marinhos e costeiros.

Por outro lado, os fundeadouros C e D, pertencentes à CPBS em Itaguaí, possuem profundidades menores (7,9 e 7,2 metros, respectivamente), o que afeta a eficiência operacional da empresa que opera com carregamentos em navios menores.

A Cia. Vale opera desde 1973 no município de Mangaratiba e já sofreu uma série de processos de interdição pelo poder público municipal devido aos impactos gerados ao meio ambiente da APAMBC.

Observamos uma apresentação dos resultados da vistoria da SMMA no TIG durante uma sessão extraordinária do Conselho Gestor da APAMBC, onde o Secretário de Meio Ambiente e seu corpo técnico detalhou, junto aos membros do conselho, a situação referente à poluição por minério de ferro e os contaminantes decorrentes das operações da empresa Vale S.A., que iria embasar a interdição do terminal de minério.

No Parecer Técnico (PMM, 2021) apresentado na reunião do órgão colegiado pela equipe da SMMA e consultado pelo pesquisador nos arquivos do Conselho Gestor da APAMBC, elaboramos uma síntese sobre a contaminação e poluição ambiental causada pela Vale S.A. em sua operação no Terminal de Ilha Guaíba (TIG). A metodologia usada pela equipe incluiu a coleta de amostras de água doce e salina, sedimentos marinhos, solo, efluentes industriais e sanitários, e emissões atmosféricas em várias localizações na Ilha Guaíba. Os laboratórios envolvidos nos testes das coletas foram Green Brasil, Aires e Aqua Consult, responsáveis por analisar parâmetros como alumínio, fósforo, manganês e oxigênio dissolvido na água superficial; alumínio, ferro e magnésio nos sedimentos marinhos; ferro, alumínio e bário no solo; PM10, PM2,5, CO, NO2, SO2 e O3 nas emissões atmosféricas; e alumínio, manganês, ferro e zinco na bioacumulação em moluscos.

Apresentamos algumas das quantidades dos contaminantes e os níveis toleráveis, da seguinte forma:

- a) na água salina, foram encontrados níveis preocupantes de contaminantes. O alumínio foi medido em 0,18 mg/L, valor que ultrapassa de forma expressiva o tolerável pela FDA, estabelecido em 0,005 mg/L para ingestão segura (FDA, 2005). O manganês apresentou 0,44 mg/L, superando o limite de 0,1 mg/L estipulado

pelo CONAMA 357/2005 (CONAMA, 2005). Ademais, o oxigênio dissolvido foi registrado em apenas 1,8 mg/L O₂, muito aquém do mínimo exigido de 6,0 mg/L O₂ pela mesma resolução (CONAMA, 2005). Por fim, o fósforo total, medido em 0,30 mg/L, excede o limite tolerável de 0,062 mg/L, conforme valores indicados em estudos sobre eutrofização (Dodds, 1998).

- b) nos sedimentos marinhos, foram detectados alumínio (160,20 mg/kg), ferro (913,50 mg/kg) e magnésio (285,00 mg/kg). Esses valores podem ser considerados baixos quando decorrente das atividades industriais (Silva et al., 2015; EPA, 2019).
- c) em amostras de solo, os níveis de ferro apresentaram variações marcantes: na Praia Itapuá, o teor foi de 4.790,00 mg/kg, dentro do limite de até 13.020,49 mg/kg (Silva et al., 2015), enquanto na Praia do Raposo, o ferro atingiu 22.770,00 mg/kg, ultrapassando esse valor. Quanto ao alumínio, a concentração na Praia do Raposo foi de 20.370,00 mg/kg, situando-se na faixa de fundo esperada (15.000 a 25.000 mg/kg, EPA, 2019), já na Ilha da Guaíba os níveis foram de 1.348,00 mg/kg, indicando valores abaixo do fundo natural. Além disso, o bário na Praia do Raposo foi medido em 239,50 mg/kg, superando o limite de 150 mg/kg estabelecido pelo CONAMA 420/2009.
- d) A bioacumulação em moluscos revelou níveis alarmantes: o alumínio atingiu 28,5 mg/L nos tecidos, muito acima do limite tolerável para ingestão – que, segundo a FDA, é de 0,005 mg/dia –, evidenciando risco severo para a saúde humana (FDA, 2005). O manganês apresentou 113 mg/L, aproximadamente 10 vezes o valor de referência de 11,3 mg/L para tecidos seguros (IOM, 2001; WHO, 2004). Além disso, o ferro foi encontrado em 42,3 mg/L e o zinco em 19,4 mg/L, ambos excedendo os níveis considerados seguros para consumo, conforme recomendações internacionais (IOM, 2001; WHO, 2004). Tais concentrações representam risco de efeitos tóxicos, como danos neurológicos, estresse oxidativo e

alterações metabólicas, comprometendo a saúde da população e a integridade da cadeia alimentar (Abdalla, 2015; WHO, 2004).

Ressaltamos que os impactos são severamente significativos para a saúde humana e para o ambiente.

Os técnicos da SMMA explicaram que: a bioacumulação nos níveis apontados dos metais pesados como alumínio, manganês, ferro e zinco em moluscos potencialmente pode ingressar na cadeia alimentar humana, com potenciais riscos de doenças neurológicas, cardiovasculares e renais. Na água, a presença desses contaminantes podem afetar fontes de água potável, causando danos à saúde pública. O material particulado (PM10 e PM2,5) desses metais pesados no ar e solo pode ocasionar doenças respiratórias severas e outros males para a saúde das comunidades locais, além de poder contaminar outros ambientes mais distantes ao ser carregado pelos ventos.

No que diz respeito ao meio ambiente, os técnicos alertaram que: as concentrações de metais pesados além dos tolerados representam toxidade em agravo para os organismos aquáticos, alterando toda a biodiversidade e a manutenção dos ecossistemas. A contaminação do solo agride drasticamente a vegetação local e a fauna terrestre. Os organismos marinhos podem sofrer impactos comprometendo toda a cadeia alimentar, desde predadores superiores até as espécies economicamente importantes para a pesca local.

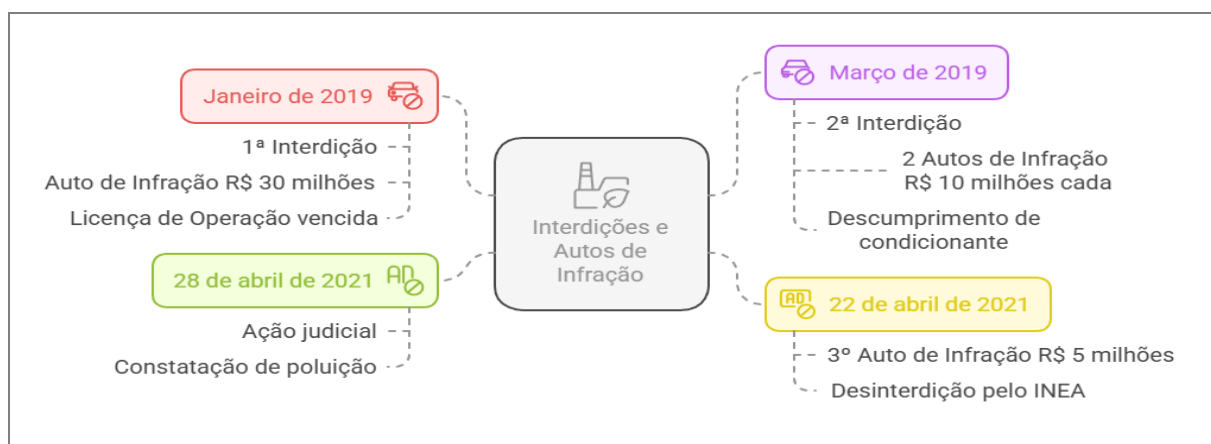
Diante do quadro agravante dos resultados apresentados pelos técnicos da SMMA, os membros do Conselho Gestor da APAMBC tomaram ciência e, por unanimidade acolheu a iniciativa de interdição do TIG por entender que os contaminantes encontrados geram efeitos nocivos para a população local e ecossistemas das UCs, em especial a APAMBC.

O Parecer Técnico (PMM, 2021) foi elaborado em resposta à solicitação do Ministério Público Federal (MPF) e aos reiterados atos de interdição aplicados à Vale S.A., no Terminal da Ilha da Guaíba, visando analisar os impactos ambientais acumulados ao longo de décadas de operação. Apesar da apelação da empresa e do subsequente apoio do INEA para a desinterdição, os dados técnicos indicam que a contaminação e degradação ambiental persistem e se agravam.

Levando em consideração todo o exposto, classificamos esses processos de ações judiciais e interdições como sendo um conflito socioambiental enquadrado na categoria de gestão do território; pois a prefeitura de Mangaratiba, por meio da SMMA se viu num espaço de conflitos de competências com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) quando discordam das tomadas de decisões entre ambas as esferas.

A seguir detalhamos (Figura 37) uma cronologia que retrata esse imbróglio envolvendo as duas esferas de poder em plena situação de conflito de competências.

Figura 37: Ações e interdições do Terminal de Minério da Ilha Guaíba, da Vale S.A.



Fonte PMM, 2021.

A SMMA interditou o TIG de manhã e o INEA desinterditou o terminal algumas horas após, sob a alegação de ser sua a competência para fiscalizar e licenciar o empreendimento e considerou, em nota no dia 22/04/2021, a interdição realizada pela SMMA como “arbitrária e irresponsável”.

O órgão ambiental estadual considerou arbitrária e irresponsável a decisão da Secretaria de Meio Ambiente de Mangaratiba, uma vez que, conforme preconiza a legislação ambiental, o Inea é o órgão competente para licenciar e fiscalizar a operação do Terminal da Vale. Além disso, a interdição aplicada pelo ente municipal não apresenta respaldo em iminência ou flagrante degradação ambiental, mas tão somente em suposta inexistência de licença válida, que também não encontra qualquer fundamento com o processo administrativo conduzido pelo Inea. Cabe ressaltar que, em nenhuma das vistorias realizadas pelo Inea, especialmente nas recentes (última vistoria realizada em setembro de 2020) foi constatado cenário de dano ambiental que ensejasse medidas extremas

de interdição sancionatórias ou de natureza cautelar. (<https://observatoriodamineracao.com.br/>).

De outro lado, a SMMA contra-argumentou em nota, na mesma data, declarando que:

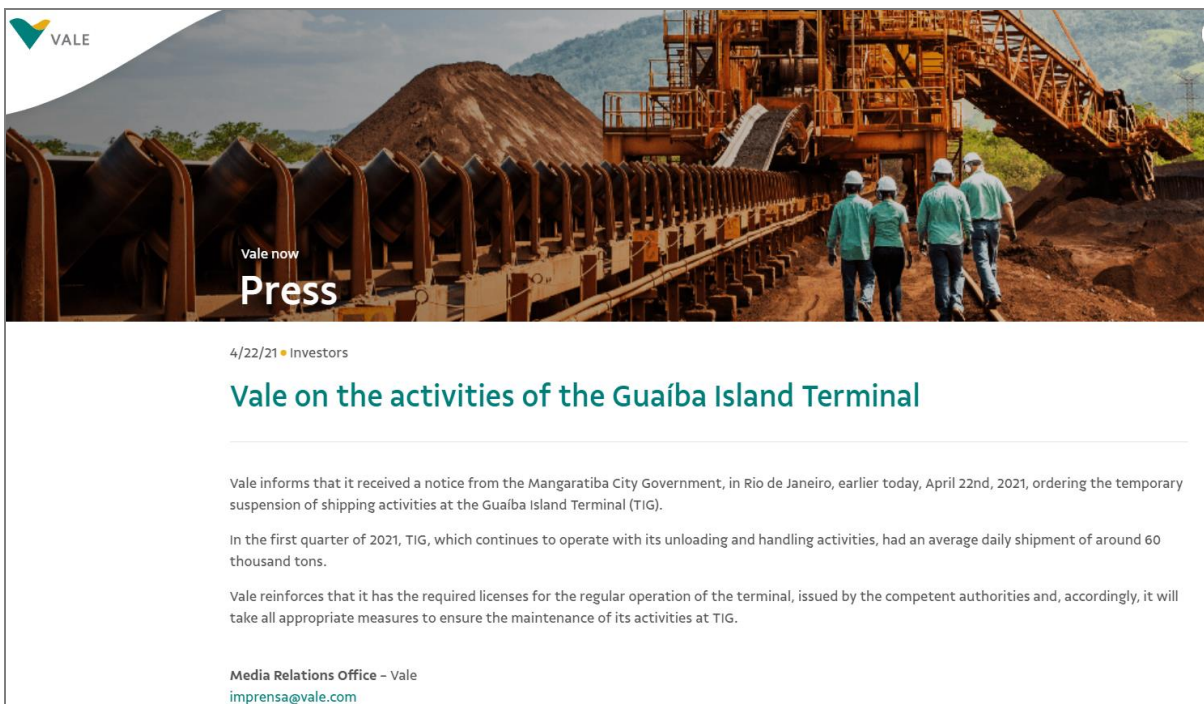
A Secretaria de Meio Ambiente de Mangaratiba, em face às controversas informações esclarece que: – Não houve irregularidade no ato da Secretaria Municipal de Meio Ambiente ao interditar o Terminal da Vale na Ilha da Guaíba. – A Licença de Operação do Terminal (LO 001318), emitida pelo INEA, está vencida há dez anos e em um infundável processo de renovação. [...] a Secretaria de Meio Ambiente de Mangaratiba, no uso de suas atribuições fiscalizatórias, conferidas pelo art. 17, parágrafo 3º, da Lei Complementar 140/2011, e pautada no dever de cooperação entre os entes federativos em matéria ambiental, conforme artigo 1º da mesma lei, realizou a interdição do Terminal Ilha Guaíba, polo de operação da Vale S/A. [...] A Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Mangaratiba considera que a declaração do INEA de que a decisão tomada foi “irresponsável e arbitrária” é descabida, fora de contexto e fere o princípio claro da cordialidade entre entes [...] (<https://observatoriodamineracao.com.br/>).

Lembramos que a Vale S.A. já havia sofrido, em 2019, um processo anterior de interdição pela Prefeitura de Mangaratiba (Figura 37). Preocupada com a cotação das ações de suas *commodities* de minério na Bolsa de Valores em todo o mundo, apela para outras esferas de poder de maior vulto para desinterditar o empreendimento e, em seguida, insere mensagem no seu site para orientar os investidores sobre a normalidade das operações no TIG, conforme ilustra a Figura 38.

Essas ações exprimem claramente o uso rápido de tecnologias para controlar as narrativas e discursos (Ingram; Ingram; Lejano, 2013; Rogerson *et al.*, 2013; Han, 2022) no intuito de criar uma imagem de normalidade e convencer o público de que nada está errado do ponto de vista socioambiental. Resolvemos cunhar, neste estudo, o conceito de “Tecnototalitarismo Socioambiental Discursivo”, como sendo uma estratégia que busca dar legitimidade ao exercício totalitário de poder (Arendt, 1989) no âmbito econômico, simbólico e político, com o uso das novas tecnologias, especialmente em um cenário de tecnocracia (Goytisoló, 1981) explorado tanto pelas empresas quanto pelo poder público em resposta às situações de tensões ou conflitos socioambientais. Estas possibilidades de resposta rápida para controlar os

discursos e narrativas emergem com a globalização da economia e com os novos formatos de uma sociedade em rede (Castells, 2006) e interconectada a partir de aparatos tecnológicos cada vez mais ágeis.

Figura 38 – Comunicado aos acionistas: controle de narrativas da Vale S.A.



Vale now
Press

4/22/21 • Investors

Vale on the activities of the Guaíba Island Terminal

Vale informs that it received a notice from the Mangaratiba City Government, in Rio de Janeiro, earlier today, April 22nd, 2021, ordering the temporary suspension of shipping activities at the Guaíba Island Terminal (TIG).

In the first quarter of 2021, TIG, which continues to operate with its unloading and handling activities, had an average daily shipment of around 60 thousand tons.

Vale reinforces that it has the required licenses for the regular operation of the terminal, issued by the competent authorities and, accordingly, it will take all appropriate measures to ensure the maintenance of its activities at TIG.

Media Relations Office – Vale
imprensa@vale.com

Fonte: Disponível em: <https://vale.com/w/vale-on-the-activities-of-the-gua%C3%ADba-island-terminal>.
Acesso em: 04 mar. 2023.

Não obstante ao degradante e impactante processo de poluição de minério de ferro gerada pela Cia. Vale S.A., que opera no Complexo Portuário de Itaguaí e em específico no TIG, localizado no polígono da APAMBC, a empresa vem desenvolvendo na região pesquisas para a exploração de um outro tipo de minério, a Ilmenita, recurso mineral de ricas propriedades de titânio.

Esclarecemos que a atividade de mineração de ilmenita está na fase de pesquisa (SGB, 2024) e representa uma oportunidade da empresa em aproveitar os recursos minerais mais diversificados e com isso poluir mais ainda a Baía de Sepetiba, segundo os pescadores que ficaram receosos com essa possibilidade. Daí; abre-se um novo flanco de potencial conflito socioambiental quanto ao uso dos elementos marinhos e costeiros, que será muito combatido pela população em geral e sociedade civil organizada em prol do meio ambiente.

Segundo o Serviço Geológico do Brasil (SGB): “a ONU reconhece que a atividade extrativa provocará danos ambientais inevitáveis. No caso da lavra submarina, a principal preocupação é o rompimento do equilíbrio de ecossistemas (SGB, 2024).

Técnicos da Cia. Vale S.A. afirmam que estas áreas demarcadas como pesquisa para fins industriais de ilmenita nada mais são do que o processo de dragagem e afundamento do canal de acesso ao Complexo Portuário de Itaguaí. Mas, os pescadores alimentam argumentos que as atividades portuárias querem acabar com as praias da Costa Verde, assim como a chegada do Porto de Sepetiba acabou com as praias de Sepetiba, Brisa e Pedra de Guaratiba.

Como podemos observar, no momento trata-se apenas de disputas de narrativas que alimentam o surgimento de um potencial conflito socioambiental relacionado ao uso dos recursos marinhos e costeiros numa UC, caso se confirme o processo de exploração.

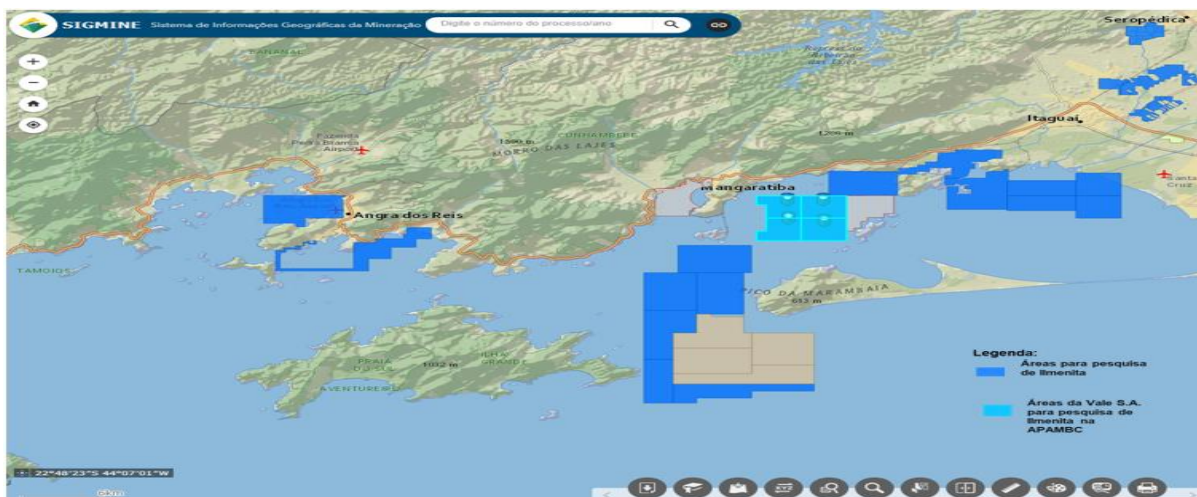
A partir de observações notamos que em algumas praias visitadas (Itacuruçá e Muriqui) foram encontrados sedimentos de lama e material ferroso nas áreas de banho e areia da praia, respectivamente. Não se pode afirmar sem um laudo técnico da qualidade das águas atestando a balneabilidade das praias, pois esta informação não está à disposição da população.

Com base na Figura 39, observa-se a distribuição das áreas de pesquisa para exploração de ilmenita na APAMBC (Área de Proteção Ambiental Marinha da Baía de Campos). A ilmenita, principal minério de titânio, possui alto valor econômico devido às suas aplicações em pigmentos, ligas metálicas e indústria aeroespacial. As zonas destacadas em azul indicam regiões de potencial mineralógico onde estudos geológicos estão sendo conduzidos para avaliar a viabilidade da extração deste mineral em ambiente marinho.

A exploração de ilmenita em áreas de proteção ambiental marinha requer equilíbrio entre desenvolvimento econômico e conservação. As pesquisas devem considerar rigorosamente os impactos sobre ecossistemas marinhos, fauna bentônica e qualidade da água. A sobreposição entre zonas de interesse mineral e áreas protegidas exige protocolos ambientais rigorosos e tecnologias de extração

que minimizem impactos ecológicos, garantindo atividades futuras sustentáveis e responsáveis.

Figura 39 - Mapa do Sistema Minerário da Baía de Sepetiba



Nota: O destaque em azul claro onde está localizada a Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza.

Fonte: SIGMINE (2024)

O requerimento da Cia. Vale para pesquisa e exploração da ilmenita na Baía de Sepetiba foi arquivado pelo MPF, mas no Governo Bolsonaro foi reaberto e desbloqueado judicialmente para pesquisas com vistas à futura exploração. O Quadro 22 demonstra os processos ativos para atividade de pesquisa na Baía de Sepetiba, sendo os que estão destacados estão localizados na APAMBC.

Quadro 22 - Processos de pesquisa liderados pela Cia. Vale S.A. para futura exploração de ilmenita.

Processo	Número	Ano	Fase	Titular	Substância	Uso	Área (ha)	UF	Último evento
890060/2005	890060	2005	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	VALE S.A.	ILMENITA	Industrial	856.07	RJ	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE EM 19/09/2018
890061/2005	890061	2005	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	VALE S.A.	ILMENITA	Industrial	990	RJ	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE EM 19/09/2018
890062/2005	890062	2005	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	VALE S.A.	ILMENITA	Industrial	861.11	RJ	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE EM 19/09/2018
890063/2005	890063	2005	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	VALE S.A.	ILMENITA	Industrial	990	RJ	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE EM 19/09/2018
890064/2005	890064	2005	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	VALE S.A.	ILMENITA	Industrial	1000	RJ	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE EM 19/09/2018
890065/2005	890065	2005	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	VALE S.A.	ILMENITA	Industrial	990	RJ	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE EM 19/09/2018
890066/2005	890066	2005	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	VALE S.A.	ILMENITA	Industrial	1000	RJ	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE EM 19/09/2018
890067/2005	890067	2005	AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA	VALE S.A.	ILMENITA	Industrial	990	RJ	1812 - ÁREA DESBLOQUEADA JUDICIALMENTE EM 19/09/2018

Obs.: Área de pesquisa na Baía de Sepetiba (Porto de Sepetiba). Os processos destacados pertencem à APAMBC.

Fonte: SIGMINE (2024)

As atividades portuárias na APAMBC, sob o olhar da ecologia política, podem ser entendidas como um conflito onde o capital econômico torna-se prioridade em detrimento aos elementos naturais e bem-estar da população. Neste contexto, concordamos com Mészáros (2009) ao afirmar que:

[...] quando a dissipação destrutiva dos elementos naturais e da riqueza social se torna a condição objetiva da reprodução ampliada do capital, a 'dominação contínua da riqueza sobre a sociedade' já não pode fazer sentido do ponto de vista da reprodução societária sustentável (p.940).

Além disso, é importante considerar que a dinâmica das atividades portuárias não ocorre isoladamente, pois está intrinsecamente ligada à vida das comunidades locais, à economia regional e às políticas públicas nacionais como um projeto ligado ao crescimento e desenvolvimento econômico, bem como está diretamente associado à condição e posição do Brasil no capitalismo global, condição essa de um país do capitalismo dependente e periférico (Svampa, 2012, 2013, 2020).

Assim, Lefebvre (1991) argumenta que tanto as forças produtivas quanto as relações de produção têm um papel determinante na produção do espaço. Em outras palavras, a maneira como o espaço é concebido, construído, organizado e vivenciado não é apenas resultado de processos naturais ou físicos, mas também de processos sociais, econômicos e políticos. O espaço não é simplesmente um produto passivo desses processos, mas é ativamente moldado e transformado por eles. Portanto, compreender essas interações é fundamental para uma gestão sustentável e equitativa do território.

Em relação às atividades portuárias há um incentivo de geração de divisas e riquezas, usando todos os seus meios disponíveis (políticos, jurídicos, aparato policial e militar etc.) com vistas a essa tarefa. O Estado oferece o suporte técnico, regulador, normativo, administrativo, financeiro e tecnológico para que os projetos desenvolvimentistas operem, ao mesmo passo que diante dos agravos, impactos e riscos socioambientais, se intitulem como defensores confessos da causa ambiental.

2.3.2.3.1 Análise e discussão das relações de forças

Os conflitos socioambientais relativos às operações portuárias na APAMBC envolvem uma série de atores sociais em disputa por diferentes formas de capitais, conforme conceituados por Bourdieu (1986, 2004, 2007, 2011). Esses conflitos ocorrem na ZAP, onde observamos uma série de sobreposição de atividades incluindo as portuárias com outras práticas tradicionais e econômicas geradoras de conflitos socioambientais significativos. As atividades da Vale S.A. no TIG revelam como as noções de campo, capital e *habitus* de Bourdieu (1986, 2004, 2007, 2011) se manifestam nesses conflitos.

A análise dos conflitos socioambientais em Mangaratiba e, mais especificamente, nos que envolvem as atividades portuárias na APAMBC revela que as disputas não são apenas sobre o uso físico dos elementos naturais, mas também sobre os significados construídos e atribuídos a esses elementos, traduzindo a ideia de que os oceanos e costas são "mares políticos" (Tasoff, 2017; Jacquet, Pachauri e Tubiana, 2011).

Neste cenário, o campo representa o espaço social onde as interações e disputas entre diferentes atores sociais acontecem. Estão presentes neste campo as comunidades tradicionais (Caiçaras e Quilombolas), empresas de turismo, poder público e sociedade civil (ONGs, universidades e órgãos de classe) e população residente. Todos esses atores disputam por diferentes tipos de capital: econômico, social, cultural e simbólico, conforme a teoria de Bourdieu (1986, 2004, 2007, 2011).

O capital simbólico, que segundo Bourdieu (1986, 2004) se refere à "forma que os diferentes tipos de capital assumem quando são percebidos e reconhecidos como legítimos", é talvez o mais sutil, mas não menos poderoso nos conflitos relacionados às operações portuárias, pois este capital manifesta-se na capacidade dos atores de influenciar percepções e legitimar certas práticas e estruturas de poder no território.

O capital social é representado pelas associações e adesões de forças dentro e fora do território para lutar contra os abusos relacionados ao capital econômico. Através deste capital, comunidades tradicionais e organizações da sociedade civil constroem redes de apoio que contestam narrativas que buscam justificar projetos

desenvolvimentistas que, em muitos casos, degradam os elementos naturais, interferem no modo de vida, bem-estar e invisibilizam o capital cultural dos atores sociais do território (Bourdieu, 1986, 2004).

As empresas portuárias, por possuírem um elevado aporte de capital econômico, exercem significativa influência dentro e fora do campo, o que pode afetar direta ou indiretamente toda a dinâmica das relações sociais, uso e gestão dos elementos naturais no território, acumulando cada vez mais reconhecimento e legitimidade sobre o território e na conjuntura mais ampliada geograficamente, já que operam transnacionalmente.

De um modo geral, os atores sociais utilizam narrativas e conhecimentos para legitimar suas ações e projetos. Essas narrativas variam de representações sociais complexas às metáforas simples que moldam a realidade e influenciam as políticas e ações dentro e fora do território (Lakoff; Johnson, 2008; Scoones *et al.*, 2014; Young *et al.*, 2018).

No estudo de Harrison (2008), a oposição ao desenvolvimento de uma instalação de gás natural liquefeito em Connecticut, nos EUA ilustra como narrativas sobre ameaças ao meio ambiente e terrorismo foram usadas para ampliar os argumentos e aumentar os riscos percebidos, influenciando a opinião pública e a formulação de políticas.

Em Mangaratiba, as narrativas podem ser observadas na forma como as comunidades tradicionais resistem às práticas de grandes empresas portuárias, utilizando seu capital cultural baseado em práticas sustentáveis e conhecimento tradicional. Um exemplo concreto é a participação de lideranças, principalmente da pesca artesanal, em audiências e consultas públicas quando esses empreendimentos precisam apresentar seus projetos de ampliação de infraestrutura. Nesses eventos, fica clara a defesa dos modos de vida das comunidades pesqueiras no território, manifestando seu capital cultural incorporado.

As ONGs e universidades utilizam seu capital cultural institucionalizado a partir do conhecimento científico, mobilizando seu capital social para pressionar os tomadores de decisões para gerirem de modo sustentável o território. Ao denunciar os crimes ambientais das operações portuárias, estas organizações buscam

tornarem legítimas suas pautas de reivindicações usando as evidências científicas e apoio popular, convertendo seu capital cultural em capital simbólico.

Os processos de conhecimento e as narrativas usadas para justificar ações e políticas também funcionam como mecanismos de acumulação de capital. A produção e mobilização do conhecimento podem legitimar determinadas ações e excluir outras perspectivas (Forsyth, 2003; Jasanoff, 2004; Jasanoff et al., 2001).

Por outro lado, em Mangaratiba, o conhecimento técnico-científico e as narrativas socioambientais são utilizados também pelo poder público para promover políticas de conservação que podem não considerar as realidades e necessidades das comunidades locais, como observado por Idrobo, Davidson-Hunt e Seixas (2016) no contexto das comunidades caiçaras no Brasil. Isso demonstra como o capital cultural pode ser utilizado para reforçar ou contestar formas de dominação.

No contexto do campo, o poder público surge como um agente regulador e mediador das interações entre os atores sociais, onde cada ator ou grupo de atores sociais articulam diferentes tipos de capitais na defesa de seus interesses e modos de influenciar os processos decisórios. O poder público, diante da execução de suas ações e políticas públicas, influencia o processo de distribuição e valorização desses capitais, delineando as dinâmicas e as relações de força entre os atores sociais do território.

É importante reconhecer que capital econômico é um fator crítico de sucesso nas decisões do poder público, que muitas vezes defende o licenciamento de atividades portuárias no território da APAMBC com base nos benefícios econômicos, como geração de emprego e renda, além de promover o crescimento econômico local e regional.

Ainda nessa análise dos capitais, o poder público articula seu capital cultural e simbólico por meio da construção de narrativas, linguagens e discursos legitimadores do desenvolvimento e crescimento econômico. Em termos práticos, isso ocorre através da emissão de relatórios oficiais, comunicados e campanhas de informação para direcionar a opinião pública e justificar ações positivas (vagas de emprego, aumento da arrecadação de impostos, investimentos em áreas-chave, crescimento no comércio e serviços locais, projetos sociais nas comunidades etc.) em prol do empreendimento portuário e com isso vai controlando as narrativas

opositoras, invisibilizando os impactos negativos, desmobilizando as comunidades afetadas de forma a prejudicar a organização e resistência contra os agravos socioambientais causados pelas empresas portuárias.

Um exemplo onde o poder público apresenta disputa de capitais entre esferas diferentes pode ser visto onde o INEA e SMMA divergem entre si em suas competências, buscando afirmar sua autoridade, revelando as dinâmicas de capital simbólico e político envolvidas. A Vale S.A., preocupada com a cotação de suas ações, utilizou seu capital econômico e social para influenciar a desinterdição e assegurar aos investidores a normalidade das operações. Essa situação ilustra como as relações e os interesses econômicos podem influenciar decisões socioambientais, refletindo a luta simbólica entre os órgãos e a empresa pela acumulação de diferentes formas de capital.

Destacamos ainda em nossas análises o *modus operandi* do poder público ao perpetuar o *habitus* no território, adotando um conjunto de práticas que refletem uma visão tecnocrática e desenvolvimentista do progresso, que em muitas vezes chega a ser convincente para as mentes dominadas.

O *habitus*, de acordo com Bourdieu (1977, 1986, 1990, 2004, 2007), refere-se a sistemas de disposições duráveis e transponíveis que funcionam como princípios geradores e organizadores das práticas e representações. No caso em análise, essas práticas orientam tomadas de decisões favorecendo projetos de infraestrutura compartilhada com outras esferas governamentais, órgãos de fomento nacionais e internacionais, parcerias público-privadas, acordos de cooperação técnica, inovação tecnológica, entre outros, que são percebidos como grandes indutores do desenvolvimento econômico.

Podemos citar exemplos dessas práticas que vão desde a ampliação das instalações do porto para ser o maior *hub* de *commodities* de minério de ferro na América Latina até o aumento das exportações de minério de ferro para a China, Europa e outros novos mercados. Essas práticas refletem disposições incorporadas que valorizam certos tipos de capital (especialmente o econômico) sobre outros.

Além disso, o poder público articula o *habitus* para promover diversos programas de compensação ambiental e social que surgem como solucionadores

nas propostas de mitigação dos impactos socioambientais negativos das atividades portuárias.

Os Termos de Ajuste de Condutas (TAC), conduzidos muitas vezes pelo MPF e demais instituições públicas envolvendo ONGs e outros parceiros, são tidos como insuficientes e não equitativos na mesma medida dos impactos e riscos socioambientais que as comunidades são afetadas. Estes TACs atuam para moldar a percepção da legitimidade das ações estatais, ancorando-se na aceitação declarada do desenvolvimento econômico como prioridade.

Reconhecemos que nessas ações, muitas vezes, arrefecem os conflitos por algum tempo, porém mantém a desconfiança entre os diferentes atores sociais sob sua real eficácia, podendo levar à eclosão de novos conflitos socioambientais, já que essas práticas perpetuam a dominação, influenciando a própria forma como as comunidades afetadas articulam suas demandas e percebem seus direitos.

No entanto, esses modos de atuação do poder público buscam engajar a comunidade local, sociedade civil e as ONGs, utilizando-se da perspectiva do diálogo participativo por meio de consultas e audiências públicas. Contudo, essas estratégias usadas pelo Poder Público objetivam acumular capital simbólico para construir uma imagem de legitimidade, transparência e inclusão da sociedade civil nos espaços decisórios sobre o território, buscando consolidar-se como mediador legítimo nesses processos, mesmo que num futuro as comunidades venham julgar a efetividade dessas ações num plano fora do papel e dos debates.

A análise crítica dos processos de audiências públicas de licenciamento ambiental revela limitações e distorções, especialmente nas audiências públicas (Alonso e Costa, 2002), onde o capital simbólico do poder público é percebido de forma ambígua e criticado pela maioria dos atores sociais, gerando uma disputa que enfraquece a legitimidade do Estado como um ator social neutro e equilibrado.

A atuação do poder público é percebida de maneira crítica pelos atores sociais e pela sociedade como ineficaz e, muitas vezes, conivente, revelando a fragilidade de seu capital simbólico e a incapacidade de manter estável e legitimado nos processos decisórios.

Este contexto reflete todas as complexidades das dinâmicas nas quais o Estado se encontra, tendo como base um processo de naturalização dos discursos

de desenvolvimento econômico como justificativas legítimas, mesmo em detrimento da justiça socioambiental e de direitos humanos.

Podemos inferir que tais discursos, uma vez questionados, fragilizam o capital simbólico do Estado, revelando tensões entre a narrativa oficial e a percepção social.

Diversos fatores contribuem ou validam essa má percepção da sociedade sobre o poder público: *i)* Conflitos de competência: a disputa entre autoridade para licenciar e fiscalizar nos diferentes níveis de governo (municipal, estadual e federal) gera um conflito socioambiental na gestão do território; pois a SMMA e o INEA entram em conflito sobre a regulação das operações da Vale S.A. no Terminal de Ilha Guaíba (TIG); *ii)* Eficiência na fiscalização: há indícios de uma baixa ou ineficaz fiscalização articulada entre as esferas federativas em relação aos agravos ambientais das atividades portuárias na APAMBC e Baía de Sepetiba. Essa incapacidade de prevenir ou mitigar os impactos negativos das operações da Vale S.A. reforça a imagem de um poder público omissivo ou conivente com os interesses econômicos da mineradora. *iii)* Política e Corrupção: em alguns casos, há suspeitas de corrupção e conluio entre autoridades públicas e empresas privadas, o que diminui a confiança da população nas instituições governamentais. Esse fator vem se agravando na percepção da sociedade de que decisões políticas são frequentemente influenciadas pelo poder econômico das grandes empresas.

Os conflitos socioambientais também estão diretamente ligados às questões de equidade e justiça. A literatura sobre justiça ambiental evidencia como os riscos e danos ambientais são distribuídos de maneira desigual, afetando os grupos mais marginalizados (Bullard, 2018; Cutter, 1995; Mohai; Pellow; Roberts, 2009). Em Mangaratiba, as políticas de desenvolvimento e conservação não reconhecem os direitos e conhecimentos das comunidades locais, levando à exclusão e marginalização dessas populações.

Em suma, os conflitos socioambientais na APAMBC advindos das operações portuárias são exemplos claros das complexas interações sobre como os atores sociais disputam diferentes formas de capital, conforme definidos por Bourdieu (1986, 2004). Estas formas de capital (econômico, social, cultural e simbólico) são

mobilizadas tanto como instrumentos de luta quanto de manutenção ou contestação das estruturas de poder nos conflitos aos quais estão expostos.

Entendemos que os conflitos analisados destacam a necessidade da busca por justiça ambiental, que garanta o uso e distribuição sustentável e equitativa dos elementos naturais, dos riscos e benefícios, levando em consideração as necessidades e direitos dos atores ou grupo de atores sociais do território.

2.3.2.4 Cenário 4: Conflito Socioambiental sobre uso, ocupação e gestão militar sobre território de população tradicional

O conflito socioambiental associado a ocupação do território envolve a população tradicional quilombola da Ilha da Marambaia e a Marinha do Brasil.

Porém, é importante resgatar o processo histórico da Ilha da Marambaia, que no passado pertencia a um senhor do café e do tráfico de escravizados no Rio de Janeiro, durante o século XIX, conhecido como “Comendador Breves”. Nesta ilha, os escravizados chegavam da África para engorda e depois eram vendidos. (Arruti *et al.*, 2002; Mota, 2003; Lopes, 2010; Yabeta; Gomes, 2013). A população tradicional (quilombolas) que vive na ilha atualmente é descendente desses ex-escravizados.

Com o fim da escravidão e a falência do seu negócio, o comendador teria feito a doação (de boca) para os ex-escravizados (Arruti *et al.*, 2002); porém a família do escravocrata não cumpriu o acordo verbal feito e, resolveu vender as terras para a Companhia Promotora de Melhoramentos, que não honrou os créditos com o Banco da República do Brasil (atual Banco do Brasil) que ficou com a custódia da ilha (Yabeta; Gomes, 2013).

A União instalou a Escola de Pesca Darcy Vargas, em 1939, que foi bastante lucrativa até seu fechamento no início da década de 70. A partir daí, a Marinha do Brasil fundou o Campo da Ilha da Marambaia na antiga sede da Escola de Pesca e posteriormente em 1981, criou o Centro de Adestramento da Ilha da Marambaia (CADIM) - que desde 2010 chama-se Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia - impondo várias condições para os moradores quilombolas (Carlet, 2018).

Podemos configurar o início dos conflitos socioambientais entre o Quilombo da Ilha da Marambaia (população tradicional) e a Marinha do Brasil (Figura 40), a partir da alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, quando a Ilha de Marambaia, em 1905 foi adquirida pela União Federal e cedida à Marinha do Brasil, sendo a partir daí, declarada como sendo área de uso militar e de interesse nacional, por parte do governo Federal.

Figura 40 - Instalações da Marinha do Brasil (CADIM) e a Ilha da Marambaia



<https://www.naval.com.br>

www.marinha.mil.br/cgcfm/files/cartadeservicos.pdf

<https://www.seropedicaonline.com/>

A Marinha do Brasil para justificar a sua presença e administração da Ilha da Marambaia usa o argumento que o risco de especulação imobiliária aumentou desde que a Justiça Federal de Angra dos Reis³³ decidiu, em 2010, por meio de uma ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), conceder à comunidade residente — que se autodefine como remanescente de quilombolas — o direito de permanecer no local e a liberdade de uso da terra de acordo com suas tradições.

O Comando da Marinha diz que a área reivindicada não corresponde à terra ocupada e soma 16 milhões de metros quadrados (1.600 hectares), o equivalente a quase 70 Estádios do Maracanã para cada família. (Jornal Extra-Globo, 2010).

Está nítido tanto o conflito quanto a ocupação e dominação militar pela Marinha do Brasil no território onde vivem os Quilombolas da Ilha da Marambaia; pois foram feitas diversas imposições de regras de ocupação e uso da ilha aos residentes da população tradicional, segundo relatos.

³³ O Ministério Público Federal (MPF) não possui sede no município de Mangaratiba e por isso há uma jurisdição indireta sediada em Angra dos Reis.

Alguns quilombolas aceitam a narrativa (poder simbólico) da proteção da Marinha sobre o território, impedindo invasões. Foi observado em relatos de alguns quilombolas de que a igreja (evangélica) aconselha os fiéis que são moradores da ilha para aceitarem o desígnio divino e não entrar em confronto com a Marinha do Brasil. No campo religioso, o capital simbólico está associado à autoridade espiritual e à capacidade de oferecer sentido ou salvação; daí líderes religiosos, igrejas e tradições passam a definir o que é "sagrado" ou "moralmente correto" para seus seguidores.

A presença crescente da igreja evangélica na Ilha da Marambaia tem contribuído significativamente para a diminuição dos rituais religiosos ancestrais dos quilombolas, uma vez que historicamente, a comunidade era marcada por uma união entre práticas católicas e espíritas, com muitos moradores participando de ambas. Hoje, a comunidade é predominantemente católica ou evangélica, com poucas ou nenhuma pessoa identificando-se como candomblecista, o que reflete uma transformação cultural profunda e a quase extinção de rituais religiosos ancestrais, conforme descreve Pereira *et al.*, 2015:

Agora, a maioria aqui é de evangélicos, e temos uma minoria da Igreja católica. Acho que acabou com isso, a macumba foi acabando. [...] Antes, era mais unido, porque, a bem dizer, era uma coisa só. Quem era espírita era católico, porque a maioria era católica e, ao mesmo tempo, participava. Só que, hoje em dia, a maioria do pessoal que era espírita se tornou evangélico. [...] Hoje em dia não, a maioria é tudo católico ou evangélico, não tem mais candomblecista. Vou te falar que, na verdade, as pessoas não se identificam. (Pereira *et al.*, 2015, p. 37)

Esta transformação religiosa representa um desafio significativo para a preservação da identidade cultural quilombola, uma vez que os rituais ancestrais constituem elementos fundamentais da memória coletiva e da resistência histórica da comunidade. A perda progressiva dessas práticas espirituais tradicionais pode comprometer a transmissão de conhecimentos ancestrais para as gerações futuras, evidenciando a necessidade de políticas culturais que valorizem e protejam o patrimônio imaterial quilombola como parte essencial da diversidade cultural brasileira.

A Figura 41 ilustra a marca da presença dos ancestrais da população quilombola por meio das ruínas da senzala dos escravizados, o que revela ser prova material e histórica do direito de posse das terras.

Figuras 41 - Ruínas da Senzala do Quilombo da Ilha da Marambaia



Fonte: Acervo próprio, 2024.

As residências são pequenas e bastante simples (Figura 42) e em algumas observamos a presença de redes de pesca nas moradias, que ficam próximas à praia, caracterizando o ofício da pesca artesanal pela população residente.

Figura 42 - Moradias dos Quilombolas da Ilha da Marambaia



Fonte: Acervo próprio, 2023.

A perda de direitos de moradia (poder econômico) num território tradicionalmente ocupado pelos seus ancestrais e, também, uma tentativa na produção de um falso discurso (capital simbólico) de "riscos" ambientais ao ecossistema local com a presença dos quilombolas, vem enfraquecendo a luta contra a legitimidade das demandas dessa população com seus direitos constantemente ameaçados e sua cultura invisibilizada (capital cultural).

Segundo a Constituição Federal de 1988, Título VIII, Capítulo III, Seção II, no art. 215 determina que: "O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional" (Brasil, 1988).

Nesse contexto, o Estado tem sob a sua responsabilidade a proteção e promoção da diversidade cultural (capital cultural) do Brasil e criar formas que assegurem que todos tenham o acesso e valorizem as expressões da cultura popular (capital cultural) das manifestações indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos que participam do processo civilizatório nacional.

A efetivação desse mandato constitucional exige a implementação de políticas públicas específicas que vão além do reconhecimento formal, abrangendo ações concretas de salvaguarda, documentação e transmissão dos saberes tradicionais. Instrumentos como o Decreto nº 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, e a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) representam avanços importantes na institucionalização da proteção cultural; porém podemos afirmar que a aplicação prática dessas medidas enfrenta desafios significativos.

No caso específico das comunidades quilombolas, a proteção constitucional das manifestações culturais afro-brasileiras assume relevância particular, considerando que essas comunidades representam repositórios vivos da memória ancestral africana no Brasil. A preservação de suas práticas, modos de vida, rituais, conhecimentos tradicionais e formas de organização social não constitui apenas uma obrigação legal, mas uma necessidade fundamental para a manutenção da diversidade cultural brasileira. Assim, torna-se imperativo que o Estado desenvolva estratégias específicas de proteção cultural que considerem as particularidades e vulnerabilidades dessas comunidades, promovendo o diálogo intercultural e

garantindo que os direitos constitucionais sejam efetivamente assegurados no território nacional.

A Figura 43 ilustra os movimentos de resistência (capital social) dos quilombolas em manter suas manifestações culturais (capital cultural).

Figura 43 - Festa da Consciência Negra no Quilombo da Ilha da Marambaia



Fonte: Acervo próprio, 2023.

Ainda citando a carta constitucional de 1988, em seu artigo 68 (Disposições Transitórias) determina que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Portanto, mesmo estando na lei máxima do Brasil, a questão na Ilha da Marambaia envolvia uma situação conflituosa quanto à ocupação com interesses diferentes. Somente em 2014, para pôr fim à Ação Civil Pública n.º 2002.51.11.000.118-2 foi realizado um acordo conciliatório através do Ministério Público Federal (MPF) onde foi possível a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a Marinha do Brasil e a Associação da Comunidade dos

Remanescentes do Quilombo da Ilha da Marambaia (ARQIMAR). Esse TAC é mantido entre os signatários sob condições constitucionais da garantia ao direito habitacional dos moradores da Ilha da Marambaia, a preservação ambiental e a Defesa Nacional (Carlet, 2018)

Após a assinatura desse TAC, a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que mantinham negociações desde 2002, realizou em 2015 a entrega do Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo de 53 hectares ocupados por 103 famílias na região (CDIH, 2022).

O Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) representa um instrumento jurídico que foi utilizado para a resolução de conflitos socioambientais no caso da Ilha da Marambaia. Entretanto, para que um TAC alcance sua eficácia social plena, conforme argumentam Viégas, Pinto e Garzon (2014), é fundamental que o processo de escolha realizado pelo órgão legitimado não seja apenas uma formalidade legal, mas envolva "a compreensão das dinâmicas políticas e sociais em torno das quais o TAC se estabelece", identificando as contradições e desigualdades resultantes das relações de poder entre os diversos atores sociais.

O TAC firmado em 2014 entre o Ministério Público Federal, a Marinha do Brasil e a ARQIMAR exemplifica um manejo de interesses aparentemente antagônicos - direitos quilombolas, preservação ambiental e segurança nacional. No entanto, a verdadeira eficácia social do TAC só pode ser obtida quando "o órgão legitimado buscar envolver em sua consideração outras maneiras de conceber o jogo democrático através da garantia da ampla participação popular e da transparência por meio de publicidade e controle social" (Viégas; Pinto; Garzon, 2014), algo que permanece como desafio contínuo na implementação do acordo na Ilha da Marambaia, que segundo lideranças carece de repactuação.

No entanto, a Marinha do Brasil afirma junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CDIH), da Organização dos Estados Americanos (OEA) que pelo TAC vem mantendo o seu compromisso com a população tradicional garantindo: o exercício do direito à moradia, novas construções (na área já ocupada, *grifo nosso*), atividades de natureza econômica e de subsistência, transporte, saúde, educação, exercício do credo religioso, acesso às fontes de água, trânsito de pessoas na ilha,

criação de animais domésticos, visitas, preservação ambiental, segurança, entre outros (CDIH, 2022).

Vale ressaltar que a entrega do Título de Reconhecimento de Domínio Coletivo (somente na parte do território ocupado) assinala um avanço na relação conflituosa de ocupação do território, mas o discurso da preservação ambiental e da Defesa Nacional continuam sendo as prioridades por parte da Marinha do Brasil.

A percepção de alguns moradores, mais críticos, da ilha dizem que mesmo titulados, os quilombolas permanecem tutelados pela Marinha do Brasil; como se houvesse ainda a antiga Casa Grande (Marinha do Brasil) e a Senzala (Quilombo); pois o controle social sobre o território e a população tradicional continua.

O contexto do relato acima, nos remete ao que observamos durante à visita de campo na Ilha da Marambaia, no que diz respeito as trajetórias opostas entre a histórica Senzala e Casa Grande, conforme retrata a figura 44.

Figura 44 - Assimetrias de poder na Ilha da Marambaia: Senzala vs Casa Grande



(a) Antiga Senzala



(b) Moradia quilombola



(c) Moradia militar

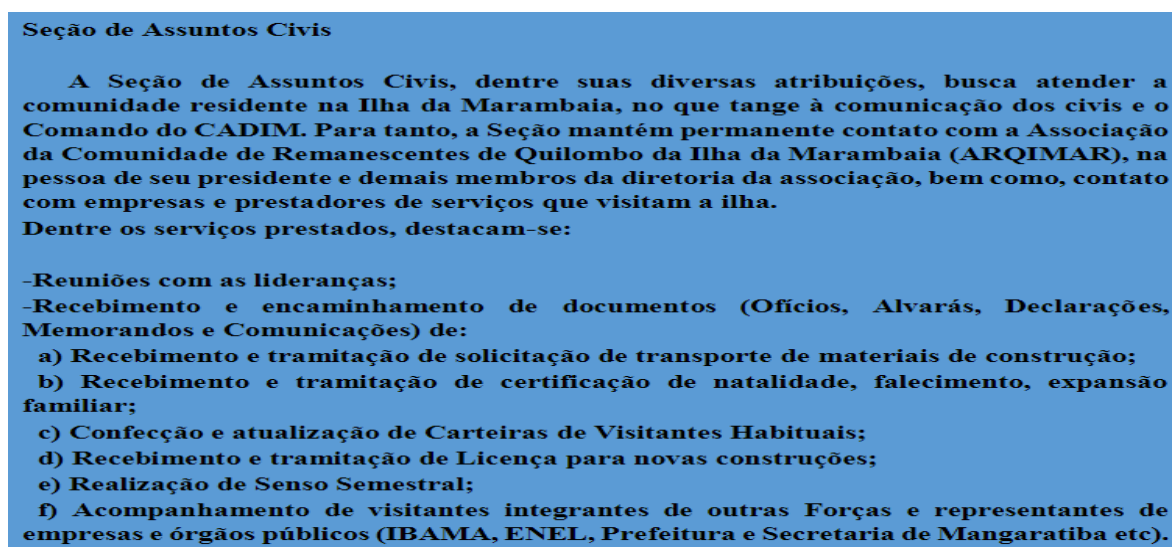
Fonte: Acervo próprio, 2023.

Podemos analisar as assimetrias de relações de poder entre os quilombolas e os oficiais militares da Ilha da Marambaia sob a perspectiva dos capitais de Bourdieu (1986, 2004), evidenciando visíveis desigualdades estruturais. Os quilombolas, que migraram da senzala para habitar casas simples carregam um capital cultural expresso em suas tradições orais e saberes ancestrais (como a pesca tradicional, as práticas agroecológicas e culturais) e um capital social manifestado nas redes da comunidade quilombola que sustentam sua resistência (Figuras 42, 43 e 44). No

entanto, eles possuem baixo capital econômico, o que limita seu acesso a melhores condições materiais de moradia, e enfrentam barreiras para converter seu capital simbólico em reconhecimento social, sendo frequentemente marginalizados. Em contrapartida, os oficiais militares, vivendo em casas luxuosas na mesma ilha (Figura 44), detêm alto capital econômico (recursos financeiros e infraestrutura), capital cultural institucionalizado (educação formal e títulos militares) e capital simbólico (prestígio associado à autoridade militar), que legitimam sua posição dominante e naturalizam, por exemplo, as desigualdades habitacionais, perpetuando uma relação de dominação que reflete a herança histórica de opressão na ilha.

Uma outra questão que valida a ideia da tutela sobre a população tradicional quilombola está expressa na Carta de Serviços do CADIM (Figura 45), demonstrando um certo controle social sobre os moradores da ilha.

Figura 45 - Carta de Serviços de Assuntos Cíveis do CADIM e o Quilombo da Ilha da Marambaia



Fonte: Extraído originalmente da Carta de Serviços ao Usuário - CADIM (2021). www.marinha.mil.br/cgcfm/files/cartadeservicos.pdf

A Seção de Assuntos Cíveis da Marinha do Brasil desempenha um papel na Ilha da Marambaia, atuando como intermediária entre a população tradicional residente e o Comando do CADIM. Esta seção, embora busque atender à comunidade com serviços descritos na sua carta de serviços, subordina os quilombolas à estrutura militar e às decisões do comando militar; pois a Marinha do Brasil Marinha exerce total controle sobre a ilha.

A relação entre a Marinha do Brasil e os quilombolas da Ilha da Marambaia é marcada por uma clara assimetria de poder, com a instituição militar exercendo maior influência sobre o território, os recursos e a vida cotidiana da comunidade, com implicações que demonstram: *i)* perpetuação das desigualdades históricas, mesmo diante dos direitos constitucionais, práticas coloniais ainda estão presentes; *ii)* restrição à autonomia com a regulação de atividades essenciais, como construções e acesso à ilha, limita a capacidade da comunidade de se desenvolver de forma independente, mantendo-a em uma posição subordinada; e *iii)* diálogo desequilibrado, embora existam canais de comunicação entre os militares (Seção Civil) e Associação (ARQIMAR) a falta de envolvimento da população quilombola é inibida e contida em níveis hierárquicos de intermediação que representa mais uma imposição do que uma parceria.

Essas questões (perpetuação das desigualdades históricas, restrição à autonomia e diálogo desequilibrado) geram conflitos socioambientais referente ao uso, ocupação e gestão do território na Ilha da Marambaia, pois estão presentes disputas territoriais (o TAC está limitado à área habitada), limitação do acesso aos recursos naturais e comprometer a autogestão da comunidade quilombola. Para superar esses conflitos, precisa investir em um diálogo transparente e colaborativo, respeitar os direitos territoriais e culturais dos quilombolas e adotar políticas de cogestão do território.

2.3.2.4.1 Análise e discussão das relações de forças

No contexto dos conflitos socioambientais na Ilha da Marambaia envolvendo a população tradicional e a Marinha do Brasil, as noções de campo, capital e *habitus* de Bourdieu (1977, 1990, 2004, 2007, 2011) são bastante presentes. Estas noções ajudam a explicitar como os atores sociais percebem ou exercem o poder simbólico nos conflitos socioambientais em seu território.

Na Ilha da Marambaia, o campo de disputa pode ser compreendido como sendo o espaço onde a Marinha do Brasil e a comunidade quilombola representam polos opostos. É nesse campo que se mobilizam as diferentes formas de capitais

(econômico, cultural, social e simbólico) por parte dos atores sociais envolvidos no conflito.

A Marinha do Brasil utiliza seu capital econômico, que inclui infraestrutura física, tecnologia e contingente humano, para justificar o controle militar da ilha sob o argumento de proteção ambiental e segurança nacional. Esta utilização do capital econômico se manifesta concretamente nas instalações do Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia (CADIM) e na disparidade entre as moradias militares e quilombolas demonstra a assimetria entre a simplicidade das habitações quilombolas e o luxo das residências militares.

Podemos afirmar que a Marinha mobiliza seu capital simbólico, utilizando narrativas de poder constituído, prestígio político e símbolos culturais valorizados na memória coletiva para legitimar sua presença. Este capital simbólico se expressa na Carta de Serviços do CADIM que demonstra como a instituição militar estabelece um processo de tutela sobre a população tradicional, subordinando-a às decisões do comando militar. Esta imposição de significados é uma manifestação do poder simbólico descrito por Bourdieu (2004, 2012), onde certos grupos conseguem moldar a realidade social de acordo com seus interesses.

No entanto, o processo de invisibilização da cultura tradicional quilombola, por parte das autoridades civis e militares, representa uma estratégia de ressignificar e fortalecer a ocupação e uso do território para supostamente atender o interesse da segurança nacional, podendo influenciar e formar opiniões. Um exemplo desta invisibilização é o argumento utilizado pela Marinha de que a área reivindicada pelos quilombolas não corresponde à terra ocupada e somaria 16 milhões de metros quadrados, enquanto o título concedido restringe-se a apenas 53 hectares ocupados por 103 famílias.

Podemos entender que este exercício de poder simbólico por parte das autoridades civis e militares é percebido pela comunidade quilombola como uma forma de dominação e deslegitimação de suas reivindicações territoriais (Almeida, Farias Júnior e Marin, 2022). A percepção do poder simbólico pelos quilombolas manifesta-se na forma como reconhecem a relação entre a antiga "Casa Grande" (Marinha) e "Senzala" (Quilombo), expressando como identificam a continuidade de estruturas coloniais de dominação, apesar da titulação parcial do território.

Entretanto, os quilombolas, por sua vez, mobilizam o seu capital cultural (tradições, modo de vida, identidade, territorialidades, relação com a terra, ancestralidade e manifestações culturais) e social (associação de membros na ARQIMAR, Ação Civil Pública no MPF, Apelação nas Organizações de Direitos Humanos nacionais e internacionais, Apoio e assistência jurídica nas ONGs, usos de pesquisas e projetos das Universidades sobre a causa etc.), unindo forças (capitais) com outros aliados externos no plano de lutas e resistências para reivindicar direitos constitucionais e de reparação histórica. Esta mobilização de capital cultural pode ser observada na Festa da Consciência Negra representa uma forma de resistência e afirmação identitária frente às tentativas de apagamento cultural. Karvonen (2024) destaca a importância das epistemologias híbridas que combinam conhecimentos científicos e tradicionais.

Os quilombolas ainda exercem o poder simbólico ao mobilizar suas tradições culturais e sociais como forma de resistência. A resistência comunitária é uma estratégia para subverter as narrativas hegemônicas impostas pela Marinha do Brasil e outras autoridades, buscando visibilidade e reconhecimento de seus direitos. A luta pelos direitos territoriais dos quilombolas é também uma luta pelo reconhecimento simbólico de sua importância cultural e histórica (Andrello; Lolli; Meira, 2024). As ruínas da senzala representam um símbolo material desta resistência e da legitimidade histórica da ocupação quilombola, funcionando como capital simbólico na luta pelo território.

Para de Almeida, Farias Júnior e Marin (2022), as políticas de conservação desconsideram os direitos territoriais das comunidades quilombolas, resultando em desapropriações e conflitos intensos.

De maneira similar, Silva, Anunciação e Araújo (2023) analisam os desafios enfrentados por comunidades locais devido às restrições impostas pelo Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. A criação de áreas de proteção integral gera tensões entre a conservação ambiental e a subsistência das comunidades, que utilizam seu capital cultural e social para resistir às políticas excludentes.

Nos estudos de Farias (2023), é destacado como os grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia marginalizam comunidades tradicionais, causando injustiças socioambientais. As comunidades quilombolas resistem mobilizando suas

redes sociais e culturais, desafiando as narrativas de desenvolvimento que desconsideram seus direitos e modos de vida. "A resistência das comunidades às políticas de conservação excludentes demonstra a busca por reconhecimento e justiça socioambiental" (Andrello; Lolli; Meira, 2024).

Almeida, Farias Júnior e Marin (2022) investigam os conflitos entre interesses empresariais e territórios quilombolas na área do rio Trombetas, com foco em mineração e concessão florestal. As políticas de conservação e desenvolvimento muitas vezes entram em conflito direto com os direitos das comunidades quilombolas, que utilizam seu capital social e cultural para resistir e buscar justiça.

Segundo Sandroni e Carneiro (2016), os órgãos governamentais e outros atores sociais precisam elaborar políticas de conservação que considerem o bem-estar da população habitante das unidades de conservação.

A falta de inclusão dessas comunidades nos processos decisórios perpetua as desigualdades de poder e marginalização. "A conservação ambiental, quando não inclui as comunidades locais, pode se tornar uma forma de dominação e controle territorial" (Andrello, Lolli e Meira, 2024).

Em relação ao *habitus*, os quilombolas aperfeiçoaram e mantêm avivados por gerações o espírito de luta e resistência, influenciando as suas práticas e percepções sobre os conflitos historicamente a que estiveram impostos; enquanto os militares expressam o *habitus* centrado na disciplina e controle de modo a orientar as ações da Marinha no território. Este contraste de *habitus* manifesta-se na forma como os quilombolas percebem o poder simbólico exercido pela Marinha - alguns aceitam a narrativa de proteção contra invasões, especialmente aqueles influenciados pela igreja evangélica, que segundo relatos "aconselha os fiéis que são moradores da ilha para aceitarem o desígnio divino e não entrar em confronto com a Marinha do Brasil", enquanto outros adotam uma postura mais crítica, reconhecendo as relações de dominação e controle territorial.

Todas essas interações entre os atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais refletem o caráter complexo e dinâmico das relações de poder e resistência, onde diferentes *habitus* e capitais se confrontam dentro e fora do campo socioambiental do território. A percepção e o exercício do poder simbólico pelos atores sociais manifestam-se tanto nas estratégias da Marinha para legitimar sua

dominação territorial através de narrativas de segurança nacional e conservação ambiental, quanto nas formas de resistência dos quilombolas que mobilizam sua história, cultura e redes sociais para contestar essa dominação e afirmar seus direitos constitucionais ao território.

2.3.2.5 Cenário 5: Conflitos socioambientais no uso, ocupação privada e gestão dos bens naturais públicos, fragmentação territorial e segregação socioespacial urbana.

Essa seção apresenta um outro tipo de conflito socioambiental na APAMBC que está relacionado ao uso, ocupação e gestão do território representado pela exploração desmedida, privilegiada e apropriação excludente dos elementos naturais públicos, que travam uma disputa que envolve a população residente (negação do acesso), o poder público (falta de regulação) e a milícia (construções e ordenamento social ilegais).

As grandes empresas imobiliárias e agentes particulares menores vêm construindo condomínios, *resorts* e casas com posse e acesso privilegiado dos bens naturais de uso público do território da APAMBC, bloqueando o acesso da população às praias e outros espaços públicos.

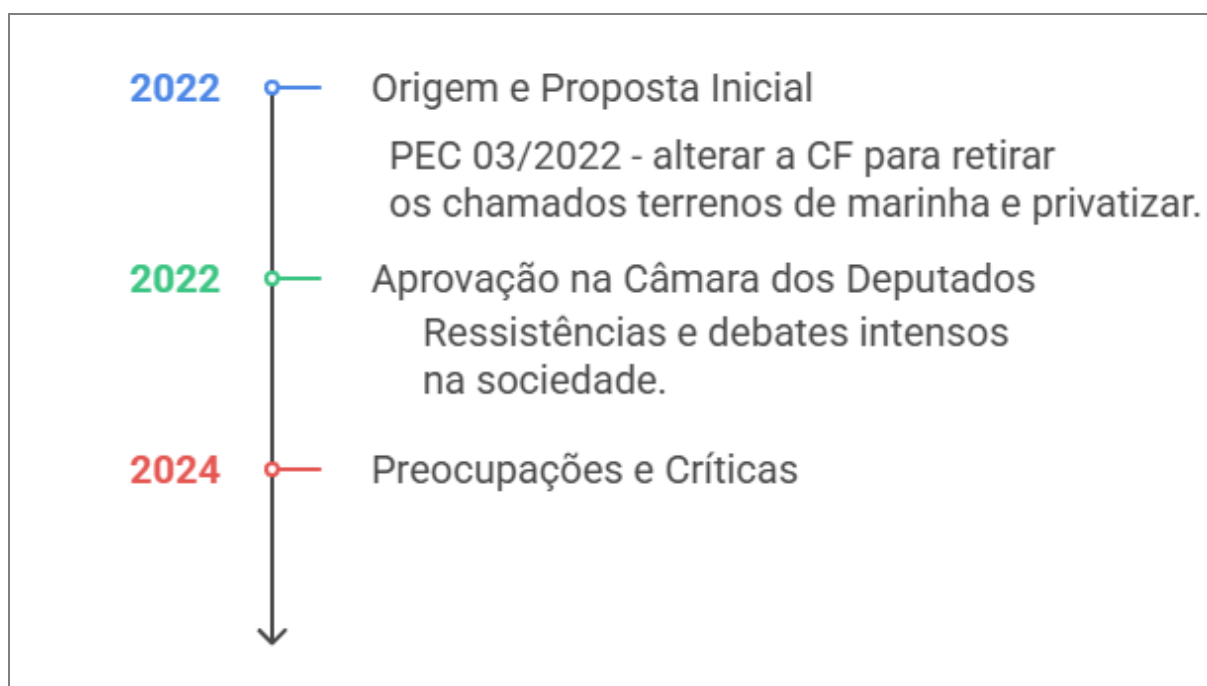
Bens de uso comum do povo ou de domínio público: como exemplifica a própria lei, são os mares, praias, rios, estradas, ruas e praças. "Enfim, todos os locais abertos à utilização pública adquirem esse caráter de comunidade, de uso coletivo, de fruição própria do povo." (Meirelles, 2015. p. 625).

Em relação às praias, a legislação fixa na Lei nº 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), em seu art. 10:

As praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurados, sempre, livres e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica (Brasil, 1988).

Está em tramitação uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 3/2022, conhecida como “PEC das Praias”, que propõe a transferência de terrenos de marinha — áreas costeiras sob domínio da União — para estados, municípios e particulares. Esses conflitos surgem devido a disputas sobre o uso, ocupação e gestão de recursos naturais costeiros, impactando diretamente diferentes atores sociais. A Figura 46 ilustra a linha do tempo dessa PEC.

Figura 46 – Linha do tempo da “PEC das Praias”



Fonte: elaborado pelo autor, 2024.

Caso, essa emenda venha alterar a constituição tornando os bens naturais dessa natureza em privados, potenciais conflitos socioambientais podem eclodir nos ambientes costeiros, assim como em Mangaratiba e, em particular na APAMBC, que possui uma interface terra-mar.

Para ilustrar o uso de bens públicos por entes privados, já em curso, a partir da visão da fragmentação do espaço urbano, podemos citar um exemplo localizado no distrito de Muriqui (Figura 47); onde podemos verificar à direita na cor azul clara a Vila Muriqui com suas edificações e praia (acesso livre) e à esquerda temos separado por um canal (linha verde) o Condomínio Fazenda Muriqui em cor amarela; o uso indevido situa-se após o término do trecho da praia de Muriqui

seguida do canal. O Condomínio Fazenda Muriqui tornou uma praia privada uma área de uso público, pois o acesso não é facilitado ao público externo.

Figura 47 - Fazenda Muriqui: exemplo de uso privado de bem natural público



Fonte: Google Earth, 2024.

“Qualquer bem coletivo é indivisível. Isso significa que seu uso não pode ser limitado, que seu consumo por parte de alguns não pode reduzir ou impedir que os outros usem esse mesmo bem. Ele tem que ser disponível para todos” (Vianna; Scotto, 1997, p.11).

O Parágrafo 1º do artigo 10 da Lei nº 7.661/88, descreve que: “Não será permitida a urbanização ou qualquer forma de utilização do solo na Zona Costeira que impeça ou dificulte o acesso assegurado no caput deste artigo” (Brasil, 1988).

Como podemos verificar no parágrafo 3º da mesma lei sobre o PNGC e na Figura 36, o uso de praia particular está caracterizado pela aplicação do seu conceito.

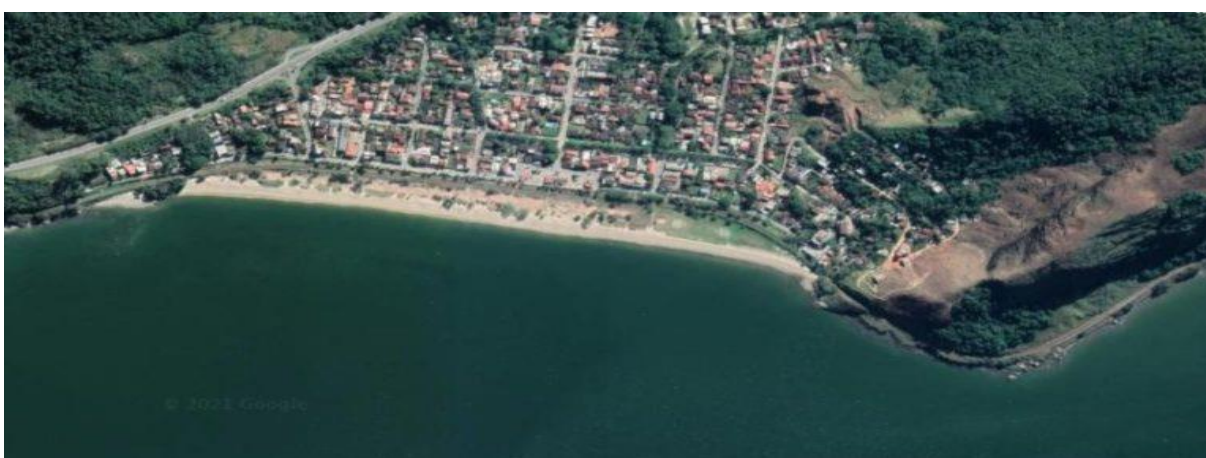
Entende-se por praia a área coberta e descoberta periodicamente pelas águas, acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicia a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde começa outro ecossistema (Brasil, 1988).

Uma outra questão observada como um conflito socioambiental por ocupação irregular do território envolvendo o poder público, população residente, setor

imobiliário e milícias é a expansão urbana desordenada que vem ganhando novos contornos expressos por um processo de especulação imobiliária.

A especulação imobiliária, como por exemplo a que ocorre na Praia Grande, afeta a sua memória histórica e cultural, pois a praia foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) como patrimônio cultural para Mangaratiba (Figura 48).

Figura 48 - Exemplo da especulação imobiliária na Praia Grande, em Mangaratiba.



Fonte: Google Earth (2023)

A especulação imobiliária tem crescido também em toda a área urbana e nas ilhas da APAMBC e, com isso cresce um mercado composto por agenciadores imobiliários que vendem em suas propagandas as oportunidades do mercado imobiliário local que esbarram em ilegalidades; pois geralmente são patrocinadas por grandes organizações e por milícias.

A fragmentação socioespacial e parcial privatização da região costeira por parte dos condomínios e *resorts* fechados, em Mangaratiba revelam conflitos socioambientais com a população residente, pois se reveste de formas de segregação urbana dos espaços naturais públicos que exaltam as distâncias socioeconômica em relação às finalidades do uso do solo e produção do espaço (Caldeira, 2000). A maioria desses condomínios e *resorts* fazem parte de um processo de especulação imobiliária, onde os imóveis são usados apenas como moradia de veraneio.

Observamos que esse processo de fragmentação socioespacial e segregação urbana dos espaços ocorrem em diversos distritos de Mangaratiba, como por exemplo: em Itacuruçá (Figura 49), Fazenda Muriqui, no bairro homônimo, Condomínio Reserva Ecológica do Sahy, no distrito de Praia Grande, entre outros.

Figura 49 - Exemplo de fragmentação territorial e segregação socioespacial urbana em Itacuruçá.



Fonte: <https://www.expedia.com.br/>. Acesso em 2024.

A fragmentação territorial e a segregação socioespacial urbana contribuem para a eclosão de conflitos socioambientais envolvendo a especulação imobiliária e a população local, pois demonstram desigualdades no acesso a recursos, serviços e à qualidade ambiental dentro do mesmo espaço da cidade. Ressaltamos, que a população local mais vulnerável fica mais exposta aos riscos ambientais devido à baixa infraestrutura adequada de saneamento básico, violência, serviços de abastecimento entre outros.

No que diz respeito ao conflito socioambiental entre o turismo e a especulação imobiliária, podemos citar o aumento, ao longo do tempo, das construções como condomínios fechados, marinas, clubes náuticos, *resorts* e *shoppings* na parte terrestre; porém, em alguns casos, com interface à parte marítima da APAMBC, que vem segregando os usos compartilhados no acesso aos espaços públicos, transformando as atividades turísticas mais seletivas, hostis e menos hospitaleiras para uma grande parte dos visitantes.

Há ainda a construção ilegal de casas de veraneio nas ilhas, em áreas de conservação ambiental, o que vem acarretando desmatamento para que as edificações adentrem as matas implicando em prejuízo para várias espécies de animais e plantas. Todas essas especulações imobiliárias, em sua maioria, não são para moradias fixas, mas para prospectar oportunidades para os turistas ou veranistas e com isso alterar o modo de vida da população tradicional e residente nas ilhas. Segundo relatos obtidos nos trabalhos de campo, há a presença de milícias que operam no mercado imobiliário ilegal e com ação em construções em áreas protegidas, o que gera insegurança.

Relatos de populares residentes afirmam que para construção da maioria desses condomínios e resorts à beira do mar, principalmente em Itacuruçá (distrito de Mangaratiba), foi necessário suprimir áreas de manguezais e outros tipos de vegetação, o que pode caracterizar um processo de apropriação e gentrificação; isto é, a implantação de melhorias urbanas atraindo moradores e veranistas de maior renda, deslocando os residentes originais e alterando a paisagem original com a supressão de vegetação e outros elementos naturais em prol da edificação desses espaços.

Por fim, esses processos de fragmentação do espaço urbano isolam cada vez mais os veranistas que não se estabelecem como participante das relações sociais com os demais residentes e visitantes. Usam o espaço e os elementos naturais por uma questão utilitária, onde privatizam o meio ambiente à sua disposição nos condomínios, resorts e ilhas, que não são acessados e acessíveis a maior parte da população. Trata-se de um poder econômico criando violência simbólica.

2.3.2.5.1 Análise e discussão das relações de forças

Analisando o cenário dos conflitos socioambientais relacionados com a ocupação privada de bens públicos, observamos claramente a presença das noções de campo, capital e *habitus* de Bourdieu (1977, 1986, 1990, 1996, 2004, 2007, 2011).

O campo, enquanto ambiente de disputa territorial, envolve a população residente, o poder público, a milícia, bem como as empresas imobiliárias e entes particulares que constroem condomínios e resorts, impedindo o acesso público às praias e outros espaços naturais devidamente descritos nas legislações sobre uso e ocupação dos elementos costeiros. Exemplos como o Condomínio Fazenda Muriqui evidenciam como o campo se materializa territorialmente, com a separação física e simbólica entre áreas de acesso público (Vila Muriqui) e áreas privatizadas (Condomínio Fazenda).

Dentro deste campo de disputas, mapeamos diferentes capitais que mobilizam as ações e interações, demonstrando como a percepção e o exercício de poder se estabelecem por parte dos diferentes atores sociais do território.

Evidenciamos que o capital econômico é bastante presente nessa interação, pois empresas imobiliárias e milícias disponibilizam recursos financeiros e influência para transformar bens públicos em propriedades privadas. A posse e o uso desses territórios públicos representam privilégios econômicos que acentuam a exclusão social e ambiental dos residentes e da sociedade como um todo, pois lhes são negados o pleno acesso aos elementos naturais que, por lei, deveriam ser de uso comum. A fragmentação socioespacial em Itacuruçá, por exemplo, exemplifica como o capital econômico permite a criação de espaços exclusivos que negam aos residentes o acesso às praias e outros recursos naturais.

No artigo de Sposito e Sposito (2020), o capital econômico é usado pelas elites para dominar áreas mais valorizadas; o capital cultural é mobilizado para legitimar a formação de novos espaços urbanos através de práticas e discursos desiguais; o capital social é empregado tanto por grupos dominantes para manter redes de influência quanto por comunidades marginalizadas para resistir; e o capital simbólico é negociado para reforçar ou contestar posições de poder. A fragmentação social do espaço, portanto, necessita de uma ressignificação do "direito à cidade" (Lefebvre, 2001).

Os processos de planejamento espacial costeiro-marinho, como discutido por Flannery, Healy e Luna (2018), podem ser usados para legitimar processos de cima para baixo que excluem certas partes interessadas. Em Mangaratiba, o planejamento e a gestão costeira muitas vezes favorecem interesses econômicos

poderosos, marginalizando as comunidades locais e ignorando suas contribuições para a gestão sustentável do território.

No que tange ao capital cultural dos moradores locais, podemos citar a memória histórico-cultural e o uso tradicional dos espaços naturais, que são ameaçados pelo poder econômico e práticas ilegais operadas pelas milícias e empresas da especulação imobiliária. O caso da Praia Grande, reconhecida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) como patrimônio cultural, ilustra como o capital cultural está em risco diante da expansão imobiliária desordenada.

O setor imobiliário utiliza narrativas que ressaltam a urgência de desenvolver economicamente o território, buscando legitimar suas ações junto à paisagem e aos elementos naturais costeiros e marinhos. Essas narrativas funcionam para transformar em legítimas as ações que, em muitos casos, vão contra a legislação que define praias como bens de uso comum do povo (Lei nº 7.661/88). Os residentes, por sua vez, apelam para a garantia e cumprimento das leis e direitos constitucionais para manter o acesso livre às áreas e bens públicos, mobilizando seu capital cultural e social neste processo.

Na concepção de Brandão (2017), o Brasil construiu uma sociedade urbana cheia de complexidades, mas carente de urbanidade, devido à produção de espaços urbanos precários e ilegais. Esses espaços estão sob o controle das elites imobiliárias, fundiárias e rentistas pouco sujeitas à regulação pública.

Reforçamos que tais práticas de especulação imobiliária que se ampliam no território, sem a regulação por parte do poder público, não apenas suprimem elementos culturais e ambientais tradicionais do território num primeiro plano material, mas também desvalorizam a herança cultural e a identidade das comunidades afetadas

O estudo de Motta (2008, *apud* Nascimento, 2018) considera Praia Grande como "Patrimônio Fantasma", que segundo a autora "são aqueles que foram destruídos ou abandonados pelos órgãos públicos, mas que ainda mantêm uma memória de sua existência pela comunidade e são referências fundamentais para uma identidade de grupo, ainda que difusa". Isto representa um *déficit* na estrutura do capital cultural para os residentes e, como contrapartida, há um aumento do

capital econômico em função do desenvolvimento da especulação imobiliária no território.

Não obstante a isso, Praia Grande não sofreu apagamento do patrimônio cultural somente pela especulação imobiliária diretamente, mas como consequência do abandono público e da falta de conhecimento do valor histórico-cultural do lugar pelos próprios residentes. Para Escobar (2001), o conhecimento local não é puro ou livre de dominação; os lugares podem ter suas próprias formas de opressão e até terror; são históricos e conectados ao mundo mais amplo por meio de relações de poder, e de muitas maneiras determinados por eles.

O capital social pode ser articulado nas redes de apoio e resistência da população residente, denunciando e fazendo pressão para que o poder público fiscalize e puna atos lesivos da legislação que proíbe a ocupação e privatização indevida de espaços públicos. No entanto, nos deparamos com a falta de regulação, efetivo de agentes públicos suficientes, além da corrupção nos espaços do poder público, que enfraquecem essas ações populares, permitindo que o poder paralelo das milícias e a especulação imobiliária prosperem no território.

O *habitus* dos diferentes grupos direciona as suas percepções no campo onde o conflito se estabelece. Os habitantes locais têm um *habitus* formado por gerações que interagem com o ambiente natural e comunitário dos espaços públicos, enquanto os agentes imobiliários e milicianos operam com um *habitus* voltado para maximizar seus lucros e manter o controle do território. A "PEC das Praias" representa uma ameaça potencial de institucionalização desse *habitus* voltado à privatização, que poderia legitimar juridicamente a apropriação privada dos espaços públicos costeiros.

O *habitus* dos diferentes grupos também influencia suas ações e percepções. Em São Paulo, os moradores do centro possuem um *habitus* que facilita a mobilização e participação em iniciativas auto-organizadas, enquanto os residentes da periferia enfrentam desafios maiores devido à fragmentação espacial e à falta de integração social (Pessoa, 2019).

Por fim, ressaltamos que a fragmentação social do espaço urbano, a privatização dos bens públicos, a fragilidade ou ausência do poder público no seu poder de polícia representam um desagregador direto das políticas públicas.

CONCLUSÕES

Ao concluirmos este capítulo, faz-se necessário retomar os principais elementos analisados e sintetizar os achados fundamentais sobre a análise da conjuntura global e dos conflitos socioambientais na APAMBC, articulando-os com o referencial teórico bourdieusiano que norteou nossa investigação. A análise desenvolvida possibilitou compreender como os diferentes atores sociais percebem e exercem o poder simbólico nos conflitos socioambientais na APAMBC, assim como as implicações dessas dinâmicas para a gestão sustentável da UC.

A pressão crescente sobre os recursos oceânicos, impulsionada pela aceleração da Economia Azul e pela expansão das fronteiras transnacionais, colocou as unidades de conservação marinha no centro dos conflitos socioambientais. Nesse contexto, o presente estudo buscou analisar a conjuntura internacional, nacional, regional e local, com ênfase nos aspectos das Unidades de Conservação (UCs) de uso sustentável, e, mais especificamente, no território da APAMBC, localizada no município de Mangaratiba, na região da Costa Verde do estado do Rio de Janeiro, como um espaço sociopolítico de grande importância.

Este estudo teve como objetivo analisar a conjuntura do território da APAMBC, os conflitos socioambientais e a distribuição de capital econômico, social, cultural e simbólico entre os principais atores sociais, destacando as relações de força que se manifestam nesse território. Nosso esforço concentrou-se em um estudo exploratório tendo como missão mapear, descrever, discutir e analisar as relações de forças presentes nos principais conflitos socioambientais desta UC marinha durante o período de 2020 a 2024, respondendo à seguinte questão de pesquisa: "Como os atores sociais percebem ou exercem o poder simbólico nos conflitos socioambientais na APAMBC?"

Utilizando a metodologia da Análise de Conjuntura, criada pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômica (IBASE), foram realizadas análises que englobam tanto a conjuntura global quanto local, abordando acontecimentos que impactam os cenários de conflitos e as relações de força entre os atores sociais da APAMBC. Ao investigar as redes de conexões entre os atores no território, foi

possível compreender como o poder simbólico é exercido e percebido pelos diferentes grupos envolvidos, bem como a distribuição desigual de capital econômico, social, cultural e simbólico entre eles, que fundamenta as dinâmicas de poder e influência no território.

Os principais achados do estudo revelam uma assimetria de poder entre pescadores artesanais e atores econômicos mais poderosos, como empresas de pesca industrial, de turismo, atividades portuárias e empreendimentos imobiliários; pois esses atores frequentemente utilizam narrativas desenvolvimentistas que, sob a justificativa de progresso e desenvolvimento econômico, ameaçam os elementos naturais, as comunidades tradicionais, a saúde e o bem-estar da população local. Um exemplo é a invisibilização cultural das comunidades caiçaras e quilombolas, que enfrentam o avanço do turismo de massa e buscam formas de mobilização de seu capital cultural e social como forma de resistência, tentando preservar suas práticas tradicionais e reivindicar seus direitos.

A influência das grandes empresas, como a Vale S.A., sobre as políticas públicas é outro ponto crítico identificado, onde o poder econômico e político dessas corporações muitas vezes molda as decisões governamentais de maneira que favorece seus interesses, em detrimento das comunidades locais. Isso gera conflitos entre diferentes níveis de governança, como exemplificado pela disputa de competências entre a Secretaria de Meio Ambiente de Mangaratiba (SMMA) e o Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Além disso, a Marinha do Brasil tem utilizado narrativas de segurança nacional para justificar o controle territorial, o que entra em conflito com as reivindicações dos quilombolas, que buscam a preservação de seus territórios ancestrais.

O processo de privatização de bens públicos, como praias e áreas naturais, impulsionado por empreendimentos imobiliários, tem restringido fragmentado e segmentado o espaço e com isso privando o acesso da população a esses bens naturais públicos, intensificando os conflitos socioambientais e ampliando as desigualdades no território. A análise de conjuntura revelou que os processos de governança da APAMBC são caracterizados por uma falta de participação efetiva das comunidades locais e que o Conselho Gestor, embora seja um espaço democrático para a gestão compartilhada da UC, muitas vezes reflete as assimetrias

de poder existentes, resultando em uma representação desproporcional das demandas das comunidades tradicionais frente aos problemas ambientais presentes no território.

A contribuição teórica desta pesquisa reside no aprofundamento da aplicação dos conceitos de Bourdieu (1986, 2004) ao campo dos conflitos socioambientais em áreas protegidas marinhas, demonstrando como a posse desigual de diferentes formas de capital (econômico, cultural, social e simbólico) estrutura as relações de poder e determina a capacidade dos atores de influenciar a gestão territorial. Especificamente, o estudo evidencia como o poder simbólico opera através da naturalização de certas narrativas (como a do "desenvolvimento econômico" ou da "segurança nacional") que legitimam a dominação de determinados grupos sobre outros. Esta análise expande o entendimento sobre como as disputas ambientais são moldadas não apenas por questões materiais, mas também por lutas simbólicas pelo reconhecimento e legitimidade.

Os resultados demonstraram o cumprimento do objetivo geral do estudo ao fornecer uma análise detalhada das relações de poder simbólico no contexto da conjuntura global e dos conflitos socioambientais da APAMBC, bem como corroboraram e confirmam a hipótese de que as relações de poder no território da APAMBC são estruturadas por campos sociais onde os atores com maior capital simbólico, econômico, social e cultural tendem a exercer maior influência sobre as dinâmicas dos conflitos socioambientais, que não apenas reforça as desigualdades existentes, mas também perpetua um ciclo de dominação que dificulta a construção de uma governança mais equitativa e sustentável.

A questão de pesquisa foi respondida ao demonstrar como o poder simbólico é exercido e percebido pelos diferentes atores sociais. O Quadro 23 sintetiza as principais dinâmicas de percepção e exercício do poder simbólico pelos diferentes atores sociais na APAMBC, destacando como cada grupo mobiliza distintos tipos de capital em suas estratégias.

Quadro 23: Síntese das relações de poder e mobilização de capitais pelos atores sociais

Ator Social	Como exerce o Poder Simbólico	Como percebe o Poder Simbólico	Capitais mobilizados
Pescadores Artesanais	Mobilização de conhecimentos	Como forma de dominação e exclusão por parte dos atores	Cultural e social

Ator Social	Como exerce o Poder Simbólico	Como percebe o Poder Simbólico	Capitais mobilizados
	tradicionais e identidade cultural	mais poderosos	
Comunidades Quilombolas	Resistência baseada na ancestralidade e direitos históricos	Como dispositivo de controle territorial por parte da Marinha	Cultural, social e simbólico
População Local	Articulação de demandas por acesso a bens públicos e qualidade ambiental	Como mecanismo de exclusão que restringe seu direito à cidade e aos elementos naturais	Social e cultural
Empresas Portuárias	Narrativas de desenvolvimento econômico e geração de empregos	Como recurso estratégico para legitimação de suas atividades	Econômico e simbólico
Setor Turístico	Promoção da imagem do paraíso natural	Como instrumento para atrair turistas e valorizar empreendimentos	Econômico e cultural
Empreendimentos Imobiliários	Discursos de valorização territorial e desenvolvimento urbano	Como ferramenta de legitimação da privatização de espaços públicos	Econômico e simbólico
Poder Público	Discursos técnicos e políticas públicas sobre gestão ambiental	Como mecanismo de governança e controle social	Simbólico e social
Marinha do Brasil	Narrativas de segurança nacional e proteção do território	Como direito legal de controle territorial	Simbólico e econômico
ONGs e Academia	Produção e difusão do conhecimento técnico e científico	Como ferramenta de conscientização e transformação social	Cultural e social

Fonte: Elaborado pelo autor – dados da pesquisa, 2024.

Por conseguinte, uma implicação prática relevante do estudo indica a necessidade de uma governança oceânica mais inclusiva e transparente que envolva todos os atores sociais, especialmente as comunidades marginalizadas, para que o desenvolvimento econômico não ocorra às custas da degradação ambiental e da injustiça social. Isso inclui a implementação de políticas que equilibrem conservação ambiental com os direitos e meios de subsistência das comunidades costeiras, que são desproporcionalmente afetadas pelos resultados das atividades econômicas.

Embora o estudo tenha possibilitado uma compreensão dos conflitos socioambientais na APAMBC, existem lacunas que necessitam de aprofundamento em futuras investigações, tais como o estudo dos impactos a longo prazo das políticas de conservação marinha sobre as demais comunidades locais, bem como as políticas que incidem sobre o planejamento costeiro e ocupação do território.

Embora tenhamos discutido as interações imediatas entre desenvolvimento e conservação, faltam dados sobre os efeitos mais ampliados dessas políticas no bem-estar socioeconômico das comunidades afetadas.

Uma limitação importante do estudo é o acesso e disponibilidade de dados quantitativos (estatística de pesca artesanal e industrial, volume de atividade econômica do turismo, número de embarques no terminal de minério; empregos diretos gerados em cada categoria econômica analisada etc.) que poderiam melhor ilustrar os impactos do capital econômico das atividades da Economia Azul com as políticas de conservação ambiental na APAMBC. Esta lacuna indica a necessidade de aprimoramento dos sistemas de monitoramento e coleta de dados nas unidades de conservação brasileiras, particularmente aquelas com interface marinha.

As lições aprendidas foram que a disponibilidade e a qualidade dos dados podem limitar a análise, especialmente em contextos em que a transparência pública das informações é baixa. Adicionalmente, observamos que o tema conflitos socioambientais ainda causa estranheza nos atores sociais quando envolvidos no estudo, principalmente populações mais vulneráveis que temem estar sendo arroladas sobre problemas silenciados historicamente por um processo de dominação presente no território.

Por outro lado, o poder público e empresas defendem, através de estratégias de *lobbies*, seus projetos e políticas. Já os acadêmicos e ONGs possuem uma postura mais crítica e muitas das vezes argumentam a partir do conhecimento técnico e científico, mas compreende o efeito da desinformação e da falta de diálogos entre os tomadores de decisões junto aos principais interessados; porém tem o sentimento que precisa intervir, mas não deseja alterar a dinâmica social das populações quanto ao seu tempo de amadurecimento e conscientização política sobre o território.

Este estudo, ao expor as relações de poder simbólico que estruturam os conflitos socioambientais na APAMBC, oferece um entendimento das dinâmicas que moldam a gestão dos territórios protegidos no Brasil. Para enfrentar essas desigualdades e promover a justiça social e ambiental, propomos as seguintes intervenções específicas, fundamentadas na teoria dos capitais de Bourdieu (1986, 2004, 2007, 2011):

- a) Revisão das estratégias de gestão e governança na APAMBC: é essencial garantir uma participação mais equitativa dos diversos atores sociais envolvidos, especialmente das comunidades tradicionais, nos processos decisórios que envolvem o plano de manejo conjugando outras políticas públicas direcionadas à UC. Esta intervenção visa redistribuir o capital simbólico no campo, reconhecendo formalmente a legitimidade de diferentes formas de conhecimento e valores;
- b) Implementação de políticas públicas que valorizem o capital cultural e social das comunidades tradicionais: isso deve ser acompanhado de uma fiscalização mais rigorosa das atividades econômicas que impactam o território, de modo que diminuam os crimes ambientais e os abusos de poderes não constituídos legalmente para atuar no território. Esta recomendação busca transformar o capital cultural das comunidades tradicionais em capital simbólico reconhecido pelos demais atores, alterando a estrutura de poder no campo; e
- c) Promoção de uma governança participativa: incluir efetivamente as vozes das comunidades locais nos processos de gestão é fundamental para a construção de soluções sustentáveis e equitativas para os desafios socioambientais enfrentados pela APAMBC. Esta abordagem reconhece que o *habitus* dos diferentes grupos sociais influencia sua percepção e ação no campo, demandando espaços dialógicos que permitam a negociação entre diferentes visões de mundo.

Para avançar na pesquisa sobre conflitos socioambientais, especialmente em áreas costeiras e marinhas, recomendamos:

- a) Estudos longitudinais: pesquisas de longo prazo que possam acompanhar as consequências dos conflitos socioambientais com as políticas de desenvolvimento econômico e conservação do território ao longo do tempo;
- b) Abordagens interdisciplinares: integração de áreas de ciências

- sociais, ecológicas e de dados para entender melhor as interações entre atores sociais e os conflitos socioambientais no ambiente costeiro-marinho;
- c) Participação comunitária: estudos de casos sobre a participação das comunidades locais na formulação e implementação de políticas públicas e de manejo de conflitos socioambientais demonstrando as vozes e necessidades sendo consideradas;
 - d) Temas transversais: conflitos socioambientais e impactos das atividades do Complexo Portuário de Itaguaí na saúde e bem-estar da população que sedia o empreendimento na Baía de Sepetiba (Rio de Janeiro, Itaguaí e Mangaratiba; conflitos da população local e outros atores com o poder público envolvendo o turismo de massa, a mobilidade urbana e a capacidade de carga/suporte das atividades turísticas no território; e
 - e) Temas atuais: conflitos socioambientais e a questão de gênero na pesca artesanal, conflitos socioambientais entre atores sociais diversos (movimentos sociais, empresariais, governamentais, sociedade civil organizada, academia etc.) na mitigação de mudanças climáticas severas.

Com a implementação das medidas propostas e o desenvolvimento das linhas de pesquisa recomendadas, é possível caminhar em direção a um modelo que possibilite a justiça socioambiental, que respeite a diversidade cultural e assegure a preservação dos territórios protegidos e o bem-estar das futuras gerações. Essas abordagens não apenas ajudarão a compreender os conflitos existentes, mas também fornecerão uma base mais sólida para políticas sustentáveis que protejam tanto os ecossistemas costeiros-marinhos quanto as comunidades que deles dependem.

Em última análise, este estudo demonstra que os conflitos socioambientais na APAMBC são disputas por diferentes formas de capital que se manifestam como lutas pelo direito de definir e legitimar usos do território. A análise bourdieusiana permitiu compreender como os atores sociais percebem e exercem o poder

simbólico de maneiras diversas, conforme suas posições no campo e seu acesso aos diferentes tipos de capital. Os atores dominantes, como empresas portuárias, setor turístico, empreendimentos imobiliários e a Marinha do Brasil, tendem a naturalizar suas narrativas através do poder simbólico, transformando interesses particulares em aparentes interesses coletivos. Por outro lado, comunidades tradicionais e a população local mobilizam seus capitais cultural e social como forma de resistência e reivindicação de direitos invisibilizados.

Superar estas tensões requer não apenas medidas técnicas ou administrativas, mas uma profunda transformação nas relações de poder simbólico que estruturam o campo ambiental. Esta transformação demanda o reconhecimento das vozes historicamente silenciadas e a construção de novos arranjos institucionais que permitam uma distribuição mais equitativa não apenas dos elementos naturais, mas também do poder de decisão sobre os rumos da conservação ambiental. Somente assim será possível construir um modelo de governança que efetivamente concilie a preservação da biodiversidade marinha com a justiça socioambiental, garantindo que a APAMBC cumpra sua função ecológica e social como unidade de conservação de uso sustentável.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA, R. P. Efeito do alumínio e manganês, em pH ácido, nos parâmetros de estresse oxidativo em machos de *Astyanax altiparanae* (Characiformes: Characidae). 2015. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ACOSTA, A. La maldición de la abundancia. Quito: Abya-Yala, 2004.
- ACOSTA, A. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2011.
- ACOSTA, A. Pluriverso: Una propuesta de vida en comunidad. Quito: Abya-Yala, 2018.
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ACSELRAD, H. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.
- ACSELRAD, H. *Justiça ambiental e inclusão social*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, A. W. de; FARIAS JÚNIOR, E. A.; MARIN, R. E. A. Comunidades quilombolas e unidades de conservação na região do rio Trombetas. 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/12345678/Comunidades_quilombolas_e_unidades_de_conservação_na_região_do_rio_Trombetas. Acesso em: 19 jun. 2023.
- ANDRELLO, G.; LOLLI, P.; MEIRA, M. Temporalidades e interações socioambientais no noroeste amazônico: apresentação ao dossiê. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 19, n. 1, e20230025, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/gCtxYVbzFG7txTprLMtfWFN/>. Acesso em: 19 mar. 2024.
- ANDRIAMAHEFAZAFY, M.; KULL, C.; LARMARIE, C. The blue economy: Identifying limitations and opportunities from an indigenous perspective. *Sustainability Science*, v. 15, n. 4, p. 1233-1247, 2020.
- ANM – Agência Nacional de Mineração. Sistema de Informações Geográficas de Mineração – SIGMINE. Disponível em:

<https://geo.anm.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=6a8f5ccc4b6a4c2bba79759aa952d908>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ARAGÃO, T. Governo Bolsonaro avança sobre Unidades de Conservação. *O ISA Instituto Socioambiental*. (6 de outubro de 2022). 2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/governo-bolsonaro-avanca-sobre-unidades-de-conservacao> . Acesso em:15 abr. 2023.

ARAÚJO, S.; SOUZA, A. O conflito e a sustentabilidade no Brasil. São Paulo: Editora Futura, 2012.

ARENDT, H. Origens do totalitarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ARMITAGE, D.; JOHNSON, D. Can resilience be reconciled with globalization and the increasingly complex conditions of resource degradation in Asian Coastal Regions? *Ecology and Society*, v. 11, n. 1, p. 2, 2006.

ARRUTI, J. M.; MOTA, F. R.; RIOS, M. Relatório Parcial descaracterização da comunidade negra da Ilha da Marambaia. Relatório Preliminar sobre organização social, história e situação legal. Rio de Janeiro: Koinonia, 2002

ÁVILA GARCÍA, P.; LUNA SÁNCHEZ, E. Del ecologismo de los ricos al ecologismo de los pobres. *Revista mexicana de sociología*, 2013.

BACHELARD, G. A poética do espaço. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2008

BECK, U. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.

BENNETT, N. J. In *Political Seas: Engaging with Political Ecology in the Ocean and Coastal Environment*. *Coastal Management*, v. 47, n. 1, p. 67-87, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08920753.2019.1540905>. Acesso em: 17 de jun. de 2023.

BEZERRA, J. Golpe do 18 Brumário. Toda a Matéria. Disponível em: Golpe do 18 de Brumário (1799) na Revolução Francesa - Toda Matéria (todamateria.com.br). Acesso em:22/03/2024.

BLACKMORE, A. Climate change and the ownership of game: A concern for fenced wildlife areas. *Koedoe*, 2020. DOI: 10.4102/koedoe.v62i1.1594.

BOELEN, R.; GARCÍA, A.; PERREZ, R. O poder e a governança da água: as práticas de resistência no rio Magdalena, Colômbia. *Estudos Latino-Americanos*, v. 14, n. 2, p. 112-130, 2021.

BOLADOS GARCÍA, P. Los conflictos etnoambientales de Pampa Colorada y el Tatio en el salar de Atacama, norte de Chile: procesos étnicos en un contexto minero y turístico transnacional. *Estudios atacameños*, 2014. DOI: 10.4067/S0718-10432014000200015.

- BOLADOS GARCÍA, P. Procesos transnacionales en el salar de Atacama-norte de Chile: Los impactos de la minería y el turismo en las comunidades indígenas atacameñas. *Intersecciones en antropología*, 2014a.
- BOURDIEU, P. *A Distinção: Crítica Social do Julgamento*. Tradução de D. Kern e G. F. Teixeira. 1. ed. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007 [1979].
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Tradução de M. H. Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1998].
- BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de M. L. Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1992].
- BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Tradução de I. R. Valle e N. Valle. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2017 [1984].
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 [1989].
- BOURDIEU, P. *Outline of a Theory of Practice*. Transl. R. Nice. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. (Tradução de *Esquisse d'une théorie de la pratique*, 1972).
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Tradução de M. Corrêa. Campinas: Papyrus, 2011 [1994].
- BOURDIEU, P. *The Forms of Capital*. In: RICHARDSON, John G. (Ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, 1986. p. 241-258.
- BOURDIEU, P. *The Logic of Practice*. Transl. R. Nice. Stanford: Stanford University Press, 1990. (Tradução de *Le sens pratique*, 1980).
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J-C. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014 [1970].
- BRANDÃO, C. A. Espaços da destituição e as políticas urbanas e regionais no Brasil: uma visão panorâmica. *Nova Economia*, [S. l.], v. 26, n. Esp, 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/3961>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 2 mai. 2023.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Estabelece os padrões de qualidade para as águas e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como as condições e padrões de lançamento de efluentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 mar. 2005.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Resolução nº 420, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 dez. 2009.

BRASIL. Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais e altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e nº 9.795, de 27 de abril de 1999. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 14 jan. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14119.htm. Acesso em: 7 mar. 2023.

BRASIL. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em 18 de jan. de 2022.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. *Maricultura: produção de organismos marinhos*. Brasília: MPA, 2010.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm. Acesso em: 10 de mai de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm. Acesso em: 10 de mai de 2023.

BRENT, Z. W.; BARBESGAARD, M.; PEDERSEN, C. *The Blue Fix: Unmasking the politics behind the promise of blue growth*. Amsterdam: Transnational Institute, 2020.

BRITO, M.; SILVA, J.; PEREIRA, L. *Conflitos socioambientais e desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

BUENO, E. *Brasil: uma história*. Segunda edição revista. São Paulo. Ática. 2003. p. 18-19.

BULHOES, E. M. R.; KLOTZ, S. K. V.; MOTA, I. da S. A.; TAVARES, T. C.; SANGUÊDO, J. B.; CIDADE, C. A. S. *Projeto de gestão integrada da orla marítima. A experiência do município de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil*. Sociedade & Natureza, 2016. DOI: 10.1590/1982-451320160208.

BULLARD, R. D. *Dumping in Dixie: Race, class, and environmental quality*. 3. ed. New York: Routledge, 2018.

- BUSS, P. M.; MAGALHÃES, D. “Um único planeta, uma só saúde” e a Declaração de Kunming sobre Biodiversidade. CEE Fiocruz Saúde e Sustentabilidade, 25 de outubro de 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=Um-unico-planeta-uma-so-saude-e-a-Declaracao-de-Kunming-sobre-Biodiversidade-por-Paulo-M-Buss-e-Danielly-Magalhaes>. Acesso em 23 de mai. de 2023.
- CALDEIRA, T. P. da R. Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Edusp, 2000
- CAMPBELL, L. M.; GODFREY, M. H. Geo-political genetics: Claiming the commons through species mapping. *Geoforum*, v. 41, n. 6, p. 897–907, 2010. doi:10.1016/j.geoforum.2010.06.003.
- CAMPBELL, L. M.; GRAY, N. J.; FAIRBANKS, L.; SILVER, J. J.; GRUBY, R. L.; DUBIK, B. A.; BASURTO, X. Global oceans governance: New and emerging issues. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 41, n. 1, p. 517–43, 2016. doi:10.1146/annurev-environ-102014-021121.
- CARLET, F. Advocacias com e para Comunidades Negras Rurais: Diálogo de Saberes e Direito ao Território no Brasil e no Equador. Tese (Doutorado em Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI) - Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2018.
- CARVALHO, I. C. de M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 256 p., 2004.
- CASTELLS, M. A sociedade em rede. 9.ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CASTILLO, A.; GODÍNEZ, C.; SCHROEDER, N.; GALICIA, C.; PUJADAS-BOTEY, A.; MARTÍNEZ HERNÁNDEZ, L. El bosque tropical seco en riesgo: Conflictos entre uso agropecuario, desarrollo turístico e provisión de servicios ecosistêmicos na Costa de Jalisco, México. *Interciencia*, 2009.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia Científica: para uso dos estudantes universitários. (“A carreira e os desafios para se tornar um perito-contador”) 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- CHILDS, J. Performing 'blue degrowth': Critiquing seabed mining in Papua New Guinea through creative practice. *Sustainability Science*, v. 15, n. 1, p. 117-129, 2020.
- CIDH, Relatório No. 81/22. Petição 1450-09. Admissibilidade. Comunidade Quilombola da Ilha de Marambaia. Brasil. 8 de maio de 2022.
- COLE, S. A political ecology of water equity and tourism: A case study from Bali. *Annals of Tourism Research*, v. 39, n. 2, p. 1221–41, 2012. doi:10.1016/j.annals.2012.01.003.
- COSTA, F. de A. A água e a ordem global: a geopolítica da água no século XXI. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

COSTA, F. de A. A água na globalização: conflitos, geopolítica e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2004.

COSTA, F. de A. A guerra da água: geopolítica, conflitos e sustentabilidade. Curitiba: Editora Juruá, 2018.

COSTA, M. S. Dinâmicas de Poder nos Conflitos Territoriais. Cadernos de Geografia, v. 20, n. 3, p. 78-99, 2021.

COSTA, T. de O.; ASSIS, L. R. de; CALIJURI, M. L.; ASSEMAN, P. P.; LIMA, G. S. Defining priority zones for conservation and ecotourism in A Protected Area. Revista Árvore, 2016. DOI: 10.1590/0100-67622016000500001.

CUNHA, L. M.; LOUREIRO, V. R. *Turismo de base comunitária: desafios para a sustentabilidade no Brasil*. Campinas: Papyrus, 2016.

CUTTER, S. L. Race, class and environmental justice. Progress in Human Geography, v. 19, n. 1, p. 111–22, 1995. doi:10.1177/030913259501900111.

DIAS, R. L.; OLIVEIRA, R. C. de. Caracterização socioeconômica e mapeamento do uso e ocupação da terra do litoral sul do estado de São Paulo. Sociedade & Natureza, 2015. DOI: 10.1590/1982-451320150108.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

DODDS, W. K. Phosphorus and eutrophication in streams. Freshwater Biology, v. 39, n. 1, p. 87-98, 1998.

ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (EPA). Soil Screening Levels (SSLs) for Superfund Risk Assessment. Washington, DC: EPA, 2019.

ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. Political Geography, v. 20, n. 2, p. 139-174, 2001. ISSN 0962-6298. DOI: 10.1016/S0962-6298(00)00064-000064-0

ESPINOZA, J. J. Desarrollo y cambio ambiental en América Latina: Dimensiones sociales y ambientales de la globalización. Santiago: Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2016.

ESQUIVEL RIOS, S.; CRUZ JIMÉNEZ, G.; ZIZUMBO VILLARREAL, L.; CADENA INOSTROZA, C. Gobernanza para el turismo en espacios rurales. Reserva de la biosfera mariposa Monarca. Revista mexicana de ciencias agrícolas, 2014. DOI: 10.29312/remexca. v0i9.1053.

FARIAS, A. L. A. Impactos e conflitos socioambientais de grandes projetos na Amazônia. INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar, v. 20, p. 45-67, 2023. Disponível em: <https://www.revistainterthesis.ufsc.br/123456>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FLACH, L.; FLACH, P.; CHIARELLO, A. Aspects of behavioral ecology of *Sotalia guianensis* in Sepetiba Bay, southeast Brazil. *Marine Mammal Science*. 24. 503 - 515.2008. DOI: 10.1111/j.1748-7692.2008.00198.x.

FLANNERY, W.; HEALY, N.; LUNA, M. Exclusion and non-participation in marine spatial planning. *Marine Policy*, v. 88, p. 32–40, 2018. doi:10.1016/j.marpol.2017.11.001.

FOOD AND DRUG ADMINISTRATION (FDA). Food additives permitted in food or in contact with food. Washington, DC: FDA, 2005.

FORSYTH, T. *Critical political ecology: The politics of environmental science*. London; New York: Routledge, 2003.

FOSTER, J. B. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALLARDO, G.; NUÑEZ, A.; PACHECO, L. F.; RUIZ-GARCÍA, M. Conservación del puma en el <https://mn.sarem.org.ar/article/conservacion-del-puma-en-el-parque-nacional-sajama-bolivia-estado-poblacional-y-alternativas-de-manejo/>. Acesso em: 27 de nov. de 2022.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GÓMEZ, E. Establecidos y marginados en áreas naturales protegidas: dos casos de estudio en México y Argentina. *Letras Verdes, Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales*, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/letrasverdes.26.2019.3825>. Acesso em 23 de out. de 2022.

GOYTISOLO, J. *Tecnocracia, totalitarismo y masificación*. Barcelona: Seix Barral, 1981. Disponível em: https://fundacionspeiro.org/downloads/magazines/docs/pdfs/3354_tecnocracia-totalitarismo-y-masificacion.pdf. Acesso em 23 de ago. de 2022.

GUDYNAS, E. *Ecologia política e a luta pelo bem viver*. São Paulo: Editora Elefante, 2011.

GUDYNAS, E. *Extractivismo, despojo y crisis: el caso del litio en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

GUDYNAS, E. *Extractivismos: ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza*. Cochabamba: CEDIB, 2015.

GUDYNAS, E. *La crisis ecológica y el futuro de América Latina*. Montevideo: CLAES, 2011a.

GUDYNAS, E. *Transiciones hacia la sustentabilidad: Debates en América Latina*. Montevideo: CLAES, 2014.

GUDYNAS, E. Transiciones para salir del viejo desarrollo: post-extractivismo y decrecimiento. In: ALIMONDA, H. (Org.). La naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2013. p. 261-288. Disponível em: <https://extractivismo.com/2012/08/transiciones-para-salir-del-viejo-desarrollo/>. Acesso em 4 de jul. de 2022.

GUETTA, M.; OVIEDO, A. F. P.; BENSUSAN, N. A desconstrução das políticas de proteção das Unidades de Conservação. [S.l.: s.n.], [2022?]. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/desconstrucao-das-politicas-de-protecao-das-unidades-de-conservacao>. Acesso em 8 de ago. de 2023.

HAN, B.-C. Infocracia: digitalização e a crise da democracia / B.-C. Han; tradução de G. S. Philipson. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

HARRISON, B. Offshore threats: Liquefied natural gas, terrorism, and environmental debate in Connecticut. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 98, n. 1, p. 135–59, 2008. doi:10.1080/00045600701734422. Acesso em 23 de out. de 2022.

HARVEY, D. O direito à cidade. *Lutas Sociais*, n. 29, p. 73-89, 2008.

HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. *The New Imperialism*. Publisher: Oxford University Press, 2003.

HERNÁNDEZ LOPÉZ, E. Turismo y miedo al delito-violencia: El caso de la ciudad histórica de Guanajuato (México). *Estudios y perspectivas en turismo*, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1807/180757663004/html/>. Acesso em 23 de mai. de 2022.

HOEFFEL, J. L.; FADINI, A. A. B.; MACHADO, M. K.; REIS, J. C.. Trajetórias do Jaguar - unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo. *Ambiente & Sociedade*, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2008000100010>. Acesso em: 22 de set. de 2022.

IAP. Planos de conservação para espécies de mamíferos ameaçados. 316p. 2009.

IDROBO, C. J.; DAVIDSON-HUNT, I. J.; SEIXAS, C. S. Produced natures through the lens of biodiversity conservation and tourism: The Ponta Negra Caiçara in the Atlantic Forest Coast of Brazil. *Local Environment*, v. 21, n. 9, p. 1132–50, 2016. doi:10.1080/13549839.2015.1075479.

INGRAM, A.; INGRAM, B.; LEJANO, J. The power of narrative in environmental networks. *Environmental Communication*, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 65-81, 2013.

INSTITUTE OF MEDICINE (IOM). Dietary Reference Intakes for vitamin A, vitamin K, arsenic, boron, chromium, copper, iodine, iron, manganese, molybdenum, nickel, silicon, vanadium, and zinc. Washington, DC: National Academy Press, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 6 de abril de 2024.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS. *Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR)*. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/evolution/>. Acesso em: 7 mar. 2023.

INTERGOVERNMENTAL OCEANOGRAPHIC COMMISSION. Global ocean science report - GOSR2020: charting capacity for ocean sustainability. Kirsten Isensee (ed.). Paris: UNESCO, 2020. 249 p.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F. ESG: novo conceito para velhos problemas. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, vol.20, n.4. Editorial. Jul./Ago, 2022. DOI: 10.1590/1679-395186096.

JACQUET, P.; PACHAURI, R. K.; TUBIANA, L. Oceans: The new frontier. New Delhi: The Energy and Resources Institute (TERI), 2011.

JASANOFF, S. (Ed.). States of knowledge: The co-production of science and the social order. New York/London: Routledge, 2004.

JASANOFF, S.; MARKLE, G. E.; PETERSON, J. C.; PINCH, T. Handbook of science and technology studies. London: SAGE Publications, 2001.

JATOBÁ, J.; CIDADE, E.; VARGAS, A. Justiça ambiental e resistência: estratégias de luta e alternativas ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

JOUFFRAY, J.-B., BLASIAK, R.; NORSTRÖM, A. V.; ÖSTERBLÖM, H.; NYSTRÖM, M. The blue acceleration: The trajectory of human expansion into the ocean. *One Earth* 2 (1): 43–54. 2020. Disponível em: [https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322\(19\)30275-1?returnURL=https%3A%2F%2Flinkinghub.elsevier.com%2Fretrieve%2Fpii%2FS2590332219302751%3Fshowall%3Dtruehttps://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322\(19\)30275-1?returnURL=https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2590332219302751?showall=true](https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322(19)30275-1?returnURL=https%3A%2F%2Flinkinghub.elsevier.com%2Fretrieve%2Fpii%2FS2590332219302751%3Fshowall%3Dtruehttps://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322(19)30275-1?returnURL=https://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S2590332219302751?showall=true). Acesso em: 22 de mai de 2024.

KARVONEN, A. Relations, territories, and politics of infrastructural regionalism. *Territory, Politics, Governance*, v. 12, n. 6, p. 884-889, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21622671.2023.2289439>. Acesso em: 19 jun. 2024.

KASSIADOU, A. Potencialidades e desafios pedagógicos dos conflitos ambientais: tecendo relações entre educação ambiental e ecologia política. Tese de doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações PPGEdu-UNIRIO. 2020.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

LAYRARGUES, P. P. A crise ambiental e suas implicações na educação. Pensando e praticando educação ambiental na gestão do meio ambiente. 2a ed. Brasília: Edições IBAMA, 2002.

LEÃO, V. M.; JULIANO, R. F. A Identidade da Comunidade Tradicional e seu Papel em uma Unidade de Conservação do Brasil Central: Uma Perspectiva da Ecologia Política. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, v. 7, n. 2, p. 273-289, 2018. DOI: 10.21664/2238-8869.2018v7i2.p273-289.

LEBRETON, L., SLAT, B., FERRARI, F. et al. Evidence that the Great Pacific Garbage Patch is rapidly accumulating plastic. *Sci Rep* 8, 4666 (2018). <https://doi.org/10.1038/s41598-018-22939-w>

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. The Production of Space. Blackwell Publishers, 1991.

LEFF, E. A aposta na sustentabilidade: descolonização e desconstrução dos saberes. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LITTLE, P. E. "Political Ecology: An Introduction". In: *Cultural Dynamics*, 11(2), pp. 87-101. 1999.

LITTLE, P. E. "Territórios Sociais E Povos Tradicionais No Brasil: Por Uma Antropologia Da Territorialidade". *Anuário Antropológico* 28 (1):251-90. 2018.

Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>. Acesso em 24 de jan de 2022.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (Org.). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond, pág. 107-122, 2001.

LOPES, A. C. Marambaia: processo social e direito. Tese de mestrado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

LUCENA, F. Ecologistas pedem ação conjunta para conter poluição da Vale em Mangaratiba. *Diário do Rio*, 9 fev. 2022. Disponível em: <https://diariodorio.com/ecologistas-pedem-acao-conjunta-para-conter-poluicao-da-vale-em-mangaratiba/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MACIEL, I. S. Ecologia acústica do boto-cinza (*Sotalia guianensis*) nas baías de Sepetiba e Ilha Grande. 2020. Tese (Doutorado em Biologia Animal). Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

MACIEL, I. S.; ANIBOLETE, D.; FRANÇA, S.; MARICATO, G.; BELDERRAIN, T.; ALVES, M. A. S.; MARQUES, L.; FIGUEIREDO, L. D.; TARDIN, R. H.; OLIVEIRA, B. 20 anos de pesquisa sobre a população de golfinhos-das-guianas na Baía de Sepetiba, sudeste do Brasil: o que mudou? *Conserva Aquática: Mar Freshw Ecosyst*,

In press. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/aqc.3985>. Acesso em: 23 de ago de 2024.

MARCOMIN, F. E.; SATO, M. Percepção, paisagem e educação ambiental: uma investigação na região litorânea de Laguna-SC, Brasil. *Educação em Revista*, 2016. DOI: 10.1590/0102-4698125694.

MARTINEZ-ALIER, J. *Ecologia e Economia: Uma Crítica da Economia Verde*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

MARTINEZ-ALIER, J. *Ecología y economía: Crítica de la economía verde*. Barcelona: Icaria Editorial, 2008.

MARTINEZ-ALIER, J. *O Capitalismo e o Metabolismo da Natureza*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

MARTÍNEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007a.

MARTÍNEZ-ALIER, J. Socio-environmental conflicts and environmental justice in Latin America. *Journal of Peace Research*, v. 41, n. 1, p. 1-15, 2004.

MARTINEZ-ALIER, J. *The Ecological Rift: Capitalism's War on Nature*. New York: Monthly Review Press, 2014.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MCCULLIGH, C. Wastewater and illusions: treatment plants to "revive" the Santiago River in Mexico. *Environment and Planning E: Nature and Space*, v. 6, n. 3, p. 1966-1986, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/25148486221125230>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

McMICHAEL, P. *Development and Social Change: A Global Perspective*. 6th ed. Los Angeles: SAGE, 2016.

MEIRELLES, H. L. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2015. p. 625

MELETIS, Z. A.; CAMPBELL, L. M. Benevolent and benign? Using environmental justice to investigate waste-related impacts of ecotourism in destination communities. *Antipode*, v. 41, n. 4, p. 741–80, 2009. doi:10.1111/j.1467-8330.2009.00696. x.

MÉNDEZ MÉNDEZ, A.; GARCÍA ROMERO, A.; SERRANO DE LA CRUZ SANTOS-OLMO, M. A.; IBARRA GARCÍA, V. Determinantes sociales de la viabilidad del turismo alternativo en Atlautla, una comunidad rural del Centro de México. *Investigaciones geográficas*, 2016. DOI: 10.14350/rig.48297.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MILANEZ, B. A modernização ecológica: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

MILANEZ, B., SCOTTO, G., SANT'ANA JÚNIOR, H.A., BOSSI, D., and KATO, K. Injustiça Ambiental, Mineração e Siderurgia. In: PORTO, M.F., PACHECO, T., and LEROY, J.P., comps. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, pp. 175-205. ISBN 978-85-7541-576-4. <https://doi.org/10.7476/9788575415764.0007>.

MOHAI, P.; PELLOW, D.; ROBERTS, J. T. **Environmental justice**. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 34, p. 405-430, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-082508-094348>. Acesso em: 25 de mai. de 2022.

MOORE, J. W. *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. New York: Verso Books, 2015.

MORRISSEY, K. It's not just a Blue Economy moment... *Marine Policy*, v. 85, p. 523-527, 2017.

MOTA, F. R. Nem muito mar, nem muita terra. Nem tanto negro, nem tanto branco: uma discussão sobre o processo de construção da identidade da comunidade remanescente de quilombos na Ilha da Marambaia/RJ. Dissertação de mestrado em Ciência Política e Antropologia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

MOTTA, M. M. M. Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. 2ª ed., Niterói, RJ: edUFF, 2008.

MUNIZ, C. Conflitos ambientais e desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

NASCIMENTO, E. P. Ecologia política: conflitos socioambientais e movimentos sociais. São Paulo: Cortez, 2001.

NASCIMENTO, J. V. H. M. A Fazenda Praia Grande: Entre estradas a identidade inquieta de um patrimônio fantasma em Mangaratiba. In: Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, 2018, Niterói. Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2018. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529795353_ARQUIVO_A_RTIGOANPUH-JoaoVitorHugo.pdf. Acesso em: 23 de nov. de 2022.

NERY, M. F.; ESPÉCIE, M. A.; SIMÃO, S. M. Site fidelity of *Sotalia guianensis* (Cetacea: Delphinidae) in Sepetiba Bay, Rio de Janeiro, Brazil. *Revista Brasileira de Zoologia*, 25 (2): 182–187. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-81752008000200004>. Acesso em: 28 de out. de 2022.

OLIVEIRA, C. C.; CASTELO BRANCO ARAÚJO, F.; ALVES SOARES, J. Desafios socioambientais das áreas marinhas protegidas do Brasil: O caso dos pescadores artesanais no contexto da reserva extrativista Prainha do Canto Verde (Ceará).

Revista Catalana de Dret Ambiental, v. 11, n. 1, p. 1-42, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17345/rcda2697>. Acesso em: 5 de abr. de 2022.

PASSOS, A.; DIAS, F.; SANTOS, P.; BARROS, S.; SOUZA, C.; BERNARDINO, D.; ARAUJO, J.; VARGAS, R.; AMÉRICO DOS SANTOS, C. Evaluation of the effects of a possible sea-level rise in Mangaratiba - RJ. *Journal of Coastal Conservation*, v. 23, 2019. DOI: 10.1007/s11852-018-0665-2.

PAULI, G. A. The blue economy: 10 years, 100 innovations, 100 million jobs. Paradigm publications, 2010.

PELACANI, B.; KASSIADOU, A.; CAMARGO, D.; SÁNCHEZ, C.; STORTTI, M. Educação ambiental de base comunitária e a luta pela água. *Praxis & Saber*, 12(28), e11470. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.19053/22160159.v12.n28.2021.11470>. Acesso em: 12 de jun. de 2023.

PEREIRA SANTOS, P.; CARVALHO VILAR, J. W. Ordenamiento territorial turístico del litoral sergipano (Brasil). *Estudios y perspectivas en turismo*, 2013.

PEREIRA, A. A.; SILVA, L. S. da; CRISTINE, T.; SILVA, L. e; NEVES, H. B. das. Memórias da Ilha da Marambaia: tradições orais da cultura afro-brasileira / organizado por Amílcar Araújo Pereira, Luciana Santos da Silva, Thayara Cristine Silva e Lima e Hudson Batista das Neves. Rio de Janeiro: Fundação Vale, 2015. 108 p. ISBN 978-85-7652-202-7.

PEREIRA, A. Identidades Territoriais e Conflitos Ambientais. *Revista de Ecologia Política*, v. 5, n. 4, p. 50-70, 2021.

PESSOA, I. T. M. Utopias and realities in the Brazilian social housing experience: the case of the Residencial Cidade de Deus. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 11, p. e20180002, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180002>. Acesso em: 21 de fev. de 2022.

POLANYI, K. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTO, M. F. A. Justiça ambiental, saúde e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA (PMM). Conselhos Municipais. Mangaratiba, 2024. Disponível em: <https://conselhosmunicipais.mangaratiba.rj.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA (PMM). Plano de Manejo da APA Marinha Boto-Cinza. Mangaratiba: Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA (PMM). Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Parecer técnico: análises laboratoriais – Terminal Ilha Guaíba – Vale S.A. Mangaratiba, RJ: SMMA, dez. 2021. Protocolo nº 6943/21.

PULIDO, L. Introduction: environmental racism. *Urban Geography*, v. 17, n. 5, p. 377-379, 1996. DOI: 10.2747/0272-3638.17.5.377. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2747/0272-3638.17.5.377>. Acesso em: 31 mar. 2022.

RALEIGH, C.; LINKE, A.; O'LOUGHLIN, J. Extreme temperatures and violence. *Nature Clim Change* 4, 76–77 (2014). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/nclimate2101>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 10.087, de 1º de setembro de 2023. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: [Lei Ordinária 10087 2023 de Rio de Janeiro RJ](#). Acesso em: 3 de maio de 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 5100, de 4 de outubro de 2007. Altera a Lei nº 2664, de 27 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rj/lei-ordinaria-n-5100-2007-rio-de-janeiro>. Acesso em: 7 mar. 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade e Inea publicam resultados do ICMS Ecológico. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/seas/node/891>. Acesso em: 7 jan. 2024

ROBBINS, P. *Political ecology: A critical introduction*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2011.

ROBBINS, P.; WATTS, M. *Global political ecology*. New York: Taylor & Francis, 2011.

ROGERSON, K.; ROSELLE, L.; MISKIMMON, A.; O'LOUGHLIN, B.; ROSELLE, L. *Narrativas estratégicas da ordem internacional*. 1. ed. Londres: Routledge, 2013. ISBN 9781315811264.

RUSCHMANN, D. V. M. *Turismo e desenvolvimento sustentável: a relação entre meio ambiente e turismo*. Campinas: Papirus, 1997.

SANDRONI, L. T.; CARNEIRO, M. J. T. "Biodiversity conservation" in brazilian social sciences: a systematic review from 1992 to 2010. *Ambient. soc.* [online]. 2016, vol.19, n.3, pp.21-46. ISSN 1414-753X. DOI: 10.1590/1809-4422ASOC130181V1932016. Disponível em: <http://ref.scielo.org/78zs33>. Acesso em 20 de jun. 2013.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 79, p. 71-94, 2007.

SANTOS, J. A Luta pelo Reconhecimento Cultural. *Estudos Socioambientais*, v. 10, n. 1, p. 200-220, 2022.

SANTOS, T.; BEIRÃO, A. P.; ARAUJO FILHO, M. C.; CARVALHO, A. B. (Org.). *Economia azul: vetor para o desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Essencial Idea Editora, 2022. ISBN 978-65-86394-07-8.

SAUNDERS, M; LEWIS, P.; THORNHILL A. Research methods for business students. 6. ed London: Pearson Education, 2012. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/FelipeSilva60/estudo-de-caso-62981938>. Acesso em 28/11/2021.

SCARTOZZI, C. M. Climate Security in Action: An Analysis of Policy Debates and Programming in International Organizations. 2020. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10584-013-0895-0>. Acesso em: 31 de maio de 2023.

SCOONES, I.; SMALLEY, R.; HALL, R.; TSIKATA, D. Narratives of scarcity: understanding the 'global resource grab'. 2014. Working Paper 076. Future Agriculture. Disponível em: www.future-agricultures.org. Acesso em: 24 mar. 2023.

SEBRAE. Plano Municipal de Turismo de Mangaratiba - PLAMTUR. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2023.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - SGB. Recursos Minerais do Fundo do Mar. Disponível em: <https://www.sgb.gov.br/publique/SGB-Divulga/Canal-Escola/Recursos-Minerais-do-Fundo-do-Mar-2560.html>. Acesso em: 24 de maio de 2024.

SILVA, M.S.F.; ANUNCIAÇÃO, V.S.; ARAÚJO, H.M. Conflitos socioambientais na gestão do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Redalyc, 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5371/537167892003/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

SILVA, Y. J. A. B.; NASCIMENTO, C. W. A.; CANTALICE, J. R. B.; SILVA, Y. J. A. B.; CRUZ, C. M. C. A.; BIONDI, C. M.; ARAÚJO, P. R. M.; SOUZA JUNIOR, V. S. Watershed-scale assessment of background concentrations and guidance values for heavy metals in soils from a semiarid and coastal zone of Brazil. *Environmental Monitoring and Assessment*, v. 187, n. 9, p. 558, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10661-015-4782-1>. Acesso em: 12 de ago. de 2022.

SILVER, J. J.; GRAY, N. J.; CAMPBELL, L. M.; FAIRBANKS, L. W.; GRUBY, R. L. Blue economy and competing discourses in international oceans governance. *Journal of Environment and Development*, v. 24, n. 2, p. 135-160, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1070496515580797>. Acesso em: Acesso em: 2 de jun. de 2023.

SILVER, J. J.; GRAY, N. J.; CAMPBELL, L. M.; FAIRBANKS, L. W.; GRUBY, R. L. Blue Economy and competing discourses in international oceans governance. *The Journal of Environment & Development*, v. 24, n. 2, p. 135-160, 2015.

SOBRAL, M. do C.; NASCIMENTO, A. R. *Turismo de base comunitária: desafios e perspectivas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2019.

SOUZA, H. J. Como se faz análise de conjuntura (34ª ed.). Petrópolis: Vozes, 2014.

- SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Mercator (Fortaleza)*, v. 19, p. e19015, 2020. DOI: 10.4215/rm2020.e19015
- STOJANOVIC, T. A.; FARMER, C. J. The development of world oceans & coasts and concepts of sustainability. *Marine Policy*, v. 42, p. 157-165, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2013.02.005>. Acesso em: 2 de jun. de 2023.
- STONICH, S. C.; BORT, J. R.; OVARES, L. L. Globalization of shrimp mariculture: The impact on social justice and environmental quality in Central America. *Society & Natural Resources*, v. 10, n. 2, p. 161–79, 1997. doi:10.1080/08941929709381016.
- STONICH, S. C. Political ecology of tourism. *Annals of Tourism Research*, v. 25, n. 1, p. 25–54, 1998. doi:10.1016/S0160-7383(97)00037-6.
- STONICH, S. C.; BAILEY, C. Resisting the blue revolution: Contending coalitions surrounding industrial shrimp farming. *Human Organization*, v. 59, n. 1, p. 23–36, 2000.
- SVAMPA, M. *Debates Latinoamericanos: Indianismo, Desarrollo, Dependencia y Populismo*. Buenos Aires: Edhasa, 2012.
- SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 244, p. 30-46, 2013. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/consenso-de-los-commodities-y-lenguajes-de-valoracion-en-america-latina/>. Acesso em: 25 de fev. de 2022.
- SVAMPA, M. *As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- TASOFF, H. The wild west of deep-sea mining. *Hakai Magazine*, 19 May 2017. Retrieved from doi:<https://www.hakaimagazine.com/article-short/wild-west-deep-sea-mining>.
- VAZQUEZ, L. M. Implementation challenges of climate change adaptation initiatives in coastal lagoon communities in the Gulf of Mexico. *Maritime Studies*, v. 16, 2017. doi:10.1186/s40152-017-0068-2.
- VELÁZQUEZ-CASTRO, J. A.; CRUZ-CORIA, E.; RAMÍREZ-GODÍNEZ, J.; VARGAS-MARTÍNEZ, E. E. Consumo sustentable en turismo: una aproximación a su estado del conocimiento. *Ad-minister*, 2020. DOI: 10.17230/ad-minister.37.3.
- VIANNA, A. R.; SCOTTO, G. *Conflitos ambientais no Brasil: natureza para todos ou só alguns?* Rio de Janeiro: IBASE, 1997.
- VIDOLIN, G. P.; TOSSULINO, M. G. P.; BRITTO, M. M. (Org.). *Planos de Conservação para Espécies de Mamíferos Ameaçados*. 1. ed. Curitiba: IAP/Projeto Paraná Biodiversidade, 2009. p. 160-175.

VIÉGAS, R. N.; PINTO, R. G.; GARZON, L. F. N. Negociação e acordo ambiental: o termo de ajustamento de conduta (TAC) como forma de tratamento de conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2014.

VIRGENS, J. H. A.; TEIXEIRA, C. F. Revisão da produção científica sobre análise de conjuntura: contribuição à análise política em saúde. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 2, p. 377-393, out. 2018. DOI: 10.1590/0103-11042018S226.

VIRGENS, J. H. A. Análise política em saúde: contribuições teórico-metodológicas acerca das dinâmicas estruturais, conjunturais, dos sujeitos e das ações políticas. Doctoral Thesis in Public Health. Salvador: UFBA, 2019.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P.F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 4, n. 7, p.139-162, out. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1970>. Acesso em: 20 maio 2023.

VIVACQUA, M.; RODRIGUES, H. C. L. Reservas Extrativistas Marinhas à luz da representação social de pescadores artesanais do litoral centro-sul de Santa Catarina. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, p. 321-342, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v48i0.58832>. Acesso em: 23 de mai. de 2023.

VOYER, M.; QUIRK, G.; MCILGORM, A.; AZMI, K. Shades of blue: What do competing interpretations of the blue economy mean for oceans governance? *Journal of Environmental Policy and Planning*, v. 20, n. 5, p. 595-616, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1523908X.2018.1473153>. Acesso em: 2 de jun. de 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Guidelines for Drinking-water Quality. 3. ed. Geneva: World Health Organization, 2004.

WRATHALL, D. J.; BURY, J.; CAREY, M.; MARK, B.; MCKENZIE, J.; YOUNG, K.; BARAER, M.; FRENCH, A.; RAMPINI, C. Migration amidst climate rigidity traps: Resource politics and social-ecological possibilism in Honduras and Peru. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 104, n. 2, p. 292-304, 2014. doi:10.1080/00045608.2013.873326.

YABETA, D.; GOMES, F. Memória, cidadania e direitos de comunidades remanescentes (em torno de um documento da história dos quilombolas da Marambaia). *Afro-Ásia*, v. 47, p. 79-117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0002-05912013000100003>. Acesso em: 23 de set. de 2022.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Translated by Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YOUNG, J., WATT, A., NOWICKI, P., ALARD, D., CLITHEROW, J., HENLE, K., JOHNSON, R., LACZKO, E., MCCracken, D., MATOUCH, S., NIEMELA, J. & RICHARDS, C. Towards sustainable land use: identifying and managing the conflicts between human activities and biodiversity conservation in Europe. *Biodiversity and*

Conservation, 14, 1641-1661. 2005. doi:10.1007/s10531-004-0536-z. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10531-004-0536-z>. Acesso em: 15 de jun de 2023.

YOUNG, O. R.; WEBSTER, D. G.; COX, M. E.; RAAKJÆR, J.; BLAXEKJÆR, L. Ø.; EINARSSON, N.; VIRGINIA, R. A.; ACHESON, J.; BROMLEY, D.; CARDWELL, E.; CAROTHERS, C.; EYTHÓRSSON, E.; HOWARTH, R. B.; JENTOFT, S.; McCAY, B. J.; McCAY, F.; OGMUNDSSON, K.; OSTERBLOM, H.; PINKERTON, E.; VAN GINKEL, R.; WILSON, J. A.; WILSON, J. R.; WILSON, D. C. Moving beyond panaceas in fisheries governance. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 115, n. 37, p. 9065-9073, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1716545115>. Acesso em: 17 de mai. de 2023.

ZEM, L. L. *Turismo de base comunitária: um olhar sobre as comunidades tradicionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2020.

3 PODER SIMBÓLICO NA REDE SOCIAL DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL MARINHA BOTO CINZA

RESUMO

Este estudo analisa as principais centralidades de poder simbólico que permeiam as redes sociais dos atores do território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APAMBC) face aos conflitos socioambientais, utilizando a perspectiva teórica de Bourdieu sobre Poder Simbólico e a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS). O estudo emprega uma abordagem quali-quantitativa, combinando análises qualitativas da conjuntura dos conflitos com métricas quantitativas da ARS. Este capítulo desenvolveu uma articulação entre a conjuntura e estrutura das relações de poder, complementando o mapeamento e análises da conjuntura dos conflitos socioambientais realizados no capítulo 2. Utilizamos a triangulação de dados, métodos e teorias para garantir robustez e validade dos resultados obtidos. Para a obtenção dos resultados deste capítulo, a amostra consistiu em 14 participantes, representando sete categorias de atores sociais, selecionados de um universo de 32 atores identificados no território. Os resultados revelaram que 75% dos entrevistados reconhecem a APAMBC como um território em conflito, com as principais causas atribuídas à governança frágil, ocupação desordenada e uso insustentável dos elementos naturais. As zonas de atividade portuária e áreas de uso pesqueiro foram identificadas como os principais focos de tensão. Os pescadores artesanais, foram considerados os mais vulneráveis e simultaneamente os mais atuantes na defesa ambiental do território. A análise de redes sociais destacou atores centrais com maior capacidade de influência e mediação nos conflitos. As atividades portuárias e industriais foram percebidas como fontes principais de dominação no território, exercendo controle sobre a gestão da unidade de conservação e marginalizando grupos vulneráveis. A sociedade civil e comunidades locais foram vistas como principais aliadas na luta contra os conflitos socioambientais, enquanto o Poder Executivo e Judiciário foram percebidos com desconfiança. O estudo confirma as hipóteses de que atores com maior capital simbólico exercem maior influência nos conflitos, perpetuando, no caso estudado, desigualdades; e que as redes sociais são fundamentais na construção e legitimação do poder simbólico. Os resultados destacam a necessidade de uma governança mais inclusiva e eficaz na APAMBC, capaz de mitigar os conflitos e promover justiça ambiental. As implicações do estudo incluem a necessidade de políticas públicas que fortaleçam grupos vulneráveis, a importância de abordagens multidimensionais no estudo dos conflitos socioambientais, e o reconhecimento do papel das comunidades locais na conservação da biodiversidade. O estudo contribui para o campo das Ciências Ambientais ao fornecer uma análise integrada dos conflitos socioambientais,

combinando fatores ecológicos e sociais, e enfatiza a importância de incluir comunidades locais e tradicionais no processo de pesquisa e gestão de unidades de conservação, bem como traz uma importante contribuição ao introduzir uma ferramenta de análise quantitativa, pouco comum em estudos de conflitos socioambientais.

Palavras-chave: Relações de Poder; Conflitos Socioambientais; Análise de Redes Sociais. Unidades de Conservação.

ABSTRACT

This study analyzes the main centers of symbolic power that permeate the social networks of the actors within the territory of the Boto Cinza Marine Environmental Protection Area (APAMBC) in light of socio-environmental conflicts, utilizing Bourdieu's theoretical perspective on Symbolic Power and Social Network Analysis (SNA) methodology. The study employs a mixed-methods approach, combining qualitative analyses of the conflict situation with quantitative metrics from SNA. This chapter developed a connection between the context and structure of power relations, complementing the mapping and analysis of the socio-environmental conflict situation presented in Chapter 2. We used data, methods, and theory triangulation to ensure the robustness and validity of the results obtained. To gather the results of this chapter, the sample consisted of 14 participants, representing seven categories of social actors, selected from a universe of 32 identified actors within the territory. The results revealed that 75% of the interviewees recognize the APAMBC as a territory in conflict, with the main causes attributed to weak governance, disorderly land occupation, and unsustainable use of natural elements. The port activity zones and fishing areas were identified as the main focal points of tension. Artisanal fishermen were considered the most vulnerable yet also the most active in defending the environmental integrity of the territory. The social network analysis highlighted central actors with greater influence and mediation capacity in the conflicts. Port and industrial activities were perceived as the main sources of domination in the territory, exerting control over the management of the conservation unit and marginalizing vulnerable groups. Civil society and local communities were seen as key allies in the fight against socio-environmental conflicts, while the Executive and Judicial branches were viewed with distrust. The study confirms the hypotheses that actors with greater symbolic capital exercise more influence in conflicts, perpetuating inequalities in the case studied; and that social networks are essential in the construction and legitimization of symbolic power. The results emphasize the need for more inclusive and effective governance in the APAMBC, capable of mitigating conflicts and promoting environmental justice. The study's implications include the need for public policies that strengthen vulnerable groups, the importance of multidimensional approaches in studying socio-environmental

conflicts, and the recognition of the role of local communities in biodiversity conservation. This study contributes to the field of Environmental Sciences by providing an integrated analysis of socio-environmental conflicts, combining ecological and social factors, and emphasizes the importance of including local and traditional communities in the research and management processes of conservation units, as well as offering a significant contribution by introducing a quantitative analysis tool, which is rare in socio-environmental conflict studies.

Keywords: Power Relations; Socio-environmental Conflicts; Social Network Analysis; Conservation Units.

3.1 Introdução

Este capítulo irá analisar as principais centralidades de poder simbólico que permeiam as redes sociais dos atores do território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APAMBC) diante dos conflitos socioambientais, utilizando a perspectiva teórica sobre poder simbólico (Bourdieu, 2004, 2012) e a metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS) (Wasserman; Faust, 1994; Barabási, 2016; Scott, 2017).

Em uma unidade de conservação, analisar as relações de poder presentes nas redes sociais dos diversos atores em situações de conflitos socioambientais constitui uma ferramenta útil para compreender a dinâmica relacional desse ecossistema social; pois nesse ambiente, os atores sociais estabelecem conexões, trocam conhecimentos e constroem significados compartilhados, além de perceberem e exercerem diferentes formas de poder simbólico durante situações de conflito.

Realizamos, neste capítulo, um estudo quali-quantitativo que contém análises qualitativas com base nos conflitos socioambientais mapeados, descritos e analisados no capítulo 2 e que se complementa com as análises quantitativas da articulação entre a conjuntura e a estrutura das relações de poder analisadas a partir da análise das redes sociais dos atores, face aos conflitos presentes no território da APAMBC.

3.1.1 Contextualização e problematização

O tema Economia Azul vem ganhando espaço crescente na agenda global de sustentabilidade, principalmente pelo destaque impulsionado pela ONU ao evidenciar a década do oceano (2021-2030). Este conceito da Economia Azul refere-se ao uso sustentável dos recursos marinhos e costeiros visando promover crescimento econômico, melhoria dos meios de subsistência, geração de empregos e renda, ao mesmo tempo em que busca a preservação e saúde do ecossistema marinho.

Neste modelo econômico está pautado um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental, englobando atividades como pesca sustentável, turismo marítimo, biotecnologia marinha e energia renovável *offshore* (Ntona; Schröder, 2020).

Entretanto, a implementação da agenda da Economia Azul pelas nações já vem resultando consideráveis conflitos socioambientais, pois as iniciativas de desenvolvimento econômico entram em choque com os interesses e modos de vida das comunidades costeiras.

Esse processo de aceleração azul da economia, que vem sendo discutido desde a década de 1970, representa uma expansão exponencial de atividades econômicas no mar realimentando antigas fontes de conflitos socioambientais e criando outras questões conflitantes; pois torna-se evidente a pressão antrópica sobre os recursos marinhos e costeiros. Esta intensificação pode levar à degradação ambiental e à marginalização de comunidades tradicionais que dependem desses recursos para sua subsistência (Saunders *et al.*, 2024).

As Unidades de Conservação (UC) marinhas de uso sustentável são áreas criadas com a finalidade de proteger os ecossistemas marinhos frágeis, promover a biodiversidade, bem como regular o uso dos elementos naturais. No entanto, a criação e gestão das UCs, mesmo com objetivos de conservação ambiental definidos, podem gerar tensões significativas entre conservação ambiental e outros interesses, particularmente quando as políticas de conservação restringem o acesso das comunidades tradicionais aos recursos pesqueiros, por exemplo (Said *et al.*, 2017).

Ressaltamos que os aspectos relacionados à gestão das UCs podem ainda ser considerados sob a ótica das dinâmicas de exclusão social, pois os elementos da governança dessas áreas protegidas podem estar disfarçados de participação cidadã, enquanto promovem agendas neoliberais desenvolvimentistas, que reestruturam não apenas o espaço físico, mas também as relações de poder e a inclusão social, o que demanda um olhar crítico das consequências dessas intervenções para a população vulnerável e afetada (Ott, 2022; Van Loyen, 2023).

Consideramos a dinâmica de poder como um elemento central no estudo de áreas protegidas, onde diferentes atores — governamentais, privados e comunitários — negociam seus interesses, o que muitas vezes reflete uma trama de relações sociais e econômicas que podem marginalizar grupos menos poderosos ou menos visíveis.

Embora a literatura tenha abordado tanto teórica quanto empiricamente algumas estratégias de poder simbólico nos conflitos socioambientais, há uma carência de pesquisas mais analíticas que integrem uma perspectiva teórico-crítica das diferentes relações simbólicas de poder nas redes sociais de atores, que percebem e exercem múltiplas territorialidades em unidades de conservação marinhas.

Nesse sentido, a presente pesquisa insere-se na temática dos conflitos socioambientais, intensificados devido às fronteiras desenvolvimentista, que vem sendo impulsionada por um modelo excludente e em expansão da “aceleração azul” nos ambientes marinho-costeiros e, também no cenário de diversos interesses e campos de disputas pelo acesso, uso, ocupação e gestão dos elementos naturais de uma UC marinha (APAMBC) altamente pressionada pelas ações humanas.

Compreender os cenários dos conflitos socioambientais e adotar uma metodologia capaz de evidenciar os acontecimentos, perspectivas e interações entre atores sociais representa um desafio; pois, estudos mais recentes destacam a importância adoção de métodos mistos, combinando elementos qualitativos e quantitativos, bem como aplicação de técnicas avançadas de análise de redes sociais e modelagem para explorar as interações complexas entre os principais atores sociais envolvidos (Dahlet; Selim; Putten, 2023).

Reforçamos que as lacunas dos estudos dos últimos 5 anos, revisados no capítulo 1, requisitam a compreensão e integração dos elementos que envolvem os

conflitos socioambientais marinho-costeiros em termos de interações relacionais e eventos causais historicamente constituídos. Métodos que focam no aspecto relacional, como a análise de redes sociais, são raros nestes estudos, porém entendemos ser essenciais para abordar as dinâmicas de poder e colaboração entre diferentes atores sociais (Maya-Jariego *et al.*, 2017; Preiser *et al.*, 2018; Bodin *et al.*, 2020).

Visando preencher essas lacunas presentes no campo de estudo, desenvolvemos uma abordagem quanti-qualitativa aplicada, incluindo métodos e técnicas integradas para descrever e analisar os conflitos socioambientais, utilizando a metodologia da Análise de Redes Sociais (ARS) para responder à seguinte questão de pesquisa: "Como o poder simbólico é exercido e percebido pelos diferentes atores sociais envolvidos nos conflitos socioambientais da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza?"

Este capítulo visa a busca de elementos que contribuam para atingir o objetivo específico de analisar as centralidades das relações de poder simbólico presentes nos conflitos socioambientais da APAMBC, bem como confirmar as seguintes hipóteses: *i)* as relações de poder no território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza são estruturadas por meio de campos sociais onde os atores sociais acumulam capital simbólico, econômico, social e cultural; e *iii)* as redes sociais desempenham um papel essencial na construção e legitimação do poder simbólico no território da APAMBC, pois através de suas interações, os atores sociais estabelecem relações de poder que moldam a percepção pública e seus papéis diante dos conflitos socioambientais.

Assim, a compreensão das redes sociais pode ser tanto instrumento de ampliação do poder simbólico quanto de resistência às estruturas dominantes de poder no território.

Diante deste cenário, a pesquisa se justifica por diversos motivos: *i)* preenche lacunas nos debates sobre relações simbólicas de poder nos conflitos socioambientais em unidades de conservação. *ii)* possibilita o uso de métodos mistos (pouco comum no campo teórico-empírico no estudo dos conflitos), oferecendo um olhar investigativo mais crítico e determinante dos vetores de força nas relações conflituosas entre os atores sociais; por fim, *iii)* introduz de modo

criativo a metodologia da ARS para expressar as articulações entre a conjuntura e estrutura das relações de poder sob um fenômeno social, proporcionando uma análise dinâmica das interações diante dos conflitos socioambientais.

Salientamos que o campo da Teoria da Ecologia Política surge, nesse estudo, fornecendo ferramentas para entender criticamente como as narrativas socioambientais discursivas são utilizadas para reforçar poderes existentes, ao invés de redistribuí-los de maneira equitativa. Dessa forma, este campo argumenta que a sustentabilidade não pode ser alcançada sem considerar as relações de poder que influenciam a conjuntura e governança socioambiental, sejam elas locais ou globais.

Uma outra teoria que sustenta o estudo é a Teoria da Análise de Redes Sociais (ARS); pois no contexto da sociologia, a rede social é utilizada para analisar interações entre indivíduos, grupos, organizações ou até sociedades inteiras desde o final do século XIX.

As redes sociais são uma forma de pensar os sistemas sociais que focam nossa atenção nas relações entre as entidades que compõem o sistema, que chamamos de atores ou nós (Borgatti; Everett; Freeman, 2002). A rede pode ser definida como um sistema que compreende nós e *links* interconectados, formando uma estrutura sem fronteiras que transcende as limitações geográficas, funcionando como uma comunidade que não está vinculada a um local específico, congregando membros independentes que colaboram com base em valores e interesses comuns, reunindo suas ideias e recursos (Marteleto, 2001, 2004).

Em razão dos interesses simbólicos dos atores sociais, a dinâmica das redes traz uma determinação social em nível mais alto que a dos interesses sociais específicos, expressos por meio delas: o “poder dos fluxos torna-se mais importante que os fluxos de poder” (Castells, 2006); ou seja, à medida que o *habitus* vai estrategicamente se consolidando no campo social (rede), a alternância de poder se desloca. Neste sentido, os fluxos de informações representam instrumentos privilegiados de poder; pois constituem um exemplo forte de *habitus* capaz de alterar de forma dinâmica as relações da centralidade de poder no campo/rede social.

Dessa forma, a perspectiva da sociedade em rede não pode ser vista fora da observação empírica da organização social e das práticas que dão corpo à lógica da própria rede (Castells, 2006, p.20). Assim, Bourdieu (1992, 1996 e 2001) apregoa

que as estruturas devem ser analisadas a partir da prática, entendemos que as redes sociais desempenham um papel essencial na construção e legitimação do poder simbólico, influenciando a percepção pública e os papéis dos atores sociais diante dos conflitos socioambientais, que carece de um olhar empírico no campo para entender as suas nuances.

Utilizamos a metodologia da ARS para mapear as interações, percepções dos diferentes atores sociais na APAMBC. Ao mapear as redes de interações dos atores no campo, passamos a entender as complexas relações que caracterizam os cenários de conflitos socioambientais no território, oferecendo um panorama que transcende as limitações das análises tradicionais, que simplesmente descrevem os conflitos sem o olhar sobre as questões relacionais de poder simbólico presente entre os atores sociais.

A aplicação ARS no estudo dos conflitos socioambientais da APAMBC, oferece uma visão holística das interações entre os diversos atores envolvidos, permitindo uma análise detalhada das dinâmicas sociais e de poder, identificando como diferentes atores interagem, colaboram, bem como estabelecem relações de confiança, alianças e mobilizam espaços de resistência diante dos conflitos no território.

Ao analisar a rede social de atores envolvidos nos conflitos socioambientais da APAMBC foi possível identificar quais atores têm maior centralidade e influência em termos de poder simbólico. Essa tarefa foi possível através das medidas de centralidade, como grau, proximidade, intermediação e autovetor que serviram para identificar os atores-chave e suas posições estratégicas na rede (Borgatti *et al.*, 2002).

A ideia de centralidade na comunicação humana foi introduzida por Bavelas em 1948 em um estudo realizado sobre a comunicação em pequenos grupos e levantou a hipótese da existência de uma relação entre centralidade na estrutura dos relacionamentos e a influência nos processos grupais (Freeman, 1979).

Reforçamos que as medidas de centralidades usadas e suas implicações para as análises das relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais encontram-se ilustradas no Quadro 24:

Quadro 24 – Síntese das medidas de centralidade na Análise de Redes Sociais e suas implicações nos conflitos socioambientais.

Medida de Centralidade	Descrição	Implicações para Conflitos Socioambientais
Grau	Número de conexões diretas que um nó (ator) possui.	Indica os atores mais diretamente conectados, que podem ter maior influência direta na disseminação de informações ou recursos. Atores com alta centralidade de grau pode ser vistos como líderes ou influenciadores em disputas socioambientais.
Proximidade	Mede a proximidade de um nó (ator) a todos os outros nós (atores) da rede.	Atores com proximidade a outros nós podem acessar informações ou recursos de forma mais rápida e eficiente. Em conflitos socioambientais, esses atores podem agir como mediadores ou como facilitadores na resolução de disputas.
Intermediação	Mede a frequência com que um nó (ator) aparece nos caminhos mais curtos entre outros nós (atores).	Atores com alta centralidade de intermediação controlam o fluxo de informações entre diferentes partes da rede. Esses atores podem influenciar negociações e mediando conflitos, pois possuem um papel decisivo em conduzir as dinâmicas de poder e alianças.
Autovetor	Mede a influência de um nó (ator), considerando não apenas suas conexões diretas, mas também as conexões dos seus vizinhos.	Atores que possuem alta centralidade de autovetor são influentes não apenas por suas próprias conexões, mas também pelas conexões de seus aliados. Nos conflitos socioambientais, esses atores podem ser vistos como figuras centrais com poder simbólico significativo, capazes de mobilizar redes de suporte que darão novos sentidos nas articulações de poder na rede.

Nota: Adaptado de Borgatti; Everett; Freeman, 2002.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Além disso, a ARS indica estratégias na identificação de pontos críticos de conflitos e oportunidades de colaboração entre os atores individuais ou grupo de atores sociais, uma vez que ao destacar os nós (atores) e *links* (interações) mais influentes e centrais na rede, a ARS podemos identificar áreas específicas onde os conflitos são mais intensos e onde há maior potencial para colaboração.

Assim, este estudo tem como objetivo analisar teórica e empiricamente as redes sociais do território da APAMBC, investigando a centralidade das relações de poder simbólico implícitas nos conflitos socioambientais do território, sob a perspectiva do conceito de Poder Simbólico e das noções de campo, capital, *habitus*, conforme Bourdieu (1977, 1986, 1990, 2004, 2007, 2011).

3.2 Metodologia

Nesta seção iremos, inicialmente, relembrar a partir de um resumo dos principais elementos metodológicos da tese e, em seguida expor os passos metodológicos que irão nortear este capítulo. A justificativa se dá no sentido de trazer à memória como a tese está configurada e como esse capítulo se integra dando sequência ao plano geral do estudo.

Reiteramos que a análise dos conflitos socioambientais foi realizada a partir de uma perspectiva teórico-metodológica qualitativa com base conjuntural no âmbito global e local conforme descrito no capítulo 2 (Souza, 2014). Já no capítulo 3, realizamos uma análise empírica das articulações entre a conjuntura e a estrutura (Souza, 2014) das relações de poder, recorrendo à abordagem quantitativa da metodologia denominada Análise de Redes Sociais (Wasserman; Faust, 1994; Barabási, 2016; Scott, 2017). Essa metodologia permitiu analisar as relações de poder, compreender a dinâmica dos conflitos e suas implicações nas territorialidades dos atores sociais envolvidos nos conflitos, bem como explicitar como o poder simbólico é exercido e distribuído na rede social dos atores do território da APAMBC.

3.2.1 Desenho metodológico integrado

Esta pesquisa, reconhecida como relevante pelo Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEP UERJ), conforme Parecer Consubstanciado nº 6.458.073/2023 (APÊNDICE A), foi conduzida na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APAMBC), em Mangaratiba/RJ. Nesse sentido, reforçamos o processo de escolha deste ambiente para a pesquisa, dada à crescente pressão de investimentos públicos e/ou privados na região, que geram externalidades negativas, impactos e riscos socioambientais para a população mais vulnerável, evidenciando as relações de poder simbólico para além dos aspectos da sua paisagem natural, fornecendo uma perspectiva crítica sobre as transformações e desafios enfrentados pelo território.

Relembramos que estabelecemos alguns objetivos, hipóteses e questão de pesquisa que foram confirmadas ao longo de todo o estudo, através dos capítulos específicos, como descrito no Quadro 25:

Quadro 25 – Integração da questão de pesquisa, hipóteses e objetivos do estudo.

Capítulo	Questão de pesquisa e hipóteses	Objetivo
1, 2, e 3	Questão de pesquisa: como o poder simbólico é exercido e percebido pelos diferentes atores sociais no território da APAMBC?	Objetivo Geral – Estudar as dinâmicas das relações de poder simbólico que permeiam os conflitos socioambientais do território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (Mangaratiba/RJ).
2	Hipótese 2 – As relações de poder no território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza são estruturadas por meio de campos sociais onde os atores sociais acumulam capital simbólico, econômico, social e cultural. Nesse contexto, os atores sociais com maior capital simbólico tendem a exercer maior influência sobre as dinâmicas dos conflitos socioambientais, reforçando assim as desigualdades existentes; e	Objetivo específico 2 – analisar a conjuntura do território da APAMBC e a distribuição de capital econômico, social e cultural entre os principais atores sociais nas relações de forças.
3	Hipótese 2 – As relações de poder no território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza são estruturadas por meio de campos sociais onde os atores sociais acumulam capital simbólico, econômico, social e cultural. Nesse contexto, os atores sociais com maior capital simbólico tendem a exercer maior influência sobre as dinâmicas dos conflitos socioambientais, reforçando assim as desigualdades existentes; e Hipótese 3 – As redes sociais desempenham um papel essencial na construção e legitimação do poder simbólico no território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza. Através de suas interações, os atores sociais estabelecem relações de força que moldam a percepção pública e seus papéis diante dos conflitos socioambientais. A compreensão dessas redes sociais pode ser tanto instrumento de ampliação do poder simbólico quanto de resistência às estruturas dominantes de poder no território.	Objetivo específico 3 – Analisar as centralidades das relações de poder simbólico presentes nos conflitos socioambientais da APAMBC.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Lembramos que a tese é composta por capítulos no formato de grandes artigos científicos (*multipaper*) integrados em partes teóricas e empíricas. Na parte teórica, foi realizada uma revisão de escopo da literatura, seguindo as diretrizes do Joanna Briggs Institute (JBI) e do *checklist* PRISMA-ScR. Na parte empírica, dois capítulos apresentam contribuições práticas do estudo de caso sobre conflitos socioambientais, da seguinte forma: o capítulo 2 focou na análise de conjuntura e relações de forças; e este capítulo 3, especificamente, analisa o poder simbólico por meio da Análise de Redes Sociais.

Todos os capítulos se desenvolvem de modo integrado e respondem a uma única questão de pesquisa, que investiga: “como o poder simbólico é exercido e percebido pelos diferentes atores sociais no território da APAMBC?”.

Na Introdução Geral, detalhamos como se deu o processo de triangulação de dados, por meio de fontes de evidências, métodos aplicados e referencial teórico de suporte, trazendo para a pesquisa robustez e validade nos resultados, evitando um olhar enviesado do pesquisador na busca de uma compreensão holística das relações de poder simbólico na APAMBC (Minayo, 2001; Bryman, 2006; Woolley, 2009).

A triangulação de dados combinou fontes primárias (entrevistas, notas de campo, observações participantes, visitas de campo, conversas espontâneas) e secundárias (revisões de literatura, consultas a documentos e bases de dados), além da participação em programas de pesquisa e extensão afins com outros membros da academia, bem como discussões teóricas proporcionando múltiplas perspectivas, reduzindo vieses. A triangulação teórica integrou conceitos de Espaço e Território, Ecologia Política e Relações de Poder, oferecendo uma visão ampliada das dinâmicas de poder simbólico nos conflitos socioambientais. Por fim, a triangulação metodológica utilizou a Análise de Conjuntura (capítulo 2) e a Análise de Redes Sociais (capítulo 3), permitindo uma análise cruzada e abrangente das interações e influências dos atores sociais na APAMBC.

3.2.2 Passos metodológicos na Análise de Redes Sociais

Antes de realizarmos a análise da rede social pretendida foi necessário ter em mente o desenho estrutural com os passos metodológicos a serem seguidos, indo da etapa do planejamento até os resultados e suas discussões.

Figura 50 - Passos Metodológicos da Análise de Redes Sociais.



Fonte: Elaborada pelo autor, 2024.

A pesquisa seguiu os cinco passos metodológicos ilustrados na Figura 50: definição de métodos e métricas de centralidade (grau, proximidade, intermediação e autovetor), levantamento de dados de campo para identificar atores e suas interações, simulação no *software* UCINET 6 para visualização das redes e mensuração das centralidades, análise da topologia e estrutura da rede, e apresentação dos resultados.

Como descrito na subseção anterior, as análises da rede social do território da APAMBC contaram com abordagens tanto quantitativa (métricas referente às centralidades) quanto qualitativas (análise de conjuntura, relações de forças e noções de campo, capital e *habitus* de Bourdieu) levando-se em consideração todas as técnicas empregadas na investigação do objeto.

3.2.3 Definição da população/universo e critério de escolha da amostra

A presente pesquisa foi conduzida no contexto da APAMBC, onde diversos atores sociais interagem e influenciam a dinâmica socioambiental. O universo da pesquisa foi composto por participantes de diferentes categorias e incluem tantos

grupos humanos organizados em categorias representativas: representação social, que inclui moradores e associações; atividade econômica, empresarial e industrial, que abrange empresas atuantes; instituições de ensino, pesquisa, extensão e educação ambiental, que representam academias e ONGs; e política e governança, que agrupa órgãos executivos e de gestão pública.

Nesse sentido, a seleção dessas representações de atores sociais no território reuniu uma população de 32 atores sociais (universo da pesquisa) que foi realizada através de interações e observações *in loco* durante o período de 2020-2024 e pela estratégia *snowbow* (bola de neve) que se deu pela indicação de atores para outros novos atores que passaram a integrar o universo da pesquisa.

Portanto, a configuração da população seguiu um processo cuidadoso para que tivéssemos as representações locais que expressasse a diversidade de interesses e influências sobre as interações diante dos conflitos socioambientais do território da APAMBC. Assim, o universo da pesquisa teve a seguinte representação, classificada por categorias de atores: População Tradicional/local - PTRAD (4 participantes), Atividade de Pesca - PESCA (7 participantes), Atividade Turismo - TURISMO (3 participantes), Atividade Portuária - PORTO (2 participantes), Academia - ACAD (5 participantes), ONGs - SOCIVIL (2 participantes) e Governança - GOV (9 participantes), totalizando 32 atores sociais.

Para a realização deste estudo com a finalidade de executar a ARS e a elaboração de uma tabela de adjacência que permitisse a avaliação das interconexões e das relações de influência entre os diferentes atores sociais, foi necessário adotar um critério de amostragem paritária, uma vez que o universo da pesquisa é heterogêneo no conjunto dos elementos de cada representação. A justificativa da adoção deste critério amostral está fundamentada num conjunto mais equilibrado e uniforme de cada uma das categorias de atores sociais, garantindo uma análise comparativa justa, coerente e evitando assim a discrepância de dados.

Dessa forma, a amostra possui a sua composição paritária com um número igual de participantes de cada categoria ($n=2$), da seguinte forma: População Tradicional/Local (PTRAD): 2 participantes; Atividade de Pesca (PESCA): 2 participantes; Atividade de Turismo (TURISMO): 2 participantes; Atividade Portuária (PORTO): 2 participantes; Academia (ACAD): 2 participantes; Organizações Não

Governamentais (ONGs) - Sociedade Civil (SOCIVIL): 2 participantes e; Governança (GOV): 2 participantes, totalizando 14 participantes. Essa constituição tomou como base o número mínimo de representantes em cada representação da categoria de atores sociais, pois como exemplo a população tradicional que só possuem 2 quilombos no município e as operações portuárias só foi possível a entrevista de 2 atores sociais ligadas às suas funções específicas ao estudo nas áreas de relacionamento com a comunidade e de gestão ambiental; por isso, temos 2 atores sociais em cada representação.

A seleção dos participantes para cada categoria foi realizada empregando a técnica de amostragem aleatória estratificada que ocorreu por meio de um *ranking* dentro do universo de cada grupo, garantindo que a amostra fosse estatisticamente proporcional e representativa, mantendo o elemento aleatório necessário para que minimizasse possíveis vieses na seleção dos atores participantes (APÊNDICE C).

Com essa abordagem, a pesquisa buscou assegurar a validade e a confiabilidade dos resultados, refletindo de forma precisa os dados necessários para demonstrar as interações nas redes sociais dos atores e suas dinâmicas socioambientais do território da APAMBC.

Informamos ainda, que todos os 32 atores sociais foram entrevistados e neste ato foi entregue para leitura, ciência e concordância o Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo assim o anonimato e a preservação das identidades dos participantes, que passaram a ser reconhecidos como integrantes de categorias de dados na amostra.

3.2.4 Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas, observações participantes, conversas espontâneas e notas de campo desenvolvidas no território da APAMBC e outros contextos de interação em campo (APÊNDICE D).

Embora para esse capítulo a amostra correspondeu a uma amostra de 14 atores sociais, a coleta de dados, utilizou-se um formulário de entrevista (APÊNDICE B), conduzido de forma presencial para 30 atores e *online* com 2 atores. Esse método permitiu uma interação direta entre o entrevistador e os entrevistados,

possibilitando o esclarecimento de dúvidas, a realização de perguntas de acompanhamento e a exploração mais aprofundada das respostas.

A flexibilidade do formulário permitiu ao entrevistador adaptar as perguntas conforme o público entrevistado e as respostas recebidas, adotando uma abordagem exploratória. O formulário constituiu de perguntas fechadas de escolha forçada, onde somente uma opção poderia ser possível, pois o *software* UCINET precisou desse formato de entrada de dados para o devido processamento. Ao final do formulário foi apresentado um espaço para outras colocações ou contribuições que não estavam no rol de perguntas.

As observações participantes ocorreram através de visitas técnicas (empresas, órgãos governamentais, associações de pesca, associação de moradores, parques, comunidades tradicionais de caiçaras e quilombolas), sessões nos conselhos gestor da APAMBC, municipal de meio ambiente e turismo e participação em eventos do município de Mangaratiba (audiências públicas, consultas públicas, conferências, oficinas, eventos turísticos etc.).

As conversas espontâneas ocorreram em pontos de concentração de pescadores, barqueiros, *taxi boat*, guias turísticos, comércio local, funcionários de empresas, professores e outros espaços onde foi possível interagir espontaneamente e amistosamente com o público, que sempre se mostrava cordial.

3.2.5 Tratamento dos dados

Todas as informações coletadas nas entrevistas foram armazenadas em uma planilha Excel que foi sendo preenchida a cada resposta dos entrevistados num formulário da *Microsoft Forms*. As observações foram registradas em notas de campo em formato eletrônico, registros escritos e acervo de fotos do pesquisador. Foi realizada uma triagem dos dados brutos coletados de modo a consolidar as informações dos atores e fatos observacionais mais subjetivos que não puderam ser registrados no momento de interação. Esta fase permitiu uma padronização de formatos de dados, categorização das respostas de uma mesma representação de atores e anonimização dos participantes do estudo para garantir a confidencialidade dos entrevistados.

3.2.6 Processamento dos dados

O processamento de dados ocorreu a partir da mineração dos dados tratados em etapa anterior, onde as informações foram interpretadas e transformadas em resultados significativos para os *inputs* requisitados pelos *softwares* de análise de dados estatísticos - Excel (geração de gráficos, tabelas dinâmicas, validação de dados), análise de redes sociais (matriz de adjacências para inserção no UCINET), análises de conteúdo qualitativo (codificação e categorização de contribuições abertas dos atores sociais) e a identificação de padrões, tendências nos dados de modo a responder à questão de pesquisa e objetivo do estudo.

3.2.7 Análise de dados

A análise de dados combinou métodos qualitativos e quantitativos. A análise qualitativa envolveu elementos da conjuntura (metodologia do IBASE), da realização das observações diretas e participantes, entrevistas e relatos orais, categorizando questões de capital social, econômico, simbólico e cultural (Bourdieu, 1986, 2004), além das análises das relações de forças. Por outro lado, a análise quantitativa utilizou o software UCINET® 6 *for Windows* para calcular métricas de centralidade, como grau de centralidade, centralidade de intermediação, centralidade de proximidade e centralidade de vetor próprio, evidenciando o perfil das relações na rede social dos atores sociais.

Ao integrar todos esses elementos, a pesquisa conseguiu contextualizar qualitativamente os dados e validar quantitativamente as métricas de centralidade, fornecendo subsídios que revelassem como o poder simbólico é percebido e exercido pelos atores sociais da rede social do território da APAMBC.

3.3 Resultados

Salientamos que, para fins de elaboração deste capítulo com foco na análise das centralidades das relações de poder simbólico presentes nos conflitos socioambientais APAMBC, optamos por alinhar as perguntas do formulário de entrevistas aos objetivos do estudo, à questão de pesquisa e às hipóteses formuladas, de modo que nem todas as perguntas foram utilizadas na ARS. Acreditamos que esse procedimento metodológico propiciou que cada aspecto investigado estivesse em consonância com os elementos centrais do estudo, permitindo uma análise mais apropriada das dinâmicas de poder e conflitos no território em questão.

Com base nessa premissa, selecionamos e justificamos o processo de escolha das 7 perguntas que darão o tom mais próximo possível das respostas que precisamos comprovar no estudo: objetivos, hipóteses e questão de pesquisa. Daremos tratamento direcionado sobre as percepções dos atores sociais na rede a partir do poder simbólico, que segundo Bourdieu (2004), possui relação com a capacidade de influenciar, de modo sutil, as percepções e ações dos indivíduos. Neste contexto, os atores com maior capital e poder simbólico seriam aqueles com maior centralidade e conexões na rede, capazes de impor suas visões e classificações como legítimas dentro do campo social da APAMBC.

3.3.1 Percepção dos conflitos socioambientais na APAMBC

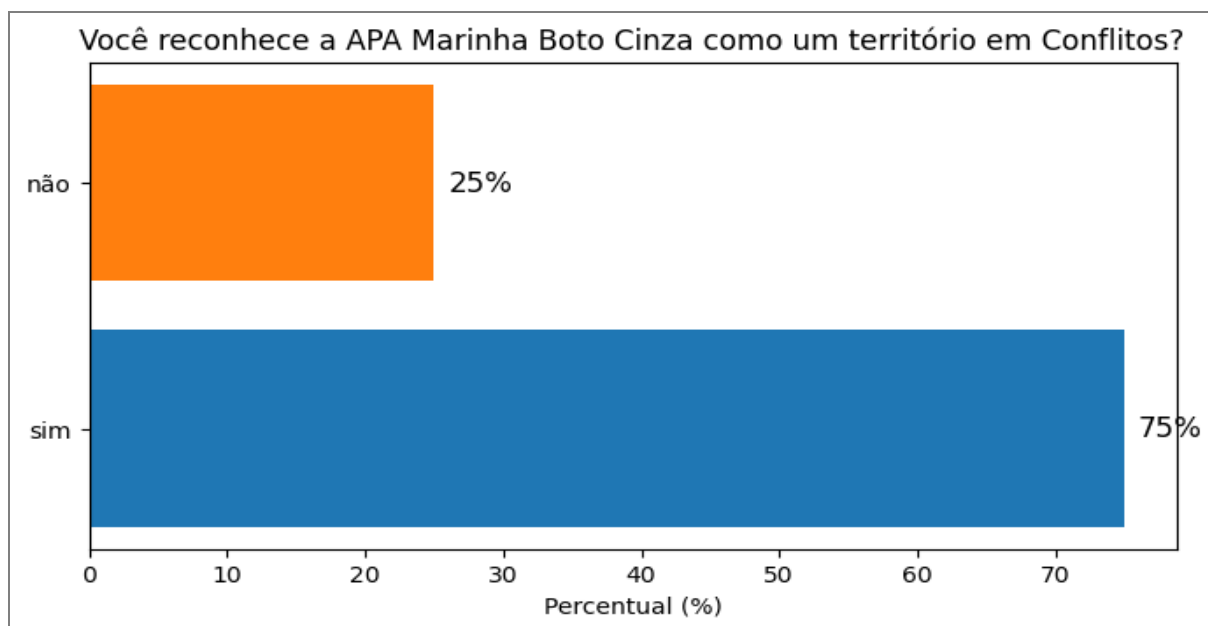
Em nossas análises, a pergunta "Você reconhece a APA Marinha Boto Cinza como um território em Conflitos?" é fundamental para validar a percepção inicial dos atores sociais sobre a existência ou não de conflitos no território da APAMBC. Esta validação é de extrema importância porque serve como base para todas as hipóteses do estudo, estabelecendo um ponto de partida para a compreensão das relações de poder e dos conflitos presentes no território. As respostas desta pergunta permitiram identificar se há um consenso ou não entre os participantes

sobre a presença de conflitos no território estudado, o que é essencial para direcionar as demais análises.

Entendemos que esta pergunta é estratégica para a análise de redes sociais, pois a própria percepção sobre a existência de conflitos pode ser um elemento constituinte do poder simbólico exercido pelos diferentes atores no território da APAMBC.

A partir dos dados da pesquisa, obtivemos uma percepção dos diferentes atores sociais entrevistados sobre a APAMBC ser um território em conflito para 75% e 25% como não conflituoso, conforme Gráfico 8.

Gráfico 8 – Percepção dos conflitos socioambientais



Fonte: Dados do estudo, 2024.

No entanto, a categoria SOCIVIL1 dividiu opiniões entre o “sim” e o “não”, enquanto ambos os representantes das operações portuárias (PORTO1 e PORTO2) apresentaram resposta negando a existência dos conflitos socioambientais no território da APAMBC.

Observamos que o grupo de governança (GOV), reconheceu a APAMBC como um território em conflitos. Este reconhecimento por parte dos responsáveis pela gestão da UC sugere uma consciência institucional sobre a necessidade

urgente de políticas públicas e intervenções específicas para enfrentar os desafios socioambientais existentes no território.

Por outro lado, a percepção dos atores do setor portuário (PORTO1 e PORTO2) pode sugerir uma relação direcionada aos interesses econômicos e as diferentes perspectivas sobre a utilização do território e suas iniciativas de gestão ambiental indicando um equilíbrio entre o desenvolvimento de atividades portuárias e a preservação ambiental na UC, o que é contestado por parcela considerável dos atores sociais entrevistados e observações realizadas junto à população local.

Ressaltamos que essas diferenças nas percepções dos atores sociais podem ser entendidas a partir da ótica de Bourdieu (1986, 2004), ao afirmar que o capital simbólico é utilizado para construir narrativas que favorecem determinados interesses. Não existe dessa forma, um discurso certo ou errado, mas sim um processo dinâmico de construção e leitura da realidade sob o olhar dos atores sociais e das relações de forças presentes na conjuntura dos conflitos socioambientais.

A demonstração da opinião dividida entre os atores da sociedade civil (SOCIVIL1) pode expressar a diversidade de opiniões no conjunto de atores, mas pode ainda sugerir possíveis interesses e níveis de envolvimento em relação aos seus projetos em pauta na APAMBC ou no município de Mangaratiba como um todo.

A percepção por parte dos pescadores (PESCA1 e PESCA2), por serem diretamente afetados pelo uso do ambiente marinho, pode indicar a competição por elementos naturais, as restrições da gestão da UC e as áreas de exclusão que impactam suas atividades de subsistência.

A academia (ACAD1 e ACAD2), composta por pesquisadores e acadêmicos, foi unânime em reconhecer a existência de conflitos na APAMBC, uma vez que esse grupo é envolvido em projetos de pesquisa e extensão e tem uma compreensão aprimorada dos impactos e desafios ambientais na Baía de Sepetiba, Mangaratiba e na APA Marinha Boto Cinza, em específico.

Para o setor de turismo (TURISMO1 e TURISMO2), a sua percepção surge como um reflexo de suas preocupações com a sustentabilidade das atividades turísticas e a preservação ambiental, uma vez que Mangaratiba, eleita a capital estadual do turismo de natureza, enfrenta desafios em equilibrar o desenvolvimento

turístico com a conservação dos elementos naturais frente aos conflitos existentes pelos usos desordenados dos elementos naturais da UC.

Com uma forte ligação cultural e histórica ao território, os representantes dos povos tradicionais (PTRAD1 e PTRAD2) destacam a importância de preservar suas práticas culturais, modos de vida e o acesso aos elementos naturais, enfrentando desafios e preocupações com os conflitos socioambientais, pois estes ameaçam a manutenção de sua identidade e subsistência na UC.

A partir das diversas percepções dos atores sociais, podemos afirmar que os conflitos socioambientais na APAMBC estão vinculados às diferentes configurações de capital social (redes de relacionamento) e cultural (conhecimentos e práticas) dos grupos envolvidos, evidenciando-se na forma como as relações conflituosas são reconhecidas e enfrentadas. A fragmentação das percepções revela formas de capital simbólico (prestígio e legitimidade) em disputa dentro deste campo social específico, com dinâmicas de poder sendo exercidas e reproduzidas através das redes sociais e do *habitus* incorporado pelos atores sociais, alternando assim as estruturas de poder no território da UC (Bourdieu, 1986, 2004; Gaventa, 2003).

A matriz de adjacência que serve para descrever todas essas conexões dos atores sociais relatadas acima, de modo a identificarmos as suas percepções sobre a existência de conflitos socioambientais no território da APAMBC é apresentada na Tabela 5.

A matriz de adjacência (Tabela 5) mostra que os atores sociais estão interconectados, gerando um consenso sobre a percepção dos conflitos na APAMBC. Os atores SOCIVIL1, PORTO1 e PORTO2 responderam “Não”, sendo assim atribuído 0 (zero).

Tabela 5 - Tabela de adjacência: percepção dos conflitos socioambientais no território

	ACAD1	ACAD2	GOV1	GOV2	PESCA1	PESCA2	PORTO1	PORTO2	PTRAD1	PTRAD2	SOCIVIL1	SOCIVIL2	TURISMO1	TURISMO2
ACAD1	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1
ACAD2	1	0	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1
GOV1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1
GOV2	1	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1
PESCA1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	0	1	1	1
PESCA2	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1
PORTO1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PORTO2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PTRAD1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1
PTRAD2	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1
SOCIVIL1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SOCIVIL2	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1
TURISMO1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	1
TURISMO2	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0

Nota: 0 – não possui conexão e 1 – possui conexão

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

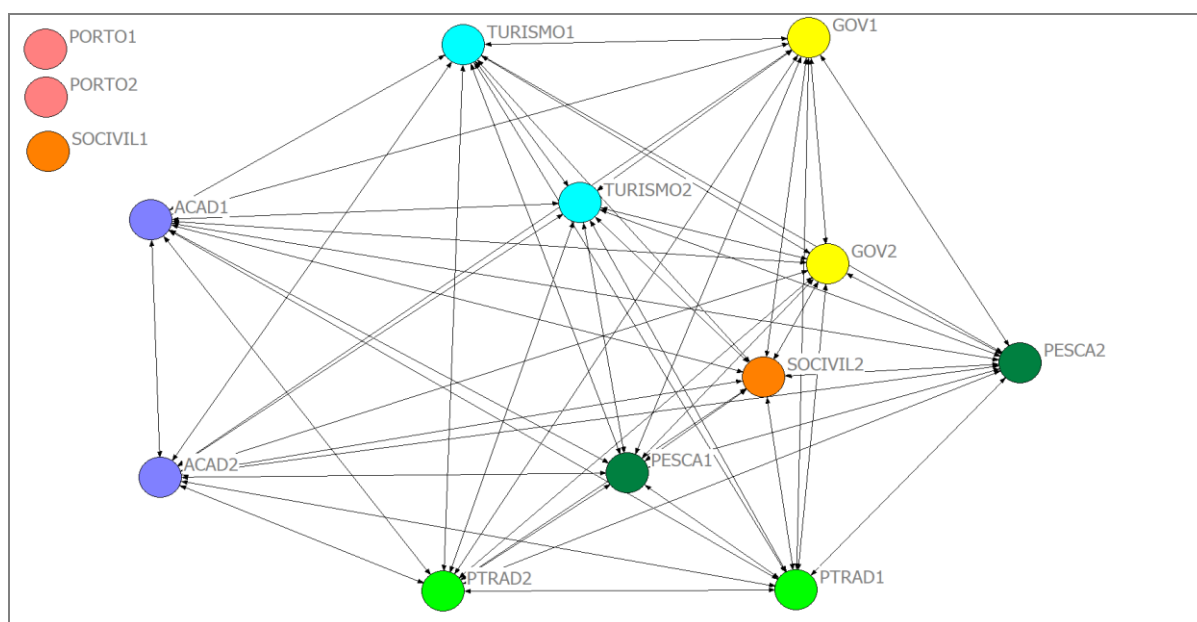
Seguindo os passos para obtenção do gráfico de rede social, inserimos a matriz de adjacência (Tabela 5) no *software* UCINET para gerar o gráfico correspondente à estrutura de rede referente às percepções dos atores sociais sobre a existência ou não de conflitos socioambientais na APAMBC. Para Visualização do grafo usamos uma aplicação do UCINET denominada NetDraw.

Desta forma, a imagem abaixo (Gráfico 9) representa uma rede social composta por diferentes atores sociais envolvidos na APAMBC. A rede é composta por 11 atores principais conectados entre si, porém, duas categorias de atores (SOCIVIL1, PORTO1 e PORTO2) não estão conectadas com os demais atores, conforme descrito na Tabela 5.

Os nós representam os atores sociais e as arestas representam as conexões entre esses atores.

O conjunto de atores sociais formam uma rede interconectada, onde cada ator está diretamente conectado a todos os outros 10 atores, indicando um alto nível de interação e colaboração entre eles; pois possuem a mesma percepção sobre a existência de conflitos socioambientais no território da APAMBC.

Gráfico 9 – Rede Social: percepção dos conflitos socioambientais no território



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Em contrapartida, SOCIVIL1, PORTO1 e PORTO2 são atores isolados na rede, sem conexões com os outros atores, o que pode indicar uma percepção diferente acerca dos conflitos socioambientais ou possuir algum tipo de atuação ou interesse divergente dos demais atores.

O próximo passo foi dado no sentido de calcular e analisar as medidas de centralidade, conforme ilustra a Tabela 6.

A rede social tem uma centralidade de grau (*Degree Centrality*) alta ($n=10$), indicando que cada um desses nós (atores) está diretamente conectado a 11 outros nós (atores), ao passo que SOCIVIL1, PORTO1 e PORTO2 têm uma centralidade de grau nula ($n=0$), refletindo sua falta de conexões na rede.

Em termos de centralidade de proximidade (*Closeness Centrality*) os atores apresentam alta proximidade ($n=16$), indicando que todos esses atores estão, de modo igual, próximos uns dos outros, propiciando que, em caso de interação imediata, poderão compartilhar da mesma percepção acerca dos conflitos socioambientais no território da APAMBC. Os atores SOCIVIL1, PORTO1 e PORTO2 têm um valor alto nesta métrica de centralidade ($n=26$), indicando uma distância maior dos outros atores centrais da rede, configurando seu isolamento na rede em termos de percepção sobre os conflitos socioambientais na APAMBC.

Tabela 6 – Medidas de centralidades: percepção dos conflitos socioambientais no território.

```

MULTIPLE CENTRALITY MEASURES
-----
Input dataset:          PERGUNTA1_NOVA (C:\Users\profn\OneDrive\Documents\UCINET_data\PERGUNTA1_NOVA)
Output dataset:       PERGUNTA1_NOVA-cent (C:\Program Files (x86)\Analytic Technologies\PERGUNTA1_NOVA-cent)
Treat data as:        Auto-detect
Type of scores to output: Raw scores
Undefined dist in closeness: replace with max dist + 1

Network is directed? NO

Centrality Measures
-----
              1      2      3      4
              Degree Closen Eigenv Betwee
-----
1  ACAD1  10.000 16.000  0.302  0.000
2  ACAD2  10.000 16.000  0.302  0.000
3  GOV1   10.000 16.000  0.302  0.000
4  GOV2   10.000 16.000  0.302  0.000
5  PESCA1 10.000 16.000  0.302  0.000
6  PESCA2 10.000 16.000  0.302  0.000
7  PORT01  0.000 26.000  0.000  0.000
8  PORT02  0.000 26.000  0.000  0.000
9  PTRAD1 10.000 16.000  0.302  0.000
10 PTRAD2 10.000 16.000  0.302  0.000
11 SOCIVIL1 0.000 26.000  0.000  0.000
12 SOCIVIL2 10.000 16.000  0.302  0.000
13 TURISMO1 10.000 16.000  0.302  0.000
14 TURISMO2 10.000 16.000  0.302  0.000
-----
Running time: 00:00:09
Output generated: 23 Jul 24 03:04:04
UCINET 6.528 Copyright (c) 1992-2012 Analytic Technologies

```

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Salientamos que no caso específico do ator PORTO1 e PORTO2, uma série de ações envolvendo os conflitos socioambientais tem sido gerado com os demais atores sociais; ou seja, a relação porto-cidade-porto é frágil e conflituosa, o que explica esse distanciamento e negação de percepção desse ator sobre os conflitos socioambientais no território da APAMBC. Na visão de PORTO1 e PORTO2, seu papel tem sido o de um indutor de geração de emprego, renda local e crescimento e geração de divisas num plano nacional frente às suas operações logístico-portuárias.

A centralidade de intermediação (*Betweenness Centrality*) é nula ($n=0$) para todos os atores conectados, indicando que não há intermediários exclusivos na estrutura da rede, já que todos estão próximos e interconectados numa mesma percepção sobre a existência de conflitos no território da APAMBC.

Podemos expor em uma única vez, o que servirá para as outras análises, a respeito da baixa ou nula intermediação em redes sociais, que pode ser explicada pelos seguintes fatores: *i*) a estrutura da rede é altamente conectada, onde todos os nós estão diretamente conectados entre si, eliminando a necessidade de intermediários (Wasserman; Faust, 1994); *ii*) possível isolamento de grupos, caracterizado pela presença de subgrupos completamente conectados

internamente, mas isolados dos demais, tornando a intermediação irrelevante (Borgatti; Everett, 2000); *iii*) a homogeneidade nas relações de poder constitui o terceiro fator, ocorrendo quando os atores possuem relações de poder equilibradas e não dependem de intermediários para exercer influência ou obter informações (Krackhardt, 1994); *iv*) a ausência de caminhos alternativos, situação em que as conexões diretas predominam, indicando que o poder simbólico se manifesta por interações diretas e não por intermediação (Freeman, 1977); e/ou *v*) a simplificação ou pequena dimensão da rede analisada, onde o número limitado de nós e conexões facilita as ligações diretas entre todos os participantes, resultando em baixa ou nenhuma intermediação (Snijders, 1981).

Em relação à métrica da centralidade de autovetor (*Eigenvector Centrality*) mostra todos os atores com valores semelhantes ($n=0,302$), refletindo sua influência e importância na rede conectada.

Para Bourdieu (1986, 2004), os capitais podem influenciar a dinâmica e a estrutura de uma rede social; ou seja, o capital social é mensurado pelos níveis de conexão que os atores sociais possuem dentro da estrutura da rede, o que lhes permite alcançar informações e recursos de forma mais efetiva. Quanto mais conexão, mais capital social e influência na rede. "O capital social é o agregado dos recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos" (Bourdieu, 1986, p. 248).

3.3.2 Percepção das causas dos conflitos socioambientais

Em relação à pergunta "Qual categoria abaixo gera maior conflito socioambiental no território?" avaliamos que ela possui uma relevância no estudo, pois identifica a fonte dos conflitos socioambientais, o que nos permitiu compreender a configuração do campo de disputas, conforme indicado pela hipótese 2: mapear as principais causas dos conflitos; sejam elas relacionadas às atividades econômicas, uso de elementos naturais ou outras questões socioambientais presentes na APAMBC no contexto marinho-costeiro, uma vez que a UC possui essa interface

terra-mar. A revelação dessas causas ajudou delimitar o cenário no qual as disputas e tensões conflituosas se desenvolvem no território.

Para responder a essa pergunta, envolvendo as opiniões dos atores sociais entrevistados, sobre as ações que geram maior conflito socioambiental no território, as alternativas disponíveis foram: governança frágil ou inexistente; ocupação desordenada do espaço/crescimento urbano; usos diversos dos elementos naturais e marinhos; outras e, nenhuma/não sabe.

Ressaltamos que as respostas dos diferentes atores sociais demonstraram uma diversidade de percepções, preocupações e prioridades sobre as principais causas de conflitos socioambientais no território da APAMBC.

Para PESCA1, PESCA2, PORTO2, PTRAD2, SOCIVIL2 e TURISMO1 acreditam que a governança frágil ou inexistente, ou a má gestão dos governos, é o principal fator que fomenta os conflitos. Essa percepção assinalada por estes atores sociais aponta para uma crítica às estruturas de poder e governança, revelando uma desconfiança e insatisfação com a capacidade governamental de gerenciar adequadamente a única UC marinha do município.

Os atores ACAD2, PORTO1 e TURISMO2 identificam a ocupação desordenada do espaço e o crescimento urbano como os principais causadores de conflitos, o que pode revelar preocupações com a expansão descontrolada e o impacto das atividades humanas no ambiente marinho-costeiro, o que pode ser visto como um indicativo do poder simbólico de grupos que legitimam a sustentabilidade e o planejamento urbano a partir de sua visão e divisão do mundo social - um aspecto central do exercício do poder simbólico na perspectiva bourdieusiana. .

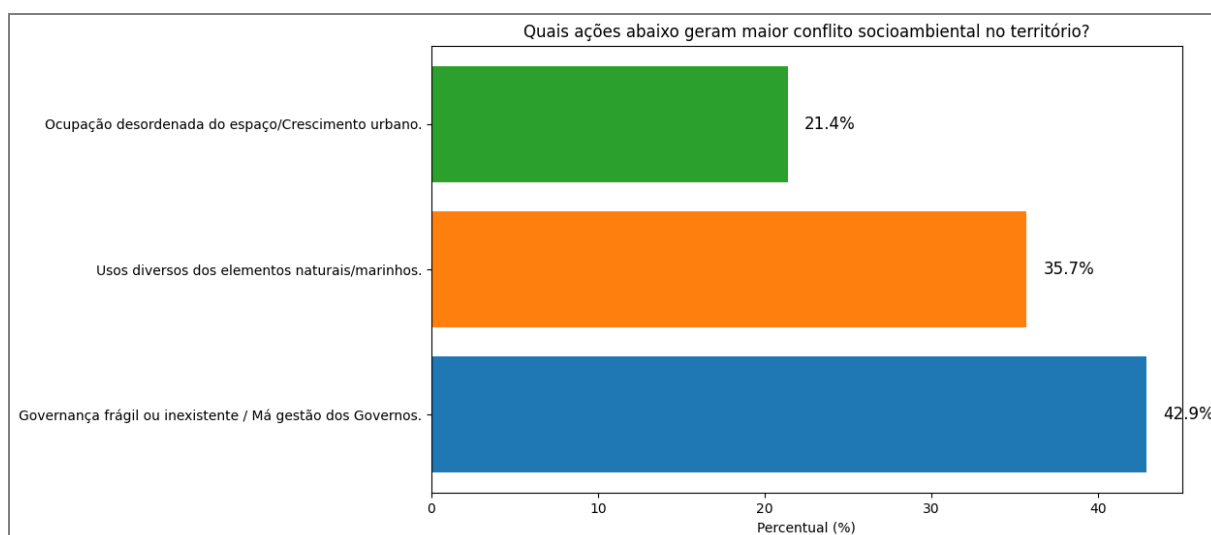
A governança frágil e a ocupação desordenada, podem ser relacionadas aos estudos de Ostrom (1990) sobre a governança dos comuns e a necessidade de fortalecimento de instituições autogovernadas bem-sucedidas para a gestão de recursos de usos coletivos.

Já ACAD1, GOV1, GOV2, PTRAD1 e SOCIVIL1 apontam os diversos usos dos elementos naturais e marinhos como a principal causa de conflito, ressaltando a importância de práticas de uso sustentável diante da competição por elementos naturais, evidenciando como diferentes atores sociais competem e reivindicam direitos sobre esses recursos, evidenciando como diferentes atores sociais

competem e reivindicam direitos sobre esses recursos. Esta perspectiva revela o exercício do poder simbólico por estes atores, que legitimam discursivamente certas formas de apropriação dos elementos naturais como mais válidas ou prioritárias, impondo classificações e representações que estruturam as disputas no campo ambiental e influenciam as decisões sobre a gestão do território.

A relação das percepções com a consolidação das ocorrências de respostas está expressa no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Percepção das causas dos conflitos socioambientais no território.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Portanto, essas percepções não somente são analisadas pela sua diversidade de perspectivas e interesses, mas também como o poder simbólico é mobilizado para legitimar diferentes visões e reivindicações de atores sociais ou grupo de atores sobre o uso, ocupação e gestão do território da APAMBC, influenciando as narrativas e práticas que moldam os conflitos socioambientais.

Estas conexões das percepções entre os atores sociais da APAMBC possibilitou a configuração da matriz de adjacência, ilustrada abaixo pela Tabela 7.

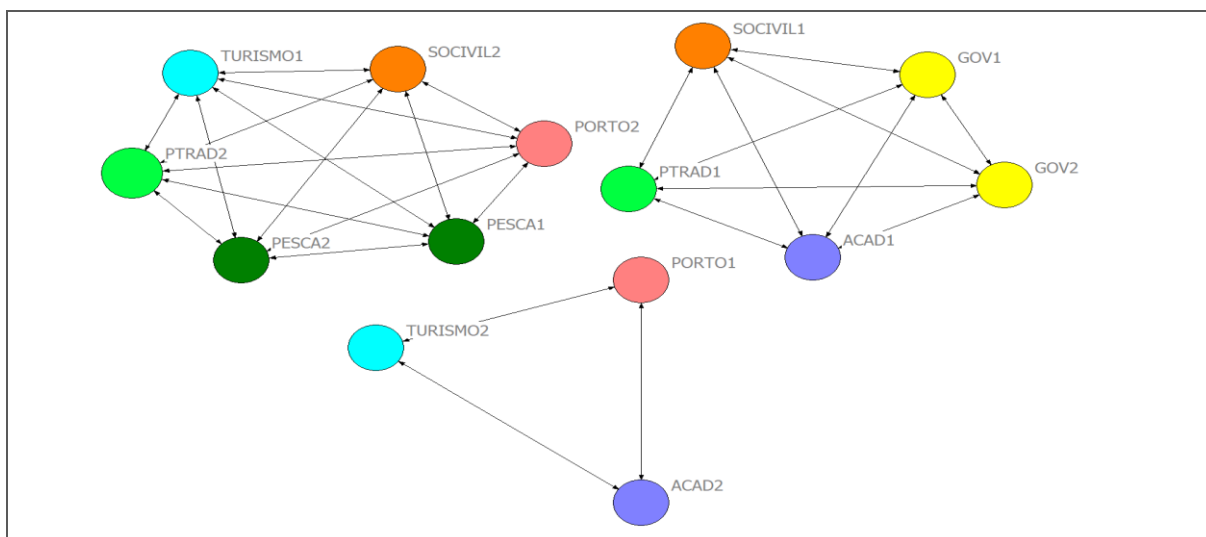
Tabela 7 – Tabela de adjacência: percepção das causas dos conflitos socioambientais no território.

	ACAD1	ACAD2	GOV1	GOV2	PESCA1	PESCA2	PORTO1	PORTO2	PTRAD1	PTRAD2	SOCIVIL1	SOCIVIL2	TURISMO1	TURISMO2
ACAD1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
ACAD2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
GOV1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
GOV2	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0
PESCA1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	1	0
PESCA2	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1	1	0
PORTO1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PORTO2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	1	1	0
PTRAD1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
PTRAD2	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0
SOCIVIL1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
SOCIVIL2	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	0
TURISMO1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0
TURISMO2	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A inserção desta tabela de adjacência no UCINET e NetDraw gerou o seguinte grafo da rede social (Gráfico 11) que expressa as conexões entre os atores.

Gráfico 11 – Rede Social: percepção das causas dos conflitos socioambientais no território.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Observamos a existência de subgrupos (*clusters*) com atores sociais em distintas frentes de conflito, cooperação e interesses dentro do território, onde compartilham percepções semelhantes sobre os conflitos socioambientais. A coesão dentro de cada subgrupo pode potencializar a colaboração em políticas públicas;

porém é essencial integrar todos os atores, especialmente aqueles menos conectados para promover uma gestão mais equilibrada e inclusiva da UC diante dos conflitos socioambientais na APAMBC.

Os atores PESCA1 e PESCA2 (subgrupo central – 5 conexões) e GOV1, GOV2 (subgrupo intermediário – 4 conexões) demonstram alinhamento em suas percepções em comum, o que não aconteceu nas demais categorias.

Os segmentos de pesca e governança ficaram juntos com seus pares; porém há polarização nas narrativas: PESCA1 e PESCA2 atribuem os conflitos à “governança frágil ou inexistente/má gestão dos Governos”; enquanto os atores GOV1 e GOV2 afirmam ser os “usos diversos dos elementos naturais/marinhos”.

No que diz respeito à polarização nas narrativas, Bourdieu (1986, 2004) descreve como sendo espaços de luta pelo capital simbólico dentro do campo social. Essas narrativas divergentes nos remetem ao que Castells (2009) denominou como “poder comunicativo” na sociedade em rede, onde o controle dos fluxos de informação é usado para a estruturação do poder.

Ressaltamos que por afinidades de percepções, os atores PORTOS1, TURISMO2 e ACAD2 indicaram como causa dos problemas a “ocupação desordenada do espaço/crescimento urbano” podendo ser entendida como um reflexo da “governança frágil ou inexistente/má gestão dos Governos”. Essa percepção mútua, entre esses atores, os alinha ao subgrupo central, que passaria a ter 6 conexões, integrando 3 categorias de atores importantes no território (PESCA1, PESCA 2, PORTO1, PORTO2, TURISMO1 e TURISMO2) revelando um grande potencial de discussão de projetos e ações em prol do uso sustentável da UC.

Todos esses esforços de aglutinar uma diversidade de capitais (social, cultural e econômico) amplifica a rede social e estrutura de capital social, enquanto o poder simbólico emerge das relações estabelecidas entre os atores, legitimando certas práticas e visões, o que se aproxima muito das ideias de Granovetter³⁴ (1973), que abordou a importância de levar em consideração a adesão às “ligações

³⁴ Em "The Strength of Weak Ties" (1973), Granovetter propõe que conexões sociais menos intensas ("laços fracos") são mais eficientes na disseminação de novas informações entre redes sociais do que relacionamentos próximos, funcionando como pontes entre grupos sociais distintos e ampliando o acesso a recursos não disponíveis no círculo social imediato de um indivíduo.

fracas" como forma de disseminar novas informações e a inovação em prol da gestão de uma ação coletiva.

A análise das medidas fornecidas pelo UCINET (Tabela 8) como centralidade de grau, proximidade, autovetor e intermediação, ajuda a compreender como o poder simbólico é distribuído e exercido na rede de atores sociais do território da APAMBC.

Tabela 8 – Métricas de centralidades: percepção das causas dos conflitos socioambientais no território.

```

MULTIPLE CENTRALITY MEASURES
-----
Input dataset:          PERGUNTA2_NOVA11 (C:\Users\profn\OneDrive\Documents\UCINET_data\PERGUNTA2_NOVA11)
Output dataset:       PERGUNTA2_NOVA11-cent (C:\Users\profn\OneDrive\Documents\UCINET_data\PERGUNTA2_NOVA11-cent)
Treat data as:       Auto-detect
Type of scores to output: Raw scores
Undefined dist in closeness: replace with max dist + 1

Network PERGUNTA2_NOVA11 is directed? NO

Centrality Measures

      1      2      3      4
      Degree Closen Eigenv Betwee
-----
1 ACAD1  4.000 22.000 0.000 0.000
2 ACAD2  2.000 24.000 0.000 0.000
3 GOV1   4.000 22.000 0.000 0.000
4 GOV2   4.000 22.000 0.000 0.000
5 PESCA1 5.000 21.000 0.408 0.000
6 PESCA2 5.000 21.000 0.408 0.000
7 PORT01 2.000 24.000 0.000 0.000
8 PORT02 5.000 21.000 0.408 0.000
9 PTRAD1 4.000 22.000 0.000 0.000
10 PTRAD2 5.000 21.000 0.408 0.000
11 SOCIVIL1 4.000 22.000 0.000 0.000
12 SOCIVIL2 5.000 21.000 0.408 0.000
13 TURISMO1 5.000 21.000 0.408 0.000
14 TURISMO2 2.000 24.000 0.000 0.000

-----
Running time: 00:00:01
Output generated: 25 jul 24 01:38:39
UCINET 6.528 Copyright (c) 1992-2012 Analytic Technologies

```

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A centralidade de grau indica que PESCA1, PESCA2, PORTOS2, PTRAD2, SOCIVIL2 e TURISMO1 possuem o maior número de conexões diretas com outros nós (n=5), sugerindo que esses atores são particularmente influentes e bem conectados e que têm maior capacidade de influência imediata na rede, podendo facilmente disseminar informações ou mobilizar outros atores (Coleman, 1988). Ainda notamos que, esse mesmo *cluster* possui a melhor centralidade de proximidade (n=21) representando a menor distância média para todos os outros nós, posicionando-os como atores centrais que podem alcançar todos os outros com maior rapidez e eficiência.

Por outro lado, as medidas de centralidade de intermediação (*betweenness*) é nula ($n=0$), dada a polarização em dois subgrupos altamente conectados e com isso a ausência desse papel de intermediário com potencial mobilizador e influenciador na rede como um todo. A centralidade de autovetor (*eigenvector*) apresenta valores próximos a zero ($n=0,408$), uma vez que o subgrupo central não estabelece relações com outros atores do subgrupo intermediário, o que resultaria num superpoder ao estar com relações junto aos outros nós bem conectados.

Por conseguinte, podemos afirmar que não há dependência crítica de um ou poucos nós para a comunicação ou fluxo de informações, o que em termos de poder simbólico sugere uma distribuição mais fragmentada de influência, concentrada dentro dos *clusters* mais conectados, sem atores que monopolizem a intermediação, que inexistem. Essa configuração indica que o poder simbólico opera de forma compartimentalizada, com cada subgrupo legitimando suas próprias classificações e representações da realidade.

Podemos explicar essa estrutura sem a presença de atores considerados "pontes" que estabeleçam mediação entre outros nós da rede ao que Putnam (2000), descreve ao abordar a importância da presença de capital social *bonding* (ligações fortes dentro de grupos homogêneos) em detrimento do *bridging* (ligações fracas entre grupos heterogêneos), limitando as possibilidades de coesão social e uma ação coletiva mais ampla.

No entanto, esse aspecto relativo à força de certos atores nas métricas de grau e proximidade ainda destaca possíveis desafios em termos de conexões diretas e acessibilidade dentro dos subgrupos, indicando concentrações localizadas de poder simbólico, onde atores mais conectados podem exercer influência desproporcional na circulação de informações e legitimação de práticas dentro de seus níveis sociais, mesmo sem intermediar diferentes *clusters* da rede como um todo.

3.3.3 Percepção socioespacial dos conflitos socioambientais

Analizamos a percepção dos atores sociais quanto a questão "Qual a zona de maior Conflito Socioambiental do território?" buscando determinar a localização espacial dos conflitos socioambientais no território da APAMBC. Esta análise confirmou a hipótese 3 do estudo ao revelar padrões de ampliação do poder simbólico, dominação ou resistência em determinados campos de disputas, oferecendo informações úteis sobre a dinâmica das interações sociais e ambientais no território.

Os atores ACAD1, PTRAD1, PTRAD2, SOCIVIL2 e TURISMO2 têm a percepção de que a "Zona de Atividade Portuária" é a principal área de conflitos socioambientais, o que pode explicar as suas preocupações com os impactos, riscos e agravos das atividades portuárias em prejuízo ao ambiente natural da UC.

A maioria dos atores (36%) aponta uma fonte de conflito com as operações portuárias, pois entende que a atividade é conflituosa e também traz diversos problemas ao ecossistema marinho, uma vez que segundo relatos, poluem com minério de ferro o ecossistema, liberação da água de lastro dos navios, raspagem e pintura de casco de embarcações, resíduos sólidos e líquidos diversos que são lançados nas águas etc.

Podemos explicar essa percepção à luz da teoria de redes sociais, baseado em Scott (2000), ao afirmar que a centralidade dos atores sociais numa rede influencia as suas percepções e ações. Como a APAMBC é uma UC marinha e o complexo portuário é o principal agente econômico local que desenvolve atividades econômicas que impactam o meio ambiente, a sua posição na rede é de um ator social central como gerador de conflitos socioambientais na percepção dos entrevistados. Esta configuração revela o exercício do poder simbólico, onde o complexo portuário, apesar de sua centralidade econômica, enfrenta contestações simbólicas dos demais atores que disputam a legitimidade de definir o uso sustentável do espaço costeiro-marinho da UC, demonstrando como o conflito transcende o plano material e se manifesta no campo das representações legítimas sobre a realidade ambiental.

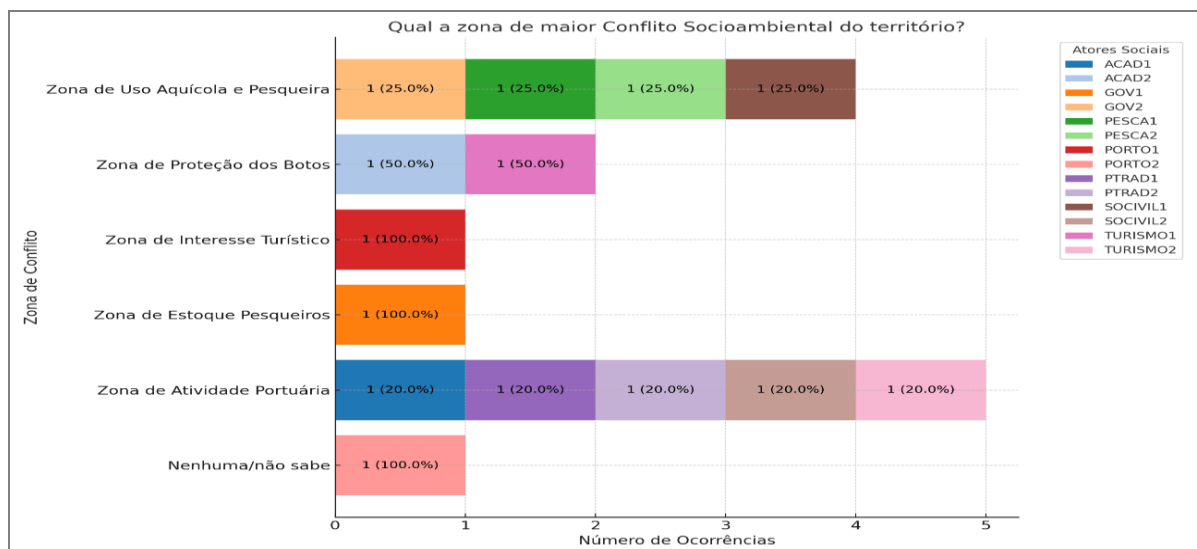
Neste mesmo panorama das comunidades tradicionais (PTRAD1), os atores representados pela PESCA1 e PESCA2, que também possuem uma forte ligação com a sustentabilidade dos elementos naturais de seus territórios, destacam, respectivamente, a "Zona de Proteção dos Botos" e a "Zona de Uso Aquícola e Pesqueira" como uma das principais áreas de conflitos. Essas percepções mútuas de segmentos com características próximas são vistas por Coleman (1988) como capitais sociais que se conectam como forma de facilitar a ação coletiva e a defesa de interesses em comum; ou seja, os seus próprios territórios, sua subsistência, cultura e modos de vida. Esta convergência de visões reflete também o exercício de poder simbólico desses grupos ao legitimarem determinadas classificações do espaço e dos recursos naturais que correspondem às suas práticas tradicionais, contestando simbolicamente outras formas de apropriação do território marinho.

Presenciamos, durante as incursões em campo, uma preocupação real dos representantes da pesca (PESCA1 e PESCA2) com as áreas destinadas aos seus ofícios e modo de vida sendo ameaçados pela pesca industrial e predatória, bem como falta de regulação dessas atividades na APAMBC, evidenciando o que em Bourdieu (2004) pode ser entendido como uma luta no campo do poder simbólico, onde pescadores artesanais contestam a legitimidade das práticas industriais e buscam validar seus conhecimentos tradicionais e direitos históricos sobre o território marinho.

Neste contexto, as percepções dos atores sociais sobre a distribuição espacial dos conflitos socioambientais do território da APAMBC citadas entre outras estão ilustradas no Gráfico 12.

Observamos que os representantes do GOV1 e GOV2 apontam tanto a "Zona de Estoque Pesqueiros", quanto a "Zona de Uso Aquícola e Pesqueira" como áreas de maior conflito, refletindo as suas responsabilidades em atender às demandas recorrentes da atividade pesqueira no município. Esta perspectiva evidencia o exercício do poder simbólico (Bourdieu, 2004) por parte destes atores governamentais, que possuem a autoridade legítima de classificar e regulamentar oficialmente os espaços e seus usos, impondo categorias que estruturam as bases do conflito socioambiental através de instrumentos legais reconhecidos, mesmo quando contestados pelos demais atores.

Gráfico 12 – Percepção socioespacial dos conflitos socioambientais no território.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Somente ACAD2 e TURISMO1 indicaram a zona de proteção dos botos como uma possível fonte geradora de conflitos. Essa zona visa proteger essa espécie, ameaçada de extinção, que vem sendo ameaçada pela pressão antrópica na Baía de Sepetiba. Ao destacarem esta zona como conflituosa, exercem poder simbólico ao validarem uma forma específica de compreender o território que articula simultaneamente o capital cultural (conhecimento especializado e valorização da conservação) e o capital social (redes de relações institucionais), criando uma narrativa que pode contrastar com visões mais utilitárias dos recursos naturais defendidas por outros grupos sociais.

Podemos observar que as preocupações específicas dos atores sociais podem estar atreladas aos seus modos de vida, atuações técnicas, profissionais, institucionais e econômicas no território.

Nas observações e entrevistas realizadas constatamos, em certo ponto, que os atores sociais possuem divergências de visão e também desconhecimento sobre um território em disputas de poder simbólico; porém há entendimento dos conflitos socioambientais pelo uso, ocupação e gestão da UC presentes em pautas locais.

Essas divergências também refletem as relações de poder simbólico que dão forma ao campo social de disputa de narrativas, onde atores com maior acúmulo de capitais (econômico, cultural e social) convertidos em capital simbólico, como o

governo e os setores econômicos, exercem maior influência nas tomadas de decisões e também contribuem para a ampliação das dinâmicas dos conflitos socioambientais no território por falta de políticas públicas e regulações necessárias ao uso sustentável da UC.

Portanto, as dinâmicas de poder simbólico são exercidas e legitimadas através das redes sociais, influenciando a percepção e a ação dos atores sociais conforme sua centralidade e conexões relacionais; pois as redes sociais estruturam a distribuição de poder e influenciam a forma sobre como os conflitos são percebidos e enfrentados no território (Bourdieu, 2004; Gaventa, 2003; Granovetter, 1985; Hanneman; Riddle, 2005)."

A tabela de adjacência (tabela 9) revela as interações entre os atores no que tange às suas percepções espaciais dos conflitos socioambientais.

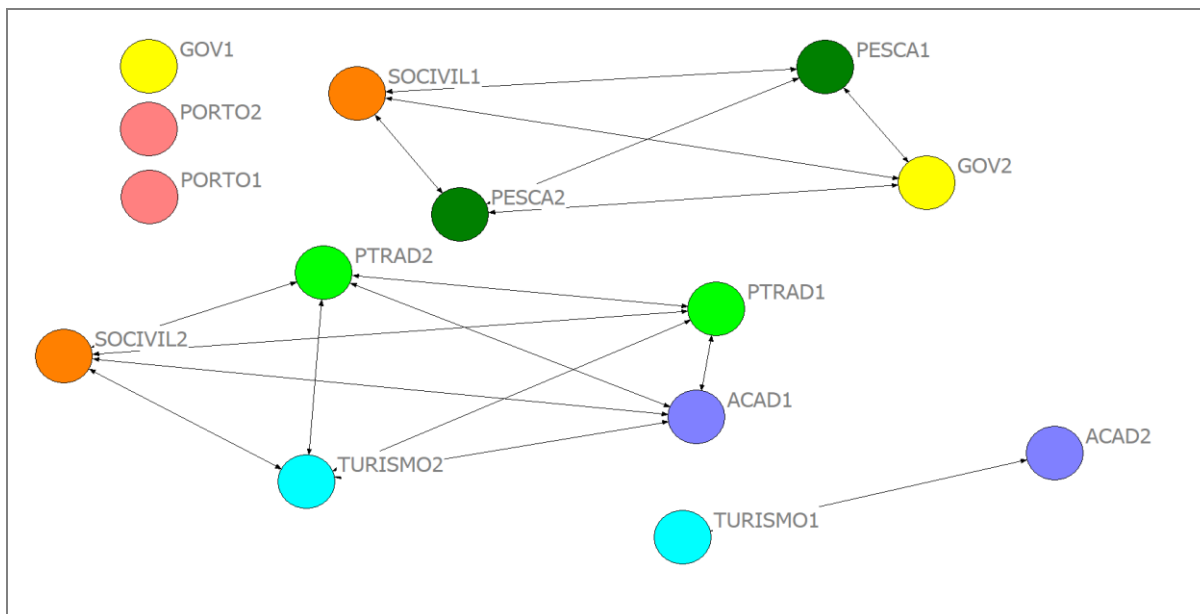
Tabela 9 – Tabela de adjacência: percepções socioespaciais dos conflitos socioambientais.

	ACAD1	ACAD2	GOV1	GOV2	PESCA1	PESCA2	PORTO1	PORTO2	PTRAD1	PTRAD2	SOCIVIL1	SOCIVIL2	TURISMO1	TURISMO2
ACAD1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1
ACAD2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
GOV1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV2	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0
PESCA1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0
PESCA2	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0
PORTO1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PORTO2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PTRAD1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
PTRAD2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1
SOCIVIL1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
SOCIVIL2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1
TURISMO1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TURISMO2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Essas interações ilustradas na tabela de adjacência, serviu para gerar um grafo de rede (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Rede social da localização socioespacial dos conflitos socioambientais no território.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A rede está estruturada em 3 subgrupos, onde os atores PTRAD1, PTRAD2, ACAD1, TURISMO2 E SOCIVIL2 possuem maiores laços de conexões ($n=4$). Em paralelo temos um grupo com número de laços intermediários ($n=3$) composto por PESCA1, PESCA2, GOV2 e SOCIVIL. Alguns atores tiveram conexões limitadas (TURISMO1 e ACAD2) e nulas (GOV1, PORTOS1 e PORTOS2).

Identificamos uma polarização entre dois subgrupos de atores sociais com maiores conexões, o que poderá indicar uma possível dificuldade na implementação de políticas públicas, devido à dificuldade na formação de consenso nas decisões devido às percepções tão diferenciadas. Esta polarização evidencia um campo social dividido, onde diferentes formas de capital cultural e social produzem visões distintas e muitas vezes antagônicas sobre o território e seu uso.

A polarização pode perpetuar os conflitos, já que diferentes grupos priorizam causas e soluções diversas para os problemas ambientais, tornando fragmentada a gestão da UC, onde os interesses de um grupo são atendidos em detrimento de outros. Este cenário reflete o exercício do poder simbólico (Bourdieu, 2004) por grupos dominantes que conseguem impor suas categorias de percepção e ação como legítimas no processo de gestão territorial. A polarização também dificulta a

cooperação e a colaboração entre os grupos, comprometendo projetos que requerem esforços conjuntos.

Além disso, grupos ou atores periféricos e menos conectados (ACAD2 e TURISMO1) podem se sentir excluídos das discussões principais, agravando a marginalização e reduzindo a inclusão na tomada de decisão sobre o território. Essa dinâmica demonstra como a distribuição desigual de capitais (cultural, social e simbólico) afeta a capacidade de certos atores de fazerem valer seus interesses e visões na arena pública. Putnam (2000) destaca a importância de se levar em consideração o capital social *bridging*³⁵ como forma de conectar grupos heterogêneos, o que agregaria valor ao capital social e distribuiria o poder simbólico entre os atores dos grupos a partir destas adesões, potencialmente contrabalançando as assimetrias no campo de poder.

Ressaltamos que a polarização também pode acarretar disputas de narrativas, com grupos promovendo tensão social, desconfianças e desinformação sobre as causas dos conflitos socioambientais, o que poderia contribuir negativamente para o engajamento necessário aos enfrentamentos conflituosos do território, exemplificando o que Bourdieu (2004) caracteriza como lutas simbólicas pelo poder de impor uma visão legítima do mundo social, onde diferentes grupos mobilizam seus capitais para validar certas interpretações da realidade em detrimento de outras. Outras contribuições, como as de Castells (1996) nos ajudam a compreender as narrativas como sendo um elemento de controle dos fluxos de informação para promover o poder na sociedade em rede, complementando a perspectiva bourdieusiana sobre as disputas pela legitimidade das classificações sociais.

As métricas de centralidades das conexões entre os atores sociais referentes às suas percepções e adesões no reconhecimento espacial dos conflitos socioambientais podem ser expressas a partir da Tabela 10.

³⁵ Capital social "*bridging*" refere-se a conexões entre grupos ou indivíduos que pertencem a redes sociais diferentes, funcionando como pontes entre comunidades distintas, facilitando a troca de informações e recursos, ampliando o acesso a novas oportunidades e promovendo coesão social em um contexto mais amplo. Funciona ao contrário do "capital social *bonding*," que fortalece os laços internos de um grupo coeso (Putnam, 2000).

Tabela 10 – Métricas de Centralidades sobre a localização socioespacial dos conflitos socioambientais no território.

```

MULTIPLE CENTRALITY MEASURES
-----
Input dataset:                PERGUNTA3_NOVAA (C:\Users\profn\OneDrive\Documents\UCINET data\PERGUNTA3_NOVAA)
Output dataset:              PERGUNTA3_NOVAA-cent (C:\Users\profn\OneDrive\Documents\UCINET data\PERGUNTA3_NOVAA-cent)
Treat data as:              Auto-detect
Type of scores to output:    Raw scores
Undefined dist in closeness: replace with max dist + 1

Network PERGUNTA3_NOVAA is directed? NO

Centrality Measures

      1      2      3      4
      Degree Closen Eigenv Betwee
-----
1  ACAD1  4.000 22.000 0.447 0.000
2  ACAD2  1.000 25.000 0.000 0.000
3  GOV1   0.000 26.000 0.000 0.000
4  GOV2   3.000 23.000 0.000 0.000
5  PESCA1 3.000 23.000 0.000 0.000
6  PESCA2 3.000 23.000 0.000 0.000
7  PORTO1 0.000 26.000 0.000 0.000
8  PORTO2 0.000 26.000 0.000 0.000
9  PTRAD1 4.000 22.000 0.447 0.000
10 PTRAD2 4.000 22.000 0.447 0.000
11 SOCIVIL1 3.000 23.000 0.000 0.000
12 SOCIVIL2 4.000 22.000 0.447 0.000
13 TURISMO1 1.000 25.000 0.000 0.000
14 TURISMO2 4.000 22.000 0.447 0.000

-----
Running time: 00:00:01
Output generated: 27 jul 24 01:58:47
UCINET 6.528 Copyright (c) 1992-2012 Analytic Technologies

```

Fonte: Dados da pesquisa (2024) com uso do UCINET.

A estrutura de poder e a influência dos atores sociais na rede social estão configuradas a partir de múltiplas medidas, configurando o exercício do poder simbólico (Bourdieu, 2004), onde diferentes atores competem pela capacidade de impor suas visões como legítimas, mobilizando seus diversos capitais (Bourdieu, 1986, 2004) para estabelecer classificações e representações dominantes sobre o território e seus usos. O que nos leva afirmar que as posições na rede refletem não apenas conexões objetivas, mas também a distribuição desigual de recursos simbólicos que permitem a certos atores maior influência na definição da realidade social e ambiental da APAMBC.

Os atores ACAD1, PTRAD1, PTRAD2, SOCIVIL2 e TURISMO2 por terem a maior conectividade são os mais pontuados nas métricas de centralidade de grau ($n=4$), proximidade ($n=22$) e autovetor ($n=0,447$). Desta forma possuem o controle na disseminação de informações e influências dentro da rede, alcançam com facilidade todos os demais atores da rede, até mesmo ACAD2 e TURISMO1 estando mais distantes dos outros atores e, portanto, menos influentes.

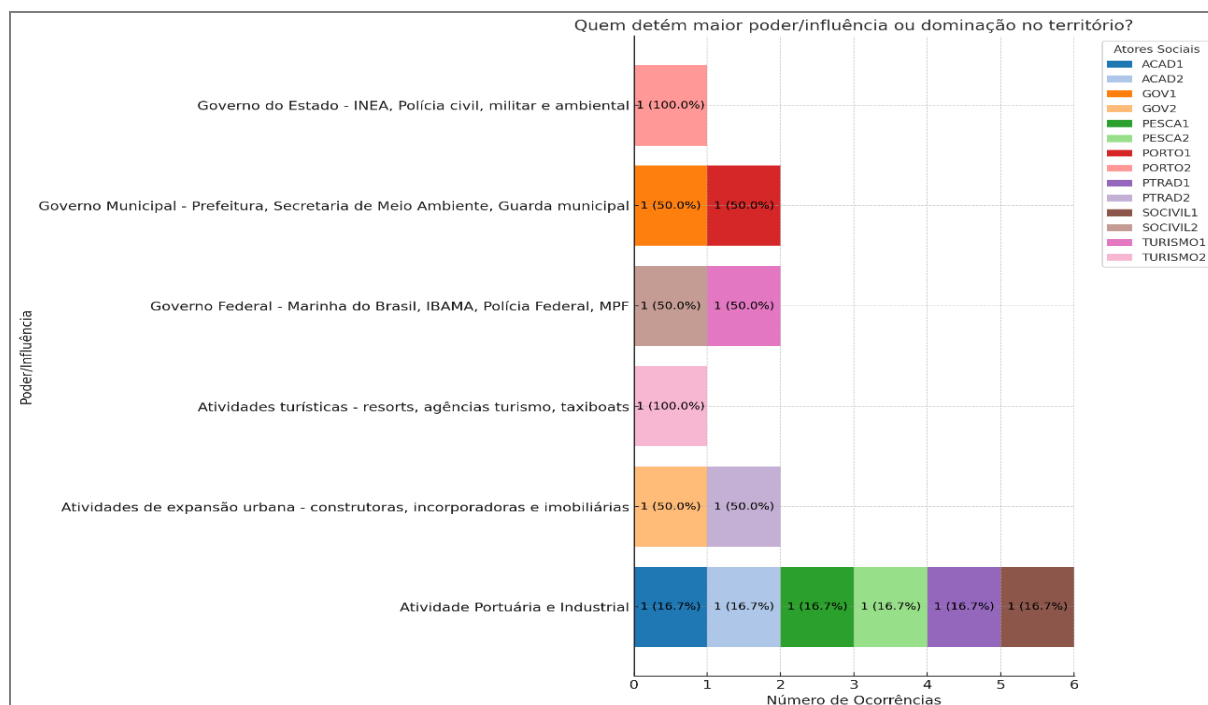
No entanto, a centralidade de intermediação é zero para todos os atores, indicando que nenhum deles atua como mediador entre os subgrupos dificultando a articulação e a integração entre diferentes segmentos da rede, demonstrando uma rede com perfil fragmentado e polarizado, ilustrando como o poder simbólico (Bourdieu, 2004) opera de forma compartimentalizada neste campo social, onde atores centrais em seus respectivos subgrupos conseguem impor suas visões e classificações como legítimas dentro de seus círculos de influência, mas carecem da capacidade de mediar e traduzir essas visões entre diferentes segmentos da rede. O resultado é um espaço social onde múltiplas formas de capital simbólico coexistem em esferas relativamente isoladas, limitando a possibilidade de construção de entendimentos comuns sobre os conflitos socioambientais e suas possíveis soluções no território da APAMBC.

3.3.4 Percepção sobre a relação de poder/influência e dominação

Ao analisarmos a questão "Quem detém maior poder/influência ou dominação no território?" consideramos ser um argumento chave para mapear os atores sociais com maior poder simbólico na APAMBC, bem como confirmar a hipótese 2 do estudo. O conceito de poder simbólico (Bourdieu, 2004) é particularmente relevante aqui, pois refere-se à capacidade de certos atores de impor suas visões, classificações e representações como legítimas, naturalizando relações de dominação. A partir dessa perspectiva, foi possível entender as hierarquias e as estruturas de poder que dão contorno às interações sociais e aos conflitos socioambientais; ou seja, permitiu realizar uma análise detalhada de como o poder simbólico é distribuído e exercido no território através da conversão dos diferentes tipos de capital (econômico, cultural e social) em formas de reconhecimento e legitimidade.

Em resposta a essas questões podemos ilustrar a posição de cada ator social no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Relação de poder/influência ou dominação no território.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O Gráfico 14 ilustra as percepções da maioria dos atores apontando a atividade portuária e industrial como a principal fonte de poder, influência ou dominação sobre o território, seguida por atividades de expansão urbana e um conjunto de entidades governamentais.

Identificamos que 6 atores sociais (ACAD1, ACAD2, PESCA1, PESCA2, PTRAD1, SOCIVIL1) indicaram que as operações portuárias e industriais representam um dos principais detentores de poder, influência ou dominação e geradoras de conflitos socioambientais na APAMBC.

Portanto, a atividade portuária apegua ser um empreendimento indutor do crescimento e desenvolvimento na atividade econômica nacional e principalmente no município de Mangaratiba.

Para Weber (1999) a legitimidade do poder se consolida a partir de uma construção social que tem como base a aceitação e reconhecimento por parte da sociedade; ou seja, as empresas portuárias afirmam que geram empregos, renda e divisas num segmento com total tutela do Estado. No entanto, esta dinâmica ilustra perfeitamente o que Bourdieu (2004) conceitua como poder simbólico - a capacidade

de construir a realidade e estabelecer um sentido imediato do mundo social através de sistemas simbólicos que funcionam como instrumentos de dominação. As empresas portuárias exercem este poder ao impor sua visão de desenvolvimento econômico como legítima e inquestionável, enquanto os outros atores sociais, apesar de contestarem esta narrativa, reconhecem implicitamente o poder dessas empresas ao identificá-las como principais dominadoras do território.

Durante as entrevistas e observações foi relatado por alguns atores que as operações portuárias além do impacto, risco e agravo ambiental são também consideradas como uma atividade geradora de áreas de exclusão de diversas atividades na UC. Os depoimentos chancelam a posição das empresas portuárias como parte de um setor “poderoso”, o que sugere uma dominância e possivelmente uma influência na capacidade de manipular estruturas de poder, políticas públicas, narrativas e afetar os modos de vida tradicionais das populações locais, caracterizando o poder simbólico (Bourdieu, 2004) em ação, onde o setor portuário consegue naturalizar sua dominação através da imposição de especialização do espaço que servem aos seus interesses econômicos.

Devido ao grande investimento em recursos financeiros nas atividades portuárias no território, é conveniente assinalar que segundo Bourdieu (2004), o capital econômico desse empreendimento pode ser convertido em poder simbólico, permitindo que esse setor domine as narrativas e influencie as decisões políticas locais.

Uma outra questão nos chamou atenção, pois os dados das entrevistas revelaram ainda que, parte dos integrantes da governança (GOV1 e GOV2), que são os que regulam o ordenamento urbano e por isso deveriam coibir a especulação imobiliária desenfreada em Mangaratiba, pois muitos empreendimentos imobiliários são licenciados na contramão das iniciativas que levam em conta a questão socioambiental como prioridade, o que vem impactar negativamente a APAMBC. Consideramos um tipo de poder e influência econômica quando realizada por grupos imobiliários, como construtoras, incorporadoras ou até mesmo quando tem a milícia como um dos atores diretamente envolvidos na especulação imobiliária em áreas de conservação ambiental e em ilhas, onde faz parte dos limites da APAMBC.

Os entes governamentais são vistos como uma estrutura de poder/influência ou dominação no território, pois a UC marinha (APAMBC) é gerida pelo governo municipal, fiscalizada de modo conjugado com o poder estadual e federal, pois o licenciamento ambiental e autorizações de atividades na UC conjuga esforços nessas esferas de poder, onde temos a gestão das águas em poder da União e de responsabilidade da Marinha do Brasil.

Esta configuração complexa de poderes entrelaçados ilustra claramente como o campo social da APAMBC é permeado por múltiplas formas de exercício do poder simbólico (Bourdieu, 2004), onde atores governamentais, empresariais e até mesmo grupos à margem da legalidade disputam a capacidade de definir os usos legítimos do território. O poder simbólico se manifesta tanto na capacidade de classificar e ordenar o espaço através de instrumentos normativos e políticas públicas, quanto na habilidade de certos grupos em contornar essas mesmas regulações, evidenciando as contradições entre discursos oficiais de conservação e práticas efetivas de gestão territorial que frequentemente privilegiam interesses econômicos em detrimento da sustentabilidade socioambiental da região.

Segundo Giddens (1984), o poder faz parte das relações sociais e é exercido através da mobilização de recursos e do controle das regras de interação. Assim, há uma centralização de poder institucionalizado nos entes governamentais, que controlam os orçamentos públicos e através de um aparato burocrático e de poder de polícia, controla as regras de interações. Talvez, isso explique por que tantos empreendimentos nocivos ao meio ambiente se instalam em UC.

Em termos de gestão da UC esses entes devem agir de forma integrada e complementar, o que não acontece na prática devido ao fato de cada instituição gestora representar interesses políticos em esferas distintas. Os atores GOV1 e PORTO1 consideram que o poder municipal detém maior poder/influência ou dominação no território; SOCIVIL2 e TURISMO1 indicaram o governo federal, enquanto apenas PORTO2 destacou o governo estadual.

Os resultados que revelaram as atividades portuárias e industriais como principal fonte de poder encontram respaldo na teoria de Molotch, que aborda a cidade como sendo uma "máquina de crescimento", onde as atividades econômicas delineiam as relações de poder (Molotch, 1976).

Reiteramos que esses resultados revelam uma rede de poder/influência ou dominação relacionando os conflitos socioambientais com as atividades industriais e urbanas, refletindo as tensões associadas ao desenvolvimento econômico e à gestão do território da APAMBC.

Esta dinâmica territorial se materializa nas relações socioambientais da APAMBC possibilitando a conversão de capital econômico em poder simbólico permitindo que certos grupos (notadamente o setor portuário e imobiliário) definam o que constitui "desenvolvimento" e "progresso" em detrimento de práticas tradicionais e da conservação ambiental. Essa assimetria nas relações de poder revela como as estruturas de dominação operam tanto no plano material quanto no simbólico, moldando não apenas a distribuição de recursos, mas também as próprias percepções sobre os conflitos socioambientais e suas possíveis soluções no território.

Podemos observar as diversas interações dos atores na tabela de adjacência ilustrada na Tabela 11.

Tabela 11 – Tabela de adjacência: relação de poder/influência ou dominação no território.

	ACAD1	ACAD2	GOV1	GOV2	PESCA1	PESCA2	PORTO1	PORTO2	PTRAD1	PTRAD2	SOCIVIL1	SOCIVIL2	TURISMO1	TURISMO2
ACAD1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0
ACAD2	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0
GOV1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
GOV2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
PESCA1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0
PESCA2	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0
PORTO1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PORTO2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PTRAD1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0
PTRAD2	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SOCIVIL1	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
SOCIVIL2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
TURISMO1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
TURISMO2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

A estrutura de rede social das relações de poder/influência ou dominação da APAMBC revela conexões complexas entre os atores sociais, evidenciando um campo social (Bourdieu, 2004) onde diferentes formas de capital são mobilizadas e convertidas em poder simbólico. A rede apresentada não contempla uma abordagem colaborativa e integrada que envolva todos os atores na gestão da APAMBC, refletindo a distribuição desigual de capitais (econômico, cultural e social)

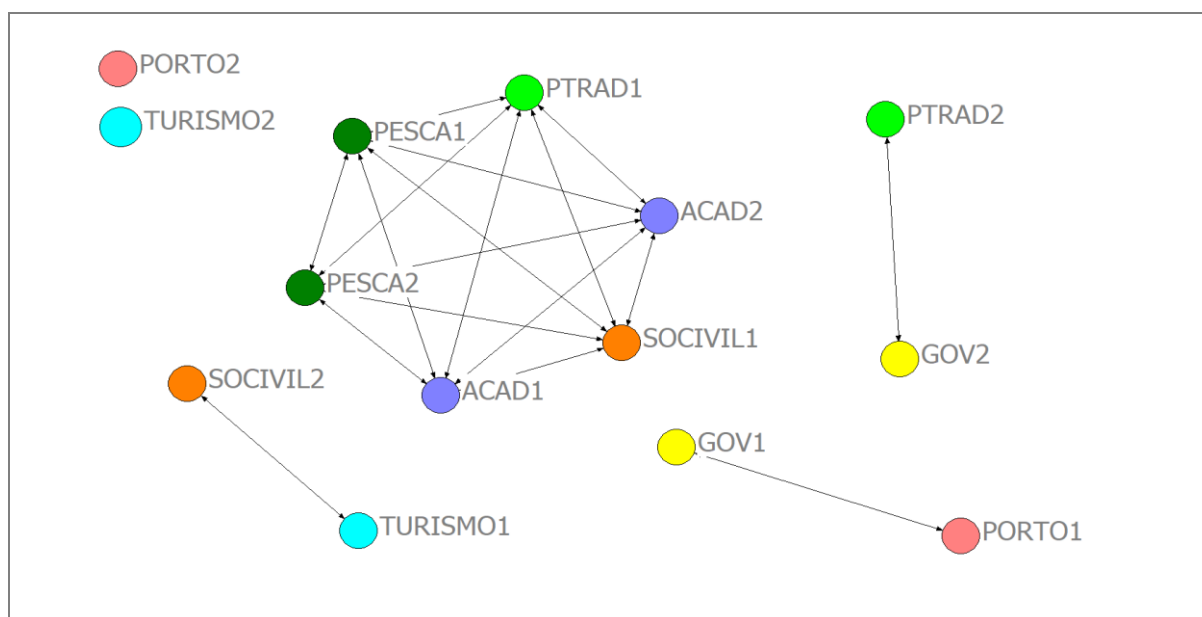
e a conseqüente capacidade diferenciada de influenciar as classificações legítimas do território.

Os subgrupos isolados e periféricos, cujo *habitus* (sistemas de disposições incorporadas) não está alinhado com as lógicas dominantes, devem ser envolvidos mais ativamente para garantir uma governança inclusiva e equilibrada, evitando a polarização nas tomadas de decisões. Essa polarização é manifestação visível das lutas simbólicas pela imposição de visões legítimas sobre o uso e gestão dos elementos naturais.

A presença de múltiplos subgrupos indica a necessidade de estratégias de mediação e construção de consenso para abordar os conflitos, promover uma gestão sustentável e desenvolver políticas públicas integradas que atendam às necessidades de todos os atores envolvidos, reconhecendo e valorizando as diferentes formas de capital e conhecimento que cada grupo possui para a compreensão e gestão do território da APAMBC.

Assim, temos a seguinte representação gráfica (Gráfico 15) dessas interações demonstrando a relação de poder/influência ou dominação na APAMBC.

Gráfico 15 – Rede social: relação de poder/influência ou dominação no território.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Os atores ACAD1, PESCA1, PESCA2, PTRAD1, ACAD2 e SOCIVIL1 formam o núcleo central da rede, estabelecendo conexões entre si. Percebemos a existência de atores periféricos, como PORTO2, TURISMO2 não estabeleceram conexões; GOV1, PORTO1, GOV2 e PTRAD2 possuem conexões isoladas, limitando ações na governança geral da APAMBC.

A posição central (*Degree Centrality*) confere aos atores um poder de coordenar ações na rede envolvendo a disseminação de informações e na mobilização de recursos de toda espécie no processo de tomada de decisões.

A posição central (*Degree Centrality*) confere aos atores um poder de coordenar ações na rede envolvendo a disseminação de informações e na mobilização de recursos de toda espécie no processo de tomada de decisões. Esta centralidade representa uma forma de capital social (Bourdieu, 2004) que pode ser convertida em poder simbólico, permitindo a esses atores imporem suas visões e classificações como legítimas dentro do campo social da APAMBC.

Ressaltamos que atores de algumas entidades governamentais como GOV1 e GOV2 mesmo estando mais isolados e com percepções diferentes, ainda desempenham um papel importante na governança da UC devido às suas posições institucionais e capacidade de implementar as políticas públicas. Essa falta de consenso entre os atores governamentais pode ser vista como uma manifestação do poder simbólico (Bourdieu, 2004), onde diferentes representantes do Estado disputam a capacidade de definir e impor classificações oficiais sobre o território e seus usos legítimos, refletindo como o exercício do poder simbólico opera através das instituições para naturalizar certas visões da realidade socioambiental, mesmo quando esses atores ocupam posições menos centrais na rede de relações sociais.

Vejamos as métricas de centralidades na Tabela 12.

Tabela 12 – Métricas de centralidades: relação de poder/influência ou dominação no território.

```

MULTIPLE CENTRALITY MEASURES
-----
Input dataset:                PERGUNTA4 (C:\Users\profn\OneDrive\Documents\UCINET_data\PERGUNTA4)
Output dataset:              PERGUNTA4-cent (C:\Users\profn\OneDrive\Documents\UCINET_data\PERGUNTA4-cent)
Treat data as:              Auto-detect
Type of scores to output:    Raw scores
Undefined dist in closeness: replace with max dist + 1

Network PERGUNTA4 is directed? NO

Centrality Measures

      1      2      3      4
      Degree Closen Eigenv Betwee
-----
1  ACAD1  5.000 21.000 0.408 0.000
2  ACAD2  5.000 21.000 0.408 0.000
3  GOV1   1.000 25.000 0.000 0.000
4  GOV2   1.000 25.000 0.000 0.000
5  PESCA1 5.000 21.000 0.408 0.000
6  PESCA2 5.000 21.000 0.408 0.000
7  PORT01 1.000 25.000 0.000 0.000
8  PORT02 0.000 26.000 0.000 0.000
9  PTRAD1 5.000 21.000 0.408 0.000
10 PTRAD2 1.000 25.000 0.000 0.000
11 SOCIVIL1 5.000 21.000 0.408 0.000
12 SOCIVIL2 1.000 25.000 0.000 0.000
13 TURISMO1 1.000 25.000 0.000 0.000
14 TURISMO2 0.000 26.000 0.000 0.000

-----
Running time: 00:00:01
Output generated: 29 jul 24 11:33:42
UCINET 6.528 Copyright (c) 1992-2012 Analytic Technologies

```

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

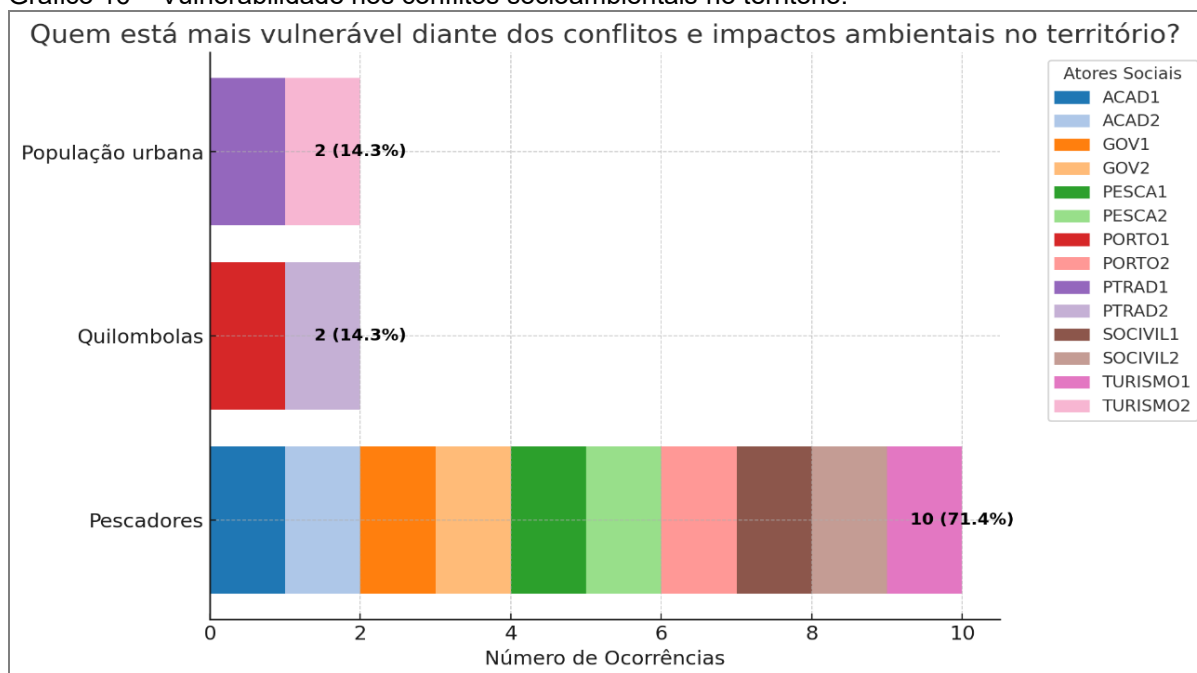
A centralidade de proximidade ($n=21$) e autovetor ($n=0,408$) confere aos atores do subgrupo central a condição de estarem mais próximos para alcançar os outros laços da rede, pois possuem ligação com outros atores bem conectados. Não existe intermediação em função da supremacia de conectividade de ACAD1, PESCA1, PESCA2, PTRAD1, ACAD2 e SOCIVIL1. Iniciativas de intermediar relacionamentos devem partir dos pontos mais centrais, o que pode atrair atores importantes, como por exemplo GOV1 e GOV2, na promoção e implementação de políticas públicas na gestão da APAMBC.

3.3.5 Percepção sobre vulnerabilidade nos conflitos socioambientais

Tendo como contrapartida à questão anterior que tratou sobre as relações de poder/influência ou dominação no território, questionamos aos entrevistados: “Quem está mais vulnerável diante dos conflitos e impactos ambientais no território?”.

Ilustramos as ocorrências das respostas da percepção dos atores sociais sobre a vulnerabilidade nos conflitos socioambientais no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Vulnerabilidade nos conflitos socioambientais no território.



Fonte: dados da pesquisa (2024)

O gráfico 16 apresenta uma percepção dos diferentes atores sociais sobre quem são considerados os grupos mais vulneráveis diante dos conflitos socioambientais no território da APAMBC. Os resultados foram segmentados em três categorias principais: pescadores, quilombolas e população urbana tendo o recorte da interface terra-mar da UC.

A maioria (71,4%) dos atores sociais considera os pescadores como o grupo mais vulnerável, indicando uma preocupação em comum sobre a situação envolvendo as atividades de pesca e acima de tudo os modos de vida das

comunidades de pescadores da APAMBC, provavelmente devido ao impacto antrópico na Baía de Sepetiba e principalmente diante das diversas atividades econômicas desenvolvidas na UC. Esta percepção compartilhada revela como o *habitus* dos pescadores (Bourdieu, 2004) - seu sistema de disposições incorporadas, práticas e conhecimentos tradicionais - enfrenta desvalorização no campo de disputas da APAMBC.

A vulnerabilidade deste grupo reflete sua posição desfavorável na distribuição de capitais valorizados (econômico e cultural institucionalizado), limitando sua capacidade de exercer poder simbólico na definição dos usos legítimos do território da APAMBC. Enquanto detentores de um capital cultural específico relacionado ao conhecimento tradicional das águas e recursos pesqueiros, os pescadores enfrentam dificuldades em converter esse capital em influência efetiva diante de outros atores cujas formas de capital são mais reconhecidas e legitimadas nas esferas decisórias que determinam o futuro da UC.

Neste sentido, a percepção direcionada aos pescadores como grupo mais vulnerável pode ser associada aos desafios e lutas dos grupos marginalizados em disputa por recursos em áreas urbanas, gerando desigualdades na distribuição dos impactos ambientais e violência coletiva (Harvey, 1973; Tilly, 2003).

Os quilombolas são considerados vulneráveis diante dos conflitos socioambientais por uma parte menor dos atores sociais (14,3%), o que pode refletir questões centrais enfrentadas por comunidades quilombolas, ligadas preservação cultural e ocupação territorial. As duas comunidades quilombolas do município apresentam diretamente conflitos com atores distintos, tais como ocupação militar de seu território e especulação imobiliária. Esta situação ratifica como o *habitus* quilombola e seu capital cultural específico (Bourdieu, 1986, 2004), fundamentado na ancestralidade e na relação histórica com o território, enfrentam dificuldades de reconhecimento e legitimação no campo social das disputas ambientais da região.

Já a população urbana também é vista como vulnerável nos conflitos por uma mesma fração dos atores (14,3%), e possivelmente estejam relacionadas ao turismo e crescimento urbano desordenados, à especulação imobiliária, aos usos privados dos bens públicos e também dos impactos socioambientais das operações portuárias e industriais no contexto da APAMBC. Neste caso, observa-se como o

poder simbólico dos agentes econômicos dominantes consegue impor suas classificações e especializações do espaço urbano como legítimas, naturalizando processos de desenvolvimento que frequentemente desconsideram os interesses e necessidades da população local, cujo capital social fragmentado limita sua capacidade de resistência coletiva a estas imposições.

Vejamos como as conexões foram estabelecidas pelos atores através da tabela de adjacência (Tabela 13).

Tabela 13 – Tabela de adjacência: Vulnerabilidades nos conflitos socioambientais no território.

	ACAD1	ACAD2	GOV1	GOV2	PESCA1	PESCA2	PORTO1	PORTO2	PTRAD1	PTRAD2	SOCIVIL1	SOCIVIL2	TURISMO1	TURISMO2
ACAD1	0	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0
ACAD2	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0
GOV1	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0
GOV2	1	1	1	0	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0
PESCA1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	0
PESCA2	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0
PORTO1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
PORTO2	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	0
PTRAD1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
PTRAD2	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
SOCIVIL1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	1	1	0
SOCIVIL2	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1	0
TURISMO1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0
TURISMO2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0

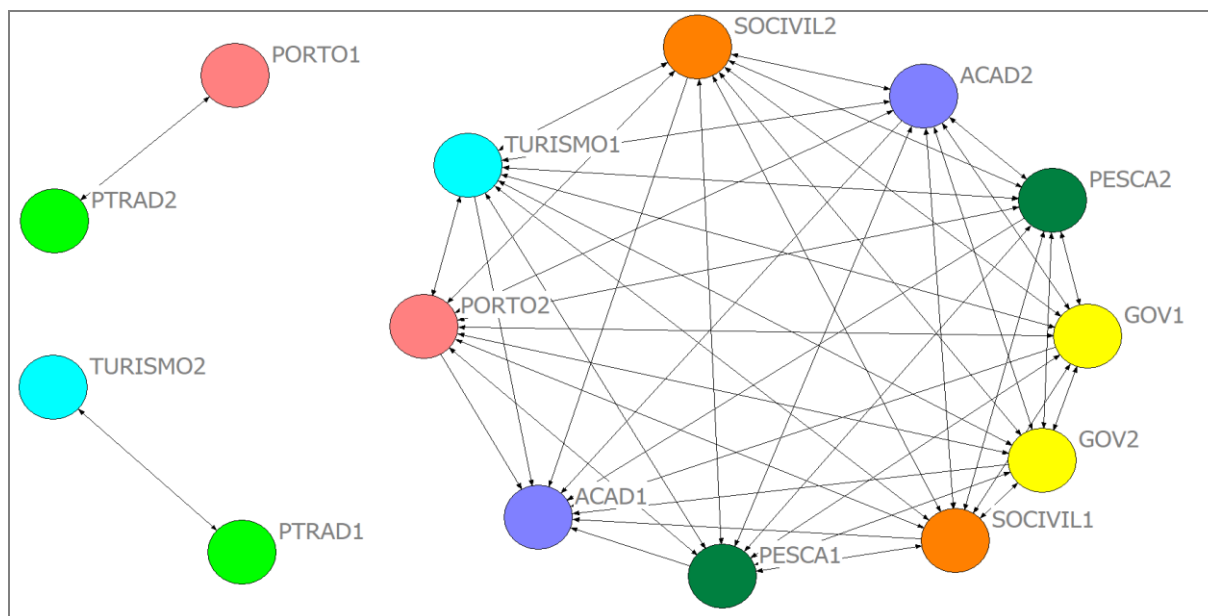
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Nesta tabela de adjacência observamos que todos os atores estabeleceram conexões. Observamos que PORTO1, PTRAD1, PTRAD2 e TURISMO2 foram os que estabeleceram menores conexões (n=2).

Percebemos uma centralização em termos da percepção dos atores sociais ACAD1, ACAD2, GOV1, GOV2, PESCA1, PESCA2, PORTO2, SOCIVIL1, SOCIVIL2 e TURISMO1 que expressaram as suas preocupações com a situação de vulnerabilidade dos pescadores diante dos conflitos socioambientais. Esta convergência de percepções indica a formação de um consenso simbólico que reconhece a posição desfavorável dos pescadores na distribuição de capitais (Bourdieu, 1986, 2004) relevantes no campo das disputas socioambientais da APAMBC.

A seguir esboçamos o grafo de rede (Gráfico 17) correspondente às conexões definidas na tabela de adjacência.

Gráfico 17 – Rede Social: Percepção sobre as vulnerabilidades nos conflitos socioambientais no território.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Em contrapartida temos atores periféricos elegendo as suas preocupações com a vulnerabilidade nos conflitos socioambientais da APAMBC atribuídas a população quilombola (PTRAD1 e TURISMO2) e população urbana (PTRAD2 e PORTO1), apontando que essa divergência reflete como o poder simbólico (Bourdieu, 2004) é exercido de maneira fragmentada, com atores específicos mobilizando seu capital social e cultural para legitimar a visibilidade de grupos cujas vulnerabilidades são menos reconhecidas no discurso dominante.

Devido à representação expressiva de grande parte dos atores sociais (ACAD1, ACAD2, GOV1, GOV2, PESCA1, PESCA2, SOCIVIL1 e SOCIVIL2), existe uma possibilidade de avanço na discussão, implementação e colaboração em políticas públicas e ações concretas envolvendo esses atores. Tal alinhamento de percepções pode potencializar a formação de um bloco de capital social (Bourdieu, 1986, 2004) capaz de mobilizar recursos e influência para proteger os grupos mais fragilizados diante dos conflitos socioambientais na APAMBC.

Ressaltamos que a inclusão dos demais atores e percepções se fazem necessário para que a tomada de decisões seja plural e inclusiva, permitindo que diferentes formas de *habitus* e capital cultural (Bourdieu, 1986, 2004) contribuam

para uma compreensão mais abrangente dos conflitos socioambientais e das possibilidades de sua resolução.

Podemos identificar as centralidades dos atores sociais em torno da percepção sobre vulnerabilidade nos conflitos socioambientais na tabela de adjacência (Tabela 14).

Tabela 14 – Métricas de centralidades da percepção sobre Vulnerabilidades nos conflitos socioambientais no território.

MULTIPLE CENTRALITY MEASURES					
Input dataset:		PERGUNTA5NOVA (C:\Users\profn\OneDrive\Documents\UCINET data\PERGUNTA5NOVA)			
Output dataset:		PERGUNTA5NOVA-cent (C:\Program Files (x86)\Analytic Technologies\PERGUNTA5NOVA-cent)			
Treat data as:		Undirected			
Type of scores to output:		Raw scores			
Undefined dist in closeness:		replace with max dist + 1			
Principal eigenvalue was:		9,00000001341104			
Centrality Measures					
		1	2	3	4
		Degree	Closen	Eigenv	Between
1	ACAD1	9.000	17.000	0.316	0.000
2	ACAD2	9.000	17.000	0.316	0.000
3	GOV1	9.000	17.000	0.316	0.000
4	GOV2	9.000	17.000	0.316	0.000
5	PESCA1	9.000	17.000	0.316	0.000
6	PESCA2	9.000	17.000	0.316	0.000
7	PORTO1	1.000	25.000	0.000	0.000
8	PORTO2	9.000	17.000	0.316	0.000
9	PTRAD1	1.000	25.000	0.000	0.000
10	PTRAD2	1.000	25.000	0.000	0.000
11	SOCIVIL1	9.000	17.000	0.316	0.000
12	SOCIVIL2	9.000	17.000	0.316	0.000
13	TURISMO1	9.000	17.000	0.316	0.000
14	TURISMO2	1.000	25.000	0.000	0.000

Running time: 00:00:03					
Output generated: 31 jul 24 00:42:51					
UCINET 6.528 Copyright (c) 1992-2012 Analytic Technologies					

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Os atores centrais (ACAD1, ACAD2, GOV1, GOV2, PESCA1, PESCA2, PORTO2, SOCIVIL1, SOCIVIL2 e TURISMO1) diante da métrica de grau de centralidade (*Degree Centrality*) desempenham papéis significativos e têm maior influência (n=9), onde cada ator pode disseminar informações mais rápido para cada 9 outros. Essa métrica maximiza o capital social pelas conexões e também pela conversão de capital cultural dos atores presentes na rede social (Bourdieu, 1986, 2004).

Reforçamos que esses atores centrais possuem o poder de propor ações e políticas públicas que atendam os segmentos representados na sua rede de

relacionamentos. Por possuir uma proximidade (*Closeness Centrality*) expressiva ($n=17$) está mais perto da maioria dos atores na rede, permitindo-lhes acessar informações e recursos mais rápido do que atores periféricos. Esse domínio sobre os recursos amplia o capital econômico desse *cluster* (Bourdieu, 1986, 2004). Quando usado indevidamente o poder sobre orçamentos, podem gerar escalas de corrupção ou facilitar a distribuição equitativa do orçamento em prol de prioridades estabelecidas de modo participativo e inclusivo.

Com esse alto poder ($n=0,316$) de estar conectado a outros atores importantes (*Eigenvector Centrality*) tem potencial de dominar as narrativas que pretendem legitimar no território, ampliando seu poder simbólico (Bourdieu, 2004). O habitus (Bourdieu, 1986, 2004) destes atores centrais estrutura suas disposições e práticas, influenciando como percebem e respondem aos conflitos. Essa medida não é absoluta, pois precisaria de uma articulação dentro desse *cluster* para chegar a um consenso na adesão de ideias ou projetos de um ator proponente. Essa métrica facilita a disseminação de conhecimentos e habilidades, fortalecendo seu capital cultural e simbólico dos atores, pois eles são vistos como fontes de conhecimento e *expertise* na conjuntura dos conflitos socioambientais.

No entanto, os atores periféricos (PTRAD1, PTRAD2, PORTO1 e TURISMO2) possuem menor visibilidade, conectividade e influência, o que sugere maiores desafios para fortalecer seus capitais (econômico, social, cultural e simbólico) (Bourdieu, 1986, 2004). Essa estrutura de rede sugere que as políticas e intervenções devem focar na inclusão e fortalecimento dos atores periféricos para promover uma governança mais equitativa e eficaz no território da APAMBC. Por haver uma super conectividade entre os atores centrais, não há a existência ($n=0$) de mediação (*Betweenness Centrality*), o que pode dificultar movimentos de diálogos com os atores periféricos na mediação do conflito, que pode ser mais demorada ou desorganizada. Em termos de capital, a falta de intermediação faz com que os capitais estabelecidos (econômico, social, cultural e simbólico) (Bourdieu, 1986, 2004) possa se manter, gerando dominação e cada vez mais vulnerabilidade diante dos conflitos socioambientais.

3.3.6 Estratégias de poder simbólico baseadas em confiança, alianças, mobilizações, resistências no enfrentamento dos conflitos socioambientais e na defesa do meio ambiente.

A pergunta "Em quem você confia como aliado na luta contra os Conflitos Socioambientais?" revelou as relações de confiança, alianças e mobilização entre os atores sociais em situações de conflito. Foi possível identificar como o poder simbólico é distribuído e mobilizado, atendendo diretamente aos objetivos de analisar as centralidades das relações de poder simbólico (Objetivo Específico 3) e compreender as interações que moldam as percepções e papéis dos atores nos conflitos socioambientais (Hipóteses 2 e 3).

Entendemos que a confiança seja um elemento importante nas relações sociais e principalmente em situações de conflito, pois representa uma forma de capital social (Bourdieu, 1986, 2004) que facilita a cooperação entre os atores. A colaboração baseada nesta confiança mútua representa um fator crítico de sucesso no manejo das ações em prol do enfrentamento dos conflitos socioambientais, permitindo que diferentes formas de capital sejam mobilizadas coletivamente para contestar ou reforçar determinadas configurações de poder no território da APAMBC.

Assim, as redes de confiança, alianças e mobilizações entre grupos dominados podem constituir um contrapoder simbólico, criando espaços onde novos sistemas de classificação ganham legitimidade e assumem formas de romper com a cumplicidade inconsciente que sustenta o poder simbólico dos dominantes, potencializando a resistência às estruturas simbólicas dominantes nos conflitos socioambientais.

No que diz respeito à estratégia de poder baseada na resistência e contestação por parte dos dominados, nos cabe retomar o dito por Pierre Bourdieu que o poder simbólico "só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (Bourdieu, 2004); porém, isso não significa, na prática, que os dominados sejam meros receptores

passivos, pois quando conseguem identificar a arbitrariedade das classificações sociais³⁶, ocorre um processo de "desencantamento" ou "desnaturalização" das relações de dominação (Bourdieu, 2011), embora este reconhecimento seja limitado pelo próprio *habitus* dos agentes dominados.

O *habitus*, como "sistema de disposições duráveis e transponíveis" (Bourdieu, 1977, 2009), opera como mediador entre estruturas objetivas e práticas subjetivas, fazendo com que "o dominado tenda a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante" (Bourdieu, 2004). Mesmo quando existe resistência consciente dos dominados, o *habitus* continua a reproduzir inconscientemente esquemas de percepção que sustentam a dominação simbólica, enquanto os dominantes buscam reforço em novas narrativas e elementos simbólicos para se reafirmarem no campo.

Para uma resistência efetiva, não basta apenas a consciência crítica, mas é necessária também a acumulação de capital simbólico que possibilite contestar as classificações dominantes, assim como Bourdieu explica em "Meditações Pascalianas", "as revoluções simbólicas são, para os dominados, uma revolução contra a submissão simbólica" (Bourdieu, 2001), envolvendo lutas pelo reconhecimento de novos princípios de classificação que, embora não anulem integralmente o poder simbólico, podem enfraquecê-lo e transformá-lo.

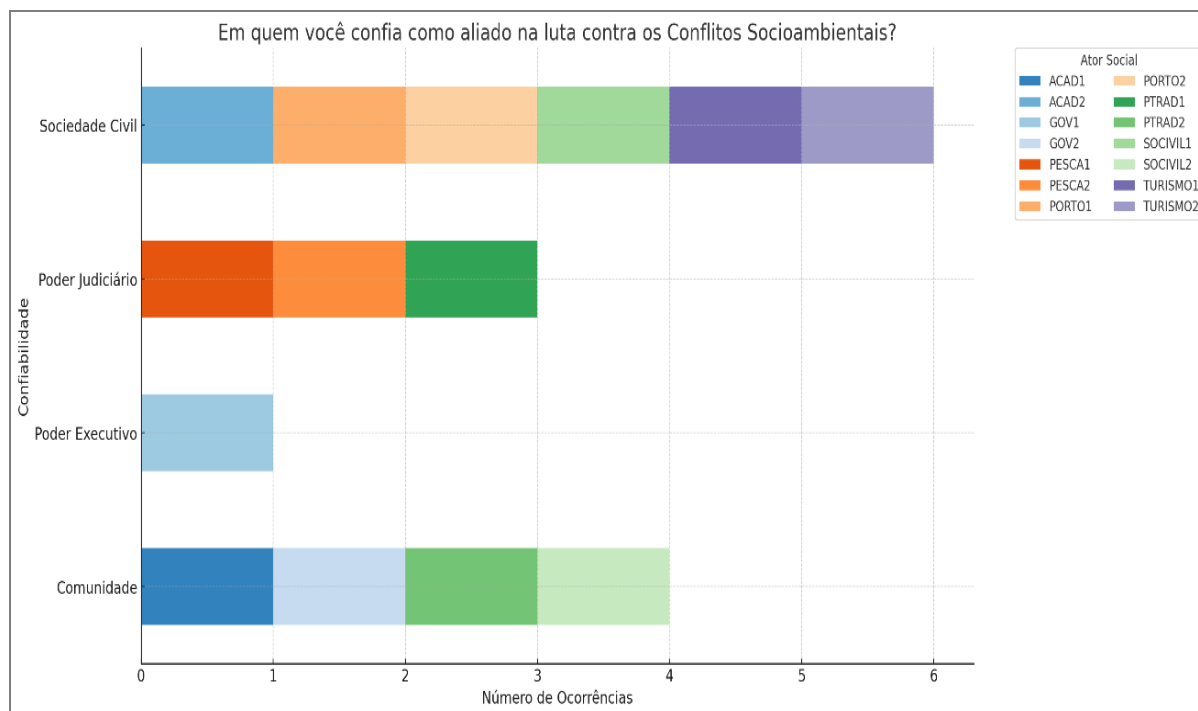
Com base nos dados coletados, temos o seguinte perfil das respostas dos participantes das entrevistas ilustrados no Gráfico 18.

O gráfico 18 demonstra a confiança dos atores sociais no enfrentamento dos conflitos socioambientais direcionado à sociedade civil (universidades, OAB, ONGs, igreja etc.) e na comunidade (pescadores, moradores, quilombolas) representa a importância e legitimação do poder simbólico acumulado por esses grupos em função do *habitus* desses representantes no território (Bourdieu, 1977, 1986, 2004), o que confirma a hipótese e objetivo específico 2 do estudo. Podemos afirmar ainda que estas escolhas vão ao encontro do reconhecimento do capital social e cultural

³⁶ Os sistemas de classificação social constituem questões de lutas entre os grupos: com efeito, o poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade (Bourdieu, 2004).

destas representações que são os elos mais próximos da rede social desses atores sociais.

Gráfico 18 – Percepção da confiança no enfrentamento dos conflitos socioambientais no território.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

No entanto, o Poder Executivo (Prefeitura, Polícia, INEA, IBAMA, Marinha do Brasil...) e o Poder Judiciário (Ministério Público, Tribunais, Procuradoria...) demonstraram ter a confiança dos atores sociais em 7% e 21% respectivamente, o que pode indicar uma percepção de menor poder simbólico e habitus distante das práticas e necessidades locais dessas representações potencialmente aliadas.

Gaventa (2003) discute como as dinâmicas de poder e o capital simbólico são exercidos e legitimados através das redes sociais, influenciando a aceitação das estruturas de poder. No caso, os poderes executivo e judiciário possuem poder simbólico (Bourdieu, 2004) pela sua representação institucional enquanto gestores dos bens públicos, com isso mesmo não sendo reconhecidos pela estrutura de redes como confiável, possuem legitimidade e são formalmente aceitos como forças na estrutura de poder por deterem o capital jurídico-administrativo que lhes confere autoridade oficial.

Reforçamos que em nossas entrevistas, observações e interações em campo, percebemos que essas escolhas de aliados confiáveis no enfrentamento dos conflitos socioambientais estão de acordo com as demandas específicas desses atores no território, como por exemplo os processos judiciais no Ministério Público em favor dos pescadores e população tradicional em busca de reparação de danos civis e de propriedades contra atores dominantes. Esta dinâmica revela as estratégias de conversão de capitais (Bourdieu, 1986, 2004) por parte dos grupos menos privilegiados, que buscam mobilizar o capital jurídico do Estado para contestar o poder simbólico dos atores economicamente dominantes.

Dessa forma, essas respostas ratificam a hipótese 3, pois através de suas interações, os atores sociais estabelecem relações de força que moldam a percepção pública e seus papéis diante dos conflitos socioambientais pelas redes sociais, exemplificando o que Bourdieu (2004) caracteriza como lutas simbólicas pelo poder de impor visões legítimas do mundo social.

A comunidade é um dos principais grupos confiados, na opinião dos atores ACAD1, GOV2, PTRAD2 e SOCIVIL2 que se conectaram mutuamente em concordância com essas opções, apontando para o reconhecimento do capital cultural incorporado e do *habitus* específico das comunidades locais (Bourdieu, 1986, 2004) como recursos valiosos para o enfrentamento dos conflitos.

Os atores sociais ACAD2, PORTO1, PORTO2, SOCIVIL1, TURISMO1 e TURISMO2 depositaram confiança na Sociedade Civil, representando o maior número de conexões (n=43%), ressaltando a valorização do capital social institucionalizado destes grupos, capazes de mobilizar recursos e legitimidade nas arenas públicas.

Este resultado remete ao entendimento de Coleman (1988) acerca do capital social como sendo um recurso intrínseco às relações sociais que facilita determinadas ações coletivas em causas comuns; ou seja, essa confiança nos segmentos da sociedade civil e comunidades locais se assemelha ao que Coleman denominou de "obrigações e expectativas", onde os atores depositam confiança um nos outros para cumprir uma obrigação para o bem comum, complementando a visão bourdieusiana de capital social como recurso mobilizável em redes de relações.

Já o Poder Judiciário foi a opção de 21% dos votos pelos atores da PESCA1, PESCA2, e PTRAD1, ao ponto que o Poder Executivo foi apontado como confiável no enfrentamento dos conflitos socioambientais apenas para GOV1, o que é esperado, dado que o governo é um ator central neste grupo. Esta distribuição de confiança ilustra como diferentes atores buscam se alinhar com formas específicas de poder simbólico (Bourdieu, 2004) que possam legitimamente defender seus interesses.

A tabela de adjacência demonstrou (Tabela 15) como as interações desses atores sociais em torno da confiança nos enfrentamentos dos conflitos socioambientais se estabelecem na rede social do território da APAMBC.

Tabela 15 – Tabela de adjacência: Percepção de confiança no enfrentamento dos conflitos socioambientais no território.

	ACAD1	ACAD2	GOV1	GOV2	PESCA1	PESCA2	PORTO1	PORTO2	PTRAD1	PTRAD2	SOCIVIL1	SOCIVIL2	TURISMO1	TURISMO2
ACAD1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0
ACAD2	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1
GOV1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GOV2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0
PESCA1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0
PESCA2	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
PORTO1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	1
PORTO2	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	1
PTRAD1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0
PTRAD2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
SOCIVIL1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1
SOCIVIL2	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
TURISMO1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1
TURISMO2	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0

Fonte: Dados da pesquisa (2024)

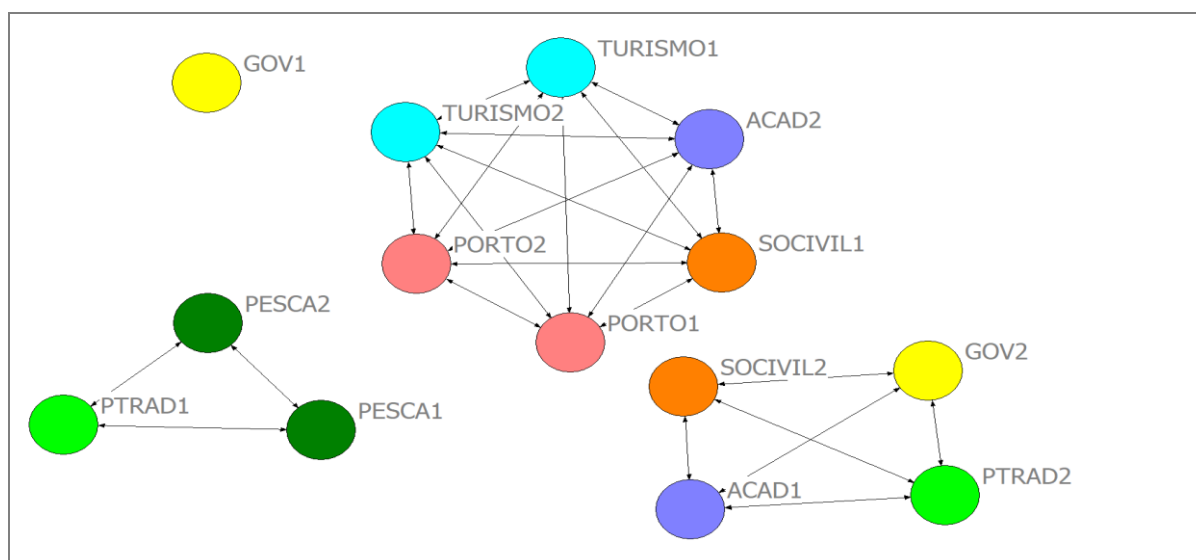
Todas essas conexões da tabela de adjacência demonstram a percepção das dinâmicas de poder simbólico dos atores sociais diante dos conflitos socioambientais (Bourdieu, 2004), bem como a mobilização de capitais culturais e sociais (Bourdieu, 1986, 2004) na formação de alianças e interações na rede social do território da APAMBC.

Vejamos graficamente (Gráfico 19) como essas interações se estabelecem na rede social de atores da APAMBC.

As conexões estabelecidas nesta rede social demonstram padrões de confiança que podem ser interpretados como uma teia de alianças estratégicas e de relações de cooperação entre cada nível de representação dos atores sociais. Estas

configurações registram como o *habitus* de cada grupo (Bourdieu, 1986, 2004) influencia suas disposições para estabelecer relações de confiança preferencialmente com atores cujas práticas e visões de mundo são mais compatíveis com as suas próprias.

Gráfico 19 – Redes sociais: percepção da confiança no enfrentamento dos conflitos socioambientais no território.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Por outro lado, observamos que o Poder Executivo (n=1) e o Poder Judiciário (n=3) tiveram poucas conexões dos atores sociais, demonstrando uma menor integração desses poderes nas redes de confiança, um distanciamento ou desconfiança em relação às instituições formais de poder, que podem estar atreladas às percepções de ineficiência, falta de representatividade ou divergências de interesses, revelando como o poder simbólico (Bourdieu, 2004), apesar de sua legitimidade formal, pode carecer de reconhecimento prático quando não ressoa com o *habitus* e os interesses dos atores locais.

Apesar da rede social apresentar uma estrutura interconectada, mesmo que em subgrupos, percebemos que o ator social GOV1 está isolado das demais conexões da rede, o que pode indicar como o *habitus* (Bourdieu, 1986, 2004) deste ator governamental pode estar desalinhado com as percepções e práticas dos

demais atores sociais, limitando sua capacidade de promover relações de confiança efetivas.

A rede social sinaliza potenciais estratégias de mobilização do poder simbólico (Bourdieu, 2004) baseadas em confiança, alianças, mobilização e resistências diante de situações de conflitos socioambientais, o que podemos identificar pelos eixos de cooperação entre PESCA1, PESCA2, PTRAD1 e PTRAD2 que estão em grupos periféricos, porém na defesa de interesses comuns. Esta configuração explicita como atores com menor capital econômico podem compensar esta limitação através da união de seus capitais sociais e culturais para contestar as classificações e especializações dominantes do território.

As potenciais e reais conexões entre ACAD1, ACAD2, SOCIVIL1 e SOCIVIL2 podem fortalecer a estrutura de capital social de ambas as representações (Bourdieu, 1986, 2004), ampliando as redes de resistência e poder simbólico para a mobilização de recursos e construção de narrativas que desafiem o status quo. Podemos dizer que esta aliança representa a conversão estratégica de diferentes formas de capital (cultural institucionalizado da academia e social mobilizado da sociedade civil) em poder simbólico capaz de legitimar visões alternativas sobre os conflitos socioambientais.

A análise da centralidade dos atores sociais possibilitou identificar como o poder simbólico (Bourdieu, 2004) é distribuído e exercido no território. Podemos confirmar os papéis mais centrais nessa rede social de confiança dos atores sociais no enfrentamento dos conflitos socioambientais da APAMBC na Tabela 16, que apresenta as medidas de centralidade.

Os atores com valores mais altos (ACAD2, PORTO1, PORTO2, SOCIVIL1, TURISMO1 e TURISMO2) com centralidade de grau (*Degree Centrality*) igual a 5 indicam que cada nó está ligado a outros 5 nós na rede, o que sugere uma maior capacidade de influência e maior visibilidade dentro da rede e ter acesso às informações e recursos de forma mais rápida. Esta posição privilegiada ilustra como a estrutura da rede reflete e reforça a distribuição do poder simbólico (Bourdieu, 2004) entre os atores sociais.

Tabela 16 – Métricas de centralidades: percepção da rede de confiança dos atores sociais no enfrentamento dos conflitos socioambientais no território.

```

MULTIPLE CENTRALITY MEASURES
-----
Input dataset:          PERGUNTA6NOVAAA (C:\Users\profn\OneDrive\Documents\UCINET data\PERGUNTA6NOVAAA)
Output dataset:        PERGUNTA6NOVAAA-cent (C:\Program Files (x86)\Analytic Technologies\PERGUNTA6NOVAAA-cent)
Treat data as:         Undirected
Type of scores to output: Raw scores
Undefined dist in closeness: replace with max dist + 1

Principal eigenvalue was: 4,99999942878883
Centrality Measures

      1      2      3      4
      Degree Closen Eigenv Betwee
-----
1  ACAD1  3.000 23.000  0.000  0.000
2  ACAD2  5.000 21.000 -0.408  0.000
3  GOV1   0.000 26.000  0.000  0.000
4  GOV2   3.000 23.000  0.000  0.000
5  PESCA1 2.000 24.000  0.000  0.000
6  PESCA2 2.000 24.000  0.000  0.000
7  PORTO1 5.000 21.000 -0.408  0.000
8  PORTO2 5.000 21.000 -0.408  0.000
9  PTRAD1 2.000 24.000  0.000  0.000
10 PTRAD2 3.000 23.000  0.000  0.000
11 SOCIVIL1 5.000 21.000 -0.408  0.000
12 SOCIVIL2 3.000 23.000  0.000  0.000
13 TURISMO1 5.000 21.000 -0.408  0.000
14 TURISMO2 5.000 21.000 -0.408  0.000

-----
Running time: 00:00:02
Output generated: 01 ago 24 20:16:44
UCINET 6.528 Copyright (c) 1992-2012 Analytic Technologies

```

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Esses mesmos atores se posicionam como os que possuem capacidade de alcançar outros nós (capital social) num caminho mais curto ($n=21$) e por isso, com mais agilidade (*Closeness Centrality*) poderão controlar o fluxo de informações (poder simbólico) ou recursos (capital econômico) na rede. Conforme Bourdieu (1986, 2004), esta configuração demonstra como diferentes formas de capital se transformam uma na outra, permitindo que a posição estrutural na rede social se traduza em capacidade de influência e dominação simbólica.

Pelo fato desses atores centrais estarem também conectados com outros atores importantes (*Eigenvector Centrality*) dentro do subgrupo, possuem grande aporte de poder simbólico, o que lhes permite domínio sobre a disseminação de narrativas em toda a rede, seja dentro ou fora do subgrupo, além de representar um potencial considerável de influência, exemplificando o que Bourdieu (2004) caracteriza como o poder de impor as classificações e representações legítimas da realidade social.

Walker e Hurley (2004), asseveram que a construção ou contestação das narrativas de poder são realizadas pelos atores sociais levando-se em conta de suas interações que acabam de certa forma influenciando políticas e ações de outros atores. Este processo de disputas de narrativas é bastante comum em situações de conflitos socioambientais, uma vez que cada ator social possui os seus interesses, prioridades e preocupações específicas, moldados por seu *habitus* específico (Bourdieu, 1986, 2004) que estrutura suas percepções e ações.

A partir das métricas realizamos o mapeamento das redes de confiança e cooperação entre os atores sociais, revelando quem são os principais aliados e como essas relações influenciam na dinâmica dos conflitos no território da APAMBC.

As análises das métricas da rede nos faz inferir que, potencialmente, os membros de subgrupos menos conectados ou isolados, ao observarem a alta centralidade na rede, poderão formar alianças estratégicas usando o seu poder simbólico e, principalmente as influências de outros atores como pontes para conectar-se aos diferentes grupos e com isso fortalecer a sua capacidade de mobilização (capital social). Estas estratégias retratam como atores com posições menos privilegiadas na distribuição de capitais podem adotar táticas para melhorar sua posição no campo social (Bourdieu, 1986, 2004).

Dessa forma, o ator GOV1 estando isolado na rede e não pontuando em nenhuma das métricas de centralidades, possui um desafio que terá para atuar na comunicação, cooperação e mobilização de alianças entre os subgrupos. Poderá estrategicamente buscar adesões onde já está presente GOV2, SOCIVIL2, PTRAD2 e ACAD1, fortalecendo esse subgrupo intermediário e buscar diálogo com o subgrupo central. Esta posição isolada traduz como seu *habitus* institucional (Bourdieu, 1986, 2004) pode estar desalinhado com as práticas e disposições dos demais atores, limitando sua capacidade de exercer poder simbólico efetivo no campo.

PESCA1, PESCA2 e PTRAD1 deverão apresentar suas demandas específicas, aos subgrupos com maior conectividade, no que diz respeito aos seus ofícios, modos de vida, culturas tradicionais e ações sustentáveis no território. Devido ao seu elevado conhecimento ancestral, poderão ter o seu capital cultural transformado em capital social e, com isso legitimar o seu *habitus* no campo,

fortalecendo o seu poder simbólico presente nos ideais de luta pelo território (Bourdieu, 1986, 2004).

Bourdieu (1986), afirma que a interdependência entre os capitais econômico, social, cultural e simbólico é fundamental para a manutenção da estrutura social existente. Essa perspectiva é corroborada por Portes (1998), que mostra como o capital social facilita a ação coletiva, permitindo que grupos formem alianças e mobilizem recursos para enfrentar desafios.

Como não há intermediação (*Betweenness Centrality*) por parte de nenhum ator, as demandas específicas de cada representação precisarão ser apresentadas e negociadas junto às demais prioridades estabelecidas nos outros subgrupos, o que poderá gerar possíveis desgastes e possíveis dissidências dentro dos subgrupos, pois as relações de poder são dinâmicas e se alimentam do volume de capital acumulado pelos atores, conforme argumenta Bourdieu (2004) ao discutir como o poder simbólico opera nas lutas de classificação social.

Podemos entender as medidas de centralidade como sendo uma conversão de diferentes formas de capital (Bourdieu, 1986, 2004), como por exemplo podemos citar o capital social dos atores centrais sendo convertidos em poder simbólico, o que lhes garantem influência e reconhecimento nos enfrentamentos dos conflitos socioambientais, caracterizando a dinâmica do campo socioambiental da APAMBC como um espaço de disputas pela definição legítima dos usos e significados do território.

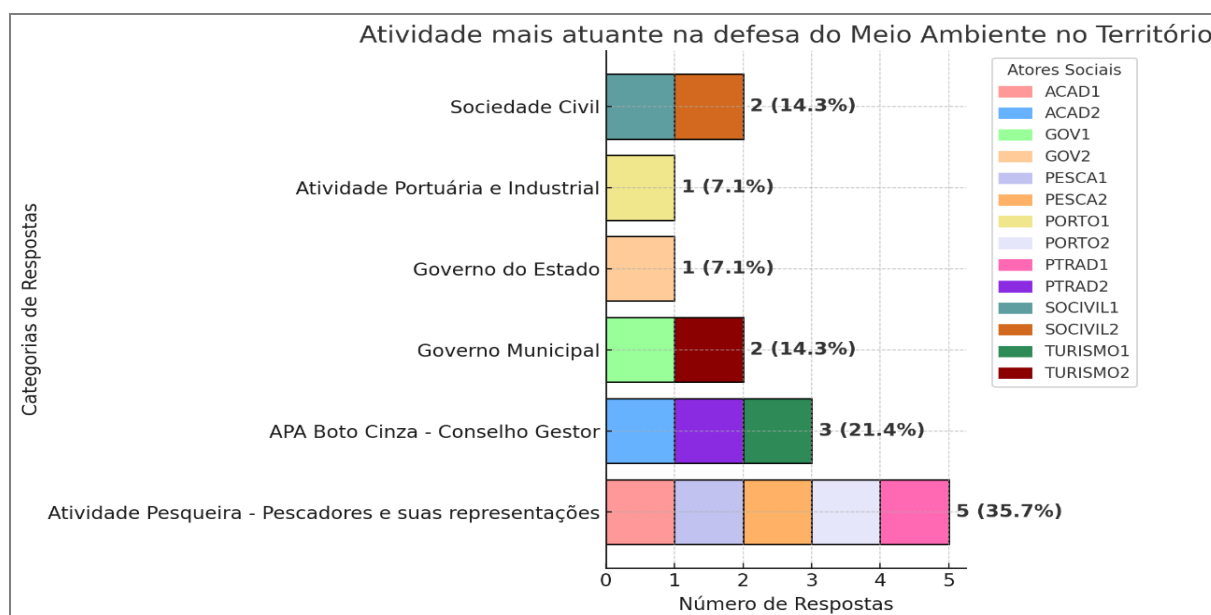
Por fim, ao realizarmos a pergunta "Quem você considera mais atuante na defesa do Meio Ambiente no Território?" foi possível identificar os atores sociais mais atuantes na proteção ambiental no território da APAMBC. Desta forma, expomos a dinâmica de poder e resistência diante dos conflitos socioambientais, conforme sugere a Hipótese 3. Neste contexto, a análise de redes sociais demonstrou ser uma importante ferramenta para evidenciar as formas de legitimação ou resistência ao poder dominante.

Podemos observar uma diversidade de percepções que mostram as atividades mais atuantes na defesa do meio ambiente, o que significa uma dinâmica de poder e influência no território bem pulverizada, o que comprova que o poder simbólico (Bourdieu, 2004) não está centralizado em um único ator ou grupo de

atores. Esta dispersão ilustra o que Bourdieu identifica como um campo de lutas onde múltiplos agentes competem pela legitimidade de definir as classificações e representações dominantes, como por exemplo as que envolvem questões ambientais, cada um mobilizando suas formas específicas de capital (econômico, social e cultural) (Bourdieu, 1986, 2004) para validar suas posições.

Vejamos como os atores sociais entrevistados responderam a essa questão no Gráfico 20.

Gráfico 20 – Percepção dos atores sociais mais atuantes na defesa do meio ambiente no Território.



Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Há uma percepção por parte de 35,7% dos entrevistados (ACAD1, PESCA1, PESCA2, PORTO2, PTRAD1) declarando que a atividade pesqueira - Pescadores e suas representações (associações, colônia, coletivo e fórum de pescadores) são os mais atuantes em defesa do meio ambiente no território da APAMBC. Esta percepção revela uma narrativa paradoxal, pois os pescadores foram declarados como vulneráveis por 71,4% e com confiança de apenas 29% dos entrevistados no enfrentamento dos conflitos socioambientais.

Podemos configurar esse achado como um indicador de complexidade das dinâmicas das interações na rede, pois grupos marginalizados passam a acumular

poder simbólico devido às suas ações e conhecimento sobre o local (Bourdieu, 2004), o que ressalta como o capital cultural incorporado dos pescadores - seu conhecimento tradicional e práticas sustentáveis - pode ser reconhecido e valorizado simbolicamente, sem necessariamente alterar sua posição estrutural no campo de poder.

Segundo Portes (2014), o descrito acima representa um "aspecto negativo do capital social", pois quando o segmento da pesca obtém reconhecimento das estruturas dominantes, adquire mais capital social e fortalece seu capital cultural (Bourdieu, 1986, 2004); porém não lhes conferem formas tradicionais de capitais econômico e político necessários para contrapor aspectos fortificados de poder com esses capitais. Entendemos que essa situação evidencia como as estruturas de poder podem cooptar ou neutralizar formas de resistência, reconhecendo-as simbolicamente sem alterar fundamentalmente as relações de poder existentes, demonstrando o que Bourdieu (2004) identifica como a capacidade do poder simbólico de transformar relações de dominação em relações legítimas.

Percebemos que a atividade pesqueira tradicional e suas representações junto com a sociedade civil e comunidade (ONGs, instituições de ensino e pesquisa, órgãos de classe, associação de moradores, quilombos entre outras), indicada por SOCIVIL1 e SOCIVIL2 totalizam 50% das opiniões como mais atuantes na defesa do meio ambiente. Estas percepções demonstram um potencial movimento de resistência ao poder institucionalizado da governança (GOV1, GOV2) e organizações econômicas (PORTO1, PORTO2, TURISMO1, TURISMO2), valorizando assim o capital cultural pelo conhecimento local e a ação direta de enfrentamentos dos problemas ambientais no território.

A confiança depositada pela comunidade local em determinados entrevistados pode ser atribuída à estabilidade desses indivíduos no território, o que reflete seu conhecimento e atuação local. Esta dinâmica ilustra o que Bourdieu (2004) descreve como o processo pelo qual certos atores, através de sua presença contínua no território, acumulam legitimidade que se converte em poder simbólico reconhecido pelos demais participantes do campo social.

Podemos entender que a permanência no local promove confiança e fortalece o capital social, cultural e simbólico (Bourdieu, 1986, 2004), mantendo intactas as

redes de relações essenciais para uma ação coletiva mais eficaz, reforçando que o *habitus* desenvolvido no território da APAMBC, por estes atores estáveis, lhes confere disposições e práticas reconhecidas como legítimas e autênticas pela comunidade.

Adicionalmente, laços sociais fortes facilitam a mobilidade social e a difusão de inovações, permitindo que atores centrais influenciem e disseminem informações com maior eficácia, enquanto os periféricos enfrentam maiores desafios para mobilizar apoio (Coleman, 1988; Granovetter, 1985; Portes, 2014) acentuando como a distribuição desigual de capitais e poder simbólico no campo social da APAMBC estrutura as possibilidades de ação e influência de cada ator na dinâmica dos conflitos socioambientais.

Para 21,4% dos entrevistados (ACAD2, PTRAD2, TURISMO1), o Conselho Gestor da APAMBC é o mais atuante na defesa do meio ambiente, o que indica um certo nível de credibilidade e eficácia das ações participativas na gestão da UC. Dessa forma, o capital simbólico ganha espaço diante da representatividade e espaços deliberativos no enfrentamento dos problemas e conflitos socioambientais.

É crível de nossa parte que visões mais tradicionais, institucionalizadas e formais de poder estejam presentes nas opiniões de 3 atores entrevistados (GOV1, GOV2, TURISMO2) que consideraram integrantes da governança (governo municipal - Prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente, Guarda municipal e governo estadual - INEA, Polícia civil, militar e ambiental) como os mais atuantes na defesa ambiental do território. Esta percepção exemplifica o que Bourdieu (2004) identifica como o reconhecimento do poder simbólico oficial, em que instituições do Estado exercem dominação legitimada através do monopólio da violência simbólica e física consagrada como poder de polícia diante da gestão dos bens naturais públicos da UC.

Ainda na descrição dos atores da governança, o formulário teve também como opções Governo Federal – IBAMA Polícia Federal, MPF e também Atividades militares – Marinha do Brasil, Capitania dos Portos que não foram indicadas pelos entrevistados.

No entanto, obtivemos um resultado que expressou uma autopercepção advinda das atividades portuárias (PORTO1 e PORTO2), identificando a atividade

portuária e Industrial como mais atuante na defesa do meio ambiente. Este posicionamento revela um aspecto interessante da luta simbólica pela legitimidade ambiental, onde atores econômicos dominantes buscam converter seu capital econômico em capital simbólico (Bourdieu, 1986, 2004) através da apropriação do discurso ambiental, tentando assim naturalizar suas práticas como benéficas ao meio ambiente, mesmo quando estas são frequentemente percebidas por outros atores como fontes de conflitos socioambientais.

Em contrapartida, o outro representante do setor econômico não auto identificou o seu próprio setor como o mais atuante, o que entendemos ser uma atitude de autocrítica, reconhecimento de outros atores com esse protagonismo, ou na verdade os atores anteriores é que foram extremamente tendenciosos na defesa de seus interesses. Esta divergência dentro do mesmo setor econômico ilustra o que Bourdieu (2004) descreve como a heterogeneidade nas estratégias de legitimação simbólica, onde nem todos os agentes de um mesmo campo adotam posições idênticas na disputa pelo poder simbólico.

Nesse sentido, o reconhecimento da atuação ambiental de outros atores por parte deste representante econômico pode ser interpretado como uma forma de capital simbólico "emprestado" (Bourdieu, 1986, 2004), onde a legitimidade é construída não pela autoafirmação, mas pelo reconhecimento da atuação legítima de outros, demonstrando assim uma compreensão mais refinada das regras do jogo no campo ambiental da APAMBC.

Podemos visualizar na tabela de adjacência (Tabela 17) as interações expressando as diversas e complexas percepções dos atores entrevistados.

Tabela 17 – Tabela de adjacência: percepção dos atores sociais mais atuantes na defesa do meio ambiente no território.

	ACAD1	ACAD2	GOV1	GOV2	PESCA1	PESCA2	PORTO1	PORTO2	PTRAD1	PTRAD2	SOCIVIL1	SOCIVIL2	TURISMO1	TURISMO2
ACAD1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0
ACAD2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0
GOV1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
GOV2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PESCA1	1	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0
PESCA2	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0
PORTO1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PORTO2	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
PTRAD1	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0
PTRAD2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
SOCIVIL1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
SOCIVIL2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
TURISMO1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
TURISMO2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

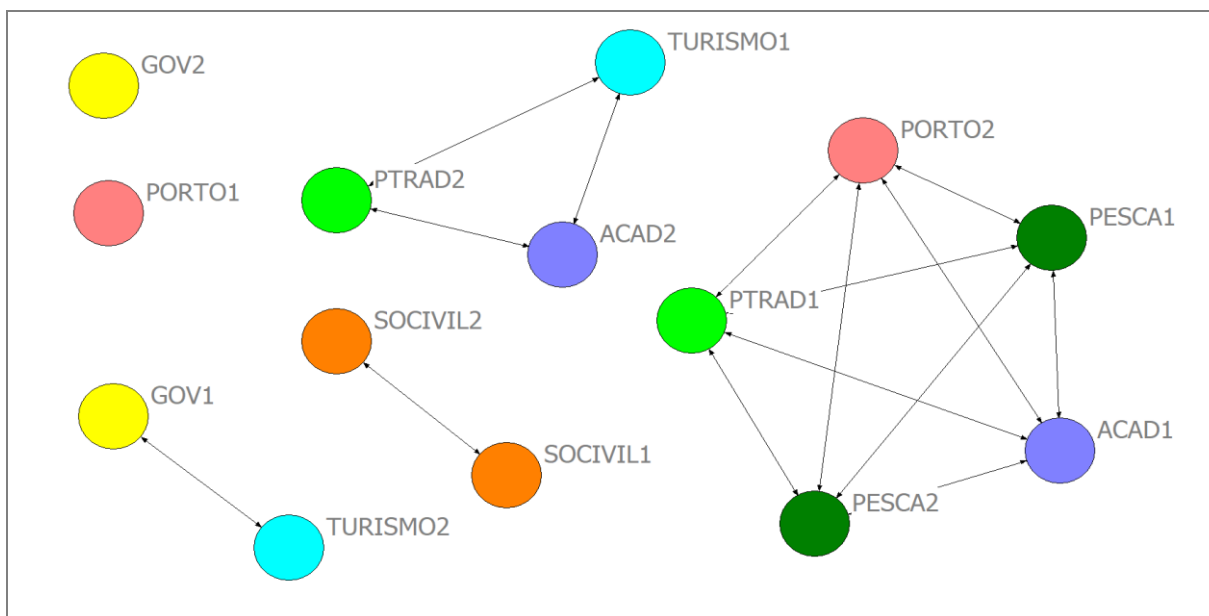
As conexões ilustradas na matriz quadrática (14x14) apontam que devido à autopercepção de GOV2 não houve retribuição por parte dos outros 13 participantes. Como a metodologia usada para identificar relações em pares, este ator de governança, por não receber nenhuma ocorrência de respostas de seus pares, lhe foi atribuído 0 (zero) na escala binária de 0 e 1. Esta ausência de reconhecimento pode ser compreendida através da perspectiva do poder simbólico de Bourdieu (2004), onde a legitimidade depende fundamentalmente do reconhecimento pelos outros atores do campo social.

No contexto da teoria bourdieusiana, este fenômeno reflete como o capital simbólico opera de forma relacional, necessitando validação coletiva para se estabelecer. A autopercepção de GOV2, sem respaldo dos demais participantes, mostra os limites da autolegitimação no campo ambiental, onde o reconhecimento pelos pares constitui elemento fundamental na estruturação das posições de poder.

Por conseguinte, o grafo da rede social (Gráfico 21) exibirá uma representação gráfica dessa matriz diversa, interconectada, pulverizada, não consensual e complexa na definição dos mais atuantes em defesa do meio ambiente no território. Tal configuração reflete a natureza fragmentada do campo de disputas simbólicas (Bourdieu, 1986, 2004) na APAMBC, onde múltiplos atores mobilizam diferentes formas de capital para impor suas visões como legítimas.

Além disso, a diversidade de percepções sobre quem são os atores mais atuantes na defesa ambiental sinaliza a ausência de um monopólio do poder simbólico neste campo específico. Conforme Bourdieu (2004) argumenta, campos sociais caracterizados por tal dispersão tendem a apresentar lutas mais intensas pela imposição das classificações dominantes, resultando em maior dinamismo nas relações de poder.

Gráfico 21 – Rede Social: Percepção dos atores sociais mais atuantes na defesa do meio ambiente no território.



Fonte: Dados da pesquisa (2024) com uso do UCINET e NetDraw.

Portanto, essa pulverização nas indicações sobre quem defende mais ativamente o meio ambiente sugere um campo de disputas simbólicas em plena efervescência, onde diferentes grupos sociais competem pelo reconhecimento de suas práticas e discursos como os mais legítimos na proteção ambiental do território da APAMBC.

Sobretudo, observamos que em todas as representações de redes PESCA1 e PESCA2 são os únicos atores que sempre estiveram conectados nos mesmos subgrupos que os reconhecem como os mais vulneráveis, porém os que mais atuam em prol da conservação ambiental do território, o que reforça a ideia de que o capital social (conexões) pode ser traduzido em reconhecimento e influência.

Para Bourdieu (1986, 2004), o capital social é constituído por recursos potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento. A pesca tradicional representa uma rede de relacionamentos duráveis e institucionalizada, seja nas suas formas de representação social ou política no território e, dessa forma, existe conhecimento e inter-reconhecimento em seu segmento, o que justifica os consensos de suas percepções na estrutura de rede apresentadas no estudo.

Ressaltamos que esse reconhecimento da atividade da pesca (PESCA1 e PESCA2), como mais atuante ambientalmente, representa uma forma de resistência mais bem-sucedida, pois um grupo vulnerável e tradicionalmente marginalizado alcançou uma posição central seja na estrutura da rede quanto na percepção de atuação no território. Isso constitui um exemplo concreto do que Bourdieu (2004) descreve como a possibilidade de transformação das posições no campo social através da acumulação e conversão de diferentes formas de capital.

Por outro lado, ACAD1, ACAD2 sempre estiveram em subgrupos diferentes, às vezes bem conectados e em outras ocupando posições periféricas, mas nunca isolados da estrutura geral da rede. As estratégias de cooperação, confiança e de resistência irão requerer uma aproximação maior neste segmento, como a que ocorre neste cenário atual em análise. Embora os mesmos critérios se apliquem aos demais atores, há de se entender que a complexidade da hierarquia das conexões e coesões são dinâmicas e se alteram em função de qualquer acontecimento na conjuntura.

Importante destacar a falta de conexões entre GOV2 e PORTO1, que por serem atores sociais representativos de atividades portuárias e de governança podem indicar potenciais conflitos latentes ou até mesmo divergências de percepções interesses ou projetos no enfrentamento dos conflitos socioambientais da APAMBC. Podemos entender que esta desconexão pode ser analisada através da perspectiva do poder simbólico (Bourdieu, 2004), onde diferentes agentes no campo competem pela imposição de visões legítimas sobre a gestão ambiental, resultando em tensões que dificultam soluções consensuais em prol da gestão da UC.

Analisamos a seguir as medidas de centralidade (Tabela 18) em conjunto com o conjunto de informações anteriores envolvendo as percepções dos atores sociais quanto à atuação na defesa do meio ambiente no território da APAMBC.

Tabela 18 – Métricas de centralidades: percepção dos atores sociais mais atuantes na defesa do meio ambiente no território.

```

MULTIPLE CENTRALITY MEASURES
-----
Input dataset:          PERGUNTA7 (C:\Users\profn\OneDrive\Documents\UCINET data\PERGUNTA7)
Output dataset:        PERGUNTA7-cent (C:\Program Files (x86)\Analytic Technologies\PERGUNTA7-cent)
Treat data as:        Undirected
Type of scores to output: Raw scores
Undefined dist in closeness: replace with max dist + 1

Principal eigenvalue was: 3,99999997261717
Centrality Measures

      1      2      3      4
      Degree Closen Eigenv Betwee
-----
1  ACAD1  4.000 22.000  0.447  0.000
2  ACAD2  2.000 24.000  0.000  0.000
3  GOV1   1.000 25.000  0.000  0.000
4  GOV2   0.000 26.000  0.000  0.000
5  PESCA1 4.000 22.000  0.447  0.000
6  PESCA2 4.000 22.000  0.447  0.000
7  PORTO1 0.000 26.000  0.000  0.000
8  PORTO2 4.000 22.000  0.447  0.000
9  PTRAD1 4.000 22.000  0.447  0.000
10 PTRAD2 2.000 24.000  0.000  0.000
11 SOCIVIL1 1.000 25.000  0.000  0.000
12 SOCIVIL2 1.000 25.000  0.000  0.000
13 TURISMO1 2.000 24.000  0.000  0.000
14 TURISMO2 1.000 25.000  0.000  0.000

-----
Running time: 00:00:01
Output generated: 02 ago 24 03:11:15
UCINET 6.528 Copyright (c) 1992-2012 Analytic Technologies

```

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Nas métricas de grau de centralidade ACAD1, PESCA1, PESCA2, PORTO2 e PTRAD1 possuem as maiores conexões ($n=4$), indicando que são os atores com mais conexões diretas na rede, onde um nó está conectado a outros quatro nós. Este posicionamento central reflete o acúmulo de capital social (Bourdieu, 1986, 2004) por parte destes atores, que conseguem mobilizar mais efetivamente suas redes de relações.

Em relação às centralidades de proximidades, GOV2 e PORTO1 têm os maiores valores na métrica de proximidade ($n=26$) o que os deixam mais distantes de alcançar outros atores o mais rápido possível, seguidos por GOV1, SOCIVIL1, SOCIVIL2 e TURISMO2 ($n=25$). Tal condição não significa que possam em seus próprios subgrupos alcançar outros atores mais rápido do que os representantes centrais. A teoria do poder simbólico de Bourdieu (2004) nos permite compreender como esta posição estruturalmente desfavorável limita a capacidade destes atores de impor suas visões como legítimas no campo socioambiental.

De fato, esta configuração dificulta novas adesões e mobilização suficiente para resistir ao poder simbólico nos conflitos socioambientais. Como resultado

concreto desta dinâmica, esses atores e suas representações não foram reconhecidos pelos entrevistados como os mais expressivos na atuação em prol do meio ambiente no território, manifestando assim um baixo capital simbólico, conforme conceituado por Bourdieu (1986, 2004) - o reconhecimento e legitimidade conferidos pelos demais agentes do campo.

Essas observações nos permitem inferir que há uma desconexão entre a capacidade de acessar informações rapidamente e o reconhecimento de uma ação efetiva no território em prol das questões socioambientais. A simples proximidade de alcance aos outros atores não converte em nenhum tipo de reconhecimento efetivo em determinadas ações práticas importantes para o território, como por exemplo o Conselho Gestor da APAMBC (GOV1 e GOV2)³⁷ sendo o segundo lugar como atuante na defesa ambiental, não possui métricas de destaque na rede de resistência.

Tal fenômeno pode significar que a sua influência se refere mais de seu papel institucional do que de sua posição na rede ou em ações efetivas ou práticas, o que Bourdieu (2004) caracterizaria como poder simbólico institucionalizado que opera independentemente das relações concretas entre os agentes do campo.

Bourdieu (1986, 2004), destaca que as redes de relações são essenciais para a mobilização de capital cultural, reforçando a posição de poder dos atores centrais na rede. Isso explica o fato do subgrupo de atores centrais (ACAD1, PESCA1, PESCA2, PORTO2 e PTRAD1) serem os únicos a possuírem valores na centralidade de Autovetor ($n=0,447$), pois a alta conexão os ligam a outros atores influentes na rede, justifica o reconhecimento de PESCA1 e PESCA2 como mais atuantes (influentes) na conservação ambiental da APAMBC.

O reconhecimento da influência gera uma redistribuição do poder simbólico nesse subgrupo central, mesmo que esses atores tenham sido considerados os mais vulneráveis nas situações de conflitos no território. Aparentemente essa contradição se explica pelo que Bourdieu (2004) identifica como a relativa autonomia

³⁷ O Conselho Gestor da APAMBC é presidido pela secretaria municipal de meio ambiente de Mangaratiba e por isso trabalhamos como uma representação institucionalizada, mesmo que em sua estrutura seja dotada de representações sociais de diversos segmentos.

dos diferentes tipos de capital, onde grupos podem acumular formas específicas de capital simbólico mesmo ocupando posições dominadas em termos de capital econômico.

Segundo Bourdieu (1986, 2004), o volume de capital social que um agente possui depende da extensão da rede de conexões que ele pode mobilizar. Nesse contexto, podemos afirmar que a vulnerabilidade, diante dos conflitos socioambientais, de determinada categoria de atores sociais não exclui o reconhecimento de suas ações em prol do meio ambiente; pois o que é determinante é o seu *habitus* e poder simbólico acumulado através de práticas reconhecidas como legítimas no campo socioambiental.

Na métrica de intermediação não temos representação ($n=0$), o que indica que essa estrutura de redes não possui "pontes" entre os subgrupos. Este padrão pode ser interpretado através da perspectiva do poder simbólico (Bourdieu, 2004) como indicativo de uma rede coesa englobando quase a totalidade das categorias de representação, ou alternativamente, como manifestação de um caráter de segregação, impedindo o acesso de outros atores.

A estrutura de "*closure*" (fechamento) em subgrupos pode promover coesão social e facilitar ações coletivas, mas a falta de intermediação pode limitar a colaboração com outros segmentos, dificultando a resolução de conflitos. Sob a ótica bourdieusiana, esta configuração reflete como o *habitus* compartilhado dentro de cada subgrupo (Bourdieu, 1986, 2004) facilita a comunicação interna, mas pode criar fronteiras simbólicas que dificultam trocas entre diferentes grupos sociais. Além disso, as redes sociais podem tanto promover coesão quanto perpetuar exclusões, marginalizando certos grupos. Para melhorar a eficácia das políticas públicas e promover uma governança mais inclusiva, é essencial criar espaços de diálogo que envolvam todos os atores sociais (Coleman, 1988; Foley e Edwards, 1996; Field, 2008).

A análise da rede social do território da APAMBC revelou que os pescadores emergem como atores centrais, o que é um indicativo de uma redistribuição do poder simbólico (Bourdieu, 2004) em favor desse nível de representação. Em contraste, atores governamentais e do setor portuário, apesar de suas posições estratégicas, não são amplamente reconhecidos como defensores ambientais ativos;

porém esses atores, em oposição aos pescadores artesanais, detêm o poder político e econômico sobre o território da APAMBC.

Essas discrepâncias destacam a importância de diversos capitais (Bourdieu, 1986, 2004) na compreensão das dinâmicas de poder nos conflitos socioambientais, formando entendimento acerca de novos centros de resistência e reconfiguração do poder simbólico na APAMBC, onde atores marginalizados podem ganhar influência através de sua atuação ambiental percebida, convertendo seu capital cultural específico (conhecimento tradicional) em poder simbólico reconhecido no campo socioambiental.

O reconhecimento da atividade pesqueira valoriza o conhecimento tradicional e local na UC, desafiando hierarquias estabelecidas como dominantes nas ações e narrativas socioambientais. Sob a perspectiva de Bourdieu (2004), este fenômeno representa uma contestação simbólica das classificações dominantes, onde formas de capital cultural anteriormente desvalorizadas passam a ser reconhecidas como legítimas no campo socioambiental. Os resultados indicam um potencial para a reconfiguração das dinâmicas de poder na APAMBC, com pescadores e conselhos participativos em prol da conservação ambiental ganhando reconhecimento simbólico no território.

A variedade de percepções revela a ausência de consenso sobre uma liderança institucional unificada na defesa ambiental da UC, abrindo um campo de disputa ativo pelo poder simbólico. Esta fragmentação corresponde ao que Bourdieu (1986, 2004) caracteriza como um campo social em transformação, onde as posições relativas dos agentes e o valor de diferentes formas de capital estão em processo de renegociação.

Em conclusão das análises, essas percepções revelam um cenário complexo onde o poder simbólico é distribuído de maneira diversa, favorecendo estratégias de resistência e uma redistribuição do poder simbólico na APAMBC. A teoria de Bourdieu (2004) nos ajuda a compreender como esta dinâmica de contestação e reconfiguração das relações de poder simbólico pode potencialmente levar a abordagens mais inclusivas e eficazes no manejo dos conflitos socioambientais, à medida que diferentes formas de capital e *habitus* ganham reconhecimento legítimo dentro do campo de disputas pelo território.

3.4 Discussão dos resultados

Este capítulo objetivou analisar as centralidades das relações de poder nas redes sociais da APAMBC e com isso responder uma questão de pesquisa sobre como os atores sociais exercem ou percebem o poder simbólico nos conflitos socioambientais no território.

As análises dos resultados se debruçaram sob os horizontes das percepções, bem como das estratégias de poder simbólico baseadas em confiança, alianças, mobilizações, resistências no enfrentamento dos conflitos socioambientais e na defesa do meio ambiente dos atores sociais, que ao serem entrevistados revelaram uma rede social que evidenciou as divergências, isolamentos, negacionismos, vulnerabilidades, supremacias, alianças, confiança e resistências em suas interações potencializadoras de poder e dominação no uso, ocupação e gestão dos elementos naturais da APAMBC.

Os resultados dessa investigação revelaram achados que ressaltam a complexidade das dinâmicas de poder explicitadas por meio das interações dos atores sociais, demonstrando como esses conflitos se manifestam no território e como as redes sociais de atores moldam o comportamento e ação em função das estratégias de poder simbólico (Bourdieu, 2004), que sutilmente se estabelecem e ganham força em esquemas de dominação que ressaltam vulnerabilidades.

Ficou evidente, por parte da maioria dos entrevistados, incluindo pescadores, acadêmicos e representantes da sociedade civil, o reconhecimento da APAMBC como um território em conflito que apresenta uma diversidade de motivações, causas e espacialidades características, revelando assim uma governança frágil ou inexistente, políticas públicas pouco eficazes e a gestão socioambiental da UC tidas como insuficientes para lidar com os desafios socioambientais existentes no território.

Em contrapartida, representantes das operações portuárias negaram a existência de conflitos, o que coloca em suas prioridades o uso e ocupação do território com finalidades de operar seus negócios em prol do desenvolvimento econômico e geração de divisas nacionais e transnacionais, justificando assim a

presença de seus empreendimentos na região, sobrepondo às questões de sustentabilidade. Ficou evidente as divergências das percepções do setor portuário com a comunidade local e tradicional, o que reforça a ideia da presença de disputas de narrativas conflitantes diante dos usos, ocupações e gestão socioambiental dos elementos naturais da UC.

Os resultados também apontaram para as Zonas de Atividades Portuárias (ZAP) da APAMBC e as Áreas de Uso Aquícola e Pesqueiro (ZUAP) como os principais focos de tensões e conflitos, principalmente com a atividade industrial presentes na pesca e nas empresas portuárias do Complexo Portuário de Itaguaí. Os pescadores artesanais, considerados por grande maioria como os mais atuantes em defesa do meio ambiente, relataram que suas áreas de subsistência, modo de vida e cultura estão sob ameaças devido às atividades predatórias desenvolvidas no território. Essas evidências demonstram que além de uma competição por usos, ocupações e gestão do território, há problemas com uma governança fragilizada ou inexistente para implementar ações e políticas públicas necessárias às demandas do setor da pesca artesanal e gestão sustentável da UC.

Portanto, podemos inferir que há um reconhecimento nas percepções dos atores sociais em relação às atividades portuárias e industriais como sendo um ator social com um poder simbólico e econômico considerável, capaz de influenciar as dinâmicas de governança na UC, o que limita a participação de grupos mais vulneráveis e com baixo aporte de capitais na tomada de decisões, ampliando as desigualdades, agravando os conflitos e inviabilizando a justiça ambiental.

Além disso, a sociedade civil e as comunidades locais foram eleitas como as mais confiáveis nas alianças para o enfrentamento dos conflitos socioambientais no território; pois estes grupos são detentores de um aporte de capital social, simbólico e cultural, como essenciais para as estratégias de resistência às estruturas de poder dominantes. Em direção oposta os Poderes Judiciário e Executivo nas diversas esferas foram preteridos e não confiáveis como possíveis aliados, o que pode significar que essas instituições são percebidas como distantes das realidades e demandas locais.

Os resultados obtidos revelaram a necessidade de integração dos atores locais com diferentes perspectivas e interesses para a promoção sustentável da UC,

reestruturando assim todo o processo de governança, estabelecendo responsabilidades, além de promover maior inclusão e participação de todos os grupos, especialmente daqueles mais vulneráveis.

Podemos comparar os resultados obtidos neste estudo com outras contribuições científicas da literatura revisada e com semelhanças no âmbito do objetivo e da questão de pesquisa proposta.

Estudos como o de McCulligh (2023) discutem como os investimentos em infraestrutura de saneamento em áreas periurbanas do rio Santiago, no México, expõem desigualdades sociais e ambientais ao negligenciar grandes poluidores industriais. Esse ocorrido foi observado na APAMBC, onde representantes das operações portuárias (PORTO1 e PORTO2) negam a existência de conflitos, possivelmente para proteger interesses econômicos e minimizar a percepção pública dos impactos negativos de suas atividades.

As percepções divergentes dos atores do setor portuário se contrapõem com as dos pescadores (PESCA1 e PESCA2) e dos povos tradicionais (PTRAD1 e PTRAD2), que são afetados de modo direto pelo uso intensivo dos elementos costeiro-marinhos, identificaram os conflitos decorrentes dos usos diversos, das restrições impostas pela gestão da unidade de conservação e um processo de invisibilização de suas culturas ancestrais; semelhante ao que Sanz *et al.* (2023) observaram em comunidades industriais tóxicas no Chile, onde práticas artísticas são usadas para restaurar laços sociais e resistir ao apagamento cultural e degradação ambiental.

A diversidade de opiniões sobre as causas dos conflitos na APAMBC, oscilando de governança frágil à ocupação desordenada do espaço, é comum em estudos sobre conflitos socioambientais globais e aderentes ao que Bennett (2022) destacou sobre a importância das questões de pertencimento e direitos ao território. Da mesma forma, Eversberg *et al.* (2022) mostraram como as tensões entre crescimento econômico e sustentabilidade são eventos conflituosos, um tema refletido nas percepções dos atores da APAMBC. Não podemos deixar de citar o estudo de Vidal (2020) sobre os impactos do multiculturalismo neoliberal em comunidades marginalizadas no enfrentamento das dinâmicas de poder desigual, assim como ocorre na APAMBC, onde o poder e influência das operações portuárias

naturaliza a classificação e especialização dos espaços costeiros-marinhos em prol da sua atividade mesmo sobrepondo à sustentabilidade ambiental e as vozes das comunidades locais, amplificando e potencializando embates nos conflitos.

A questão sobre a percepção espacial dos conflitos na APAMBC revelou a concentração de tensões em zonas de atividade portuária e áreas de uso pesqueiro, ambas com uso extensivo das águas, o que é consistente com o estudo de Mena-Vásquez (2020) sobre a produção de rosas nos Andes equatorianos, que ilustrou como a competição por recursos hídricos influenciou nos conflitos entre pequenos agricultores e grandes empresas; bem como, os resultados obtidos por Schwab (2023) ao abordar os padrões extrativistas no Equador e o descontentamento social.

Os pescadores foram ao mesmo tempo considerados vulneráveis e mais atuantes na defesa do meio ambiente, refletindo uma preocupação com a sustentabilidade de suas atividades. No que diz respeito à vulnerabilidade, o estudo de Orndorff (2020), no México denunciou os movimentos indígenas resistindo à construção de megaprojetos que ameaçam suas terras. Assim como este estudo sobre a APAMBC, encontramos na literatura dos conflitos socioambientais o trabalho de Mirumachi *et al.* (2021) abordando a necessidade de políticas públicas inclusivas para mitigar as vulnerabilidades e os direitos humanos aos elementos naturais.

Na análise dos conflitos socioambientais na APAMBC foram evidenciadas as relações de confiança e alianças formadas entre os atores sociais de modo a expor as complexidades envolvendo os conflitos na região, o que ocorreu de igual forma nos resultados do estudo de Espinosa (2021) ao revelar os esforços de mobilização e resistência da sociedade civil e as comunidades locais contra a mineração em grande escala no Equador.

Ao declarar os atores mais atuantes no meio ambiente, observamos uma diversidade de percepções o que evidencia uma dinâmica não consensual, mas acima de tudo revelou uma dinâmica complexa de poder e influência no território, o que podemos aproximar ao estudo de Ojeda *et al.* (2022) sobre as representações da natureza e as injustiças ambientais no Chile, ao debater como as narrativas ambientais podem ser influenciadas por diferentes interesses e relações de poder.

Existem contestações comuns entre os resultados apresentados e aqueles encontrados na literatura, particularmente no que diz respeito à contestação do poder e desigualdade em conflitos socioambientais.

Podemos exemplificar as contestações em comum a partir dos estudos de Vidal (2020) e Mondardo (2022) sobre as relações de poder e desigualdades estruturais contestadas nos conflitos socioambientais. Nossos resultados revelam como o poder simbólico é exercido e desafiado nas redes sociais, destacando as centralidades de poder e a resistência coletiva. Sanz *et al.* (2023) investigam a restauração de identidades comunitárias por meio de práticas artísticas em áreas industriais tóxicas, enquanto nossos achados analisam como narrativas simbólicas (PESCA1, PESCA2) desafiam o poder e reafirmam identidades culturais em contextos de conflito. Araos *et al.* (2019) sublinham a importância de metodologias inovadoras para compreender e contestar dinâmicas de poder em conflitos socioambientais, alinhando-se com nosso uso de métodos da ARS para abordar injustiças socioambientais.

Enquanto estudos, como os de McCulligh (2023) e Schwab (2023), demonstraram resultados sobre os aspectos estruturais e contextuais dos conflitos, os resultados do nosso estudo destacaram as diversas formas de como o poder simbólico é exercido e percebido por diferentes atores, oferecendo uma perspectiva mais diferenciada sobre como as narrativas e as práticas simbólicas de poder se estabelecem nos conflitos, especialmente onde as relações de poder são assimétricas.

Ressaltamos que ao consultar a literatura, não encontramos resultados idênticos ao nosso estudo no que diz respeito ao uso metodológico da ARS presentes nas análises do poder simbólico nas redes sociais de atores de um território com uso intensivo dos elementos marinho-costeiros em uma UC. No entanto, notamos que há algumas semelhanças temáticas do nosso estudo que foram exploradas nas pesquisas revisadas.

A inovação está presente no estudo no que diz respeito à análise realizada em torno do poder simbólico nos conflitos socioambientais de forma interdisciplinar e holística com o uso da ARS, revelando como os atores sociais utilizam símbolos, narrativas e suas percepções para denunciar, resistir ou reafirmar posições

hegemônicas de poder no território. Devido ao aspecto mais conservador e tradicional de abordar os conflitos socioambientais nos estudos que revisamos, que se concentram, na maioria das vezes, em fatores econômicos, políticos e ambientais a aplicação de metodologias mais inovadoras possibilitará a expansão dos debates temáticos no campo.

Ao revisar a literatura observamos que Canto *et al.*, (2020) utilizaram a metodologia de ARS com a aplicação do *software* UCINET, assim como fizemos no nosso estudo, porém não aplicou a referida ferramenta com finalidade de adentrar nos aspectos da relação simbólica dos conflitos socioambientais, mesmo que tenham se debruçado no ambiente da pesquisa envolvendo também uma UC.

Nesse contexto de usos da metodologia ARS entendemos ser esta uma ferramenta bastante versátil para a visualização e análise das redes de poder simbólico em contextos de conflito socioambiental. O uso do *software* UCINET permitiu uma análise precisa das conexões entre os atores sociais, identificando aqueles com maior influência e explorando como essas relações se manifestam em práticas de desigualdade de poder. Dessa forma podemos validar o uso da ARS e suas possibilidades de análises, bem como o uso do *software* UCINET como um importante instrumento de pesquisa para revelar as dinâmicas de poder simbólico nas redes sociais.

Utilizamos outras metodologias e ferramentas de base qualitativa oriundas do capítulo 2 para embasar os dados quantitativos deste capítulo. McCulligh (2023) utilizou as mesmas ferramentas qualitativas que utilizamos, pois fez uso de entrevistas, observação direta e participante, visitas ao local, e evidências documentais para capturar a complexidade dos conflitos em torno da gestão de águas residuais em seu estudo.

Eversberg *et al.*, (2022) empregou uma abordagem de análise relacional para mapear mentalidades e tensões socioecológicas na Alemanha, utilizando dados representativos de pesquisas. Entendemos que a ARS específica não tenha sido aplicada, embora a metodologia de análise relacional tem paralelos qualitativos presentes na ARS, pois ambas permitem mapear relações e identificar padrões de conexão e influência.

Nos estudos de Banoub *et al.*, 2020 foi empregada uma abordagem denominada “abordagem teórica e analítica” para examinar as dinâmicas industriais e as estratégias de apropriação de elementos naturais, sem a aplicação de ARS. Mesmo destoando pela não utilização da ARS pelo citado estudo, nos aproximamos dele por realizarmos uma abordagem mais analítica e crítica das estruturas de poder presente nos conflitos socioambientais.

Contudo, reforçamos que o uso da ARS de forma conjunta com outras metodologias qualitativas possibilita uma visão mais ampliada das dinâmicas de poder nos conflitos socioambientais, oferecendo uma abordagem com uma gama de recursos para explorar as relações de poder simbólico nas redes sociais, possibilitando novas perspectivas e novos caminhos para as abordagens tradicionais no campo de estudo dos conflitos socioambientais.

Por fim, estas contribuições científicas similares revelam padrões comuns nos conflitos socioambientais, tais como desigualdades de poder e vulnerabilidades entre os grupos envolvidos, o que situa nossos estudos sobre a APAMBC na esteira das mesmas dinâmicas de relações assimétricas de poder, exigindo abordagens mais participativas e inclusivas no seu manejo.

No geral, essas discussões destacam as contribuições únicas dos resultados ao campo, enquanto também contextualiza e insere novas possibilidades na literatura existente sobre conflitos socioambientais.

Os resultados do nosso estudo indicaram que 75% dos entrevistados reconhecem a APAMBC como um território em conflitos ao envolver os diferentes usos, ocupações e gestão do território, o que destaca uma necessidade de uma governança mais integrada e participativa na APAMBC, que possa debater os interesses conflitantes e mitigar os impactos ambientais decorrentes dos avanços das ações antrópicas na UC.

Além disso, a identificação das operações portuárias e industriais enquanto atividades geradoras de conflitos socioambientais e como possuidoras de poder e influência no território, reforça, num plano prático, a necessidade de um diálogo mais realista da relação porto-cidade-porto, bem como uma reavaliação das práticas de comunicação, integração à população e gestão socioambiental por parte das empresas do Complexo Portuário de Itaguaí, que também usam a UC.

No que diz respeito à percepção de vulnerabilidade das comunidades tradicionais de pescadores ao mesmo tempo que se reconhece a sua centralidade como mais atuante na defesa do meio ambiente as implicações práticas para esse resultado indicam uma necessidade de políticas públicas que fortaleçam esses grupos, garantindo-lhes não apenas direitos sobre seus territórios, mas também apoio técnico e financeiro para suas práticas ancestrais de conservação da UC.

As implicações para o campo de estudo dos conflitos socioambientais ancoram-se no que foi evidenciado pelos resultados, que de modo inequívoco relaciona-se às dinâmicas de poder, à luta pela conservação dos elementos naturais e culturais, bem como traduz a diversidade de percepções entre os diferentes atores sociais sobre as causas dos conflitos. Essas implicações sugerem que os conflitos não sejam estudados e analisados de modo isolado, mas sim num contexto relacional das redes sociais envolvendo múltiplos atores.

Ressaltamos que esses achados invocam o campo de estudo no sentido de buscar o uso de abordagens multidimensionais para o estudo dos fatores e variáveis intrinsecamente relacionados aos conflitos socioambientais, que considerem tanto as causas estruturais quanto as dinâmicas sociais e culturais que perpetuam esses tensionamentos pelo uso, ocupação e gestão dos elementos naturais.

As análises realizadas sobre o poder simbólico revelaram que, mesmo os grupos vulneráveis podem exercer uma influência significativa na rede social e serem reconhecidos por suas atuações diante de seus papéis na conservação de bens comuns, nos fazendo inferir que o poder simbólico, quando é mobilizado de forma estratégica, pode desafiar as estruturas de poder estabelecidas e promover mudanças nas dinâmicas socioambientais do território. De uma forma mais prática, as políticas públicas de conservação da UC devem, portanto, reconhecer e valorizar o capital simbólico desses grupos, promovendo sua inclusão em processos decisórios.

A categoria de ARS foi contemplada com a aplicação prática de *softwares* que simulou as redes para serem analisadas demonstrando ser uma ferramenta bastante útil para mapear as interações entre os atores e identificar os nós centrais e periféricos na rede, o que traz implicações práticas para os processos de governança do território, pois permite a identificação estratégica de pontos de

conexão que podem ser fortalecidos para promover uma gestão sustentável e integrada da UC.

Na categoria de análise da justiça ambiental observamos que a vulnerabilidade e a centralidade dos pescadores e comunidades tradicionais na defesa ambiental levantam importantes questões nesta categoria, uma vez que as políticas públicas direcionadas para a UC devem ser orientadas para reduzir as desigualdades de poder e garantir que esses grupos mais vulneráveis tenham voz ativa na tomada de decisões. Enfatizamos que a justiça ambiental, não deve valer-se apenas como uma distribuição equitativa dos benefícios e ônus ambientais, mas também que leve em conta o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos e práticas tradicionais locais.

A respeito da categoria de análise que norteou as análises em torno da UC e territorialidades, os resultados reforçaram a necessidade da compreensão a esse respeito dentro da APAMBC, onde encontramos diferentes grupos disputando o acesso e uso dos elementos naturais juntamente com outras atividades econômicas. Portanto, os resultados obtidos apontam para a gestão da APAMBC considerar as territorialidades presentes na UC e com isso promover ações e políticas públicas que reconheçam os direitos territoriais das comunidades tradicionais e o papel central das comunidades locais na conservação da biodiversidade da UC.

Os resultados obtidos contribuem para o campo das Ciências Ambientais, pois fornecem abordagens interdisciplinares que interagem com as ciências sociais, ambientais e políticas envolvendo a compreensão e análise de fenômenos complexos. Entendemos ser necessária a continuidade no desenvolvimento e incentivo de pesquisas com o emprego de metodologias que permitam uma análise integrada dos conflitos socioambientais, levando-se em conta tanto os fatores ecológicos quanto os sociais. A aplicação prática e integrada desses conceitos como poder simbólico, análise de redes sociais e justiça ambiental podem enriquecer o campo, proporcionando novas perspectivas para a gestão de UCs e o manejo dos conflitos socioambientais.

Além disso, este estudo enfatiza a necessidade de incluir as comunidades locais e tradicionais no processo de pesquisa e gestão da UC, reconhecendo-os como intelectuais orgânicos e parceiros fundamentais na construção de soluções

sustentáveis para os territórios que os envolvem, integrando os saberes tradicionais com o conhecimento científico para enfrentar os desafios socioambientais emergentes de maneira justa e eficaz.

As limitações deste estudo são importantes de serem reconhecidas para uma compreensão mais completa e contextualizada dos resultados obtidos.

Em primeiro lugar, é necessário considerarmos o tamanho da amostra utilizada na pesquisa. Com uma amostra total de 14 atores sociais, o estudo oferece contribuições valiosas, mas também apresenta limitações em termos de representatividade estatística, pois uma amostra maior poderia potencialmente fornecer uma visão mais abrangente das dinâmicas de poder no território; porém esse fator estatístico não invalida as análises qualitativas em torno dos resultados que em nosso entendimento superam as variáveis estatísticas relativas à amostra. Em nossa revisão de literatura observamos que o estudo de Orndorff (2020) abordou uma diversidade limitada de fontes e a falta de representação de todas as perspectivas no movimento de resistência indígena, o que pode influenciar nos resultados apresentados.

Mangaratiba, sendo uma cidade pequena com representações limitadas na APAMBC e estruturas gestoras ainda em desenvolvimento, apresenta desafios específicos para a pesquisa. A APAMBC é recente, com seu Plano de Manejo (2019) ainda não totalmente implementado, e o município está em fase inicial de estabelecer estruturas como o Conselho Municipal de Turismo e o plano de ordenamento de pesca. Essas particularidades podem influenciar a amplitude do estudo e a generalização dos resultados para outros contextos, ressaltando a importância de considerar as características únicas de cada ambiente de pesquisa.

Adicionalmente, apresentamos alguns estudos que destacaram a influência de limitações locais muito específicas, dificultando aplicação em outros contextos, tais como McCulligh (2023) ao analisar a bacia do rio Santiago, restringiu a aplicabilidade das descobertas a outras regiões; Bennett (2022) trabalhou com um contexto específico, limitando a aplicação dos resultados em outros locais; e, Pérez *et al.* (2019) concentraram o estudo em uma comunidade específica, dificultando a generalização dos resultados para outras áreas urbanas.

Apesar da amostra principal consistir em 14 atores sociais, entrevistamos todos os 32 atores representativos do universo da pesquisa. Esta abordagem abrangente nos permitiu capturar informações adicionais essenciais para as análises qualitativas requisitadas pela ARS neste capítulo 3. Complementamos esses dados com observações diretas e participantes, além de conversas espontâneas, que já haviam sido utilizadas na elaboração do segundo capítulo sobre análise de conjuntura, fornecendo uma base sólida para as análises qualitativas do estudo e enriquecendo nossa compreensão do contexto social e ambiental da APAMBC.

Outra informação relevante é que a área de estudo compreende uma UC marinha, geograficamente delimitada em grande parte por corpos d'água, sem muito adensamento populacional e com pouca interface terrestre. Os atores selecionados ou atuam diretamente realizando atividades econômicas (PESCA, TURISMO, PORTO), habitam as ilhas (PTRAD), possuem um vínculo institucional de governança do local (GOV), atuam profissionalmente (SOCIVIL) ou academicamente (ACAD) na APAMBC e por isso foram considerados como expressão da representatividade daqueles que possuem interações com a UC, o que não ocorreu com o estudo de Mena-Vásconez (2020) que direcionou sua pesquisa aos atores despossuídos e vulneráveis, deixando de fora outras categorias de atores importantes, como as dos trabalhadores e autoridades locais.

Salientamos que não entrevistamos pessoas sem vínculo de representação, pois os respondentes possuem representação em uma determinada categoria onde os atores estão vinculados (associação de pesca, secretarias municipais, órgãos estaduais, funcionários com cargos de gestão ou proprietários nas empresas, presidentes de quilombos e associação de moradores e pescadores, pesquisadores com vínculos com universidades, diretores de ONGs entre outros), o que não aconteceu no estudo de Vidal (2020) que teve problemas e desafios de representatividade, não abordando todas as perspectivas dentro das comunidades estudadas.

Alertamos que em caso de reprodução do modelo metodológico adotado nesse estudo, atenção deve ser dada à representatividade dos atores entrevistados, evitando que haja na seleção dos respondentes uma sub-representação de certos grupos ou uma super-representação de outros. Isso pode ocorrer devido a diversos

fatores, como a disponibilidade dos participantes, a facilidade de acesso a determinados grupos³⁸, ou mesmo a visibilidade social de certos atores em detrimento de outros. Para driblar essa situação adotamos uma amostra paritária para que não houvesse desfavorecimento de nenhum grupo representado.

Um aspecto relevante a ser considerado é a questão da subjetividade às percepções dos atores entrevistados, pois as respostas fornecidas são baseadas nas experiências pessoais, profissionais, valores, vivências e interesses particulares de cada participante. Entendemos que essa subjetividade seja valiosa para compreender as nuances das relações de poder simbólico, porém ela também pode introduzir vieses nas análises quando não buscar respaldo ético na pesquisa. Observamos que muitas das percepções individuais podem ter aderência a determinados fatores como posição social, interesses econômicos, afiliações políticas, profissionais ou experiências com conflitos socioambientais, o que pode interferir nos resultados do estudo.

Orientamos que para contornar esses níveis de subjetividades e vieses na condução do processo metodológico, submetemos e tivemos aprovação sem restrições do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética na pesquisa da UERJ e adotamos a estratégia de simular as medidas de centralidades das percepções dos atores sociais num ambiente de ARS, a partir do uso do *software* UCINET, evitando manipulações intencionais ou errôneas por parte do pesquisador. Percebemos que os resultados estatísticos não traziam os elementos suficientes para capturar a performance dos níveis de poder simbólico de determinado segmento para estabelecermos as análises qualitativas mais robustas, o que foi contornado com o capítulo anterior (capítulo 2) que versou sobre um estudo qualitativo de análise de conjuntura, bem como outras fontes teóricas e práticas buscaram suportar as análises a partir do dado estatístico gerado no estudo. A revisão de escopo também situou o estudo em torno dos temas abordados.

³⁸ A Marinha do Brasil (Capitania dos Portos, Centro de Avaliação da Marambaia apesar dos contatos iniciais (contato telefônico) realizados com sucesso, tivemos orientações de seguir o protocolo e trâmites burocráticos (e-mail), porém não obtivemos respostas e nem autorização para realizar a pesquisa e divulgação de informações advindas de subordinados não autorizados.

Um outro fator limitante de estudos com esse perfil é a questão da temporalidade, pois o tempo de realização da pesquisa em todas as suas fases apenas oferece um retrato das relações de poder em um dado momento específico, não representando uma percepção fechada e determinística; são *status* das percepções naquele período analisado sob determinada conjuntura e contextos de diversos níveis seja no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, tecnológico, pandêmico entre outros.

Nesse contexto de considerar a temporalidade, a literatura similar indicou alguns estudos que não apresentaram um panorama temporal em suas análises, assim como o estudo de Cáceres *et al.* (2020) que admitiram que a ausência de dados longitudinais restringiu a compreensão das mudanças dos conflitos ao longo do tempo; VillaMizaR *et al.* (2020) ressaltaram que a ausência de uma análise histórica mais ampliada pode ocasionar limitação na compreensão das origens dos conflitos e sua evolução; e Mondardo (2022) observou que as limitações de dados e a falta de um enfoque temporal afetou a abrangência e a perspectiva das análises realizadas.

Entendemos perfeitamente que os conflitos socioambientais e as relações de poder são processos dinâmicos que traduzem determinado posicionamento face aos acontecimentos, fatos e contexto histórico daquele período do estudo. Portanto, a estratégia usada é assumir o compromisso de estar oferecendo um retrato das relações de poder simbólico extraído num dado momento do olhar do pesquisador sobre o fenômeno analisado. A ciência não é estática, assim como o planeta e a própria vida!

Alguns estudos semelhantes apresentaram limitações na análise do poder simbólico. Em sua tese, Bennett (2022) examina um caso específico de acumulação por desapropriação, restringindo a aplicabilidade dos resultados; Mondardo (2022) aborda apenas uma perspectiva dos conflitos pela terra, sem considerar todas as dinâmicas envolvidas; Reboratti (2019) analisa três casos específicos de conflitos socioambientais, o que pode limitar a compreensão mais ampla do exercício do poder simbólico em contextos mais amplos.

Reconhecemos que em outros contextos também possa ocorrer viés do pesquisador na interpretação dos dados qualitativos na análise das relações de

poder simbólico e conflitos socioambientais, pois poderá incorrer numa interpretação subjetiva das narrativas e percepções dos participantes do estudo. Para lidar com essa limitação o pesquisador buscou seguir a Declaração do Pesquisador Responsável firmada junto ao Comitê de Ética da Pesquisa da UERJ, aspectos da sua formação acadêmica, profissional e as experiências pessoais adquiridas e percebidas, além de buscar integrar vários elementos de triangulação de dados para respaldar as suas análises e minimizar o risco de viés.

As limitações no que diz respeito à metodologia aplicada, no caso a ARS, embora seja uma ferramenta relevante na aplicação de estudos dessa natureza com o objetivo de compreender as interconexões entre os atores, pode também apresentar suas próprias limitações, pois pode ocorrer dificuldades na captura de todas as perspectivas e complexidades das relações de poder, especialmente aqueles exteriores às redes formais de interação. Portanto, entendemos que a ciência se faz no campo teórico e aplicado para fornecer um modelo possível para pensar a sociedade e suas complexidades, o que situa o nosso estudo nessa condição.

Destacamos que estes estudos apresentaram limitações quanto ao uso da metodologia, tais como Espinosa (2021) que incorreu em subjetividade das narrativas devido à análise limitada das dinâmicas de poder e assimetrias epistêmicas; Zinzani *et al.* (2020) reconheceram a falta de uma análise empírica e o uso restrito em questões sociais, o que pode ter criado margens à generalização dos resultados; já Banoub *et al.* (2020) deram mais atenção ao enfoque teórico, sem detalhar uma análise empírica dos setores discutidos no artigo.

Em algumas situações é possível que o efeito Hawthorne³⁹ (Mccambridge; Witton; Elbourne, 2014) possa afetar os participantes, uma vez que a abordagem em temas sensíveis como os conflitos socioambientais podem alterar suas respostas ou comportamentos de maneira sutil ou significativa. Buscamos minimizar esse efeito sobre os participantes na abordagem inicial falando sobre o meu papel de pesquisador de uma instituição de ensino reconhecida, sobre o objetivo da pesquisa,

³⁹ O efeito Hawthorne refere-se ao fenômeno no qual os indivíduos modificam seu comportamento em resposta à consciência de que estão sendo observados ou estudados (Mccambridge; Witton; Elbourne, 2014).

dos cuidados éticos e proteção de sigilo, confidencialidade elencados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e explicações sobre como seria a sua participação e contribuição ao estudo. Dessa forma, reduzimos os efeitos inibidores da sua contribuição ao estudo. Tomamos o cuidado de criar vínculos de presença em locais onde esses atores sociais circulavam (reuniões de conselhos, audiências públicas, oficinas, visitas de campo etc.).

Compreendemos que essas limitações são relevantes e não diminuem o valor e a contribuição do estudo em sua proposta inicial, condução e exposição de resultados, mas orienta futuros pesquisadores que poderão empreender investigações nessa mesma direção e terem oportunidades para complementar, refinar e qualificar suas pesquisas com possíveis lacunas presentes em nossos resultados. Ainda assim, representa uma forma para interpretar os resultados de maneira crítica e contextualizada e com isso contribuir para o avanço do campo e da ciência.

CONCLUSÕES

Este capítulo teve como proposta analisar as centralidades de poder simbólico presentes na rede social de atores do território da APAMBC.

Em fase preliminar do estudo apresentamos duas hipóteses: a primeira supõe que atores sociais com maior capital simbólico, econômico, social e cultural têm maior influência nos conflitos, perpetuando desigualdades; o que foi comprovada ao evidenciar que os conflitos ocorrem em campos específicos, com distribuição de capitais desiguais e relações de poder assimétricas; e, a segunda se confirmou ao demonstrar que as redes sociais desempenham um papel central na construção e legitimação do poder simbólico, influenciando as percepções, revelando o potencial das narrativas, bem como potencializar relações de confiança e cooperação nas dinâmicas dos conflitos.

Os resultados evidenciaram que a maioria dos entrevistados, principalmente pescadores, acadêmicos e sociedade civil, reconheceram a APAMBC como uma UC conflituosa, destacando a governança frágil, ocupação desordenada do território e os usos diversos dos elementos naturais como algumas das principais causas dos conflitos. Por outro lado, atores sociais representantes da categoria das operações portuárias negaram a existência de conflitos no território, argumentando que suas atividades equilibram o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Essas divergências de percepções revelam narrativas concorrentes e interesses conflitantes no território, refletindo dinâmicas de poder complexas na APAMBC.

A análise espacial identificou zonas de atividade portuária e áreas de uso pesqueiro como os principais focos de tensão. Pescadores relataram que suas áreas de subsistência estão ameaçadas por atividades predatórias, como a pesca industrial e a falta de regulação, evidenciando uma competição entre o uso tradicional dos recursos e as pressões econômicas emergentes, aumentando a vulnerabilidade das comunidades tradicionais.

A pesquisa também revelou que atividades portuárias e industriais são percebidas como fontes principais de dominação no território, exercendo potencial

controle sobre a gestão e com isso muitas vezes marginalizando grupos vulneráveis como pescadores e comunidades quilombolas devido às áreas de exclusão que impedem essas comunidades de desenvolverem suas atividades e modos de vida tradicionais, perpetuando desigualdades e acirrando os conflitos na APAMBC.

Quanto às alianças e confiança, a sociedade civil e comunidades locais foram vistas como principais aliadas na luta contra os conflitos socioambientais, valorizadas por seu capital simbólico e cultural. Enquanto o Poder Executivo e Judiciário foram percebidos com desconfiança, sugerindo distanciamento das instituições formais de poder em relação às demandas locais.

A metodologia permitiu o uso de métodos em ARS, observação participante, entrevistas, visitação de campo e relatos orais com diversos atores sociais, como pescadores, acadêmicos, sociedade civil, operadores portuários e comunidades tradicionais.

Um dos principais achados é a análise da configuração das redes sociais em torno dos conflitos socioambientais, demonstrando as métricas de centralidades de poder em atores específicos e seus papéis, seja na mediação de conflitos, controle do fluxo de recursos e informação ou no acesso aos outros atores importantes mais rapidamente no processo de comunicação. Ressaltamos que os resultados explicitaram um maior aporte de capital social e simbólico nessas relações, o que confere aos atores sociais mais centrais uma posição de destaque em relação aos demais.

No entanto, nossas análises revelaram que grupos marginalizados, por meio das relações estabelecidas nas redes sociais, podem acumular capitais sociais e simbólicos, permitindo-lhes articular suas demandas de forma mais eficaz.

A partir dos dados obtidos observamos que as desigualdades de poder dentro das redes sociais podem perpetuar a marginalização de certos grupos, à medida que atores, com maior influência, conseguem direcionar as narrativas e estratégias de ação no território, desequilibrando as iniciativas de representações minoritárias.

Os estudos prévios revisados na literatura destacaram a importância das redes sociais na manutenção e contestação das estruturas de poder, o que confirmam nossos resultados.

No contexto dos conflitos socioambientais da APAMBC, as redes sociais além de refletirem as hierarquias existentes, também mostraram os mecanismos de sua autorreprodução, facilitando ou limitando o acesso aos recursos e a capacidade de influência dos diferentes atores envolvidos.

Outro ponto relevante foi a interconexão entre os diferentes atores sociais na rede e os impactos causados nas relações de poder nos conflitos socioambientais; ou seja, as interações mapeadas demonstraram que os atores mais conectados foram capazes de exercer uma influência desproporcional sobre as dinâmicas do conflito, o que potencialmente poderia facilitar a mediação quanto acentuar as tensões.

As métricas que indicaram a qualidade e a natureza das interações entre os atores sociais na rede da APAMBC, expressas pela cooperação, confiança ou isolamento foram importantes para compreender que as estruturas relacionais mais coesas, com muitas conexões tendem a ser mais resistentes em lidar com divergências internas. Por outro lado, redes fragmentadas, onde a relação entre os atores era pulverizada, apresentaram certa polarização de poder, o que pode representar um dificultador na mediação dos conflitos.

Confirmamos as hipóteses iniciais estabelecidas e responder à questão de pesquisa ao demonstrar que: *i)* o poder simbólico na APAMBC é exercido e percebido de maneiras diversas, seja como um instrumento de dominação ou quanto de resistência; *ii)* a acumulação do poder simbólico juntamente com os aportes do capital cultural, social, econômico ou simbólico exerce influência sobre as dinâmicas dos conflitos, reforçando as desigualdades; *iii)* as relações de poder são estruturadas por campos sociais onde diferentes formas de capital são acumuladas e mobilizadas; e *iv)* as redes sociais desempenham um papel fundamental na legitimação de poder, influenciando as percepções e as ações dos atores envolvidos nos conflitos socioambientais.

O estudo alcança o objetivo geral ao trazer à luz as dinâmicas das relações de poder simbólico que permeiam os conflitos socioambientais na APAMBC; enquanto o objetivo específico é satisfeito ao calcularmos e analisarmos as métricas das centralidades das relações de poder simbólico através das redes sociais.

Em relação à metodologia, a ARS demonstrou ser capaz de ser aplicada para a compreensão das dinâmicas de poder e das interações entre os atores sociais em contextos de conflitos socioambientais.

Reafirmamos que a compreensão crítica da dinâmica das relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais é considerada uma questão chave na busca da justiça socioambiental na APAMBC.

Para futuros estudos, propomos maior aprofundamento sobre como as redes sociais podem ser mobilizadas para desafiar as estruturas dominantes de poder estabelecidas e promover maior equidade nas interações sociais. Uma outra proposta futura seria simular a eficácia de intervenções que visem alterar a configuração das redes para estabelecer maior conectividade entre atores periféricos e isolados.

Recomendamos que os métodos aplicados em novas investigações possam:

- i)* beneficiar-se de uma amostra maior e mais diversificada para compor as análises;
- ii)* incorporar novas ferramentas nos métodos mistos que combinem abordagens qualitativas e quantitativas;
- iii)* projetar os estudos numa perspectiva longitudinal para capturar mudanças de percepções ao longo do tempo; e, comparar os resultados com outras UCs.

Além disso, a realização de estudos sobre boas práticas metodológicas para mensurar o poder simbólico em contextos de conflitos socioambientais traria avanços para o campo de estudo.

Por fim, num campo prático, os resultados recomendam: *i)* implementar uma governança mais inclusiva na APAMBC, capaz de facilitar o manejo dos conflitos socioambientais e promover justiça socioambiental na UC; *ii)* integrar as diferentes perspectivas de saberes e conhecimentos dos atores sociais no território como forma de fortalecer as conexões entre grupos, especialmente os mais vulneráveis, para construir um ambiente mais equilibrado e sustentável; e, *iii)* compreender as dinâmicas de poder simbólico nas redes sociais dos atores para desenvolver políticas públicas que atendam às necessidades de todos os grupos envolvidos.

Ao término desta parte da investigação, evidenciamos que o poder simbólico (Bourdieu, 2004) opera como elemento central na estruturação dos conflitos socioambientais da APAMBC, manifestando-se através das classificações e

especializações que diferentes atores impõem sobre o território e seus elementos naturais. Compreender essas dinâmicas simbólicas torna-se, portanto, fundamental para qualquer iniciativa que vise promover uma governança mais justa e inclusiva, reconhecendo que a transformação das relações de poder na APAMBC não depende apenas de intervenções técnicas ou administrativas, mas também do reconhecimento e valorização dos diferentes *habitus* e formas de capital que compõem este complexo mosaico socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese de doutorado teve como objetivo central estudar as dinâmicas das relações de poder simbólico que permeiam os conflitos socioambientais do território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APAMBC), em Mangaratiba/RJ. Utilizamos uma abordagem multidisciplinar e integrativa a partir da obra de Pierre Bourdieu entre outras contribuições teórico-empíricas, para revelar como o poder simbólico é exercido e percebido pelos diferentes atores sociais envolvidos nesses conflitos. Desta forma, analisamos a conjuntura do território, os conflitos socioambientais, suas conexões, interações, impactos e a distribuição de capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos entre os principais grupos de atores sociais.

O estudo se ancorou em uma introdução geral e a partir daí, desenvolvemos os outros três capítulos, que juntos forneceram uma visão detalhada e sistêmica do fenômeno estudado. O primeiro capítulo apresentou uma revisão de escopo da literatura sobre conflitos socioambientais, o segundo analisou a conjuntura dos conflitos na APAMBC, e o terceiro explorou as redes sociais e as centralidades de poder simbólico dos atores sociais no território.

A revisão de escopo da literatura dos últimos 5 anos (2019-2023) revelou que o campo de estudo das relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais está em pleno processo de construção, tendo uma maior representação de pesquisadores e instituições de pesquisa latino-americanas. Nesta revisão foi identificada uma carência de estudos revisionais sobre o tema, o que ressalta a

importância de mais pesquisas que consolidem o estado da arte nessa área das relações de poder simbólico nos conflitos socioambientais. O método mais usado nas produções acadêmico-científicas foi a etnografia, o que sinaliza o interesse dos pesquisadores buscarem uma compreensão mais prática e aproximada dos fenômenos e ambientes de pesquisa que envolvem o tema, bem como adotarem métodos mais analíticos nas questões relacionais onde o poder simbólico é o tema central..

Podemos destacar como um achado importante o fato da maioria dos estudos revisados estarem direcionados para discutir as assimetrias das relações de poder nos conflitos socioambientais, pois ficou evidente que os territórios e seus atores sociais, mais vulneráveis, foram descritos como invisibilizados em suas culturas, saberes, modos de vida e formas de organização social, o que requer abordagens que considerem a justiça socioambiental, bem como a valorização dos conhecimentos locais nas tomadas de decisões.

A análise da conjuntura dos conflitos socioambientais na APAMBC, foi realizada a partir da metodologia do Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (IBASE), instituição que teve como patrono Herbert de Souza, o Betinho. Com o uso dessa abordagem metodológica conseguimos revelar acontecimentos, cenários, relações de forças e interações entre diferentes atores sociais, bem como as suas disputas por capitais econômicos, sociais, culturais e simbólicos. Podemos evidenciar nos achados que os pescadores artesanais enfrentam diversos conflitos, como por exemplo com a pesca industrial, que ameaça não apenas os estoques pesqueiros, mas também marginaliza econômica e culturalmente o seu meio de vida e subsistência.

No que tange ao turismo, uma importante fonte de recursos para Mangaratiba, foi considerado desordenado e incipiente em seu processo de gestão, sendo exercido em paralelo a uma diversa gama de usos dos espaços marinho-costeiros juntamente com a pesca e as operações portuárias. Este setor subvaloriza a cultura local das populações tradicionais e se direciona com mais afluência para a exploração da paisagem e das belezas naturais. Um dos grandes achados é que a cidade foi eleita como capital estadual do turismo da natureza e, não possui

infraestrutura gestora que dê conta para tantos desafios; pois foi constatado que apenas recentemente foi institucionalizado um conselho municipal de turismo.

A presença do Complexo Portuário de Itaguaí, na Baía de Sepetiba e também operando na APAMBC se revelou como uma fonte significativa de conflitos, impactando negativamente a pesca artesanal, o turismo, a paisagem e a qualidade de vida da população local. A Vale S.A., com seu terminal de minério de ferro na Ilha Guaíba (TIG), sediado num mesmo local onde existem duas outras unidades de conservação (UC), emerge como um ator central nesses conflitos, mobilizando um considerável capital econômico e simbólico que influencia diversas esferas do poder público e da sociedade civil.

Um outro conflito socioambiental analisado foi a especulação imobiliária, entendido como outro fator de pressão pela ocupação, fragmentação, segmentação do território e privatização dos bens naturais públicos, afetando o acesso da população local, a experiência turística e ameaçando a biodiversidade local. A presença velada de milícias no processo de especulação imobiliária foi apontada como um elemento adicional que contribui para o avanço dessas e de outras atividades ilegais no território.

A ocupação do território de remanescentes de quilombos da Ilha da Marambaia pela Marinha do Brasil caracteriza outro foco de conflito. A utilização, pela Marinha do Brasil, de seu capital econômico e simbólico para justificar o controle militar sob argumentos de proteção e segurança nacional, conflita com os interesses da população tradicional quilombola, que luta para manter seus direitos territoriais e culturais, mobilizando seus capitais sociais e culturais como forma de resistência.

O terceiro capítulo, focado na análise das redes sociais (ARS) e centralidades de poder, trouxe dados valiosos sobre a complexidade das relações e dinâmicas de poder simbólico dos atores no território, revelando que 75% dos atores sociais entrevistados reconhecem a APAMBC como um território em conflito, o que valida a premissa central do estudo e ressalta a urgência de políticas públicas e intervenções específicas para enfrentar os desafios socioambientais existentes.

A metodologia da ARS identificou que os pescadores artesanais são os atores com maior centralidade na rede, mesmo que embora considerados um dos grupos

mais vulneráveis, emergiram como centrais na percepção de atuação em defesa do meio ambiente, significando uma forma de resistência bem-sucedida, onde temos uma população tradicionalmente marginalizada alcançando uma posição de destaque de seus capitais sociais, culturais e simbólicos na estrutura da rede e na percepção de atuação no território.

A sociedade civil, incluindo ONGs, instituições de ensino e pesquisa, e associações comunitárias, também se destacou como um ator importante na defesa do meio ambiente, refletindo o potencial de movimentos de resistência ao poder institucionalizado da governança e das organizações econômicas locais, o que reforça a importância do capital cultural e da ação direta no enfrentamento dos problemas ambientais no território por parte desse grupo de atores sociais, que além de possuírem vínculo e conhecimento no território desenvolvem projetos, pesquisas e ações que visam o bem comum.

Consideramos um aspecto crítico revelado em relação à desconexão entre a capacidade de acessar informações rapidamente (medida pela centralidade de proximidade na rede) e o reconhecimento de uma ação efetiva no território em prol das questões socioambientais; ou seja, a simples proximidade ou acesso aos canais de comunicação não se traduz necessariamente em ações práticas reconhecidas como importantes para o território.

Um outro achado relevante diz respeito à análise das relações de confiança e alianças entre os atores sociais, revelando potenciais eixos de cooperação, principalmente entre os setores da pesca, comunidades tradicionais e alguns segmentos da sociedade civil. No entanto, também ficou evidente a falta de conexões entre atores governamentais e representantes das atividades portuárias, o que pode indicar conflitos ou divergências de interesses que dificultam a busca por soluções consensuais para a gestão da UC.

Este padrão revela como o poder simbólico opera criando campos distintos de influência e legitimidade, onde certos atores são reconhecidos como defensores legítimos do território enquanto outros, mesmo dispostos de maior poder formal ou econômico, carecem de legitimidade simbólica para atuar nas questões socioambientais da unidade de conservação.

A análise aprofundada expôs que o exercício do poder simbólico no território da APAMBC manifesta-se através de uma intrincada disputa narrativa. Atores com maior capital econômico tendem a impor discursos desenvolvimentistas que naturalizam a exploração dos recursos naturais como inevitável ao progresso, enquanto as comunidades tradicionais articulam contranarrativas fundamentadas em saberes ancestrais e práticas sustentáveis. Esta disputa discursiva vai além de simples divergências de opinião, configurando-se como verdadeiras lutas por legitimidade, onde cada grupo busca estabelecer sua visão de mundo como a mais válida e, conseqüentemente, determinar os rumos do território e de seus recursos. Este fenômeno ilustra como o poder simbólico opera não apenas pela imposição externa, mas também pela incorporação das estruturas dominantes pelos dominados, que simultaneamente resistem e reproduzem as lógicas do campo de poder ao qual tentam se contrapor.

Outra dimensão significativa encontrada foi a territorialização do poder simbólico, onde determinados espaços físicos da APAMBC carregam diferentes cargas simbólicas conforme os interesses em jogo. Áreas com maior potencial econômico são simbolicamente construídas como "zonas de desenvolvimento" pelos atores empresariais, enquanto esses mesmos espaços são concebidos como "territórios ancestrais" ou "berçários marinhos" pelas comunidades tradicionais. Esta sobreposição de significados territoriais evidencia que o conflito socioambiental não se limita à disputa material por recursos, mas envolve fundamentalmente a capacidade de definir simbolicamente o que o território representa e a quem ele pertence, determinando conseqüentemente quem tem legitimidade para decidir sobre seu futuro.

Os resultados obtidos nesta pesquisa têm implicações significativas tanto para o campo teórico dos estudos sobre conflitos socioambientais quanto para a prática da gestão de áreas de proteção ambiental. Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o avanço do conhecimento sobre as dinâmicas de poder simbólico em conflitos socioambientais, especialmente em unidades de conservação marinhas. A abordagem multidimensional adotada, integrando análise de conjuntura e análise de redes sociais, oferece um modelo metodológico promissor para futuras pesquisas nesse campo.

As implicações práticas dos resultados da tese apontam para a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e participativas na gestão da APAMBC, levando em consideração a complexidade das relações de poder e as percepções dos diversos atores sociais envolvidos, bem como sugere que estratégias eficazes de gestão devem buscar o fortalecimento das redes sociais e alianças entre comunidades, ONGs e universidades, promovendo práticas sustentáveis e valorizando o conhecimento local.

O estudo ressalta a importância de abordar as assimetrias de poder presentes no território, desenvolvendo mecanismos que deem voz e poder de decisão às comunidades tradicionais marginalizadas, como os pescadores artesanais e as comunidades quilombolas, bem como engajar os atores sociais com maior poder econômico, como as empresas portuárias, em práticas mais sustentáveis e socialmente responsáveis.

Reconhecemos como uma limitação importante do estudo a dificuldade de acesso a dados quantitativos detalhados sobre as atividades econômicas na região, como por exemplo as estatísticas de pesca, embarques de minério de ferro, receitas do turismo entre outras, o que poderia ter proporcionado uma análise mais precisa dos impactos econômicos das diferentes atividades desenvolvidas na UC. Além disso, o tema dos conflitos socioambientais ainda causa certo desconforto em alguns atores sociais, especialmente entre as populações mais vulneráveis, o que pode ter influenciado algumas das respostas obtidas.

Para futuras pesquisas, recomendamos a realização de estudos longitudinais que possam acompanhar as consequências dos conflitos socioambientais e das políticas de desenvolvimento e conservação ao longo do tempo, bem como o emprego de abordagens interdisciplinares que integrem ciências sociais, ecológicas e análise de dados para uma compreensão ainda mais profunda das interações entre atores sociais e os conflitos socioambientais em ambientes costeiro-marinhos.

Temas emergentes como os conflitos socioambientais relacionados às questões de gênero na pesca artesanal, os impactos das mudanças climáticas na UC, estudos comparativos com outras UC marinhas poderiam fornecer resultados valiosos sobre as particularidades e semelhanças nas dinâmicas de conflitos socioambientais em diferentes contextos.

O estudo ainda ressalta que, para alcançar uma verdadeira justiça socioambiental, é necessário não apenas reconhecer, mas também valorizar e incorporar ativamente os conhecimentos, práticas e direitos das comunidades locais e tradicionais nos processos de tomada de decisão e gestão ambiental. Somente através de uma governança verdadeiramente participativa e inclusiva será possível encontrar soluções duradouras para os desafios socioambientais enfrentados na APAMBC e em outras áreas de proteção ambiental similares.

Por fim, esta pesquisa serve como um chamado à ação para todos os envolvidos na gestão, uso e ocupação do território da APAMBC para repensar as relações de poder simbólico, para valorizar a diversidade de saberes, modos de vida e para construir coletivamente um futuro em que o desenvolvimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social possam coexistir de forma harmoniosa e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ARAOS, F.; SALDÍVAR, J. M.; LAZO, A.; THER-RÍOS, F. Diálogos antropológicos para descifrar la crisis socioambiental en Chiloé. *Cultura-hombre-sociedad*, 29, n. 1, p. 407- 437, 2019-07 2019.
- BANOUB, D.; PONTE, G.; BUSTOS, B.; ERTÖR, I. et al. Dinâmica industrial na fronteira das commodities: Gestão do tempo, espaço e forma na mineração, plantações de árvores e aquicultura intensiva. *Meio ambiente e planejamento E: natureza e espaço*, 4, n. 4, pág. 1533-1559, 2021.
- BENNETT, C. Lugar Transformador: As Vidas Socioambientais do Tellico. 2022. -, University of Mississippi Disponível em: <https://egrove.olemiss.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=3195&context=etd> disponível em: <https://egrove.olemiss.edu/etd/2196>.
- BODIN, Ö.; ROBINS, G.; MCALLISTER, R. R. J.; GUERRERO, A. M.; CRONA, B.; TENGÖ, M.; LUBELL, M. Theorizing benefits and constraints in collaborative environmental governance: A transdisciplinary social-ecological network approach for empirical investigations. *Ecology and Society*, v. 25, n. 2, p. 1-12, 2020.
- BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G. Models of core/periphery structures. *Social Networks*, v. 21, n. 4, p. 375-395, 2000. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0378-8733\(99\)00019-2](https://doi.org/10.1016/S0378-8733(99)00019-2). Acesso em 23 de out. de 2023.
- BORGATTI, S. P.; EVERETT, M. G.; FREEMAN, L. C. *Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis*. Harvard: Analytic Technologies, 2002.
- BOURDIEU P. Structures, habitus, power: basis for a theory of symbolic power. Nice R, trans. In: *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge Studies in Social and Cultural Anthropology. Cambridge University Press; 159-197, 1977.
- BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 [1989].
- BOURDIEU, P. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- BOURDIEU, P. *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação*. Tradução de M. Corrêa. Campinas: Papyrus, 2011 [1994].
- BOURDIEU, P. *The forms of capital*. In: RICHARDSON, J. G. *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. New York: Greenwood, p. 241-258, 1986.

BRYMAN, A. Integrating quantitative and qualitative research: how is it done?. *Qualitative Research*, v. 6, n. 1, p. 97-113, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1468794106058877>. Acesso em: 22 de out. de 2022.

CÁCERES, D. M.; TAPELA, B.; CABROL, D. A.; ESTIGARRIBIA, L. Land use change and commodity frontiers: Perceptions, values, and conflicts over the appropriation of nature. *Case Studies in the Environment*, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/cse.2020.1223610>. Acesso em: 12 de out. de 2022.

CANTO, O. D; SOBRINHO, M. V.; VASCONCELLOS, A. M. A.; FERREIRA, L. R. et al. Conflitos socioambientais e limites de gestão compartilhada em Unidades de Conservação na zona costeira amazônica. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes>, 2021-01-08 2021. *Desenvolvimento Regional na Amazônia*. Acesso e: 4 de mai. de 2022.

CASTELLS, M. *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

CASTELLS, M. *The Network Society: From Knowledge to Policy*. Washington, DC: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations, 2005.

CASTELLS, M. *The Rise of the Network Society*. Oxford: Blackwell, 1996.

COLEMAN, J. S. *Foundations of Social Theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

DAHLET, L. I.; SELIM, S. A.; VAN PUTTEN, I. A review of how we study coastal and marine conflicts: is social science taking a broad enough view? *Maritime Studies*, v. 22, p. 29, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40152-023-00319-z>. Acesso em: 8 de dez. de 2023.

ESPINOSA, C. Conocimiento como causa y medio de resistencia a la minería de gran escala: casos heurísticos del Ecuador. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, n. 69, p. 53-75, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/iconos.69.2021.4481>. Acesso em: 12 de set. de 2023.

EVERSBERG, D.; FRITZ, M. Bioeconomy as a societal transformation: Mentalities, conflicts and social practices. *Sustainable Production and Consumption*, v. 30, p. 973-987, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.spc.2022.01.021>. Acesso em: 25 de fev. de 2023.

FIELD, J. *Social Capital*. London: Routledge, 2008.

FOLEY, M. W.; EDWARDS, B. The Paradox of Civil Society. *Journal of Democracy*, v. 7, n. 3, p. 38-52, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/jod.1996.0048>. Acesso em: 14 de mar. de 2022.

FREEMAN, L. C. A set of measures of centrality based on betweenness. *Sociometry*, p. 35-41, 1977. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/doi/10.2307/3033543>. Acesso em 23 de fev. de 2023.

FREEMAN, L. C. Centrality in Social Networks: Conceptual Clarification. *Social Networks*, v. 1, n. 3, p. 215-239, 1979. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0378-8733\(78\)90021-7](https://doi.org/10.1016/0378-8733(78)90021-7). Acesso em: 25 de set. de 2022.

GAVENTA, J. *Power and Powerlessness: Quiescence and Rebellion in an Appalachian Valley*. Urbana: University of Illinois Press, 2003.

GIDDENS, A. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. University of California Press, 1984.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: The problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/228311>. Acesso em: 2 de jun. de 2022.

GRANOVETTER, M. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/225469>. Acesso em: 2 de jun. de 2022.

HANNEMAN, R. A.; RIDDLE, M. *Introduction to social network methods*. Riverside, CA: University of California, Riverside, 2005.

HARVEY, D. *Social Justice and the City*. Edward Arnold, 1983.

KRACKHARDT, D. Graph theoretical dimensions of informal organizations. *Computational Organization Theory*, v. 89, n. 112, p. 123-140, 1994. Disponível em: <https://www.heinz.cmu.edu/faculty-research/profiles/krackhardt-davidm/files/1994-graph-theoretical-dimensions-of-informal-organizations.pdf>. Acesso em 3 de mar. de 2023.

MARTELETO, R. M. Análise de redes sociais: Aplicação nos estudos de transferência da informação. *Ciência da Informação*, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100009>. Acesso em: 9 de jun. de 2022.

MARTELETO, R. M. *Redes sociais, cultura e cidadania: Novas perspectivas*. Brasília: IBICT, 2004.

MAYA-JARIEGO, I.; QUEREVALÚ-MIÑÁN, J. F.; VARELA, L. G.; ÁVILA, J. Escape the lion cage: Social networks by catch zones of small-scale fisheries in the oil settlement of Lobitos (Peru). *Marine Policy*, v. 81, p. 340-349, 2017. DOI: 10.1016/j.marpol.2017.04.010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2017.04.010>. Acesso em: 02 de jun. 2023.

MCCAMBRIDGE, J.; WITTON, J.; ELBOURNE, D. R. Systematic review of the Hawthorne effect: new concepts are needed to study research participation effects. *Journal of Clinical Epidemiology*, v. 67, n. 3, p. 267-277, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jclinepi.2013.08.015>. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

MCCULLIGH, C. Wastewater and illusions: treatment plants to "revive" the Santiago River in Mexico. *Environment and Planning E: Nature and Space*, v. 6, n. 3, p. 1966-

1986, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/25148486221125230>. Acesso em: 12 de dez. de 2023.

MENA-VÁSCONEZ, P. Flores, poderes e fluxos de água: conflitos pela água para irrigação e cultivo de rosas nos Andes equatorianos. 2020. 215f. PhD (Doutor em Filosofia) - Escola de Ciências Sociais de Wageningen (WASS), Universidade e Pesquisa de Wageningen, Wageningen. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.18174/510268>.

MÉNDEZ-VILLAMIZAR, R.; MEJÍA-JEREZ, A.; ACEVEDO-TARAZONA, Á. Territorialidades y representaciones sociales superpuestas en la dicotomía agua vs. oro: el conflicto socioambiental por minería industrial en el páramo de Santurbán. *Territorios*, n. 42spe, p. 150-174, 2020-12 2020.

MINAYO, M.C.S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRUMACHI, N.; DUDA, A.; GREGULSKA, J.; SMETEK, J. O direito humano à água potável: Impacto da agricultura e indústria em grande escala. Departamento Temático das Relações Externas, Direção-Geral das Políticas Externas da União, Parlamento Europeu, 2021.

MOLOTCH, H. The city as a growth machine: Toward a political economy of place. *American Journal of Sociology*, 82(2), 309-332, 1976.

MONDARDO, M. L. The Struggle for Land and Territory between Guarani Kaiowá Indigenous Peoples and Agribusiness Farmers on the Brazilian-Paraguayan Border: Decolonization, Territory of Transit, and Multi/Transterritoriality. *Journal of Borderlands Studies*, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08865655.2020.1836995> . Acesso em: 21 de set. de 2023.

NTONA, M.; SCHRÖDER, M. Regulating oceanic imaginaries: the legal construction of space, identities, relations, and epistemological hierarchies within marine spatial planning. *Maritime Studies*, v. 19, p. 241-254, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40152-020-00163-5>. Acesso em: 21 de fev. de 2022.

OJEDA, C. G.; JAQUE CASTILLO, E. Formas de representación de la naturaleza, problemas ambientales e (in) justicia en el debate constituyente para Chile. *Revista de geografía Norte Grande*, n. 81, p. 283-303, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-34022022000100283>. Acesso em: 26 de dez de 2023

ORNDORFF, S. C. Indigenous Social Movement in Nayarit: Resistance to Las Cruces Dam. 2020. Thesis (Master's) - San Diego State University, San Diego, 2020. Disponível em: [\(PDF\) INDIGENOUS SOCIAL MOVEMENT IN NAYARIT: RESISTANCE TO THE LAS CRUCES HYDROELECTRIC DAM](#). Acesso em: 21 de set. de 2022.

OSTROM, E. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge University Press, 1990.

OTT, M. Comunidade produtora: uma 'etopolítica' da reestruturação urbana de Berlim impulsionada pela crise. In: *URBAN TRANSFORMATIONS*. Routledge, 2022. p. 145-160.

PEREZ CUBERO, M. E. La participación ciudadana de los movimientos socioambientales en América Latina. *Revista Colombiana de Sociología*, v. 42, n. 1, p. 135-156, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rsc.v42n1.73023>. Acesso em: 13 de dez. de 2022.

PORTES, A. Social capital: Its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 24, n. 1, p. 1-24, 1998. Disponível em : <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.24.1.1>. Acesso em 23. De jul. de 2023.

PREISER, R.; BIGGS, R.; DE VOS, A.; FOLKE, C. Social-ecological systems as complex adaptive systems: Organizing principles for advancing research methods and approaches. *Ecology and Society*, v. 23, n. 4, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26796889>. Acesso em 23 de jul. de 2023.

PUTNAM, Robert D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, 2000. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-658-13213-2_95. Acesso em 23 de nov. de 2023.

REBORATTI, C. Tensiones geográficas: controversias y conflictos ambientales en Argentina. *Investigaciones geográficas*, n. 100, p. e60015, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14350/riq.60015>. Acesso em: 2 de dez. de 2022.

SAID, A.; MACMILLAN, D.; SCHEMBRI, M.; TZANOPOULOS, J. Fishing in a congested sea: What do marine protected areas imply for the future of the Maltese artisanal fleet? *Applied Geography*, v. 87, p. 245-255, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2017.08.013>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SANZ, T.; RODRÍGUEZ-LABAJOS, B. Arts, place, and sacrifice zones: restoring damaged relational values in a Chilean sacrifice zone. *Sustainability Science*, v. 18, n. 3, p. 1135-1148, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11625-022-01248-2>. Acesso em: 28 de dez. de 2023.

SAUNDERS, F.; TAFON, R.; KNOL-KAUFFMAN, M.; SELIM, S. A. Comentário introdutório: Conflitos marinhos e caminhos para a sustentabilidade em uma era de crescimento azul e mudanças climáticas. *Marine Policy*, v. 129, p. 1-12, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40152-023-00347-9>. Acesso em 23 de abr. de 2024.

SCHWAB, J. La Lucha Continua: A Presentist Lens on Social Protest in Ecuador. *Social Inclusion*, v. 11, n. 2, p. 198-211, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17645/si.v11i2.6496>. Acesso em: 4. De dez. de 2023

SNIJDERS, T. A. The degree variance: An index of graph heterogeneity. *Social Networks*, v. 3, n. 3, p. 163-174, 1981. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0378-8733\(81\)90014-9](https://doi.org/10.1016/0378-8733(81)90014-9). Acesso em: 3 de mar. de 2023.

TILLY, C. *The Politics of Collective Violence*. Cambridge University Press, 2003.

VAN LOYEN, C. The transformation of the 'Valongo Complex'. In: HAFERBURG, C.; FLEISCHER, F. (eds.). *Urban Ethics as Research Agenda*. London: Routledge, 2023. p. 96-115. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003346777-6>. Acesso em: 12 de ago. de 2022.

VIDAL, N.H. *Conflitos de sementes na Colômbia: etnorraça, território e violência*. Universidade Loyola de Chicago, 2020.

WALKER, P. A; HURLEY, P. T. Collaboration derailed: The politics of “community-based” resource management in Nevada County. *Society & Natural Resources*, 17(8), 735-751, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08941920490480723> . Acesso em: 21 de fev. de 2023.

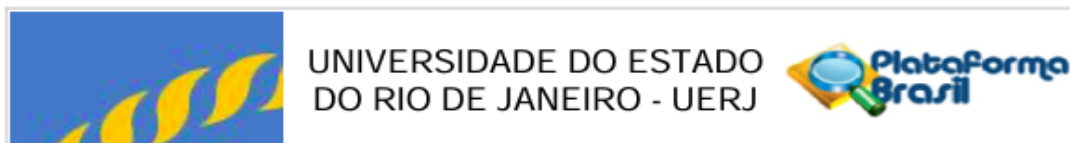
WASSERMAN, S.; FAUST, K. *Social network analysis: Methods and applications*. Cambridge University Press, 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511815478>. Acesso em 23 de mar. de 2023.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Pioneira Thomson Learning, 1999.

WOOLLEY, C. M. Meeting the mixed methods challenge of integration in a sociological study of structure and agency. *Journal of Mixed Methods Research*, v. 3, n. 1, p. 7-25, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1558689808325774>. Acesso em: 17 de mai. de 2022.

ZINZANI, A.; CURZI, E. Urban regeneration, forests and socioenvironmental conflicts: The case of Prati di Caprara in Bologna, Italy. *ACME: An International Journal for Critical Geographies*, v. 19, n. 1, p. 163-186, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14288/acme.v19i1.1883>. Acesso em: 29 de set. de 2022.

APÊNDICE A – Aprovação no Comitê de Ética e adendos



Continuação do Parecer: 6.458.073

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante para a área das Ciências Ambientais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Folha de rosto: Adequada

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: Adequado

Termo de Autorização Institucional: Adequado

Cronograma: Adequado

Orçamento: Adequado

Instrumento de coleta de dados: Adequado aos objetivos da pesquisa

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ deliberou pela APROVAÇÃO deste projeto, visto que não há implicações éticas. Dessa forma, a pesquisa já pode ser iniciada.

Considerações Finais a critério do CEP:

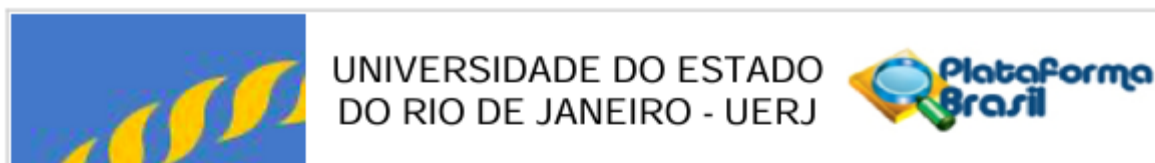
Faz-se necessário apresentar o Relatório Anual - previsto para outubro de 2024. O Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ deverá ser informado de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Tendo em vista a legislação vigente, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP UERJ recomenda ao(à) Pesquisador(a): Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e/ou no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para análise das mudanças; informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa; o comitê de ética solicita a V.S.^a que encaminhe a este comitê relatórios parciais de andamento a cada 06 (seis) meses da pesquisa e, ao término, encaminhe a esta comissão um sumário dos resultados do projeto; os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Continuação do Parecer: 6.458.073

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2223161.pdf	19/10/2023 18:54:26		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	19/10/2023 18:52:40	Nelson Mendes Cordeiro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisa.pdf	02/10/2023 15:38:44	Nelson Mendes Cordeiro	Aceito
Brochura Pesquisa	ProjetoPesquisa.pdf	02/10/2023 15:36:59	Nelson Mendes Cordeiro	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	DeclaracaodoPesquisadorResponsavel.pdf	02/10/2023 15:34:31	Nelson Mendes Cordeiro	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaoPesquisadorResponsavel.pdf	02/10/2023 15:30:23	Nelson Mendes Cordeiro	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AutorizacaoInstitucional.pdf	02/10/2023 15:25:41	Nelson Mendes Cordeiro	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	02/10/2023 15:13:29	Nelson Mendes Cordeiro	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	02/10/2023 15:11:45	Nelson Mendes Cordeiro	Aceito
Folha de Rosto	FolhaderostoPlataformaBrasilassinada.pdf	02/10/2023 15:09:58	Nelson Mendes Cordeiro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 25 de Outubro de 2023

Assinado por:

Rosa Maria Esteves Moreira da Costa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BL E 3ºand. SI 3018

Bairro: Maracanã

CEP: 20.559-900

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2334-2180

Fax: (21)2334-2180

E-mail: coep@sr2.uerj.br



Ministério da Educação
Universidade do estado do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente – PPGMA
Doutorado em Meio Ambiente



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada Poder simbólico nos conflitos socioambientais da rede social do território da área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (Mangaratiba/RJ), conduzida Nelson Mendes Cordeiro. Este estudo tem por objetivo: estudar as relações de poder e a sua centralidade nos conflitos socioambientais no território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (Mangaratiba/RJ).

Você foi selecionado(a) por ter uma representação de uma categoria importante de atores sociais no território. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo.

A sua participação nesta pesquisa não é remunerada e nem gerará custo de qualquer espécie para nenhuma das partes. Não há riscos diretos consideráveis, mas pedimos que esteja à vontade e em condição segura de modo a evitar algum acidente, desconforto ou insegurança emocional. Fique bem, pois estou pronto para lhe apoiar no que for preciso. Caso não entenda algo, pergunte para esclarecer as dúvidas.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder 17 (dezessete) perguntas objetivas sobre relações de poder dos atores sociais na Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza e durará cerca de 10 minutos no máximo. As perguntas serão realizadas pelo pesquisador, que registrará as suas respostas no questionário impresso ou online elaborado. Em adicional as perguntas o pesquisador fará registro em um bloco de notas de observações, fatos, conversas espontâneas ou narrativas que forem entendidas como importantes para o estudo. Não será feito nenhum registro em imagem, áudio ou vídeo.

Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. O pesquisador responsável se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de indivíduos ou instituição participantes.

Rubrica do participante

Rubrica do pesquisador

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, do pesquisador responsável / coordenador da pesquisa. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável e do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contatos do pesquisador responsável: Nelson Mendes Cordeiro – doutorando em Meio Ambiente pelo Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente (PPGMA/UERJ): Rua São Francisco Xavier 524, bloco F - sala 12.005, Maracanã - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.550-900; e-mail: nelson.cordeiro@cefet-rj.br.

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com o pesquisador responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3018, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: coep@sr2.uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180. O CEP COEP é responsável por garantir a proteção dos participantes de pesquisa e funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, de 10h às 12h e 14h às 16h.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de _____.

Assinatura do(a) participante: _____

Assinatura do pesquisador:  _____



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
CENTRO DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE
CURSO DE DOUTORADO EM MEIO AMBIENTE

AUTORIZAÇÃO

NELSON MENDES CORDEIRO, discente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGMA/UERJ), vem mui respeitosamente solicitar autorização junto ao Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (APAMBC) para a realização da pesquisa e divulgação dos dados da Tese de Doutorado intitulada **“Poder simbólico nos conflitos socioambientais da rede social do território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (Mangaratiba/RJ)”**.

A pesquisa tem como objetivo analisar o grau de centralidade das relações de poder dos atores sociais participantes da rede social do território da Área de Proteção Ambiental Marinha Boto Cinza (Mangaratiba, RJ) e será desenvolvida em um contexto teórico e empírico compreendendo aspectos dos conflitos socioambientais presentes no ambiente da pesquisa.

Documento assinado digitalmente
gov.br NELSON MENDES CORDEIRO
Data: 19/04/2023 09:42:34-0300
Verifique em <https://validar.jrj.gov.br>

Nelson Mendes Cordeiro

Matrícula UERJ – DO2010486

Shayene F. Barreto
Secretária Municipal de
Meio Ambiente
Portaria: 684/2023

APÊNDICE B – Formulário de entrevista



Ministério da Educação
 Universidade do estado do Rio de Janeiro
 Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente – PPGMA
 Doutorado em Meio Ambiente



FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Representação: _____

Data ___/___/___

(Somente admite-se uma resposta por pergunta)

1) Você reconhece a APA Marinha Boto Cinza como um território em Conflitos?

() Sim

() Não

2) Qual categoria abaixo gera maior conflito socioambiental no território?

() Usos diversos dos elementos naturais e marinhos

() Ocupação desordenada do espaço

() Governança frágil ou inexistente

() Nenhuma/Não sabe

3) Qual a zona de maior Conflito Socioambiental do território?

() Zona de Uso Aquícola e Pesqueira

() Zona de Interesse Turístico

() Zona de Atividade Portuária

() Zona de Proteção dos Botos

() Zona de Estoque Pesqueiros

() Nenhuma/não sabe

4) Em quem você confia como aliado na luta contra os Conflitos Socioambientais?

() Comunidade (pescadores, moradores...)

- () Poder Executivo (prefeitura, polícia, INEA, IBAMA...)
- () Poder Judiciário (Ministério Público, Tribunais, Procuradoria...)
- () Poder Legislativo (vereadores, deputados, Senadores)
- () Sociedade Civil (Instituto Boto Cinza, universidade, OAB, ONGs, igreja...)
- () Ninguém/não sabe

5) Quem detém maior poder/influência ou dominação no território?

- () Atividade Pesqueira - Pescadores e suas representações
- () Atividade Portuária e Industrial
- () Atividades turísticas - resorts, agências turismo, taxiboats,
- () Governo Municipal - Prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente, Guarda municipal
- () Crime organizado – milícias, tráfico de drogas/armas
- () Governo do Estado - INEA, Polícia civil, militar e ambiental
- () Governo Federal - IBAMA, Polícia Federal, MPF
- () Sociedade Civil – Instituto Boto Cinza, universidades, ONGs
- () Ninguém/não sabe

6) Quem você considera mais atuante na defesa do Meio Ambiente no Território?

- () Atividade Pesqueira - Pescadores e suas representações
- () Atividade Portuária e Industrial
- () Atividades turísticas - resorts, agências turismo, taxiboats,
- () Governo Municipal - Prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente, Guarda municipal
- () APA Boto Cinza - Conselho Gestor
- () Governo do Estado - INEA, Polícia civil, militar e ambiental
- () Governo Federal - IBAMA, Polícia Federal, MPF
- () Sociedade Civil – Instituto Boto Cinza, universidades, ONGs
- () Ninguém/não sabe

7) Em relação a prática de crimes e impactos ambientais no território, qual você considera o mais frequente?

- () Pesca ilegal e irregular
- () Impactos de obras das empresas portuárias no ambiente marítimo
- () Efluentes líquidos das indústrias
- () Esgotos sanitários não tratados das residências e rede hoteleira
- () Construções irregulares nas ilhas e costas
- () Troca de água de lastro de navios
- () Lavagem, pintura e raspagem de cascos de navios
- () Derramamento de óleo de embarcações e resíduos nos cursos d'água
- () Derramamento de minério na Ilha Guaíba
- () Mortandade dos Botos Cinzas
- () Volume de plástico e resíduos sólidos no mar

8) De quem é a responsabilidade pela extinção dos Botos Cinzas?

- () Atividade Pesqueira - Pescadores e suas representações
- () Atividade Portuária e Industrial
- () Atividades turísticas – turistas, resorts, agências turismo, taxiboats
- () Poder Público: Governos (municipal, estadual e federal)
- () Ninguém/não sabe

9) Qual é a classe mais vulnerável diante dos conflitos e impactos ambientais no território?

- () Moradores da cidade
- () Moradores do campo
- () Pescadores
- () Turistas
- () Empresas
- () Governo

() Ninguém/não sabe

10) Qual atividade econômica mais explora os recursos marinhos e vem contribuindo para o agravamento dos impactos socioambientais do território?

() Atividade Pesqueira - pescadores e suas representações

() Atividade Portuária e Industrial - empresas

() Atividades turísticas - resorts, agências turismo, taxiboats...

() Nenhuma/não sabe

11) Do ponto de vista ambiental, qual atividade econômica atua de forma mais sustentável e responsável na preservação do Boto Cinza e de todos os elementos naturais marinhos do território?

() Atividade Pesqueira

() Atividade Portuária e Industrial

() Atividades turísticas

() Nenhuma/não sabe

12) Qual atividade econômica que gera mais conflitos socioambientais no território?

() Atividade Pesqueira

() Atividade Portuária e Industrial

() Atividades turísticas

() Nenhuma/não sabe

13) Como você aprendeu sobre o Conflito Socioambiental que mais lhe afeta?

() Na prática social

() Na família

() Na escola

() Na mídia

() Na militância política

() Não sabe

14) Em termos de educação qual a maior necessidade para a população aprender a lidar com os conflitos socioambientais e problemas do território?

- () Educação Formal: infantil, fundamental e médio
- () Cursos técnicos e de capacitação profissional para o mercado de trabalho
- () Cursos Superiores com foco nas demandas locais
- () Cursos de pós-graduação para ampliar a pesquisa
- () Nenhuma/Não sabe

15) Qual área do conhecimento abaixo poderia ser mais adequada para entender e resolver os problemas ambientais do território?

- () Administração Pública
- () Direito
- () Economia
- () Engenharia Ambiental
- () Biologia
- () Oceanografia
- () Sociologia
- () Turismo
- () Geografia
- () Logística
- () Outra
- () Nenhuma/Não sabe

16) Quem vem assumindo o compromisso de conservar a memória cultural e história ambiental do território?

- () Comunidade (moradores, pescadores, maricultores, quilombolas etc.)
- () Escolas locais
- () Empresas
- () Sociedade Civil (ONGs, Universidades)

Governos

Ninguém/Não sabe

17) Qual a sua formação escolar?

Nenhuma

Ensino fundamental completo

Ensino fundamental incompleto

Ensino médio completo

Ensino médio incompleto

Curso superior completo

Curso superior incompleto

Pós-graduação completa

Pós-graduação incompleto

APÊNDICE C – Procedimento de Seleção da amostra utilizando o Excel

Para a seleção da amostra de 14 participantes entre o universo de 32 entrevistados, divididas entre 7 categorias de atores sociais, foi necessário criar um procedimento utilizando o Microsoft Excel. O objetivo de colocar em prática esse procedimento foi para garantir uma seleção aleatória e justa, priorizando tanto a representatividade quanto a aleatoriedade dentro de cada categoria de atores sociais; bem como evitar o enviesamento no processo de escolha dos atores para a amostra, de modo a interferir nos resultados e análises.

A seguir, detalhamos cada passo do processo, incluindo as fórmulas utilizadas e exemplos de tabelas.

a) Passo 1: Estruturação da Tabela de Dados

Primeiramente, estruturamos uma tabela no Excel com as seguintes colunas: Atores Sociais, Respostas, Categoria, Frequência, Randomização/Aleatório, Combinação, Classificação e Seleção. A tabela de dados foi preenchida com os dados fictícios das células de dados, incluindo a categoria de cada ator social e sua resposta à determinada pergunta. Os caracteres das fórmulas correspondem às células e intervalos de células das respostas e foram descritas aleatoriamente neste exemplo.

Exemplo de estrutura da tabela:

Atores Sociais	Resp	Categoria	Freq.	Rand	Combinação	Classificação	Seleção
ACAD		ACAD	5	=RAN D()	=D2+E2	=RANK(G2, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H2<=2,"Selecionad o", "")
ACAD		ACAD	5	=RAN D()	=D3+E3	=RANK(G3, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H3<=2,"Selecionad o", "")
ACAD		ACAD	5	=RAN D()	=D4+E4	=RANK(G4, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H4<=2,"Selecionad o", "")
ACAD		ACAD	5	=RAN D()	=D5+E5	=RANK(G5, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H5<=2,"Selecionad o", "")

ACAD		ACAD	5	=RAND()	=D6+E6	=RANK(G6, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H6<=2,"Selecio nado", "")
GOV		GOV	11	=RAND()	=D7+E7	=RANK(G7, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H7<=2,"Selecio nado", "")
GOV		GOV	11	=RAND()	=D8+E8	=RANK(G8, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H8<=2,"Selecio nado", "")
GOV		GOV	11	=RAND()	=D9+E9	=RANK(G9, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H9<=2,"Selecio nado", "")
GOV		GOV	11	=RAND()	=D10+E10	=RANK(G10, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H10<=2,"Selecio nado", "")
GOV		GOV	11	=RAND()	=D11+E11	=RANK(G11, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H11<=2,"Selecio nado", "")
GOV		GOV	11	=RAND()	=D12+E12	=RANK(G12, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H12<=2,"Selecio nado", "")
GOV		GOV	11	=RAND()	=D13+E13	=RANK(G13, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H13<=2,"Selecio nado", "")
GOV		GOV	11	=RAND()	=D14+E14	=RANK(G14, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H14<=2,"Selecio nado", "")
GOV		GOV	11	=RAND()	=D15+E15	=RANK(G15, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H15<=2,"Selecio nado", "")
GOV		GOV	11	=RAND()	=D16+E16	=RANK(G16, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H16<=2,"Selecio nado", "")
GOV		GOV	11	=RAND()	=D17+E17	=RANK(G17, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H17<=2,"Selecio nado", "")
PESCA		PESCA	6	=RAND()	=D18+E18	=RANK(G18, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H18<=2,"Selecio nado", "")

PESCA		PESCA	6	=RAN D()	=D19+E19	=RANK(G19, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H19<=2,"Seleciona do", "")
PESCA		PESCA	6	=RAN D()	=D20+E20	=RANK(G20, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H20<=2,"Seleciona do", "")
PESCA		PESCA	6	=RAN D()	=D21+E21	=RANK(G21, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H21<=2,"Seleciona do", "")
PESCA		PESCA	6	=RAN D()	=D22+E22	=RANK(G22, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H22<=2,"Seleciona do", "")
PESCA		PESCA	6	=RAN D()	=D23+E23	=RANK(G23, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H23<=2,"Seleciona do", "")
PORTO		PORTO	2	=RAN D()	=D24+E24	=RANK(G24, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H24<=2,"Seleciona do", "")
PORTO		PORTO	2	=RAN D()	=D25+E25	=RANK(G25, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H25<=2,"Seleciona do", "")
PTRAD		PTRAD	2	=RAN D()	=D26+E26	=RANK(G26, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H26<=2,"Seleciona do", "")
PTRAD		PTRAD	2	=RAN D()	=D27+E27	=RANK(G27, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H27<=2,"Seleciona do", "")
SOCIVIL		SOCIVIL	2	=RAN D()	=D28+E28	=RANK(G28, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H28<=2,"Seleciona do", "")
SOCIVIL		SOCIVIL	2	=RAN D()	=D29+E29	=RANK(G29, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H29<=2,"Seleciona do", "")
TURISMO		TURISMO	3	=RAN D()	=D30+E30	=RANK(G30, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H30<=2,"Seleciona do", "")
TURISMO		TURISMO	3	=RAN D()	=D31+E31	=RANK(G31, \$G\$2:\$G\$32)	=IF(H31<=2,"Seleciona do", "")

TURISMO		TURISMO	3	=RAND()	=D32+E32	=RANK(G32,\$G\$2:\$G\$32)	=IF(H32<=2,"Selecionado", "")
---------	--	---------	---	---------	----------	---------------------------	-------------------------------

- b) Passo 2 – Criar um índice de frequência para cada resposta: objetiva mapear as respostas com mais ocorrências em cada categoria. Aplicação da fórmula de contador de frequência de cada categoria desde a primeira célula da coluna de respostas até a última célula:
=COUNTIFS(\$A\$2:\$A\$33,A2,\$B\$2:\$B\$33,B2);
- c) Passo 3 – Gerar um número aleatório entre 0 e 1 para desempate: objetiva randomizar a amostra adicionando um componente de aleatoriedade à seleção: =RAND(). Atribuição de valores aleatórios a cada ator dentro de sua categoria através da função RAND(), gerando números entre 0 e 1 (coluna E).;
- d) Passo 4 – Utilizar uma combinação de fórmulas para realizar o sorteio com a prioridade estabelecida: =C2 + D2, ou seja, a coluna foi calculada somando a frequência da resposta com o valor de "Rand" para cada linha =Frequência + RAND(). Criação de uma combinação entre o valor da frequência da categoria (coluna D) e o número aleatório (coluna E) para cada ator, somando estes valores (coluna G).;
- e) Passo 5 – Classificar a resposta dentro de cada categoria: é o processo de classificar as respostas baseada na coluna "combinação": =RANK.EQ(E2,IF(\$B\$2:\$B\$33=B2,\$E\$2:\$E\$33),0). Classificação dos atores com base nessa combinação utilizando a função RANK(), que determina a posição relativa de cada valor dentro do conjunto completo (coluna H).;
- f) Passo 6 – Utilizar uma combinação de fórmulas para realizar o sorteio com a prioridade estabelecida: é a etapa da seleção das 2 opções, por ordem de classificação das respostas: =IF(H2<=2,"Selecionado", "")

A partir da aplicação de Excel, chegamos a seguinte representação da amostra:

ATORES SOCIAIS	Você reco	Quais açõ	Qual a zor	Em quem	Quem ten	Quem voc	De quem	Quem est	Qual ativi	Qual ativi	Qual ativi	Qual ativi	Como voc	Em qual n	Qual é a p	Quem ver	Qual a sua	Frequência	Rand	Combinação	Classificação	Seleção	
ACAD1	sim	Usos divei	Zona de A	Comunida	Atividade	Atividade	Pescadore	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Na prática	Educação	Logística	Comunidade	Pós-gradu	5	0,752683	5,7526831	20	Selecionado	
ACAD2	sim	Ocupação	Zona de P	Sociedade	Atividade	APA Boto	Atividade	Pescadore	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Na prática	Educação	Administr	Comunidade	Ensino mé	5	0,890882	5,89088226	19	Selecionado	
GOV1	sim	Usos divei	Zona de E	Poder Exe	Governo F	Governo F	Atividade	Pescadore	Atividade	Atividade	Nenhuma	Nenhuma	Na prática	Educação	Outra	Sociedade	Pós-gradu	11	0,988578	11,9885782	1	Selecionado	
GOV2	sim	Usos divei	Zona de U	Comunida	Atividade	Governo c	Poder Pú	Pescadore	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Na prática	Educação	Sociologia	Sociedade	Curso sup	11	0,852338	11,8523379	2	Selecionado	
PESCA1	sim	Governan	Zona de U	Poder Jud	Atividade	Atividade	Poder Pú	Pescadore	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Na prática	Educação	Biologia	Comunidade	Ensino fur	7	0,964279	7,96427884	12	Selecionado	
PESCA2	sim	Governan	Zona de U	Poder Jud	Atividade	Atividade	Pescadore	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Na prática	Educação	Biologia	Comunidade	Ensino mé	7	0,951975	7,95197479	13	Selecionado	
PORT01	não	Ocupação	Zona de Ir	Sociedade	Governo F	Atividade	Ninguém	Quilombo	Atividade	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Na prática	Educação	Biologia	Sociedade	Pós-gradu	2	0,96905	2,96904996	28	Selecionado	
PORT02	não	Governan	Nenhuma	Sociedade	Governo c	Atividade	Ninguém	Pescadore	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Na prática	Educação	Sociologia	Comunidade	Pós-gradu	2	0,663623	2,6636232	30	Selecionado	
PTRAD1	sim	Usos divei	Zona de A	Poder Jud	Atividade	Atividade	Populaçã	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Na prática	Curso	téc	Oceanogr	Comunidade	Ensino fur	2	0,662775	2,66277547	31	Selecionado
PTRAD2	sim	Governan	Zona de A	Comunida	Atividade	APA Boto	Atividade	Quilombo	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Na prática	Educação	Sociologia	Comunidade	Curso sup	2	0,995342	2,99534248	27	Selecionado	
SOCIVIL1	não	Usos divei	Zona de U	Sociedade	Atividade	Sociedade	Poder Pú	Pescadore	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Na prática	Educação	Outra	Comunidade	Pós-gradu	2	0,839655	2,83965508	29	Selecionado	
SOCIVIL2	sim	Governan	Zona de A	Comunida	Governo F	Atividade	Pescadore	Atividade	Atividade	Nenhuma	Nenhuma	Nenhuma	Na prática	Educação	Administr	Sociedade	Curso sup	2	0,369884	2,36988419	32	Selecionado	
TURISMO1	sim	Governan	Zona de P	Sociedade	Governo F	APA Boto	Atividade	Pescadore	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Na prática	Educação	Engenhari	Sociedade	Pós-gradu	3	0,355673	3,35567319	25	Selecionado	
TURISMO2	sim	Ocupação	Zona de A	Sociedade	Atividade	Governo F	Poder Pú	Populaçã	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Na prática	Educação	Administr	Sociedade	Ensino mé	3	0,386156	3,38615609	24	Selecionado	

APÊNDICE D – Interações em campo



Eu não trago um caminho novo; trago é um novo jeito de caminhar (Thiago de Mello)



Fonte: Acervo do autor, 2022-2024 (pós-pandemia de covid-19).